

PROSPECTO DEFINITIVO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM ATÉ QUATRO SÉRIES, DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DA



TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ n.º 10.502.676/0001-37 - NIRE 26.300.019.736 - CVM n.º 2332-9
Av. Engenho D'Água, s/n.º, Lote 666, Pau Ferro - Zona Rural
CEP 53670-000, Igarassu, Pernambuco

no montante de até

R\$300.000.000,00

(trezentos milhões de reais)

Código ISIN das Debêntures da Primeira Série: BRTEPEDBS009

Código ISIN das Debêntures da Segunda Série: BRTEPEDBS017

Código ISIN das Debêntures da Terceira Série: BRTEPEDBS025

Código ISIN das Debêntures da Quarta Série: BRTEPEDBS033

Classificação de Risco Fitch Ratings: "AA+(bra)"

A **TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.** ("Companhia" ou "Emissora") está realizando uma oferta pública de distribuição de, inicialmente, 300.000 (trezentos mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, todas nominativas e escriturais, em até quatro séries, de sua 1ª (primeira) emissão, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total inicial de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 15 de novembro de 2013 ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), com a intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários brasileiro, qual seja, o **BANCO ITAÚ BBA S.A.** ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder" ("Oferta").

As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei n.º 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei n.º 12.431") tendo em vista que a Emissão será realizada nos termos do artigo 2º da Lei n.º 12.431, do Decreto Presidencial n.º 7.603, de 09 de novembro de 2011, da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") n.º 3.947, de 27 de janeiro de 2011. Desta forma, os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados para o pagamento das cédulas de crédito bancário conforme descrito neste Prospecto, que, por sua vez, financiou a Central Geradora Termelétrica denominada UTE Pernambuco III, e para o pagamento de futuros gastos, despesas e/ou dívidas a serem incorridos no Projeto de Investimento, conforme descritos neste Prospecto. O Projeto de Investimento foi considerado pelo Ministério de Minas e Energia como projeto prioritário de investimento em infraestrutura na área de energia elétrica, por meio de portaria n.º 187, de 06 de junho de 2013 e da portaria n.º 47, de 6 de fevereiro de 2012, nos termos da Lei 12.431 e do Decreto n.º 7.603. A Emissora, nos termos e para fins do Decreto 7.603, compromete-se a alocar os recursos provenientes da Emissão no projeto prioritário de investimento em infraestrutura, conforme aprovado pelo Ministério de Minas e Energia. Para informações adicionais, veja seção "Destinação dos Recursos", na página 114 deste Prospecto.

A Oferta será realizada em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis. Esta Oferta terá esforços de colocação exclusivamente no Brasil, ou seja, a Oferta não contará com esforços de colocação no exterior. As Debêntures serão distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação a ser prestada pelo Coordenador Líder. As características das Debêntures estão descritas neste Prospecto.

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e do Módulo CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos e do BOVESPA FIX (este último ambiente de negociação de ativos), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

A Emissão e a Oferta são realizadas com base na deliberação da assembleia geral extraordinária da Emissora realizada em 25 de outubro de 2013, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no jornal "Valor Econômico" em 26 de novembro de 2013 e foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE") em 13 de novembro de 2013, sob o nº 20136708617. A Emissão será regulada pelo "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A." ("Escritura"), celebrada entre a Emissora, Hidrotermica S.A., Bolognesi S.A. (Hidrotermica S.A. e Bolognesi S.A., quando referidas em conjunto, "Garantidoras") e, na qualidade de representante da comunhão dos titulares de Debêntures ("Debenturistas"), a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), em 25 de outubro de 2013. A Escritura foi devidamente registrada na JUCEPE, em 13 de novembro de 2013, sob o nº 20136708617.

Este Prospecto não deve, em qualquer circunstância, ser considerado como recomendação de subscrição das Debêntures. Ao decidir por subscrever as Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de seus ativos e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures. Este Prospecto foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo que o Coordenador Líder tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de energia elétrica. Este Prospecto deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no Formulário de Referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Formulário de Referência" e "Instrução CVM 480", respectivamente). O Formulário de Referência, na sua versão mais recente disponível até a data deste Prospecto, encontra-se anexo a este Prospecto.

ANTES DE TOMAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES QUE VENHAM A SER DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA, A EMISSORA E O COORDENADOR LÍDER RECOMENDAM AOS POTENCIAIS INVESTIDORES A LEITURA CUIDADOSA DESTE PROSPECTO E DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO", ANEXO A ESTE PROSPECTO" A PARTIR DA PÁGINA 645, E A SEÇÕES "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA" E "SUMÁRIO DA EMISSORA - PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À EMISSORA", RESPECTIVAMENTE APRESENTADAS NAS PÁGINAS 107 E 20 DESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO AO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES E NA EMISSORA.

Mais informações sobre a Emissora, as Debêntures e a Oferta poderão ser obtidas junto ao Coordenador Líder e à CVM nos endereços indicados na seção "Identificação da Emissora, das Garantidoras, do Coordenador Líder, dos Consultores Jurídicos, do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante da Emissão, do Escriturador Mandatário e do Auditor", na página 14 deste Prospecto.

A Oferta foi registrada na CVM em 18 de dezembro de 2013, sob o número CVM/SRE/DEB/2013/031 para as Debêntures da Primeira Série, sob o número CVM/SRE/DEB/2013/032 para as Debêntures da Segunda Série, sob o número CVM/SRE/DEB/2013/033 para as Debêntures da Terceira Série e sob o número CVM/SRE/DEB/2013/034 para as Debêntures da Quarta Série.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.



"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos".

Coordenador Líder



A data deste Prospecto Definitivo é 19 de dezembro de 2013

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

PARTE 1 - INTRODUÇÃO	1
DEFINIÇÕES.....	3
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO	11
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA	13
IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DAS GARANTIDORAS, DO COORDENADOR LÍDER, DOS CONSULTORES JURÍDICOS, DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DO BANCO LIQUIDANTE DA EMISSÃO, DO ESCRITURADOR MANDATÁRIO E DO AUDITOR	14
EMISSORA	14
GARANTIDORAS.....	14
COORDENADOR LÍDER.....	14
CONSULTORES LEGAIS	14
<i>Consultores Legais da Emissora</i>	<i>14</i>
<i>Consultores Legais do Coordenador Líder</i>	<i>15</i>
AGENTE FIDUCIÁRIO.....	15
BANCO LIQUIDANTE DA EMISSÃO	15
ESCRITURADOR MANDATÁRIO	15
AUDITOR INDEPENDENTE	15
DECLARAÇÕES DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	15
SUMÁRIO DA EMISSORA.....	16
VISÃO GERAL	16
CRESCIMENTO DA MATRIZ ENERGÉTICA TERMELÉTRICA	16
INVESTIMENTOS EM NOSSA USINA.....	17
ESTRUTURA SOCIETÁRIA	17
PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA.....	20
INFORMAÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA PARA OFERTAS PÚBLICAS	22
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS.....	27
APRESENTAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER DA OFERTA	29
EXEMPLARES DO PROSPECTO	31
EMISSORA	31
COORDENADOR LÍDER.....	31
BM&FBOVESPA S.A. – BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS	31
CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS.....	31
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM.....	31
PARTE 2 – INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA.....	33
SUMÁRIO DA OFERTA	35
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	47
COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	47
AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	47
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA.....	48
<i>Registro da Oferta e das Debêntures.....</i>	<i>48</i>
<i>Coleta de Intenções de Investimento (Bookbuilding)</i>	<i>48</i>
<i>Prazo de Subscrição.....</i>	<i>49</i>
<i>Forma de Subscrição</i>	<i>49</i>
<i>Forma e Preço de Integralização.....</i>	<i>49</i>
<i>Negociação.....</i>	<i>49</i>
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	49
<i>Número da Emissão.....</i>	<i>49</i>
<i>Valor Total da Emissão</i>	<i>49</i>

<i>Quantidade de Debêntures</i>	50
<i>Valor Nominal Unitário</i>	50
<i>Séries</i>	50
<i>Forma e Comprovação de Titularidade</i>	50
<i>Conversibilidade</i>	50
<i>Espécie</i>	50
<i>Data de Emissão</i>	50
<i>Prazo e Data de Vencimento</i>	50
<i>Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário</i>	51
<i>Indisponibilidade do IPCA/IBGE</i>	53
<i>Amortização</i>	54
<i>Remuneração</i>	55
<i>Pagamento da Remuneração</i>	56
<i>Repactuação Programada</i>	57
<i>Resgate Antecipado Obrigatório</i>	57
<i>Oferta de Resgate Antecipado Total</i>	57
<i>Aquisição Facultativa</i>	58
<i>Encargos Moratórios</i>	58
<i>Decadência dos Direitos aos Acréscimos</i>	59
<i>Local de Pagamento</i>	59
<i>Prorrogação dos Prazos</i>	59
<i>Tratamento Tributário das Debêntures e Imunidade Tributária</i>	59
<i>Vencimento Antecipado</i>	60
<i>Garantias e Contrato de Administração de Contas</i>	67
<i>Publicidade</i>	67
<i>Assembleia Geral de Debenturistas</i>	67
<i>Convocação</i>	67
<i>Instalação</i>	67
<i>Deliberações</i>	67
<i>Representantes Legais</i>	68
<i>Comparecimento do Agente Fiduciário</i>	68
<i>Aplicação da Lei das Sociedades por Ações</i>	68
<i>Contrato de Distribuição</i>	68
<i>Regime de Colocação</i>	68
<i>Plano da Oferta</i>	69
<i>Público Alvo da Oferta</i>	70
<i>Pessoas Vinculadas</i>	70
<i>Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez</i>	70
<i>Sobre as Debêntures de Infraestrutura e sua Tributação</i>	70
<i>Cronograma Estimado das Etapas da Oferta</i>	72
<i>Custos Estimados da Oferta</i>	73
<i>Custo Unitário de Distribuição</i>	73
<i>Inadequação da Oferta a Certos Investidores</i>	73
<i>Manifestação de Aceitação à Oferta</i>	73
<i>Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta</i>	74
<i>Modificação da Oferta</i>	74
<i>Suspensão da Oferta</i>	74
<i>Cancelamento ou Revogação da Oferta</i>	75

DESCRIÇÃO DOS CONTRATOS DE GARANTIA E DO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS	76
BREVE DESCRIÇÃO DOS CONTRATOS DE GARANTIA	77
<i>Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.....</i>	<i>77</i>
<i>Partes e Objeto.....</i>	<i>77</i>
<i>Direitos Cedidos.....</i>	<i>77</i>
<i>Registro da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Notificações</i>	<i>79</i>
<i>Excussão da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.....</i>	<i>80</i>
<i>Liberação da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios</i>	<i>81</i>
CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS	81
<i>Partes e Objeto.....</i>	<i>81</i>
<i>Funções e Características das Contas Reserva.....</i>	<i>81</i>
<i>Ordem de Prioridade de pagamento (Waterfall)</i>	<i>87</i>
<i>Carta Fiança Overhaul</i>	<i>88</i>
<i>Apuração Valor Mínimo nas Contas Reserva e Reforço da Garantia</i>	<i>88</i>
CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE EQUIPAMENTOS	89
<i>Partes e Objeto.....</i>	<i>89</i>
<i>Bens Cedidos</i>	<i>89</i>
<i>Registro da Alienação Fiduciária dos Equipamentos.....</i>	<i>90</i>
<i>Excussão da Alienação Fiduciária dos Equipamentos.....</i>	<i>90</i>
CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES	90
<i>Partes e Objeto.....</i>	<i>90</i>
<i>Bens Cedidos</i>	<i>91</i>
<i>Averbação e Registro da Alienação Fiduciária das Ações</i>	<i>91</i>
<i>Excussão da Alienação Fiduciária das Ações.....</i>	<i>92</i>
<i>Direitos de Votos das Ações</i>	<i>92</i>
INFORMAÇÕES SOBRE AS GARANTIDORAS	93
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA	104
RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O COORDENADOR LÍDER	105
RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O COORDENADOR LÍDER.....	105
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES	107
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES.....	107
FATORES DE RISCO RELACIONADOS AO AMBIENTE MACROECONÔMICO.....	113
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	114
CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA	115
CAPITALIZAÇÃO.....	118
ANEXOS	119
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA EMISSORA QUE APROVOU A EMISSÃO E A OFERTA E ATAS DAS ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS DA HIDROTÉRMICA E DA BOLOGNESI, NAS QUAIS FOI APROVADA A CONSTITUIÇÃO DAS GARANTIAS	123
ESTATUTO SOCIAL ATUALIZADO DA EMISSORA	155
PORTARIA DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA.....	173
ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES.....	177
PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO	243
SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	257
DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER	273
CONTRATOS DE GARANTIA.....	277
CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS	281

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS	321
CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE EQUIPAMENTOS	369
CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES.....	419
FIANÇA BANCÁRIA <i>COMPLETION</i>.....	465
ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA	477
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	547
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	561
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	585
INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO PERÍODO DE 9 MESES ENCERRADO	
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013.....	613
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA	645

PARTE 1 - INTRODUÇÃO

- **Definições**
- **Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro**
- **Informações Cadastrais da Emissora**
- **Identificação da Emissora, do Coordenador Líder, dos Consultores Jurídicos, do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante da Emissão, do Escriturador Mandatário e do Auditor.**
- **Apresentação do Coordenador Líder**
- **Exemplares do Prospecto**
- **Sumário da Emissora**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos nesta seção salvo referência diversa neste Prospecto:

AGE	Assembleia Extraordinária da Emissora realizada em 25 de outubro de 2013, que aprovou a Emissão, a Oferta e a celebração da Escritura de Emissão.
Agência de Classificação de Risco	Fitch Ratings.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38.
ANBIMA	ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta a ser publicado no jornal “Valor Econômico”, pela Emissora e pelo Coordenador Líder, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta a ser publicado no jornal “Valor Econômico” pela Emissora e pelo Coordenador Líder, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.
Auditor Independente	KPMG Auditores Independentes.
Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado da Oferta, publicado pela Emissora e pelo Coordenador Líder no jornal “Valor Econômico”, em 28 de outubro de 2013, contendo determinados termos e condições da Oferta, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400.
ANEEL ou Poder Concedente	Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão estatal responsável pela regulação e fiscalização do setor elétrico.
Autorização	O ato de autorização para explorarmos nossas atividades como Central Geradora Termelétrica, que ocorreu por meio da Portaria nº 260, de 2 de julho de 2009, do MNE e das Resoluções Autorizativas nº 3.078/2011 e nº 3.375/2012 da ANEEL.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco Liquidante da Emissão	Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, responsável pelas liquidações financeiras da Emissora.

Bancos de Primeira Linha	Banco com classificação de rating mínimo de AA+ em escala local de acordo com as agências Standard & Poor's ou Fitch Ratings ou equivalente da Moody's, dentre instituições financeiras dos seguintes grupos econômicos: (i) Banco do Brasil S.A.; (ii) Caixa Econômica Federal; (iii) Banco Itaú Unibanco S.A.; (iv) Banco Bradesco S.A.; (v) Banco Santander (Brasil) S.A.; ou (vi) HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
Bolognesi	Bolognesi Participações S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Av. Plínio Brasil Milano, 607, Bairro Higienópolis, CEP 90520-002, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.664.185/0001-55.
BOVESPAFIX	Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa, administrado pela BM&FBOVESPA.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CCEAR	Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados, câmara de registro, compensação e liquidação de negociações envolvendo determinados valores mobiliários de renda fixa, sendo integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro.
CETIP 21	Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Contrato de Distribuição	Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão da Termelétrica Pernambuco III S.A., celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.
Contratos de Garantia	Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos, Contrato de Administração de Contas, Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, quando referidos em conjunto.

Contratos Relevantes	Correspondem aos seguintes contratos: Contratos de Comercialização de Energia do Ambiente Regulado e Contratos de Compra e Venda de Energia do Ambiente Livre, Contrato de Compra e Venda de Óleo Combustível com a BP Products North America Inc. ("BP"), Contrato de Prestação de Serviços de Armazenamento e Movimentação de Produto com a companhia Terminal Químico de Iratu S.A. – TEQUIMAR, Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível com a Transporte Rodoviário Nordeste Ltda., Contrato de Operação e Manutenção com a Wärsila Brasil Ltda. (" <u>Contrato de Operação e Manutenção</u> "), Contrato de Fornecimento de Equipamentos com a Wärtsilä Finland Oy (" <u>Wärtsilä</u> "), Contrato de EPC – Engineering, Procurement and Construction com a Tecmon Montagens Técnicas Industriais S.A., para fins de construção da usina da UTE Pernambuco III e Contrato de Arrendamento de parte da propriedade rural Engenho D'Água.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.298.092/0001-30.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	15 de novembro de 2013.
Data de Integralização	A data em que ocorrer a integralização das Debêntures, qual seja, no ato de sua subscrição.
Data de Liquidação	A liquidação financeira da Oferta ocorrerá, durante o Prazo de Distribuição, na respectiva Data de Integralização de cada uma das Debêntures.
Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série	15 de novembro de 2025.
Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série	15 de fevereiro de 2025.
Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série	15 de maio de 2025.
Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série	15 de agosto de 2025.
DDA	Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Debêntures	As Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série, as Debêntures da Terceira Série e as Debêntures da Quarta Série quando referidas em conjunto.
Debêntures da Primeira Série	As debêntures da 1ª (primeira) série da 1ª (primeira) emissão da Emissora, objeto da Oferta.

Debêntures da Segunda Série	As debêntures da 2ª (segunda) série da 1ª (primeira) emissão da Emissora, objeto da Oferta.
Debêntures da Terceira Série	As debêntures da 3ª (terceira) série da 1ª (primeira) emissão da Emissora, objeto da Oferta.
Debêntures da Quarta Série	As debêntures da 4ª (quarta) série da 1ª (primeira) emissão da Emissora, objeto da Oferta.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.
Debenturistas	Os titulares das Debêntures.
Decreto 7.603	Decreto nº 7.603, de 09 de novembro de 2011.
Dia(s) Útil(eis)	Significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional, exceto quando em relação a pagamentos a serem realizados por meio da BM&FBOVESPA, quando deverão ser também excluídas as datas correspondentes a feriado municipal na Cidade de São Paulo que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA.
DOEPE	Diário Oficial do Estado de Pernambuco.
EBITDA	Resultado líquido do exercício/período, acrescido das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, do imposto de renda e da contribuição social sobre o Lucro Líquido e da depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelo IFRS. Desde a edição da Instrução da CVM 527, o EBITDA possui um significado padrão, que consta do artigo 3º, inciso I, da referida instrução. No entanto, a Emissora não pode garantir que outras empresas, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras empresas, o EBITDA divulgado pela Emissora pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras empresas. Nos negócios da Emissora, o EBITDA é utilizado como medida de desempenho operacional.
Emissora, Termelétrica Pernambuco ou Companhia	Termelétrica Pernambuco III S.A.
Endividamentos Permitidos	Os mútuos, empréstimos ou adiantamentos tomados pela Emissora com a finalidade exclusiva de financiar a aquisição de combustível em quantidade necessária para atender à demanda despachada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, durante o prazo desta Emissão.

Encargos Moratórios	Multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados <i>pro rata temporis</i> desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.
Escritura de Emissão	O “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A.”, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, e seus aditamentos.
Estatuto Social	Estatuto social da Emissora.
Escriturador Mandatário	Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64.
Evento de Inadimplemento	Qualquer um dos eventos previstos na seção “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Vencimento Antecipado”, na página 60 deste Prospecto.
Fiança Bancária <i>Completion</i>	Garantia adicional fidejussória, representada pela fiança bancária concedida pelo Itaú BBA, nos termos do contrato de fiança bancária <i>completion</i> .
Formulário de Referência	O formulário de referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM 480 e anexo a este Prospecto.
Garantias	As Garantias Reais e a Garantia Fidejussória, quando consideradas em conjunto.
Garantia Fidejussória	Fiança Bancária <i>Completion</i> .
Garantias Reais	Alienação Fiduciária de Ações, Alienação Fiduciária de Equipamentos e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, quando consideradas em conjunto.
Garantidoras	Hidrotérmica e Bolognesi, quando referidas em conjunto.
Hidrotérmica	Hidrotérmica S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado de Rio Grande do Sul, Av. Plínio Brasil Milano, 607, Bairro Higienópolis, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.058.238/0001-17.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICSD	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida.
Instrução CVM 325	Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

Instrução CVM 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
IPCA/IBGE	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo IBGE.
JUCEPE	Junta Comercial do Estado de Pernambuco.
JUCERGS	Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei 6.385	Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei 12.431	Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
MDA	MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Mútuos Permitidos	Os mútuos realizados pela Emissora em favor de suas controladas e sociedades sob controle comum, sendo que os Mútuos Permitidos deverão ser realizados: (i) em parâmetros de mercado e sempre denominados em reais; (ii) em conformidade com a Resolução Normativa nº 334/2008 da ANEEL ou com o ato normativo superveniente que vier a alterá-la ou revogá-la; (iii) somente quando o último ICSD calculado for igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos); e (iv) somente quando o último ICSD-Mútuo calculado for igual ou superior a 1,50 (um inteiro e cinquenta centésimos).
NTN-B	Notas do Tesouro Nacional, série B.
Oferta ou Emissão	Esta oferta pública das Debêntures.
Período de Capitalização	Significa, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures de cada Série, exclusive; para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração das Debêntures de cada Série, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até as respectivas Datas de Vencimento das Debêntures.

Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam: (a) controladores e/ou administradores da Emissora ou de suas controladas; (b) controladores e/ou administradores do Coordenador Líder; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.
Portaria do Ministério de Minas e Energia	Portaria nº 187, de 06 de junho de 2013 e Portaria nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, emitidas pelo Ministério de Minas e Energia.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Terminologia que abrange a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, homologados pelos órgãos reguladores.
Preço de Integralização	Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração aplicável, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso.
Projeto de Investimento	Conforme definido na seção “Destinação dos Recursos”.
Procedimento de Bookbuilding	Procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelo Coordenador Líder, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos e máximos, para a verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxas de juros, e posterior definição com a Emissora da taxa final dos Juros Remuneratórios.
Prospecto Preliminar	O prospecto preliminar da Oferta, em conjunto com o Formulário de Referência.
Prospecto Definitivo ou Prospecto	Este prospecto definitivo da Oferta, em conjunto com o Formulário de Referência.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, conjuntamente considerados.
Real ou R\$	A moeda corrente do Brasil.
Remuneração	A Remuneração das Debêntures conforme previsto na Escritura de Emissão e neste Prospecto.
Resolução CMN 2.689	Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada, do Conselho Monetário Nacional.

Juros Remuneratórios das Debêntures

Sobretaxa equivalente a 9,11 (nove inteiros e onze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a taxa máxima equivalia a 355 (trezentos e cinquenta e cinco) pontos base ao ano, acrescida exponencialmente à média aritmética das taxas anuais aplicáveis às NTN-B, com vencimento em 08/2020, divulgadas pela ANBIMA, apurada entre o 3º (terceiro) e o 4º (quarto) Dia Útil imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias).

Valor Nominal Unitário

Valor nominal unitário das Debêntures, de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

As informações constantes deste Prospecto, do nosso Formulário de Referência, inclusive a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto e as seções "7 – Atividades do emissor" e "10 – Comentários dos diretores" do nosso Formulário de Referência, bem como do Estudo de Viabilidade anexo a este Prospecto, relacionam-se com os nossos planos, previsões, expectativas sobre eventos futuros e estratégias e constituem estimativas, projeções e declarações futuras que estão fundamentadas, em grande parte, em nossas perspectivas atuais, projeções sobre eventos futuros e tendências que afetam ou podem afetar o nosso setor de atuação, nossa participação no mercado, nossa reputação, nossos negócios, nossa situação financeira, o resultado das nossas operações, nossas margens e nosso fluxo de caixa.

Embora acreditemos que estejam baseadas em premissas e pressupostos razoáveis, tais estimativas e declarações futuras estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e são feitas, na presente data, com base nas informações que dispomos na data deste Prospecto. Em vista desses riscos e incertezas, as estimativas e declarações futuras constantes deste Prospecto não são ou serão garantias de resultados futuros e, portanto, podem vir a não se concretizar, estando em grande parte além do nosso controle ou capacidade de previsão. Em vista dessas incertezas, as declarações prospectivas não devem ser utilizadas como um parâmetro objetivo.

Potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações sobre tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Prospecto, bem como sobre as metodologias e assunções em que se baseiam as discussões sobre tendências e previsões e não deverão basear sua decisão de investimento exclusivamente nas premissas apresentadas neste Prospecto, no Formulário de Referência, ou mesmo no Estudo de Viabilidade anexo a este Prospecto.

Nosso desempenho pode diferir substancialmente daquele previsto em nossas estimativas e declarações futuras em razão de inúmeros fatores, incluindo:

- conjuntura econômica, política, financeira e comercial do Brasil, e em especial nos mercados geográficos em que atuamos e em que atuam os principais usuários que trafegam nas rodovias da concessionária, bem como possíveis intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, criação ou majoração de tributos ou tarifas ou alteração no ambiente regulatório no Brasil;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, deflação, flutuação nas taxas de juros, variações na taxa de câmbio do Real em relação ao Dólar, aumento do preço da energia, aumento dos níveis de desemprego, crescimento ou diminuição do PIB e da população;
- adoção de medidas por parte do Poder Concedente, incluindo atos unilaterais;
- encampação pelo Poder Concedente, ou qualquer entidade por ele autorizada, da Concessão, por motivos de interesse público;
- risco de intervenção pelo Poder Concedente;
- as condições de infraestrutura e logística no Brasil;
- alterações na legislação e regulamentação brasileiras;
- incapacidade de obter ou manter licenças e autorizações governamentais para nossa operação;

- nossa capacidade de pagamento de nossos financiamentos e cumprimento de nossas obrigações financeiras;
- interesses de nossos Acionistas Controladores;
- nosso nível de endividamento;
- alteração em nossos custos de serviços e custos operacionais;
- nossa capacidade de implementação de nossa estratégia operacional;
- nossa capacidade de acessar o mercado financeiro ou de capitais em condições favoráveis;
- outros fatores que podem afetar nossas condições financeiras, liquidez e resultados operacionais; e
- outros fatores indicados ou discutidos no item "Principais Fatores de Risco Relativos à Emissora" da seção "Sumário da Emissora" e na seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures" do Prospecto, bem como nas seções "4. Fatores de Risco" e "5. Risco de Mercado" do nosso Formulário de Referência.

As palavras "acredita", "pode", "poderá", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas. Essas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto.

Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e as declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto, do Formulário de Referência e do Estudo de Viabilidade, podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros e o desempenho da Emissora podem diferir substancialmente daqueles previstos nas estimativas, em razão, inclusive, dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

A nossa administração acredita que o Estudo de Viabilidade foi preparado em base razoável, refletindo, atualmente, as melhores estimativas e julgamentos disponíveis, e apresenta, de acordo com o seu melhor conhecimento e opinião, a expectativa do curso de ação previsto da Companhia. Entretanto, estas informações não são fatos e não se deve considerá-las como sendo necessariamente indicativas de resultados futuros. Os leitores deste Prospecto são advertidos para não basearem sua decisão de investimento nas informações projetadas apresentadas no Estudo de Viabilidade.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação	Termelétrica Pernambuco III S.A., com seus atos constitutivos arquivados na JUCEPE sob o NIRE 26.300.019.736, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.502.676/0001-37.
Sede	Avenida Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco.
Data e Número de Registro da Emissora na CVM como Companhia Aberta	Em processo de obtenção de registro de Companhia aberta, Categoria B, na CVM.
Objeto social	A Emissora tem por objeto social a participação em sociedades cujo objeto inclua (i) a implantação e a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata, incluindo usinas de geração de energia termoeleétrica a partir de biomassa, óleo combustível e/ou gás natural, (ii) a comercialização da energia elétrica gerada em tais empreendimentos; (iii) a realização de estudos, projetos, comissionamento, testes, operação, manutenção, gerenciamento, supervisão, aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de terceiros para tanto.
Escriturador Mandatário	Itaú Corretora de Valores S.A, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º Andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04.
Auditor Independente	KPMG Auditores Independentes, para os exercícios sociais encerrados 31 de dezembro de 2012, para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013.
Jornais de Publicação	As informações referentes à Emissora, inclusive seus atos societários, são divulgadas/publicadas no DOEPE e no jornal "Valor Econômico", conforme a seção "Informações Sobre a Oferta – Características da Oferta – Publicidade", na página 67 deste Prospecto.
Website na internet	<p>www.utepeiii.com.br.</p> <p>Informações detalhadas sobre a Emissora, resultados, negócios e operações da Emissora poderão ser encontradas no seu Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, que se encontra anexo a este Prospecto. As informações constantes da página da Emissora na <i>internet</i> não são parte integrante deste Prospecto, nem devem ser incorporadas por referência a este Prospecto.</p>
Declarações do Artigo 56 da Instrução CVM 400	As declarações da Emissora e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas ao presente Prospecto.

**IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DAS GARANTIDORAS, DO
COORDENADOR LÍDER, DOS CONSULTORES JURÍDICOS, DO AGENTE
FIDUCIÁRIO, DO BANCO LIQUIDANTE DA EMISSÃO, DO ESCRITURADOR
MANDATÁRIO E DO AUDITOR**

EMISSORA

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

Avenida Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, Pau Ferro - Zona Rural
53670-000, Igarassu, PE
At.: Sr. Paulo Cesar Rutzen
Telefone: (51) 3025-8080
Fac-símile: (51) 3025-8046
E-mail: ri@utepeiii.com.br
Website: www.utepeiii.com.br

GARANTIDORAS

HIDROTÉRMICA S.A.

Av. Plínio Brasil Milano, 607, Porto Alegre, RS
At.: Sr. Paulo Cesar Rutzen
Telefone: (51) 3025-8080
Fac-símile: (51) 3025-8046
Website: www.ht-hidrotermica.com.br

BOLOGNESI S.A.

Av. Plínio Brasil Milano, 607, Porto Alegre, RS
At.: Sr. Paulo Cesar Rutzen
Telefone: (51) 3025-8025
Fac-símile: (51) 3025-8046
Website: www.bolognesi.com.br

COORDENADOR LÍDER

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 3º ao 8º, 11º e 12º andares
04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Robson de Faria Galiano
Telefone: (11) 3708-2508
Fac-símile: (11) 3708-8172
E-mail: robson.galiano@itaubba.com
Website: www.itaubba.com.br

CONSULTORES LEGAIS

Consultores Legais da Emissora

MATTOS FILHO, VEIGA FILHO, MARREY JR. E QUIROGA ADVOGADOS

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447
01403-001, São Paulo, SP
At.: Sra. Marina Anselmo Schneider
Telefone: (11) 3147-7600
Fac-símile: (11) 3147-7770
Website: www.mattosfilho.com.br

Consultores Legais do Coordenador Líder

PINHEIRO NETO ADVOGADOS

Rua Hungria, nº 1100
01455-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Ricardo S. Russo
Telefone: (11) 3247-8400
Fac-símile: (11) 3247-8600
Website: www.pinheironeto.com.br

AGENTE FIDUCIÁRIO

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04
CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
E-mail: middle@pentagonotruster.com.br / backoffice@pentagonotruster.com.br

BANCO LIQUIDANTE DA EMISSÃO

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100
São Paulo, SP, Brasil
CEP: 04344-902
At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: (11) 2797-4431
Fac-símile: (11) 2797-3140
Website: www.itaubank.com.br

ESCRITURADOR MANDATÁRIO

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400
São Paulo, SP, Brasil
CEP: 04538-132
At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: (11) 2797-4431
Fac-símile: (11) 2797-3140
Website: www.itaubank.com.br

AUDITOR INDEPENDENTE

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Av. Borges de Medeiros, nº 2.233, 8º andar,
Porto Alegre, Brasil, CEP 90001-970.
At.: Sr. Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Telefone: (51) 3303-6000
E-mail: palaniz@kpmg.com.br

DECLARAÇÕES DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas a este Prospecto.

SUMÁRIO DA EMISSORA

Este Sumário é apenas um resumo de nossas informações. As informações completas sobre nós estão neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto; leia-os antes de aceitar a Oferta. As informações constantes neste Sumário são consistentes com as informações de nosso Formulário de Referência, nos termos do inciso II, § 3º, do artigo 40 da Instrução CVM 400.

Este Sumário contém um resumo das nossas atividades e das nossas informações financeiras e operacionais, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto e do Formulário de Referência. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Debêntures. Antes de tomar sua decisão em investir em nossas Debêntures, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, incluindo as informações contidas nas seções "Considerações Sobre Estimativas e Perspectivas Sobre o Futuro", e "Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia deste Prospecto", bem como nas seções "Informações Financeiras Seleccionadas", "Fatores de Risco" e "Comentários dos Diretores", contidas nos itens "3", "4" e "10", respectivamente, do Formulário de Referência, além das nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.

Visão Geral

Fomos constituídos pelo Grupo Bolognesi com o objetivo de implantar e explorar comercialmente a Usina Termelétrica Pernambuco III, movida a Óleo Combustível OCB1, com potência instalada de 200.790 Kw, localizada em Igarassu, Pernambuco.

A energia gerada por nós foi vendida no Leilão de Energia Nova A-5/2008, promovido pela ANEEL, por meio da celebração de CCEARs por disponibilidade, com prazo de 15 anos e estabelecendo um Índice de Custo Benefício de R\$ 144,7/MWh, o que garante uma receita fixa anual mínima de R\$ 74,6 milhões (data-base janeiro 2008), indexada a IPCA e adicionalmente uma receita variável destinada a cobrir os custos incorridos quando o fornecimento de energia for despachada pelo ONS.

O ato de autorização para explorarmos nossas atividades como Central Geradora Termelétrica ocorreu por meio da Portaria nº 260, de 2 de julho de 2009, do MNE e das Resoluções Autorizativas nºs 3.078/2011 e 3.375/2012 da ANEEL.

Até a data deste Prospecto, foram realizados investimentos de aproximadamente R\$400 milhões, a fim de possibilitar uma posição diferenciada no setor onde atuamos, estabelecendo parcerias com fornecedores de renome (tais como BP, Wartsilä e Grupo Ultra), bem como utilizando as tecnologias mais avançadas disponíveis no mercado no controle de emissões de poluentes para produção de energia elétrica, atendendo aos mais rigorosos padrões de controle ambiental, visando reduzir as emissões de material particulado na atmosfera.

Crescimento da matriz energética termelétrica

As usinas termelétricas, como a nossa, apresentam-se como uma alternativa para o suprimento seguro de energia elétrica ao Setor Elétrico Brasileiro.

A principal matriz energética brasileira tem sido a hidrelétrica, representando em 2012 aproximadamente 75% da capacidade instalada total em operação atualmente, segundo Anuário Estatístico de Energia Elétrica de 2013 publicado pela EPE – Empresa de Pesquisa Energética. Apesar da alta capacidade, as hidrelétricas apresentam como uma das suas principais desvantagens o fato de os grandes reservatórios causarem normalmente um importante impacto ambiental e, as usinas a fio d'água, terem uma capacidade de geração reduzida durante períodos de grandes secas. Em 2001, as fortes secas que atingiram as regiões dos reservatórios das grandes hidrelétricas do País resultaram no racionamento energético em nível nacional e são um exemplo recente do risco de abastecimento em um sistema prioritariamente hidrelétrico com autonomia (capacidade de armazenamento de água/demanda de energia) limitada. O risco de abastecimento e eventuais quedas no fornecimento de energia têm estimulado o governo a criar mecanismos de incentivo a fontes alternativas de geração de energia.

A partir de 2001, quando a participação das hidrelétricas na matriz energética brasileira passou a diminuir gradativamente, verificou-se a participação cada vez mais relevante de fontes alternativas de geração de energia, com destaque para as termelétricas movidas a gás, biomassa e óleo combustível, as quais respondiam, em 2012 por aproximadamente 18% da capacidade, de acordo com Anuário Estatístico de Energia Elétrica de 2013 publicado pela EPE – Empresa de Pesquisa Energética.

Investimentos em nossa usina

Os investimentos realizados e previstos podem ser resumidos nas tabelas abaixo:

Quadro de Usos e Fontes (em R\$ mil)

Usos			Fontes		
Usos Totais	R\$ 434.619	100,0%	Fontes Totais	R\$ 434.619	100,0%
EPC Nacional	R\$ 179.136	41,2%	Debênture	R\$ 300.000	69,0%
EPC Importado	R\$ 190.433	43,8%			
Linha de Transmissão	R\$ 137	0,0%	Capital Próprio	R\$ 128.689	29,6%
Logística e Impostos	R\$ 15.512	3,6%	Juros Decorrente de Aplicações	R\$ 5.931	1,4%
Despesas Pré-operacionais	R\$ 4.949	1,1%			
Seguros e Taxas	R\$ 700	0,2%			
Meio-ambiente	R\$ 3.000	0,7%			
Outros	R\$ 13.983	3,2%			
Juros Durante Construção	R\$ 26.769	6,2%			

O caso do "Uso Totais", o montante de R\$434.619,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e dezenove reais) engloba os R\$400.200,00 (quatrocentos mil e duzentos reais) utilizados no Projeto de Investimento, assim como R\$26.769,00 (vinte e seis mil setecentos e sessenta e nove reais) incorridos com juros durante a Construção e R\$7.650,00 (sete mil seiscentos e cinquenta reais) incorridos com pagamentos de *fees* e comissões. No Campo "Fontes Totais", a conta "Juros Decorrentes de Aplicações" considera os juros decorrentes do caixa aplicado ao longo do período de construção da usina.

Estrutura societária

Somos controlados pela Bolognesi e pela Hidrotérmica, empresas do Grupo Bolognesi, que iniciou suas atividades em 1975 nos setores imobiliário e de construção civil no município de Porto Alegre. Em 1983 o Grupo Bolognesi passou a atuar em obras públicas, construção pesada e saneamento.

A partir de 2001, o Grupo Bolognesi passou a investir no segmento de geração de energia elétrica, por meio de PCHs detidas pela Hidrotérmica, companhia responsável pela implantação dos projetos de energia elétrica do grupo, com foco na geração de energia limpa e renovável.

O organograma abaixo evidencia nossa estrutura de controle:



Para mais informações sobre a nossa estrutura societária, consultar seções “6.5. Principais Eventos Societários Ocorridos no Emissor, Controladas ou Coligadas”, “8. Grupo Econômico” e “15. Controle” do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, que se encontra disponível para consulta nos endereços indicados na seção “Documentos e Informações Relativos à Emissora”.

Nossos Pontos Fortes

Os nossos principais pontos fortes são:

- **Previsibilidade de receitas e baixo risco de inadimplemento de clientes.** Possuímos contratos de venda de energia de longo prazo no ACR, possuindo CCEAR na modalidade de contrato por disponibilidade, em que nossos consumidores pagam um montante fixo mensal (R\$/kW) acrescido de um montante variável em caso de despacho (R\$/MWh), destinado a cobrir os custos operacionais variáveis da energia elétrica despachada. Adicionalmente, nossa Receita Fixa é indexada pela variação do IPCA, o que nos protege de pressões inflacionárias. Por fim, nossos CCEAR foram celebrados com 39 distribuidoras de energia, resultando em diversificação de clientes e, consequentemente, em menor risco de dependência ou de impacto por problemas com nossas contrapartes.
- **Fornecedores de grande porte.** Nossos principais fornecedores (BP, Wärtsilä e Grupo Ultra) são empresas de reconhecida excelência nos setores em que atuam (combustível, equipamentos e logística, respectivamente). A BP é uma das empresas líderes do setor de exploração, logística e fornecimento de petróleo e gás no mundo. A Wärtsilä, por sua vez, é uma das líderes globais no fornecimento de motores e prestação de serviços para navios e usinas termelétricas. O Grupo Ultra é um dos maiores grupos empresariais privados do Brasil, com posição de liderança nos em setores de distribuição de combustíveis. Para informações adicionais sobre nossos fornecedores, ver seção “Informações do Código ANBIMA para Ofertas Públicas”, a partir da página 22 deste Prospecto.

Nosso contrato para fornecimento de combustível foi celebrado com o Grupo BP, líder mundial no transporte de petróleo e derivados, conforme classificação do ranking Platts Top 250 de 2012. Segundo informações da própria BP eles transportam anualmente 85 milhões de toneladas de petróleo e derivados, o que corresponde a aproximadamente 42% do movimento mundial das cargas no segmento. Acreditamos que esse contrato nos proporciona uma qualificação diferenciada de nosso projeto, com mitigação relevante dos riscos de abastecimento de óleo, dentre os quais destacamos:

- (i) porte, qualidade, experiência e robustez financeira do Grupo BP;
- (ii) qualidade do óleo combustível fornecido, de acordo com as especificações dos motores utilizados;
- (iii) prazo do contrato cobrindo fornecimento integral da demanda de combustível do projeto;
- (iv) mecanismo de reajuste do preço de combustível utilizando as mesmas referências dos nossos contratos de venda de energia, na parcela da receita variável;
- (v) malha de cobertura logística de abastecimento operada pelo Grupo BP viabilizando alocação de cargas em prazos adequados a necessidades de suprimento de óleo combustível do projeto; e
- (vi) mecanismo de repasse dos custos associados ao eventual atraso ou não fornecimento de combustível.

Wärtsilä é reconhecida uma das líderes mundiais no fornecimento de motores para plantas térmicas. É responsável por mais de 54 GW de projetos térmicos implantados em 169 países, o que equivale a 270 plantas do nosso porte. Os motores utilizados em nosso projeto possuem como característica sua conversibilidade para a utilização de gás, caso esse combustível torne-se uma alternativa de suprimento e ganho escala no mercado brasileiro. Além da aquisição dos motores, também celebramos contrato de O&M com Wärtsilä para os primeiros 3 primeiros anos de nossa operação, com a opção de renovações anuais após esse período. Em relação à atividade de O&M, a Wärtsilä é atualmente responsável pela manutenção e operação de 17GW, o que equivale a 85 plantas do nosso porte. Nossos controladores têm experiência com os equipamentos fornecidos pela Wärtsilä utilizados no projeto Rio Amazonas Energia S.A. – Raesa – UTE Cristiano da Rocha, localizado em Manaus, com capacidade instalada de 85 MW. Essa UTE recebeu, em 2007, o prêmio de melhor planta mundial nos quesitos de operação e manutenção concedido pela própria Wärtsilä.

A relação com o Grupo Ultra está intimamente ligada à logística de abastecimento do nosso projeto a partir da entrega de combustível pela BP. O contrato com prazo equivalente à existência do nosso projeto, prevê uma capacidade de estocagem de 40.000 toneladas em tanques localizados no porto de Suape e operados pelo próprio Grupo Ultra. Essa capacidade de estocagem no porto de Suape, combinada com a capacidade de armazenamento de 10.000 toneladas localizada na própria planta do nosso projeto, bem como aliada à robustez do contrato de fornecimento de BP, torna-se um diferencial qualitativo do nosso projeto.

- **Importância da diversificação da matriz energética para o Brasil:** Acreditamos que adicionamos uma importante capacidade de energia ao sistema energético, em especial ao sistema da região nordeste brasileira.
- **Posição logística estratégica.** Nossa localização estratégica, distante apenas 80 quilômetros do Porto de Suape, possibilita o rápido transporte de combustível para nossas atividades, o que acreditamos ser um importante diferencial, especialmente porque garante agilidade no atendimento à demanda de despacho do ONS.

Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia

A construção, operação da UTE Pernambuco III envolve riscos significativos, incluindo aqueles atrelados à infraestrutura logística, que podem levar à perda de receita, aumento de despesas, ou ter qualquer outro efeito negativo sobre a situação financeira da Companhia.

A manutenção e operação de instalações e equipamentos para a geração de energia envolvem vários riscos, incluindo:

- Incapacidade de obter ou renovar permissões e licenças governamentais;
- Indisponibilidade e/ou mau funcionamento de equipamentos;
- Indisponibilidade dos sistemas de distribuição e/ou transmissão;
- Interrupção do fornecimento de combustível;
- Interrupções no trabalho, greves e outras disputas trabalhistas;
- Agitações sociais;
- Geração insuficiente de energia elétrica;
- Problemas inesperados de engenharia e de natureza ambiental;
- Atrasos na construção e na operação, ou custos excedentes não previstos;
- Interrupção no trabalho, inclusive nos portos através dos quais serão importados óleo combustível;
- Necessidade de altos investimentos de capital; e
- Indisponibilidade de financiamentos adequados.

Além disto, as operações da usina dependem de infraestrutura e logística para a condução dos negócios durante a operação de seu projeto, as quais estão sujeitas a falhas, atrasos e interrupções que podem prejudicar tais operações. Para alguns desses riscos não foram contratados seguros e, mesmo os riscos para os quais a Companhia possui seguros, estes poderão ser insuficientes para cobrir custos, penalidades e indenizações que venham a ser devidas.

A ocorrência de quaisquer das hipóteses mencionadas acima ou de outros problemas poderá afetar adversamente a capacidade da Companhia de gerar energia em quantidade compatível com suas obrigações perante clientes, o que pode ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

As atividades da Companhia demandarão investimentos de capital e despesas de manutenção substanciais, que a Companhia poderá não ser capaz de suportar.

Para alcançar as estimativas de produção, geração, e consequente venda de energia elétrica, poderá ser necessário substancial investimento de capital. A Companhia poderá necessitar de capital, entre outros, para fins de gerenciar ativos adquiridos, adquirir novos equipamentos se necessário, manter as condições operacionais dos equipamentos existentes, financiar custos operacionais, financiar capital de giro, obter direitos de titularidade, licenças e autorizações, bem como para assegurar o continuado cumprimento da legislação e regulamentação ambientais. Na medida em que os recursos financeiros gerados internamente e aqueles decorrentes de empréstimos e financiamentos contratados sejam insuficientes para financiar a necessidade de capital da Companhia, será preciso obter recursos adicionais através de endividamento e/ou emissão de valores mobiliários. No entanto, esse tipo de financiamento poderá não estar disponível ou, se estiver, poderá apresentar-se em termos não satisfatórios. Os futuros financiamentos da dívida da Companhia, se disponíveis, poderão resultar em maiores despesas com o serviço da dívida, aumento do nível de alavancagem e diminuição da receita disponível para o financiamento de novas aquisições e a expansão dos negócios. Ademais, futuros financiamentos da dívida poderão limitar a capacidade de suportar pressões competitivas e sujeitar a Companhia a maior vulnerabilidade em períodos de crise econômica. Se a Companhia não for bem sucedida ao gerar ou obter suficiente capital adicional no futuro, poderá ser forçada a reduzir ou adiar gastos de capital, vender ativos ou reestruturar ou refinaranciar seu endividamento.

A Companhia pode não ser capaz de gerar toda a energia que obrigou-se contratualmente a entregar, podendo resultar em efeito adverso à Companhia.

Nos contratos de compra e venda de energia elétrica, a Companhia obrigou-se a gerar e entregar montantes determinados de energia elétrica. Caso a Companhia não seja capaz, ou seja, impedida de gerar energia elétrica em montante suficiente para cumprir as obrigações assumidas, a Companhia pode ter uma redução da receita estimada, o que poderá afetar adversamente o fluxo de caixa e resultados operacionais. Adicionalmente, a Companhia pode ser obrigada a adquirir energia por meio da celebração de contratos de energia de curto prazo, normalmente mais custosos, para atender as obrigações, o que pode comprometer a situação financeira e a qualidade dos serviços da Companhia frente aos consumidores.

A Companhia não detém autorização para o início da operação comercial das atividades de seu projeto e pode ser incapaz de manter todas as demais licenças e autorizações necessárias às operações do seu projeto.

Na data deste Prospecto a autorização para o início da operação comercial das atividades de seu projeto (UTE Pernambuco III) não havia sido concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, tendo em vista que o projeto encontrava-se em fase teste e apenas após a conclusão satisfatória dessa fase que a ANEEL poderá conceder a autorização para o início da operação comercial das atividades.

A Companhia possui as demais licenças e autorizações para a consecução de suas atividades, de acordo com a legislação e órgãos reguladores do Brasil, como por exemplo, a Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH) e Ministério de Minas e Energia, entretanto, é impossível assegurar que a Companhia será capaz de obter, manter ou renovar todas as licenças e autorizações necessárias às operações do seu projeto, inclusive, após sua concessão, a autorização para o início da operação comercial das suas atividades, conforme mencionado no parágrafo anterior. A perda de licenças e autorizações necessárias para a operação da Companhia poderão resultar no impedimento da Companhia de operar sua usina térmica e, consequentemente, afetar substancial e adversamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da mesma.

A Companhia pode vir a ser substancialmente afetada pelo atraso do início da operação comercial e do fornecimento de energia sob os CCEARs.

O início do fornecimento de energia pela Companhia no âmbito dos contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado estava previsto para 1º de janeiro de 2013 e, até o momento, a usina UTE Pernambuco III não entrou em operação comercial. Conforme as normas e regulamentos do setor, o descumprimento do prazo de início de fornecimento pode acarretar, dentre outras penalidades e sanções, em multa, por infração, de até 2% sobre o valor da energia produzida, correspondente aos doze meses anteriores à infração e na obrigação de adquirir energia e potência de terceiros para reposição de lastro. Em casos de atraso, a ANEEL ainda estabelece limites para repasse dos valores de compra de energia aos CCEARs originais e aos consumidores finais, que podem chegar a 50% do valor de venda do contrato original, a depender do atraso.

Conforme descrito no quadro constante do item 4.3(ii) do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, a usina UTE Pernambuco III, ainda não entrou em operação comercial e, em decorrência de tal fato a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE exigiu que a Companhia aporte o lastro, bem como garantias financeiras de forma a recompor o valor da energia que deixou de ser entregue ao mercado e a garantia financeira para cobrir a exposição financeira negativa no âmbito do Mercado de Curto Prazo – MCP. O atraso no início da operação comercial da usina UTE Pernambuco III se deu em decorrência do atraso na emissão da outorga da Autorização da UTE Pernambuco III para a construção da usina, o que afetou o cronograma para início de sua operação comercial.

A Companhia solicitou administrativamente à ANEEL a prorrogação do prazo para início da operação comercial da usina UTE Pernambuco III objetivando assim a declaração de inexigibilidade das garantias financeiras, lastro e eventuais penalidades aplicáveis (“Processo Administrativo”). A ANEEL ainda não se manifestou sobre a referida solicitação e, portanto, a Companhia impetrou mandado de segurança visando exclusivamente suspender a aplicação de toda e qualquer penalidade, bem como da exigência de lastro e garantias financeiras, decorrentes do atraso no início da operação comercial da usina UTE Pernambuco III, até que a ANEEL aprecie o pedido formulado em sede administrativa para que haja a prorrogação do cronograma de início das operações. Atualmente, as obrigações da Companhia de aportar o lastro e apresentar garantias financeiras, conforme solicitado pela CCEE encontram-se suspensas por liminar obtida em juízo de segundo grau até julgamento definitivo da ação (“Liminar”).

Caso o Processo Administrativo seja julgado total ou parcialmente improcedente pela ANEEL ou ocorra em qualquer momento a revogação da Liminar, a Companhia poderá, dependendo da interpretação do judiciário e da ANEEL, ser obrigada a cumprir retroativamente as obrigações acima descritas, isto é, a recomposição de lastro de energia e potência, apresentação de garantias financeiras, sujeição a penalidades e demais encargos a partir da data em que deveria ter iniciado a sua operação comercial sob pena de aplicação das penalidades aqui descritas, o que terá um efeito negativo relevante na situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Informações do Código ANBIMA para Ofertas Públicas

Adicionalmente às informações já apresentadas acima, seguem abaixo informações pontuais sobre a Emissora exclusivamente para fins de atendimento ao disposto do artigo 22 do Código ANBIMA.

Políticas de responsabilidade social, patrocínio e incentivo cultural adotadas pela Emissora.

A Emissora ainda não adotou qualquer tipo de política de responsabilidade social, patrocínio e incentivo cultural

Práticas de governança corporativa recomendadas pelo Código de Melhores Práticas de Governança Corporativas publicado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, adotadas pela Emissora ou por seus Controladores.

Na data deste Prospecto, a Companhia ou suas Controladoras não adotam práticas de governança corporativa recomendadas pelo Código de Melhores Práticas de Governança Corporativas publicado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Relação de dependência do mercado nacional e/ou estrangeiro

A Emissora atua exclusivamente no mercado nacional, desta forma, sua atividade depende exclusivamente do consumo de energia no mercado brasileiro.

Efeitos da ação governamental no negócio da Emissora e regulamentação específica das atividades.

Visão Geral do Setor de Energia no Brasil

Em 2011, o MME aprovou o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica - PDEE 2011-2020, o qual estabelece critérios para a expansão do sistema de energia elétrica brasileiro, relativo aos mercados de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica para o período compreendido entre os anos de 2011 e 2020.

O PDEE visa à expansão do SIN por meio de um planejamento que oriente as ações governamentais futuras e forneça uma correta sinalização a todos os agentes do setor elétrico brasileiro, a fim de garantir o suprimento de energia de forma sustentável para o meio ambiente, a minimização dos custos totais, os quais incluem os custos socioambientais e os custos de operação, e a alocação eficiente dos investimentos, base para modicidade tarifária futura.

Os estudos de planejamento feitos pelo PDEE abrangem o horizonte dos próximos dez anos, sendo objeto de revisões anuais que considerarão, entre outras, as mudanças nas previsões de crescimento do consumo de energia elétrica e as reavaliações da economicidade e viabilidade dos projetos de geração.

Com objetivo de alcançar expressiva redução da Conta de Consumo de Combustíveis (“CCC”) dos Sistemas Isolados, o PDEE contempla ainda a integração dos sistemas isolados ao SIN, por intermédio da construção das linhas de transmissão Jauru/Vilhena, em 230kV, Tucuruí/Manaus (Cariri), em 500kV, e Jurapari/Macapá, em 230kV, e a linha de transmissão Manaus-Boa Vista, em 500kV (prevista para entrar em operação em janeiro de 2015), no menor prazo possível, tendo em vista que as análises econômicas para a implementação do projeto de integração já foram efetuadas.

Atualmente, o SIN é dividido em quatro subsistemas elétricos: Sudeste/Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte. O PDEE objetiva também a integração dos sistemas isolados Acre-Rondônia e Manaus-Macapá aos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste até janeiro de 2012, o que, segundo relatórios da ANEEL, deve ocorrer somente no 1o semestre de 2013.

Além da integração dos sistemas isolados, o PDEE também prevê, para a expansão da geração de energia elétrica, a repotenciação, definida pela PDEE como a execução de um conjunto de obras que visam à geração de potência e rendimento, e à modernização das usinas existentes, o que, embora possa não representar muito em termos de Energia Assegurada, contribuirá para o atendimento do crescimento da demanda máxima de energia prevista.

De acordo com a ANEEL, existe hoje um total de 2.606 empreendimentos de geração em operação no Brasil, gerando 118.416.648 kw de potência. A adição de 50.223 MW na capacidade de geração do país é esperada para os próximos anos, proveniente dos 175 empreendimentos atualmente em construção e mais 551 empreendimentos com concessão e/ou autorização outorgada.

Segundo dados do ONS, existe grande potencial hidrelétrico disponível para geração de energia elétrica a região norte do país. Na região nordeste, embora com pequeno potencial hidroelétrico para geração energética, o potencial de geração de energia eólica encontra-se em crescente desenvolvimento, além de existir grande potencial para implantação de PCHs e geração térmica através da queima de carvão e combustíveis fósseis. Já na região sudeste e centro oeste, ainda que o potencial hidroelétrico seja baixo, existe potencial para geração térmica através de combustíveis fósseis e bagaço de cana-de-açúcar. Por fim, a região sul caracteriza-se por um médio potencial hidroelétrico disponível, bem como pela existência de potencial para geração térmica através da queima de carvão.

Segundo o Anuário Estatístico de Energia Elétrica de 2013 publicado pela EPE – Empresa de Pesquisa Energética, a matriz energética brasileira é composta por 75,2% de geração hidrelétrica; 8,5% geração termelétrica a gás natural; 6,3% de geração termelétrica por biomassa; 2,9% de geração termelétrica a óleo combustível e diesel; 1,5% de geração termelétrica a carvão; 2,9% de geração nuclear; 0,9% de geração eólica e 1,8% de outras fontes.

Aproximadamente 38% da capacidade instalada de geração de energia dentro do Brasil é atualmente de propriedade da Eletrobrás, empresa controlada pelo Governo Federal. Além disso, alguns Estados brasileiros controlam empresas envolvidas na geração, transmissão e distribuição de energia, tais como a Companhia Paranaense de Energia – COPEL e a Companhia de Energia Minas Gerais – CEMIG, dentre outras.

Ambiente de Contratação Regulada – ACR

No ACR, as distribuidoras compram de geradoras suas necessidades projetadas de energia elétrica para entrega a seus consumidores cativos por meio de leilões públicos, coordenados pela ANEEL, direta ou indiretamente, no último caso, por intermédio da CCEE.

As compras de energia elétrica são realizadas por meio de dois tipos de contratos bilaterais: (1) Contratos de Quantidade de Energia, e (2) Contratos de Disponibilidade de Energia. Nos termos dos Contratos de Quantidade de Energia, a unidade geradora compromete-se a suprir certa quantidade de energia elétrica e assume o risco de sua geração efetiva ser, porventura, prejudicada por condições hidrológicas e baixo nível dos reservatórios, entre outras condições. Neste caso, a unidade geradora ficará exposta ao preço do mercado de curto prazo (PLD – Preço de Liquidação de Diferenças). Assim, a receita contratual das geradoras é garantida, mas existe a possibilidade de uma despesa com a liquidação no âmbito da CCEE. Nos termos dos Contratos de Disponibilidade de Energia, a unidade geradora compromete-se a disponibilizar certa capacidade ao ACR. Neste caso, a receita da unidade geradora está garantida e as distribuidoras em conjunto enfrentam o risco hidrológico. Em conjunto, esses contratos constituem os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, ou CCEARs.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as distribuidoras de energia elétrica terão direito de repassar a seus respectivos consumidores os custos relacionados à energia elétrica por elas adquirida por meio de leilões públicos, bem como quaisquer impostos e encargos do setor.

Com relação à outorga de novas concessões, os regulamentos recém promulgados exigem que as licitações para novas instalações de geração hidrelétricas incluam, entre outras coisas, a porcentagem mínima de energia elétrica a ser fornecida ao ACR.

As características dos leilões de energia são: (i) coordenação pela ANEEL e (ii) maior previsibilidade do fluxo de caixa. Como diferenciais possui: (i) de acordo com a Lei, 100% da demanda das distribuidoras deve ser atendida (ii) oportunidade para diversos produtores (iii) venda dividida para todas as distribuidoras.

Incentivos Governamentais do Setor Elétrico

Visando a criar incentivos para geradores de energia alternativa, o Governo Federal estabeleceu uma redução não inferior a 50,0% na TUSD devida por (i) pequenos geradores hidroelétricos com capacidade entre 1.000 KW e 30.000 kW, (ii) geradores com capacidade de 1.000 KW e (iii) geradores de energia alternativa (empreendimentos solares, eólicos ou de biomassa) com capacidade de 30.000 kW. A redução é aplicável à TUSD devida pela fonte de geração e também por seu consumidor. O valor da redução da TUSD será incluído como "componentes financeiros" na tarifa de reajuste ou na revisão tarifária.

O Programa de Aceleração de Crescimento ("PAC") é um programa lançado pelo Governo Federal em janeiro de 2007, que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os quatro anos seguintes e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimentos totais de R\$503 bilhões até 2010, sendo uma de suas prioridades os investimentos em infraestrutura.

Em relação ao investimento em infraestrutura, o conjunto de investimentos está organizado em três eixos decisivos: (i) infraestrutura logística, envolvendo a construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; (ii) infraestrutura social e urbana, englobando saneamento, habitação, metrô, trens urbanos, universalização do programa Luz para Todos e recursos hídricos e, (iii) Infraestrutura Energética, correspondendo a geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis.

Recursos Humanos.

Na data deste Prospecto, nossa Companhia é pré-operacional, não possuindo funcionários ou uma política de recursos humanos aprovada. Quando estivermos em operação, nossa usina será operada por 12 colaboradores próprios e a parte de manutenção (O&M) será executada por aproximadamente 20 pessoas terceirizadas, com profundo conhecimento em engenharia mecânica e elétrica, totalizando aproximadamente 32 colaboradores na unidade.

Contratos relevantes firmados pela Emissora e relacionamento com os principais fornecedores e clientes

Além das relações contratuais abaixo descritas e as relações comerciais no curso regular de nossos negócios, não possuímos qualquer relacionamento com nossos principais fornecedores e clientes.

Contrato de Compra e Venda de Óleo Combustível

Contrato celebrado em 27 de novembro de 2012 com BP Products North America Inc, sociedade de Maryland. O contrato dispõe sobre a venda de óleo combustível, principal insumo para a produção de energia e tem validade de 15 anos. A Companhia acredita que esse contrato lhe proporciona uma qualificação diferenciada de seu projeto, com mitigação relevante dos riscos de abastecimento de óleo, dentre os quais destacamos:

- (i) porte, qualidade, experiência e robustez financeira do grupo BP;
- (ii) qualidade do óleo combustível fornecido, de acordo com as especificações dos motores utilizados;

- (iii) prazo do contrato cobrindo fornecimento integral da demanda de combustível do projeto;
- (iv) mecanismo de reajuste do preço de combustível utilizando as mesmas referências dos nossos contratos de venda de energia, na parcela da receita variável;
- (v) malha de cobertura logística de abastecimento operada pelo grupo BP viabilizando alocação de cargas em prazos adequados a necessidades de suprimento de óleo combustível do projeto; e
- (vi) mecanismo de repasse dos custos.

Contrato de Prestação de Serviços de Armazenamento e Movimentação de Produto

Contrato celebrado em 29 de abril de 2013 com a Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar e Bolognesi Participações S.A., este contrato regula os serviços de recebimento, armazenamento, movimentação e expedição do produto Óleo Combustível OCB1 a ser adquirido pela Emissora. O combustível adquirido para posterior utilização na usina será recebido e armazenado em um tanque de capacidade de 40.000 toneladas situado no terminal portuário de Suape. Os serviços abrangem também toda a mão de obra direta e/ou indireta necessária, bem como todos os recursos, incluindo equipamentos que se façam necessários para a execução dos mesmos. Este contrato também estabelece que serão necessários serviços de obras de adaptação da tancagem e da linha de píer, de forma a permitir que os serviços de armazenagem e movimentação do produto sejam executados. Estes serviços foram contratados pela Bolognesi Participações S.A. com previsão de conclusão em fevereiro de 2014. Desta forma, para atender a necessidade de recebimento, estocagem e movimentação de óleo combustível a partir de outubro de 2013, o Tequimar disponibilizou instalações provisórias contendo todas as facilidades requeridas, as quais poderão ser utilizadas até a conclusão das instalações definitivas.

Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível

Contrato celebrado em 27 de março de 2013 com a Transporte Rodoviário Nordeste Ltda. tem prazo de 60 (sessenta) meses, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período mediante ajuste e aditivo entre as partes. O contrato prevê a prestação de serviços de disponibilidade de frota e transporte do óleo combustível. O transporte do combustível do tanque situado no terminal portuário de Suape até a usina será realizado por 20 (vinte) carretas de capacidade de 37 (trinta e sete) toneladas cada. A distância entre o terminal portuário e a usina é de cerca de 80 (oitenta) quilômetros e, de acordo com o contrato, está prevista a realização de no mínimo uma viagem e meia por carreta por dia, de modo a totalizar a entrega de 1.010 toneladas por dia, o suficiente para garantir o funcionamento contínuo da usina.

Contrato de Fornecimento de Equipamentos

Contrato celebrado em 9 de maio de 2012 com Wärtsilä Finland OY, dispõe sobre o fornecimento de 23 motores Wärtsilä 20V32 bem como todo o equipamento e atividades técnicas relacionadas. A Wärtsilä é reconhecida uma das líderes mundiais no fornecimento de motores para plantas térmicas, sendo responsável por mais de 54 GW de projetos térmicos implantados em 169 países, o que equivale a 270 plantas do nosso porte. Os motores utilizados em nosso projeto possuem como característica sua conversibilidade para a utilização de gás, caso esse combustível torne-se uma alternativa de suprimento e ganho escala no mercado brasileiro. Além da aquisição dos motores, também celebramos contrato de O&M com Wärtsilä para os primeiros 3 primeiros anos de nossa operação, com a opção de renovações anuais após esse período. Em relação à atividade de Operação e Manutenção, a Wärtsilä é atualmente responsável pela manutenção e operação de 17GW, o que equivale a 85 plantas do nosso porte. Nossos controladores têm experiência com os equipamentos fornecidos pela Wärtsilä utilizados no projeto Rio Amazonas Energia S.A. – Raesa – UTE Cristiano da Rocha, localizado em Manaus, com capacidade instalada de 85 MW. A UTE Cristiano da Rocha recebeu, em 2007, o prêmio de melhor planta mundial nos quesitos de operação e manutenção concedido pela própria Wärtsilä.

Contrato de EPC – *Engineering, Procurement and Construction*.

Contrato celebrado em 18 de julho de 2012 com Tecmon Montagens Técnicas Industriais LTDA. dispõe sobre o fornecimento global de bens, serviços e equipamentos relativos à implantação do empreendimento na modalidade EPC – *Engineering, Procurement & Construction* (Engenharia, Suprimento e Construção) na modalidade “chave na mão”. De acordo com esta modalidade, também conhecida como *turn key*, a contratada assume total e completa responsabilidade por todos os bens, serviços e equipamentos necessários para colocá-los em plena disponibilidade para operação comercial. Desta forma, o escopo do contrato compreende todos e quaisquer recursos, conhecimentos, tecnologias, metodologias, serviços de engenharia, obras civis, construções, fabricações, fornecimento de materiais, peças e equipamentos, ferramentas e infraestrutura, transportes, descarga e estocagem seguras, seguros, garantias, montagem completa dos equipamentos e materiais eletromecânicos, acessórios e auxiliares, comissionamento e teste de desempenho das instalações, treinamento próprio e de terceiros subcontratados a qualquer título para proceder à implantação da usina.

Contrato de Operação e Manutenção

Celebrado em 18 de setembro de 2013 com a Wartsila Brasil Ltda., regula todos os serviços de mobilização, operação e manutenção da usina, incluindo, mas não se limitando a: contratação e treinamento de pessoal, recebimento, descarregamento e armazenamento de combustíveis, lubrificantes, e produtos químicos, fornecimento de consumíveis, suporte técnico de engenharia, fornecimento de infraestrutura de TI (*hardware e software*), fornecimento de transporte e refeições para o pessoal. Os serviços estão divididos em duas fases: a fase 1 compreende as etapas de comissionamento e pré-operação da usina enquanto a fase 2 corresponde à fase de operação comercial da usina.

Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por disponibilidade

Os contratos de comercialização de energia em ambiente regulado – CCEAR são os contratos que regem a remuneração recebida pela Companhia proveniente da venda de energia. Estes são contratos futuros de longo prazo (15 anos para energia termelétrica) estabelecidos entre os distribuidores que compõem o *pool* - agrupamento de empresas - comprador de energia e cada um dos empreendimentos vencedores do leilão. Foram firmados no total 39 (trinta e nove) contratos, cada um com uma distribuidora. A tabela abaixo apresenta os contratos considerados bem como a distribuidora com que cada contrato foi firmado, sendo que exceto em relação à receita fixa paga por cada distribuidora, proporcional à energia contratada, os parâmetros que regem cada contrato são iguais.

Contrato	Distribuidora
CCEAR Nº 9626/08 – 94387NE	Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES SUL
CCEAR Nº 9628/08 – 94389NE	Ampla Energia e Serviços S.A.
CCEAR Nº 9629/08 – 94390NE	Bandeirante Energia S.A.
CCEAR Nº 9630/08 – 94391NE	CAIUÁ – Distribuição de Energia S.A.
CCEAR Nº 9631/08 – 94392NE	Companhia Energética de Alagoas – CEAL
CCEAR Nº 9632/08 – 94393NE	CEB Distribuição S.A.
CCEAR Nº 9633/08 – 94394NE	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE
CCEAR Nº 9634/08 – 94395NE	CELG Distribuição S.A.
CCEAR Nº 9635/08 – 94396NE	Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA
CCEAR Nº 9636/08 – 94397NE	Companhia Energética de Pernambuco – CELPE
CCEAR Nº 9637/08 – 94398NE	Companhia de Energia Elétrica do Estado Do Tocantins – CELTINS
CCEAR Nº 9638/08 – 94399NE	Companhia Energética do Maranhão – CEMAR
CCEAR Nº 9639/08 – 94400NE	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT
CCEAR Nº 9640/08 – 94401NE	Companhia Energética do Piauí – CEPISA
CCEAR Nº 9641/08 – 94402NE	Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON
CCEAR Nº 9642/08 – 94403NE	Companhia Força e Luz Do Oeste – CFLO
CCEAR Nº 9643/08 – 94404NE	Companhia Nacional de Energia Elétrica – CNEE
CCEAR Nº 9644/08 – 94405NE	Companhia de Eletricidade do Estado Da Bahia – COELBA
CCEAR Nº 9645/08 – 94406NE	Companhia Energética do Ceará – COELCE
CCEAR Nº 9646/08 – 94407NE	COPEL Distribuição S.A.
CCEAR Nº 9647/08 – 94408NE	Companhia Energética do Rio Grande Do Norte – COSERN
CCEAR Nº 9648/08 – 94409NE	Companhia Jaguari de Energia – CPFL JAGUARI
CCEAR Nº 9649/08 – 94410NE	Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL PAULISTA
CCEAR Nº 9650/08 – 94411NE	Companhia Piratininga de Força e Luz S.A. – CPFL PIRATININGA
CCEAR Nº 9651/08 – 94412NE	Companhia Luz e Força Santa Cruz – CPFL STA CRUZ
CCEAR Nº 9652/08 – 94413NE	Empresa Elétrica Bragantina S.A. – EEB
CCEAR Nº 9653/08 – 94414NE	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
CCEAR Nº 9654/08 – 94415NE	Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE
CCEAR Nº 9655/08 – 94416NE	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
CCEAR Nº 9656/08 – 94417NE	Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A.
CCEAR Nº 9657/08 – 94418NE	Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A.
CCEAR Nº 9658/08 – 94419NE	Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A.
CCEAR Nº 9659/08 – 94420NE	Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S.A.
CCEAR Nº 9660/08 – 94421NE	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL
CCEAR Nº 9661/08 – 94422NE	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA
CCEAR Nº 9662/08 – 94423NE	Light Serviços de Eletricidade S.A. – LIGHT SESA
CCEAR Nº 9627/08 – 94388NE	Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – Amazonas ENERGIA
CCEAR Nº 9663/08 – 94424NE	Empresa De Distribuição de Energia Vale Parapanema S.A.
CCEAR Nº 9664/08 – 94425NE	Rio Grande Energia S.A. – RGE

APRESENTAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER DA OFERTA

O Itaú BBA é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 3º ao 8º andar, CEP 04538-132, Bairro Itaim Bibi.

O Itaú BBA é um banco de atacado brasileiro com ativos na ordem de R\$233 bilhões e uma carteira de crédito de R\$158,5 bilhões em 31 de dezembro de 2012. O banco faz parte do grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA é responsável por prover serviços financeiros para grandes empresas. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, Bogotá, Lisboa, além de escritórios de representação em Lima, Bogotá, Nova Iorque, Frankfurt, Paris, Luxemburgo, Madri, Londres e Xangai.

A área de *Investment Banking* oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável, além de fusões e aquisições.

De acordo com a ANBIMA, o Itaú BBA tem apresentado liderança consistente no *ranking* de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004 a 2012, com participação de mercado entre 19% e 55%. Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Em 2012, o Itaú BBA foi escolhido como o Banco mais inovador da América Latina pela The Banker e também como melhor banco de investimento da América Latina pela Global Finance.

Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures da Ecovias (R\$ 881 milhões), da Colinas (R\$950 milhões), da Iochpe-Maxion (R\$320 milhões), da TAESA (R\$2,16 bilhões), da Algar (R\$294 milhões), da Ecorodovias Concessões e Serviços (R\$800 milhões), da AES Eletropaulo (R\$750 milhões), da Mills (R\$270 milhões) e da BR Properties (R\$600 milhões). Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as operações da BR Malls (R\$500 milhões), Ecorodovias Infraestrutura e Logística (R\$550 milhões), Natura (R\$400 milhões) e da Contax (R\$120 milhões). Destacam-se ainda as operações de FIDC do Banco Volkswagen (R\$930 milhões), da CEDAE (R\$1,14 bilhões), FIDC Insumos Básicos da Indústria Petroquímica II (R\$500 milhões), CRI RB Capital com risco BR Malls (R\$500 milhões), CRI Brazilian Securities com risco Direcional Engenharia (R\$101 milhões) e CRI RB Capital com risco Petrobrás Distribuidora (R\$512 milhões). No segmento de renda fixa internacional, em 2012 o Itaú BBA participou como joint-bookrunner de 25 ofertas de bonds, cujo montante total alcançou mais de US\$21 bilhões. Dentre as operações recentes em que o Itaú BBA atuou como *sole-bookrunner* ou *joint-bookrunner*, destacam-se as ofertas da Cencosud (US\$1,2 bilhão), Banco Itaú Unibanco (US\$1,87 bilhão), Usina São João (US\$275 milhões), OAS (US\$500 milhões), Banco ABC Brasil (US\$100 milhões) e Odebrecht (US\$1,0 bilhão). Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *deposit receipts*, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa, conforme divulgado pela agência "Institutional Investor".

Em 2012, o Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$13,7 bilhões. No *ranking* da ANBIMA, o banco fechou o ano de 2012 em primeiro lugar em número de ofertas com participação no mercado de 53,8%. No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed e floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI).

Em 2012, o Itaú BBA participou de operações de debêntures, notas promissórias de securitização que totalizaram R\$23,5 bilhões. De acordo com o *ranking* da ANBIMA, o Itaú BBA foi classificado em primeiro lugar no *ranking* 2012 de distribuição de operações em renda fixa e securitização. A participação de mercado somou 29,5%. Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso a investidores para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários.

Na área de fusões e aquisições, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 69 transações no ano de 2012, obtendo a liderança no *ranking* Thomson Reuters em número de operações.

EXEMPLARES DO PROSPECTO

Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam o Prospecto e o Prospecto Preliminar antes de tomar qualquer decisão de investir nas Debêntures.

Os investidores interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta poderão obter exemplares deste Prospecto nos endereços da Emissora e do Coordenador Líder indicados na seção "Identificação da Emissora, das Garantidoras, do Coordenador Líder, dos Consultores Jurídicos, do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante da Emissão, do Escriturador Mandatário e do Auditor", página 14 deste Prospecto, bem como nos websites indicados abaixo:

Emissora

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Website: www.utepeiii.com.br. (Nesta página, em "Últimos Arquivamentos na CVM", acessar a versão mais recente disponível do Prospecto).

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.

Website: <http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos-to-iubb.asp> (para acessar o Prospecto Definitivo, clicar em "Termelétrica Pernambuco III S.A. – Prospecto Definitivo 1ª Emissão Debêntures Simples").

BM&FBOVESPA S.A. – BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS

Website: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/ofertas-publicas/Termelétrica-Pernambuco-28102013.aspx?idioma=pt-br> e, em seguida "Prospecto Definitivo".

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Website: www.cetip.com.br – no final dessa página acessar, em "Comunicados e Documentos", o link "Prospectos" e, em seguida, no campo disponível acessar "Prospectos de Debêntures" e, no campo "Título" digitar "Termelétrica Pernambuco III" e acessar o prospecto no link disponível com a data mais recente.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM

Website: www.cvm.gov.br (neste *website* acessar "Cias Abertas e Estrangeiras" da seção "Acesso Rápido", selecionar subitem "ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações". No link, buscar por "Termelétrica Pernambuco III S.A." e clicar em continuar. Em seguida, clicar em "Termelétrica Pernambuco III S.A." e, na página seguinte, selecionar "Prospecto de Distribuição Pública". Acessar *download* com a data mais recente).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PARTE 2 – INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

- **Sumário da Oferta**
- **Informações Sobre a Oferta**
- **Operações Vinculadas à Oferta**
- **Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder**
- **Fatores de Risco**
- **Destinação dos Recursos**
- **Capacidade de Pagamento da Emissora**
- **Capitalização**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DA OFERTA

*Esta seção é um sumário de determinadas informações da Oferta contidas em outras partes deste Prospecto e não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. **O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção "Fatores de Risco" apresentada a partir da página 107 deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, e nas seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência.***

Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

Emissora	Termelétrica Pernambuco III S.A.
Garantidoras	Hidrotérmica S.A. e Bolognesi Participações S.A.
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S.A.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38. Na data deste Prospecto e com base no organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário declara, para os fins do parágrafo 2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, que não presta serviços de agente fiduciário em outras emissões de valores mobiliários da Emissora, de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico da Emissora.
Banco Liquidante da Emissão	Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04.
Escriturador Mandatário	Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64.
Agência de Classificação de Risco	Fitch Ratings.
Classificação de Risco	AA+(bra).
Valor Mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, da primeira emissão da Companhia.
Capital Social da Emissora	O capital social da Emissora, na data deste Prospecto, é de R\$125.939.000,00, representado por 26.162.996 ações ordinárias.

Autorizações Societárias A Emissão e a Oferta são realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 25 de outubro de 2013, cuja ata foi publicada no DOEPE e no jornal Valor Econômico em 26 de novembro de 2013, e arquivada na JUCEPE em 13 de novembro de 2013, sob o nº 20136708617, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, nas quais foram deliberados a aprovação da (a) Emissão e das Debêntures, incluindo seus termos e condições, conforme o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; (b) Oferta, incluindo os seus termos e condições, conforme o disposto na Lei 6.385 e na Instrução CVM 400; (c) aprovação da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e da Alienação Fiduciária de Equipamentos; (d) autorização à Diretoria da Emissora para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e à Oferta; e (e) a autorização, no âmbito e para fins da Emissão e da Oferta, (i) ao Agente Fiduciário para atuar, isoladamente, como bastante procurador da Companhia estritamente nos termos dos Contratos de Garantia.

Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão das Debêntures serão integralmente utilizados para o pagamento (i) integral do saldo devedor, na data deste Prospecto de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da Caixa Econômica Federal – CEF em 18 de janeiro de 2013, no valor nominal de R\$90.000.000,00 (noventa milhões) e cujo saldo devedor na data deste Prospecto é de R\$99.702.075,00 (noventa e nove milhões, setecentos e dois mil, setenta e cinco reais (“CCB Caixa”)); e (ii) pagamento parcial de duas Cédulas de Crédito Bancário emitidas em favor do Banco Itaú BBA S.A. em 22 de março de 2013 e 28 de agosto de 2013, no valor nominal conjunto de R\$223.000.000,00 (duzentos e vinte e três milhões de reais) e cujo saldo devedor na data deste Prospecto é, respectivamente de R\$14.018.499,93 (quatorze milhões, dezoito mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa centavos), e R\$180.080.166,26 (cento e oitenta milhões, oitenta mil, cento e sessenta e seis reais e vinte e seis centavos) (“CCBs Itaú”, e, quando em conjunto com CCB Caixa, “CCBs”). Os recursos captados mediante a emissão das CCBs foram destinados, exclusivamente, à implementação e desenvolvimento do projeto de investimento da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Pernambuco III, localizada no município de Igarassu, Estado de Pernambuco (“UTE Pernambuco III”) e, desta forma, nos termos da Lei 12.431/2011, os recursos da Emissão serão utilizados para o pagamento de dívidas incorridas e relacionadas ao Projeto de Investimento (conforme abaixo definido), nos termos da Lei 12.431/2011. Além dos recursos provenientes da Emissão, para liquidar integralmente as CCBs Itaú, a Emissora poderá utilizar recursos provenientes de geração de caixa próprio e/ou por meio de aporte de capital de suas Acionistas. Para mais informações, ver seção “Destinação dos Recursos”, apresentada na página 114 deste Prospecto.

Projeto de Investimento Conforme a seção “Destinação dos Recursos”, página 114 deste Prospecto.

**Tratamento Tributário
das Debêntures e
Imunidade Tributária**

As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431 e, conseqüentemente, também gozam do tratamento tributário previsto no artigo 1º da referida Lei.

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, que será avaliada pelo Banco Liquidante e pelo Escriturador Mandatário e poderá ser julgada apropriada pelo Banco Liquidante e pelo Escriturador Mandatário, sob pena de ter descontados dos rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Regime de Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação para todas as Séries, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação do Coordenador Líder. Para maiores informações sobre o plano da Oferta, ver seção "Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures Oferta – Plano da Oferta", página 69 deste Prospecto.

**Procedimento de
*Bookbuilding***

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxas de juros, e posterior definição com a Emissora da taxa final dos Juros Remuneratórios.

Os investidores que tiveram interesse em participar do Procedimento de *Bookbuilding*, apresentaram suas ordens de investimentos em diferentes níveis de taxas de juros, observado que a taxa mínima apresentada deveria ser equivalente à média aritmética das taxas anuais aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 08/2020 – NTN-B/20, divulgadas pela ANBIMA, apurada entre o 3º (terceiro) e o 4º (quarto) Dia Útil imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) acrescido de sobretaxa de 150 (cento e cinquenta) pontos base ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Taxa Mínima da Ordem de Investimento"). A Taxa Mínima da Ordem de Investimento obtida foi equivalente a 7,68% (sete inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Caso as intenções de investimento apresentadas pelos investidores não observem a Taxa Mínima da Ordem de Investimento, tais investidores não terão suas ordens de investimento consideradas no Procedimento de *Bookbuilding*, e tais ordens de investimento serão automaticamente canceladas.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão e será divulgado por meio do Anúncio de Início, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

Puderam participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta (ver o item “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Público Alvo da Oferta”, página 70 deste Prospecto), incluindo Pessoas Vinculadas até o limite de 15% (quinze por cento) do valor total da Oferta, exceto no caso de exercício da garantia firme, hipótese em que não haverá esta limitação (ver o item “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Pessoas Vinculadas” página 70 deste Prospecto).

Caso fosse verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, não seria permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas seriam automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Tendo em vista que não houve excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, foi permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas.

O investidor deve ler a seção “**Fatores de Risco – Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures, bem como afetar sua liquidez no mercado secundário**” página 110 deste Prospecto.

Valor Total da Emissão	O valor total da emissão será inicialmente de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão.
Quantidade	Serão emitidas 300.000 (trezentas mil) Debêntures, observado que (i) a primeira série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures (“ <u>Debêntures da Primeira Série</u> ”), (ii) a segunda série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures (“ <u>Debêntures da Segunda Série</u> ”), (iii) a terceira série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures (“ <u>Debêntures da Terceira Série</u> ”); (iv) a quarta série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures (“ <u>Debêntures da Quarta Série</u> ” e quando em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e Debêntures da Terceira Série, “ <u>Debêntures</u> ”).
Valor Nominal Unitário	As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão.
Conversibilidade	As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora ou de qualquer outra companhia.
Espécie	As Debêntures serão da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58, <i>caput</i> , da Lei das Sociedades por Ações.

Séries	A emissão será realizada em até 4 (quatro) séries.
Prazo de Subscrição	A Oferta apenas terá início após (i) a concessão do registro de companhia aberta, categoria B, à Emissora, pela CVM; (ii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) a publicação do Anúncio de Início; (iv) a celebração do Contrato de Distribuição; e (v) disponibilização do Prospecto Definitivo, incluindo o Formulário de Referência anexo a este Prospecto, aos investidores, nos termos da Instrução CVM 400. As Debêntures poderão ser subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data da publicação do Anúncio de Início. Na hipótese de não haver subscrição e integralização por parte de investidor que tenha manifestado adesão à Oferta no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , sua manifestação de adesão será considerada como cancelada, e as Debêntures objeto de tal manifestação poderão ser colocadas perante outros investidores do Público Alvo observado o Prazo de Distribuição; ou o Coordenador Líder deverá liquidar referidas Debêntures até o limite da garantia firme indicado neste Prospecto, observado o disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Plano da Oferta", página 69 deste Prospecto.
Forma de Subscrição	As Debêntures serão subscritas utilizando-se os procedimentos do MDA e/ou do DDA conforme o caso.
Forma de Integralização e Preço de Subscrição	As Debêntures serão integralizadas à vista, na Data de Integralização e em moeda corrente nacional pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso.
Negociação	As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário utilizando-se os procedimentos do CETIP 21 e/ou do BOVESPA FIX.
Data de Emissão	Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de novembro de 2013.
Prazo e Data de Vencimento	<p>Observado o disposto na Escritura de Emissão, o prazo de cada Série será como segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2025 ("<u>Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série</u>"). b) As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 3 (três) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de fevereiro de 2025 ("<u>Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série</u>"). c) As Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2025 ("<u>Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série</u>").

- d) As Debêntures da Quarta Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 9 (nove) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de agosto de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série e Datas de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, "Datas de Vencimento das Debêntures").

Atualização Monetária

As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, calculada de forma pro rata temporis por Dias Úteis, sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

Amortização das Debêntures da Primeira Série

O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2014 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, ressalvada as hipóteses de (i) resgate; (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série, nos termos previstos na Escritura de Emissão e neste Prospecto.

Amortização das Debêntures da Segunda Série

O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2015 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, ressalvada as hipóteses de (i) resgate; (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série, nos termos previstos na Escritura de Emissão e neste Prospecto.

Amortização das Debêntures da Terceira Série

O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2015 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, ressalvada as hipóteses de (i) resgate; (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Terceira Série, nos termos previstos na Escritura de Emissão e neste Prospecto.

Amortização das Debêntures da Quarta Série

O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série será amortizado anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de agosto de 2015 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série, ressalvada as hipóteses de (i) resgate; (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Quarta Série, nos termos previstos na Escritura de Emissão e neste Prospecto.

Remuneração	As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente 9,11% (nove inteiros e onze centésimos por cento) ao ano base 252 Dias Úteis, definida no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> (" <u>Juros Remuneratórios das Debêntures</u> "), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração das Debêntures de cada Série, conforme aplicável, calculado em regime de capitalização composta, de forma <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis, e pagos anualmente, conforme definido na fórmula na Escritura de Emissão e transcrita neste Prospecto. Para maiores informações sobre a Remuneração, ver seção "Informações Sobre a Oferta – Características da Oferta – Remuneração", página 55 deste Prospecto.
Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série	A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2014 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série.
Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série	A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento 15 de fevereiro de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.
Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série	A Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série.
Pagamento da Remuneração das Debêntures da Quarta Série	A Remuneração das Debêntures da Quarta Série será paga anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de agosto de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série.
Repactuação	As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
Resgate Antecipado Obrigatório	Não haverá resgate antecipado obrigatório. Contudo, as Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA/IBGE. Para mais informações, vide seção "Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Debêntures – As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA/IBGE", página 110 deste Prospecto.
Oferta de Resgate Antecipado Total	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados a partir da Data de Emissão nos termos do artigo 1º, §1º da Lei 12.431/2011, realizar, mediante deliberação do Conselho de Administração, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures (" <u>Debêntures Alvo</u> "), endereçada a todos os Debenturistas (" <u>Debenturistas Alvo</u> "), sendo assegurado a todos os Debenturistas Alvo igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por ele detidas. A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada de acordo com os termos previstos na Escritura de Emissão e neste Prospecto. Para maiores informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Características da Oferta – Oferta de

Aquisição Facultativa

Resgate Antecipado Total”, página 57 deste Prospecto.

A Emissora poderá, depois de decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados a partir da Data de Emissão, adquirir as Debêntures em circulação, nos termos do Artigo 1º, §1º da Lei 12.431/2011. A Emissora poderá adquirir as Debêntures em Circulação, desde que observados os termos no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável editada pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, na medida em que a aquisição seja por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário da respectiva Série ou ao saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva Série, conforme o caso. Para maiores informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Características da Oferta – Aquisição Facultativa”, página 58 deste Prospecto.

Eventos de Inadimplemento e Vencimento Antecipado

As Debêntures estão sujeitas a determinados Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para mais informações, vide seções “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Vencimento Antecipado”, página 60 deste Prospecto.

O investidor deve ler o subitem “As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado” do item “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures” da seção “Fatores de Risco”, a partir da página 109 deste Prospecto.

Quóruns de Deliberação

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da em primeira convocação e maioria dos representantes em segunda convocação.

Não estão incluídos no quórum acima: (i) os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas da Escritura de Emissão; e (ii) as alterações relativas às características das Debêntures, como por exemplo (a) dos quóruns previstos na Escritura de Emissão; (b) da Remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da criação de evento de repactuação; ou (f) de quaisquer dos termos previstos na cláusula 6.25 e suas subcláusulas da Escritura de Emissão (eventos de Vencimento Antecipado das Debêntures), sendo que tais alterações deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

Público Alvo

O público alvo da Oferta é composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inclusive clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, bem como investidores não residentes devidamente registrados perante a CVM que invistam no Brasil, nos termos da Resolução CVM 2.689 e da Instrução CVM 325, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Pessoas Vinculadas

São considerados como pessoas vinculadas os investidores que sejam: (a) controladores e/ou administradores da Emissora ou de suas controladas; (b) controladores e/ou administradores do Coordenador Líder; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Caso fosse verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, não seria permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas seriam automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Tendo em vista que não houve excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, foi permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas.

O investidor deve ler a seção **"Fatores de Risco – Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures, bem como afetar sua liquidez no mercado secundário"**, na página 110 deste Prospecto.

Inadequação da Oferta

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de energia elétrica. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", a partir da página 107 deste Prospecto, em conjunto com as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado", do Formulário de Referência anexo a este a partir da página 645 deste Prospecto.

Garantias

Garantias Reais. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias previstas na Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido") a Emissão contará com as seguintes garantias: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Companhia sobre (i) todos os direitos emergentes da Autorização; (ii) todos os valores a serem depositados e mantidos nas Contas Reserva; e (iii) os CCEARs, bem como os direitos emergentes decorrentes dos CCEARs, conforme termos definidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e no Contrato de Administração de Contas, observados os termos e condições de tais instrumentos ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"); (ii) alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da Emissora, detidas atualmente pelas Garantidoras, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas às acionistas da Emissora, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações oneradas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Emissora e de titularidade das acionistas da Emissora, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações ("Alienação Fiduciária de Ações"); e (iii) alienação fiduciária dos Equipamentos, conforme definidos no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos ("Alienação Fiduciária de Equipamentos" e, quando em conjunto com Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Alienação Fiduciária de Ações, "Garantias Reais").

Garantia Fidejussória. Adicionalmente às Garantias Reais, a Emissão contará com garantia adicional fidejussória, representada pela fiança bancária concedida pelo Itaú BBA, no montante limitado a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), acrescido da Atualização Monetária e da Remuneração das Debêntures, bem como de eventuais Encargos Moratórios, nos termos da Escritura de Emissão de forma a garantir as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora no âmbito da Emissão, até a efetiva entrada em operação da Emissora, observado que o Contrato Fiança Bancária *Completion* vigorará pelo menor prazo entre (i) 12 (doze) meses a contar da primeira Data de Integralização; (ii) 12 (doze) meses após a Emissora entrar em operação comercial, conforme autorização a ser concedida pelo Poder Concedente, por meio de publicação, no Diário Oficial da União, de despacho específico da superintendência de fiscalização dos serviços de geração do Poder Concedente, conforme verificado pelo Agente Fiduciário, sendo que neste último caso deverão ainda ser observadas as seguintes condições: (a) após a Emissora obter licença de operação da linha de transmissão, a ser emitida pela Agencia Estadual do Meio Ambiente – CPRH, conforme confirmado pelo Agente Fiduciário, por meio do recebimento de cópia de referida licença a ser encaminhada pela Emissora; e (b) caso a Emissora esteja adimplente com todas as obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, conforme confirmado pelo Agente Fiduciário por meio de declaração da Emissora nos termos da Escritura de Emissão em relação à observância das obrigações previstas na Escritura de Emissão. O decurso do prazo estabelecido nos termos dos itens (i) e (ii) acima constitui condição resolutiva do Contrato de Finança Bancária *Completion*.

Para maiores informações sobre as Garantias, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Garantias”, página 67 deste Prospecto.

Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA ou por meio do Banco Liquidante da Emissão para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou BM&FBOVESPA.

Prorrogação dos Prazos	Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado nacional, sábado, domingo, ou dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com (i) sábado, domingo ou feriado nacional para pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP; e (ii) sábado, domingo, feriado nacional, feriado municipal na Cidade de São Paulo; ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA, para os pagamentos que devam ser realizados por meio da BM&FBOVESPA.
Fatores de Risco	Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados veja a seção "Fatores de Risco", a partir da página 107 deste Prospecto, e as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado", do Formulário de Referência anexo a este Prospecto a partir da página 645.
Distribuição Parcial	Em virtude da garantia firme não há possibilidade de distribuição parcial no âmbito da Oferta.
Cronograma da Oferta	Para informações sobre o cronograma da Oferta, ver seção "Informações Sobre a Oferta – Cronograma Indicativo da Oferta", na página 72 deste Prospecto.
Informações Adicionais	<p>Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora ou a Oferta poderão ser obtidas com o Coordenador Líder e na CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação da Emissora, das Garantidoras, do Coordenador Líder, dos Consultores Jurídicos, do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante da Emissão, do Escriturador Mandatário e do Auditor", na página 14 deste Prospecto.</p> <p>Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver seção "Informações Sobre a Oferta", na página 47 deste Prospecto.</p> <p>O pedido de registro da Oferta foi apresentado à CVM em 20 de setembro de 2013, estando a Oferta sujeita à prévia aprovação pela CVM.</p>

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Emissora é de R\$125.939.000,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 26.162.996 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. A Emissora está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 14.000.000 (quatorze milhões) de novas ações, independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, por deliberação do Conselho de Administração da Emissora, que fixará, em cada caso, as condições de emissão.

A tabela abaixo demonstra a distribuição do capital social da Emissora entre os acionistas com participação relevante acima de 5% do capital social da Companhia na data deste Prospecto:

Acionista	Ações Ordinárias	Participação (%)	Total Ações	Participação (%)
Hidrotérmica S.A.	5.939.000	22,70%	5.939.000	22,70%
Bolognesi S.A.	20.223.996	77,30%	20.223.996	77,30%
Ações em Tesouraria	0	0	0	0
Administradores e outros	0	0	0	0
Total	26.162.996	100%	26.162.996	100%

Para informações adicionais sobre a composição do capital social da Emissora, consultar o quadro 15 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Autorizações Societárias

A Emissão e a Oferta são realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 25 de outubro de 2013, cuja ata foi publicada no DOEPE e no jornal Valor Econômico em 26 de novembro de 2013 e foi arquivada na JUCEPE em 13 de novembro de 2013, sob o nº 20136708617, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, nas quais foram deliberados a aprovação da (a) Emissão e das Debêntures, incluindo seus termos e condições, conforme o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; (b) Oferta, incluindo os seus termos e condições, conforme o disposto na Lei 6.385 e na Instrução CVM 400; (c) aprovação da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e da Alienação Fiduciária de Equipamentos; (d) autorização à Diretoria da Emissora para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e à Oferta; e (e) a autorização, no âmbito e para fins da Emissão e da Oferta, (i) ao Agente Fiduciário para atuar, isoladamente, como bastante procurador da Companhia estritamente nos termos dos Contratos de Garantia.

A Alienação Fiduciária de Ações foi aprovada (a) em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Hidrotérmica realizada em 24 de outubro de 2013 e que foi arquivada na JUCERGS em 07 de novembro de 2013, sob o nº 3874092; e (b) em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Bolognesi realizada em 24 de outubro de 2013 e que foi registrada na JUCERGS em 19 de novembro de 2013, sob o nº 3878481.

Os atos societários da Emissora que eventualmente venham a ser realizados no âmbito da Emissão e da Oferta, após o arquivamento da Escritura de Emissão na JUCEPE, serão igualmente arquivados na JUCESP e publicados no jornal "Valor Econômico", em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

Características da Oferta

Registro da Oferta e das Debêntures

A Oferta será devidamente registrada na CVM, na forma da Lei 6.385, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 400, no Código Anbima e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis.

A Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão devidamente arquivados na JUCEPE, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, e na Escritura de Emissão. A Escritura de Emissão foi registrada na JUCEPE em 13 de novembro de 2013, sob o nº 20136708617.

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio (a) do MDA e do CETIP 21, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) do DDA e do BOVESPA FIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e a negociação das Debêntures.

Coleta de Intenções de Investimento (Bookbuilding)

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxas de juros, de forma a definir a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures.

Os investidores que tiveram interesse em participar do Procedimento de *Bookbuilding*, apresentaram suas ordens de investimentos em diferentes níveis de taxas de juros, observado que a taxa mínima apresentada deveria ser equivalente à média aritmética das taxas anuais aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 08/2020 – NTN-B/20, divulgadas pela ANBIMA, apurada entre o 3º (terceiro) e o 4º (quarto) Dia Útil imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) acrescido de sobretaxa de 150 (cento e cinquenta) pontos base ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Taxa Mínima da Ordem de Investimento"). A Taxa Mínima da Ordem de Investimento obtida foi equivalente a 7,68% (sete inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Caso as intenções de investimento apresentadas pelos investidores não observassem a Taxa Mínima da Ordem de Investimento, tais investidores não tiveram suas ordens de investimento consideradas no Procedimento de *Bookbuilding*, e tais ordens de investimento foram automaticamente canceladas.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão e será divulgado por meio do Anúncio de Início. O 1º Aditamento à Escritura de Emissão foi celebrado pela Emissora e pelo Agente Fiduciário em 04 de dezembro de 2013, e será devidamente arquivado na JUCEPE.

Puderam participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta (ver o item "Contrato de Distribuição – Público Alvo da Oferta", na página 70 deste Prospecto), incluindo Pessoas Vinculadas até o limite de limite máximo de 15% (quinze por cento) do valor total da Oferta, exceto no caso de exercício de garantia firme, hipótese em que não houve este limite.

Caso fosse verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, não seria permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas seriam automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Tendo em vista que não houve excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, foi permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas.

O investidor deve ler a seção **"Fatores de Risco – Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures, bem como afetar sua liquidez no mercado secundário."**, na página 110 deste Prospecto.

Prazo de Subscrição

Respeitadas (i) a concessão do registro de companhia aberta, categoria B, à Emissora, pela CVM; (ii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) a publicação do Anúncio de Início; (iv) o registro para distribuição e negociação das Debêntures no ambiente da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA; (v) a celebração do Contrato de Distribuição; e (vi) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, nos termos da Instrução CVM 400, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data da concessão do registro da Oferta pela CVM, observado o disposto no item "Contrato de Distribuição – Plano da Oferta" deste Prospecto.

Na hipótese de não haver subscrição e integralização por parte de investidor que tenha manifestado adesão à Oferta no Procedimento de *Bookbuilding*, sua manifestação de adesão será considerada como cancelada, e as Debêntures objeto de tal manifestação poderão ser colocadas perante outros investidores do Público Alvo observado o Prazo de Distribuição; ou o Coordenador Líder deverá liquidar referidas Debêntures até o limite da garantia firme descrita neste Prospecto, na mesma Série definida pelo investidor até a publicação do Anúncio de Encerramento.

Forma de Subscrição

As Debêntures serão subscritas utilizando-se os procedimentos do MDA e/ou do DDA, conforme o caso.

Forma e Preço de Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso.

Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário utilizando-se os procedimentos do CETIP 21 e/ou do BOVESPA FIX.

Características das Debêntures

Número da Emissão

A Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

Valor Total da Emissão

O valor total da emissão será de inicialmente R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão.

Quantidade de Debêntures

Serão emitidas inicialmente 300.000 (trezentas mil) Debêntures, observado que: (i) a primeira série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures; (ii) a segunda série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures, (iii) a terceira série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures; e (iv) a quarta série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil).

Valor Nominal Unitário

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão.

Séries

A emissão será realizada em até 4 (quatro) Séries, observado o regime de garantia firme de colocação e liquidação para as Debêntures de todas as séries.

Forma e Comprovação de Titularidade

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário, e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido pela CETIP extrato em nome do titular das Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e/ou (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será expedido pela BM&FBOVESPA extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora ou de qualquer outra companhia.

Espécie

As Debêntures serão da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações. Para maiores informações sobre as Garantias ver item "Garantias", na página 67 desta Seção do Prospecto.

Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de novembro de 2013.

Prazo e Data de Vencimento

Observado o disposto na Escritura de Emissão, ressalvada a hipótese de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, o prazo de vencimento de cada Série será o que segue:

- As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2025;
- As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 3 (três) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de fevereiro de 2025;
- As Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2025;

- As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 9 (nove) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de agosto de 2025.

Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo IBGE, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado das Debêntures"), segundo a seguinte fórmula:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right] \quad VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

n = número total de índices considerados na atualização monetária, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

Dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou última data de aniversário das Debêntures, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice de preço, sendo "dup" um número inteiro; e

Dut = número de Dias Úteis contidos entre a Data de Emissão ou data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro.

Sendo que:

- A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade;
- O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- Considera-se data de aniversário o dia 15 (quinze) de cada mês ou o primeiro Dia Útil seguinte caso o dia 15 (quinze) não seja Dia Útil;

- (iv) Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas do ativo em questão;

$$\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

- (v) Os fatores resultantes da expressão: são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (vi) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento; e
- (vii) Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o *pro rata* do último Dia Útil anterior.

Caso, se até a data de aniversário das Debêntures, o NI_k não tenha sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NI_k na apuração do Fator "C" um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA ("Número-Índice Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

onde:

NI_{kp} = Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento; e

Projeção: variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

- (i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e
- (ii) o número-índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

Indisponibilidade do IPCA/IBGE

Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A assembleia geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da assembleia geral de Debenturistas, a referida assembleia geral de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Atualização Monetária.

Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará por uma das alternativas a seguir estabelecidas, devendo a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida entre:

- (i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures (conforme definida abaixo) devido até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou das respectivas Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente; ou
- (ii) apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação para cada Série, não excedendo a Data de Vencimento e o prazo médio de amortização em cada caso. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definido) continuará sendo aquela estabelecida na Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) precisam ser necessariamente aprovados em assembleia geral de Debenturistas, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados no item "Assembleia Geral" na página 67 desta seção do Prospecto. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Amortização

O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2014 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, conforme a tabela abaixo, ressalvada as hipóteses de (i) resgate, (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série, nos termos da Escritura de Emissão.

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a Ser Amortizado
15 de novembro de 2014	26,5000%
15 de novembro de 2015	3,5000%
15 de novembro de 2016	6,0000%
15 de novembro de 2017	5,0000%
15 de novembro de 2018	6,0000%
15 de novembro de 2019	7,5000%
15 de novembro de 2020	8,5000%
15 de novembro de 2021	8,0000%
15 de novembro de 2022	8,0000%
15 de novembro de 2023	8,0000%
15 de novembro de 2024	8,0000%
15 de novembro de 2025	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado

O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2015 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, conforme a tabela abaixo, ressalvada as hipóteses de (i) resgate, (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão.

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a Ser Amortizado
15 de fevereiro de 2015	3,0000%
15 de fevereiro de 2016	7,5000%
15 de fevereiro de 2017	8,0000%
15 de fevereiro de 2018	8,5000%
15 de fevereiro de 2019	7,5000%
15 de fevereiro de 2020	9,5000%
15 de fevereiro de 2021	10,5000%
15 de fevereiro de 2022	11,0000%
15 de fevereiro de 2023	12,0000%
15 de fevereiro de 2024	10,5000%
15 de fevereiro de 2025	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado

O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2015 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, conforme a tabela abaixo, ressalvada as hipóteses de (i) resgate, (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Terceira Série, nos termos da Escritura de Emissão.

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a Ser Amortizado
15 de maio de 2015.....	3,0000%
15 de maio de 2016.....	7,5000%
15 de maio de 2017.....	8,0000%
15 de maio de 2018.....	8,5000%
15 de maio de 2019.....	7,5000%
15 de maio de 2020.....	9,5000%
15 de maio de 2021.....	10,5000%
15 de maio de 2022.....	11,0000%
15 de maio de 2023.....	12,0000%
15 de maio de 2024.....	10,5000%
15 de maio de 2025.....	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado

O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série será amortizado anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de agosto de 2015 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série, conforme a tabela abaixo, ressalvada as hipóteses de (i) resgate, (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Quarta Série, nos termos da Escritura de Emissão.

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a Ser Amortizado
15 de agosto de 2015.....	3,0000%
15 de agosto de 2016.....	7,5000%
15 de agosto de 2017.....	8,0000%
15 de agosto de 2018.....	8,5000%
15 de agosto de 2019.....	7,5000%
15 de agosto de 2020.....	9,5000%
15 de agosto de 2021.....	10,5000%
15 de agosto de 2022.....	11,0000%
15 de agosto de 2023.....	12,0000%
15 de agosto de 2024.....	10,5000%
15 de agosto de 2025.....	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado

Remuneração

As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 9,11% (nove inteiros e onze centésimos por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis, conforme definido em Procedimento de *Bookbuilding* ("Juros Remuneratórios das Debêntures"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração das Debêntures de cada Série, conforme aplicável, calculado em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, e pagos anualmente, conforme definido na fórmula abaixo ("Remuneração").

Os Juros Remuneratórios das Debêntures foram apurados na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, e serão divulgados nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde,

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures devido no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

$taxa = 9,1100$;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Pagamento da Remuneração

Debêntures da Primeira Série

A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2014 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Primeira Série aqueles que forem titulares de Debêntures da Primeira Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

Debêntures da Segunda Série

A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Segunda Série aqueles que forem titulares de Debêntures da Segunda Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

Debêntures da Terceira Série

A Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Terceira Série aqueles que forem titulares de Debêntures da Terceira Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

Debêntures da Quarta Série

A Remuneração das Debêntures da Quarta Série será paga anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de agosto de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Quarta Série") e, em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série e Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série, "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Quarta Série aqueles que forem titulares de Debêntures da Quarta Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

Repactuação Programada

Não haverá repactuação programada.

Resgate Antecipado Obrigatório

Não haverá resgate antecipado obrigatório. Contudo, as Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA/IBGE, nos termos da Escritura de Emissão e deste Prospecto. **Para maiores informações ver a seção "Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Debêntures – As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA/IBGE", na página 110 deste Prospecto.**

Oferta de Resgate Antecipado Total

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados a partir da Data de Emissão nos termos do artigo 1º, §1º da Lei 12.431/2011, realizar, mediante deliberação do Conselho de Administração, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Debêntures Alvo"), endereçada a todos os Debenturistas ("Debenturistas Alvo"), sendo assegurado a todos os Debenturistas Alvo igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por ele detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado no Valor Econômico conforme item "Publicidade" abaixo, no mínimo, 30 (trinta) dias antes da data prevista para realização da Oferta de Resgate Antecipado ("Editais de Oferta de Resgate Antecipado"), que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (b) a forma de manifestação dos Debenturistas Alvo que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado; (c) a data efetiva para o resgate das Debêntures Alvo e de pagamento aos Debenturistas Alvo; e (d) demais informações necessárias;
- (ii) após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas Alvo que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, fora do âmbito da CETIP e da BM&FBOVESPA. Ao final deste prazo, a Emissora terá 7 (sete) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto do Resgate Antecipado serão resgatadas em uma única data;
- (iii) a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debenturistas Alvo, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado, sendo que este percentual deverá ser divulgado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado.

O valor do Resgate Antecipado devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Alvo, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas Alvo, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo, conforme fórmula abaixo:

$$PU_{\text{resgate}} = VNe + (\text{Prêmio} * VNe)$$

onde:

PU_{resgate} = Valor Unitário do Resgate Antecipado;

VNe = Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado;

Prêmio = a ser divulgado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, se o caso.

O pagamento do valor a ser resgatado deverá ser realizado pela Emissora na data do Resgate Antecipado, por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas na CETIP 21, ou pela BM&FBOVESPA para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, ou mediante depósito nas contas correntes indicadas pelos Debenturistas Alvo, a ser realizada pelo Escriturador Mandatário para aquelas Debêntures Alvo que não estejam custodiadas na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, sendo certo que todas as Debêntures Alvo objeto de resgate serão liquidadas em uma única data. As Debêntures Alvo objeto de Resgate Antecipado deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, depois de decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados a partir da Data de Emissão, adquirir as Debêntures em circulação, nos termos do Artigo 1º, §1º da Lei 12.431/2011.

Observado o disposto acima, a Emissora poderá adquirir as Debêntures em Circulação, desde que observados os termos no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável editada pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, na medida em que a aquisição seja por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário da respectiva Série ou ao saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva Série, conforme o caso.

As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos da Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA ou por meio do Banco Liquidante da Emissão para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou BM&FBOVESPA.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado nacional, sábado, domingo, ou dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com (i) sábado, domingo ou feriado nacional para os pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP; e (ii) sábado, domingo, feriado nacional, feriado municipal na Cidade de São Paulo ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA, para os pagamentos que devam ser realizados por meio da BM&FBOVESPA.

Tratamento Tributário das Debêntures e Imunidade Tributária

As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431/2011 e, consequentemente, também gozam do tratamento tributário previsto no artigo 1º da referida Lei.

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431/2011, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, que será avaliada pelo Banco Liquidante e pelo Escriturador Mandatário e poderá ser julgada apropriada pelo Banco Liquidante e pelo Escriturador Mandatário, sob pena de ter descontados dos rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Vencimento Antecipado

Vencimento Antecipado Automático.

O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada evento, um “Evento de Inadimplemento Automático”):

- I. pedido, por parte da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou, se a Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou ainda, se a Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras formular pedido de autofalência;
- II. liquidação, dissolução, extinção, insolvência, pedido de falência não elidido no prazo legal, deferimento ou decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras;
- III. falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- IV. pagamento de dividendos, lucros ou juros sobre capital próprio pela Emissora, caso esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias e Índices Financeiros estabelecidos na Escritura de Emissão e/ou nos demais Contratos da Oferta, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- V. inadimplemento ou não pagamento, na data de vencimento original, de quaisquer obrigações financeiras, com instituições financeiras, no mercado local ou internacional, que individualmente ou em conjunto seja igual ou superior a (a) R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) pela Emissora; e (b) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) pelas Garantidoras;
- VI. declaração de vencimento antecipado de obrigações financeiras ou incorridas no mercado de capitais, no mercado local ou internacional, que individualmente ou em conjunto seja igual ou superior a (a) R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) em relação à Emissora; e (b) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) em relação às Garantidoras;
- VII. não cumprimento de qualquer decisão administrativa, cujos efeitos não tenham sido suspensos no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados de sua ciência, sentença arbitral definitiva de natureza condenatória ou sentença judicial transitada em julgado contra (a) a Emissora, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); e (b) as Garantidoras, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

- VIII. ocorrência de alteração societária relacionada à liquidação, dissolução, cisão, fusão, ou incorporação da Emissora (incluindo incorporações de ações), sem anuência prévia dos titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ressalvado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e com exceção da hipótese de alteração no controle acionário direto da Emissora, por meio de conferência das ações da Emissora detidas pelas Garantidoras ao capital social de sociedade que deterá a totalidade do capital social da Emissora ("Nova Controladora da Emissora"), passando as Garantidoras a serem controladoras indiretas da Emissora, e controladoras diretas da Nova Controladora da Emissora;
- IX. redução de capital social da Emissora sem anuência prévia de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, conforme previsto no artigo 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- X. se ocorrer qualquer mudança no controle acionário da Emissora, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, sem a anuência prévia de titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, com exceção das alterações em decorrência de mudança no controle acionário direto da Emissora, por meio de conferência das ações da Emissora detidas pelas Garantidoras ao capital social da Nova Controladora da Emissora, passando as Garantidoras a ser controladoras indiretas da Emissora, e controladoras diretas da Sociedade Controladora da Emissora;
- XI. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XII. se a Emissora criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre suas propriedades, receitas e ativos e qualquer forma de cessão ou promessa de cessão de suas receitas ou recebíveis, no presente ou no futuro, que, a critério de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, possa afetar as atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou as Garantias, excetuando-se (i) operações decorrentes de leis ou de decisão administrativa no contexto dos Projetos de Investimento; (ii) operações com a finalidade de atender exigências previstas na Autorização do Poder Concedente; (iii) operações constituídas na parcela variável da receita de vendas de energia ou (iv) as Garantias que serão prestadas no âmbito desta Emissão, nos termos dos Contratos de Garantia;
- XIII. a Emissora (i) conceder empréstimos ou financiamentos a terceiros de qualquer montante, assim não entendidos adiantamentos a fornecedores no curso normal dos negócios da Emissora, exceto a concessão de Mútuos Permitidos; ou (ii) tomar mútuos, empréstimos ou adiantamentos de quaisquer instituições financeiras ou sociedades do seu grupo econômico que, durante o prazo da presente Emissão, impliquem endividamento global da Emissora, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, exceto pelos Endividamentos Permitidos;
- XIV. caso a Emissora preste fiança ou assuma outras obrigações financeiras em benefício de terceiros, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- XV. decisão arbitral final ou sentença transitado em julgado declarando a invalidade, nulidade ou inexecutabilidade da Escritura de Emissão e/ou dos demais Contratos da Oferta;

- XVI. cancelamento, suspensão, revogação ou extinção, por qualquer motivo, da Autorização, exceto se, dentro do prazo de 15 Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Emissora comprove que houve decisão favorável à reversão do cancelamento, suspensão, revogação ou extinção ou obteve medida liminar suspendendo-o;
- XVII. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão e/ou nos demais Contratos da Oferta; e
- XVIII. caso a Emissora não entre em operação comercial, conforme autorização a ser concedida pelo Poder Concedente, no prazo de 11 (onze) meses, a contar da Data de Emissão das Debêntures.

A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos na Escritura de Emissão.

Para fins do Vencimento Antecipado Automático, os valores apresentados em reais serão reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou na falta deste, ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo.

As referências a “controle” encontradas neste Prospecto deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

Vencimento Antecipado Não Automático.

Observado ao disposto nas Cláusulas 6.25.2.2, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da eventual não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures (cada evento, um “Evento de Inadimplemento Não Automático” e, quando em conjunto com os Eventos de Inadimplemento Automático, os “Eventos de Inadimplemento”):

- I. falta de cumprimento pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras, conforme o caso, de quaisquer obrigações não pecuniárias constantes da Escritura de Emissão e dos demais Contratos da Oferta, em especial ao Contrato de Administração de Contas, exceto aquelas previstas no item III dos Evento de Inadimplemento Automático descritos acima, que não seja sanada no prazo de 15 (quinze) dias, contados de notificação neste sentido;
- II. protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), e contra qualquer das Garantidoras, cujo valor individual seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, ou (ii) se o protesto for cancelado, sustado judicialmente, ou for prestada garantia aceita em juízo, no valor do(s) protesto(s), sendo certo que tais medidas deverão ser informadas ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, contados da ocorrência do protesto, seu cancelamento ou sustação;

- III. rescisão, término, declaração de vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução dos Contratos Relevantes, com exceção do Contrato de Operação e Manutenção que observará o item (IV) abaixo e o Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível que observará o item (V) abaixo, exceto se, dentro do prazo de 20 (vinte) Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Emissora comprove que houve (i) decisão, judicial ou acordo entre as partes envolvidas nos respectivos Contratos Relevantes, favorável à reversão do vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução dos Contratos Relevantes, ou (ii) obteve medida liminar suspendendo qualquer desses eventos;
- IV. rescisão, término, declaração de vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução do Contrato de Operação e Manutenção, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Emissora comprove que (i) houve substituição do respectivo contrato, por meio de celebração de contrato equivalente com empresas do mesmo grupo econômico da Emissora, desde que os gastos anuais de tal contrato não sejam superiores ao valor estabelecido no Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário, novo contrato e eventuais aditamentos que comprovarão os custos incorridos em decorrência da referida alteração; ou (ii) a Emissora desenvolverá as atividades estabelecidas no referido contrato; ou (iii) houve decisão, judicial ou acordo entre as partes envolvidas no Contrato de Operação e Manutenção, favorável à reversão do vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução do Contrato de Operação e Manutenção, ou (iv) obteve medida liminar suspendendo qualquer desses eventos; ou (v) houve renovação do respectivo contrato, desde que os gastos anuais de tal contrato não sejam superiores ao valor estabelecido no Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário, novo contrato e eventuais aditamentos que comprovarão os custos incorridos em decorrência da referida renovação;
- V. rescisão, término, declaração de vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução do Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Emissora comprove que (i) houve substituição do respectivo contrato, por meio de celebração de contrato equivalente com contraparte com a mesma reputação do atual prestador de serviços; ou (ii) a Emissora desenvolverá as atividades estabelecidas no referido contrato; ou (iii) houve decisão, judicial ou acordo entre as partes envolvidas no Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível, favorável à reversão do vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução do Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível, ou (iii) obteve medida liminar suspendendo qualquer desses eventos;
- VI. caso as declarações feitas pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras, na Escritura de Emissão e/ou nos demais Contratos da Oferta provarem-se falsas, enganosas ou, em qualquer aspecto relevante incorretas, sendo que exclusivamente para os casos de incorreção a Emissora terá prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que tiver ciência da incorreção para saná-la;
- VII. sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação, confisco dos bens da Emissora, ou qualquer outra medida final de qualquer entidade governamental brasileira neste sentido, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Emissora comprove que obteve medida liminar suspendendo qualquer desses eventos;

- VIII. alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social, que resulte em alteração do atual setor de atuação da Emissora, sem anuência prévia dos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- IX. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora e/ou suas controladoras e/ou controladas, conforme o caso, comprovarem a existência de (a) protocolo do pedido da respectiva licença, concessão ou alvará, ou do pedido de renovação da mesma licença, ou (b) provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença, concessão ou alvará;
- X. a decretação de intervenção pelo Poder Concedente, tendo por objeto o término da Autorização, desde que tal evento não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertido em um prazo de 90 (noventa) dias a contar do decreto ou ato normativo de natureza similar do Poder Concedente declarando a intervenção;
- XI. autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, contra a qual não tenham sido interpostos os recursos competentes ou não tenham sido sanada, observados os prazos legais, de valor individual ou agregado superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- XII. se a Emissora alienar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo cujo valor de venda individual ou em conjunto seja superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, sem a anuência prévia e expressa dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- XIII. celebração pela Emissora de contratos, acordos, convênios e quaisquer outros compromissos, exceto (a) em relação aos contratos firmados para prestação de serviços operacionais, observado o disposto no item IV acima, com empresas de seu grupo econômico e/ou com qualquer de seus acionistas (diretos ou indiretos) e; (b) os Mútuos Permitidos;
- XIV. aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa daquela prevista neste Prospecto;
- XV. não manutenção dos recursos mínimos exigidos nas Contas Reserva, nos termos do Contrato de Administração de Contas;
- XVI. não manutenção de linha de crédito aberta (*standby*) em Banco de Primeira Linha (conforme abaixo definido), destinada exclusivamente à aquisição de combustível, com prazo mínimo de 12 (doze) meses e saldo mínimo calculado de acordo com a seguinte fórmula, observado o disposto na cláusula 7.1. inciso XXVII da Escritura de Emissão:

$$SB = \text{Montante} \times FC \times R\$/US\$ \times (\text{Platts} + \text{Prêmio}) / (1 - 9.25\%)$$

Onde:

SB: refere-se ao saldo mínimo da linha de crédito aberta a ser mantido;

Montante: montante mínimo de combustível, equivalente a 50.000 (cinquenta mil) toneladas;

FC: refere-se ao valor de conversão barril/toneladas, equivalente a 6,35 (seis inteiros e trinta e cinco centésimos);

R\$/US\$: refere-se à cotação spot R\$/US\$ conforme divulgado no Sisbacen – Sistema de Apuração do Banco Central do Brasil, transação PTAX 800, opção5;

Platts: correspondente ao preço do barril de óleo combustível nº 6 - 1% Enxofre, conforme cotado por Platts Waterborne USGC 1%;

Prêmio: refere-se ao valor de US\$6,55/barril.

XVII. caso a Emissora não observe os termos e condições do Contrato de Administração de Contas

XVIII. não observância pela Emissora, em cada ano de apuração, do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), *sem caixa* acumulado, igual ou superior 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), a *ser verificado* anualmente pelo Agente Fiduciário e calculado de acordo com a formula abaixo, com base nos informações publicadas nas Demonstrações Financeiras Anuais auditadas da Emissora, a partir da publicação das Demonstrações Financeiras Anuais da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 ("Índices Financeiros").

Para fins do disposto no item XVIII acima, conforme rubricas a serem divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais da Emissora, a serem validadas pelos auditores independentes da Emissora, e com base nas práticas contábeis brasileiras vigentes, considera-se como "ICSD", o resultado da seguinte equação:

ICSD = A/B, onde

A – geração de caixa da Atividade

(+) LAJIDA (EBITDA)

(-) Imposto de Renda

(-) Contribuição Social

(-) Variação da Necessidade de Capital de Giro

B – Serviço da Dívida

(+) Amortização de Principal de todos os financiamentos da Emissora com exceção daqueles destinados exclusivamente à capital de giro para compra de combustível

(+) Pagamento de Juros de todos os financiamentos da Emissora com exceção daqueles destinados exclusivamente à capital de giro para compra de combustível

O LAJIDA(EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo indicados:

(+) Lucro Líquido;

(+) Despesa (receita) Financeira Líquida;

(+) Provisão para Imposto de Renda e Contribuições Sociais;

(+) Depreciação e Amortizações;

(+) Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais;

(+) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas.

(+) Gastos com mão-de-obra e peças junto a Wartsila Brasil Ltda. referentes a *overhaul* conforme previsto no Contrato de Operação e Manutenção, e que transitem pelos demonstrativos de resultado da Emissora.

Para fins do disposto acima, conforme rubricas a serem divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais da Emissora, a serem validadas pelos auditores independentes da Emissora, e com base nas práticas contábeis brasileiras vigentes, considera-se como "ICSD-Mútuo", o resultado da seguinte equação:

ICSD-Mútuo = (A + "Caixa Disponível")/(B+ "Mútuos Permitidos"), onde:

A: Geração de caixa da Atividade, conforme definido acima;

B: Serviço de Dívida, conforme definido acima;

Caixa Disponível: Saldo da conta Caixa e Disponibilidades no início do período em questão, sendo certo que, para o cálculo do "Caixa Disponível", deverão ser subtraídos os saldos das Contas Reservas e do financiamento de curto prazo referente à compra de combustível e acrescido o saldo da conta Estoque de Combustível;

Mútuos Permitidos: conforme definido neste Prospecto e na Escritura de Emissão.

Para fins do disposto acima, considera-se como: (a) "Necessidade de Capital de Giro" a diferença entre (i) Ativo Circulante deduzido do "Caixa e Disponibilidades", do "Estoque de Combustível" e do "Contas a Receber" referente a receita variável e (ii) Passivo Circulante deduzido dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e do contas a pagar referente ao combustível; e (b) "Variação da Necessidade de Capital de Giro" de determinado ano, a diferença entre a Necessidade de Capital de Giro deste ano, e a Necessidade de Capital de Giro no ano imediatamente anterior.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Não Automáticos descritos na acima, que deverão ser informados em até 5 (cinco) Dias Úteis de seu conhecimento pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas a serem realizadas no prazo mínimo previsto em lei. Se nas respectivas assembleias gerais de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme o caso, em primeira convocação ou por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, em segunda convocação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos solicitada pelos respectivos Debenturistas para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não deliberação da assembleia geral de Debenturistas por falta de quórum de instalação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures da respectiva Série, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração de cada Série, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. A CETIP e/ou a BM&FBOVESPA deverão ser comunicadas, por meio de correspondência da Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário, da ocorrência do vencimento antecipado, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

A Emissora poderá solicitar aprovação prévia dos Debenturistas em relação a qualquer dos Eventos de Inadimplemento descritos na Escritura de Emissão e nos itens acima, sendo que qualquer aprovação deverá ocorrer em sede de assembleia geral dos Debenturistas e observar aos quóruns estabelecidos na Escritura e no item "Assembleia geral Debenturistas" abaixo.

Garantias e Contrato de Administração de Contas

A fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento das Obrigações Garantidas, foram Garantias Reais e Garantia Fidejussória em favor dos Debenturistas. Adicionalmente, com a finalidade de assegurar a destinação de recursos das Debêntures ao Projeto de Investimento e o pagamento do serviço da dívida das Debêntures, a Emissora celebrou o Contrato de Administração de Contas. Para informações sobre as Garantias e o Contrato de Administração de Contas ver a seção "Descrição dos Contratos de Garantia e do Contrato de Administração de Conta Vinculada", na página 76 deste Prospecto.

Publicidade

Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, bem como serem encaminhados ao Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil após a referida publicação. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído, nos termos do parágrafo 3º do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

Assembleia Geral de Debenturistas

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

Convocação

As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM, observado que as assembleias gerais de Debenturistas titulares de cada Série, serão realizadas em conjunto.

A convocação das assembleias gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos do item "Publicidade" acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

Instalação

As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

Deliberações

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da em primeira convocação e maioria dos presentes em segunda convocação.

Não estão incluídos no quorum acima:

I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura de Emissão; e

- II. as alterações relativas às características das Debêntures, como por exemplo (a) dos quoruns previstos na Escritura de Emissão; (b) da Remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da criação de evento de repactuação; ou (f) de quaisquer dos termos previstos na Cláusula 6.25 e suas subcláusulas da Escritura de Emissão que trata dos Eventos de Vencimento Antecipado, sendo que tais alterações deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

Para os fins de cálculo dos quoruns de instalação e de deliberação nos termos da Escritura de Emissão.

Representantes Legais

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas.

Comparecimento do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Aplicação da Lei das Sociedades por Ações

Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

Contrato de Distribuição

O Contrato de Distribuição está disponível para consulta e cópia na sede da Emissora e do Coordenador Líder indicada na seção "Identificação da Emissora, das Garantidoras, do Coordenador Líder, dos Consultores Jurídicos, do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante da Emissão, do Escriturador Mandatário e do Auditor", na página 14 deste Prospecto.

Regime de Colocação

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação para as Debêntures de todas as Séries Série, no montante de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("Garantia Firme"):

Se, até o final do Prazo de Distribuição, as Debêntures não tiverem sido totalmente colocadas, o Coordenador Líder deverá, até o último dia do Prazo de Distribuição, subscrever e integralizar as Debêntures objeto da garantia firme que porventura não forem colocadas e/ou liquidadas para investidores, sendo que em caso de exercício da Garantia Firme, as Debêntures serão subscritas pela taxa inicial dos Juros Remuneratórios das Debêntures do Procedimento de *Bookbuilding*.

Na hipótese de não haver subscrição e integralização por parte de investidor que tenha manifestado adesão à Oferta no Procedimento de *Bookbuilding*, sua manifestação de adesão será considerada como cancelada, e as Debêntures objeto de tal manifestação poderão ser colocadas perante outros investidores do Público Alvo observado o Prazo de Distribuição, ou o Coordenador Líder deverá liquidar referidas Debêntures até o limite da Garantia Firme, na Série indicada pelo investidor, até a publicação do Anúncio de Encerramento.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso o Coordenador Líder eventualmente (i) venha a subscrever Debêntures por força da garantia firme de colocação prestada nos termos acima; e (ii) tenha interesse em vender tais Debêntures antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures será limitado ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da respectiva venda. A revenda das Debêntures pelo Coordenador Líder, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Plano da Oferta

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder realizará a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder e da Emissora, e o qual assegurará (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo da Oferta, e (iii) que os representantes do Coordenador Líder recebam previamente exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelo Coordenador Líder. Esta Oferta terá esforços de colocação exclusivamente no Brasil, ou seja, ela não contará com esforços de colocação no exterior.

O Plano da Oferta será fixado nos seguintes termos:

A colocação pública das Debêntures somente terá início após: (a) concessão do registro de companhia aberta, Categoria B, para a Emissora, pela CVM; (b) a obtenção do registro da Emissão pela CVM; (c) o registro para distribuição e negociação das Debêntures no ambiente da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA; (d) a publicação do Anúncio de Início; (e) a celebração do Contrato de Distribuição; e (f) a disponibilização aos investidores dos Prospectos e Formulário de Referência.

O prazo máximo para colocação pública das Debêntures será até seis meses contados da concessão do registro da Oferta pela CVM ("Prazo de Distribuição").

Após o protocolo do pedido de registro da Oferta, a publicação do aviso ao mercado previsto no artigo 53 da Instrução CVM 400 e no artigo 7º, parágrafo 1º, da Instrução CVM 471 ("Aviso ao Mercado"), e a disponibilização do Prospecto Preliminar, puderam ser realizadas apresentações para potenciais investidores (*road show* e/ou *one-on-ones*) ("Apresentações para Potenciais Investidores"), conforme determinado pelo Coordenador Líder de comum acordo com a Emissora. Os materiais publicitários ou documentos de suporte às Apresentações para Potenciais Investidores eventualmente utilizados serão submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do artigo 50, parágrafo 5º, da Instrução CVM 400, conforme o caso.

Encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, o Coordenador Líder consolidará as intenções de investimento dos investidores para subscrição das Debêntures.

Iniciada a Oferta, os investidores interessados na subscrição das Debêntures deverão fazê-la por meio da assinatura do boletim de subscrição, na respectiva Data de Integralização, pelo Preço de Integralização aplicável.

Não será constituído fundo de sustentação de liquidez.

Público Alvo da Oferta

O público alvo da Oferta é composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inclusive clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, bem como investidores não residentes devidamente registrados perante a CVM que invistam no Brasil, nos termos da Resolução CVM 2.689 e da Instrução CVM 325, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Pessoas Vinculadas

São considerados como pessoas vinculadas os investidores que sejam: (a) controladores e/ou administradores da Emissora ou de suas controladas; (b) controladores e/ou administradores do Coordenador Líder; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

A remuneração das Debêntures foi definida com base no Procedimento de *Bookbuilding*, no qual foram aceitas intenções de investimento de investidores que sejam Pessoas Vinculadas até o limite de 15% (quinze por cento) do valor total da Oferta, exceto no caso de exercício de garantia firme, hipótese em que não haverá este limite. Caso fosse verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, não seria permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas seriam automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Tendo em vista que não houve excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, foi permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas.

O investidor deve ler a seção **“Fatores de Risco – Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures, bem como afetar sua liquidez no mercado secundário.”**, na página 110 deste Prospecto.

Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez

Não será constituído fundo de sustentação de liquidez. A Companhia optou por não contratar instituição para atuar na qualidade de formador de mercado, nos termos da Instrução CVM 384.

Sobre as Debêntures de Infraestrutura e sua Tributação

A Lei 12.431 criou as chamadas “debêntures de infraestrutura” (“Debêntures de Infraestrutura”), que podem ser emitidas para financiar projetos de infraestrutura de longo prazo, considerados prioritários pelo Governo Federal. Tais debêntures, desde que atendam aos requisitos previstos na Lei 12.431 e demais normativos aplicáveis, garantem um tratamento tributário favorecido aos seus investidores (pessoas físicas ou jurídicas), residentes ou domiciliados no Brasil e/ou no exterior.

Caso a Emissora não tenha êxito em alocar integralmente os recursos captados pelas Debêntures no pagamento futuro ou no reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas ao Projeto de Investimento, a Emissora estará sujeita à multa equivalente a 20% do valor captado e não alocado no Projeto de Investimento, mantido, mesmo nesta hipótese, o tratamento tributário abaixo descrito.

Os rendimentos auferidos por investidores decorrentes dos investimentos nas Debêntures, Debêntures, incluindo os ganhos de capital auferidos em sua alienação, sujeitam-se à incidência do imposto de renda, exclusivamente na fonte ("IR Fonte"), com as seguintes alíquotas:

- (I) investidores localizados no exterior encontram-se sujeitos a alíquota de 0% (zero por cento) (desde que invistam no Brasil nos termos da Resolução CMN 2.689 e não estejam localizados em países de tributação favorecida);
- (II) investidores pessoas físicas localizadas no país ficam também sujeitos a alíquota de 0% (zero por cento); e
- (III) investidores pessoas jurídicas localizadas no país encontram-se sujeitos à alíquota reduzida de 15% (quinze por cento) para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Cronograma Estimado das Etapas da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das principais etapas da Oferta:

N.º	Evento	Data de Realização/Data Prevista⁽¹⁾⁽²⁾
	Publicação do Aviso ao Mercado	28/10/2013
1.	Disponibilização do Prospecto Preliminar ao público investidor	28/10/2013
	Início das Apresentações a Potenciais Investidores	28/10/2013
2.	Encerramento das Apresentações a Potenciais Investidores	04/11/2013
3.	Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	03/12/2013
4.	Obtenção do Registro da Oferta	18/12/2013
5.	Publicação do Anúncio de Início	19/12/2013
	Disponibilização do Prospecto Definitivo	19/12/2013
6.	Liquidação da Oferta – Primeira Série, da Segunda Série, da Terceira Série e da Quarta Série.	20/12/2013
	Início da Negociação das Debêntures da Primeira Série na BM&FBOVESPA/CETIP	23/12/2013
7.	Início da Negociação das Debêntures da Segunda Série na BM&FBOVESPA/CETIP	23/12/2013
	Início da Negociação das Debêntures da Terceira Série na BM&FBOVESPA/CETIP	23/12/2013
	Início da Negociação das Debêntures da Quarta Série na BM&FBOVESPA/CETIP	23/12/2013
8.	Publicação do Anúncio de Encerramento	27/12/2013

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações, a critério da Emissora e do Coordenador Líder. Qualquer modificação no cronograma da distribuição será comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400.

⁽²⁾ Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre manifestação de aceitação à Oferta, manifestação de revogação da aceitação à Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, ver seções "Informações Sobre a Oferta – Manifestação de Aceitação à Oferta", "Informações Sobre a Oferta – Manifestação de Revogação da Aceitação da Oferta", "Informações Sobre a Oferta – Modificação da Oferta", "Informações Sobre a Oferta – Suspensão da Oferta" e "Informações Sobre a Oferta – Cancelamento ou Revogação da Oferta", nas páginas 73 e 75 deste Prospecto.

Para informações sobre o preço de subscrição e forma de integralização das Debêntures, vide seção "Informações Sobre a Oferta – Características da Oferta – Forma e Preço de Integralização", na página 49 deste Prospecto.

Para informações sobre o prazo de distribuição junto ao público, ver seções "Informações Sobre a Oferta – Características da Oferta – Prazo de Subscrição" e "Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Regime de Colocação", nas páginas 49 e 68 deste Prospecto.

Para maiores informações sobre a posterior alienação das Debêntures adquiridas pelo Coordenador Líder em decorrência da Garantia Firme, ver seção "Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Regime de Colocação", na página 68 deste Prospecto.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso no jornal "Valor Econômico" e na página da Emissora na rede mundial de computadores www.utepeiii.com.br.

Custos Estimados da Oferta

As tabelas abaixo demonstram o custo estimado da Oferta, calculado com base no valor na Data de Emissão, assumindo a colocação da totalidade das Debêntures.

Custos⁽¹⁾	Custo Total	% em Relação ao Valor Total da Oferta
	(R\$)	
Comissões	8.149.868,58	2,72%
Comissão de Estruturação e Coordenação	2.550.000,00	0,85%
Comissão de Colocação	1.350.000,00	0,45%
Comissão de Garantia Firme	750.000,00	0,25%
Comissão de Sucesso ⁽²⁾	2.873.185,38	0,96%
Comissão de Distribuição ⁽³⁾	626.683,20	0,21%
Tributos Incidentes Sobre o Comissionamento	803.527,83	0,27%
Despesas	790.916,00	0,26%
Registro da Oferta na CVM	82.700,00	0,03%
Publicações	5.000,00	0,00%
Advogados	585.000,00	0,20%
Auditores	48.216,00	0,02%
Rating	45.000,00	0,02%
Despesas de Roadshow e Impressão de Prospecto ..	25.000,00	0,01%
Total de Comissões e Despesas	9.744.312,41	3,25%
Valor Líquido para Empresa	290.255.687,59	96,75%

⁽¹⁾ O custo da Oferta por Debêntures corresponde ao quociente obtido pela divisão do custo total da Oferta pelo número de Debêntures.

⁽²⁾ A comissão de sucesso, foi aferida após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, sendo o cálculo de 27,50% (vinte e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) equivalente ao valor presente da economia gerada pela diferença entre a taxa inicial do *Bookbuilding* e a taxa efetiva de colocação das Debêntures ("Diferença de *Spread*"). A Comissão de Sucesso incide sobre o Valor Total da Emissão, com base no preço de subscrição das Debêntures, e foi calculado pela multiplicação de 27,50% (vinte e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) pelo valor presente (utilizando-se a taxa efetiva de colocação das Debêntures) da Diferença de *Spread*.

⁽³⁾ A Comissão de Distribuição será aferida considerando o número total de Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas apenas por investidores pessoas físicas, multiplicado pelo Preço de Subscrição e pela *duration* (prazo médio ponderado pelo valor presente dos fluxos de pagamento de amortização e juros) das Debêntures.

Custo Unitário de Distribuição

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Debêntures objeto desta Emissão:

Nº de Debêntures	Custo do lançamento	Custo por Debênture	% em Relação ao Valor Total da Oferta
		(Em R\$)	
300.000	9.744.312,41	32,48	3,25

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de energia elétrica. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", a partir da página 107 deste Prospecto, em conjunto com os com as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado", do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Manifestação de Aceitação à Oferta

Os investidores a partir da data de publicação do Anúncio de Início deverão manifestar sua aceitação à Oferta ao Coordenador Líder, por meio dos procedimentos da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA.

Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto e do Prospecto Preliminar que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; ou (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, o investidor que já tiver aderido à Oferta deverá ser diretamente comunicado a respeito e poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Coordenador Líder (i) até às 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de comunicação por escrito pelo Coordenador Líder sobre a modificação efetuada, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até às 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi comunicado por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso da alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Modificação da Oferta

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação da Oferta. O pleito de modificação da Oferta presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado do seu protocolo na CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do ofertante, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pela Emissora.

A modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta e o Coordenador Líder deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nesse caso, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até às 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Suspensão da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se (a) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (b) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta; e (ii) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro, aplicando-se, neste caso, o disposto no item "Cancelamento ou Revogação da Oferta", na página 75 deste Prospecto.

A Emissora deverá comunicar diretamente sobre a suspensão da Oferta àqueles investidores que já tenham a aceitação, facultando-lhes a possibilidade de revogar a aceitação, mediante aviso de sua decisão ao Coordenador Líder até às 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi comunicado por escrito sobre a suspensão da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Cancelamento ou Revogação da Oferta

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, a CVM poderá cancelar, a qualquer tempo, a Oferta se (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (ii) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta. A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta. Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de revogação da oferta.

Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

DESCRIÇÃO DOS CONTRATOS DE GARANTIA E DO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS

Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias previstas na Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Obrigações Garantidas") a Emissão contará com as seguintes garantias:

- (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Companhia sobre (a) todos os direitos emergentes da Autorização; (b) todos os valores a serem depositados e mantidos nas Contas Reserva; e (c) os CCEARs, bem como os direitos emergentes decorrentes dos CCEARs, conforme termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e no Contrato de Administração de Contas, observados os termos e condições de tais instrumentos ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios");
- (ii) alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da Emissora, detidas atualmente pelas Garantidoras, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas às acionistas da Emissora, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações oneradas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Emissora e de titularidade das acionistas da Emissora, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações ("Alienação Fiduciária de Ações"); e
- (iii) alienação fiduciária dos Equipamentos, conforme definidos no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos ("Alienação Fiduciária de Equipamentos") e, quando em conjunto com Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Alienação Fiduciária de Ações, "Garantias Reais").

Adicionalmente às Garantias Reais, a Emissão contará com garantia adicional fidejussória, representada pela fiança bancária *completion* concedida pelo Itaú BBA, no montante limitado a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), acrescido da Atualização Monetária e da Remuneração das Debêntures, bem como de eventuais Encargos Moratórios, nos termos da Escritura de Emissão, de forma a garantir as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora no âmbito da Emissão, até a efetiva entrada em operação da Emissora, observado que o Contrato Fiança Bancária *Completion* vigorará a partir da primeira Data de Integralização e até a data correspondente ao menor prazo entre (i) 12 (doze) meses a contar da primeira Data de Integralização; e (ii) 12 (doze) meses após a Emissora entrar em operação comercial, conforme autorização a ser concedida pelo Poder Concedente, por meio de publicação, no Diário Oficial da União, de despacho específico da superintendência de fiscalização dos serviços de geração do Poder Concedente, conforme verificado pelo Agente Fiduciário, sendo que neste último caso deverão ainda ser observadas as seguintes condições: (a) após a Emissora obter licença de operação da linha de transmissão, a ser emitida pela Agencia Estadual do Meio Ambiente - CPRH, conforme confirmado pelo Agente Fiduciário, por meio do recebimento de cópia de referida licença a ser encaminhada pela Emissora; e (b) caso a Emissora esteja adimplente com todas as obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, conforme confirmado pelo Agente Fiduciário por meio de declaração da Emissora nos termos da Escritura de Emissão em relação a observância das obrigações não pecuniárias. O decurso do prazo estabelecido nos termos dos itens (i) e (ii) acima constitui condição resolutiva do Contrato de Fiança Bancária *Completion*.

Breve Descrição dos Contratos de Garantia

Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios

Partes e Objeto

O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios foi celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Administrador, tendo por objeto a Cessão Fiduciária dos Bens e Direitos Cedidos com o escopo de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento das Obrigações Garantidas.

Direitos Cedidos

A Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios compreende a cessão e transferência, em caráter irrevogável e irretratável, em cessão fiduciária em garantia, da propriedade fiduciária, domínio resolúvel e posse indireta, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, exceto aqueles objeto deste Contrato:

- a) todos e quaisquer direitos, presente e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes da Autorização, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrente da exploração da Autorização e que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da Autorização, cujos valores deverão ser depositados na Conta Centralizadora ("Direitos Emergentes da Autorização") incluindo:
 - (i) todos e quaisquer direitos, presente e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos direitos de crédito da Emissora decorrentes da prestação dos serviços de construção, operação, manutenção e exploração da UTE Pernambuco III, nos termos da Autorização;
 - (ii) o produto resultante do recebimento das quantias decorrentes dos direitos creditórios descritos no item (i) acima;

- (iii) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pela ANEEL à Emissora, inclusive os relativos a eventuais indenizações em decorrência da extinção ou revogação da Autorização;
 - (iv) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não decorrentes da Autorização, que possam, nos termos da legislação aplicável, ser objeto de cessão fiduciária.
- b) todos e quaisquer direitos, presente e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos direitos de crédito da Companhia decorrentes da parcela fixa dos CCEAR's, cujos valores deverão ser depositados na Conta Centralizadora (conforme abaixo definido), incluindo o produto resultante do recebimento das quantias decorrentes dos direitos creditórios descritos neste item ("Direitos CCEARs");
 - c) o direito de receber indenizações e pagamentos dos seguros contratados no âmbito do Projeto ("Direitos Creditórios Seguros" e "Seguros", respectivamente);
 - d) todos os valores depositados, que venham a ser depositados e mantidos nas seguintes contas reserva, de titularidade da Cedente, conforme descritas e identificadas abaixo:
 - (i) conta corrente nº 15297-4, mantida na agência 8541 do Banco Administrador, destinada exclusivamente para receber todos os recursos, considerando receitas fixa e variável, de titularidade da Cedente decorrentes dos Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("Conta Centralizadora" e "CCEARs", respectivamente), observado que somente a parcela da receita fixa será cedida fiduciariamente em garantia pela Companhia, devendo o Banco Administrador transferir, mediante notificação enviada pelo Agente Fiduciário, a parcela da receita variável para a conta a ser indicada pela Companhia;
 - (ii) conta corrente nº 15298-2, mantida na agência 8541 do Banco Administrador, destinada exclusivamente para receber os recursos necessários para o próximo pagamento devido pela Companhia, de acordo com os termos do Contrato de Operação e Manutenção com a Wäertsila Brasil Ltda. ("Contrato de O&M" e "Conta Pagamento Fixo O&M");
 - (iii) conta corrente nº 15299-0, mantida na agência 8541 do Banco Administrador, destinada exclusivamente para receber todos os recursos relativos ao provisionamento do Serviço de Dívida da Companhia, conforme termos do Contrato de Administração de Contas ("Conta Provisionamento do Serviço de Dívida");
 - (iv) conta corrente nº 15300-6, mantida na agência 8541 do Banco Administrador, destinada exclusivamente para receber todos os recursos equivalentes a 100% (cem por cento) da próxima parcela vincenda de principal corrigido e juros, considerando apenas a série das Debêntures com vencimento mais próximo ("Conta Reserva Serviço da Dívida");
 - (v) conta corrente nº 15301-4, mantida na agência 8541 do Banco Administrador, destinada exclusivamente para depósito de montante necessário para compor o saldo mínimo necessário para o próximo serviço de Overhaul com base no montante de despacho acumulado até o momento. ("Conta Reserva Overhaul");

- (vi) conta corrente nº 15302-2, mantida na agência 8541 do Banco Administrador, destinada exclusivamente para depósito de recursos recebidos em decorrência do pagamento de indenizações e seguros contratados pela Emissora no âmbito do projeto, em montante igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ("Conta Reserva Seguros" e, quando em conjunto com Conta Centralizadora, Conta Pagamento Fixo do O&M, Conta Provisionamento do Serviço de Dívida, Conta Reserva Serviço da Dívida e Conta Reserva Overhaul, "Contas Reserva"); e
- (vii) a totalidade dos créditos de titularidade da Companhia contra o Banco Administrador decorrentes dos Investimentos Permitidos, nos termos do Contrato de Administração de Contas ("Investimentos Permitidos Cedidos" e, em conjunto com os Direitos Emergentes da Autorização, Direitos CCEAR's, Direitos Creditórios Seguros e Contas Reserva, "Direitos Cedidos").

As Contas Reserva acima indicadas serão movimentadas exclusivamente pelo Banco Administrador, conforme disposto neste Contrato e no Contrato de Administração de Contas, sendo o Agente Fiduciário a única entidade autorizada a dar instruções ou ordens ao Banco Depositário sobre as movimentações e transferências de recursos para e/ou das Contas Reserva, atuando sempre em nome, por conta e para benefício dos Debenturistas, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Contrato de Administração de Contas.

Até a quitação integral das Obrigações Garantidas, a Emissora obriga-se a adotar todas as medidas e providências no sentido de assegurar que os titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, mantenham preferência absoluta com relação aos Direitos Cedidos.

Considerando que a Companhia, na data deste Prospecto, ainda não é operacional, o valor dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente foi projetado com base na receita fixa estabelecida no leilão A-5 de 2008 e evidenciada nas páginas 61 e 62 do Estudo de Viabilidade, anexo a este Prospecto, onde consta a demonstração do resultado do exercício projetado da Companhia, que na linha "Receita Fixa" há o valor da receita fixa projetada para cada um dos anos. Nesse sentido, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente representam o valor projetado de R\$74.607.104,00 (data base janeiro de 2008) ao ano, atualizado monetária e anualmente pelo IPCA, no mês de novembro. Assim, de acordo com o Estudo de Viabilidade, a receita fixa projetada será:

Exercício Social	Receita Fixa
2013.....	25.256.970
2014.....	104.007.968
2015.....	109.926.957
2015.....	115.890.767
2017.....	121.966.920
2018.....	128.197.838
2019.....	134.609.422

Registro da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Notificações

A Emissora obriga-se a no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e seus aditivos, quando aplicável, requerer o respectivo registro no cartório de registro de títulos e documentos de sua sede e da sede do Agente Fiduciário e do Banco Administrador; e fornecer uma via registrada do referido Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ou de qualquer de seus aditivos, devidamente registrado dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da obtenção dos referidos registros.

No prazo de 30 (trinta) Dias Úteis a contar da data de assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário o aditamento de cada um dos CCEARs ("Aditamentos CCEARs"), de forma a indicar expressamente, nos termos previstos no anexo III dos referidos CCEARs, de que todos e quaisquer pagamentos relativos aos CCEARs deverão ser realizados pelas Distribuidoras na Conta Centralizadora. Caso a Emissora não apresente no prazo acima indicado todos os Aditamentos CCEARs, tal situação ensejará a inadimplência deste Contrato e o consequente vencimento antecipado não automático das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão. Adicionalmente, a Emissora tem o prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data de assinatura Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios para providenciar a notificação às Distribuidoras para que estas depositem os valores relativos ao valor fixo dos CCEARs, acima indicados, na Conta Centralizadora.

A Emissora deverá ainda, no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data de assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, apresentar (i) notificação ao Poder Concedente para que este deposite os valores relativos aos Direitos Emergentes descritos acima, na Conta Centralizadora e (ii) notificação encaminhada às seguradoras contratadas para cobertura securitária no âmbito do Projeto ("Seguradoras"), informando sobre a cessão fiduciária dos Seguros, bem como solicitando a inclusão do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, como beneficiário das apólices de Seguros.

Por fim, destaca-se que a Emissora declarou expressamente, sob pena de vencimento antecipado automático das Debêntures, que a Conta Centralizadora será a conta para a qual todos os recebíveis vinculados aos CCEARs serão diretamente transferidos, até a liquidação integral de todas as suas obrigações previstas na Escritura de Emissão, sendo elemento essencial da garantia ora constituída. A Emissora se comprometeu-se a não alterar a Conta Centralizadora, como conta corrente que receberá todos os recebíveis decorrentes dos CCEARs, sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário, sob pena de vencimento antecipado automático de todas as obrigações previstas da Escritura de Emissão, nos termos da cláusula 6.25.1 da Escritura de Emissão.

Excussão da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios

Caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures a Companhia não promova o resgate da totalidade das Debêntures, no prazo e nos termos previstos na Escritura de Emissão, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, poderão promover a execução dos Direitos Cedidos, tendo o direito de imediatamente exercer sobre os direitos cedidos todos os poderes que lhes são assegurados pela legislação vigente.

O Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, estará autorizado, de forma irrevogável e irretratável, a exigir, mediante notificação enviada ao Banco Depositário, que seja mantido o depósito dos recursos relativos aos Direitos Cedidos diretamente nas Contas Reserva (ou em qualquer outra, a critério do Agente Fiduciário), bloqueadas em favor dos Debenturistas, nos termos do inciso IV do artigo 19 da Lei 9.514/97, para que sejam utilizados no pagamento das Obrigações Garantidas, devendo ser deduzidos todos os tributos e despesas razoáveis e eventualmente incidentes que o Agente Fiduciário venha comprovadamente a incorrer, devendo ser entregue as Cedentes o que eventualmente sobejar.

Havendo, após a execução da Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios, saldo em aberto das Obrigações Garantidas, a Cedente permanecerá responsável por tal saldo até sua efetiva e total liquidação. Não obstante o disposto acima, a excussão do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios não impedirá o Agente Fiduciário de executar as demais Garantias de forma simultânea ou não. Caso, após a total liquidação do saldo devedor das Obrigações Garantidas, seja verificada a existência de saldo excedente, referido saldo deverá ser imediatamente disponibilizado pelo Agente Fiduciário à Companhia.

Liberação da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios

A Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios resolver-se-á quando do pagamento integral das Obrigações Garantidas. O pagamento parcial das Obrigações Garantidas não resultará na exoneração da garantia fiduciária ora estabelecida. Após o pagamento integral das Obrigações Garantidas, a posse indireta dos Direitos Cedidos retornará à Emissora, sem necessidade de comunicação ou notificação. Nesse caso, os recursos mantidos nas Contas do Reserva serão liberados para movimentação pela Emissora, de acordo com o procedimento descrito no Contrato de Administração de Contas, a partir do recebimento pelo banco Administrador de comunicação nesse sentido enviada pelo Agente Fiduciário.

Contrato de Administração de Contas

Partes e Objeto

O Contrato de Administração de Contas foi celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, e o Banco Administrador, tendo por objeto a abertura das Contas do Reserva e o estabelecimento de procedimentos que deverão ser observados pela Emissora e pelo Banco Administrador para a movimentação e aplicação dos recursos depositados nas Contas do Reserva, uma vez que tais recursos foram cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

Funções e Características das Contas Reserva

A Companhia comprometeu-se a manter seus recursos depositados em contas bancárias, cujos respectivos Direitos Creditórios foram cedidos fiduciariamente ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a saber: (i) Conta Centralizadora; (ii) Conta Pagamento Fixo O&M; (iii) Conta Provisionamento do Serviço de Dívida; (iv) Conta Reserva Serviço da Dívida; (v) Conta Reserva *Overhaul*, e (vi) Conta Reserva Seguros conforme a seguir identificadas e descritas (conjuntamente, "Contas Reserva").

Conta Centralizadora. A conta centralizadora consistirá na conta bancária na qual serão centralizados os depósitos referentes à totalidade da receita da Companhia decorrente da venda de energia elétrica, incluindo recursos provenientes dos Direitos Creditórios, com as seguintes características: (a) Conta Centralizadora administrada unicamente pelo Banco Administrador, mediante notificação do Agente Fiduciário nos termos abaixo, não movimentável pela Companhia e centralizadora da totalidade das receitas decorrentes dos Direitos Creditórios; (b) a Conta Centralizadora será movimentada unicamente pelo Banco Administrador nos termos da Ordem de Prioridade de Pagamentos, mediante transferências notificadas pelo Agente Fiduciário, vedada a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação contra ela, assim permanecendo até a liquidação final de todas as obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

Conta Pagamento Fixo O&M. A Conta Pagamento Fixo O&M consistirá na conta bancária destinada a receber os recursos necessários para o pagamento da parcela mensal vincenda pela Companhia do Valor Fixo O&M, conforme previsto no Contrato de O&M e identificado de acordo com extrato a ser encaminhado pela Companhia todo dia 10 de cada mês. A Conta Pagamento Fixo O&M será movimentada unicamente pelo Banco Administrador nos termos da Ordem de Prioridade de Pagamentos, mediante transferências notificadas pelo Agente Fiduciário, vedada a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação contra ela, assim permanecendo até a liquidação final de todas as obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

No caso da Companhia, a qualquer momento, passar a desenvolver as atividades previstas no Contrato de O&M, de acordo com os termos permitidos na Escritura de Emissão, não serão retidos quaisquer valores na Conta Pagamento Fixo O&M, observado que o Banco Administrador deverá transferir os valores depositados na Conta Pagamento Fixo O&M de acordo com a Ordem de Prioridade de Pagamentos.

Conta Provisionamento do Serviço de Dívida. A Conta Provisionamento do Serviço de Dívida consistirá na conta bancária destinada exclusivamente para receber todos os recursos relativos ao provisionamento do Serviço de Dívida da Companhia, que será apurado pelo Agente Fiduciário de acordo com o disposto abaixo ("Recursos do Provisionamento do Serviço da Dívida"). A Conta Provisionamento do Serviço da Dívida será administrada unicamente pelo Banco Administrador, mediante notificação do Agente Fiduciário e nos termos da Ordem de Prioridade de Pagamentos, vedada a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação contra ela, assim permanecendo até a liquidação final de todas as obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

O Agente Fiduciário deverá, mensalmente, a partir de 15 de dezembro de 2013, inclusive ("Datas de Apuração do Provisionamento do Serviço da Dívida"), apurar o montante de Recursos do Provisionamento do Serviço da Dívida que deverão ser depositados na Conta Provisionamento do Serviço da Dívida, conforme abaixo:

- (i) para o provisionamento da primeira parcela das Debêntures da Primeira Série, ou seja, durante os 11 (onze) primeiros meses a contar de 15 de dezembro de 2013, o Agente Fiduciário deverá considerar para o cálculo dos Recursos do Provisionamento do Serviço da Dívida, o equivalente a 1/11 (um onze avos) da primeira parcela vincenda do Serviço da Dívida, que deverá ser calculada considerando a amortização das Debêntures e o pagamento da remuneração das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, e no IPCA acumulado dos últimos 12 (doze) meses que antecedem a respectiva Data de Apuração do Provisionamento do Serviço da Dívida.
- (ii) para o provisionamento da primeira parcela das Debêntures da Segunda Série, Debêntures da Terceira Série, e Debêntures da Quarta Série, ou seja, durante o período entre o 13º (décimo terceiro) e o 21º (vigésimo primeiro) meses, inclusive, a contar da Data de Emissão das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá considerar para o cálculo dos Recursos do Provisionamento do Serviço da Dívida, o equivalente a 1/3 (um terço) da parcela vincenda do Serviço da Dívida, considerando-se para esse fim somente as Debêntures da Série com amortização mais próxima das Datas de Apuração do Provisionamento do Serviço da Dívida, que deverá ser calculada considerando a amortização das Debêntures e o pagamento da remuneração das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, e no IPCA acumulado dos últimos 15 (quinze), 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) meses para as Debêntures da Segunda Série, Debêntures da Terceira Série, e Debêntures da Quarta Série, respectivamente, que antecedem a respectiva Data de Apuração do Provisionamento do Serviço da Dívida;
- (iii) para o provisionamento das demais parcelas das Debêntures, ou seja, após decorridos 21 (vinte e um) meses da Data de Emissão das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá considerar para o cálculo dos Recursos do Provisionamento do Serviço da Dívida, o equivalente a 1/3 (um terço) da parcela vincenda do Serviço da Dívida, considerando-se para esse fim somente as Debêntures da Série com amortização mais próxima das Datas de Apuração do Provisionamento do Serviço da Dívida, que deverá ser calculada considerando a amortização das Debêntures e o pagamento da remuneração das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, e no IPCA acumulado dos últimos 12 (doze) meses que antecedem a respectiva Data de Apuração do Provisionamento do Serviço da Dívida;

- (iv) previamente a cada Data de Pagamento de Serviço da Dívida, de acordo com o definido na Escritura de Emissão, a Companhia deverá certificar-se que os recursos depositados na Conta Provisionamento Serviço da Dívida serão suficientes para o pagamento integral do Valor do Serviço da Dívida devido, devendo a Companhia complementar os recursos necessários para tal pagamento, mediante depósito na Conta Provisionamento Serviço da Dívida, caso necessário;
- (v) na Data de Pagamento de Serviço da Dívida, o Agente Fiduciário deverá notificar o Banco Administrador para liberar os recursos da Conta Provisionamento Serviço da Dívida, no dia útil subsequente ao recebimento de tal notificação pelo Banco Administrador, para a quitação dos respectivos pagamentos devidos pela Companhia.

Conta Reserva do Serviço de Dívida. A Conta Reserva do Serviço da Dívida consistirá na conta bancária destinada exclusivamente para receber os recursos necessários para compor o saldo mínimo equivalente a 100% (cem por cento) da parcela vincenda do Valor Nominal e Remuneração das Debêntures ("Reserva Serviço da Dívida"), considerando-se para esse fim somente as Debêntures da Série com amortização mais próxima das Datas de Apuração da Reserva Serviço da Dívida. A Conta Reserva do Serviço da Dívida será destinada exclusivamente para receber os recursos da Reserva Serviço de Dívida, a serem transferidos da Conta Pagamento Fixo O&M, conforme a Ordem de Prioridade de Pagamentos. A Conta Reserva do Serviço da Dívida será movimentada unicamente pelo Banco Administrador nos termos da Ordem de Prioridade de Pagamentos, mediante transferências notificadas pelo Agente Fiduciário, vedada a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação contra ela, assim permanecendo até a liquidação final de todas as obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

O Agente Fiduciário deverá, mensalmente, a partir de 15 de dezembro de 2013, inclusive ("Datas de Apuração da Reserva Serviço da Dívida"), apurar o montante de Reserva Serviço da Dívida que deverão ser depositado na Conta Reserva do Serviço da Dívida, conforme abaixo:

- (i) para os 11 (onde) primeiros meses a contar de 15 de dezembro de 2013, o Agente Fiduciário deverá considerar para o cálculo da Reserva Serviço da Dívida, o equivalente a 1/11 (um onze avos) da primeira parcela vincenda do Serviço da Dívida, que deverá ser calculada considerando a amortização das Debêntures e o pagamento da remuneração das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, e no IPCA acumulado dos últimos 12 (doze) meses que antecedem a respectiva Data de Apuração da Reserva Serviço da Dívida;
- (ii) após decorridos 12 (doze) meses da Data de Emissão das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá considerar para o cálculo do montante a reter para compor a Reserva Serviço de Dívida todos os recursos remanescentes na Conta Pagamento Fixo O&M, obedecida a Ordem de Prioridade de Pagamentos, até o preenchimento de saldo suficiente para compor a Reserva Serviço de Dívida; e
- (iii) se o Agente Fiduciário averiguar que o saldo em Conta Reserva Serviço de Dívida estiver acima da Reserva Serviço de Dívida, o Agente Fiduciário está autorizado a liberar, mediante notificação ao Banco Administrador, para a Conta de Livre Movimento esse excedente, de maneira que o saldo final, após liberação, corresponda a 100% (cem por cento) do Reserva Serviço de Dívida.

Conta Reserva Overhaul. A Conta Reserva *Overhaul* consistirá na conta bancária destinada exclusivamente para receber o depósito de recursos suficientes para compor o saldo mínimo necessário para pagar os custos atualizados do próximo *Overhaul* ("Reserva Overhaul"), a serem transferidos da Conta Pagamento O&M, conforme a Ordem de Prioridade de Pagamentos. A Conta Reserva *Overhaul* será movimentada unicamente pelo Banco Administrador nos termos da Ordem de Prioridade de Pagamentos, mediante transferências notificadas pelo Agente Fiduciário, vedada a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação contra ela, assim permanecendo até a liquidação final de todas as obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

O Agente Fiduciário deverá, mensalmente, a partir de data de início da operação comercial da UTE Pernambuco III, inclusive ("Datas de Apuração da Reserva Overhaul"), apurar o montante de recursos destinados a Reserva *Overhaul* que deverão ser depositados na Conta Reserva de *Overhaul*, conforme abaixo:

$$SM_{overhaul} = [QH_{despachadas} / QH_{overhaul}] \times C_{overhaul}$$

onde:

$SM_{overhaul}$ = saldo mínimo da Reserva *Overhaul*;

$QH_{despachadas}$ = quantidade de horas de despacho acumuladas a partir da data de início da operação comercial da UTE Pernambuco III ou desde o último *Overhaul* realizado, o que for mais recente, apurado pela fórmula:

$$QH_{despachadas} = G_{estimada} / E_{Disponível}$$

onde:

$G_{estimada}$ = geração estimada da usina destinada ao ACR (em MWh), verificado por meio de cópia do relatório de Receita de Venda Preliminar (Receita de Venda de CCEAR por Disponibilidade), coluna H, emitido pela ANEEL, a ser enviado pela Companhia para o Agente Fiduciário todo dia 18 de cada mês; e

$E_{Disponível}$ = 185,19 MW médios;

$QH_{overhaul}$ = quantidade de horas representando a diferença entre a quantidade de horas de despacho acumuladas previsto para o próximo *Overhaul* (conforme tabela abaixo) e a quantidade de horas de despacho acumuladas quando do último *Overhaul* realizado, conforme previsto nas tabelas abaixo;

$CE_{overhaul}$ = custo estimado do próximo *Overhaul* a ser realizado, a ser calculado da seguinte forma:

$$CE_{overhaul} = O_{mao-de-obra} \times FI_{IPCA} + O_{peças importadas} \times FI_{EUR CPI} \times FX_{BRL/EUR}$$

onde:

$O_{\text{mao-de-obra}}$ = remuneração máxima relativa à mão de obra empregada na execução ao próximo *Overhaul*, a ser acrescida da alíquota de 14,25% referente à tributação aplicável, em R\$ (reais), conforme indicado na tabela abaixo, sendo que após 32.000 horas $O_{\text{mao-de-obra}}$ será igual a zero:

Preço máximo de mão de obra por <i>Overhaul</i> até 32.000 horas conforme Contrato O&M	
Horas de operação	Preço em Real / Unidade Geradora
500.....	0,00
1.000.....	0,00
1.500.....	0,00
2.000.....	0,00
4.000.....	44.556,00
8.000.....	46.880,00
12.000.....	338.062,00
16.000.....	81.310,00
24.000.....	420.037,00
32.000.....	107.934,00

FI_{IPCA} = fator acumulado das variações mensais do IPCA, correspondente a atualização monetária de $O_{\text{mão-de-obra}}$, respeitado o prazo mínimo legal de 12 meses para atualização, contados a partir do primeiro mês de despacho, onde $FI_{\text{IPCA}} = (FI_t / FI_o)$, onde FI_t é o valor do número índice do IPCA do mês de reajuste e FI_o é o valor do número índice do IPCA referente ao mês de data-base do custo de *Overhaul*, indicado no Contrato de O&M;

$O_{\text{peças importadas}}$ = preço máximo das peças a serem compradas pela Emissora para execução do *Overhaul* programado, a ser acrescida da alíquota de 26,25% referente à tributação aplicável, em € (euros), conforme indicado nas tabelas abaixo:

Preço máximo de peças por <i>Overhaul</i> até 32.000 horas conforme o Contrato O&M	
Horas de operação	Preço em Euro / Unidade Geradora
500.....	248,64
1.000.....	248,64
1.500.....	248,64
2.000.....	2.028,60
4.000.....	8.812,61
8.000.....	12.063,97
12.000.....	146.640,13
16.000.....	12.456,22
24.000.....	389.281,30
32.000.....	47.230,37

Preço máximo estimado de peças por <i>Overhaul</i> após 32.000 horas	
Horas de operação	Preço em Euro / Unidade Geradora
48.000.....	955.623,00
60.000.....	1.542.355,00
72.000.....	1.488.795,00

$FI_{EUR\ CPI}$ = fator acumulado das variações mensais da Producer Price Index (PPI – EUR), correspondente a atualização monetária de Opeças importadas, respeitado o prazo mínimo de 12 meses para atualização, contados a partir do primeiro mês de despacho, onde $FIEUR\ PPI = (FI_t / FIO)$, onde FI_t é o valor do número índice do EUR-CPI do mês de reajuste e FIO é o valor do número índice do EUR-PPI referente ao mês de outubro 2012 data-base do custo de overhaul, indicado no contrato de O&M, a ser informado pela Companhia, por acionista ou representante, verificado através do site do Banco Central Europeu, através de seu Escritório de Estatística da Comissão Europeia – Eurostat (Series Key: STS.M.I6.N.PRIN.NS0050.4.000): http://sdw.ecb.europa.eu/quickview.do?node=bbn181&SERIES_KEY=132.STS.M.I6.N.PRIN.NS0050.4.000;

$FX_{BRL/EUR}$ = taxa de câmbio R\$/€ de fechamento da Data de Apuração Reserva overhaul, verificado através do site do Banco Central do Brasil (código de moeda 978, tipo da moeda B, taxa para venda):

<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao>

Mediante solicitação da Companhia e de acordo com as tabelas acima, o Agente Fiduciário deverá informar ao Banco Administrador sempre que a Companhia atingir o número de horas acumuladas previstas para cada Overhaul. Nesse caso, o Banco Administrador deverá liberar os recursos depositados na Conta Reserva Overhaul de acordo com a ordem de “pague-se” a ser emitida pela Companhia, obrigando-se a Companhia a comprovar a contratação e realização do Overhaul ao Agente Fiduciário por meio de cópia da fatura.

Conta Reserva Seguros. A Conta Reserva Seguros consistirá na conta bancária destinada exclusivamente para receber o pagamento de indenizações e seguros contratados pela Emissora no âmbito do Projeto, com igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), (“Conta Reserva Seguros”), administrada pelo Banco Administrador, não movimentável pela Companhia e destinada exclusivamente para receber recursos relativos aos pagamentos de indenizações e pagamentos dos seguros contratados pela Emissora no âmbito do Projeto. Os valores recebidos a título de indenização e seguro deverão ser utilizados para substituir ou reparar os bens afetados pelo que ensejou a indenização ou seguro. Caso, após a substituição ou reparação dos bens afetados pelo evento que ensejou a indenização ou seguro, ainda reste saldo na Conta Reserva Seguros, tal saldo deverá ser transferido para a Conta de Livre Movimentação. Na ocorrência de qualquer pagamento de indenizações ou seguros, a Companhia encaminhará comunicação ao Agente Fiduciário solicitando a liberação dos recursos depositados na Conta Reserva Seguros, observado que na referida notificação a Companhia deverá indicar a destinação que será dada aos recursos solicitados a fim de substituir ou reparar os bens afetados pelo que ensejou a indenização ou seguro, bem como especificar os valores que deverão ser transferidos para a Conta Livre Movimentação. Após recebimento da comunicação mencionada no item (c) acima, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 2 (dois) dias úteis, encaminhar solicitação de transferência dos valores depositados na Conta Reserva Seguros, com indicação do montante que deverá ser transferido para Conta Livre Movimentação. A movimentação da Conta Reserva Seguros será realizada unicamente pelo Banco Administrador, mediante solicitações encaminhadas pelo Agente Fiduciário até às 13h00 (para que sejam realizados no mesmo dia útil), sendo vedada a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação contra ela, assim permanecendo até a liquidação final de todas as obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. As solicitações encaminhadas pelo Agente Fiduciário ao Banco Administrador após as 13h00 serão realizadas no dia útil subsequente.

Caso haja um inadimplemento das Obrigações Garantidas ou esteja em curso quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Escritura de Emissão, o Banco Administrador, desde já devidamente autorizado pela Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, mediante notificação do Agente Fiduciário, procederá ao bloqueio, obedecida a seguinte ordem de prioridade, de valores já depositados e aqueles depositados a partir de então na (i) Conta Provisionamento do Serviço de Dívida, (ii) Conta Reserva Serviço da Dívida, e (iii) Conta Reserva *Overhaul*, que deverão ser imediatamente retirados, obedecida a ordem de prioridade estabelecida acima, até o limite necessário e suficiente à liquidação das Obrigações Garantidas, conforme informados pelo Agente Fiduciário, assim permanecendo até a liquidação de tais obrigações em atraso assumidas no âmbito da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, ou até que haja uma contra ordem do Agente Fiduciário. Todos e quaisquer valores que sejam creditados nas Contas Reserva, incluindo fontes acessórias e/ou alternativas de receitas, com exceção da Receita Variável, serão automaticamente considerados como integrantes dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios das Contas, sujeitando-se a todas as disposições deste Contrato.

Os recursos depositados nas Contas Reserva poderão ser investidos, mediante solicitação da Companhia com cópia para o Agente Fiduciário, no mercado local em: (i) títulos de renda fixa do Itaú Unibanco e/ou empresas do conglomerado; ou (ii) fundos locais de investimento de renda fixa geridos e custodiados pelo Itaú Asset Management, ambos de baixo risco e liquidez diária. Para períodos inferiores a 30 (trinta) dias, será permitida somente aplicação no Aplic Aut Mais Itaú. ("Investimentos Permitidos"):

Ordem de Prioridade de pagamento (Waterfall)

- (i) Os recursos recebidos na Conta Centralizadora deverão ser transferidos pelo Banco Administrador para a Conta Pagamento Fixo O&M e para a Conta Vinculada Receita Variável no dia útil subsequente ao recebimento pelo Banco Administrador da notificação do Agente Fiduciário, segundo a ordem de prioridade de pagamentos a seguir: (i) do valor depositado na Conta Centralizadora, o Banco Administrador, mediante notificação do Agente Fiduciário, primeiramente transferirá para a Conta Pagamento Fixo O&M o montante corrigido referente à Receita Fixa; e (ii) a totalidade do saldo remanescente na Conta Centralizadora após a alocação mencionada no item (i) acima será transferido pelo Banco Administrador para uma conta indicada pela Companhia, conforme notificação por escrito ao Banco Administrador, sempre com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos.

Os recursos recebidos na Conta Pagamento Fixo O&M deverão ser alocados pelo Banco Administrador, mediante notificação do Agente Fiduciário, obedecida a seguinte ordem de prioridade de pagamentos ("Ordem de Prioridade de Pagamentos"):

- (i) do saldo da Conta Pagamento Fixo O&M, o Banco Administrador realizará primeiramente o pagamento correspondente ao Valor Fixo O&M, de acordo com a ordem de "pague-se" a ser emitida pela Companhia;
- (ii) do saldo remanescente na Conta Pagamento Fixo O&M após a alocação mencionada no item (i) acima e após a retenção dos valores relativos aos seus honorários em decorrência dos serviços contratados nos termos desta Contrato, serão transferidos pelo Banco Administrador para a Conta de Provisionamento do Serviço de Dívida, os Recursos do Provisionamento do Serviço da Dívida;
- (iii) do saldo remanescente na Conta Pagamento Fixo O&M após a alocação mencionada no item (ii) acima, serão transferidos pelo Banco Administrador para a Conta Reserva do Serviço da Dívida recursos suficientes para compor a Reserva do Serviço da Dívida;
- (iv) do saldo remanescente na Conta Pagamento Fixo O&M após a alocação mencionada no item (iii) acima, serão transferidos pelo Banco Administrador para a Conta Reserva *Overhaul* recursos suficientes para cobrir a Reserva *Overhaul*; e

- (v) a totalidade do saldo remanescente na Conta Pagamento Fixo O&M após a alocação mencionada no item (iv) acima será transferido pelo Banco Administrador para a conta de titularidade da Companhia mantida junto ao Banco Administrador de livre movimentação da e exclusiva gestão da Companhia ("**Conta Livre Movimentação**").

Carta Fiança Overhaul

A Companhia poderá, a qualquer momento, solicitar a liberação dos valores depositados na Conta Reserva *Overhaul* ao Agente Fiduciário, mediante apresentação de carta de fiança, emitida por um Banco de Primeira Linha ("**Banco Fiador**"), com prazo mínimo de 1 (um) ano, em valor equivalente a, no mínimo, o custo estimado do próximo Overhaul programado, denominada nas moedas utilizadas nessas estimativas, a ser apurado pelo Agente Fiduciário ("**Carta Fiança Overhaul**"), contratada por um terceiro e sem direito de regresso por parte do Banco Fiador contra a Companhia. Caso, em qualquer momento, o prazo de validade da Carta Fiança *Overhaul* seja inferior a 60 (sessenta) dias, a Companhia deverá apresentar ao Agente Fiduciário, nova Carta Fiança Overhaul, observando os critérios previsto acima elencados.

O Agente Fiduciário, após verificar que a observância dos critérios indicados acima, encaminhará notificação escrita ao Banco Administrador solicitando a liberação dos valores depositados na Conta Reserva *Overhaul*, que deverão ser depositados pelo Banco Administrador na Conta Livre Movimentação, bem como que o Banco Administrador não retenha quaisquer valores adicionais na Conta Reserva *Overhaul* até a realização do próximo Overhaul e depositará os recursos provenientes da Conta Centralizadora na Conta Reserva *Overhaul*.

Após a liberação dos recursos depositados na Conta Reserva *Overhaul*, a Companhia deverá depositar na referida Conta Reserva *Overhaul*, no mínimo 5 (cinco) dias úteis antes do pagamento do próximo Overhaul, recursos em montante suficientes para cobrir custo estimado do próximo Overhaul. Caso a Companhia não deposite os recursos em montante suficientes para cobrir custo estimado do próximo Overhaul, o Agente Fiduciário executará a Carta Fiança *Overhaul*.

Após a ocorrência do Overhaul, de acordo com comprovantes que serão entregues pela Companhia, o Agente Fiduciário instruirá ao Banco Administrador a liberação de eventual Carta Fiança *Overhaul* apresentada pela Companhia, bem como a reter na Conta Reserva *Overhaul* os recursos suficientes para cobrir a Reserva *Overhaul*, nos termos acima indicados.

Apuração Valor Mínimo nas Contas Reserva e Reforço da Garantia

Mensalmente, a partir de 15 de novembro de 2013, inclusive, e sempre que solicitado pela Cedente ("**Datas de Apuração Valor Mínimo nas Contas Reserva**"), o Agente Fiduciário deverá verificar se o saldo depositado nas Contas Reserva é suficiente, de acordo com os termos previsto acima.

Caso após a apuração do Valor Mínimo nas Contas Reservas o Agente Fiduciário verifique que o montante depositado nas Contas Reserva está inferior ao mínimo individualmente exigido, nos termos acima indicado e conforme previsto no Contrato de Administração de Contas, o Agente Fiduciário encaminhará notificação à Companhia para que providencie, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da referida notificação, o depósito de recursos suficientes para observância dos valores mínimos individualmente exigidos nos termos do Contrato de Administração de Contas, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures.

O Agente Fiduciário deverá indicar na notificação a(s) Conta(s) Reserva que não tiveram seu valor mínimo observado, bem como o montante que deverá ser depositado pela Companhia, observado que a Companhia poderá depositar os recursos necessários diretamente na respectiva Conta Reserva que não teve seu valor mínimo exigido observado.

Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos

Partes e Objeto

O Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos foi celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, tendo por objeto a alienação fiduciária dos equipamentos indicados com o escopo de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento das Obrigações Garantidas.

Bens Cedidos

A Alienação Fiduciária de Equipamentos compreende a transferência da propriedade fiduciária, domínio resolúvel e posse indireta, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições dos bens elencados no anexo I ao Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos ("Equipamentos").

Os principais bens cedidos são os 23 motores que compõem a casa de força, fabricados pela Wärtsilä Finland Oy, modelo 20V32, conforme especificações abaixo:

Disposição.....	V
Número de cilindros.....	20
Diâmetro de cada cilindro	320 mm
Curso de cada cilindro.....	400 mm
Velocidade	720 rpm
Velocidade pistão principal	9,60 m/s
Pressão efetiva.....	23,3 bar
Cilindrada por cilindro	32,1 dm ³
Compressão	16:1
Número de válvulas de entrada	2
Número de válvulas de saída.....	2
Orientação da rotação	Horária

O valor dos Equipamentos corresponde a R\$171.000.000,00 (cento e setenta e um milhões de reais) ("Valor de Avaliação dos Equipamentos"), observado que a Companhia concordou que o valor dos Equipamentos deverá sempre corresponder, no mínimo ao Valor de Avaliação dos Equipamentos.

Até a quitação integral das Obrigações Garantidas, a Emissora obriga-se a adotar todas as medidas e providências no sentido de assegurar que os titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, mantenham preferência absoluta com relação aos Equipamentos.

Adicionalmente, a Companhia concordou, sob sua única e exclusiva responsabilidade, a contratar e pagar o prêmio referente a seguro dos Equipamentos contra todos os riscos cabíveis, de acordo com as leis e regulamentações aplicáveis a seguros em vigor, com uma seguradora de renome e idônea. Deve constar da apólice de seguro e dos documentos que formalizarem suas renovações e endossos, que: (i) a Companhia é a beneficiária da cobertura securitária e do pagamento de eventuais indenizações, exceto em caso de sinistro que resulte em perda total de qualquer dos Equipamentos, hipótese na qual os Debenturistas serão os exclusivos beneficiários do pagamento da indenização correspondente, até o Valor de Avaliação dos Equipamentos; e (ii) as coberturas não poderão ser canceladas, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas, sendo que a Companhia deverá encaminhar em até 10 (dez) Dias Úteis da data da contratação do seguro cópia da(s) apólice(s), endosso(s) e respectivo(s) comprovante(s) de pagamento ao Agente Fiduciário, estabelecendo-se o mesmo procedimento para as renovações anuais.

O Agente Fiduciário poderá, a qualquer tempo, mediante prévio aviso de 10 (dez) Dias Úteis à Companhia, examinar os Equipamentos, verificando seu estado de conservação, sujeitando-se a Companhia às penas da lei, caso não proceda à exibição dos Equipamentos sempre que lhe for solicitado pelo Agente Fiduciário.

Registro da Alienação Fiduciária dos Equipamentos

A Companhia obrigou-se a (i) registrar, em até 20 (vinte) Dias Úteis após assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e dos seus respectivos anexos perante os competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos na Cidade de Iguarassu, Estado de Pernambuco, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (ii) enviar ao Agente Fiduciário comprovação da apresentação do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos para registro perante os competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos indicados acima; e (iii) após o registro, e no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, fornecer ao Agente Fiduciário, uma via do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos devidamente registrado.

Excussão da Alienação Fiduciária dos Equipamentos

Caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures a Companhia não promova o resgate da totalidade das Debêntures, no prazo e nos termos previstos na Escritura de Emissão, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, poderão promover a execução da Alienação Fiduciária dos Equipamentos.

Na hipótese de ocorrência de um evento de vencimento antecipado, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, estão autorizados a exercer sobre os Equipamentos todos os poderes que lhes são assegurados pela legislação vigente, inclusive os poderes "*ad negotia*", podendo vender, ceder ou transferir os Equipamentos, em conjunto ou isoladamente, judicial ou extrajudicialmente, por qualquer forma, independentemente de leilão, hasta pública, dar quitação.

Em conformidade com o disposto nos artigos 684 do Código Civil, a Companhia nomeou e constituiu o Agente Fiduciário seu procurador, até que as Obrigações Garantidas sejam integralmente cumpridas, conferindo-lhe poderes para, na ocorrência de um evento de vencimento antecipado, vender, alienar, ceder, transferir, no todo ou em parte, os Equipamentos, na forma e nas condições que os Debenturistas vierem a determinar, e usar o produto da venda para a amortização total ou parcial das Obrigações Garantidas, deduzir todas as despesas incorridas na venda e devolver o excedente, se houver, à Companhia.

Os Debenturistas farão jus à totalidade do produto da excussão da garantia ora constituída para pagamento e liquidação das Obrigações Garantidas, e o eventual excesso será entregue a Companhia em até 5 (cinco) dias úteis após o pagamento e liquidação das Obrigações Garantidas.

Se o produto da venda dos Equipamentos, não bastar para saldar a totalidade das Obrigações Garantidas, acrescidas de todos os juros, taxas, comissões, multas, perdas, danos e despesas ou encargos ali previstos, subsistirá integralmente a responsabilidade da Companhia pelo pagamento do saldo devedor que for apurado, sem prejuízo da execução das demais Garantias.

Contrato de Alienação Fiduciária de Ações

Partes e Objeto

O Contrato de Alienação Fiduciária de Ações foi celebrado entre as Garantidoras, o Agente Fiduciário e a Companhia, tendo por objeto a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia de titularidade das Garantidoras com o escopo de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento das Obrigações Garantidas.

Bens Cedidos

A Alienação Fiduciária de Ações compreende a alienação e a transferência da propriedade fiduciária, domínio resolúvel e posse indireta, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições:

- (i) a totalidade das ações do capital social da Companhia (atualmente 26.162.996 (vinte e seis milhões, cento e sessenta e dois mil, novecentas e noventa e seis) ações detidas em sua totalidade pelas Acionistas, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Companhia, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas às acionistas da Companhia, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações oneradas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Companhia e de titularidade das acionistas da Companhia, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ("Ações Alienadas Fiduciariamente");
- (ii) quaisquer novas ações subscritas pelas Acionistas e/ou por quaisquer terceiros no capital social da Companhia, e/ou quaisquer desdobramentos, ações resultantes de grupamentos, ou de qualquer reestruturação societária (inclusive incorporação de ações) aprovada pelos Debenturistas, dividendos, bonificações, ou frutos deles decorrentes, incorporar-se-ão automaticamente à presente garantia, passando, para todos os fins de direito, a integrar a definição de Ações Alienadas Fiduciariamente.

As Acionistas obrigaram-se a defender, em nome próprio, os direitos dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário sobre as Ações Alienadas Fiduciariamente contra quaisquer ações que venham a ser propostas por terceiros.

A Companhia não possui laudo de avaliação de suas ações. Não obstante o valor da Emissora, constante no Estudo de Viabilidade, foi determinado em R\$145.232.648,00 de acordo com o demonstrado na página 51 do Estudo de Viabilidade anexo a este Prospecto. Considerando essa avaliação, o valor patrimonial por ação de emissão da Companhia corresponde a R\$5,55.

Averbação e Registro da Alienação Fiduciária das Ações

Averbação da Alienação Fiduciária. Na data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, a Companhia deverá averbar os ônus constituído por meio do referido Contrato de Alienação Fiduciária de Ações no seu Livro de Registro de Ações Nominativas e/ou inclusão do referido ônus no extrato emitido pelas instituições prestadoras de serviços de escrituração das Ações Alienadas Fiduciariamente e/ou custodiantes das Ações Alienadas Fiduciariamente, que deverá ser encaminhada ao Agente Fiduciário no prazo de 7 (sete) dias úteis a contar da data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

Adicionalmente, no prazo máximo de 20 (dias) Dias Úteis após a data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e de qualquer aditivo subsequente, a Companhia deverá registrar referido instrumento, às suas custas e exclusivas expensas, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e no cartório das sedes de todas as Partes, incluindo mas não se limitando a Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Cidade de Iguarassu, Estado de Pernambuco, devendo fornecer comprovação desses registros ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar do registro nos referidos Cartório de Registro de Títulos e Documentos, aplicando-se esta mesma regra em caso de celebração de futuros aditivos ao presente Contrato, além de manter arquivada uma cópia do referido Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e de seus respectivos aditamentos em sua sede social.

Excussão da Alienação Fiduciária das Ações

Caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures a Companhia não promova o resgate da totalidade das Debêntures, no prazo e nos termos previstos na Escritura de Emissão, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, poderão promover a execução da Alienação Fiduciária das Ações.

Na hipótese de ocorrência de um evento de vencimento antecipado, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, estão autorizados a promover a venda, cessão ou transferência judicial ou extrajudicial das Ações Alienadas Fiduciariamente, em uma ou mais vezes, em operação pública ou privada, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro procedimento, e conforme deliberado pelos Debenturistas, aplicando o produto obtido na amortização ou liquidação das Obrigações Garantidas.

No caso de excutir a referida garantia, o Agente Fiduciário comunicará as Garantidoras e a Companhia sobre a referida excussão, na forma do artigo 1.364 e seguintes do Código Civil. O produto assim obtido (incluindo os recursos recebidos em decorrência de pagamento de eventuais dividendos declarados e ainda não pagos ou de juros sobre capital próprio atinentes às referidas Ações Alienadas Fiduciariamente, bem como qualquer outro valor pago em razão da propriedade das Ações Alienadas Fiduciariamente) deverão ser utilizados para a amortização extraordinária, parcial ou total, das Obrigações Garantidas e quaisquer tributos e despesas incidentes sobre a venda, cessão ou transferência das Ações Alienadas Fiduciariamente, sem prejuízo do exercício, pelo Agente Fiduciário, de quaisquer outros direitos, garantias e prerrogativas cabíveis.

Caso o produto da execução da garantia seja suficiente para a integral liquidação das Obrigações Garantidas e das despesas com a excussão da garantia, e ainda seja apurado saldo positivo, o Agente Fiduciário entregará o saldo às Acionistas, acompanhado do respectivo demonstrativo da sua apuração, de acordo com o artigo 1.364 do Código Civil, 5 (cinco) dias úteis após o pagamento e liquidação das Obrigações Garantidas. Caso o produto da execução da garantia não seja suficiente para a integral liquidação das Obrigações Garantidas e das despesas com a excussão da garantia, as Acionistas continuarão responsáveis por garantir a integral liquidação do saldo devido.

Direitos de Votos das Ações

Enquanto não ocorrer eventuais inadimplementos da Companhia nos termos da Escritura de Emissão, bem como qualquer declaração de vencimento antecipado nos termos previstos na Escritura de Emissão, as Garantidoras exercerão o direito de voto vinculado às Ações Alienadas Fiduciariamente de sua titularidade, comprometendo-se a não aprovar e/ou realizar qualquer ato em desacordo com o disposto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ou que prejudique o pagamento e cumprimento integral das Obrigações Garantidas.

INFORMAÇÕES SOBRE AS GARANTIDORAS

Para fins de atendimento ao item 7 do Anexo III da Instrução CVM 400, incluímos abaixo as informações referentes às Garantidoras, pertinentes à sua denominação social, à sua sede e seu objeto social, bem como às informações descritas nos itens 3.7, 6.1 a 6.3, 7.1, 8, 12.1, 12.6, 13.2, 15.1, 16.2, 17.1, 18.5 e 22.3 do formulário de referência, nos termos da Instrução CVM 480.

Denominação Social: Bolognesi Participações S.A.;

Sede: Av. Plínio Brasil Milano, 607 - Porto Alegre/RS;

Objeto Social: Planejamento, execução e administração de empreendimentos empresariais;

Nível de Endividamento:

Exercício Social	Montante total da dívida de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/06/2013	R\$564.877.000	Índice de Endividamento Geral	88%	
31/12/2012	R\$499.992.000	Índice de Endividamento Geral	97%	

Data de Constituição: 20 de janeiro de 2010;

Forma de Constituição: Sociedade por ações;

País de Constituição: Brasil;

Prazo de Duração: Prazo de Duração Indeterminado;

Data de Registro na CVM: Não aplicável, pois é sociedade por ações de capital fechado;

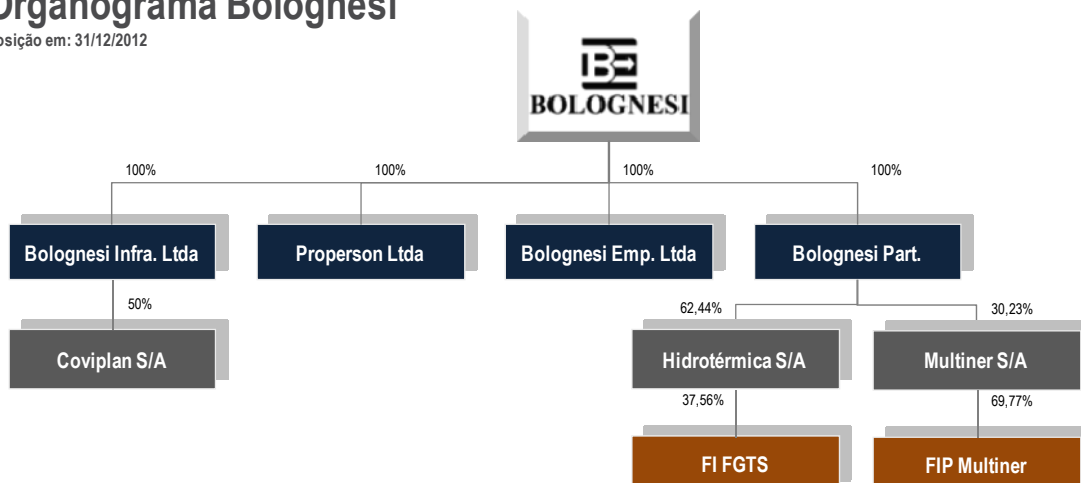
Breve Histórico: A Bolognesi foi fundada em 2010 para agrupar as participações das pessoas físicas do Sr Ronaldo Marcelo Bolognesi e filhos nos investimentos e participações no segmento de energia;

Descrição das atividades: A Bolognesi tem por objetivo social a participação em sociedades cujo objeto incluía a implantação e a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata, incluindo pequenas centrais hidrelétricas e usinas de geração de energia termelétrica a partir de biomassa, óleo combustível e/ou gás natural; a comercialização de energia elétrica gerada em tais empreendimentos, bem como a realização de estudos, projetos, comissionamento, testes, operação, manutenção, gerenciamento, supervisão, aquisição no mercado nacional ou internacional de máquinas, equipamentos e materiais e a construção de terceiros e, para tanto, planejamento, execução e administração de empreendimentos empresariais;

Descrição do grupo econômico:

Organograma Bolognesi

Posição em: 31/12/2012



Estrutura administrativa, de acordo com o estatuto social:

A Bolognesi é administrada por quatro diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela assembleia geral, cujo mandato será de três anos. Compete à diretoria praticar todos os atos de administração e gestão necessários ao funcionamento regular da sociedade; elaborar o orçamento da receita e da despesa e a especificação das necessidades de recursos a obter; promover e prover a organização interna, mantendo constantemente atualizada com a evolução da sociedade; cumprir e fazer cumprir o estatuto, as deliberações dos órgãos superiores, as normas e regulamentos internos e as próprias deliberações adotadas; solicitar a convocação da assembleia geral, do conselho fiscal, organizar, aprovar e administrar o quadro de pessoas da sociedade, constituir procuradores e advogados e nomear prepostos; apresentar, dentro do prazo legal, o relatório, as demonstrações financeiras e contábeis da gestão e todos os documentos obrigatórios; movimentar os recursos da sociedade e formalizar as obrigações em geral mediante a assinatura dos instrumentos respectivos. Por deliberação da diretoria, esta competência poderá ser delegada a procuradores especiais para tanto.

O diretor presidente tem poderes para, isoladamente, além de todas as atribuições já definidas, exercer todos os atos da administração geral em conformidade com as resoluções da diretoria, a representação ativa e passiva da sociedade, inclusive em juízo; constituir advogados e nomear prepostos, alienar bens, constituir ônus reais, prestar garantias e avais, contrair obrigações, celebrar contratações em geral, inclusive bancária, movimentação de conta corrente, contratos, empréstimos, duplicatas, endossos, ordem de pagamento e transferências de recursos, convocar e presidir as reuniões da diretoria. Compete a cada um dos demais diretores, além das atribuições gerais já definidas, dirigir e supervisionar a área de atuação específica que a diretoria lhe atribuir, nela praticando todos os atos de administração e gestão para assegurar o funcionamento normal da sociedade; exercer, em regime cumulativo e de substituição, na forma prevista pelo estatuto, as funções do diretor afastado, licenciado ou em férias.

Informações sobre os administradores:

Informações sobre os diretores estatutários

Nome	CPF	Idade	Profissão	Órgão administração	Cargo eletivo	Data eleição	Data posse	Prazo mandato
Ronaldo Marcelio Bolognesi...	008.006.600-30	71 anos	Engenheiro Civil	Diretoria	Diretor Presidente	21 de janeiro de 2013	21 de janeiro de 2013	Três anos
Chiara Sonogo Bolognesi	826.383.730-87	30 anos	Administradora de empresas	Diretoria	Diretora	21 de janeiro de 2013	21 de janeiro de 2013	Três anos
Gianna Sonogo Bolognesi.....	826.384.380-49	27 anos	Administradora de empresas	Diretoria	Diretora	21 de janeiro de 2013	21 de janeiro de 2013	Três anos
Gianfranco Sonogo Bolognesi ...	826.384.030-91	32 anos	Empresário	Diretoria	Diretor	21 de janeiro de 2013	21 de janeiro de 2013	Três anos
Paulo Cesar Rutzen	441.649.200-68	48 anos	Advogado	Diretoria	Diretor	21 de janeiro de 2013	21 de janeiro de 2013	Três anos

Remuneração reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente: Os administradores da Bolognesi não receberam qualquer remuneração nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente.

Composição Acionária:

Composição Acionária									
ACIONISTA BOLOGNESI									
CPF/CNPJ acionista	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Nacionalidade-UF	Ações ordinárias %	Participação de acordo acionistas	Qtde. ações preferenciais (Unidades) PN	Acionista controlador	Ações Preferenciais %	Última alteração	Total ações %
Detalhamento por classe de ações (Unidades)									
Ronaldo Marcelo Bolognesi									
008.006.600-30	14.510.815	Brasileiro	99,91%	Não aplicável	Não aplicável	Sim	Não aplicável	20/01/2010	99,91%
Chiara Sonogo Bolognesi Gargano									
826.383.730-87	4.350	Brasileira	0,03%	Não aplicável	Não aplicável	Não	Não aplicável	20/01/2010	0,03%
Gianfranco Sonogo Bolognesi									
826.384.030-91	4.350	Brasileira	0,03%	Não aplicável	Não aplicável	Não	Não aplicável	20/01/2010	0,03%
Gianna Sonogo Bolognesi									
826.384.380-49	4.350	Brasileira	0,03%	Não aplicável	Não aplicável	Não	Não aplicável	20/01/2010	0,03%
TOTAL	14.523.865		100%						100%

Contratos com partes relacionadas:

PARTES RELACIONADAS BOLOGNESI							
PARTES RELACIONADAS	DATA TRANSAÇÃO	MONTANTE ENVOLVIDO (R\$)	SALDO EXISTENTE (R\$)	MONTANTE (R\$)	DURAÇÃO	EMPRÉSTIMO OU OUTRO TIPO DE DÍVIDA	TAXA DE JUROS COBRADOS
AUTÓDROMO ENERGIA S/A	30/06/2013	1.438.411	1.438.411	1.438.411	10 anos	Empréstimo	100% CDI
BOA FÉ ENERGÉTICA	30/06/2013	367.801	367.801	367.801	10 anos	Empréstimo	100% CDI
CENTRAL ENERGÉTICA PALMEIRAS S/A	30/06/2013	14.180.987	14.180.987	14.180.987	10 anos	Empréstimo	100% CDI
CRÍUVA ENERGÉTICA S/A	30/06/2013	7.382.016	7.382.016	7.382.016	10 anos	Empréstimo	100% CDI
DA ILHA ENERGÉTICA S/A	30/06/2013	1.014.060	1.014.060	1.014.060	10 anos	Empréstimo	100% CDI
HIDROTÉRMICA S/A	30/06/2013	19.473.400	19.473.400	19.473.400	10 anos	Empréstimo	100% CDI
SÃO PAULO ENERGÉTICA S/A	30/06/2013	3.103.074	3.103.074	3.103.074	10 anos	Empréstimo	100% CDI
TERMELETRICA PERNAMBUCO III S/A	30/06/2013	135.716.727	135.716.727	135.716.727	10 anos	Empréstimo	100% CDI
VÊNETO ENERGÉTICA S/A	30/06/2013	1.856.741	1.856.741	1.856.741	10 anos	Empréstimo	100% CDI
OUTRAS PCHs CONTROLADORAS	30/06/2013	10	10	10	10 anos	Empréstimo	100% CDI
MULTINER S/A	30/06/2013	133.886.755	133.886.755	133.886.755	10 anos	Empréstimo	100% CDI
NOVA PETRLEO S/A	30/06/2013	3.500.000	3.500.000	3.500.000	10 anos	Empréstimo	100% CDI
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto Contrato	Mútuo						
Garantia e Seguros	Não						
Rescisão ou Extinção	Não						
Natureza e Razão para Operação	Empréstimo para o capital e giro						

Informações sobre o capital social:

Tipo de capital	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)	Data da autorização ou aprovação
Integralizado	R\$176.199.000,00	—	176.199.000	0	176.199.000	20.01.2010
Emitido	R\$176.199.000,00	Integralizado	176.199.000	0	176.199.000	20.01.2010
Subscrito	R\$176.199.000,00	Integralizado	176.199.000	0	176.199.000	20.01.2010
Autorizado	—	—	—	—	—	—

Outros valores mobiliários emitidos: até a data deste Prospecto, não houve emissão de qualquer outro valor mobiliário.

Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais: Não aplicável, tendo em vista não celebrou com suas controladas contratos não relacionados às suas atividades operacionais.

Denominação Social: Hidrotérmica S.A.;

Sede: Av.Plínio Brasil Milano, 607 - Porto Alegre/RS;

Objeto Social: Tem por objeto o planejamento, execução e administração de empreendimentos empresariais;

Nível de Endividamento:

Exercício Social	Montante total da dívida de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/06/2013	658.165.000	Índice de Endividamento Geral	76%	
31/12/2012	631.949.000	Índice de Endividamento Geral	76%	

Data de Constituição: 17 de novembro de 1997;

Forma de Constituição: Sociedade por ações;

País de Constituição: Brasil;

Prazo de Duração: Prazo de Duração Indeterminado;

Data de Registro na CVM: Não aplicável, pois é sociedade por ações de capital fechado;

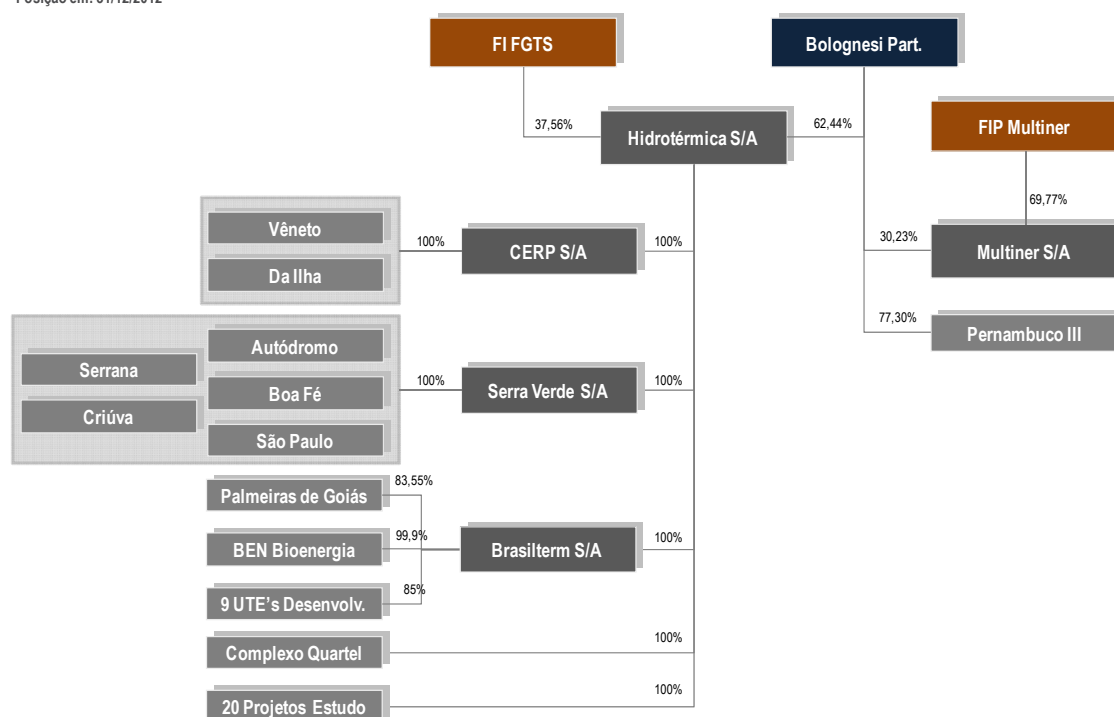
Breve Histórico: Fundada em 2001, a Hidrotérmica – é a *holding* do grupo responsável pelos empreendimentos no setor de geração de energia, cujo objetivo é o desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica, seja ela de fonte hídrica, térmica ou outra. Tem como sócio, além da Bolognesi Participações, o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), com o qual foi firmando um acordo de acionista em dezembro de 2009;

Descrição das atividades: Tem por objeto a execução de empreendimentos de geração e comercialização de energia elétrica, estudos, gerenciamento, supervisão e projetos de empreendimentos energéticos e operação de usinas hidroelétricas;

Descrição do grupo econômico:

Organograma Hidrotérmica

Posição em: 31/12/2012



Estrutura administrativa, de acordo com o estatuto social: A Hidrotérmica é administrada por um Conselho de Administração, composta por cinco membros eleitos pela assembleia geral, sendo um membro eleito como Presidente do Conselho, todos com mandato unificado de um ano, permitida a reeleição, e uma diretoria composta por no mínimo dois e no máximo cinco diretores, eleitos pelo conselho de administração para um mandato de dois anos, permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem poderes para aprovar a seguintes matérias por unanimidade dos conselheiros, alteração e realização do plano de negócios da Hidrotérmica; assunção de qualquer obrigação, assim como a celebração de contrato ou acordo de qualquer natureza, que implique alavancagem da Hidrotérmica superior a 80% da dívida e 20% de capital próprio, que seja relacionado aos projetos inseridos no plano de negócios da Hidrotérmica; a celebração, o aditamento ou a rescisão de qualquer acordo, contrato ou compromisso, que envolva a Hidrotérmica e suas subsidiárias de um lado, e qualquer dos acionistas ou empresa do grupo de outro; a outorga de garantias de qualquer natureza sobre bens, direitos, ativos financeiros ou fixos da Hidrotérmica, que não esteja contemplada no plano de negócio da Hidrotérmica; alienação de bens imóveis ou aquisição de bens móveis, cujo valor não esteja contemplado no orçamento anual ou no plano de negócio da Hidrotérmica; implementação ou execução de qualquer oportunidade comercial, assim como a inclusão, exclusão ou alteração de projeto na carteira de projetos da Hidrotérmica; transferência, em qualquer exercício social, de qualquer ativo ou conjunto de ativos da Hidrotérmica, em valor superior a R\$2 milhões, em uma única operação, ou R\$8 milhões considerando qualquer período de 12 meses; eleição e destituição dos auditores independentes da Hidrotérmica, observando o disposto no inciso II do artigo 142 da Lei das Sociedades Anônimas; a nomeação dos diretores da Hidrotérmica e de suas subsidiárias; e as deliberações relevantes da Hidrotérmica, na qualidade de acionista de qualquer subsidiária, com relação a matérias das subsidiárias similares às matérias submetidas à aprovação por unanimidade do conselho de administração da Hidrotérmica.

A diretoria tem plenos poderes para decidir e conduzir os negócios da Hidrotérmica, inclusive quanto a questões comerciais, financeiras, operacionais e outras

Informações sobre os administradores:

Informações sobre os diretores estatutários:

Nome	CPF	Idade	Profissão	Órgão administração	Cargo eletivo	Data eleição	Data posse	Prazo mandato
Ronaldo Marcello Bolognesi	008.006.600-30	71 anos	Engenheiro Civil	Diretoria	Diretor Presidente	28 de junho de 2012	28 de junho de 2012	Dois anos
Chiara Sonogo Bolognesi	826.383.730-87	30 anos	Administradora de empresas	Diretoria	Diretora	28 de junho de 2012	28 de junho de 2012	Dois anos
Paulo Cesar Rutzen	441.649.200-68	48 anos	Advogado	Diretoria	Diretor	28 de junho de 2012	28 de junho de 2012	Dois anos

Informações sobre o conselho de administração

Nome	CPF	Idade	Profissão	Órgão administração	Cargo eletivo	Data eleição	Data posse	Prazo mandato
Ronaldo Marcello Bolognesi	008.006.600-30	71 anos	Engenheiro Civil	Conselho de Administração	Presidente do Conselho	10 de maio de 2012 ^(*)	10 de maio de 2012	Um anos
Gianna Sonogo Bolognesi	826.384.380-49	27 anos	Administradora de empresas	Conselho de Administração	Conselheira	10 de maio de 2012 ^(*)	10 de maio de 2012	Um anos
Gianfranco Sonogo Bolognesi.....	826.384.030-91	32 anos	Empresário	Conselho de Administração	Conselheiro	10 de maio de 2012 ^(*)	10 de maio de 2012	Um anos
José Henrique Marques da Cruz...		49 anos	Economiário	Conselho de Administração	Conselheiro	10 de maio de 2012 ^(*)	10 de maio de 2012	Um anos
Yoshio Marcos Hashimoto.....	719.229.209-59	44 anos	Economiário	Conselho de Administração	Conselheiro	10 de maio de 2012 ^(*)	10 de maio de 2012	Um anos

(*) Ratificação da manutenção dos Conselheiros até a realização da próxima AGO.

Remuneração reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente:

Remuneração total prevista para o Exercício corrente 31/12/2013 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros.....	5	3	–	8
Remuneração Global				
fixa anual	R\$360.000	R\$216.000	–	R\$576.000
Salário ou pró-labore	R\$300.000	R\$180.000	–	R\$480.000
Benefícios direto e indireto	–	–	–	–
Participações em comitês	–	–	–	–
Outros	R\$60.000	R\$36.000	–	R\$96.000
Descrição de outras remunerações fixas.....	A rubrica “Outros” refere-se aos valores previstos referentes aos encargos sociais retidos pela Companhia, em razão da remuneração fixa prevista para ser paga aos membros do Conselho de Administração no exercício social de 2013.			
		A rubrica “Outros” refere-se aos valores previstos referentes aos encargos sociais retidos pela Companhia, em razão da remuneração fixa prevista para ser paga aos membros da Diretoria no exercício social de 2013.		
Remuneração variável...	–	–	–	–
Bônus	–	–	–	–
Participação de resultados	–	–	–	–
Participação em reuniões	–	–	–	–
Comissões.....	–	–	–	–
Outros	–	–	–	–
Descrição de outras remunerações variáveis....	–	–	–	–
Pós-emprego	–	–	–	–
Cessação do cargo	–	–	–	–
Baseada em ações	–	–	–	–
Observações	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº001/2013			
		O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº001/2013		
Total da remuneração ...	R\$360.000	R\$216.000	–	R\$576.000

Remuneração total prevista para o Exercício corrente 31/12/2012 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros.....	5	3	–	8
Remuneração Global				
fixa anual	R\$360.000	R\$216.000	–	R\$576.000
Salário ou pró-labore	R\$300.000	R\$180.000	–	R\$480.000
Benefícios direto e indireto	–	–	–	–
Participações em comitês	–	–	–	–
Outros	R\$60.000	R\$36.000	–	R\$96.000
Descrição de outras remunerações fixas	A rubrica “Outros” refere-se aos valores dos encargos sociais retidos pela Companhia, em razão da remuneração fixa prevista para ser paga aos membros do Conselho de Administração no exercício social de 2012.			
	A rubrica “Outros” refere-se aos valores dos encargos sociais retidos pela Companhia, em razão da remuneração fixa prevista para ser paga aos membros da Diretoria no exercício social de 2012.			
Remuneração variável...	–	–	–	–
Bônus	–	–	–	–
Participação de resultados	–	–	–	–
Participação em reuniões	–	–	–	–
Comissões	–	–	–	–
Outros	–	–	–	–
Descrição de outras remunerações variáveis....	–	–	–	–
Pós-emprego	–	–	–	–
Cessação do cargo	–	–	–	–
Baseada em ações	–	–	–	–
Observações	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº001/2013			
	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº001/2013			
Total da remuneração ...	R\$360.000	R\$216.000	–	R\$576.000

Remuneração total prevista para o Exercício corrente 31/12/2011 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros.....	5	3	–	8
Remuneração Global				
fixa anual	R\$360.000	R\$216.000	–	R\$576.000
Salário ou pró-labore	R\$300.000	R\$180.000	–	R\$480.000
Benefícios direto e indireto	–	–	–	–
Participações em comitês	–	–	–	–
Outros	R\$60.000	R\$36.000	–	R\$96.000
Descrição de outras remunerações fixas	A rubrica “Outros” refere-se aos valores dos encargos sociais retidos pela Companhia, em razão da remuneração fixa prevista para ser paga aos membros do Conselho de Administração no exercício social de 2011.			
		A rubrica “Outros” refere-se aos valores dos encargos sociais retidos pela Companhia, em razão da remuneração fixa prevista para ser paga aos membros da Diretoria no exercício social de 2011.		
Remuneração variável...	–	–	–	–
Bônus	–	–	–	–
Participação de resultados	–	–	–	–
Participação em reuniões	–	–	–	–
Comissões	–	–	–	–
Outros	–	–	–	–
Descrição de outras remunerações variáveis....	–	–	–	–
Pós-emprego	–	–	–	–
Cessação do cargo	–	–	–	–
Baseada em ações	–	–	–	–
Observações	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº001/2013			
		O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº001/2013		
Total da remuneração ...	R\$360.000	R\$216.000	–	R\$576.000

Remuneração total prevista para o Exercício corrente 31/12/2010 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros.....	5	3	–	8
Remuneração Global				
fixa anual	R\$252.000	R\$126.000	–	R\$378.000
Salário ou pró-labore	R\$210.000	R\$105.000	–	R\$315.000
Benefícios direto e indireto	–	–	–	–
Participações em comitês	–	–	–	–
Outros	R\$42.000	R\$21.000	–	R\$63.000
Descrição de outras remunerações fixas	A rubrica “Outros” refere-se aos valores dos encargos sociais retidos pela Companhia, em razão da remuneração fixa prevista para ser paga aos membros do Conselho de Administração no exercício social de 2010.			
		A rubrica “Outros” refere-se aos valores dos encargos sociais retidos pela Companhia, em razão da remuneração fixa prevista para ser paga aos membros da Diretoria no exercício social de 2010.		
Remuneração variável...	–	–	–	–
Bônus	–	–	–	–
Participação de resultados	–	–	–	–
Participação em reuniões	–	–	–	–
Comissões	–	–	–	–
Outros	–	–	–	–
Descrição de outras remunerações variáveis....	–	–	–	–
Pós-emprego	–	–	–	–
Cessação do cargo	–	–	–	–
Baseada em ações	–	–	–	–
Observações	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº003/2012			
		O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº003/2012		
Total da remuneração ...	R\$252.000	R\$126.000	–	R\$378.000

Composição Acionária:

Composição Acionária:										
Acionista Hidrotermica										
CPF/CNPJ acionista	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Nacionalidade – UF	Ações ordinárias %	Participação de acordo com acionistas	Qtde. ações preferenciais (Unidades) PN	Acionista controlador	Ações Preferenciais %	Última alteração	Qtde. ações	Total ações %
Detalhamento por classe de ações (Unidades)										
Bolognesi Participações S.A.										
11.664.185/0001-55 ...	205.277.624	RS	78,67%	Sim	0	Não	0,00%	20/04/2011	205.277.624	62,44%
FI-FGTS										
9.234.078/0001-45	55.667.283	Brasileira	21,33%	Sim	67.796.610	Não	100,00%	20/04/2011	123.463.893	37,56%
TOTAL.....	260.944.907		100%		67.796.610		100%		328.741.517	100,00%

Contratos com partes relacionadas:

Contratos com partes relacionadas:								
HIDROTERMICA								
PARTE RELACIONADA	DATA TRANSAÇÃO	MONTANTE ENVOLVIDO (R\$)	SALDO EXISTENTE (R\$)	MONTANTE (R\$)	DURAÇÃO	EMPRÉSTIMO OU OUTRO TIPO DE DÍVIDA	TAXA DE JUROS COBRADOS	
AUTÓDROMO ENERGIA S/A	30/06/2013	31.572.866	31.572.866	31.572.866	10 anos	Empréstimo	100% CDI	
BEN-BIOENERGIA GER. COM ENERG NORDESTE S/A....	30/06/2013	117.604.000	117.604.000	117.604.000	10 anos	Empréstimo	100% CDI	
BOA FE ENERGÉTICA S/A.....	30/06/2013	19.233.985	19.233.985	19.233.985	10 anos	Empréstimo	100% CDI	
DA ILHA ENERGÉTICA S/A	30/06/2013	27.472.874	27.472.874	27.472.874	10 anos	Empréstimo	100% CDI	
SERRANA ENERGÉTICA S/A	30/06/2013	633.886	633.886	633.886	10 anos	Empréstimo	100% CDI	
TERMELETRICA PERNAMBUCO III S/A.....	30/06/2013	5.521.696	5.521.696	5.521.696	10 anos	Empréstimo	100% CDI	
VÊNETO ENERGETICA S/A	30/06/2013	45.442.265	45.442.265	45.442.265	10 anos	Empréstimo	100% CDI	
OUTRAS PCHs CONTROLADORAS	30/06/2013	115.307	115.307	115.307	10 anos	Empréstimo	100% CDI	
Relação com o emissor	Controladas							
Objeto Contrato	Mútuo							
Garantia e Seguros	Não							
Rescisão ou Extinção	Não							
Natureza e Razão para a Operação	Empréstimo para capital e giro							

Informações sobre o capital social:

Tipo de capital	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)	Data da autorização ou aprovação
Integralizado	R\$268.346.938,00	—	260.944.907	67.796.610	328.741.517	20.04.2011
Emitido	R\$268.346.938,00	Integralizado	260.944.907	67.796.610	328.741.517	20.04.2011
Subscrito.....	R\$268.346.938,00	Integralizado	260.944.907	67.796.610	328.741.517	20.04.2011
Autorizado	—	—	—	—	—	—

Outros valores mobiliários emitidos: até a data deste Prospecto, não houve emissão de qualquer outro valor mobiliário.

Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais: Não aplicável, tendo em vista não celebrou com suas controladas contratos não relacionados às suas atividades operacionais.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

A seção "Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder", a partir da página 105 deste Prospecto trata dos relacionamentos existentes entre a Companhia e o Coordenador Líder, além do proveniente da presente Oferta.

A Companhia utilizará parte dos recursos auferidos com a Oferta para liquidação parcial das duas CCBs emitidas em favor do Coordenador Líder em 22 de março de 2013 e 28 de agosto de 2013, respectivamente, com vencimento em 28 de novembro de 2013 e 26 de novembro de 2013, respectivamente, no valor total de R\$223.000.00,00 (duzentos e vinte e três milhões), sendo que os recursos auferidos com a CCB foram exclusivamente destinados para o Projeto de Investimento, conforme descrito na seção "Destinação de Recursos", na página 114 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Emissora ao Coordenador Líder ou sociedades dos seus respectivos conglomerados econômicos, cujo cálculo esteja relacionado ou vinculado à Oferta ou às Debêntures.

Por fim, destaca-se que a Emissora e o Coordenador Líder entendem que não há qualquer conflito de interesses envolvendo o Coordenador Líder ou quaisquer outras sociedades dos respectivos conglomerados econômico com a Companhia ou qualquer outra sociedade do seu grupo econômico do Coordenador Líder, considerando especialmente que o Coordenador Líder presta garantia firme no âmbito desta Emissão.

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O COORDENADOR LÍDER

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O COORDENADOR LÍDER

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora (e das sociedades de seu grupo econômico, conforme aplicável) com o Coordenador Líder e seu conglomerado econômico, além do relacionamento referente a presente Oferta.

Além do relacionamento relativo à Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com a Emissora e/ou sociedades de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam nos últimos 12 meses bem como posições em aberto, na data deste Prospecto, as seguintes:

- Emissão de Cédulas de Crédito Bancário, para reforço do capital de giro da Companhia, emitidas entre 22 de março de 2013 e 28 de agosto de 2013, no valor total de R\$223.000.000,00, (duzentos e vinte e três milhões de reais), na data de emissão e com vencimento em 23 de dezembro de 2013 e 20 de dezembro de 2013, respectivamente, e remuneração entre 2,75 % ao ano + CDI e 3,00 % ao ano + CDI;
- Contratos de Fianças bancárias no valor total de R\$132.500.000,00 (cento e trinta e dois milhões e quinhentos mil reais) emitidas entre 10 de janeiro de 2013 e 17 de maio de 2013 firmadas, com vencimento entre 10 de janeiro de 2014 e 17 de maio de 2015 e comissões que variam de 2,00% ao ano a 3,00% ao ano, com a finalidade de garantir contratos com o BNDES, BNB e ONS- Operador Nacional do Sistema Elétrico;
- Operação de BNDES Finame, celebrada entre 27 de janeiro de 2012 e 26 de setembro de 2012, no valor de R\$11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais) com vencimento entre 16 de outubro de 2017 e 15 de janeiro de 2018, e remuneração de 3,50 % ao ano;
- Aplicações financeiras – Compromissadas de Debêntures no valor de R\$5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais), com início em 04 de setembro de 2013 e vencimento 04 de setembro de 2015, com remuneração de 75 % do CDI e liquidez diária;
- Pagamento a fornecedores com volume médio de pagamento de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) por mês, com uma tarifa de R\$3,90 por evento de pagamento (TED e DOC);
- Prestação de serviços bancários como: assessoria em financiamento de projetos, assessoria em fusões e aquisições e conta corrente (sem custo para este serviço).

O Coordenador Líder e/ou empresas de seu conglomerado econômico nos últimos 12 meses não participaram de operações de reestruturações societárias envolvendo a Emissora e/ou empresas de seu grupo econômico e não realizaram qualquer aquisição e venda de valores mobiliários da Emissora.

Exceto pelo disposto acima, a Emissora e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder ou seu conglomerado econômico. A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária de sua Oferta.

O Coordenador Líder poderá no futuro manter relacionamento comercial com a Emissora e/ou suas Controladas, oferecendo seus produtos e/ou serviços no assessoramento para realização de investimentos, fusões e aquisições, financiamento e/ou em quaisquer outras operações de banco de investimento, podendo vir a contratar com o Coordenador Líder ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico tais produtos e/ou serviços de banco de investimento necessárias à condução das atividades da Emissora.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Debêntures) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia (inclusive Debêntures), com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Debêntures; (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Debêntures como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Debêntures, contra o recebimento de remuneração ou de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão adquirir Debêntures como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Debêntures ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, página 73 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Emissora ao Coordenador Líder ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta, não havendo qualquer conflito de interesses envolvendo o Coordenador Líder ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico com a Emissora ou qualquer outra sociedade do seu grupo econômico referente à atuação deste como instituição intermediária da Oferta.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES

Esta seção contempla, exclusivamente, os fatores de risco diretamente relacionados às Debêntures e à Oferta e não descreve todos os fatores de risco relativos à Companhia e suas atividades, os quais o investidor deve considerar antes de adquirir Debêntures no âmbito da Oferta.

O investimento nas Debêntures envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes das seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência e as demonstrações financeiras da Emissora e respectivas notas explicativas. A leitura deste Prospecto não substitui a leitura do Formulário de Referência. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco mencionados abaixo. O preço de mercado das Debêntures e a capacidade de pagamento da Emissora podem ser adversamente afetados em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Emissora.

Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

Os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que acreditamos atualmente serem capazes de afetar de maneira adversa as Debêntures e a Oferta, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos pela Companhia e pelo Coordenador Líder, ou que estes considerem atualmente irrelevantes, também prejudicar as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia, a Oferta e/ou as Debêntures de maneira significativa.

Os fatores de risco relacionados à Emissora, seus controladores, seus acionistas, suas controladas, seus investidores e ao seu ramo de atuação estão disponíveis em seu Formulário de Referência, nos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado", anexo a este Prospecto.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES

Caso as Debêntures deixem de satisfazer determinadas características que a enquadrem como Debêntures de Infraestrutura, não podemos garantir que elas continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431.

Nos termos da Lei 12.431, foi reduzida para 0% a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos por pessoas residentes ou domiciliadas no exterior que tenham se utilizado dos mecanismos de investimento da Resolução CMN 2.689 e que não sejam residentes ou domiciliados em país que não tribute a renda ou a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ("Pessoas Residentes no Exterior") em decorrência da sua titularidade de, dentre outros, de debêntures que atendam determinadas características ("Debêntures de Infraestrutura"), como as Debêntures, e que tenham sido objeto de oferta pública de distribuição por pessoas jurídicas de direito privado não classificadas como instituições financeiras e regulamentadas pelo CMN ou CVM, como a Companhia.

Adicionalmente, a Lei 12.431 estabeleceu que os rendimentos auferidos por pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil ("Pessoas Físicas Residentes no Brasil" e, em conjunto com as Pessoas Residentes no Exterior, "Pessoas Elegíveis") em decorrência de sua titularidade de Debêntures de Infraestrutura, como as Debêntures, que tenham sido emitidas por sociedade de propósito específico constituída para implementar projetos de investimento na área de infraestrutura, como a Companhia, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte a alíquota de 0% (zero por cento), desde que os projetos de investimento na área de infraestrutura sejam considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Governo Federal.

São consideradas Debêntures de Infraestrutura as debêntures que, além dos requisitos descritos acima, apresentem, cumulativamente, as seguintes características: (1) sejam remuneradas por taxa de juros prefixada, vinculada a índice de preço ou à taxa referencial, (2) não admitam a pactuação total ou parcial de taxa de juros pós-fixada, (3) apresentem prazo médio ponderado superior a quatro anos, (4) não admitam a sua recompra pelo respectivo emissor nos dois primeiros anos após a sua emissão, tampouco a sua liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento, (5) não estabeleçam compromisso de revenda assumido pelo respectivo titular, (6) apresentem prazo de pagamento periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no mínimo, 180 dias, (7) comprove-se a sua negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários no Brasil, e (8) os recursos captados com as Debêntures sejam alocados no Projeto de Investimento. Para informações adicionais sobre as Debêntures de Infraestrutura, ver seção "Informações Sobre Oferta – Características das Debêntures – Sobre as Debêntures de Infraestrutura", na página 70 deste Prospecto.

Dessa forma, caso as Debêntures deixem de satisfazer qualquer uma das características relacionadas nos itens (1) a (7) do parágrafo anterior, não podemos garantir que as Debêntures continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431.

Nessa hipótese, não podemos garantir que os rendimentos auferidos em decorrência da titularidade das Debêntures pelas Pessoas Elegíveis continuarão a ser tributada a alíquota de 0%, passando a ser tributados a alíquota variável de 15% a 22,5% para Pessoas Físicas Residentes no Brasil e 15% ou 25%, conforme as Pessoas Residentes do Exterior sejam ou não residentes ou domiciliados em país que não tribute a renda ou a tribute à alíquota máxima inferior a 20%. Da mesma forma, não podemos garantir que os rendimentos auferidos desde a Data de Integralização das Debêntures não serão cobrados pelas autoridades brasileiras competentes, acrescido de juros calculados segundo a taxa SELIC e multa.

Além disso, não podemos garantir que a Lei 12.431 não será novamente alterada, questionada, extinta ou substituída por leis mais restritivas, o que poderia afetar ou comprometer o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431 conferido às Debêntures.

Adicionalmente, na hipótese de não aplicação dos recursos oriundos da Oferta das Debêntures no Projeto de Investimento, é estabelecida uma penalidade de 20% sobre o valor não destinado ao Projeto de Investimento, sendo mantido o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei nº 12.431 aos investidores nas Debêntures que sejam Pessoas Elegíveis. Não podemos garantir que teremos recursos suficientes para o pagamento dessa penalidade ou, se tivermos, que isso não terá um efeito adverso para a Companhia.

As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às respectivas Debêntures, tais como pedido de recuperação judicial ou de autofalência pela Emissora, não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão, não observância de certos índices financeiros e vencimento antecipado de outras dívidas. Não há garantias de que a Emissora disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, hipótese na qual a Emissora poderá sofrer um impacto negativo relevante nos seus resultados e operações.

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures por seus titulares.

Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de debêntures. Os subscritores das Debêntures não têm nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures que queiram vendê-las no mercado secundário.

A modificação das práticas contábeis utilizadas para cálculo dos índices financeiros pode afetar a percepção de risco dos investidores negativamente e gerar efeitos adversos nos preços dos valores mobiliários da Emissora no mercado secundário.

Os índices financeiros estabelecidos na Escritura de Emissão e descritos na Seção “Informações Sobre a Oferta – Características da Oferta – Vencimento Antecipado”, página 60 deste Prospecto serão calculados em conformidade com as práticas contábeis vigentes quando da publicação pela Emissora de suas informações financeiras. Qualquer mudança em relação a tais princípios não afetará a forma de cálculo e divulgação dos Índices Financeiros, nos termos da Escritura de Emissão. Não obstante, a percepção de risco dos investidores poderá ser afetada negativamente, uma vez que haverá divergência entre a forma como os índices financeiros serão efetivamente calculados e a forma como os mesmos seriam calculados caso o cálculo fosse feito de acordo as práticas contábeis modificadas. Adicionalmente, essa prática pode gerar efeitos adversos nos preços dos valores mobiliários da Emissora no mercado secundário, incluindo, mas a tanto não se limitando, o preço das Debêntures da presente Emissão.

Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, as características das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta e/ou à Emissora durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA/IBGE.

Uma vez que as Debêntures, na hipótese de indisponibilidade do IPCA/IBGE, poderão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada, conforme previsto nas seções “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Indisponibilidade do IPCA/IBGE”, página 53 deste Prospecto, e na Escritura de Emissão, anexa a este Prospecto, os Debenturistas poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência de tal resgate ou amortização antecipada, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate ou da amortização, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures, bem como afetar sua liquidez no mercado secundário.

A remuneração das Debêntures será definida com base no Procedimento de *Bookbuilding*, no qual serão aceitas intenções de investimento de investidores que sejam Pessoas Vinculadas até o limite de 15% (quinze por cento) do valor total da Oferta. A participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor, caso não seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 das Debêntures inicialmente ofertadas, investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderão investir nas Debêntures, o que poderá, ainda, afetar negativamente a liquidez das Debêntures no mercado secundário. A Companhia e o Coordenador Líder não têm como garantir que a aquisição das Debêntures por Pessoas Vinculadas não ocorrerá ou que referidas Pessoas Vinculadas não optarão por manter estas Debêntures fora de circulação, afetando negativamente a liquidez das Debêntures.

A limitação na execução da Garantia poderá afetar o recebimento do valor do crédito dos Debenturistas.

Caso venha a ser declarado o vencimento antecipado das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da Oferta, seu eventual pagamento dependerá, principalmente, do sucesso da excussão da Garantia. O processo de excussão da garantia real das Debêntures, tanto judicial quanto extrajudicial, pode ser demorado e seu sucesso depende de diversos fatores que não estão sob o controle da Emissora ou de seus respectivos credores.

A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.

O investimento em títulos de mercados emergentes, entre os quais se inclui o Brasil, envolve um risco maior do que os investimentos em títulos de emissores de países desenvolvidos, podendo esses investimentos serem tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos em valores mobiliários brasileiros, tais como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos desses países, que podem afetar a capacidade dos emissores destes valores mobiliários de cumprir com suas obrigações. Eventos econômicos e políticos nesses países podem, ainda, ter como consequência restrições a investimentos estrangeiros e/ou à repatriação de capital investido. Não podemos garantir que não ocorrerão no Brasil eventos políticos ou econômicos que poderão interferir nas atividades da Emissora, conforme descrito acima.

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures por seus titulares.

O mercado secundário brasileiro apresenta, historicamente, baixa liquidez para negociações de debêntures. Além disso, os subscritores das Debêntures não têm nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado ativo e líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures que queiram vendê-las no mercado secundário. Adicionalmente, a liquidez das Debêntures poderá ser negativamente afetada por uma crise no mercado de dívida local ou internacional, fazendo com que os titulares das Debêntures possam ter dificuldade em realizar a venda desses títulos no mercado secundário ou até mesmo podem não conseguir realizá-la, e, consequentemente, podem sofrer prejuízo.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Debêntures.

O Coordenador Líder e sociedades de seu grupo econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as Debêntures como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, bem como quaisquer outras operações permitidas pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Debêntures.

As informações acerca do nosso futuro contidas neste Prospecto podem não ser precisas.

Este Prospecto, nosso Formulário de Referência e o Estudo de Viabilidade, contêm informações acerca das perspectivas do nosso futuro, as quais refletem as nossas opiniões em relação ao nosso desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolve riscos e incertezas. Não há garantias de que o nosso desempenho futuro será consistente com tais informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures" e no item "Principais Fatores de Risco Relativos à Emissora" da seção "Sumário da Emissora", página 16 deste Prospecto, bem como nas seções "4. Fatores de Risco" e "5. Risco de Mercado", constantes do nosso Formulário de Referência, e o Estudo de Viabilidade, anexos a este Prospecto. As expressões "acredita que", "espera que" e "antecipa que", bem como outras expressões similares, identificam informações acerca das perspectivas do nosso futuro que não representam qualquer garantia quanto a sua ocorrência. Adicionalmente, somos uma empresa constituída recentemente, sem histórico operacional e, portanto, estamos sujeitos a riscos, despesas e incertezas associados à implementação do nosso plano de negócio, que não são enfrentados, normalmente, por empresas mais maduras. Empresas em seus estágios iniciais de desenvolvimento apresentam riscos de negócio consideráveis e poderão sofrer prejuízos significativos. Podemos enfrentar desafios e incertezas no planejamento financeiro devido à ausência de dados históricos disponíveis e às incertezas relativas à natureza, ao escopo e aos resultados das nossas atividades futuras. É possível que não tenhamos êxito na implementação das nossas estratégias de negócios ou na conclusão do desenvolvimento da estrutura necessária à realização dos nossos negócios conforme planejado. Caso um ou mais de nossos projetos deixem de ser concluídos, se atrasem ou sejam cancelados, nossos resultados operacionais serão afetados de modo adverso e nossas operações diferirão significativamente das atividades descritas neste Prospecto e no Estudo de Viabilidade. Nossos projetos podem se atrasar ou ser cancelados em função de vários motivos, inclusive instabilidade política, ação regulatória governamental, desastres naturais. Em decorrência de fatores industriais ou de fatores que se relacionam especificamente a nós, podemos ter que alterar nossos métodos de condução do negócio e afetar adversamente a nossa situação financeira e nos resultados das nossas operações. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações contidas neste Prospecto, no Formulário de Referência e no Estudo de Viabilidade e a não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. Não assumimos qualquer obrigação de atualizar ou revisar quaisquer informações acerca das perspectivas de nosso futuro, exceto pelo disposto na regulamentação aplicável, e a não concretização das perspectivas do nosso futuro divulgadas podem gerar um efeito negativo relevante em nossos resultados e operações.

Nosso Estudo de Viabilidade baseia-se em projeções de desempenho futuro que podem se revelar inexatas.

O Estudo de Viabilidade incluído como anexo a este Prospecto inclui projeções que se baseiam em suposições e expectativas atuais com respeito a eventos futuros e tendências financeiras. Não podemos assegurar ao investidor que estas projeções serão comprovadamente exatas, pois foram elaboradas com meros fins de ilustrar, de acordo com determinadas suposições limitadas e simplificadas, nossa projeção de recursos potenciais e custos. Além disso, em função dos julgamentos subjetivos e das incertezas inerentes às projeções, e considerando que as projeções baseiam-se em determinadas suposições sujeitas a incertezas e contingências relevantes externas ao nosso controle, não há garantia de que as projeções ou conclusões extraídas das mesmas serão concretizadas e, portanto, nossos recursos, custos, fluxo de caixa, margem de lucro e exposição ao risco do nosso negócio de exploração e produção poderão ser consideravelmente menos favoráveis do que os projetados no Estudo de Viabilidade. Consequentemente, as expectativas de ganho dos investidores atuais ou potenciais poderão ser negativamente afetadas, na medida em que as projeções e estimativas podem não estar corretas e que as conclusões delas decorrentes podem não se concretizar.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS AO AMBIENTE MACROECONÔMICO

Os Fatores de Risco relacionados ao ambiente macroeconômico estão disponíveis no Formulário de Referência da Emissora, nos itens “4.1 Fatores de Risco” e “5.1 Riscos de Mercado”, anexo a este Prospecto.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão das Debêntures serão integralmente utilizados para o pagamento (i) integral do saldo devedor, na data deste Prospecto de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da Caixa Econômica Federal – CEF em 18 de janeiro de 2013, no valor nominal de R\$90.000.000,00 (noventa milhões) e cujo saldo devedor na data deste Prospecto é de R\$99.702.075,00 (noventa e nove milhões, setecentos e dois mil, setenta e cinco reais ("CCB Caixa"); e (ii) pagamento parcial de duas Cédulas de Crédito Bancário emitidas em favor do Banco Itaú BBA S.A. em 22 de março de 2013 e 28 de agosto de 2013, no valor nominal conjunto de R\$223.000.000,00 (duzentos e vinte e três milhões de reais) e cujo saldo devedor na data deste Prospecto é, respectivamente de R\$14.018.499,93 (quatorze milhões, dezoito mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa centavos), e R\$180.080.166,26 (cento e oitenta milhões, oitenta mil, cento e sessenta e seis reais e vinte e seis centavos) ("CCBs Itaú", e, quando em conjunto com CCB Caixa, "CCBs"). Os recursos captados mediante a emissão das CCBs foram destinados, exclusivamente, à implementação e desenvolvimento do projeto de investimento da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Pernambuco III, localizada no município de Igarassu, Estado de Pernambuco ("UTE Pernambuco III") e, desta forma, nos termos da Lei 12.431/2011, os recursos da Emissão serão utilizados para o pagamento de dívidas incorridas e relacionadas ao Projeto de Investimento (conforme abaixo definido), nos termos da Lei 12.431/2011.

Além dos recursos provenientes da Emissão, para liquidar integralmente as CCBs Itaú, a Emissora poderá utilizar recursos provenientes de geração de caixa próprio e/ou por meio de aporte de capital de suas Acionistas.

A UTE Pernambuco III é um projeto de geração de energia de fonte térmica, com 200.790 KW de potência instalada, cujo tipo de combustível é o Óleo Combustível OCB1. O ato de autorização para a Emissora explorar as atividades da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Pernambuco III, por meio da Portaria nº 260, de 2 de julho de 2009, do Ministério de Minas e Energia e das Resoluções Autorizativas nº 3.078/2011 e nº 3.375/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("Poder Concedente" e "Autorização", respectivamente).

A energia gerada pelo projeto UTE Pernambuco III foi vendida no leilão A-5/2008 – promovido pela ANEEL, estabelecendo um ICB de R\$144,7/MWh ("Projeto de Investimento").

Foi considerado prioritário pelo Ministério de Minas e Energia, nos termos da Lei 12.431/2011 e da Portaria do Ministério de Minas e Energia, a utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos da Oferta para o pagamento das CCBs e investimentos futuros no Projeto de Investimento, de modo que as Debêntures se enquadram ao disposto na Lei 12.431/2011.

A implementação do Projeto de Investimento já está em curso, encontrando-se em fase intermediária, sendo que seu encerramento é estimado para novembro de 2013.

A totalidade dos recursos financeiros necessários ao Projeto de Investimento é de, aproximadamente, R\$400.200.000,00, sendo que o montante equivalente a R\$128.688.000,00, foi aportado pelos acionistas da Emissora por meio de aumento de capital social. A Emissora estima que a presente emissão de Debêntures deve representar aproximadamente 75% (setenta e cinco por cento) das necessidades de recursos financeiros do Projeto de Investimento, caso seja emitida a totalidade das Debêntures.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA

Os Administradores, com base em análise dos indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa da Emissora, entendem que a Emissora possui plenas condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes, incluindo as Debêntures, bem como para continuar expandindo suas operações, embora não possam garantir que tal situação permanecerá igual. De acordo com os administradores da Emissora, sua geração de caixa confere à Emissora margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais de investimento e de financiamento da Emissora nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012, bem como período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 estão apresentados na tabela a seguir:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011
	(em R\$ mil)		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas)			
atividades operacionais	(47.201)	(2.369)	2.497
Caixa líquido gerado pelas (consumo nas)			
atividades de investimentos.....	(279.441)	(100.559)	(7.522)
Caixa líquido gerado pelas (consumo nas)			
atividades de financiamentos.....	328.504	103.663	5.025
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes a caixa.....	1.862	735	—

⁽¹⁾ Os dados apresentados acima se referem às informações contábeis consolidadas da Companhia.

Para mais informações relacionadas à capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Emissora, ver seção “10.1 Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Adicionalmente, destaca-se que a receita fixa da Emissora, estabelecida no Leilão de Energia Nova A-5/2008, é de R\$74,6 milhões, sendo que o primeiro pagamento é determinado pelo início das operações, previstas para novembro de 2013. A Emissora auferirá também receita variável correspondente ao produto da quantidade de energia produzida pelo seu custo variável unitário.

Abaixo a Emissora evidencia projeção de sua capacidade de geração de resultado para os anos de 2013 a 2027, conforme constante no Estudo de Viabilidade:

DRE (R\$, valores nominais)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Receita Operacional Bruta	-	200.101.664	790.884.044	251.161.014	257.441.169	259.410.078	261.715.701	273.460.696
(+) Receita fixa	-	25.256.970	104.007.968	109.926.957	115.890.767	121.966.920	128.197.838	134.609.422
(+) Venda de energia (Despacho)	-	174.844.695	686.876.076	141.234.057	141.550.402	137.443.158	133.517.862	138.851.274
(+) Parcela O&M	-	5.534.683	22.611.411	4.721.835	4.990.286	5.238.383	5.505.747	5.781.063
(+) Parcela Combustível	-	169.310.011	664.264.665	136.512.221	136.560.116	132.204.775	128.012.116	133.070.211
Cresc. YoY (%)	n.d.	n.d.	295,2%	-68,2%	2,5%	0,8%	0,9%	4,5%
(-) Impostos	-	(4.886.851)	(18.764.905)	(10.125.005)	(13.045.504)	(13.273.876)	(14.131.921)	(14.783.391)
(-) PIS/Cofins	-	(4.800.153)	(18.407.743)	(9.747.311)	(12.647.310)	(12.854.781)	(13.691.418)	(14.320.798)
(-) TFSEE	-	(86.699)	(357.162)	(377.694)	(398.194)	(419.095)	(440.503)	(462.593)
(-) RGR	-							
Receita Operacional Líquida	-	195.214.813	772.119.139	241.036.009	244.395.665	246.136.201	247.583.780	258.677.305
Cresc. YoY (%)	n.d.	n.d.	295,5%	-68,8%	1,4%	0,7%	0,6%	4,5%
(-) Custos	-	(154.879.399)	(619.321.617)	(160.802.196)	(136.435.860)	(136.849.969)	(130.827.295)	(136.528.370)
(-) Custo do Combustível	-	(146.443.275)	(581.733.628)	(119.781.837)	(119.188.342)	(115.074.171)	(112.017.189)	(116.873.623)
(-) Logística	-	(3.066.128)	(12.738.105)	(2.665.968)	(2.804.219)	(2.925.930)	(3.059.975)	(3.200.162)
(-) Terminal	-	(561.951)	(2.280.157)	(477.929)	(501.644)	(523.434)	(547.414)	(572.493)
(-) TUST	-	(2.242.795)	(9.239.369)	(9.770.502)	(10.300.819)	(10.841.511)	(11.395.302)	(11.966.740)
(-) ONS & CCEE	-	(400.203)	(1.581.768)	(502.322)	(514.882)	(518.820)	(523.431)	(546.921)
(-) Seguros	-	(400.200)	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)
(-) O&M Variável	-	(1.697.237)	(6.936.557)	(1.442.909)	(1.525.154)	(1.601.302)	(1.683.181)	(1.767.631)
(-) Overhaul	-	(67.611)	(3.211.232)	(24.559.929)	-	(3.763.999)	-	-
Lucro Bruto	-	40.335.414	152.797.522	80.233.813	107.959.805	109.286.232	116.756.485	122.148.935
Cresc. YoY (%)	n.d.	n.d.	278,8%	-47,5%	34,6%	1,2%	6,8%	4,6%
Mg. Bruta (%)	n.d.	20,7%	19,8%	33,3%	44,2%	44,4%	47,2%	47,2%
(-) Despesas	-	(8.477.802)	(25.373.339)	(21.117.299)	(22.081.291)	(23.046.719)	(24.041.685)	(25.172.969)
(-) P&D	-	(1.952.148)	(7.721.191)	(2.410.360)	(2.443.957)	(2.461.362)	(2.475.838)	(2.586.773)
(-) O&M Fixo	-	(2.747.864)	(6.053.259)	(6.401.235)	(6.748.677)	(7.102.917)	(7.465.739)	(7.840.121)
(-) Logística	-	(1.360.000)	(1.708.490)	(1.813.431)	(1.902.867)	(1.990.361)	(2.081.545)	(2.176.907)
(-) Terminal	-	(2.417.790)	(9.890.398)	(10.492.272)	(10.985.790)	(11.492.079)	(12.018.563)	(12.569.168)
(=) EBITDA	-	31.857.612	127.424.184	59.116.514	85.878.514	86.239.513	92.714.800	96.975.966
Cresc. YoY (%)	n.d.	n.d.	300,0%	-53,6%	45,3%	0,4%	7,5%	4,6%
Mg. EBITDA (%)	n.d.	16,3%	16,5%	24,5%	35,1%	35,0%	37,4%	37,5%
(-) Depreciação e Amortização	-	(5.483.321)	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)
(=) EBIT	-	26.374.291	113.962.869	45.655.199	72.417.199	72.778.198	79.253.484	83.514.651
Cresc. YoY (%)	n.d.	n.d.	332,1%	-59,9%	58,6%	0,5%	8,9%	5,4%
Mg. EBIT (%)	n.d.	13,5%	14,8%	18,9%	29,6%	29,6%	32,0%	32,3%
(+/-) Resultado não operacional	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Receita não Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Despesas não Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) Resultado Financeiro	-	(32.916.126)	(62.376.885)	(51.311.806)	(42.286.456)	(40.357.691)	(37.898.703)	(34.504.307)
(+) Receitas Financeiras	-	214	232.167	1.149.738	107.140	225.539	415.385	1.218.275
(-) Despesas Financeiras	-	(32.916.340)	(62.609.052)	(52.461.545)	(42.393.596)	(40.583.230)	(38.314.088)	(35.722.583)
LAIR	-	(6.541.835)	51.585.984	(5.656.607)	30.130.742	32.420.507	41.354.782	49.010.343
(-) CSLL	-	(1.150.059)	(4.760.734)	(1.716.453)	(2.460.506)	(2.625.657)	(2.761.711)	(2.974.485)
(-) IR	-	(3.194.560)	(3.305.999)	(1.191.939)	(1.708.637)	(1.823.325)	(1.917.807)	(2.065.567)
Lucro Líquido	-	(10.886.454)	43.519.250	(8.564.999)	25.961.600	27.971.524	36.675.263	43.970.292
Alíquota dos impostos (%)	n.d.	-66,4%	15,6%	-51,4%	13,8%	13,7%	11,3%	10,3%
Mg. Líquida	n.d.	-5,6%	5,6%	-3,6%	10,6%	11,4%	14,8%	17,0%

DRE (R\$, valores nominais)	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Receita Operacional Bruta	288.117.879	295.693.571	304.657.388	314.500.541	326.730.814	338.294.115	344.498.998	358.142.117
(+) Receita fixa	141.318.423	148.336.170	155.542.040	162.903.152	170.408.830	178.047.371	185.806.047	193.671.127
(+) Venda de energia (Despacho)	146.799.456	147.357.402	149.115.348	151.597.389	156.321.984	160.246.744	158.692.951	164.470.990
(+) Parcela O&M	6.084.595	6.370.344	6.679.500	6.995.295	7.335.855	7.644.918	7.977.697	8.315.013
(+) Parcela Combustível	140.714.860	140.987.057	142.435.848	144.602.094	148.986.129	152.601.826	150.715.254	156.155.977
Cresc. YoY (%)	5,4%	2,6%	3,0%	3,2%	3,9%	3,5%	1,8%	4,0%
(-) Impostos	(15.557.161)	(16.281.302)	(11.924.412)	(17.736.919)	(18.525.974)	(19.340.449)	(20.076.848)	(19.974.326)
(-) PIS/Cofins	(15.071.512)	(15.771.604)	(11.389.957)	(17.177.174)	(17.940.443)	(18.728.674)	(19.438.418)	(19.308.875)
(-) TFSEE	(485.649)	(509.698)	(534.455)	(559.745)	(585.532)	(611.775)	(638.431)	(665.452)
(-) RGR	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Operacional Líquida	272.560.718	279.412.270	292.732.977	296.763.622	308.204.840	318.953.666	324.422.149	338.167.791
Cresc. YoY (%)	5,4%	2,5%	4,8%	1,4%	3,9%	3,5%	1,7%	4,2%
(-) Custos	(143.878.078)	(144.692.687)	(201.867.785)	(150.006.911)	(154.877.848)	(158.801.255)	(158.228.084)	(174.192.189)
(-) Custo do Combustível	(123.322.231)	(123.242.072)	(124.637.650)	(126.662.232)	(130.536.679)	(133.483.766)	(131.913.742)	(136.560.812)
(-) Logística	(3.355.032)	(3.499.508)	(3.655.417)	(3.813.710)	(3.983.946)	(4.136.293)	(4.299.958)	(4.464.754)
(-) Terminal	(600.229)	(625.956)	(653.808)	(682.084)	(712.526)	(739.699)	(768.926)	(798.353)
(-) TUST	(12.563.168)	(13.185.290)	(13.825.725)	(14.479.955)	(15.147.030)	(15.825.909)	(16.515.463)	(17.214.469)
(-) ONS & CCEE	(576.236)	(591.387)	(609.315)	(629.001)	(653.462)	(676.588)	(688.998)	(716.284)
(-) Seguros	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)
(-) O&M Variável	(1.860.381)	(1.947.674)	(2.042.377)	(2.139.128)	(2.243.405)	(2.338.198)	(2.440.197)	(2.543.604)
(-) Overhaul	-	-	(54.842.691)	-	-	-	-	(10.293.111)
Lucro Bruto	128.682.640	134.719.583	90.865.192	146.756.711	153.326.991	160.152.411	166.194.065	163.975.602
Cresc. YoY (%)	5,3%	4,7%	-32,6%	61,5%	4,5%	4,5%	3,8%	-1,3%
Mg. Bruta (%)	47,2%	48,2%	31,0%	49,5%	49,7%	50,2%	51,2%	48,5%
(-) Despesas	(26.378.118)	(27.556.567)	(28.827.699)	(30.025.952)	(31.316.403)	(32.615.945)	(33.876.469)	(35.231.178)
(-) P&D	(2.725.607)	(2.794.123)	(2.927.330)	(2.967.636)	(3.082.048)	(3.189.537)	(3.244.221)	(3.381.678)
(-) O&M Fixo	(8.230.877)	(8.638.466)	(9.058.053)	(9.486.678)	(9.923.718)	(10.368.492)	(10.820.259)	(11.278.220)
(-) Logística	(2.276.637)	(2.380.538)	(2.486.605)	(2.594.294)	(2.703.413)	(2.813.755)	(2.925.100)	(3.037.217)
(-) Terminal	(13.144.997)	(13.743.441)	(14.355.711)	(14.977.343)	(15.607.224)	(16.244.161)	(16.886.888)	(17.534.064)
(=) EBITDA	102.304.522	107.163.016	62.037.493	116.730.759	122.010.588	127.536.466	132.317.596	128.744.423
Cresc. YoY (%)	5,5%	4,7%	-42,1%	88,2%	4,5%	4,5%	3,7%	-2,7%
Mg. EBITDA (%)	37,5%	38,4%	21,2%	39,3%	39,6%	40,0%	40,8%	38,1%
(-) Depreciação e Amortização	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)
(=) EBIT	88.843.207	93.701.700	48.576.178	103.269.444	108.549.273	114.075.151	118.856.281	115.283.108
Cresc. YoY (%)	6,4%	5,5%	-48,2%	112,6%	5,1%	5,1%	4,2%	-3,0%
Mg. EBIT (%)	32,6%	33,5%	16,6%	34,8%	35,2%	35,8%	36,6%	34,1%
(+/-) Resultado não operacional	-	-	-	-	-	-	-	206.258.538
(+) Receita não Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	206.258.538
(-) Despesas não Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) Resultado Financeiro	(30.353.967)	(25.165.357)	(21.187.724)	(16.774.202)	(10.235.765)	(3.155.464)	552.773	592.256
(+) Receitas Financeiras	2.109.378	2.979.353	1.809.742	128.319	268.255	419.927	552.773	592.256
(-) Despesas Financeiras	(32.463.345)	(28.144.710)	(22.997.466)	(16.902.521)	(10.504.019)	(3.575.392)	(0)	(0)
LAIR	58.489.240	68.536.344	27.388.453	86.495.242	98.313.508	110.919.686	119.409.054	322.133.902
(-) CSLL	(3.252.431)	(3.541.821)	(3.902.023)	(3.896.865)	(4.217.104)	(5.519.355)	(9.557.132)	(27.802.368)
(-) IR	(2.258.578)	(2.459.544)	(2.709.684)	(2.706.102)	(11.713.913)	(15.331.279)	(26.547.300)	(77.228.536)
Lucro Líquido	52.978.231	62.534.979	20.776.746	79.892.275	82.382.491	90.069.052	83.304.623	217.102.998
Aliquota dos impostos (%)	9,4%	8,8%	24,1%	7,6%	16,2%	18,8%	30,2%	32,6%
Mg. Líquida	19,4%	22,4%	7,1%	26,9%	26,7%	28,2%	25,7%	64,2%

Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e as declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto, do Formulário de Referência e do Estudo de Viabilidade, podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros e o desempenho da Emissora podem diferir substancialmente daqueles previstos nas estimativas, em razão, inclusive, dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

A nossa administração acredita que o Estudo de Viabilidade foi preparado em base razoável, refletindo, atualmente, as melhores estimativas e julgamentos disponíveis, e apresenta, de acordo com o seu melhor conhecimento e opinião, a expectativa do curso de ação previsto da Companhia. Entretanto, estas informações não são fatos e não se deve considerá-las como sendo necessariamente indicativas de resultados futuros. Os leitores deste Prospecto são advertidos para não basearem sua decisão de investimento nas informações projetadas apresentadas no Estudo de Viabilidade.

Para mais informações relacionadas à capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Emissora, ver o Estudo de Viabilidade, anexo a este Prospecto na página 477, bem como a seção "10.1 Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

Os dados abaixo deverão ser lidos em conjunto com o Formulário de Referência e as demonstrações financeiras da Emissora, os quais estão anexos ao presente Prospecto.

A tabela abaixo apresenta o passivo circulante e não circulante da Emissora, em bases efetivas, a partir das demonstrações financeiras revisadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras e conforme ajustado para refletir o recebimento de aproximadamente R\$290.255.687,59 (duzentos e noventa milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos) provenientes da emissão de 300.000 (trezentas mil) Debêntures no âmbito da Oferta, com a dedução das comissões e as despesas estimadas em R\$9.744.312,41 (nove milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, trezentos e doze reais e quarenta e um centavos) da Oferta a serem pagas pela Emissora.

Em 30 de setembro de 2013 ⁽¹⁾				
	Efetivo	% do Total	Ajustado ⁽³⁾	% do Total
	(em milhares de R\$)			
Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante.....	5.246	1,2%	295.502	67,0%
Empréstimos e Financiamentos – Circulante	322.991	73,3%	32.735	7,4%
Total do Endividamento	328.237	74,5%	328.237	74,4%
Patrimônio Líquido.....	112.657	25,5%	112.657	25,6%
Capitalização Total⁽²⁾	440.894	100,0%	440.894	100,0%

⁽¹⁾ Os dados apresentados acima se referem às informações contábeis da Companhia.

⁽²⁾ A capitalização total corresponde à soma dos valores referentes a empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, e patrimônio líquido.

⁽³⁾ Ajustado para refletir o recebimento de aproximadamente R\$290.255.687,59 (duzentos e noventa milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos) provenientes da emissão de 300.000 (trezentas mil) Debêntures no âmbito da Oferta, com a dedução das comissões e as despesas estimadas em R\$9.744.312,41 (nove milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, trezentos e doze reais e quarenta e um centavos) da Oferta a serem pagas pela Emissora.

ANEXOS

- **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA EMISSORA QUE APROVOU A EMISSÃO E A OFERTA E ATAS DAS ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS DA HIDROTÉRMICA E DA BOLOGNESI, NAS QUAIS FOI APROVADA A CONSTITUIÇÃO DAS GARANTIAS**
- **ESTATUTO SOCIAL ATUALIZADO DA EMISSORA**
- **PORTARIA DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**
- **ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES**
- **PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO**
- **SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**
- **DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER**
- **CONTRATOS DE GARANTIA**
- **CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS**
- **CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS**
- **CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE EQUIPAMENTOS**
- **CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES**
- **FIANÇA BANCÁRIA *COMPLETION***
- **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA**
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**
- **INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO PERÍODO DE 9 MESES ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2013**
- **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA EMISSORA QUE APROVOU A EMISSÃO E A OFERTA E ATAS DAS ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS DA HIDROTÉRMICA E DA BOLOGNESI, NAS QUAIS FOI APROVADA A CONSTITUIÇÃO DAS GARANTIAS**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

CNPJ nº 10.502.676/0001-37

NIRE nº 26 300 019 736

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2013**

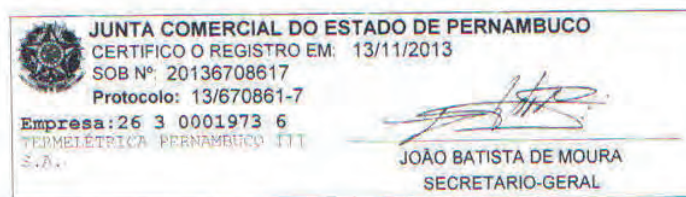
DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 dias do mês de outubro de 2013, às 9:00 horas, na sede social da Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, na Avenida Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Presentes os acionistas detentores da totalidade das ações de emissão da Companhia, conforme atestam as assinaturas no Livro de Presença de Acionistas, dispensada a convocação nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

MESA: Presidente: Sr. Ronaldo Marcello Bolognesi; e Secretário: Sr. Marcelo Lambrecht.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, no valor total de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Emissão", "Instrução CVM 400" e "Oferta", respectivamente);
- (ii) a outorga de garantia real em cumprimento às obrigações, principais e acessórias a serem assumidas pela Companhia no âmbito da Emissão, a ser representada pela: (A) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Companhia sobre (i) todos os direitos emergentes da autorização para a Companhia explorar as atividades da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Pernambuco III, por meio da Portaria nº 260, de 2 de julho de 2009, do Ministério de Minas e Energia e das Resoluções Autorizativas n.ºs 3.078/2011 e 3.375/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("Autorização"); (ii) todos os valores a serem depositados e mantidos nas Contas Reserva (conforme definidas no



Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e não Contrato de Administração de Contas, a serem celebrados pela Companhia e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"); (iii) os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEARs") celebrados entre a Companhia e as distribuidoras que participaram do leilão de venda de energia, bem como os direitos emergentes decorrentes dos CCERAs; (B) alienação fiduciária dos equipamentos listados no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia a ser celebrado pela Companhia e pelo Agente Fiduciário ("Garantias da Companhia"); e

- (iii) autorização à diretoria da Companhia para que esta possa tomar todas e quaisquer providências necessárias à formalização das deliberações acima.

DELIBERAÇÕES: Instalada a Assembleia Geral, após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, **por unanimidade**, deliberaram:

- (i) aprovar, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a realização da Emissão, a qual terá as seguintes características:
 - a) **Registro para Distribuição e Negociação.** As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio (a) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (b) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do BOVESPA FIX (este último ambiente de negociação de ativos) ("BOVESPA FIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e a negociação das Debêntures;
 - b) **Colocação e Procedimento de Distribuição.** A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 400, sob regime de garantia firme de colocação para todas as Séries (conforme abaixo definido), no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da 1ª (primeira) Emissão da Termelétrica Pernambuco III S.A." ("Contrato de Distribuição"). O Coordenador Líder adotará o procedimento de coleta de intenções de investimento,



nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxas de juros, de forma a definir a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures (conforme abaixo definido) ("Procedimento de Bookbuilding"), observadas as disposições constantes no Contrato de Distribuição e descritas nos prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e no prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo") e em conjunto com Prospecto Preliminar "Prospectos").

c) **Número da Emissão.** As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia;

d) **Valor Total da Emissão.** O valor total da emissão será de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);

e) **Quantidade.** Serão emitidas, 300.000 (trezentas mil) Debêntures, observado que: (i) a primeira série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures ("Debêntures da Primeira Série"); (ii) a segunda série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures ("Debêntures da Segunda Série"); (iii) a terceira série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures ("Debêntures da Terceira Série"); e (iv) a quarta série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures ("Debêntures da Quarta Série") e, quando em conjunto com Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e Debêntures da Terceira Série, doravante denominadas Debêntures, conforme acima definido);

f) **Séries.** A Emissão será realizada em 4 (quatro) séries ("Primeira Série", "Segunda Série", "Terceira Série" e "Quarta Série", e, quando em conjunto designadas "Séries");

g) **Valor Nominal Unitário.** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário");

h) **Forma e Comprovação de Titularidade.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme abaixo definido), e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, por extrato expedido pela CETIP em nome do debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e/ou (ii) para as Debêntures



custodiadas na BM&FBOVESPA, por extrato expedido pela BM&FBOVESPA em nome do debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures;

i) **Escriturador Mandatário.** A instituição prestadora de serviços de escrituração e mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário");

j) **Banco Liquidante da Emissão.** A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante da Emissão");

k) **Conversibilidade.** As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia ou de qualquer outra companhia;

l) **Espécie.** As Debêntures serão da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, conforme estabelecido no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Companhia ("Escritura de Emissão"), nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações;

m) **Forma de Integralização e Preço de Subscrição.** As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme abaixo definido) até a Data de Integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso;

n) **Data de Emissão.** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de novembro de 2013 ("Data de Emissão");

o) **Prazo e Data de Vencimento.** Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, ressalvada a hipótese de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, o prazo de vencimento de cada Série será o que segue:

- (I) As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série");
- (II) As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 3 (três) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de fevereiro de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série");
- (III) As Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série");
- (IV) As Debêntures da Quarta Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 9 (nove) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de agosto de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, com a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série e com a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, "Datas de Vencimento das Debêntures").

p) **Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário.** As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado anualmente ("Atualização Monetária"), a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado das Debêntures"), segundo a fórmula descrita na Escritura de Emissão;

q) **Amortização.**

- (I) Debêntures da Primeira Série: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2014 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, conforme a tabela abaixo, ressalvada as hipóteses de (i) resgate, nos termos da Cláusula 6.13.1.3 (i) da Escritura de Emissão; (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série:



13.13

Amortização

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a Ser Amortizado
15 de novembro 2014	26,5000%
15 de novembro 2015	3,5000%
15 de novembro 2016	6,0000%
15 de novembro 2017	5,0000%
15 de novembro 2018	6,0000%
15 de novembro 2019	7,5000%
15 de novembro 2020	8,5000%
15 de novembro 2021	8,0000%
15 de novembro 2022	8,0000%
15 de novembro 2023	8,0000%
15 de novembro 2024	8,0000%
15 de novembro 2025	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado

- (II) Debêntures da Segunda Série: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2015 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, conforme a tabela abaixo, ressalvada as hipóteses de (i) resgate, nos termos da Cláusula 6.13.1.3 (i) da Escritura de Emissão; (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série:

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a Ser Amortizado
15 de fevereiro 2015	3,0000%
15 de fevereiro 2016	7,5000%
15 de fevereiro 2017	8,0000%

Paulo

15 de fevereiro 2018	8,5000%
15 de fevereiro 2019	7,5000%
15 de fevereiro 2020	9,5000%
15 de fevereiro 2021	10,5000%
15 de fevereiro 2022	11,0000%
15 de fevereiro 2023	12,0000%
15 de fevereiro 2024	10,5000%
15 de fevereiro 2025	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado

- (III) Debêntures da Terceira Série: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2015 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, conforme a tabela abaixo, ressalvada as hipóteses de (i) resgate, nos termos da Cláusula 6.13.1.3 (i) da Escriuta de Emissão; (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Terceira Série:

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a Ser Amortizado
15 de maio 2015	3,0000%
15 de maio 2016	7,5000%
15 de maio 2017	8,0000%
15 de maio 2018	8,5000%
15 de maio 2019	7,5000%
15 de maio 2020	9,5000%
15 de maio 2021	10,5000%
15 de maio 2022	11,0000%
15 de maio 2023	12,0000%
15 de maio 2024	10,5000%
15 de maio de 2025	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado

12.13.20
Juros

- (IV) Debêntures da Quarta Série: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série será amortizado anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de agosto de 2015 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série, conforme a tabela abaixo, ressalvada as hipóteses de (i) resgate, nos termos da Cláusula 6.13.1.3 (i) da Escritura de Emissão; (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Quarta Série:

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a Ser Amortizado
15 de agosto 2015	3,0000%
15 de agosto 2016	7,5000%
15 de agosto 2017	8,0000%
15 de agosto 2018	8,5000%
15 de agosto 2019	7,5000%
15 de agosto 2020	9,5000%
15 de agosto 2021	10,5000%
15 de agosto 2022	11,0000%
15 de agosto 2023	12,0000%
15 de agosto 2024	10,5000%
15 de agosto 2025	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado

r) **Remuneração das Debêntures.** As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a uma sobretaxa, na forma percentual ao ano, a ser definida em Procedimento de Bookbuilding, com taxa máxima equivalente a 355 (trezentos e cinquenta e cinco) pontos base ao ano, acrescida exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas anuais aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 08/2020 ("NTN-B/20"), divulgadas pela ANBIMA, a ser apurada entre o 3º (terceiro) e o 4º (quarto) Dia Útil imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de Bookbuilding (excluindo-se a data de realização do Procedimento de Bookbuilding no cômputo de dias), base 252 Dias Úteis ("Juros Remuneratórios das Debêntures"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do

Paulo

Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração das Debêntures de cada Série, conforme aplicável, calculado em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, e pagos anualmente, conforme definido na fórmula descrita na Escritura de Emissão ("Remuneração");

s) **Pagamento da Remuneração.**

- (I) A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2014 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Primeira Série aqueles que forem titulares de Debêntures da Primeira Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento;
- (II) A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Segunda Série aqueles que forem titulares de Debêntures da Segunda Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento;
- (III) A Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Terceira Série aqueles que forem titulares de Debêntures da Terceira Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento; e
- (IV) A Remuneração das Debêntures da Quarta Série será paga anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de agosto de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Quarta Série") e, em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série e Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série, "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Quarta Série aqueles que forem titulares de Debêntures da Quarta Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

2011
JUN 19

- t) **Repactuação.** Não haverá repactuação programada;
- u) **Resgate Antecipado Obrigatório.** Não haverá resgate antecipado obrigatório. Contudo, as Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA/IBGE, nos termos da Escritura de Emissão;
- v) **Oferta de Resgate Antecipado Total.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, após decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados a partir da Data de Emissão nos termos do artigo 1º, §1º da Lei 12.431 de 24 de junho de 2011, conforme alterada, realizar, mediante deliberação do Conselho de Administração, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Debêntures Alvo"), endereçada a todos os debenturistas ("Debenturistas Alvo"), sendo assegurado a todos os Debenturistas Alvo igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por ele detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada de acordo com os procedimentos descritos na Escritura de Emissão;
- w) **Aquisição Facultativa.** A Companhia poderá, depois de decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados a partir da Data de Emissão, adquirir as Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos do Artigo 1º, §1º da Lei 12.431/2011 e da Escritura de Emissão;
- x) **Encargos Moratórios.** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").
- y) **Decadência dos Direitos aos Acréscimos.** O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos da Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

Paulo

1313
2019

z) **Local de Pagamento.** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA ou por meio do Banco Liquidante da Emissão para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou BM&FBOVESPA.

aa) **Prorrogação dos Prazos.** Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado nacional, sábado, domingo, ou dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com (i) sábado, domingo ou feriado nacional para os pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP; e (ii) sábado, domingo, feriado nacional, feriado municipal na Cidade de São Paulo ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA, para os pagamentos que devam ser realizados por meio da BM&FBOVESPA. Portanto, para os fins da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Oferta, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional, exceto quando em relação a pagamentos a serem realizados por meio da BM&FBOVESPA, quando deverão ser também excluídas as datas correspondentes a feriado municipal na Cidade de São Paulo que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA;

bb) **Vencimento Antecipado Automático.** O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Companhia, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada evento, um "Evento de Inadimplemento Automático"):

- (I) pedido, por parte da Companhia e/ou de qualquer das Garantidoras (conforme definidas na Escritura de Emissão), de qualquer plano de recuperação judicial ou

13.11.13

2009

extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou, se a Companhia e/ou de qualquer das Garantidoras ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou ainda, se a Companhia e/ou de qualquer das Garantidoras formular pedido de autofalência;

- (II) liquidação, dissolução, extinção, insolvência, pedido de falência não elidido no prazo legal, deferimento ou decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer das Garantidoras;
- (III) falta de cumprimento pela Companhia de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia (conforme definido na Escritura de Emissão) (conjuntamente, "Contratos da Oferta") não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- (IV) pagamento de dividendos, lucros ou juros sobre capital próprio pela Companhia, caso esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias e Índices Financeiros (conforme abaixo definido) estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou nos demais Contratos da Oferta, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (V) inadimplemento ou não pagamento, na data de vencimento original, de quaisquer obrigações financeiras, com instituições financeiras, no mercado local ou internacional, que individualmente ou em conjunto seja igual ou superior a (a) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) pela Companhia; e (b) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) pelas Garantidoras;
- (VI) declaração de vencimento antecipado de obrigações financeiras ou incorridas no mercado de capitais, no mercado local ou internacional, que individualmente ou em conjunto seja igual ou superior a (a) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em relação à Companhia; e (b) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em relação às Garantidoras;
- (VII) não cumprimento de qualquer decisão administrativa, cujos efeitos não tenham sido suspensos no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados de sua ciência, sentença

Finis

13 11 13

1000000000

arbitral definitiva de natureza condenatória ou sentença judicial transitada em julgado contra (a) a Companhia, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e (b) as Garantidoras, cujo valor individual seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

- (VIII) ocorrência de alteração societária relacionada à liquidação, dissolução, cisão, fusão, ou incorporação da Companhia (incluindo incorporações de ações), sem anuência prévia dos titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ressalvado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e com exceção da hipótese de alteração no controle acionário direto da Companhia, por meio de conferência das ações da Companhia detidas pelas Garantidoras ao capital social de sociedade que deterá a totalidade do capital social da Companhia ("Nova Controladora da Companhia"), passando as Garantidoras a serem controladoras indiretas da Companhia, e controladoras diretas da Nova Controladora da Companhia.
- (IX) redução de capital social da Companhia sem anuência prévia de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, conforme previsto no artigo 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (X) se ocorrer qualquer mudança no controle acionário da Companhia, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, sem a anuência prévia de titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, com exceção das alterações em decorrência de mudança no controle acionário direto da Companhia, por meio de conferência das ações da Companhia detidas pelas Garantidoras ao capital social da Nova Controladora da Companhia, passando as Garantidoras a ser controladoras indiretas da Companhia, e controladoras diretas da Sociedade Controladora da Companhia.
- (XI) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (XII) se a Companhia criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre suas propriedades, receitas e ativos e qualquer forma de cessão ou promessa de cessão de suas receitas ou recebíveis, no presente ou no futuro, que, a critério de



13113

13113

debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, possa afetar as atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou as Garantias (conforme definidas na Escritura de Emissão), excetuando-se (i) onerações decorrentes de leis ou de decisão administrativa no contexto dos Projetos de Investimento; (ii) onerações com a finalidade de atender exigências previstas na Autorização do Poder Concedente; (iii) onerações constituídas na parcela variável da receita de vendas de energia ou (iv) as Garantias que serão prestadas no âmbito desta Emissão, nos termos dos Contratos de Garantia;

- (XIII) a Companhia (i) conceder empréstimos ou financiamentos a terceiros de qualquer montante, assim não entendidos adiantamentos a fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia, exceto a concessão de Mútuos Permitidos, conforme abaixo definido; ou (ii) tomar mútuos, empréstimos ou adiantamentos de quaisquer instituições financeiras ou sociedades do seu grupo econômico que, durante o prazo da presente Emissão, impliquem endividamento global da Companhia, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, exceto pelos Endividamentos Permitidos (conforme definido na Escritura de Emissão);
- (XIV) caso a Companhia preste fiança ou assuma outras obrigações financeiras em benefício de terceiros, exceto se previamente autorizado por debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (XV) decisão arbitral final ou sentença transitado em julgado declarando a invalidade, nulidade ou inexecutabilidade da Escritura de Emissão e/ou dos demais Contratos da Oferta;
- (XVI) cancelamento, suspensão, revogação ou extinção, por qualquer motivo, da Autorização, exceto se, dentro do prazo de 15 Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Companhia comprove que houve decisão favorável à reversão do cancelamento, suspensão, revogação ou extinção ou obteve medida liminar suspendendo-o;

Auto.

13.11.13

10:57

(XVII) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia e/ou por qualquer das Garantidoras, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão e/ou nos demais Contratos da Oferta; e

(XVIII) caso a Companhia não entre em operação comercial, conforme autorização a ser concedida pelo Poder Concedente, no prazo de 11 (onze) meses, a contar da Data de Emissão das Debêntures.

cc) **Vencimento Antecipado Não Automático.** Observado ao disposto nas Cláusulas 6.25.2.2 da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da eventual não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Companhia referentes às Debêntures (cada evento, um "Evento de Inadimplemento Não Automático" e, quando em conjunto com os Eventos de Inadimplemento Automático, os "Eventos de Inadimplemento"):

- (I) falta de cumprimento pela Companhia e/ou por qualquer das Garantidoras, conforme o caso, de quaisquer obrigações não pecuniárias constantes da Escritura de Emissão e dos demais Contratos da Oferta, em especial ao Contrato de Administração de Contas (conforme definido na Escritura de Emissão), exceto aquelas previstas no item III da alínea (bb) da presente ata, que não seja sanada no prazo de 15 (quinze) dias, contados de notificação neste sentido;
- (II) protesto de títulos contra a Companhia, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), e contra qualquer das Garantidoras, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, ou (ii) se o protesto for cancelado, susinado judicialmente, ou for prestada garantia aceita em juízo, no valor do(s) protesto(s), sendo certo que tais medidas deverão ser informadas ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, contados da ocorrência do protesto, seu cancelamento ou sustação;
- (III) resilição, término, declaração de vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução dos Contratos Relevantes (conforme definido na Escritura de Emissão), com exceção do Contrato de Operação e Manutenção (conforme definido

Arul

13113
JUN 13

na Escritura de Emissão) que observará o item (IV) abaixo e o Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível (conforme definido na Escritura de Emissão) que observará o item (V) abaixo, exceto se, dentro do prazo de 20 (vinte) Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Companhia comprove que houve (i) decisão, judicial ou acordo entre as partes envolvidas nos respectivos Contratos Relevantes, favorável à reversão do vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução dos Contratos Relevantes, ou (ii) obteve medida liminar suspendendo qualquer desses eventos;

- (IV) resilição, término, declaração de vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução do Contrato de Operação e Manutenção, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Companhia comprove que (i) houve substituição do respectivo contrato, por meio de celebração de contrato equivalente com empresas do mesmo grupo econômico da Companhia, desde que os gastos anuais de tal contrato não sejam superiores ao valor estabelecido no Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a Companhia deverá apresentar ao Agente Fiduciário, novo contrato e eventuais aditamentos que comprovarão os custos incorridos em decorrência da referida alteração; ou (ii) a Companhia desenvolverá as atividades estabelecidas no referido contrato; ou (iii) houve decisão, judicial ou acordo entre as partes envolvidas no Contrato de Operação e Manutenção, favorável à reversão do vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução do Contrato de Operação e Manutenção, ou (iv) obteve medida liminar suspendendo qualquer desses eventos; ou (v) houve renovação do respectivo contrato, desde que os gastos anuais de tal contrato não sejam superiores ao valor estabelecido no Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a Companhia deverá apresentar ao Agente Fiduciário, novo contrato e eventuais aditamentos que comprovarão os custos incorridos em decorrência da referida renovação;
- (V) resilição, término, declaração de vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução do Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Companhia comprove que (i) houve substituição do respectivo contrato, por meio de celebração de contrato equivalente com contraparte com a mesma reputação do atual prestador de serviços; ou (ii) a Companhia desenvolverá as atividades estabelecidas no referido contrato; ou

Paulo

13 11 13

10000

- (iii) houve decisão, judicial ou acordo entre as partes envolvidas no Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível, favorável à reversão do vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução do Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível, ou (iii) obteve medida liminar suspendendo qualquer desses eventos;
- (VI) caso as declarações feitas pela Companhia e/ou por qualquer das Garantidoras, na Escritura de Emissão e/ou nos demais Contratos da Oferta provarem-se falsas, enganosas ou, em qualquer aspecto relevante incorretas, sendo que exclusivamente para os casos de incorreção a Companhia terá prazo de até 30 (trinta) dias contatos da data em que tiver ciência da incorreção para saná-la;
- (VII) sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação, confisco dos bens da Companhia, ou qualquer outra medida final de qualquer entidade governamental brasileira neste sentido, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Companhia comprove que obteve medida liminar suspendendo qualquer desses eventos;
- (VIII) alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social, que resulte em alteração do atual setor de atuação da Companhia, sem anuência prévia dos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (IX) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Companhia e/ou suas controladoras e/ou controladas, conforme o caso, comprovarem a existência de (a) protocolo do pedido da respectiva licença, concessão ou alvará, ou do pedido de renovação da mesma licença, ou (b) provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença, concessão ou alvará;
- (X) a decretação de intervenção pelo Poder Concedente, tendo por objeto o término da Autorização, desde que tal evento não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertido

Paulo

13 11 13
JUN 13

em um prazo de 90 (noventa) dias a contar do decreto ou ato normativo de natureza similar do Poder Concedente declarando a intervenção;

- (XI) atuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, contra a qual não tenham sido interpostos os recursos competentes ou não tenha sido sanada, observados os prazos legais, de valor individual ou agregado superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- (XII) se a Companhia alienar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo cujo valor de venda individual ou em conjunto seja superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, sem a anuência prévia e expressa dos debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (XIII) celebração pela Companhia de contratos, acordos, convênios e quaisquer outros compromissos, exceto (a) em relação aos contratos firmados para prestação de serviços operacionais, observado o disposto no item IV desta alínea (cc), com empresas de seu grupo econômico e/ou com qualquer de seus acionistas (diretos ou indiretos) e; (b) os Mútuos Permitidos (conforme definido na Escritura de Emissão);
- (XIV) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa daquela prevista na Cláusula 4 da Escritura de Emissão e nos Prospectos;
- (XV) não manutenção dos recursos mínimos exigidos nas Contas Reserva (conforme definida na Escritura de Emissão), nos termos do Contrato de Administração de Contas;
- (XVI) não manutenção de linha de crédito aberta (standby) em Banco de Primeira Linha (conforme definido na Escritura de Emissão), destinada exclusivamente à aquisição de combustível, com prazo mínimo de 12 (doze) meses e saldo mínimo calculado de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão, observado o disposto na cláusula 7.1. inciso XXVII da Escritura de Emissão;
- (XVII) caso a Companhia não observe os termos e condições do Contrato de Administração de Contas; e



131113
105295

(XVIII) não observância pela Companhia, em cada ano de apuração, do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), sem caixa acumulado, igual ou superior 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), a ser verificado anualmente pelo Agente Fiduciário e calculado de acordo com a formula abaixo, com base nos informações publicadas nas demonstrações financeiras anuais auditadas da Companhia, a partir da publicação das demonstrações financeiras anuais da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 ("Índices Financeiros").

dd) **Garantias Reais.** Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias previstas na Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Obrigações Garantidas") a Emissão contará com as seguintes garantias:

- (I) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Companhia, sobre (a) todos os direitos emergentes da Autorização; (b) todos os valores a serem depositados e mantidos nas Contas Reserva; e (c) os CCEARs (acima definidos), bem como os direitos emergentes decorrentes dos CCEARs conforme termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário e o Itaú Unibanco S.A., como interveniente anuente, na qualidade de banco administrador ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios") e no Contrato de Administração de Contas, a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário e o banco administrador ("Contrato de Administração de Contas") observados os termos e condições de tais instrumentos ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios");
- (II) alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da Companhia, detidas atualmente pelas Garantidoras, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Companhia, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas às acionistas da Companhia, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de



13 11 13

100000

desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações oneradas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Companhia e de titularidade das acionistas da Companhia, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ("Ações Oneradas"), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações, a ser celebrado entre a Hidrotérmica, a Bolognesi, o Agente Fiduciário e a Companhia, na qualidade de interveniente anuente ("Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações" e "Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente); e

- (III) alienação fiduciária dos Equipamentos, conforme definidos no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos, celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Alienação Fiduciária de Equipamentos" e "Instrumento de Alienação Fiduciária de Bens Móveis", respectivamente, e, quando em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, o Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato Fiança Bancária *Completion* (conforme abaixo definido), denominados "Contratos de Garantia").

ee) Adicionalmente à Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Alienação Fiduciária de Ações, Alienação Fiduciária de Equipamentos (doravante denominados, em conjunto, "Garantias Reais"), a Emissão contará com garantia adicional fidejussória, representada pela fiança bancária concedida pelo Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Fiança Bancária ("Fiança Bancária" e "Contrato Fiança Bancária", respectivamente e, quando em conjunto com Garantias Reais, denominados "Garantias"), nos termos das disposições legais aplicáveis e conforme as disposições da alínea (ff) abaixo;

ff) **Garantia Fidejussória. Fiança Bancária.** Nos termos do Contrato de Fiança Bancária, firmado entre o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário, com a interveniência da Companhia, tendo como beneficiário o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas ("Contrato Fiança Bancária Completion"), o Coordenador Líder emitiu fiança no montante limitado a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), acrescido da Atualização Monetária e da Remuneração das Debêntures, bem como de eventuais Encargos Moratórios, nos termos da Escritura de Emissão de forma a garantir as Obrigações Garantidas até a efetiva entrada em operação da Companhia, observado que o Contrato Fiança Bancária *Completion* vigorará a partir da primeira Data de Integralização até a data correspondente ao menor prazo entre (i) 12 (doze) meses



131113

100000

a contar da primeira Data de Integralização; e (ii) 12 (doze) meses após a Companhia entrar em operação comercial, conforme autorização a ser concedida pelo Poder Concedente, por meio da publicação, no Diário Oficial da União, de despacho específico da superintendência de fiscalização de serviços de geração do Poder Concedente, conforme verificado pelo Agente Fiduciário, sendo que neste último caso, deverão ainda ser observadas as seguintes condições: (a) após a Companhia obter licença de operação da linha de transmissão, a ser emitida pela Agência Estadual do Meio Ambiente - CPRH, conforme confirmado pelo Agente Fiduciário, por meio do recebimento de cópia de referida licença a ser encaminhada pela Companhia; e (b) caso a Companhia esteja adimplente com todas as obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, conforme confirmado pelo Agente Fiduciário por meio de declaração da Companhia nos termos do Anexo I a Escritura de Emissão em relação à observância das obrigações previstas na Escritura de Emissão. O decurso do prazo estabelecido nos termos dos itens (i) e (ii) acima constitui condição resolutiva do Contrato de Fiança Bancária Completion.; e

ff) **Demais Condições.** As demais condições da Emissão que não foram expressamente elencadas na presente ata estão estabelecidas na Escritura de Emissão.

- (ii) aprovar a outorga de garantia em cumprimento às obrigações, principais e acessórias, a serem assumidas pela Companhia no âmbito da Emissão, a ser representada (i) pela Alienação Fiduciária de Equipamentos; e (ii) Cessão Fiduciária de Diretos Creditórios; e
- (iii) autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento da Emissão e da Oferta, bem como à constituição, formalização e operacionalização das Garantias da Companhia, incluindo, mas não se limitando, no que se refere à assinatura da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e dos Contratos de Garantia, à contratação do Coordenador Líder, do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário e Banco Liquidante da Emissão, do assessor legal, bem como de quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão e/ou à Oferta, fixando-lhes os respectivos honorários, bem como à prática de atos relacionados à publicação e ao registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes, incluindo providências junto à Junta Comercial do Estado de Pernambuco, CVM, BM&FBOVESPA e CETIP ou quaisquer outras autarquias ou órgãos junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação e divulgação da Emissão e/ou da Oferta.

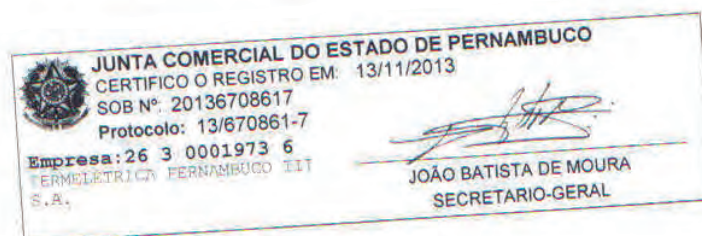
ESCLARECIMENTOS: Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, tendo-se antes redigido e feito lavrar esta ata, a qual lida e achada conforme, foi devidamente assinada por todos os presentes. Igarassu, 25 de outubro de 2013. Mesa: Ronaldo Marcelio Bolognesi – Presidente; Marcelo Lambrecht – Secretário.

A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.



Marcelo Lambrecht
Secretário



HIDROTÉRMICA S.A.

CNPJ nº 02.281.472/0001-95

NIRE nº 43 300 040 054

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2013**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 24 dias do mês de outubro de 2013, às 9:00 horas, na sede social da Hidrotérmica S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Plínio Brasil Milano, 607, CEP 90520-002.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Presentes os acionistas detentores da totalidade das ações de emissão da Companhia, conforme atestam as assinaturas no Livro de Presença de Acionistas, dispensada a convocação nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

MESA: Secretário: Marcelo Lambrecht.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) autorização para a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Termelétrica Pernambuco III S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, na Av. Engenho D'Água, s/n.º, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.502.676/0001-37 ("UTE PE III"), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, no valor total de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Oferta" e "Emissão", respectivamente);
- (ii) autorização para outorga de garantia real em cumprimento às obrigações, principais e acessórias a serem assumidas pela UTE PE III no âmbito da Emissão, a ser representada pela: (a) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da UTE PE sobre (i) todos os direitos emergentes da autorização para a UTE PE III explorar as atividades da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Pernambuco III, por meio da Portaria nº 260, de 2 de julho de 2009, do Ministério de Minas e Energia e das





Resoluções Autorizativas nºs 3.078/2011 e 3.375/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; (ii) todos os valores a serem depositados e mantidos nas Contas Reserva (conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e no Contrato de Administração de Contas, a serem celebrados pela UTE PE III e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”)); (iii) os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEARs”) celebrados entre a Companhia e as distribuidoras que participaram do leilão de venda de energia, bem como os direitos emergentes decorrentes dos CCERAs (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”); e (b) alienação fiduciária dos equipamentos listados no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia a ser celebrado pela UTE PE III e pelo Agente Fiduciário (“Alienação Fiduciária de Equipamentos” e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, “Garantias da UTE PE III”);

- (iii) outorga de garantia real em cumprimento às obrigações, principais e acessórias a serem assumidas pela UTE PE III no âmbito da Emissão, a ser representada pela alienação fiduciária da totalidade das ações ordinárias de emissão da UTE PE III de titularidade da Companhia, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela UTE PE III, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Companhia, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações oneradas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da UTE PE III e de titularidade da Companhia, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a UTE PE III, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações a ser celebrado entre a Companhia, a Bolognesi Participações S.A. e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, representando a comunhão dos titulares das Debêntures, com a interveniência e a anuência da UTE-PE III (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações” e “Alienação Fiduciária de Ações”, respectivamente);



- (iv) autorização para (a) a UTE PE III contratar linha de crédito em banco com classificação de rating mínimo de AA+ em escala local de acordo com as agências Standard & Poor's ou Fitch Ratings ou equivalente da Moody's Ratings, dentre instituições financeiras dos seguintes grupos econômicos: (i) Banco do Brasil S.A.; (ii) Caixa Econômica Federal; (iii) Banco Itaú Unibanco S.A.; (iv) Banco Bradesco S.A.; (v) Banco Santander (Brasil) S.A.; ou (vi) HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco de Primeira Linha"), destinada exclusivamente à aquisição de combustível, com prazo mínimo de 12 (doze) meses e saldo mínimo calculado de acordo o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da UTE PE III ("Escritura de Emissão" e "Linha de Crédito Standby"); e (b) a Companhia outorgar garantia no âmbito da Linha de Crédito *Standby*;
- (v) ratificação de todos os atos praticados pela Companhia, na condição de acionista da UTE PE III, bem como pelos administradores da UTE PE III, para realização da Oferta e da Emissão, incluindo, mas sem limitação, as deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária da UTE PE III e em Reunião de Conselho de Administração da UTE PE III, ambas realizadas em 18 de setembro de 2013; e
- (vi) autorização à diretoria da Companhia para que esta possa tomar todas e quaisquer providências necessárias à formalização das deliberações acima.

DELIBERAÇÕES: Instalada a Assembleia Geral, após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, **por unanimidade**, deliberaram:

- (i) autorizar, na condição de acionista da UTE PE III, a realização da Emissão;
- (ii) autorizar, na condição de acionista da UTE PE III, a UTE PE III outorgar as Garantias da UTE PE III, em cumprimento às obrigações, principais e acessórias, a serem assumidas pela UTE PE III no âmbito da Emissão, a serem representadas pela (i) Cessão Fiduciária de Diretos Creditórios; e (ii) Alienação Fiduciária de Equipamentos;
- (iii) aprovar a outorga de garantia em cumprimento às obrigações, principais e acessórias, a serem assumidas pela UTE PE III no âmbito da Emissão, a ser representada pela Alienação Fiduciária de Ações, por meio da celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;

10/11/2013 10:00:00

- (iv) (a) autorizar, na condição de acionista da UTE PE III, a contratação da Linha de Crédito *Standby*; e b) a Companhia outorgar garantia no âmbito da Linha de Crédito *Standby*;
- (v) ratificar todos os atos praticados pela Companhia, na condição de acionista da UTE PE III, bem como pelos administradores da UTE PE III, para realização da Oferta e da Emissão, incluindo, mas sem limitação, as deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária da UTE PE III e em Reunião de Conselho de Administração da UTE PE III, ambas realizadas em 18 de setembro de 2013; e
- (vi) autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à (a) autorização da Emissão e da Oferta, na qualidade de acionista da UTE PE III; (b) autorização da outorga das Garantias da PE III, na qualidade de acionista da UTE PE III; (c) constituição, formalização e operacionalização da Alienação Fiduciária de Ações, incluindo, mas não se limitando, no que se refere à assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e (d) aprovação da contratação da Linha de Crédito *Standby*, na qualidade de acionista da UTE PE III, bem como a outorga de garantia, pela Companhia, no âmbito da Linha de Crédito *Standby*.


ESCLARECIMENTOS: Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, tendo-se antes redigido e feito lavrar esta ata, a qual lida e achada conforme, foi devidamente assinada por todos os presentes. Igarassu, 24 de outubro de 2013. Mesa: Marcelo Lambrecht – Secretário.

A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.



Marcelo Lambrecht
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/11/2013 SOB Nº: 3874092	
Protocolo: 13/314497-6; DE 24/10/2013	
Empresa: 43 3 0004005 4	
HIDROTÉRMICA S A	
	
JOSÉ TADEU JACOBY SECRETÁRIO-GERAL	

BOLOGNESI PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.664.185/0001-55

NIRE nº 43.300.051.595

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2013**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 24 dias do mês de outubro de 2013, às 10:00 horas, na sede social da Bolognesi Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Plínio Brasil Milano, 607, sala 09, CEP 90520-002.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Presentes os acionistas detentores da totalidade das ações de emissão da Companhia, conforme atestam as assinaturas no Livro de Presença de Acionistas, dispensada a convocação nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

MESA: Presidente: Ronaldo Marcelio Bolognesi; Secretário: Marcelo Lambrecht.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) a outorga de garantia real em cumprimento às obrigações, principais e acessórias a serem assumidas pela Termelétrica Pernambuco III S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, na Av. Engenho D'Água, s/n.º, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.502.676/0001-37 ("UTE PE III"), no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da UTE PE III, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, no valor total de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Emissão"), a ser representada pela alienação fiduciária da totalidade das ações ordinárias de emissão da UTE PE III de titularidade da Companhia, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela UTE PE III, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas

Lamb.

sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Companhia, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações oneradas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da UTE PE III e de titularidade da Companhia, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a UTE PE III, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações a ser celebrado entre a Companhia, a Hidrotérmica S.A. e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, representando a comunhão dos titulares das Debêntures, com a interveniência e a anuência da UTE PE III ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações" e "Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente); e

- (ii) autorização à diretoria da Companhia para que esta possa tomar todas e quaisquer providências necessárias à formalização da deliberação acima.

DELIBERAÇÕES: Instalada a Assembleia Geral, após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, **por unanimidade**, deliberaram:

- (i) aprovar a outorga de garantia em cumprimento às obrigações, principais e acessórias, a serem assumidas pela UTE PE III no âmbito da Emissão, a ser representada pela Alienação Fiduciária de Ações, por meio da celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e
- (ii) autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à constituição, formalização e operacionalização da Alienação Fiduciária de Ações, incluindo, mas não se limitando, no que se refere à assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

ESCLARECIMENTOS: Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.



ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, tendo-se antes redigido e feito lavrar esta ata, a qual lida e achada conforme, foi devidamente assinada por todos os presentes. Igarassu, 24 de outubro de 2013. Mesa: Ronaldo Marcelo Bolognesi – Presidente; Marcelo Lambrecht – Secretário.

A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.



Marcelo Lambrecht
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
CERTIFICO O REGISTRO EM: 19/11/2013 SOB Nº: 3878481	
Protocolo: 13/325800-9, DE 08/11/2013	
Empresa: 43 3 0005159 5	
BOLOGNESI PARTICIPAÇÕES S/A	
	 JOSÉ TADEU JACOBY SECRETÁRIO-GERAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- ESTATUTO SOCIAL ATUALIZADO DA EMISSORA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

CNPJ 10.502.676/0001-37

NIRE 26 300 019 736

ESTATUTO SOCIAL

CAPITULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETIVO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Artigo 2º – A Companhia tem sua sede e foro no município de Igarassu, localidade de Três Ladeiras, área rural de Engenho D'Água, CEP 53600-000, Estado de Pernambuco.

Parágrafo Único: Mediante deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir e fechar filiais e demais dependências em qualquer localidade do território nacional e no exterior, bem como transferir a sua sede.

Artigo 3º – A Companhia tem por objetivo social a participação em sociedades cujo objetivo inclua (i) a implantação e a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica e infra-estrutura correlata, incluindo usinas de geração de energia termelétrica a partir de biomassa, óleo combustível e/ou gás natural, (ii) a comercialização da energia elétrica gerada em tais empreendimentos, (iii) a realização de estudos, projetos, comissionamento, testes, operação, manutenção, gerenciamento, supervisão, aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de terceiros para tanto.

Artigo 4º – A Companhia tem prazo de duração Indeterminado.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 125.939.000,00 (cento e vinte e cinco milhões, novecentos e trinta e nove mil reais), representado por 26.162.996 (vinte e seis milhões, cento e sessenta e duas mil, novecentas e noventa e seis) ações ordinárias todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro: Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Parágrafo Segundo: Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais, nominativas e mantidas em conta de depósito, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em nome de seus titulares, nos termos da legislação aplicável. A instituição financeira depositária poderá cobrar do acionista o custo de transferência de propriedade e averbação das ações, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Artigo 6º – Por deliberação da Assembleia Geral ou, na hipótese prevista no Parágrafo Segundo abaixo, do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) emitir novas ações e a criar de novas classes de ações com ou sem direito a voto, e/ou vantagens e/ou preferências no recebimento de dividendos, e/ou distribuições de valores mobiliário que vierem a ser propostas pela Companhia; e (ii) resgatar ações de sua emissão, observado o disposto no Artigo 44, parágrafo 6º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Primeiro: É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Parágrafo Segundo: A Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações, até o limite de 14.000.000 (quatorze milhões) de novas ações. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

Parágrafo Terceiro: A Companhia poderá, dentro do limite de capital autorizado no Parágrafo Segundo acima e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Parágrafo Quarto: Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações.

Parágrafo Quinto: Na proporção das ações que possuírem, os acionistas possuirão direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, no entanto, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo Sexto: A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as ações de sua própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação, inclusive no âmbito de planos de opção de compra ou subscrição de ações aprovados nos termos deste Estatuto Social, ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis.

Artigo 7º – Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso será o valor de patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembleia Geral ou com balanço especial, na hipótese e nos termos previstos no Artigo 45, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na legislação societária e os princípios contábeis geralmente aceitos.

Artigo 8º – A aquisição, por qualquer título, de ações de emissão da Companhia, importará na transparência de todos os direitos e obrigações a elas inerentes ao adquirente.

Parágrafo Primeiro: Todo aquele que, individualmente, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, adquirir ações de emissão da Companhia é obrigado a divulgar, mediante comunicação à Companhia, a aquisição de ações que, somadas às já possuídas, representem percentual igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital da Companhia. Igual dever terão os titulares de debêntures ou de outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações e bônus de subscrição que assegurem a seus titulares a aquisição de ações nos percentuais previstos neste Parágrafo Primeiro. Sem prejuízo das demais cominações previstas em lei e na regulamentação da CVM, o acionista que descumprir esta obrigação poderá ter suspensos seus direitos, na forma do Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e da alínea (vi), do Parágrafo Quinto, do Artigo 10 deste Estatuto Social, ressalvados os direitos essenciais previstos no Artigo 109 da Lei de Sociedades por Ações, cessando a suspensão tão logo cumprida a obrigação.

Parágrafo Segundo: A comunicação à Companhia de que trata o Parágrafo Primeiro acima deverá ser realizada em até 2 (dois) dias úteis da data da efetiva aquisição do valor mobiliário, mediante envio de notificação escrita ao departamento de relações com investidores da Companhia, com protocolo de recebimento.

CAPÍTULO III - DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 9º – A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim exigirem para deliberação sobre todas e quaisquer matérias cuja competência para deliberação seja da Assembleia Geral, conforme determinado pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro: Os acionistas terão os poderes para decidir sobre todas e quaisquer matérias cuja competência para deliberação seja da Assembleia Geral, conforme determinado pela legislação aplicável e por este Estatuto Social.

Parágrafo Segundo: Além das matérias previstas na legislação aplicável, caberão à deliberação da Assembleia Geral as questões que forem propostas pelo Conselho de Administração, as quais deverão constar dos editais de convocação.

Artigo 10 – Sem prejuízo do disposto no Artigo 123, parágrafo único da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral deve ser convocada pelo Presidente ou pelo

Vice-Presidente do Conselho de Administração, por meio de edital publicado com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.

Parágrafo Primeiro: A Assembleia Geral será instalada de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou, ainda, na ausência deste, por outro Conselheiro eleito por maioria simples dos acionistas presentes à Assembleia. O presidente da mesa convidará um dos acionistas presentes para secretariar os trabalhos. Em qualquer caso, o presidente mesa seguirá a pauta constante da convocação e observará os termos e condições deste Estatuto Social e da legislação aplicável.

Parágrafo Segundo: A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro: As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Quarto: A ata da Assembleia Geral será arquivada no Registro do Comércio no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de sua realização e publicada nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quinto: Sem prejuízo de outras matérias previstas na legislação aplicável, as seguintes matérias são de competência da Assembleia Geral:

- (i) deliberar sobre alteração do Estatuto Social;
- (ii) deliberar sobre criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais;
- (iii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado;
- (iv) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (v) deliberar sobre utilização de reserva de lucros para outro fim que não a distribuição de dividendos;
- (vi) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas por lei ou por este Estatuto Social;
- (vii) deliberar sobre a avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- (viii) deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição, exceto quando a emissão ocorrer dentro do limite do capital autorizado;

- (ix) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (x) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- (xi) autorizar a emissão de debêntures, salvo no caso de debêntures simples, não conversíveis ou, no caso de debêntures conversíveis em ações, quando a emissão ocorrer dentro do limite do capital autorizado, cujas emissões, em ambas as hipóteses acima previstas, serão autorizadas pelo Conselho de Administração;
- (xii) deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta;
- (xiii) aprovar previamente planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas;
- (xiv) aprovar e/ou alterar o plano de negócios da Companhia e aprovar a realização de atividades que não estejam contempladas no plano de negócios;
- (xv) aprovar o orçamento anual da Companhia, observando o plano de negócios;
- (xvi) deliberar sobre qualquer matéria que, por lei, dê ao acionista o direito de retirar-se da Companhia;
- (xvii) deliberar sobre a recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou requerimento de sua falência; e
- (xviii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto: Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelo presidente e secretário da mesa.

CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 11 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos por este Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Parágrafo Primeiro: As deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria constarão de atas lavradas e assinadas nos livros próprios da Companhia.

Parágrafo Segundo: Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse nos 30 (trinta) dias subsequentes às suas respectivas eleições, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim, dispensada garantia de gestão, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações.

SEÇÃO I – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 12 – O Conselho de Administração é composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, residentes ou não no País, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro: Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo 12, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Parágrafo Segundo: A Assembleia Geral indicará, entre os eleitos, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração, ou em caso de sua ausência ou impedimento temporário, o Vice-Presidente, será responsável pela convocação e pela presidência das reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro: No caso de impedimento ou ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, este será substituído pelo Vice-Presidente e, caso verificado também seu impedimento ou ausência temporária, por qualquer outro membro do Conselho de Administração, escolhido na ocasião pela maioria simples dos Conselheiros presentes, o qual poderá praticar todos os atos que caberiam ao Presidente do Conselho de Administração, enquanto perdurar o impedimento ou ausência.

Parágrafo Quarto: Em caso de vacância do cargo, por falecimento, renúncia ou impedimento por tempo prolongado ou permanente de Conselheiro, caberá ao Conselho de Administração eleger, por maioria simples, o substituto, cujo mandato terminará na primeira Assembleia Geral que se realizar. Caso haja vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será convocada para eleger os novos Conselheiros. Caso haja a vacância da totalidade dos cargos do Conselho de Administração, a Diretoria deverá convocar a Assembleia Geral com urgência.

Artigo 13 – O Conselho de Administração reunir-se-á, sempre que convocado pelo seu Presidente, ou em caso de sua ausência ou impedimento temporário, pelo seu Vice-Presidente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias em primeira convocação e de 2 (dois) dias em segunda convocação, devendo a convocação estar acompanhada da ordem do dia.

Parágrafo Primeiro: Independentemente das formalidades previstas neste Artigo 13, serão válidas as reuniões do Conselho de Administração que contarem com a presença ou representação da totalidade dos membros em exercício.

Parágrafo Segundo: As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer quórum. Nas reuniões do Conselho de Administração, o Conselheiro ausente poderá participar da reunião por áudio ou videoconferência, e, quando ausente, poderá votar por carta, fax ou *e-mail*, se recebidos até o momento da reunião.

Parágrafo Terceiro: As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou, ainda, na ausência deste, por um Conselheiro eleito por maioria simples dos presentes à reunião.

Parágrafo Quarto: Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros física e remotamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que tenham se manifestado na forma do Artigo 13, Parágrafo Segundo *in fine* deste Estatuto Social deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fax ou *e-mail*, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Quinto: Serão arquivadas no Registro do Comércio no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de realização da reunião do Conselho de Administração e publicadas nos termos do Artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, as respectivas atas das reuniões que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiro.

Artigo 14 – Além dos demais poderes previstos em lei como de competência exclusiva do Conselho de Administração, compete ainda ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios sociais e o orçamento anual da Companhia, observado o plano de negócios da Companhia;
- (ii) eleger, aceitar renúncia, deliberar sobre pedido de licença temporária, designar substitutos e destituir os Diretores da companhia, bem como fixar-lhes as atribuições específicas, observando o disposto neste Estatuto Social;
- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia e solicitando informações sobre quaisquer atos da administração;
- (iv) convocar as Assembleias Gerais na forma prevista neste Estatuto Social nas hipóteses legalmente previstas e quando julgar conveniente;
- (v) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração, demonstrações financeiras e as contas da Diretoria a serem submetidas

à Assembleia Geral, bem como sobre a proposta de destinação do resultado do exercício;

- (vi) deliberar sobre o pagamento de juros sobre capital próprio;
- (vii) decidir, *ad referendum* da Assembleia Geral, sobre a distribuição de dividendos intermediários ou o pagamento de juros sobre capital próprio, a conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, observadas as previsões legais aplicáveis;
- (viii) deliberar sobre celebração de qualquer ato jurídico pela Companhia, de um lado, com os acionistas ou administradores da Companhia, ou com partes relacionadas aos mesmos, do outro, que envolvam valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sendo certo, no entanto, que qualquer ato jurídico celebrado pela Companhia, de um lado, com os acionistas ou administradores da Companhia, ou com partes relacionadas aos mesmos, do outro, terá que ser em condições de mercado e de comutatividade, nos termos do artigo 245 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ix) deliberar sobre aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- (x) determinar o levantamento de balancetes em períodos inferiores a um exercício social e deliberar sobre o pagamento aos acionistas de dividendos intercalares ou intermediários, nos termos deste Estatuto Social;
- (xi) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis ou, no caso de debêntures conversíveis em ações, quando a emissão ocorrer dentro do limite do capital autorizado, assim como deliberar sobre as respectivas condições referidas no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xii) deliberar sobre a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação pública de recursos, de uso comum no mercado, incluindo, mas não se limitando, a emissão de notas promissórias;
- (xiii) deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos dos Parágrafos Segundo a Quinto do Artigo 6º deste Estatuto Social, com a emissão de novas ações, bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou de títulos com direito de subscrição, e, no caso de emissão de novas ações, deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;
- (xiv) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra

ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas;

- (xv) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- (xvi) deliberar sobre a aquisição e alienação de participação societária em outras sociedades, a participação em concorrências públicas, bem como sobre a constituição de subsidiárias que não estejam contempladas no plano de negócios, sempre tendo em vista os objetos sociais;
- (xvii) deliberar previamente sobre a apresentação, pela Companhia, de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, bem como, em caso de urgência, deliberar sobre a efetiva apresentação, pela Companhia, de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, nos termos do parágrafo único, do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xviii) deliberar sobre o exercício do direito de voto pela Companhia em sociedade controlada, bem como indicar os administradores, diretores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal das sociedades controladas da Companhia e/ou de empresas nas quais a Companhia detenha participação;
- (xix) distribuir a remuneração global dos administradores fixada anualmente pela Assembleia Geral dentre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia;
- (xx) alienação ou aquisição de bens imóveis cujo valor não esteja contemplado no orçamento anual ou no plano de negócios da Companhia;
- (xxi) assunção de qualquer obrigação, assim como a celebração, o aditamento e/o a rescisão de qualquer contrato ou acordo de qualquer natureza que (a) implique em alavancagem da Companhia superior à relação 80% de capital de terceiros e 20% de capital próprio; ou (b) não seja relacionado aos projetos inseridos no plano de negócios da Companhia;
- (xxii) outorga de garantias de qualquer natureza sobre bens, direitos, ativos financeiros ou fixos da Companhia que não esteja contemplada no plano de negócios da Companhia;
- (xxiii) implementação ou execução de qualquer oportunidade de negócio, assim como a inclusão, exclusão ou alteração de projetos na carteira de projetos da Companhia;
- (xxiv) transferência, em qualquer exercício social, de qualquer ativo ou conjunto de ativos da Companhia em valor superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e uma única operação, ou R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) considerando qualquer período de 12 (doze) meses; e

(xxv) deliberar sobre as demais matérias de sua competência previstas em lei ou neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro: As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos votos de seus membros. Em caso de empate nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído voto de qualidade ao Presidente ou, conforme o caso, ao membro do Conselho de Administração que o estiver substituindo.

Parágrafo Segundo: O Conselho de Administração poderá instituir comitês com funções técnicas e/ou consultivas, sendo sua competência definir suas atribuições, especificidades com relação às deliberações e eleger os membros que comporão esses comitês.

SEÇÃO II – DIRETORIA

Artigo 15 – A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato de 2 (dois) anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a cumulação de cargos e a reeleição de seus membros. Serão obrigatórias as seguintes designações: (i) Diretor Presidente; e (ii) Diretor de Relações com Investidores, sendo permitida a cumulação de cargos.

Parágrafo Primeiro: Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para o cargo de Diretores.

Parágrafo Segundo: Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo 15, os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Parágrafo Terceiro: No caso de impedimento ou ausência temporária de um Diretor, este será substituído por outro Diretor, escolhido na ocasião pela maioria simples dos Diretores presentes, o qual acumulará interinamente as funções do substituído.

Parágrafo Quarto: Em caso de vacância do cargo, por falecimento, renúncia ou impedimento por tempo prolongado ou permanente de membro da Diretoria, o Presidente do Conselho de Administração designará para substituí-lo outro Diretor, que cumulará interinamente as funções do Diretor substituído até a reunião subsequente do Conselho de Administração ou até a data da cessação do impedimento temporário do Diretor substituído. O Conselho de Administração deverá ratificar a indicação do Diretor indicado pelo Presidente do Conselho de Administração ou nomear um novo Diretor que, em caso de impedimento por período de tempo prolongado do Diretor substituído, exercerá ad interim as funções correspondentes até a data da cessação do impedimento do Diretor substituído.

Artigo 16 – A Diretoria reunir-se-á (i) anualmente para elaborar as demonstrações financeiras e respectivo relatório a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração, nos termos da alínea (v), do Artigo 14 acima; e (ii) periodicamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação por qualquer de seus

membros, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, devendo constar da convocação a ordem do dia. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da Diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício.

Parágrafo Primeiro: As reuniões da Diretoria somente serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros; e, em segunda convocação, com qualquer quórum. Nas reuniões da Diretoria, o Diretor poderá participar da reunião por áudio ou videoconferência, e, quando ausente, poderá votar por carta, fax ou *e-mail*, se recebidos até o momento da reunião.

Parágrafo Segundo: As reuniões da Diretoria serão instaladas e presididas pelo Diretor Presidente ou, na ausência deste, pelo Diretor de Relações com Investidores e, na ausência deste, por um Diretor eleito pelos demais.

Parágrafo Terceiro: As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos. Em caso de empate, o Diretor Presidente, ou o Diretor que o substituir na reunião, terá o voto de qualidade.

Parágrafo Quarto: Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores física e remotamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Os votos proferidos por Diretores que tenham se manifestado na forma do Artigo 16, Parágrafo Primeiro *in fine* deste Estatuto Social deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fax ou *e-mail*, conforme o caso, contendo o voto do Diretor ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Artigo 17 - Além dos poderes que forem necessários à realização dos fins sociais e ao regular funcionamento da Companhia, a Diretoria fica investida de poderes para transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, observados os limites e as condições deste Estatuto Social. Compete, especialmente, à Diretoria:

- (i) apresentar à Assembleia Geral, depois de submetidas ao parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, o relatório da administração e as demonstrações financeiras previstas em lei, bem como a proposta de destinação dos lucros do exercício; e
- (ii) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições do Artigo 18 deste Estatuto Social, incluindo, mas não se limitando, a propositura de qualquer medida judicial ou realização de acordos relacionados a qualquer notificação recebida de autoridades federais, estaduais ou municipais, autarquias governamentais, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, autoridades ambientais e, especialmente, da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Parágrafo Primeiro: Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (iii) manter os membros do Conselho de

Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; e (iv) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo: Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas, (i) representar a Companhia, privativamente, perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (ii) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e a comunicação entre a Companhia e seus investidores, a CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; (iii) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; (iv) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios, na forma requerida em lei; (v) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (vi) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; (vii) zelar pelo cumprimento e execução das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários; e (viii) seja em conjunto ou isoladamente, praticar os atos normais de gestão da Companhia.

Artigo 18 - A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

- (i) conjuntamente por dois Diretores;
- (ii) conjuntamente por um Diretor e um procurador; ou
- (iii) conjuntamente por dois procuradores, de acordo com a extensão dos poderes que lhe houverem sido conferidos no instrumento de mandato.

Parágrafo Primeiro: A constituição de procuradores da Companhia deve ser feita mediante a assinatura, em conjunto, de 2 (dois) Diretores, especificando com precisão os poderes conferidos e os limites de utilização.

Parágrafo Segundo: Salvo quando para fins judiciais e para procurações *ad judicium* e *ad negotia* outorgadas no âmbito de contratos de financiamento, cuja validade se dará até a final liquidação dos contratos de financiamento, os demais mandatos outorgados pela Companhia terão prazo de vigência determinado, não superior a 1 (um) ano.

Artigo 19 - São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer praticados por administradores, procuradores ou empregados da Companhia, que sejam estranhos ao objeto social ou aos negócios da Companhia, tais como avais, endossos e outra garantias em favor de terceiros, assim como atos assinados por representantes legais da Companhia em desacordo com o previsto neste Estatuto Social.

Parágrafo Único: A proibição contida no *caput* deste Artigo 19 não se aplica à concessão de fianças, avais ou outras garantias, ou a assunção de obrigações de qualquer natureza em favor de sociedades controladas, diretas ou indiretas, da Companhia, bem como em favor de suas coligadas.

CAPITULO V - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 20 – O Conselho Fiscal, de caráter não permanente, será composto, quando instalado, por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, acionistas ou não, que terão as atribuições previstas em lei. A composição do Conselho Fiscal deverá obedecer ao disposto no artigo 161, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Primeiro: O prazo de mandato dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, encerrar-se-á na Assembleia Geral Ordinária subsequente à qual houve a respectiva eleição, sendo permitida a reeleição. A remuneração de seus membros será determinada pela Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Segundo: O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre que convocado por qualquer de seus membros com 5 (cinco) dias de antecedência, e essas reuniões serão válidas quando contarem com a presença da maioria de seus membros então em exercício.

CAPITULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Artigo 21 – O exercício social iniciará em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.

Parágrafo Primeiro: Ao final de cada exercício social, a Diretoria deverá preparar um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras devidas, conforme as disposições legais vigentes aplicáveis à Companhia.

Parágrafo Segundo: Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado, o Conselho de Administração deverá submeter à Assembleia Geral Ordinária, para aprovação, a proposta de alocação do lucro líquido, de acordo com as previsões deste Estatuto Social.

Parágrafo Terceiro: Por determinação do Conselho de Administração, a Diretoria poderá levantar balanços semestrais, intermediários ou intercalares da Companhia. O Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, poderá declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucros apurados em tais balanços, ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes. A critério do Conselho de Administração, os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas poderão ser considerados antecipação e imputados ao dividendo obrigatório referido no Artigo 23 abaixo.

Artigo 22 - A Companhia poderá pagar a seus acionistas, com a aprovação do Conselho de Administração, juros sobre capital próprio, nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/95 e das demais leis e regulamentações aplicáveis, os quais podem ser

deduzidos do dividendo mínimo obrigatório. Qualquer pagamento em conformidade com este Artigo 22 deverá integrar, para todos os fins, o valor dos dividendos distribuídos pela Companhia.

Artigo 23 - Quaisquer prejuízos acumulados e reservas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido deverão ser deduzidos dos resultados do exercício social, antes do pagamento de qualquer participação.

Parágrafo Primeiro: O lucro líquido calculado conforme o *caput* deste Artigo 23 será aplicado como segue:

- (i) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- (ii) uma parcela por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iv) como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da Reserva Legal; e (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (alínea (ii) supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, ressalvado o disposto no Parágrafo Segundo abaixo; e
- (v) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, o saldo remanescente será distribuído como dividendo.

Parágrafo Segundo: O dividendo mínimo obrigatório não deverá ser pago aos acionistas com relação ao exercício social em que a administração da Companhia informar à Assembleia Geral que tal pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia, desde que atendido o previsto no artigo 202, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro: Os lucros registrados na Reserva de Lucros a Realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização, nos termos do Artigo 202, III da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quarto: Os dividendos, salvo deliberação em contrário, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Artigo 24 - Dividendos e juros sobre o capital próprio não percebidos no prazo de 3 (três) anos da data de sua disponibilização aos acionistas serão revertidos à Companhia.

CAPÍTULO VII –DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Artigo 25 – Todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Estatuto Social ou a ele relacionadas, inclusive quanto ao seu cumprimento ou interpretação ("Controvérsia"), envolvendo a Companhia, seus acionistas, administradores e/ou membros do Conselho Fiscal, inclusive seus sucessores a qualquer título, serão definitivamente resolvidas por arbitragem, administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC"), de acordo com seu regulamento de arbitragem ("Regulamento") e com a Lei 9.307/96.

Parágrafo Primeiro: O tribunal arbitral será formado por 3 (três) árbitros, cabendo à(s) requerente(s) e à(s) requerida(s) nomear cada qual 1 (um) árbitro. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será indicado em conjunto pelos árbitros nomeados pelas partes envolvidas. Na hipótese de os árbitros indicados pelas partes não chegarem a um consenso quanto ao terceiro árbitro, ou caso uma parte deixe de indicar um árbitro, as nomeações faltantes serão feitas pelo CAM-CCBC, nos termos do Regulamento.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de procedimentos arbitrais envolvendo 3 (três) ou mais partes em que estas não possam ser reunidas em blocos de requerentes e requeridas, todas as partes envolvidas, em conjunto, nomearão dois árbitros dentro de 15 (quinze) dias a partir do recebimento pelas partes da última notificação da CAM-CCBC nesse sentido. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos árbitros nomeados pelas partes dentro de 15 (quinze) dias a partir da aceitação do encargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo presidente da CAM-CCBC. Caso as partes não nomeiem conjuntamente os 2 (dois) árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo presidente da CAM-CCBC, que designará um deles para atuar como presidente.

Parágrafo Terceiro: A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, bem como a sentença arbitral será proferida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O idioma da arbitragem será o português. A arbitragem será processada e julgada de acordo com o direito brasileiro.

Parágrafo Quarto: As partes envolvidas poderão pleitear medidas cautelares e de urgência ao Poder Judiciário antes da constituição do tribunal arbitral. A partir de sua constituição, todas as medidas cautelares ou de urgência deverão ser pleiteadas diretamente ao tribunal arbitral, podendo manter, revogar ou modificar tais medidas anteriormente requeridas ao Poder Judiciário.

Parágrafo Quinto: Medidas cautelares e de urgência, quando aplicáveis, e ações de execução poderão ser pleiteadas e propostas, à escolha do interessado, na comarca onde estejam o domicílio ou os bens de qualquer dos acionistas ou da Companhia, ou na comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. Para quaisquer outras medidas judiciais, fica eleita exclusivamente a comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. O requerimento de qualquer medida judicial não será considerado como ato de renúncia aos direitos previstos nesta cláusula ou à arbitragem como o único meio de solução de Controvérsias escolhido pelos acionistas e a Companhia.

Parágrafo Sexto: Antes da assinatura do termo de arbitragem, o presidente do CAM-CCBC poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos nos termos do Regulamento. Após a assinatura do termo de arbitragem, essa competência será do tribunal arbitral, que poderá, se for o caso, manter, revogar ou modificar a decisão anteriormente tomada pelo Presidente da CAM-CCBC. Em qualquer caso, a consolidação somente poderá ocorrer se os procedimentos possuírem o mesmo objeto ou mesma causa de pedir ou se entre eles houver identidade de partes e causa de pedir, mas o objeto de um, por ser mais amplo, abranger o do(s) outro(s). A competência para consolidação será do primeiro tribunal arbitral constituído, e sua decisão será vinculante a todas as partes.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 26 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período, e devendo o Conselho Fiscal funcionar neste período, obedecidas às formalidades legais.

Artigo 27 – Os casos omissos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, a eles se aplicando as disposições legais vigentes, especialmente as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

-
- **PORTARIA DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 186, DE 6 DE JUNHO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º, da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.000570/2013-59, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Chuí I, de titularidade da empresa Eólica Chuí I S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.607.000/0001-69, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Eólica Chuí I S.A. deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Eólica Chuí I S.A., a ocorrência das situações que evidenciem a não implementação do projeto aprovado nesta Portaria.

Art. 4º A Eólica Chuí I S.A. deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, no prazo de vinte dias a contar da sua emissão, cópia do ato autorizativo da operação comercial da EOL Chuí I, emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º A Eólica Chuí I S.A. deverá observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, e na Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Projeto	EOL Chuí I
Tipo	Central Geradora Eólica
Leilão	Leilão de Compra de Energia Elétrica nº 02/2011-ANEEL, realizado em 17 de agosto de 2011.
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 106, de 8 de março de 2012.
Titular	Eólica Chuí I S.A.
CNPJ/MF	14.607.000/0001-69.
Pessoas Jurídicas integrantes da SPE	Razão Social: Chuí Holding S.A. CNPJ/MF: 14.738.255/0001-60.
Localização	Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica com Potência Instalada de 24.000 kW, composta por doze Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.
Sector	Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.
Identificação do Processo	48000.000570/2013-59.

PORTARIA Nº 187, DE 6 DE JUNHO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º, da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.000562/2013-11, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Pernambuco III, de titularidade da empresa Termelétrica Pernambuco III S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.502.676/0001-37, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Termelétrica Pernambuco III S.A. deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Termelétrica Pernambuco III S.A., a ocorrência das situações que evidenciem a não implementação do projeto aprovado nesta Portaria.

Art. 4º A Termelétrica Pernambuco III S.A. deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, no prazo de vinte dias a contar da sua emissão, cópia do ato autorizativo da operação comercial da UTE Pernambuco III, emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º A Termelétrica Pernambuco III S.A. deverá observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, e na Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Projeto	UTE Pernambuco III
Tipo	Central Geradora Termelétrica
Leilão	Leilão de Compra de Energia Elétrica nº 03/2008-ANEEL, realizado em 30 de setembro de 2008.
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 260, de 2 de julho de 2009.
Titular	Termelétrica Pernambuco III S.A.
CNPJ/MF	10.502.676/0001-37.
Pessoas Jurídicas integrantes da SPE	Razão Social: Bolognesi Participações S.A. CNPJ/MF: 11.664.185/0001-55; e Hidrotérmica S.A. 02.281.472/0001-95.
Localização	Município de Igarassu, Estado de Pernambuco.
Descrição do Projeto	Central Geradora Termelétrica com Potência Instalada de 200.790 kW, composta por vinte e três Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.
Sector	Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.
Identificação do Processo	48000.000562/2013-11.

PORTARIA Nº 188, DE 6 DE JUNHO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º, da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.000143/2013-71, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto de transmissão de energia elétrica, de titularidade da empresa Norte Brasil Transmissora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.625.321/0001-56, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

PORTARIA Nº 189, DE 6 DE JUNHO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, e o que consta dos Processos nºs 48500.004705/2000-92, 48500.002371/2000-68 e 48000.000787/2013-69, resolve:

Art. 1º Designar Furnas Centrais Elétricas S.A., com Sede na Rua Real Grandeza, nº 219, Bairro Botafogo, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.274.194/0001-19, como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada UHE Dona Rita, com vistas a garantir a continuidade do serviço.

§ 1º A Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, de que trata o caput, dar-se-á nos termos e condições estabelecidos na Portaria MME nº 117, de 5 de abril de 2013, e seu Anexo, estando Furnas Centrais Elétricas S.A. obrigada a manter ou melhorar o Índice de Indisponibilidade Total, formado pelas Taxa de Indisponibilidade Forçada - TEIF e Indisponibilidade Programada - IP, consideradas no cálculo das respectivas Garantias Físicas de Energia e de Potência apresentadas no Anexo a esta Portaria, ou valores considerados nas revisões da Garantia Físicas de Energia e de Potência da Usina Hidrelétrica.

§ 2º A Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica será realizada até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Art. 2º O Custo da Gestão dos Ativos de Geração - GAG será de R\$ 465.764,29 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos), a preços de outubro de 2012, o qual será utilizado para a definição da Receita Anual de Geração - RAG inicial da referida Usina.

Art. 3º Aplicam-se à Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, de que trata esta Portaria, a legislação e a regulamentação relativas à exploração de potenciais hidráulicos, para fins de geração de energia elétrica em regime de cotas, a legislação superveniente e complementar, as normas e os regulamentos expedidos pelo Poder Concedente e pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Usina Hidrelétrica	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MWmédios)	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)
UHE Dona Rita (*)	2,41	1,03	2	Rio Tanque/Santa Maria de Itabira/MG

(*) Usina não Despachada Centralizadamente.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E
GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, DA TERMELETRICA PERNAMBUCO III S.A.**

Entre

TERMELETRICA PERNAMBUCO III S.A.,
como Emissora

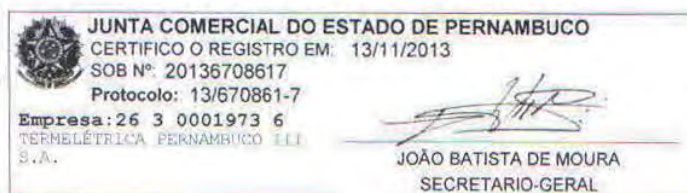
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
representando a comunhão dos titulares das Debêntures

HIDROTÉRMICA S.A.,
na qualidade de interveniente anuente

e

BOLOGNESI S.A.,
na qualidade de interveniente anuente

Datado de
25 de outubro de 2013



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, DA TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A." ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente):

I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

Termelétrica Pernambuco III S.A., sociedade por ações, em fase de registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, na Avenida Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 10.502.676/0001-37, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE"), neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia");

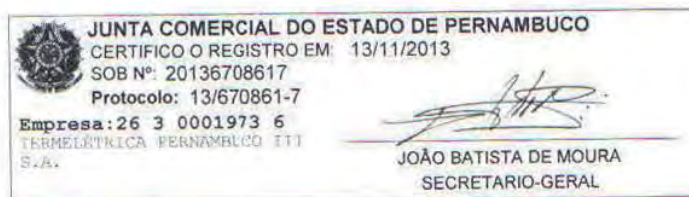
II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individualmente, como "Parte";

III. e ainda, na qualidade de intervenientes anuentes:

Hidrotérmica S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado de Rio Grande do Sul, Av. Plínio Brasil Milano, 607, Bairro Higienópolis, CEP 90520-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.058.238/0001-17, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Hidrotérmica"); e



Bolognesi Participações S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Av. Plínio Brasil Milano, 607, Bairro Higienópolis, CEP 90520-002, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.664.185/0001-55, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Bolognesi" e, em conjunto com a Hidrotérmica, "Garantidoras");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A Emissão e a Oferta (conforme definidos abaixo) serão realizadas de acordo com as seguintes autorizações:

(i) assembleia geral extraordinária da Emissora, realizada em 25 de outubro de 2013 ("AGE"), na qual foram deliberadas, entre outros temas, as condições da Emissão, bem como as garantias constituídas em favor dos Debenturistas, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

(ii) assembleia geral extraordinária da Hidrotérmica, realizada em 24 de outubro de 2013, na qual foi aprovada alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia, de titularidade da Hidrotérmica, representativas de 22,70% (vinte e dois inteiros e setenta centésimos por cento), ou seja, 5.939.000 (cinco milhões, novecentas e tinta e nove mil) ações ordinárias de emissão da Companhia ("AGE Hidrotérmica"); e

(iii) assembleia geral extraordinária da Bolognesi, realizada em 24 de outubro de 2013, na qual foi aprovada alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia, de titularidade da Bolognesi, representativas de 77,30% (setenta e sete inteiros e trinta centésimos por cento), ou seja, 20.223.996 (vinte milhões, duzentas e vinte e três mil, novecentas e noventa e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia ("AGE Bolognesi") e, em conjunto com a AGE Hidrotérmica "AGE Garantidoras").

2. REQUISITOS

2.1. A 1ª (primeira) emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em 4 (quatro) séries, para distribuição pública pela Emissora ("Emissão"), e a Oferta (conforme abaixo definido) serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

(i) *arquivamento e publicação da ata da AGE.* A ata da AGE será publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco ("DOEPE") e no jornal "Valor Econômico", e arquivada na JUCEPE, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I e no artigo 239, da Lei das Sociedades por Ações;

(ii) *arquivamento e publicação da AGE Garantidoras.* A AGE Garantidoras deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no jornal "Jornal do Comércio" e arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

(iii) *Inscrição desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCEPE, nos termos do artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. Esta Escritura de Emissão será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), de modo a especificar a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures (conforme abaixo definida) ("Aditamento"). A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCEPE, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros;

(iv) *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio (a) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (b) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do BOVESPA FIX (este último ambiente de negociação de ativos) ("BOVESPA FIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e a negociação das Debêntures;

(v) *registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* Antes da realização da Oferta, a Emissora obterá o registro de companhia aberta, Categoria B, nos termos do artigo 2º, §2º da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480");

(vi) *registro da Oferta na CVM.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública

("Oferta"), nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e a Oferta será registrada na CVM, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;

(vii) *registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")*. A Oferta será registrada na ANBIMA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de concessão do registro da Oferta pela CVM, nos termos do artigo 25 do "*Código ANBIMA de Regulação de Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários*" ("Código ANBIMA"); e

(viii) *Portaria do Ministério de Minas e Energia*. Os Projetos de Investimento (conforme abaixo definido) foram classificados como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria nº 187, de 06 de junho de 2013, nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, e do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011 e da Portaria do Ministério de Minas e Energia, nº 47, de 6 de fevereiro de 2012 ("Lei 12.431/2011", "Decreto 7.603/2011" e "Portaria do Ministério de Minas e Energia", respectivamente).

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. A Emissora tem por objeto social a participação em sociedades cujo objeto inclua (i) a implantação e a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata, incluindo usinas de geração de energia termoeleétrica a partir de biomassa, óleo combustível e/ou gás natural, (ii) a comercialização da energia elétrica gerada em tais empreendimentos; (iii) a realização de estudos, projetos, comissionamento, testes, operação, manutenção, gerenciamento, supervisão, aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de terceiros para tanto.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão das Debêntures serão utilizados (a) para o pagamento de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da Caixa Econômica Federal – CEF e duas Cédulas de Crédito Bancário emitidas em favor do Banco Itaú BBA S.A. em 18 de janeiro de 2013, 22 de março de 2013 e 28 de agosto de 2013, respectivamente, no montante total de R\$ 313.000.0000,00 (trezentos e treze milhões de reais) ("CCBs"), sendo que os recursos captados mediante a emissão das CCBs foram destinados, exclusivamente, à implementação e desenvolvimento do projeto de

investimento da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Pernambuco III, localizada no município de Igarassu, Estado de Pernambuco ("UTE Pernambuco III") e (b) para o pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas a serem incorridos a partir da data de liquidação da Oferta e relacionados ao Projeto de Investimento (conforme abaixo definido), nos termos da Lei 12.431/2011.

4.2. A UTE Pernambuco III é um projeto de geração de energia de fonte térmica, com 200.790 Kw de potência instalada, cujo tipo de combustível é o Óleo Combustível OCB1. O ato de autorização para a Emissora explorar as atividades da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Pernambuco III, por meio da Portaria nº 260, de 2 de julho de 2009, do Ministério de Minas e Energia e das Resoluções Autorizativas nºs 3.078/2011 e 3.375/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("Poder Concedente" e "Autorização", respectivamente).

4.3. A energia gerada pelo projeto UTE Pernambuco III foi vendida no leilão A-5/2008 – promovido pela ANEEL, estabelecendo um ICB de R\$ 144,7/MWh. ("Projetos de Investimento").

4.4. Foi considerado prioritário pelo Ministério de Minas e Energia, nos termos da Lei 12.431/2011 e da Portaria do Ministério de Minas e Energia, a utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos da Oferta para o pagamento das CCBs e investimentos futuros nos Projetos de Investimento, de modo que as Debêntures se enquadram ao disposto na Lei 12.431/2011.

4.5. A implementação dos Projetos de Investimento já está em curso, encontrando-se em fase intermediária, sendo que seu encerramento é estimado para novembro de 2013.

A totalidade dos recursos financeiros necessários aos Projetos de Investimento é de, aproximadamente, R\$ 400.200.000,00 (quatrocentos milhões e duzentos mil reais) sendo que o montante equivalente a R\$ 128.688.000,00 (cento e vinte e oito milhões e seiscentos e oitenta e oito mil reais) foi aportado pelos acionistas da Emissora por meio de aumento de capital social. A Emissora estima que a presente emissão de Debêntures deve representar aproximadamente 75% (setenta e cinco por cento) das necessidades de recursos financeiros dos Projetos de Investimento, caso seja emitida a totalidade das Debêntures.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1. *Colocação e Procedimento de Distribuição.* A Oferta será realizada nos termos da

Instrução CVM 400, sob regime de garantia firme de colocação para todas as Séries (conforme abaixo definido), no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da 1ª (primeira) Emissão da Termelétrica Pernambuco III S.A." ("Contrato de Distribuição"). O Coordenador Líder adotará o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxas de juros, de forma a definir a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures (conforme abaixo definido) ("Procedimento de Bookbuilding"), observadas as disposições constantes no Contrato de Distribuição e descritas nos prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e no prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo" e em conjunto com Prospecto Preliminar "Prospectos").

5.1.1. Caso não haja demanda suficiente de investidores para as Debêntures de todas as Séries (conforme abaixo definido) até atingir o Valor Total da Emissão (conforme abaixo definido), o Coordenador Líder realizará a subscrição e integralização das Debêntures até o limite da garantia firme prevista na Cláusula 5.1 acima.

5.2. *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas utilizando-se os procedimentos do MDA e/ou do DDA, conforme o caso.

5.3. *Forma de Integralização e Preço de Subscrição.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme abaixo definido) até a Data de Integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso.

5.4. *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário utilizando-se os procedimentos do CETIP 21 e/ou do BOVESPAFIX, conforme o caso.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1. *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

6.2. *Valor Total da Emissão.* O valor total da emissão será de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

6.3. *Quantidade.* Serão emitidas, 300.000 (trezentas mil) Debêntures, observado que: (i) a primeira série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures ("Debêntures da Primeira Série"); (ii) a segunda série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures ("Debêntures da Segunda Série"); (iii) a terceira série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures ("Debêntures da Terceira Série"); e (iv) a quarta série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures ("Debêntures da Quarta Série" e, quando em conjunto com Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e Debêntures da Terceira Série, doravante denominadas Debêntures, conforme acima definido).

6.4. *Séries.* A Emissão será realizada em 4 (quatro) séries ("Primeira Série", "Segunda Série", "Terceira Série" e "Quarta Série", e, quando em conjunto designadas "Séries").

6.5. *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

6.6. *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme abaixo definido), e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, por extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e/ou (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, por extrato expedido pela BM&FBOVESPA em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

6.7. *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração e mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

6.8. *Banco Liquidante da Emissão.* A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre

Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante da Emissão").

6.9. *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora ou de qualquer outra companhia.

6.10. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, conforme disposto nas Cláusulas 6.26 e 6.27 abaixo, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações.

6.11. *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de novembro de 2013 ("Data de Emissão").

6.12. *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, ressalvada a hipótese de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, o prazo de vencimento de cada Série será o que segue:

6.12.1. As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série").

6.12.2. As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 3 (três) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de fevereiro de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série").

6.12.3. As Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série").

6.12.4. As Debêntures da Quarta Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 9 (nove) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de agosto de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, com a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série e com a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, "Datas de Vencimento das Debêntures").

6.13. *Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário:* As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado

anualmente ("Atualização Monetária"), a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado das Debêntures"), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

- VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
- C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

- n = número total de índices considerados na atualização monetária, sendo "n" um número inteiro;
- NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;
- NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";
- Dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou última data de aniversário das Debêntures, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice de preço, sendo "dup" um número inteiro; e
- Dut = número de Dias Úteis contidos entre a Data de Emissão ou data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro.

13.11.13

13.11.13

Sendo que:

- (i) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.
- (ii) O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- (iii) Considera-se data de aniversário o dia 15 (quinze) de cada mês ou o primeiro Dia Útil seguinte caso o dia 15 (quinze) não seja Dia Útil;
- (iv) Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas do ativo em questão;
- (v) Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dur}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (vi) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento; e
- (vii) Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o *pro rata* do último Dia Útil anterior.

6.13.1. Caso, se até a data de aniversário das Debêntures, o NI_k não tenha sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NI_k na apuração do Fator "C" um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA ("Número-Índice Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

onde:

NI_{kp} : Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento; e

Projeção: variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

- (i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo,

porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

(ii) o número-índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

6.13.1.1. *Indisponibilidade do IPCA.* Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A assembleia geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

6.13.1.2. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da assembleia geral de Debenturistas, a referida assembleia geral de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Atualização Monetária.

6.13.1.3. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará por uma das alternativas a seguir estabelecidas, devendo a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida entre:

(i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva assembleia geral de

Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures (conforme definida abaixo) devido até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou das respectivas Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente; ou

(ii) apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação para cada Série, não excedendo a Data de Vencimento e o prazo médio de amortização em cada caso. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definido) continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) precisam ser necessariamente aprovados em assembleia geral de Debenturistas, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados na Cláusula 9 abaixo. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

6.14. Amortização.

6.14.1. *Debêntures da Primeira Série:* O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2014 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, conforme a tabela abaixo, ressalvada as hipóteses de (i) resgate, nos termos da Cláusula 6.13.1.3 (i) acima; (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série:

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a Ser Amortizado
15 de novembro 2014	26,5000%
15 de novembro 2015	3,5000%
15 de novembro 2016	6,0000%
15 de novembro 2017	5,0000%

15 de novembro 2018	6,0000%
15 de novembro 2019	7,5000%
15 de novembro 2020	8,5000%
15 de novembro 2021	8,0000%
15 de novembro 2022	8,0000%
15 de novembro 2023	8,0000%
15 de novembro 2024	8,0000%
15 de novembro 2025	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado

6.14.1.1. *Debêntures da Segunda Série:* O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2015 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, conforme a tabela abaixo, ressalvada as hipóteses de (i) resgate, nos termos da Cláusula 6.13.1.3 (i) acima; (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série:

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a Ser Amortizado
15 de fevereiro 2015	3,0000%
15 de fevereiro 2016	7,5000%
15 de fevereiro 2017	8,0000%
15 de fevereiro 2018	8,5000%
15 de fevereiro 2019	7,5000%
15 de fevereiro 2020	9,5000%
15 de fevereiro 2021	10,5000%
15 de fevereiro 2022	11,0000%
15 de fevereiro 2023	12,0000%
15 de fevereiro 2024	10,5000%
15 de fevereiro de 2025	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado

6.14.1.2. *Debêntures da Terceira Série:* O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2015 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, conforme a tabela abaixo, ressalvada as hipóteses de (i)

resgate, nos termos da Cláusula 6.13.1.3 (i) acima; (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Terceira Série:

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a Ser Amortizado
15 de maio 2015	3,0000%
15 de maio 2016	7,5000%
15 de maio 2017	8,0000%
15 de maio 2018	8,5000%
15 de maio 2019	7,5000%
15 de maio 2020	9,5000%
15 de maio 2021	10,5000%
15 de maio 2022	11,0000%
15 de maio 2023	12,0000%
15 de maio 2024	10,5000%
15 de maio de 2025	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado

6.14.1.3. *Debêntures da Quarta Série:* O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série será amortizado anualmente ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de agosto de 2015 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série, conforme a tabela abaixo, ressalvada as hipóteses de (i) resgate, nos termos da Cláusula 6.13.1.3 (i) acima; (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Quarta Série:

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a Ser Amortizado
15 de agosto 2015	3,0000%
15 de agosto 2016	7,5000%
15 de agosto 2017	8,0000%
15 de agosto 2018	8,5000%
15 de agosto 2019	7,5000%
15 de agosto 2020	9,5000%
15 de agosto 2021	10,5000%
15 de agosto 2022	11,0000%
15 de agosto 2023	12,0000%
15 de agosto 2024	10,5000%

15 de agosto 2025	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado.
-------------------	--

6.15. Remuneração.

6.15.1. *Remuneração das Debêntures.* As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a uma sobretaxa, na forma percentual ao ano, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 355 (trezentos e cinquenta e cinco) pontos base ao ano, acrescida exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas anuais aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 08/2020 ("NTN-B/20"), divulgadas pela ANBIMA, a ser apurada entre o 3º (terceiro) e o 4º (quarto) Dia Útil imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias), base 252 Dias Úteis ("Juros Remuneratórios das Debêntures"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração das Debêntures de cada Série, conforme aplicável, calculado em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, e pagos anualmente, conforme definido na fórmula abaixo ("Remuneração").

6.15.1.1. Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão apurados na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, e serão divulgados nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

6.15.1.2. O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde,

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definido) devido no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento. "Período de Capitalização" significa, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures de cada Série, exclusive; para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração das Debêntures de cada Série, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures. Cada Período

de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até as respectivas Data de Vencimento das Debêntures;

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

taxa = taxa de juros fixa a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

6.15.2. Pagamento da Remuneração.

6.15.2.1. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2014 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Primeira Série aqueles que forem titulares de Debêntures da Primeira Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.15.2.2. A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Segunda Série aqueles que forem titulares de Debêntures da Segunda Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.15.2.3. A Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Terceira Série aqueles que

forem titulares de Debêntures da Terceira Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.15.2.4. A Remuneração das Debêntures da Quarta Série será paga anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de agosto de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Quarta Série") e, em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série e Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série, "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Quarta Série aqueles que forem titulares de Debêntures da Quarta Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.16. *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.

6.17. *Resgate Antecipado Obrigatório.* Não haverá resgate antecipado obrigatório. Contudo, as Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA/IBGE, nos termos da Cláusula 6.13.1.1.

6.18. *Oferta de Resgate Antecipado Total*

6.18.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados a partir da Data de Emissão nos termos do artigo 1º, §1º da Lei 12.431/2011, realizar, mediante deliberação do Conselho de Administração, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Debêntures Alvo"), endereçada a todos os Debenturistas ("Debenturistas Alvo"), sendo assegurado a todos os Debenturistas Alvo igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por ele detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

(i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula 6.28 desta Escritura de Emissão, no mínimo, 30 (trinta) dias antes da data prevista para realização da Oferta de Resgate Antecipado ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (b) a forma de manifestação dos Debenturistas Alvo que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado; (c) a data efetiva para o resgate das Debêntures Alvo e de pagamento aos Debenturistas Alvo; e (d) demais informações necessárias;

(ii) após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas Alvo que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, fora do âmbito da CETIP e da BM&FBOVESPA. Ao final deste prazo, a Emissora terá 7 (sete) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto do Resgate Antecipado serão resgatadas em uma única data;

(iii) a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debenturistas Alvo, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado, sendo que este percentual deverá ser divulgado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado.

6.18.2. O valor do Resgate Antecipado devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Alvo, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas Alvo, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo, conforme fórmula abaixo:

$$PUresgate = VNe + (Prêmio * VNe)$$

onde:

PUresgate = Valor Unitário do Resgate Antecipado;

VNe = Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado;

Prêmio = a ser divulgado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, se o caso.

6.18.3. O pagamento do valor a ser resgatado deverá ser realizado pela Emissora na data do Resgate Antecipado, por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no CETIP 21, ou pela BM&FBOVESPA para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, ou mediante depósito nas contas correntes indicadas pelos Debenturistas Alvo, a ser realizada pelo Escrirador Mandatário para aquelas Debêntures Alvo que não estejam custodiadas na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, sendo certo que todas as Debêntures Alvo objeto de resgate serão liquidadas em uma única data. As Debêntures Alvo objeto de Resgate Antecipado deverão ser canceladas pela Emissora, observada a

regulamentação em vigor.

6.19. *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, depois de decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados a partir da Data de Emissão, adquirir as Debêntures em circulação, nos termos do Artigo 1º, §1º da Lei 12.431/2011.

6.19.1. Observado o disposto acima, a Emissora poderá adquirir as Debêntures em circulação, desde que observados os termos no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável editada pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, na medida em que a aquisição seja por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário da respectiva Série ou ao saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva Série, conforme o caso.

6.19.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 6.19, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

6.20. *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

6.21. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

6.22. *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA ou por meio do Banco

Liquidante da Emissão para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou BM&FBOVESPA.

6.23. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado nacional, sábado, domingo, ou dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com (i) sábado, domingo ou feriado nacional para os pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP; e (ii) sábado, domingo, feriado nacional, feriado municipal na Cidade de São Paulo ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA, para os pagamentos que devam ser realizados por meio da BM&FBOVESPA. Portanto, para os fins desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Oferta, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional, exceto quando em relação a pagamentos a serem realizados por meio da BM&FBOVESPA, quando deverão ser também excluídas as datas correspondentes a feriado municipal na Cidade de São Paulo que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA.

6.24. *Tratamento Tributário das Debêntures*

6.24.1. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431/2011 e, conseqüentemente, também gozam do tratamento tributário previsto no artigo 1º da referida Lei.

6.24.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431/2011, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, que será avaliada pelo Banco Liquidante e pelo Escriturador Mandatário e poderá ser julgada apropriada pelo Banco Liquidante e pelo Escriturador Mandatário, sob pena de ter descontados dos rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

6.25. Vencimento Antecipado

6.25.1. *Vencimento Antecipado Automático.* O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada evento, um "Evento de Inadimplemento Automático"):

- I. pedido, por parte da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou, se a Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou ainda, se a Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras formular pedido de autofalência;
- II. liquidação, dissolução, extinção, insolvência, pedido de falência não elidido no prazo legal, deferimento ou decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras;
- III. falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia (conforme abaixo definido) (conjuntamente, "Contratos da Oferta") não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- IV. pagamento de dividendos, lucros ou juros sobre capital próprio pela Emissora, caso esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias e Índices Financeiros (conforme abaixo definido) estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais Contratos da Oferta, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- V. inadimplemento ou não pagamento, na data de vencimento original, de quaisquer

obrigações financeiras, com instituições financeiras, no mercado local ou internacional, que individualmente ou em conjunto seja igual ou superior a (a) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) pela Emissora; e (b) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) pelas Garantidoras;

VI. declaração de vencimento antecipado de obrigações financeiras ou incorridas no mercado de capitais, no mercado local ou internacional, que individualmente ou em conjunto seja igual ou superior a (a) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em relação à Emissora; e (b) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em relação às Garantidoras;

VII. não cumprimento de qualquer decisão administrativa, cujos efeitos não tenham sido suspensos no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados de sua ciência, sentença arbitral definitiva de natureza condenatória ou sentença judicial transitada em julgado contra (a) a Emissora, cujo valor individual seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e (b) as Garantidoras, cujo valor individual seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

VIII. ocorrência de alteração societária relacionada à liquidação, dissolução, cisão, fusão, ou incorporação da Emissora (incluindo incorporações de ações), sem anuência prévia dos titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ressalvado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e com exceção da hipótese de alteração no controle acionário direto da Emissora, por meio de conferência das ações da Emissora detidas pelas Garantidoras ao capital social de sociedade que deterá a totalidade do capital social da Emissora ("Nova Controladora da Emissora"), passando as Garantidoras a serem controladoras indiretas da Emissora, e controladoras diretas da Nova Controladora da Emissora.

IX. redução de capital social da Emissora sem anuência prévia de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, conforme previsto no artigo 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações;

X. se ocorrer qualquer mudança no controle acionário da Emissora, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, sem a anuência prévia de titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, com exceção das alterações em decorrência de mudança no controle acionário direto da Emissora, por meio de conferência das ações da Emissora detidas pelas Garantidoras ao capital social da Nova Controladora da Emissora, passando as Garantidoras a ser controladoras indiretas da Emissora, e controladoras diretas da Sociedade Controladora da Emissora.

131113

000000

XI. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

XII. se a Emissora criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre suas propriedades, receitas e ativos e qualquer forma de cessão ou promessa de cessão de suas receitas ou recebíveis, no presente ou no futuro, que, a critério de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, possa afetar as atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou as Garantias, excetuando-se (i) onerações decorrentes de leis ou de decisão administrativa no contexto dos Projetos de Investimento; (ii) onerações com a finalidade de atender exigências previstas na Autorização do Poder Concedente; (iii) onerações constituídas na parcela variável da receita de vendas de energia ou (iv) as Garantias que serão prestadas no âmbito desta Emissão, nos termos dos Contratos de Garantia;

XIII. a Emissora (i) conceder empréstimos ou financiamentos a terceiros de qualquer montante, assim não entendidos adiantamentos a fornecedores no curso normal dos negócios da Emissora, exceto a concessão de Mútuos Permitidos, conforme abaixo definido; ou (ii) tomar mútuos, empréstimos ou adiantamentos de quaisquer instituições financeiras ou sociedades do seu grupo econômico que, durante o prazo da presente Emissão, impliquem endividamento global da Emissora, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, exceto pelos Endividamentos Permitidos, conforme abaixo definido;

XIV. caso a Emissora preste fiança ou assuma outras obrigações financeiras em benefício de terceiros, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

XV. decisão arbitral final ou sentença transitado em julgado declarando a invalidade, nulidade ou inexequibilidade desta Escritura de Emissão e/ou dos demais Contratos da Oferta;

XVI. cancelamento, suspensão, revogação ou extinção, por qualquer motivo, da Autorização, exceto se, dentro do prazo de 15 Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Emissora comprove que houve decisão favorável à reversão do cancelamento, suspensão, revogação ou extinção ou obteve medida liminar suspendendo-o;

XVII. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela

Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais Contratos da Oferta; e

XVIII. caso a Emissora não entre em operação comercial, conforme autorização a ser concedida pelo Poder Concedente, no prazo de 11 (onze) meses, a contar da Data de Emissão das Debêntures.

6.25.1.1. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar o Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil da data em que tiver conhecimento, para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão.

6.25.1.2. Para fins do disposto no item XIII, desta Cláusula 6.25.1, são considerados: (a) "Mútuos Permitidos" os mútuos realizados pela Emissora em favor de suas controladas e sociedades sob controle comum, sendo que os Mútuos Permitidos deverão ser realizados: (i) em parâmetros de mercado e sempre denominados em reais; (ii) em conformidade com a Resolução Normativa nº 334/2008 da ANEEL ou com o ato normativo superveniente que vier a alterá-la ou revogá-la; (iii) somente quando o último ICSD (conforme abaixo definido) calculado for igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos); e (iv) somente quando o último ICSD-Mútuo (conforme abaixo definido) calculado for igual ou superior a 1,50 (um inteiro e cinquenta centésimos); e (b) "Endividamentos Permitidos" os mútuos, empréstimos ou adiantamentos tomados pela Emissora com a finalidade exclusiva de financiar a aquisição de combustível em quantidade necessária para atender à demanda despachada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, durante o prazo da presente Emissão.

6.25.1.3. Para fins da Cláusula 6.25.1, os valores apresentados em reais serão reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou na falta deste, ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo.

6.25.1.4. As referências a "controle" encontradas nesta Escritura de Emissão deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

6.25.2. *Vencimento Antecipado Não Automático.* Observado ao disposto nas Cláusulas 6.25.2.2, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas, no prazo

de 1 (um) Dia Útil contado da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da eventual não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures (cada evento, um "Evento de Inadimplemento Não Automático" e, quando em conjunto com os Eventos de Inadimplemento Automático, os "Eventos de Inadimplemento");

I. falta de cumprimento pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras, conforme o caso, de quaisquer obrigações não pecuniárias constantes desta Escritura de Emissão e dos demais Contratos da Oferta, em especial ao Contrato de Administração de Contas (conforme abaixo definido), exceto aquelas previstas no item III da Cláusula 6.25.1. acima, que não seja sanada no prazo de 15 (quinze) dias, contados de notificação neste sentido;

II. protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), e contra qualquer das Garantidoras, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, ou (ii) se o protesto for cancelado, sustado judicialmente, ou for prestada garantia aceita em juízo, no valor do(s) protesto(s), sendo certo que tais medidas deverão ser informadas ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, contados da ocorrência do protesto, seu cancelamento ou sustação;

III. resilição, término, declaração de vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução dos Contratos Relevantes, com exceção do Contrato de Operação e Manutenção que observará o item (IV) abaixo e o Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível que observará o item (V) abaixo, exceto se, dentro do prazo de 20 (vinte) Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Emissora comprove que houve (i) decisão, judicial ou acordo entre as partes envolvidas nos respectivos Contratos Relevantes, favorável à reversão do vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução dos Contratos Relevantes, ou (ii) obteve medida liminar suspendendo qualquer desses eventos;

IV. resilição, término, declaração de vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução do Contrato de Operação e Manutenção, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Emissora comprove que (i) houve substituição do respectivo contrato, por meio de celebração de contrato equivalente com empresas do mesmo grupo econômico da Emissora, desde que os gastos anuais de tal contrato não sejam superiores ao valor estabelecido no Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário, novo contrato

e eventuais aditamentos que comprovarão os custos incorridos em decorrência da referida alteração; ou (ii) a Emissora desenvolverá as atividades estabelecidas no referido contrato; ou (iii) houve decisão, judicial ou acordo entre as partes envolvidas no Contrato de Operação e Manutenção, favorável à reversão do vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução do Contrato de Operação e Manutenção, ou (iv) obteve medida liminar suspendendo qualquer desses eventos; ou (v) houve renovação do respectivo contrato, desde que os gastos anuais de tal contrato não sejam superiores ao valor estabelecido no Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário, novo contrato e eventuais aditamentos que comprovarão os custos incorridos em decorrência da referida renovação;

V. resilição, término, declaração de vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução do Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Emissora comprove que (i) houve substituição do respectivo contrato, por meio de celebração de contrato equivalente com contraparte com a mesma reputação do atual prestador de serviços; ou (ii) a Emissora desenvolverá as atividades estabelecidas no referido contrato; ou (iii) houve decisão, judicial ou acordo entre as partes envolvidas no Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível, favorável à reversão do vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução do Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível, ou (iii) obteve medida liminar suspendendo qualquer desses eventos;

VI. caso as declarações feitas pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras, nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais Contratos da Oferta provarem-se falsas, enganosas ou, em qualquer aspecto relevante incorretas, sendo que exclusivamente para os casos de incorreção a Emissora terá prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que tiver ciência da incorreção para saná-la;

VII. sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação, confisco dos bens da Emissora, ou qualquer outra medida final de qualquer entidade governamental brasileira neste sentido, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Emissora comprove que obteve medida liminar suspendendo qualquer desses eventos;

VIII. alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social, que resulte em alteração do atual setor de atuação da Emissora, sem anuência prévia dos

titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

IX. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora e/ou suas controladoras e/ou controladas, conforme o caso, comprovarem a existência de (a) protocolo do pedido da respectiva licença, concessão ou alvará, ou do pedido de renovação da mesma licença, ou (b) provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença, concessão ou alvará;

X. a decretação de intervenção pelo Poder Concedente, tendo por objeto o término da Autorização, desde que tal evento não tenha seus efeitos suspensos, ou seja, revertido em um prazo de 90 (noventa) dias a contar do decreto ou ato normativo de natureza similar do Poder Concedente declarando a intervenção;

XI. autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, contra a qual não tenham sido interpostos os recursos competentes ou não tenham sido sanada, observados os prazos legais, de valor individual ou agregado superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais);

XII. se a Emissora alienar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo cujo valor de venda individual ou em conjunto seja superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, sem a anuência prévia e expressa dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

XIII. celebração pela Emissora de contratos, acordos, convênios e quaisquer outros compromissos, exceto (a) em relação aos contratos firmados para prestação de serviços operacionais, observado o disposto no item IV desta Cláusula 6.25.2, com empresas de seu grupo econômico e/ou com qualquer de seus acionistas (diretos ou indiretos) e; (b) os Mútuos Permitidos;

XIV. aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa daquela prevista na Cláusula 4 acima e nos Prospectos;

XV. não manutenção dos recursos mínimos exigidos nas Contas Reserva, nos termos do

Contrato de Administração de Contas (conforme abaixo definido);

XVI. não manutenção de linha de crédito aberta (*standby*) em Banco de Primeira Linha (conforme abaixo definido), destinada exclusivamente à aquisição de combustível, com prazo mínimo de 12 (doze) meses e saldo mínimo calculado de acordo com a seguinte fórmula, observado o disposto na Cláusula 7.1. inciso XXVII abaixo:

$$SB = \text{Montante} \times FC \times R\$/US\$ \times (\text{Platts} + \text{Prêmio}) / (1 - 9.25\%)$$

Onde:

SB: refere-se ao saldo mínimo da linha de crédito aberta a ser mantido

Montante: montante mínimo de combustível, equivalente a 50.000 (cinquenta mil) toneladas.

FC: refere-se ao valor de conversão barril/toneladas, equivalente a 6,35 (seis inteiros e trinta e cinco centésimos).

R\$/US\$: refere-se à cotação spot R\$/US\$ conforme divulgado no Sisbacen – Sistema de Apuração do Banco Central do Brasil, transação PTAX 800, opção 5.

Platts: correspondente ao preço do barril de óleo combustível nº 6 - 1% Enxofre, conforme cotado por Platts Waterborne USGC 1%.

Prêmio: refere-se ao valor de US\$6,55/barril.

XVII. caso a Emissora não observe os termos e condições do Contrato de Administração de Contas; e

XVIII. não observância pela Emissora, em cada ano de apuração, do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), sem caixa acumulado, igual ou superior 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), a ser verificado anualmente pelo Agente Fiduciário e calculado de acordo com a fórmula abaixo, com base nas informações publicadas nas Demonstrações Financeiras Anuais auditadas da Emissora, a partir da publicação das Demonstrações Financeiras Anuais da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 ("Índices Financeiros").

6.25.2.1. Para fins do disposto no item XVIII da Cláusula 6.25.2., conforme rubricas a serem divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais da Emissora, a serem validadas pelos auditores independentes da Emissora, e com base nas práticas contábeis brasileiras vigentes, considera-se como "ICSD", o resultado da seguinte equação:

$ICSD = A/B$, onde

A – geração de caixa da Atividade

- (+) LAJIDA (EBITDA)
- (-) Imposto de Renda
- (-) Contribuição Social
- (-) Variação da Necessidade de Capital de Giro

13 11 13
JUBEP

B – Serviço da Dívida

- (+) Amortização de Principal de todos os financiamentos da Emissora com exceção daqueles destinados exclusivamente à capital de giro para compra de combustível
- (+) Pagamento de Juros de todos os financiamentos da Emissora com exceção daqueles destinados exclusivamente à capital de giro para compra de combustível

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo indicados:

- (+) Lucro Líquido;
- (+) Despesa (receita) Financeira Líquida;
- (+) Provisão para Imposto de Renda e Contribuições Sociais;
- (+) Depreciação e Amortizações;
- (+) Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais;
- (+) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas;
- (+) Gastos com mão de obra e peças junto a Wäertsila Brasil Ltda. referentes a *overhaul* conforme previsto no Contrato de Operação e Manutenção, e que transitem pelos demonstrativos de resultado da Emissora.

Para fins do disposto na Cláusula 6.25.1.2, conforme rubricas a serem divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais da Emissora, a serem validadas pelos auditores Independentes da Emissora, e com base nas práticas contábeis brasileiras vigentes, considera-se como "ICSD-Mútuo", o resultado da seguinte equação:

$ICSD-Mútuo = (A + "Caixa Disponível") / (B + "Mútuos Permitidos")$, onde:

A: Geração de caixa da Atividade, conforme definido acima;

B: Serviço de Dívida, conforme definido acima;

Caixa Disponível: Saldo da conta Caixa e Disponibilidades no início do período em questão, sendo certo que para o cálculo do "Caixa Disponível" deverão ser subtraídos os saldos das Contas Reservas e do financiamento de curto prazo referente à compra de combustível e acrescido o saldo da conta Estoque de Combustível;

Mútuos Permitidos: conforme definido na Cláusula 6.25.1.2;

6.25.2.1.1. Para fins do disposto na Cláusula 6.25.2.1, considera-se como: (a) "Necessidade de Capital de Giro" a diferença entre (i) Ativo Circulante deduzido do "Caixa e Disponibilidades", do "Estoque de Combustível" e do "Contas a Receber" referente à receita variável e (ii) Passivo Circulante deduzido dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e do contas a pagar referente ao combustível; e (b) "Variação da Necessidade de Capital de Giro" de determinado ano, a diferença entre a Necessidade de Capital de Giro deste ano, e a Necessidade de Capital de Giro no ano imediatamente anterior.

6.25.2.2. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Não Automáticos descritos na Cláusula 6.25.2 acima, que deverão ser informados em até 5 (cinco) Dias Úteis de seu conhecimento pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.7 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas a serem realizadas no prazo mínimo previsto em lei. Se nas respectivas assembleias gerais de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme o caso, em primeira convocação ou por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, em segunda convocação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos solicitada pelos respectivos Debenturistas para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não deliberação da assembleia geral de Debenturistas por falta de quórum de instalação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.25.3. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures da respectiva Série, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração de cada Série, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. A CETIP e/ou a BM&FBOVESPA deverão ser comunicadas, por meio de correspondência da Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário, da ocorrência do vencimento antecipado, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.25.3.1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.25.1 e 6.25.2 acima, a Emissora poderá solicitar aprovação prévia dos Debenturistas em relação a qualquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nesta Escritura de Emissão, sendo que qualquer aprovação deverá ocorrer em sede de assembleia geral dos Debenturistas e observar aos quóruns estabelecidos na Cláusula 6.25.2.2 acima.

6.25.4. Para fins do disposto nesta Escritura de Emissão, os "Contratos Relevantes" correspondem aos seguintes documentos: Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEARs") e Contratos de Compra e Venda de Energia do Ambiente Livre, Contrato de Compra e Venda de Óleo Combustível com a BP Products North America Inc., Contrato de Prestação de Serviços de Armazenamento e Movimentação de Produto com a companhia Terminal Químico de Iratu S.A. – TEQUIMAR, Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível com a Transporte Rodoviário Nordestino Ltda., Contrato de Operação e Manutenção com a Wartsila Brasil Ltda. ("Contrato de Operação e Manutenção"), Contrato de Fornecimento de Equipamentos com a Wärtsilä Finland Oy, Contrato de EPC– *Engineering, Procurement and Construction* com a Tecmon Montagens Técnicas Industriais S.A., para fins de construção da usina da UTE Pernambuco III e Contrato de Arrendamento de parte da propriedade rural Engenho D'Água.

6.25.5. Para fins do disposto nos documentos da Oferta, entende-se por "Bancos de Primeira Linha", um banco com classificação de rating mínimo de AA+ em escala local de acordo com as agências Standard & Poor's ou Fitch Ratings ou equivalente da Moody's, dentre instituições financeiras dos seguintes grupos econômicos: (i) Banco do Brasil S.A.; (ii) Caixa Econômica Federal; (iii) Banco Itaú Unibanco S.A.; (iv) Banco Bradesco S.A.; (v) Banco Santander (Brasil) S.A.; ou (vi) HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo.

6.26. *Garantias Reais.*

6.26.1. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Obrigações Garantidas") a Emissão contará com as seguintes garantias:

(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Companhia sobre (a) todos os direitos emergentes da Autorização; (b) todos os valores a serem depositados e mantidos nas Contas Reserva; e (c) os CCEARs, bem como os direitos emergentes decorrentes dos CCEARs, conforme termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios,

13113

celebrado entre a Emissora o Agente Fiduciário e o Itaú Unibanco S.A. como interveniente anuente, na qualidade de banco administrador ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios") e no Contrato de Administração de Contas, celebrado entre a Emissora o Agente Fiduciário e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco administrador ("Contrato de Administração de Contas"), observados os termos e condições de tais instrumentos ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios");

(ii) alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da Emissora, detidas atualmente pelas Garantidoras, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas às acionistas da Emissora, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações oneradas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Emissora e de titularidade das acionistas da Emissora, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ("Ações Oneradas"), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações, celebrado entre a Hidrotérmica, a Bolognesi, o Agente Fiduciário e a Emissora, na qualidade de interveniente anuente ("Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações" e "Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente);

(iii) alienação fiduciária dos Equipamentos, conforme definidos no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Alienação Fiduciária de Equipamentos" e "Instrumento de Alienação Fiduciária de Bens Móveis", respectivamente, e, quando em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, o Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato Fiança Bancária Completion (conforme abaixo definido), denominados "Contratos de Garantia").

6.26.2. Adicionalmente à Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Alienação Fiduciária de Ações, Alienação Fiduciária de Equipamentos (doravante denominados, em conjunto, "Garantias Reais"), a Emissão contará com garantia adicional fidejussória, representada pela fiança bancária concedida pelo Itaú BBA, nos termos do Contrato de Fiança Bancária ("Fiança Bancária" e "Contrato Fiança Bancária", respectivamente e, quando em conjunto

com Garantias Reais, denominados "Garantias"), nos termos das disposições legais aplicáveis e conforme as disposições da Cláusula 6.27 abaixo.

6.27. *Garantia Fidejussória.*

6.27.1. *Fiança Bancária.* Nos termos do Contrato de Fiança Bancária, firmado entre o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário, com a interveniência da Emissora, tendo como beneficiário o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Contrato Fiança Bancária Completion"), o Coordenador Líder emitiu fiança no montante limitado a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), acrescido da Atualização Monetária e da Remuneração das Debêntures, bem como de eventuais Encargos Moratórios, nos termos desta Escritura de Emissão de forma a garantir as Obrigações Garantidas até a efetiva entrada em operação da UTE Pernambuco III, observado que o Contrato Fiança Bancária *Completion* vigorará a partir da primeira Data de Integralização e até a data correspondente ao menor prazo entre (i) 12 (doze) meses a contar da primeira Data de Integralização; e (ii) 12 (doze) meses após a Emissora entrar em operação comercial, conforme autorização a ser concedida pelo Poder Concedente, por meio de publicação, no Diário Oficial da União, de despacho específico da superintendência de fiscalização dos serviços de geração do Poder Concedente, conforme verificado pelo Agente Fiduciário, sendo que neste último caso deverão ainda ser observadas as seguintes condições: (a) após a Emissora obter licença de operação da linha de transmissão, a ser emitida pela Agência Estadual do Meio Ambiente - CPRH, conforme confirmado pelo Agente Fiduciário, por meio do recebimento de cópia de referida licença a ser encaminhada pela Emissora; e (b) caso a Emissora esteja adimplente com todas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, conforme confirmado pelo Agente Fiduciário por meio de declaração da Emissora nos termos do **Anexo I** a esta Escritura de Emissão, em relação à observância das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão. O decurso do prazo estabelecido nos termos dos itens (i) e (ii) acima constitui condição resolutiva do Contrato de Fiança Bancária *Completion*.

6.27.2. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução de quaisquer Garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

6.27.3. No exercício de seus direitos, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Documentos das Garantias (conforme abaixo definido), o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar as Garantias, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral das Obrigações Garantidas.

6.27.4. As Garantias referidas acima são outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Companhia, vigendo até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, nos termos dos Contratos de Garantia, da presente Escritura de Emissão e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização das Garantias, a serem firmados entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a instituição depositária da Conta Vinculada (conjuntamente, os "Documentos das Garantias").

6.28. *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, bem como serem encaminhados ao Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil após a referida publicação. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído, nos termos do parágrafo 3º do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

6.29. *Comunicações.* Todas as comunicações ou notificações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações e as notificações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado:

(i) para a Emissora:

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Av. Engenho D'Água, s/n.º, Lote 666, Pau Ferro - Zona Rural.

CEP: 53670-000, Igarassu, PE

At.: Paulo Cesar Rutzen

Tel.: (51) 3025-8080

Email: ri@utepeiii.com.br

(ii) para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04

CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira
(Backoffice Financeiro)

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: middle@pentagonotruster.com.br / backoffice@pentagonotruster.com.br

(iii) Garantidoras

Hidrotérmica S.A.

Avenida Plínio Brasil Milano, 607, Bairro Higienópolis

CEP 90520-002, Porto Alegre, RS

At.: Paulo Cesar Rutzen

Tel.: (51) 3025-8080

Email: ri@utepeiii.com.br

Bolognesi S.A.

Avenida Plínio Brasil Milano, 607, Bairro Higienópolis

CEP 90520-002, Porto Alegre, RS

At.: Paulo Cesar Rutzen

Tel.: (51) 3025-8080

Email: ri@utepeiii.com.br

(iii) para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-002 – São Paulo, SP

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Email: valores.mobiliarios@cetip.com.br

(iv) para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Praça Antonio Prado, nº 48

São Paulo, SP, Brasil.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores ou na página da CVM na rede mundial de computadores:

(a) no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas informações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes, (ii) relatório demonstrando a apuração dos Índices Financeiros, devidamente calculados pela Emissora e auditados pelos auditores independentes contratados, explicitando as rubricas necessárias à apuração de tais Índices Financeiros e (iii) declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão, bem como da legitimidade, validade, ausência de vícios e veracidade do cálculo da apuração dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas de suas divulgações, (i) cópias de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes, e (ii) declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão;

(c) em até 2 (dois) Dias Úteis após os prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM 480 (com exceção daquelas previstas nas alíneas (a) e (b) acima);

(d) em até 2 (dois) Dias Úteis após os prazos previstos na Instrução CVM 480, ou, se ali não previstos, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora;

(e) no prazo de até 5 (cinco) dias após sua divulgação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco das Debêntures, contratada na forma do inciso XX

abaixo;

(f) no prazo de até 5 (cinco) dias após seu recebimento, (i) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa ter ou causar um efeito adverso relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou no cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte (em conjunto, "Efeito Adverso Relevante"); e (ii) informações sobre qualquer evento que possa ter ou causar um Efeito Adverso Relevante;

(g) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 6.28 acima;

(h) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto no inciso VI abaixo, desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;

(i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;

(j) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;

II. informar e enviar os dados financeiros, atos societários necessários e organograma do grupo econômico da Emissora, para elaboração do relatório anual, conforme inciso XVII do artigo 12 Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados por escrito pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso XIII da Cláusula 8.5 abaixo. O respectivo organograma do grupo societário da Emissora deverá conter inclusive controladores, controle comum, coligadas, e integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;

III. manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

- IV. atender, de forma eficiente, às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
- V. convocar assembleia geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com as Debêntures, caso o Agente Fiduciário, devendo fazer, não o faça;
- VI. informar o Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil da data em que tiver conhecimento sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento Automático e, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tiver conhecimento de qualquer Evento de Inadimplemento Não Automático;
- VII. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- VIII. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar, via sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, aos seus acionistas e Debenturistas, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
- IX. manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora;
- X. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- XI. cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
- XII. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- XIII. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social, com o Contrato de Concessão e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;

13 13 13

XIV. cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures nos termos da Cláusula 4 acima;

XV. emvidar seus melhores esforços e praticar todos os atos necessários para manutenção do enquadramento da Emissão nos termos da Lei. 12.431/2011, de acordo os termos da regulamentação do Ministério de Minas e Energia;

XVI. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante da Emissão, a agência de classificação de risco e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP 21 e/ou BOVESPA FIX);

XVII. efetuar, em até 2 (dois) Dias Úteis após solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4.5;

XVIII. efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que sejam de responsabilidade da Emissora;

XIX. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações prestadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;

XX. contratar, para o início da Oferta, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar em até 01 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (i) contratar outra agência de

131113

classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's Ratings; ou (ii) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;

XXI. informar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices Financeiros, convocando na data da ciência a assembleia geral de Debenturistas;

XXII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;

XXIII. enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, na data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere à Cláusula 8.5., inciso XII, abaixo;

XXIV. notificar, em até 01 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de Debenturistas pela Emissora, bem como do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida na referida assembleia geral de Debenturistas;

XXV. realizar o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, o qual será disponibilizado pelo Agente Fiduciário;

XXVI. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;

XXVII. apresentar semestralmente ao Agente Fiduciário, a partir de 15 de novembro de 2013, comprovante de manutenção de linha de crédito aberta (*standby*) em Banco de Primeira Linha, destinada exclusivamente à aquisição de combustível, com prazo mínimo de 12 (doze) meses e, saldo mínimo calculado nos termos da Cláusula 6.25.2, inciso XVI acima; e

XXVIII. observados os termos dos Contrato de Administração de Contas, manter os saldos mínimos requeridos para cada uma das Contas Reserva.

13 11 13

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todos os seus termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VII. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- VIII. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IX. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM 28 ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la, e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- X. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no

artigo 10 da Instrução CVM 28;

XI. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e

XII. assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário.

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim;

II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição;

III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que um agente substituto seja indicado pela Emissora, seja aprovado pela assembleia geral de Debenturistas, e assuma efetivamente as suas funções;

IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a

CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;

V. a substituição do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos nos artigos 8º e 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, no caso de ser realizada em caráter permanente;

VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;

VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas, a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas, a que se refere o inciso IV acima não deliberar sobre a matéria;

VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos da Cláusula 6.28 acima; e

IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, receberá a seguinte remuneração ("Remuneração do Agente Fiduciário"):

(a) R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais), pagos em parcelas iguais, anuais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura de Emissão, e os demais pagamentos nas mesmas datas dos anos subsequentes.

8.4.1 Os valores mencionados na alínea (a) da Cláusula 8.4 acima serão reajustados pela variação acumulada do IGPM, ou na falta deste, ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A Remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não

sanadas pela Emissora.

8.4.2 A Remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos valores relativos aos tributos que incidam sobre esta remuneração, quais sejam: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), bem como quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a Remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), conforme alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.4.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida a título de Remuneração do Agente Fiduciário, os valores em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGPM, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.4.4 O pagamento da remuneração prevista na alínea (a) da Cláusula 8.4 acima será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

8.4.5 O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, em até 10 (dez) Dias Úteis após a entrega de cópias dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que tais despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de apresentação da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (d) locomoções entre cidades e estados e respectivas hospedagens e alimentações,

quando necessárias ao desempenho das funções; e

(e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.4.5.1 Não obstante o disposto na Cláusula 8.4.5 acima, o Agente Fiduciário poderá ser reembolsado de despesas não aprovadas previamente pela Emissora, desde que estas tenham sido incorridas para proteger direitos dos Debenturistas ou em razão de obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão. Caso a despesa não tenha sido previamente aprovada, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

8.4.5.2 O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

8.4.1 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência, bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual

recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- II. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para sanar eventuais omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- V. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da incorrência da Emissora no descumprimento de obrigação não pecuniária;
- VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- VIII. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- IX. solicitar, quando considerar necessário auditoria extraordinária na Emissora;

X. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas de cada uma das Séries, ou das quatro Séries em conjunto, conforme o caso, nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;

XI. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

XII. elaborar e colocar à disposição relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

(d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;

(e) resgate, amortização e pagamentos de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão;

(i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
e

(j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela

Emissora, por sociedade coligada, controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), da Instrução CVM 28, indicando:

- i. denominação da companhia ofertante;
- ii. valor da emissão;
- iii. quantidade de debêntures emitidas;
- iv. espécie;
- v. prazo de vencimento das debêntures;
- vi. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
- vii. eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

XIII. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XII acima no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da companhia, ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP, na BM&FBOVESPA e na sede do Coordenador Líder;

XIV. divulgar as informações referidas no inciso XII, item (j) acima em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;

XV. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 6.28 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XIII acima;

XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante da Emissão, a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante da Emissão, a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

XVII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, e os Índices Financeiros, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos

administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

XVIII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis da data da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA;

XIX. disponibilizar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;

XX. acompanhar a manutenção dos Índices Financeiros, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

XXI. verificar a regularidade da constituição das garantias reais, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

XXII. examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância;

XXIII. intimar a companhia a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação.

8.6 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.25 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

II. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;

III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem

seus créditos; e

IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, ou recuperação extrajudicial da Emissora.

8.7 Observado o disposto nas Cláusulas 6.25 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6, incisos I, II e III acima, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures da respectiva Série em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso IV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

8.8 Sem prejuízo de seu dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.9 O Agente Fiduciário somente agirá ou manifestar-se-á nos limites da Instrução CVM 28 e conforme disposto nesta Escritura de Emissão, bem como de acordo com orientações recebidas dos Debenturistas reunidos em assembleia geral dos Debenturistas, especialmente, mas não se limitando a, matérias que criem responsabilidades para os Debenturistas ou exonerem terceiros de obrigações para com estes.

8.10 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato relacionado à Emissão, à Oferta e às Debêntures que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas.

8.11 Na data de celebração da presente Escritura de Emissão e com base no organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário declara, para os fins do parágrafo 2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, que não presta serviços de agente fiduciário em outras emissões de valores mobiliários da Emissora, de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico da Emissora.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM, observado que as assembleias gerais de Debenturistas titulares de cada Série, serão realizadas em conjunto.

9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.28 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.5 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em primeira convocação e maioria dos presentes em segunda convocação.

9.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere à Cláusula 9.5 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II. as alterações relativas às características das Debêntures, como por exemplo (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da criação de evento de repactuação; ou (f) de quaisquer dos termos previstos na Cláusula 6.25 e suas subcláusulas, sendo que tais alterações deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;

9.6 Para os fins de cálculo dos quoruns de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros, seus cônjuges e respectivos parentes até segundo grau.

9.7 Observadas as disposições da Cláusula 7.1 acima, inciso XXVI, será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas.

9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.9 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1 A Emissora neste ato declara e garante que:

I. é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, com registro de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;

II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive as societárias e regulatórias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

III. os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

IV. esta Escritura de Emissão e os demais Contratos da Oferta e as obrigações aqui e ali previstas constituem, e cada documento a ser entregue nos termos desta Escritura de Emissão constituirá, obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com a força de título executivo extrajudicial, no

termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;

V. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Atualização Monetária e da Remuneração das Debêntures, que foram acordadas por livre vontade entre a Emissora e o(s) Coordenador(es), em observância ao princípio da boa-fé;

VI. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos demais Contratos da Oferta, bem como o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a Oferta (a) não infringem seu estatuto social; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte ou pelo qual qualquer de seus bens e propriedades esteja vinculados; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não infringem qualquer disposição legal a que a Emissora ou qualquer de seus bens esteja sujeito; e (e) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades;

VII. as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012, e suas informações trimestrais relativas aos períodos de 31 de março e 30 de junho de 2013, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis determinadas pela regulamentação aplicável;

VIII. desde 30 de junho de 2013 não houve qualquer impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, bem como não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios e que seja relevante para a Emissora ou aumento substancial do endividamento da Emissora;

IX. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

X. exceto conforme informado no formulário de referência, elaborado pela Emissora em conformidade com a Instrução CVM 480 ("Formulário de Referência") tem, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades

federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

XI. exceto conforme informado no Formulário de Referência, inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral que tenha conhecimento e que não esteja sendo questionada pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, que possa ter ou causar um Efeito Adverso Relevante que tenha conhecimento e que não esteja sendo questionada pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

XII. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e cujo descumprimento não cause um efeito adverso relevante, está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;

XIII. obterá e manterá o registro de companhia aberta da Emissora atualizado perante a CVM, e suas informações ali contidas e tornadas públicas estão atualizadas até a presente data;

XIV. as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Contratos da Oferta constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do Artigo 585 do Código de Processo Civil;

XV. todas as declarações prestadas pela Emissora na presente Escritura de Emissão e nos demais Contratos da Oferta, bem como em todos os documentos da Oferta, são corretas e verdadeiras e não omitem qualquer fato relevante na data em que foram prestadas;

XVI. todas as informações prestadas pela Emissora no âmbito da Oferta, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante;

XVII. as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que

venham a integrar os Prospectos ou Formulário de Referência, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

XVIII. as opiniões, análises e previsões que venham a ser expressas no Formulário de Referência em relação à Emissora serão dadas de boa-fé e expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

XIX. o Formulário de Referência (a) está devidamente atualizado; (b) contém e conterà durante todo o prazo de distribuição, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Emissora nos termos da Instrução CVM 480; (c) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e possa resultar em alteração relevante na situação econômica financeira ou jurídica da Emissora, em prejuízo aos Debenturistas; (d) não contém declarações falsas ou incorretas;

XX. não há outros fatos relevantes em relação à Emissora ou aos seus controladores, ou às Debêntures não divulgados nos Prospectos cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que qualquer declaração dos Prospectos seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica, sendo que, com relação exclusivamente às coligadas, esta declaração limita-se aos fatos que sejam de conhecimento da Emissora em decorrência da sua condição de acionista minoritária dessas coligadas;

XXI. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções nos termos da presente Escritura de Emissão;

XXII. os Contratos Relevantes foram devidamente firmados, encontrando-se válidos e eficazes;

XXIII. a Portaria do Ministério de Minas e Energia foi devidamente obtida e encontra-se válida e eficaz.

10.2. A Emissora compromete-se a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, Mandatário, o Banco Liquidante da Emissão e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes obrigam-se a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo,

requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

13. FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.


Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 8 (oito) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 25 de outubro de 2013.

(As assinaturas seguem nas 5 (cinco) páginas seguintes.)
(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

Página de assinaturas 1 de 5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A.

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.


Nome: Paulo Cesar Rutzen
Cargo: Diretor Presidente


Nome: Giancarlo P. Bratkowski
Cargo: Diretor


1o OFÍCIO DE NOTAS - TABELIÃO: JOSÉ DE BRITTO FREIRE FILHO
Av. Rio Branco, 126 - SL 20, Centro - RJ - Telefone: (21) 2505-6300
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
PAULO CESAR RUTZEN
Rio de Janeiro, 23/10/2013 Em Testemunho da verdade Conf. por:
LEONARDO LAYRER PINHEIRO - SUBSTITUTO DO TABELIÃO



2o notário
Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone: 11 3070-1836
ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
tabelião
Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) GIANCARLO FORTO BRATKOWSKI, em
documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 06 de novembro de 2013.
Em Teste da verdade. Cód. [-122869841541363247097-125]
SUellen SOUZA VALADAO DOS RAMOS - Escrevente Autorizada (Rtd 1: total R\$ 6,50)
Selo(s): 1 Ato: 1077AA-608165
O Presente ato somente é válido com selo de Autenticidade.



JUR_SP - 17692473v15 - 1040.347001


JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 13/11/2013
SOB Nº: 20136708617
Protocolo: 13/670861-7
Empresa: 26 3 0001973 6
TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III
S.A.
JOÃO BATISTA DE MOURA
SECRETARIO-GERAL


Página de assinaturas 2 de 5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: **Pedro Silva**
Cargo: **Procurador**

2 Serviço Notarial RJ- Tabelião ADILSON WAGNER FIRMINO
ESTRADA DOS BANDEIRANTES 209-TAQUARA- TEL 3342-8163 Nº:131024113035
Reconheço por semelhança a firma de: PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA
RA DE BRITO ESILV, a qual confere com o padrão arquivado em Cartório
Rio de Janeiro, 24 de Outubro de 2015
Em testemunho _____ da verdade.
Valores
Firma.....R\$ 4.09
Proc.dados.....R\$ 1.45
Total.....R\$ 5.54
ESCREVENTE-ALBERTO MARQUES DOS SANTOS




JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 13/11/2013
SOB Nº: 20136708617
Protocolo: 13/670861-7
Empresa: 26 3 0001973 6
TERMELETRICA PERNAMBUCO III
S.A.


JOÃO BATISTA DE MOURA
SECRETARIO-GERAL

Página de assinaturas 3 de 5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A.

BOLOGNESI PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: Ronaldo Marcelino Bolognesi
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Paulo Cesar Rizzato
Cargo: Diretor

10 OFÍCIO DE NOTAS - TABELÃO JOSÉ DE BRITO FREIRE FILHO
Av. R. Branco, 120 - SL 20 - Centro - RJ - Telefone: (21) 2505-1359
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
PAULO CESAR RIZZATO
Rio de Janeiro, 23/10/2013 Em Testemunha
Emolumentos: R\$4,04
Impostos: R\$1,12
Total: R\$5,16
SELOS: SNE93359



20 notário
Rua Joaquim Floriano, 839 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone: 11 3078-1836
ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
tabelião
Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) RONALDO MARCELINO BOLOGNESI, em
documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 06 de novembro de 2013.
Em Teste da verdade, Cód. [-121822081542532454756-123]
SUELLEN SOUZA VALADAO DOS RAMOS - Escrevente Autorizada (Std Total R\$ 6,50)
Selo(s): 1 Ato: 1077AA-608174
O Presente ato somente é válido com selo de Autenticidade.



JUR_SP - 17692473v15 - 1040.347001

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 13/11/2013
SOB Nº: 20136708617
Protocolo: 13/670861-7
Empresa: 26 3 0001973 6
TERMELETRICA PERNAMBUCO III
S.A.
JOÃO BATISTA DE MOURA
SECRETARIO-GERAL

Página de assinaturas 4 de 5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A.

HIDROTÉRMICA S.A.

Nome: Ronaldo Marcelino Bolognesi
Cargo: Director Presidente

Nome: Paulo Cesar Ribeiro
Cargo: Director

1º OFÍCIO DE NOTAS - TABELIAO: JOSE DE BRITO FREIRE FILHO
Av. Rio Branco, 120 - SL20, Centro - RJ - Telefax: (21)2507-4350
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
PAULO CESAR RIBEIRO
Rio de Janeiro, 13/10/2013 Em Testemunha de Verdade, Conf. por:
Escrituras: 214, 02
Impostos: 1841, 51
Total: 1955, 53
SELOS: SNE93360



2º notário Jeremias
Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone: 11 3078-1836
ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
tabelião
Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) RONALDO MARCELINO BOLOGNESI, em documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 06 de novembro de 2013.
Em Teste da verdade, Cod. [-1219457815425232454256-125]
SUELLEN SOUZA VALADÃO DOS RAMOS - Escrevente Autorizada (Qto 1: total R\$ 2,50)
Selo(s): 1 Ato: 1077AA-608175
O Presente ato somente é válido com selo de Autenticidade.



JUR_SP - 17692473v15 - 1040.347001

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 13/11/2013
SOB Nº: 20136708617
Protocolo: 13/670861-7
Empresa: 26 3 0001973 6
TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.
JOÃO BATISTA DE MOURA
SECRETARIO-GERAL

Página de assinaturas 5 de 5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A.


Testemunhas:



Nome: Marco B. Arantes

Id.: 8049501144

CPF: 004.686.630/29



Nome:

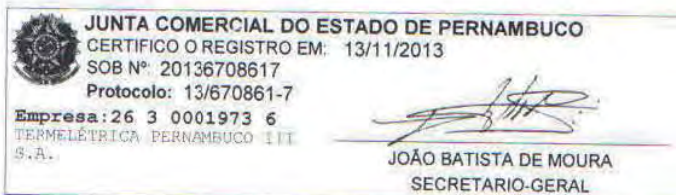
Débora Cristina Lizon

Id.:

CPF: 593.416.370-15

CPF:

RG: 6029535876



Anexo I

CERTIFICADO DE COMPLIANCE

[DATA]

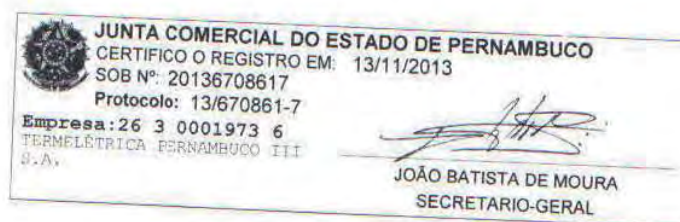
À
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
AV. DAS AMÉRICAS, Nº 4.200, BL. 04, SALA 514
CEP: 22640-102 – RIO DE JANEIRO – RJ
At.: Srs. Nathalia Machado Loureiro/Marco Aurélio M. Ferreira

Fazemos referência ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Escritura de Emissão"), celebrado em [data], entre a Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Emissora"), Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), a Hidrotérmica S.A. e a Bolognesi Participações S.A.. Os termos grafados em letra maiúscula, a menos que definidos de outra maneira, terão o significado estabelecido na Escritura de Emissão.

Os representantes legais da Emissora declaram, de forma irrevogável e irretratável, pra fins da cláusula 6.27.1 da Escritura de Emissão, que a Emissora está adimplente com todas as obrigações previstas da Escritura de Emissão e que estão devidamente autorizados a emitir o presente certificado.

As declarações prestadas pela Emissora, no âmbito na Escritura de Emissão, permanecem integralmente válidas e aplicáveis na presente data.

Termelétrica Pernambuco III S.A.



-
- PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

131213

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA
1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, DA
TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.**

Entre

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.,
como Emissora

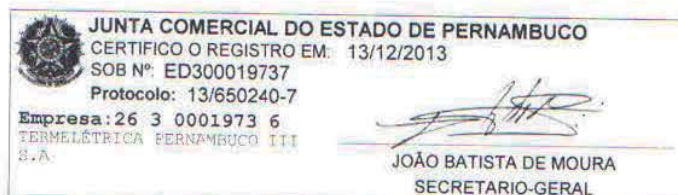
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
representando a comunhão dos titulares das Debêntures

HIDROTÉRMICA S.A.,
na qualidade de interveniente anuente

e

BOLOGNESI PARTICIPAÇÕES S.A.,
na qualidade de interveniente anuente

Datado de
04 de dezembro de 2013



**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA
1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, DA
TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

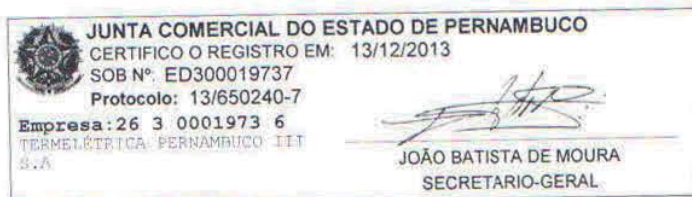
TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A., sociedade por ações, em fase de registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, na Avenida Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 10.502.676/0001-37, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE"), neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4200, Bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes");

E, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes,

HIDROTÉRMICA S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado de Rio Grande do Sul, Av. Plínio Brasil Milano, 607, Bairro Higienópolis, CEP 90520-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.058.238/0001-17, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Hidrotérmica"); e

BOLOGNESI PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Av. Plínio Brasil Milano, 607, Bairro Higienópolis, CEP 90520-002, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.664.185/0001-55, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Bolognesi" e, em conjunto com a Hidrotérmica, "Garantidoras").



Celebram o presente Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Debêntures" e "Primeiro Aditamento", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

CONSIDERANDO QUE:

- (i) em 25 de outubro de 2013, as Partes celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A." ("Escritura de Emissão"), o qual foi arquivado perante a Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE") em 13 de novembro de 2013, sob o nº 20136708617;
- (ii) conforme previsto na Escritura de Emissão, foi realizado em 03 de dezembro de 2013 o procedimento de coleta de intenções de investimento organizado pelo Coordenador Líder ("Procedimento de Bookbuilding"), no qual foi definida a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures.

ISTO POSTO, resolvem as Partes, na melhor forma de direito, celebrar o presente Primeiro Aditamento, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas:

CLÁUSULA I
TERMOS DEFINIDOS

1.1. Os termos aqui iniciados em maiúsculas, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso, exceto se de outra forma definidos no presente Primeiro Aditamento.

CLÁUSULA II
REGISTRO DO ADITAMENTO

2.1. Este Primeiro Aditamento será registrado na JUCEPE, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA III

ALTERAÇÕES DA ESCRITURA DE EMISSÃO

3.1. As Partes, por meio deste Primeiro Aditamento, acordam em:

3.1.1. Alterar a Cláusula 6.15.1. da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

6.15.1. *"Remuneração das Debêntures. As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a uma sobretaxa, conforme definida pelo Procedimento de Bookbuilding, equivalente a 9,11% (nove inteiros e onze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, ("Juros Remuneratórios das Debêntures"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração das Debêntures de cada Série, conforme aplicável, calculado em regime de capitalização composta, de forma pro rata temporis por Dias Úteis, e pagos anualmente, conforme definido na fórmula abaixo ("Remuneração")."*

3.1.2. Alterar a Cláusula 6.15.1.2 da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

6.15.1.2. *"O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:*

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definido) devido no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento. "Período de Capitalização" significa, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures de cada Série, exclusive; para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração das Debêntures de cada Série, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures.

Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até as respectivas Datas de Vencimento das Debêntures;

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

taxa = 9,1100;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro."

CLÁUSULA IV DAS RATIFICAÇÕES

4.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições estabelecidas na Escritura de Emissão e não expressamente alterados por este Primeiro Aditamento.

CLÁUSULA V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. As obrigações assumidas neste Primeiro Aditamento têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

5.2. Este Primeiro Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

5.3. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Primeiro Aditamento não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Primeiro Aditamento, as Partes obrigam-se a negociar, no menor prazo possível, em

substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Primeiro Aditamento, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

5.4. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

5.5. As Partes reconhecem este Primeiro Aditamento e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, inciso II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

5.6. Para os fins deste Primeiro Aditamento, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

5.7. Qualquer alteração a este Primeiro Aditamento somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.

5.8. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes deste Primeiro Aditamento.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este Primeiro Aditamento em 8 (oito) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

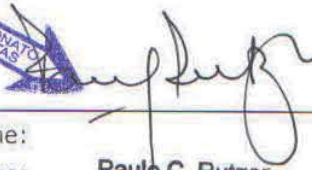
São Paulo, 04 de dezembro de 2013.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura.)

13213

(Página de assinaturas 1/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A.)

3º TABELIONATO DE NOTAS



Nome: **Paulo C. Rutzer**
Cargo: **Diretor**

3º TABELIONATO DE NOTAS



Nome: **Giancarlo P. Bratkowski**
Cargo: **Diretor**

3º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE
Rua Gen. Câmara, 388 - Centro - CEP 90010-230 - Fone/Fax 051-3221.0226
JACY FRANCO ABREIRA IDIAS Tabelião

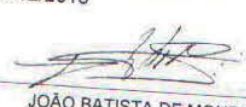
Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de **PAULO CESAR RUTZEN** e **GIANCARLO PORTO BRATKOWSKI** por **TERMELETRICA PERNAMBUCO III S.A.** Dou fe. 0455 01.1300006 72382 a 72383
Porto Alegre, 2 de dezembro de 2013
Em Testemunho da Verdade
Maite Fernanda Queiroz - Escrevente Autorizada

Empulverados: R\$ 0,40 - Selo digital: R\$ 0,60 - 17 05 06 1208693-26664 145

3º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Gen. Câmara, 388 - Centro - CEP 90010-230 - Fone/Fax 051-3221.0226
Maite Fernanda Queiroz - Escrevente Autorizada

B919.510

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 13/12/2013
SOB Nº: ED300019737
Protocolo: 13/650240-7
Empresa: 26 3 0001973 6
TERMELETRICA PERNAMBUCO III S.A.


JOÃO BATISTA DE MOURA
SECRETARIO-GERAL

(Página de assinaturas 2/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A.)

JUNTA

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

44º

Nome: **Paulo Luiz Ferreira**
Cargo: **Procurador**



44 REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - 44º SUBSTITUTO - LIMÃO
AV. MANDUADE 98 - LIMÃO - SÃO PAULO - SP - FONE: (11) 3000-1111
OFICIAL DELEGADO: CARLOS ALBERTO GALLEGO

Reconheço, por semelhança, a firma de: PAULO LUIZ FERREIRA, em documento com valor econômico de R\$ 100,00.
São Paulo, 03 de dezembro de 2013.
Em teste da verdade. Lei 12.426/04 143/0400024191

CARLOS ALBERTO GALLEGO - OFICIAL (Grat 1: Total R\$ 6,50)

1091AA281722

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 13/12/2013
SOR Nº: ED300019737
Protocolo: 13/650240-7
Empresa: 26 3 0001973 6
TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

JOÃO BATISTA DE MOURA
SECRETARIO-GERAL

(Página de assinaturas 3/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A.)

3º TABELIONATO DE NOTAS



Nome:

Cargo:

Ronaldo Bognesi
Presidente

HIDROTÉRICA S.A.

3º TABELIONATO DE NOTAS



Nome:


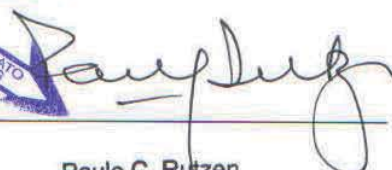
Cargo:

Paulo C. Rutzen
Diretor



(Página de assinaturas 4/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A.)


BOLOGNESI PARTICIPAÇÕES S.A.


 Nome: Ronaldo Bognesi Cargo: Presidente	 Nome: Paulo C. Rutzen Cargo: Diretor
---	---



(Página de assinaturas 5/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A.)

Testemunhas:


Nome: **ANDRE RADI BELICUAS**
Id.: **110.82.043.800-3**
CPF: **110.82.043.198-51**


Nome: **AMANDA RIBEIRO XAVIER**
Id.: **27369206-9**
CPF: **302183128-14**

4 TABELIÃO DE NOTAS - Estado de São Paulo - Comarca da Capital
RUA ESTADOS UNIDOS, 455 - CEP: 01427-000 - FONE: (0XX11) 3684-9761
Tabelião: Bel. OSVALDO CANHEO - Tabelião Substituto: Bel. ANTONIO CANHEO FILHO

Reconheço por semelhança as firmas de:
AMANDA RIBEIRO XAVIER e
ANDREA RADI BELICUAS
São Paulo, 04/12/2013
Em test. ☒ da verdade
Andre Ricardo Parolini - Escrivão Autorizado
VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE DAS TABELIÕES E ASSINATURAS


FIRMA
VALOR ECONÔMICO
1038AA664632


JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 13/12/2013
SOB Nº: ED300019737
Protocolo: 13/650240-7
Empresa: 26 3 0001973 6
TERMELETRICA PERNAMBUCO III
S.A.


JOÃO BATISTA DE MOURA
SECRETARIO-GERAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Relatório de Pré-distribuição

Ratings

Novas Emissões

BRL300.000.000

1ª Emissão de Debêntures AA+(bra)(exp)

Perspectiva

Estável

Estrutura da Dívida

Espécie	Montante (BRLmi)	Vencimento	Rating ^a	Espécie	Perspectiva
1ª Emissão de Debêntures	300,00	Nov./2025	'AA+(bra)(exp)'	Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional	Estável
Emissão Total		300,00			

O Rating Preliminar não configura atribuição de rating final e está baseado em informações fornecidas pelo emissor até 24 de outubro de 2013. O Rating Preliminar está condicionado ao recebimento dos documentos finais que estejam em conformidade com as informações já recebidas. Os ratings de crédito da Fitch não constituem recomendação de compra, venda ou manutenção de um título. O prospecto e outros materiais disponibilizados desta oferta deverão ser lidos anteriormente à sua aquisição.

Resumo da Transação

A Termelétrica Pernambuco III S.A. (PE III) é uma sociedade anônima de capital fechado, com autorização para construir e operar uma usina termelétrica (UTE) a óleo combustível em Igarassu, no Estado de Pernambuco, com capacidade instalada de 200,7 MW e garantia física de 104MW. A PE III emitirá debêntures no montante de até BRL300 milhões, com prazo total de 12 anos.

Principais Fundamentos do Rating

Operador Experiente e Tecnologia Comprovada: A solução técnica adotada no projeto da PE III - motores Wärtsilä a combustão - já foi amplamente comprovada em todo o mundo. Além disso, a PE III conta com a experiência da Wärtsilä na execução dos *overhauls* nas unidades geradoras, bem como na operação e manutenção (O&M) do projeto durante os três primeiros anos.

Baixo Risco de Suprimento: A PE III firmou um contrato de fornecimento de combustível de longo prazo com a BP Products North America Inc. (BP), subsidiária da BP PLC. Além disso, foram contratados a estocagem de até 40 mil toneladas de combustível no Porto de Suape (a 80 km da usina) e o transporte entre o porto e a PE III.

Risco Reduzido de Receita: O projeto se beneficia de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARs) de 15 anos com 39 distribuidoras diversificadas, sem dependência de vendas comerciais para cobrir os pagamentos do serviço da dívida.

Adequada Estrutura da Dívida: A estrutura contempla vários mecanismos para proteger a liquidez da operação, incluindo uma conta de serviço da dívida, uma conta de reserva *overhaul* e a manutenção de uma linha de crédito para garantir fluxo de caixa em montante suficiente para efetuar a compra do combustível necessário para o despacho. Os *covenants* financeiros exigem um índice de cobertura do serviço da dívida (DSCR) mínimo de 1,3 vez.

Sensibilidades do Rating

Frequência do Despacho: Cenários de despacho acima do previsto resultam em maiores custos de revisão referente às paradas programadas (*overhaul*) e podem afetar negativamente o rating.

Taxa de Câmbio: Aumentos significativos na taxa de câmbio EUR/BRL, que elevem o custo de peças importadas na manutenção do equipamento, podem impactar negativamente o rating.

Desempenho Operacional: Se a produção de energia permanecer abaixo das projeções originais, poderá ocorrer um rebaixamento do rating.

Analistas

Benjamin Tano
+1 212-612-7822
benjamin.tano@fitchratings.com

Bruno Pahl
+55 11 4504-2204
bruno.pahl@fitchratings.com

Resumo dos Dados do Projeto

Tipo de Projeto – Usina termelétrica
Localização – Estado de Pernambuco, Brasil
Situação – Construída, aguardando autorização para entrada em operação
Base da Receita – Disponibilidade
Término da Autorização – Julho de 2044
Autoridade Concedente – Ministério de Minas e Energia (MME)
Compradores – 39 distribuidoras brasileiras
Regulamentação Aplicável – Leis 8.987/95, 9.074/95 e 10.848/04 e 12.431/11, Decreto 5.911/06 e regras relacionadas.
Operadora – Wartsila Brasil Ltda.
Patrocinador do Capital – Grupo Bolognesi

Resumo dos Dados Financeiros

Termos da Dívida Analisada – BRL300 milhões (quatro séries); prazo de 12 anos (vencimento em novembro de 2025).
 As debêntures serão seniores, com garantias reais,
Remuneração – NTN-B +355. Índice igual a IPCA + 9% no dia 24 de setembro.
Carência de Juros e Principal – 1 ano (até novembro de 2014)
Reservas – 3 meses de serviço da dívida; conta reserva *overhaul*.
Perfil de Amortização – Customizada
Gatilhos da Transação:
 * DSCR de 1,3 vez nos últimos 12 meses;
 * Ausência de manutenção das contas reservas;
 * Ausência de entrada em operação comercial 11 meses após a emissão das debêntures.

Perfil do Projeto e Análise**Panorama**

A PE III é uma sociedade anônima de capital fechado, com autorização para construir e operar uma usina termelétrica (UTE) a óleo combustível em Igarassu, no Estado de Pernambuco, com capacidade instalada de 200,7 MW e garantia física de 109 MW. Será conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), por meio de uma linha de transmissão com cerca de 0,8 km de extensão e 230 Kv, a Subestação Pau Ferro, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf).

Em 2008, a PE III comercializou 104 MW médios, por meio de CCEARs com 39 distribuidoras, garantindo uma receita fixa e indexada ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de cerca de BRL97 milhões (com base em 2013), durante 15 anos, a partir de 2013.

A PE III tem como meta iniciar sua operação comercial em novembro deste ano. As debêntures se beneficiam de uma fiança bancária *completion* emitida pelo Banco Itaú BBA S.A. (IBBA, Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA(bra)'; Perspectiva Estável). A PE III também tem um contrato de compra e venda de óleo combustível com a BP Products North America Inc., subsidiária da BP PLC (Rating 'A'; Perspectiva Positiva).

A PE III emitirá debêntures no montante de até BRL300 milhões, em quatro séries, com carência de juros e principal de um ano (para a primeira série) até um ano e nove meses (para a quarta série) e prazo total de 12 anos. O primeiro pagamento de principal e juros deverá ocorrer em novembro de 2014.

Metodologia Aplicada

- "Metodologia de Rating para Infraestrutura e Financiamento de Projetos" (11 de julho de 2012).

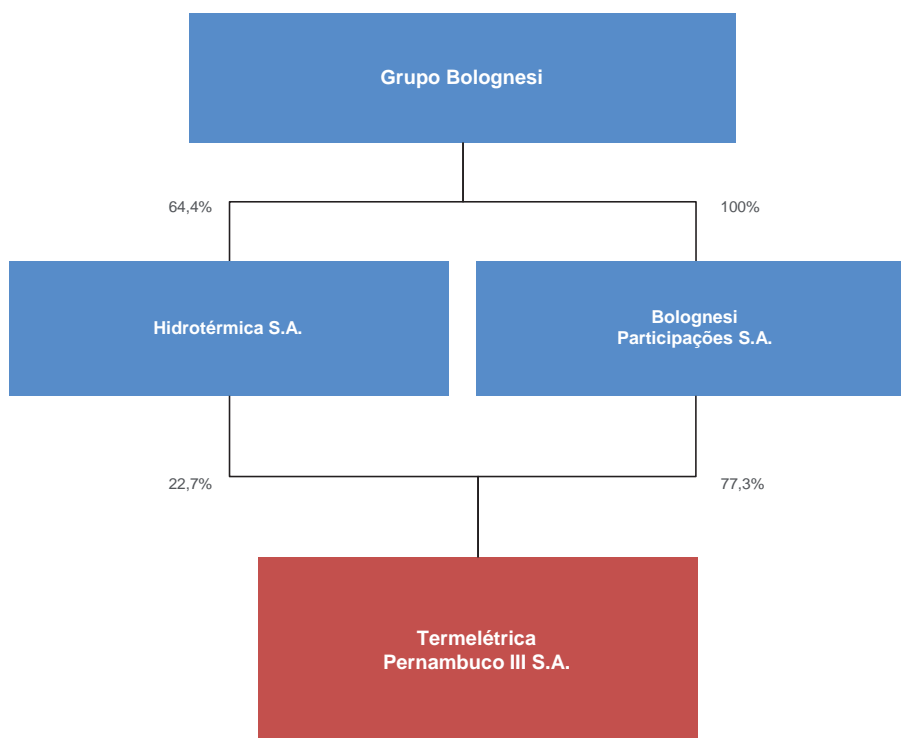
Outra Metodologia Relevante

- "Rating Criteria for Thermal Power Projects" (17 de junho de 2013).

Controle Acionário e Patrocinadores

A PE III é controlada pela Bolognesi Participações S.A. (77,3%) e pela Hidrotérmica S.A. (22,7%), empresas do grupo Bolognesi. O grupo iniciou suas atividades em 1975, nos setores imobiliário e de construção civil, no município de Porto Alegre (RS). O grupo atua no desenvolvimento, na montagem e na operação de usinas hidrelétricas, termelétricas e eólicas no Brasil. Dentro destas atividades, controla ou investe em usinas de energia, com 1,3 GW de energia contratada por meio de contratos de compra e venda de energia (PPAs) de longo prazo. O grupo opera desde novembro de 2006 uma termelétrica a óleo combustível localizada em Manaus, UTE Cristiano da Rocha, com capacidade de 85,4 MW, que também utiliza motogeradores da Wärtsilä, semelhantes aos da PE III.

Estrutura Societária



Fonte: Termelétrica Pernambuco III S.A.

Risco de Conclusão

A Fitch não vê riscos significativos ligados à conclusão do projeto, uma vez que a previsão é de que ele esteja operacional até o fim de outubro de 2013. Além disso, as debêntures se beneficiam de uma fiança bancária *completion* emitida pelo IBBA. A fiança do banco é suficiente para cobrir o montante total da primeira emissão de debêntures, inclusive os juros e a correção monetária.

A fiança bancária *completion* é válida até o menor prazo entre 12 meses após a emissão das debêntures e 12 meses após a entrada em operação, a ser verificada com o atendimento das seguintes condições: obtenção da licença para operação da linha de transmissão; pagamento de todas as obrigações da emissora decorrentes da escritura de

emissão de debêntures; e preenchimento das contas reserva do serviço da dívida e de combustível.

Caso o projeto não entre em operação até 11 meses após a emissão das debêntures, será declarado evento de vencimento antecipado automático pelo agente fiduciário, com a consequente execução da fiança bancária.

Risco de Operação e Manutenção

A Fitch acredita que o risco operacional do projeto esteja adequadamente mitigado pela tecnologia empregada na usina, amplamente utilizada em projetos de diversos países e com histórico de desempenho positivo; pela contratação da Wartsila Brasil Ltda., subsidiária da fornecedora dos motogeradores, a Wartsilä; e pelas características estruturais da operação. Entretanto, a PE III está exposta ao risco cambial no custo das peças importadas e ao risco de incorrer em elevados custos de *overhaul*, caso a UTE seja despachada com muito mais frequência do que o previsto.

Além disso, a PE III conta com a experiência da Wartsilä na execução dos *overhauls* nas unidades geradoras, bem como na operação e manutenção do projeto durante os três primeiros anos.

A Wartsilä é responsável pela operação e manutenção regular da usina, incluindo o despacho da planta. Este contrato tem prazo de três anos e é renovável. Caso não seja renovado, a Fitch entende que o grupo Bolognesi conta com experiência suficiente para operar a usina. A Wartsilä também é responsável pela manutenção pesada (*overhaul*) da PE III, até o limite de 32.000 horas de uso dos motogeradores.

As características estruturais da emissão incluem os pagamentos de O&M fixos e variáveis contratuais e a conta reserva de *overhaul*, na qual uma parcela da receita fixa é retida para o pagamento de O&M e para acumular, de acordo com o percentual de horas despachadas do projeto, reserva de caixa para o pagamento do próximo evento de *overhaul*. Os custos de *overhaul* – mão de obra e peças – estão descritos na tabela abaixo.

Premissas de Custo de Overhaul – Cenário-base - Incluindo Impostos

Horas De Operação	Custo de Mão de Obra em BRL	Custo de Peças em EUR
500	-	7.754
1000	-	7.754
1500	-	7.754
2000	-	63.265
4000	1.195.088	274.834
8000	1.257.423	376.232
12000	9.067.552	4.573.184
16000	2.180.910	388.465
24000	11.266.299	12.140.298
32000	2.895.023	1.472.947
48000	26.584.755	29.802.480
60000	12.734.865	48.100.563

Data-base: Outubro de 2012. Custo de mão de obra corrigido pelo IPCA; Custo de Peças em EUR corrigido pelo índice europeu de inflação.

Fonte: Documentos da Transação.

Por exemplo, depois de um evento de *overhaul* de 8 mil horas, o *overhaul* seguinte ocorre apenas com 12 mil horas de despacho. De acordo com a tabela, com cada hora de despacho, o projeto precisa provisionar na conta reserva *overhaul* BRL2.267 para pagar o futuro custo de mão de obra e EUR1.143 para pagar o custo das peças importadas (ambos os valores estabelecidos na data-base de outubro de 2012).

Os custos de *overhaul* após 32 mil horas representam estimativas da Wärtsilä do custo máximo de peças importadas. Os cenários de despacho da empresa não excedem 32 mil horas de despacho durante o prazo total das debêntures, e os cenários de despacho no cenário de rating da Fitch não são superiores a 48 mil horas.

Despacho

Devido aos elevados custos de *overhaul*, o projeto é sensível à frequência do despacho da PE III. A fim de desenvolver um cenário-base de despacho para a planta, a Fitch considerou os vários fatores que influenciam a probabilidade de despacho: crescimento econômico do país (e o consequente impacto na demanda energética); regime hidrológico; e o estoque de térmicas naquele subsistema (além do custo de geração de cada).

A previsão de despacho da UTE a curto prazo é alta, devido aos Procedimentos Operativos de Curto Prazo (POCP) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que considera o despacho das térmicas fora da ordem de mérito para aumentar a segurança energética. Entretanto, a maioria destes fatores indica baixos níveis de despacho no médio a longo prazo. Em geral, as usinas no sistema despacham por ordem de mérito, e o custo de geração da PE III é mais alto do que o de dois terços das usinas térmicas no sistema baseado na capacidade instalada. Isto se deve, principalmente, ao óleo combustível utilizado pela planta, que é caro em comparação com outros combustíveis.

A Fitch recebeu um estudo de despacho realizado por uma usina na região Nordeste com as mesmas características da PE III, que prevê despacho médio de um mês e meio a cada ano, ou 12% de 2015 até 2025. Este percentual é superior aos 3%-4% de despacho médio previsto por termelétricas a óleo combustível até 2021 no Plano Decenal de Expansão de Energia publicado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A diferença decorre, em parte, do menor custo marginal da PE III em relação a seus pares, tomando por base o mesmo combustível.

O cenário-base da Fitch considera um despacho de 100% até o final de 2014, devido à atual necessidade de energia a curto prazo, e de dois meses e meio em cada ano (21%) pelo restante do prazo da dívida. O cenário de rating da agência também considera 100% de despacho até o final de 2014, mas o despacho entre 2015 e 2025 aumenta para três meses e meio em cada ano (29%).

Risco de Suprimento

A Fitch considera o sistema de fornecimento de combustível do projeto adequado para o rating atribuído, devido à força do fornecedor contratado e a considerações logísticas razoáveis. A estrutura da transação inclui, ainda, uma linha de capital de giro, a ser concedida por um banco de primeira linha (escolhido com base em uma lista selecionada), para honrar a possível necessidade de caixa para compra de combustível, decorrente do descasamento temporal entre o pedido de compra e o recebimento do reembolso proveniente das receitas variáveis do projeto.

Em novembro de 2012, a PE III assinou um contrato de compra de óleo combustível, pelo prazo de 15 anos, com a BP Products North America Inc. (BP), subsidiária da BP PLC. Pelo acordo, a BP fornecerá os volumes de combustível necessários até vinte dias após um pedido. O prazo do contrato corresponde ao vencimento final dos PPAs, em 2028, três anos após o vencimento final das debêntures. O contrato com a BP exige reembolso de quaisquer *liquidated damages* incorridos pela PE III junto aos CCEARs em caso de indisponibilidade de energia por falta de combustível. O reembolso, entretanto, está sujeito ao limite total de USD500 mil, montante considerado baixo. Entretanto, a BP é responsável pela diferença entre o preço de mercado de uma carga de substituição e o preço de venda acordado para a carga original de combustível sem limite.

O projeto também conta com a prestação de serviço da Tequimar no descarregamento e na estocagem do combustível no Porto Suape e da Empresa de Transporte Nordestino Ltda. (ETN) no transporte do combustível para a usina, por cerca de 80 quilômetros. O contrato com a Tequimar foi assinado em abril de 2013, com prazo de 15 anos, enquanto o contrato com a ETN tem prazo de cinco anos e é renovável. A capacidade de estoque de combustível é de 10 mil toneladas na usina e de 40 mil toneladas no terminal no Porto Suape, o que corresponde a um estoque suficiente para 10 e 40 dias de despacho em média, respectivamente.

Risco de Receita

A PE III vendeu sua energia a 39 distribuidoras de energia elétrica, mediante contratos de comercialização de energia na modalidade de disponibilidade, com prazo de 15 anos. Pelos CCEARs, as distribuidoras obrigam-se a remunerar a capacidade disponível à termelétrica por meio do pagamento de uma receita fixa e a ressarcir os custos de geração, por meio da receita variável, caso a planta seja chamada a despachar.

A receita fixa e a parcela de receita variável de O&M são reajustadas anualmente pelo IPCA, mesmo índice de reajuste das debêntures da primeira emissão. A parcela do pagamento variável é atrelada à taxa de câmbio e ao custo médio do combustível utilizado no período, tomando por referência o preço do óleo combustível Nº6 com teor de enxofre 1% no mercado internacional, conforme cotação pelo índice Platts Waterborne USGC 1% (mesma cotação utilizada no contrato de combustível com a BP). A Fitch considera o repasse do custo de combustível como um ponto forte do aparato regulatório do setor elétrico brasileiro.

A Fitch não atribui ratings públicos a todas as distribuidoras que possuem CCEARs com a PE III, mas a agência considera a estrutura dos contratos e, em geral, o perfil de crédito das empresas dentro deste grupo como fortes. No entanto, oito das distribuidoras são empresas do grupo Rede, que representa 13,3% da energia negociada pela PEIII. A Fitch avalia publicamente uma das empresas do grupo, a Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat), em 'RD (bra)', e todas as distribuidoras do grupo Rede estão sob intervenção da agência reguladora do setor, a Aneel.

Apesar da intervenção nestas distribuidoras, o risco de inadimplência no recebimento das receitas é considerado baixo, pelas seguintes razões:

- a compra de energia pelas distribuidoras é a prioridade destas companhias, por dois principais motivos: (i) trata-se de um custo não-gerenciável que compõe a Parcela A, parte da tarifa de distribuição em que as concessionárias apenas cobram do consumidor final o repasse dos valores gastos; e (ii) o não pagamento da energia representa grandes entraves à operação das distribuidoras, já que estas, quando inadimplentes, não podem participar de leilões, receber subvenções do governo, nem sequer aplicar o reajuste tarifário.
- o governo considera estes pagamentos como prioridade para assegurar o recebimento de energia nas regiões atendidas pela distribuidora. Após o pedido de recuperação judicial da Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa), o governo estabeleceu uma nova lei, nº12.767/12, que permite a intervenção das distribuidoras pela Aneel antes de um possível pedido de recuperação, a fim de assegurar o pagamento contínuo dos valores devidos ao gerador de energia no sistema. Esta nova lei e a subsequente intervenção das outras empresas do grupo Rede demonstram o compromisso do governo com o setor.

O risco de receita é também mitigado por uma forte estrutura de garantia de pagamento, envolvendo Contratos de Constituição de Garantias (CCGs) com vinculação de receitas da distribuidora suficiente para cobrir 1,5 vez o pagamento mensal de energia, assim como

penalidades regulatórias impostas às distribuidoras inadimplentes, excluindo a participação em futuras leilões de energia e tornando as compras de energia obrigações seniores para elas.

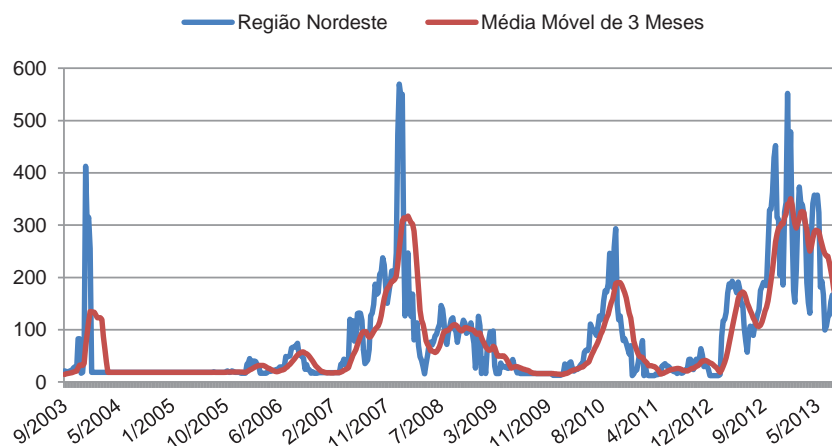
Apesar da forte estrutura de proteção e dos fatores que atenuam o risco de receita, dentro dos cenários de estresse analisados, a Fitch considerou, ainda, um cenário de estresse na modelagem de fluxo de caixa, que assumiu o inadimplemento de todas as distribuidoras do grupo Rede (13,3%) e das distribuidoras cujo perfil de crédito a Fitch desconhece (10,7%). O DSCR neste cenário não decresceu para menos de 1,0 vez.

Disponibilidade

A disponibilidade contratual nos CCEARs entre a PE III e as distribuidoras é de 97%, com indisponibilidade programada de 2,0% e taxa equivalente de indisponibilidade forçada de 1,0%. Qualquer índice de disponibilidade abaixo deste patamar resultará em uma geração menor de energia por insuficiência de potência, o que obrigará a UTE a contratar a energia faltante no mercado *spot* e a arcar com a diferença entre o preço *spot* e o preço contratado. Caso a PE III não recomponha a energia faltante, a usina incorrerá nas penalidades previstas nos CCEARs. Este risco, contudo, é mitigado pela baixa garantia física em relação à capacidade máxima da planta. A Fitch considerou a disponibilidade de 96% no cenário-base e de 94% no cenário de rating.

O preço no mercado *spot* é determinado principalmente pelo preço de liquidação das diferenças (PLD), publicado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Nos cenários de fluxo de caixa, a Fitch considerou o PLD de BRL350/MWh. Este valor é igual à maior média móvel de três meses do PLD na região Nordeste dos últimos dez anos.

Histórico do PLD



Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

Risco do Setor

A PE III opera em um sistema legal confiável. A nova regulação do setor elétrico, de 2004, é considerada adequada, já que eliminou os riscos passados e provê um bom nível de certeza em termos de geração de caixa operacional para os competidores.

Perfil Financeiro e Análise

Características e Prazos da Dívida

As debêntures serão emitidas em quatro séries de até BRL 75 milhões – totalizando até BRL300 milhões – com pagamentos anuais de principal e juros. O período de carência das séries é de 12 meses, na primeira série, e de até 21 meses na quarta série. As quatro séries, quando consolidadas em um único fluxo, contarão com pagamentos trimestrais de principal e juros após os primeiros 12 meses de carência. A Fitch considerou a remuneração das debêntures no teto de *bookbuilding*: NTN-B +355, índice igual a IPCA + 9% ao ano no dia 24 de setembro, com atualização monetária anual pela variação do IPCA.

Característica das Debêntures

	Montante	Prazo	Carência	Primeiro Pagamento	Frequência	Último Pagamento	Amortização
Série 1	BRL75 milhões	144 meses	12 meses	nov-2014	Anual	Nov-2025	Customizada
Série 2	BRL75 milhões	135 meses	15 meses	Fev-2015	Anual	Fev-2025	Customizada
Série 3	BRL75 milhões	138 meses	18 meses	Mai-2015	Anual	Mai-2025	Customizada
Série 4	BRL75 milhões	141 meses	21 meses	Ago-2025	Anual	Ago-2025	Customizada

Fonte: Documentos da Transação / Elaboração: Fitch

Estrutura da Dívida

A Fitch considera os atributos estruturais da dívida adequados. A estrutura inclui uma conta de serviço da dívida de três meses, uma conta de reserva *overhaul* e uma linha de crédito para garantir fluxo de giro suficiente para fornecer combustível ao ser despachado.

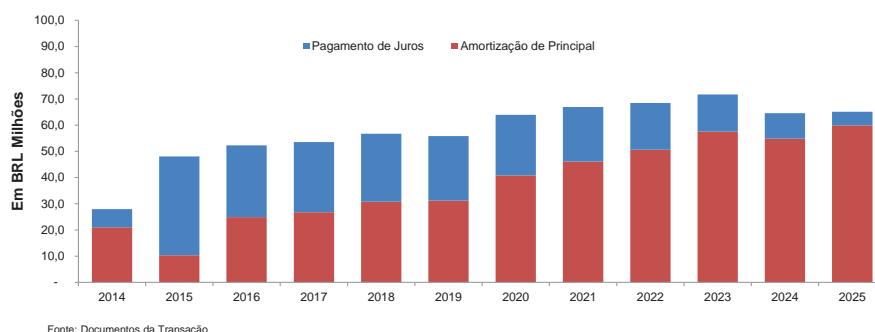
Prioridade de Pagamento (Em Cascata)

As receitas são depositadas em uma conta centralizadora de titularidade da PE III, controlada por um banco administrador, com poderes para atuar em nome dos interesses dos debenturistas, em conformidade com o Contrato de Administração de Contas. Os recursos provenientes da receita fixa são recebidos em uma conta centralizada e serão distribuídos da seguinte forma: pagamento do O&M fixo; provisionamento de principal e juros correspondente ao próximo serviço de dívida; pagamento do montante necessário para repor a reserva de serviço da dívida; e retenção para composição da conta de reserva *overhaul*. O saldo remanescente de recursos após esse fluxo é liberado para a conta de livre movimentação dos patrocinadores.

Covenants

A primeira emissão de debêntures inclui um *covenant* de DSCR. O índice, sem benefício de caixa, será calculado anualmente pelo agente fiduciário e deve ser igual ou superior a 1,3 vez. O descumprimento deste *covenant* será considerado um evento de vencimento antecipado não-automático. Embora a estrutura da emissão não apresente *covenant* de alavancagem, a Escritura proíbe a tomada de qualquer outra forma de dívida adicional excedente a BRL3 milhões, exceto em relação ao financiamento de curto prazo para compra de combustível.

Perfil do Serviço de Dívida



Garantias

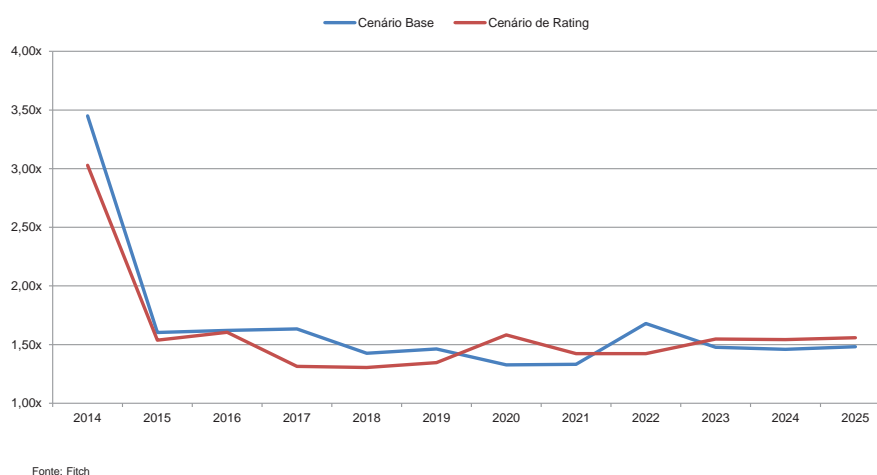
As debêntures se beneficiam das seguintes garantias reais e fidejussórias:

- Cessão fiduciária de todos os direitos emergentes da autorização, dos valores depositados nas contas reservas e dos contratos de CCEARs;
- Alienação fiduciária de 100% das ações da emissora;
- Alienação fiduciária dos equipamentos;
- Direito do agente fiduciário à fiança bancária *completion*.

Perfil Financeiro

Os indicadores de crédito do projeto são adequados para o rating atribuído, tanto no cenário-base quanto no cenário de rating da Fitch. No cenário-base, os DSCRs médio e mínimo foram de 1,57 vez e 1,33 vez, respectivamente, enquanto o *loan loss coverage ratio* (LLCR) foi de 1,61 vez. Os DSCRs mínimo e médio no cenário de rating da Fitch foram de 1,30 vez e de 1,54 vez, respectivamente, com LLCR de 1,53 vez.

Pernambuco III DSCR



As premissas utilizadas nos cenários-base e de rating estão em linha com a metodologia de rating da Fitch e são semelhantes às utilizados nos projetos dos pares.

Premissas do Cenário-base

- Cenário de Despacho: Considera 100% de despacho para a PE III no restante de 2013 e em 2014, bem como despacho de dois meses e meio (21%) por ano até 2025.
- Custo de O&M: Considera um custo 10% mais alto do que as premissas dos patrocinadores.
- Taxa de Câmbio BRL/EUR: A Fitch considerou uma taxa de câmbio 10% mais alta do que a apresentada pelo banco estruturador, variando entre BRL2,94:EUR e BRL3,57:EUR.
- Disponibilidade da Planta: Foi considerada uma disponibilidade técnica de 96%.

Premissas do Cenário de Rating

- Cenário de Despacho: Considera 100% de despacho para a PE III no restante de 2013 e em 2014 e despacho de três meses e meio (29%) por ano até 2025.
- Custo de O&M: Considera um custo 20% mais alto do que as premissas dos patrocinadores.
- Taxa de Câmbio BRL/EUR: A Fitch considerou uma taxa de câmbio 20% mais alta do que a apresentada pelo banco estruturador, variando entre BRL3,21:EUR e BRL3,89:EUR.
- Disponibilidade da Planta: Foi considerada uma disponibilidade técnica de 94%.
- Custo de *Overhaul*: Considera um custo de *overhaul* 10% mais alto do que os custos contratados com ou estimados pela Wartsila.

Cenários de Estresse do Projeto

Cenários adicionais de estresse foram estimados para avaliar o impacto financeiro dos fatores de estresse individualmente. Cada cenário incorpora as premissas do cenário-base da Fitch e modifica apenas a variável indicada a cada vez.

Matriz de Cenários

Cenários	Cenário-base	Cenário de Rating	Despacho	O&M	Overhaul	Euro	Disponibilidade
Despacho	100% em 2013-2014; 2,5 meses por ano após este período	100% em 2013-2014; 3,5 meses por ano após este período	100% em 2013-2014; 5 meses por ano após este período	100% em 2013-2014; 2,5 meses por ano após este período	100% em 2013- 2014; 2,5 meses por ano após este período	100% em 2013-2014; 2,5 meses por ano após este período	100% em 2013- 2014; 2,5 meses por ano após este período
O&M	Orçamento + 10%	Orçamento + 20%	Orçamento + 10%	Orçamento + 150%	Orçamento + 10%	Orçamento + 10%	Orçamento + 10%
Overhaul	Orçamento	Orçamento + 10%	Orçamento	Orçamento	Orçamento + 150%	Orçamento	Orçamento
Euro	Orçamento + 10%	Orçamento + 20%	Orçamento + 10%	Orçamento + 10%	Orçamento + 10%	Orçamento + 150%	Orçamento + 10%
Disponibilidade	96%	94%	96%	96%	96%	96%	90%
DSCR Mínimo	1,33 x	1,30 x	1,04 x	1,20 x	1,02 x	1,16 x	1,23 x
DSCR médio	1,57 x	1,54 x	1,54 x	1,42 x	1,37 x	1,47 x	1,46 x
LLCR	1,61 x	1,53 x	1,58 x	1,45 x	1,33 x	1,47 x	1,45 x

Fonte: Fitch

Cenário-base

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Receitas Brutas	761	234	244	251	258	266	276	284	293	304	316	326
Impostos	16	9	11	12	13	13	14	15	9	16	17	18
Receitas Líquidas	746	224	233	239	245	252	262	269	284	287	299	308
Combustível	(585)	(121)	(124)	(125)	(125)	(127)	(129)	(129)	(130)	(132)	(135)	(135)
O&M Fixo	(6)	(6)	(7)	(7)	(8)	(8)	(9)	(9)	(10)	(10)	(11)	(11)
O&M Variável	(7)	(1)	(1)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
<i>Overhaul</i>	(5)	(25)	-	(4)	-	-	-	-	(66)	-	-	-
Outras Despesas	(28)	(16)	(17)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)	(22)	(23)	(24)	(26)
Despesas	(630)	(170)	(149)	(155)	(153)	(155)	(159)	(161)	(230)	(167)	(172)	(174)
Provisão <i>Overhaul</i>	23	7	2	4	15	15	15	15	9	6	6	6
Lucro Líquido	51	0	26	28	38	41	47	56	15	76	72	83
Despesas Financeiras	45	40	42	40	38	39	36	31	25	19	11	2
Provisão por Impostos	6	1	2	2	3	5	6	8	0	11	30	36
Depreciação e Amortização	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
EBITDA	116	54	83	84	92	97	103	108	53	120	127	134
Impostos	(6)	(1)	(2)	(2)	(3)	(5)	(6)	(8)	0	(11)	(30)	(36)
Δ KG	(0)	(2)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(1)	(0)	(1)	(1)
Δ Conta <i>Overhaul</i>	(18)	18	(2)	(0)	(15)	(15)	(15)	(15)	58	(6)	(6)	(6)
Despesas Contábeis	6	8	6	6	7	4	4	4	5	4	5	6
CFADS*	96	77	85	87	81	82	85	89	115	106	94	96
Saldo de Principal	304	321	318	310	300	285	269	242	207	165	113	61
Pagamento de Principal	21	10	25	27	31	31	41	46	51	58	55	60
Pagamento de Juros	7	38	27	27	26	25	23	21	18	14	10	5
Serviço da Dívida	28	48	52	54	57	56	64	67	68	72	65	65
Caixa Acumulado	67	32	42	46	32	13	-	-	31	49	55	81
Cobertura da Dívida												
DSCR	-	3,45x	1,60x	1,62x	1,63x	1,43x	1,46x	1,33x	1,33x	1,68x	1,48x	1,46x
Mínimo – 1,33 x												
Médio – 1,57 x												
LLCR – 1,61 x												
DSCR para fins de apuração dos covenants*	4,07x	1,59x	1,55x	1,60x	1,56x	1,66x	1,50x	1,49x	1,73x	1,52x	1,49x	1,49x
Mínimo – 1,49 x												
Médio – 1,66 x												
Dívida Líquida/CFADS	3,15x	4,16x	3,75x	3,55x	3,72x	3,50x	3,17x	2,71x	1,80x	1,56x	1,20x	0,63x

* Fluxo de Caixa Disponível para Serviço da Dívida.

** A Fitch considerou os custos de manutenção da reserva *overhaul* e a receita financeira dentro do cálculo de DSCR. Entretanto, o cálculo definido na escritura para fins de apuração dos *covenants* não considera estes valores.

Fonte: Fitch

Cenário de Rating

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Receitas Brutas	753	283	294	301	308	316	327	335	345	355	368	379
Impostos	15	10	12	12	13	13	8	15	16	15	17	18
Receitas Líquidas	739	273	282	289	295	303	319	320	329	340	351	360
Combustível	(574)	(163)	(167)	(168)	(168)	(170)	(172)	(172)	(174)	(176)	(179)	(179)
O&M Fixo	(7)	(7)	(7)	(8)	(8)	(9)	(9)	(10)	(10)	(11)	(12)	(12)
O&M Variável	(6)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
<i>Overhaul</i>	(6)	(29)	-	(5)	-	-	(69)	-	-	(13)	-	-
Outras Despesas	(41)	(21)	(22)	(23)	(24)	(25)	(27)	(28)	(29)	(31)	(32)	(34)
Despesas	(633)	(222)	(198)	(206)	(203)	(206)	(280)	(213)	(216)	(234)	(226)	(229)
Provisão <i>Overhaul</i>	27	9	3	22	22	22	12	10	10	3	-	-
Lucro Líquido	42	(5)	26	28	38	41	(9)	56	64	65	71	81
Despesas Financeiras	46	41	42	40	38	39	35	33	27	19	11	2
Provisão por Impostos	4	1	2	2	3	4	-	5	8	9	30	35
Depreciação e Amortização	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
EBITDA	105	51	84	84	92	97	39	107	113	107	125	132
Impostos	(4)	(1)	(2)	(2)	(3)	(4)	-	(5)	(8)	(9)	(30)	(35)
Δ KG	(0)	(3)	(0)	(0)	(0)	(0)	(1)	0	(0)	(1)	(0)	(1)
Δ Conta <i>Overhaul</i>	(21)	20	(3)	(17)	(22)	(22)	58	(10)	(10)	10	-	-
Despesas Contábeis	5	7	5	6	7	4	5	2	2	4	5	6
CFADS	85	74	84	70	74	75	101	95	97	111	100	101
Saldo de Principal	304	321	318	310	300	285	269	242	207	165	113	61
Pagamento de Principal	21	10	25	27	31	31	41	46	51	58	55	60
Pagamento de Juros	7	38	27	27	26	25	23	21	18	14	10	5
Serviço da Dívida	28	48	52	54	57	56	64	67	68	72	65	65
Caixa Acumulado	54	27	40	26	5	-	12	-	18	43	55	85
Cobertura da Dívida												
DSCR	3,03x	1,54x	1,60x	1,31x	1,30x	1,35x	1,58x	1,42x	1,42x	1,55x	1,54x	1,56x
Mínimo – 1,30 x												
Médio – 1,54 x												
LLCR – 1,53 x												
DSCR para fins de apuração dos covenants*	3,80x	1,59x	1,56x	1,61x	1,57x	1,67x	1,69x	1,53x	1,53x	1,53x	1,47x	1,47x
Mínimo – 1,47 x												
Médio – 1,65 x												
Dívida Líquida/CFADS	3,59x	4,34x	3,79x	4,41x	4,06x	3,80x	2,66x	2,54x	2,12x	1,48x	1,13x	0,60x

* Fluxo de Caixa Disponível para Serviço da Dívida.

** A Fitch considerou os custos de manutenção da reserva *overhaul* e a receita financeira dentro do cálculo de DSCR. Entretanto, o cálculo definido na escritura para fins de apuração dos covenants não considera estes valores.

Fonte: Fitch

A presente publicação não é um relatório de classificação de risco de crédito para os efeitos do artigo 16 da Instrução CVM nº 521/12.

Os ratings acima foram solicitados pelo, ou em nome do, emissor e, portanto, a Fitch foi compensada pela avaliação dos ratings.

TODOS OS RATINGS DE CREDITO DA FITCH ESTAO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITACOES E TERMOS DE ISENCAO DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR ESSAS LIMITACOES E TERMOS DE ISENCAO DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS). AS DEFINICOES E TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTAO DISPONIVEIS NO SITE PUBLICO DA AGENCIA, EM WWW.FITCHRATINGS.COM. OS RATINGS PUBLICOS, CRITERIOS E METODOLOGIAS PUBLICADOS ESTAO PERMANENTEMENTE DISPONIVEIS NESTE SITE. O CODIGO DE CONDUTA DA FITCH E POLITICAS DE CONFIDENCIALIDADE, CONFLITOS DE INTERESSE, SEGURANCA DE INFORMACAO (FIREWALL) DE AFILIADAS, COMPLIANCE E OUTRAS POLITICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBEM ESTAO DISPONIVEIS NESTE SITE, NA SECAO "CODIGO DE CONDUTA".

Copyright © 2013 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd. e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004. Telefone: 1-800-753-4824 (para chamadas efetuadas nos Estados Unidos), ou (001212) 908-0500 (chamadas fora dos Estados Unidos). Fax: (212) 480-4435. Proibida a reprodução ou retransmissão, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Ao atribuir e manter ratings, a Fitch se baseia em informações atuais recebidas de emissores e underwriters e de outras fontes que a agência considere confiáveis. A Fitch realiza uma investigação adequada apoiada em informações atuais disponíveis, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém uma verificação também adequada destas informações de outras fontes independentes, à medida que estas estejam disponíveis com certa segurança e em determinadas jurisdições. A forma como a Fitch conduz a análise dos fatos e o escopo da verificação obtido de terceiros variará, dependendo da natureza dos títulos e valores mobiliários analisados e do seu emissor; das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado é oferecido e vendido e/ou o emissor esteja localizado; da disponibilidade e natureza das informações públicas relevantes; do acesso à administração do emissor e seus consultores; da disponibilidade de verificações de terceiros já existentes, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros; da disponibilidade de verificação por parte de terceiros independentes e competentes com respeito a valores mobiliários em particular, ou na jurisdição do emissor, particularmente, e de outros fatores.

Os usuários dos ratings da Fitch devem entender que nem uma investigação atual aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros pode assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe relativas a um rating serão precisas ou completas. Em última análise, o emissor e seus consultores são responsáveis pela exatidão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao apresentar documentos e outros relatórios. Ao atribuir ratings, a Fitch deve se apoiar no trabalho de especialistas, inclusive dos auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e de consultores jurídicos, com relação aos aspectos legais e tributários. Além disso, os ratings são, por natureza, prospectivos e incorporam assertivas e prognósticos sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser comprovados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação dos fatos atuais, os ratings podem ser afetados por eventos futuros ou por condições não previstas por ocasião da atribuição ou da afirmação de um rating.

As informações neste relatório são fornecidas "tal como se apresentam", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. Esta opinião se apoia em critérios e metodologias existentes, que são constantemente avaliados e atualizados pela Fitch. Os ratings são, portanto, resultado de um trabalho de equipe na Fitch, e nenhuma classificação é de responsabilidade exclusiva de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não sejam o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não participa da oferta ou venda de qualquer título. Todos os relatórios da Fitch são de autoria compartilhada. Os profissionais identificados em um relatório da Fitch participaram de sua elaboração, mas não são isoladamente responsáveis pelas opiniões expressas no texto. Os nomes são divulgados apenas para fins de contato. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações reunidas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes com respeito à venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados ou retirados a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento de investimentos de qualquer espécie. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxa sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e *underwriters* para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre USD1.000 e USD750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável) por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de USD10.000 a USD1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para a utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercados, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A., sociedade por ações, em fase de registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, na Avenida Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 10.502.676/0001-37, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("**JUCEPE**") sob o NIRE nº 33.300.289.135 ("**Companhia**"), neste ato representada por seu Diretor Presidente e de Relações com Investidores, Sr. **Paulo Cesar Rutzen**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 402.993.87-61, inscrito no CPF/MF sob nº 441.649.200-68, bem como por sua diretora, Sra. **Gianna Sonogo Bolognesi**, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 904.93211-03, inscrita no CPF/MF sob nº 826.384.380-49, no âmbito da oferta pública de distribuição de 300.000 (trezentos mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em 4 (quatro) séries, da 1ª (primeira) emissão Companhia, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de novembro de 2013 ("**Data de Emissão**"), perfazendo o valor total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão ("**Oferta**" e "**Debêntures**", respectivamente), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Itaú BBA**" ou "**Coordenador Líder**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

- (a) A Companhia, e o Coordenador Líder constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (b) Está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em 01 de março de 2013, sendo que tal auditoria prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("**Prospecto Definitivo**");
- (c) A Companhia disponibilizou para a análise do Coordenador Líder e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do prospecto preliminar da Oferta ("**Prospecto Preliminar**") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações por eles consideradas relevantes para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (d) A Companhia e o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos consultores legais.

A COMPANHIA DECLARA QUE:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia (incluindo, mas não se limitando, ao Prospecto Preliminar, nesta data, e ao Prospecto Definitivo, na data de sua divulgação) são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações prestadas ao mercado durante todo prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) O Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, das atividades da Companhia, da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades, e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) O Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400.

São Paulo, 25 de outubro de 2013.

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.



Paulo Cesar Rutzen
Diretor Presidente e de Relação com Investidores



Gianna Sonogo Bolognesi
Diretora



**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

O **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.400, 4º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social, ("Coordenador Líder"), na qualidade de instituição intermediária líder responsável pela coordenação e colocação da distribuição pública de 300.000 (trezentos mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em 4 (quatro) séries, da 1ª (primeira) emissão da **Termelétrica Pernambuco III S.A.** ("Companhia"), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de novembro de 2013 ("Data de Emissão"), perfazendo o valor total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão ("Oferta" e "Debêntures", respectivamente), declarar o quanto segue:

Considerando que:

- (i) a Companhia e o Coordenador Líder constituíram assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para a realização da Oferta está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em 01 de março de 2013, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou os seus auditores independentes para (i) aplicação dos procedimentos previstos na Norma e Procedimento de Auditoria nº 12, de 7 de março de 2006, emitida pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), com relação ao prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo; e (ii) emissão de carta de conforto para o Coordenador Líder;
- (iv) foram disponibilizados pela Companhia os documentos considerados, pela Companhia, relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia;
- (vi) a Companhia confirmou ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seu assessor legal, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (vii) a Companhia, em conjunto com o Coordenador Líder, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio do seu assessor legal.



O Coordenador Líder declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações fornecidas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações prestadas ao mercado durante todo prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integra o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures, da Companhia, das suas atividades, da sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 12 de novembro de 2013.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome: **Alberto Fernandes**
Cargo: **Vice Presidente**

Nome:
Cargo: **André Rodrigues**
Diretor Executivo



CONTRATOS DE GARANTIA

- **CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS**
- **CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS**
- **CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE EQUIPAMENTOS**
- **CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

O presente "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Contrato"), é firmado entre as seguintes partes:

(i) **Termelétrica Pernambuco III S.A.**, sociedade por ações, em fase de registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, na Av. Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 10.502.676/0001-37, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Companhia" ou "Cedente");

(ii) **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário" e, quando em conjunto com a Cedente, "Partes"), representando os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures de Emissão da Companhia (conforme termos abaixo definidos) ("Debenturistas");

E, ainda, como interveniente anuente,

(iii) **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, neste ato representada na forma prevista em seu estatuto social ("Banco Administrador").

Para fins deste Contrato, conforme abaixo definido, as expressões iniciadas com letras maiúsculas utilizadas e não definidas no presente instrumento deverão ter os significados que lhes são atribuídos na Escritura de Emissão.

CONSIDERANDO QUE:

(i) a Cedente implementa e desenvolve o projeto de investimento de uma central geradora termelétrica denominada UTE Pernambuco III, localizada no município de Igarassu, Estado de Pernambuco ("UTE Pernambuco III"), que é um projeto de geração de energia de fonte térmica, com 200.790 KW de potência instalada, cujo tipo de combustível é o óleo combustível OCB1, cujo ato de autorização para a Companhia explorar as atividades da UTE Pernambuco III, ocorreu por meio da Portaria nº 260, de 2 de julho de 2009, do Ministério de Minas e Energia e das Resoluções Autorizativas nºs 3.078/2011 e 3.375/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("Projeto", "Autorização", "Poder Concedente", respectivamente);



Handwritten signature/initials

(ii) a Companhia deliberou, em 25 de outubro de 2013, a emissão de 30.000 (trinta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia fidejussória adicional, em 4 (quatro) séries, para distribuição pública nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, ("Emissão", "Debêntures" e "Oferta" respectivamente), cujas condições e características estão descritas no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional da Termelétrica Pernambuco III S.A", celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário, a Hidrotérmica S.A. e a Bolognesi Participações S.A. ("Escritura de Emissão");

(iii) os recursos líquidos a serem obtidos pela Companhia com a Emissão serão destinados ao (1) pagamento de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da Caixa Econômica Federal – CEF e duas Cédulas de Crédito Bancário emitidas em favor do Banco Itaú BBA S.A. em 18 de janeiro de 2013, 22 de março de 2013 e 28 de agosto de 2013, respectivamente, no montante total de R\$ 313.000.000,00 (trezentos e treze milhões de reais), ("CCBs"), sendo que os recursos captados mediante a emissão das CCBs foram destinados, exclusivamente, à implementação e desenvolvimento do projeto de investimento da UTE Pernambuco III; e (2) pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas a serem incorridos a partir da data de liquidação da Oferta e relacionados ao Projeto ("Investimentos Futuros"), nos termos do prospecto preliminar e do prospecto definitivo da Oferta e do Formulário de Referência da Cedente, anexo a tais prospectos ("Prospecto Preliminar" e "Prospecto Definitivo", respectivamente, e, em conjunto, "Prospectos"), conforme descrito na Escritura de Emissão;

(iv) a Emissão será realizada nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, do Decreto Presidencial nº 7.603, de 09 de novembro de 2011, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, da Portaria MME nº 260, de 2 de junho de 2009, para implementação do Projeto considerado como prioritário nos termos da Portaria nº 187, emitida pelo Ministério de Minas e Energia em 06 de junho de 2013, e publicada no Diário Oficial da União em 7 de junho de 2013 e da Portaria nº 47, emitida pelo Ministério de Minas e Energia em 6 de fevereiro de 2012, e publicada no Diário Oficial da União em 9 de fevereiro de 2012;

(v) para assegurar o integral pagamento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Companhia (seja na data de vencimento das Debêntures, seja em razão de vencimento antecipado das Debêntures) decorrentes da Escritura de Emissão, a Companhia comprometeu-se a ceder fiduciariamente todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes da Autorização, dentre outros, observados os termos deste instrumento;

(vi) ainda, em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, foram constituídas as seguintes



ew

garantias reais, em favor dos Debenturistas: (a) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia, de titularidade da Hidrotérmica S.A. e da Bolognesi Participações S.A., nos termos Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações celebrado nesta data ("Alienação Fiduciária de Ações" e "Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente); (b) alienação fiduciária de bens móveis nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia celebrado nesta data ("Alienação Fiduciária de Equipamentos" e "Instrumento de Alienação Fiduciária de Bens Móveis" e, quando em conjunto com o Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações e este Contrato, as "Garantias Reais" e "Contratos de Garantias", respectivamente);

(vii) adicionalmente às Garantias Reais, a Emissão contará com garantia fidejussória, representada por fiança bancária emitida pelo Banco Itaú BBA S.A, nos termos do Contrato de Fiança Bancária ("Fiança Bancária Completion" e, quando em conjunto com Garantias Reais, denominados "Garantias"), conforme as disposições da Escritura de Emissão; e

(viii) nesta data, a Cedente, o Agente Fiduciário e o Banco Administrador celebraram o Contrato de Administração de Contas e Outras Avenças ("Contrato de Administração de Contas"), por meio do qual a Cedente concordou e obrigou-se a observar uma série de procedimentos relativos às Contas Reserva, conforme definidas na Cláusula III do Contrato de Administração de Contas.

ISTO POSTO, resolvem as Partes celebrar este Contrato que se regerá de acordo com os seguintes termos e condições mutuamente pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – CESSÃO FIDUCIÁRIA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

1.1. Para assegurar o fiel e integral cumprimento (seja na data de vencimento, seja em razão de vencimento antecipado) de todas as obrigações principais e acessórias, presentes ou futuras da Companhia nos termos da Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, dentre outras, ao valor total da Emissão, remuneração, comissões, custos e despesas, incluindo gastos com honorários advocatícios, remuneração do Agente Fiduciário, multas, perdas, verbas indenizatórias, custas e taxas judiciais ou extrajudiciais decorrentes da Emissão e das Debêntures ("Obrigações Garantidas"), cuja descrição, em cumprimento ao disposto no artigo 1.362 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e no artigo 18 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada ("Lei 9.514"), conforme descritas no **Anexo I** ao presente Contrato, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("Lei 4.728"), com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada ("Lei 10.931"), dos artigos 18 a 20 da Lei 9.514 e, no que for aplicável, nos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, a Cedente, em caráter irrevogável e irretratável, cede e transfere fiduciariamente em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse



1
en

indireta ("Cessão Fiduciária"), ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, exceto aqueles objeto deste Contrato:

- a) todos e quaisquer direitos, presente e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes da Autorização, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrente da exploração da Autorização e que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da Autorização, cujos valores deverão ser depositados na Conta Centralizadora (conforme abaixo definido) ("Direitos Emergentes da Autorização") incluindo:
 - (i) todos e quaisquer direitos, presente e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos direitos de crédito da Cedente decorrentes da prestação dos serviços de construção, operação, manutenção e exploração da UTE Pernambuco III, nos termos da Autorização;
 - (ii) o produto resultante do recebimento das quantias decorrentes dos direitos creditórios descritos no item (i) acima;
 - (iii) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Cedente, inclusive os relativos a eventuais indenizações em decorrência da extinção ou revogação da Autorização;
 - (iv) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não decorrentes da Autorização, que possam, nos termos da legislação aplicável, ser objeto de cessão fiduciária;
- b) todos e quaisquer direitos, presente e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos direitos de crédito da Cedente decorrentes da parcela da receita fixa dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado celebrados entre a Emissora e as distribuidoras que participaram do leilão de venda de energia elencados no **Anexo III** ("Distribuidoras" e "CCEAR's", respectivamente), cujos valores deverão ser depositados na Conta Centralizadora (conforme abaixo definido), incluindo o produto resultante do recebimento das quantias decorrentes dos direitos creditórios descritos neste item ("Direitos CCEARs");
- c) o direito de receber indenizações e pagamentos dos seguros contratados no âmbito do Projeto, conforme indicados na tabela constante do **Anexo II** deste Contrato ("Direitos Creditórios Seguros" e "Seguros", respectivamente);



ent

d) todos os valores depositados, que venham a ser depositados e mantidos nas seguintes contas reserva, de titularidade da Cedente, conforme descritas e identificadas abaixo :

(i) conta corrente nº 15297-4, mantida na agência 8541 do Banco Administrador, destinada exclusivamente para receber todos os recursos, considerando receitas fixa e variável, de titularidade da Cedente decorrentes dos CCEAR's ("Conta Centralizadora"). Para todos os efeitos, somente a parcela da receita fixa será cedida fiduciariamente em garantia pela Cedente, devendo o Banco Mandatário transferir, mediante notificação enviada pelo Agente Fiduciário, a parcela da receita variável para a conta a ser indicada pela Cedente;

(ii) conta corrente nº 15298-2, mantida na agência 8541 do Banco Administrador, destinada exclusivamente para receber os recursos necessários para o próximo pagamento devido pela Cedente, de acordo com os termos do Contrato de Operação e Manutenção com a Wartsila Brasil Ltda. ("Contrato de O&M" e "Conta Pagamento Fixo O&M");

(iii) conta corrente nº 15299-0, mantida na agência 8541 do Banco Administrador, destinada exclusivamente para receber todos os recursos relativos ao provisionamento do Serviço de Dívida da Cedente, conforme termo definido abaixo ("Conta Provisionamento do Serviço de Dívida");

(iv) conta corrente nº 15300-6, mantida na agência 8541 do Banco Administrador, destinada exclusivamente para receber todos os recursos equivalentes a 100% (cem por cento) da próxima parcela vincenda de principal corrigido e juros, considerando apenas a série das Debêntures com vencimento mais próximo ("Conta Reserva Serviço da Dívida");

(v) conta corrente nº 15301-4, mantida na agência 8541 do Banco Administrador, destinada exclusivamente para depósito de montante necessário para compor o saldo mínimo necessário para o próximo serviço de Overhaul com base no montante de despacho acumulado até o momento. ("Conta Reserva Overhaul");

(vi) conta corrente nº 15302-2, mantida na agência 8541 do Banco Administrador, destinada exclusivamente para depósito de recursos recebidos em decorrência do pagamento de indenizações e seguros contratados pela Emissora no âmbito do projeto, em montante igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ("Conta Reserva Seguros" e, quando em conjunto com Conta Centralizadora, Conta Pagamento Fixo do O&M, Conta Provisionamento do Serviço de Dívida, Conta Reserva Serviço da Dívida e Conta Reserva Overhaul, "Contas Reserva"); e



1
CW

(vii) a totalidade dos créditos de titularidade da Cedente contra o Banco Administrador decorrentes dos Investimentos Permitidos, nos termos do Contrato de Administração de Contas ("Investimentos Permitidos Cedidos") e, em conjunto com os Direitos Emergentes da Autorização, Direitos CCEARs, Direitos Creditórios Seguros e Contas Reserva, "Direitos Cedidos").

1.1.1. A Cessão Fiduciária resulta na transferência aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, da propriedade fiduciária e da posse indireta dos Direitos Cedidos, permanecendo a sua posse direta com a Cedente.

1.2. Movimentação das Contas Reserva. As Contas Reserva serão movimentadas exclusivamente pelo Banco Administrador, conforme disposto neste Contrato e no Contrato de Administração de Contas, sendo o Agente Fiduciário a única entidade autorizada a dar instruções ou ordens ao Banco Administrador sobre as movimentações e transferências de recursos para e/ou das Contas Reserva, atuando sempre em nome, por conta e para benefício dos Debenturistas, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Contrato de Administração de Contas.

1.3. Complementação da Garantia. A Cedente obriga-se a complementar e/ou substituir o montante dos Direitos Cedidos sempre que os montantes indicados nas cláusulas 1.1 (d)(i), 1.1 (d)(ii), 1.1 (d)(iii), 1.1 (d)(iv) e 1.1 (d)(v) não forem individualmente observados. A Cedente deverá depositar nas Contas Reserva montante suficiente de modo que os Direitos Cedidos voltem a corresponder aos valores indicados nos termos do Contrato de Administração de Contas.

1.4. A garantia objeto deste Contrato permanecerá em vigor até o total cumprimento das Obrigações Garantidas.

1.5. Aditamento Decorrente do Procedimento de Bookbuilding. Nos termos da Escritura de Emissão, a taxa final de remuneração das Debêntures será definida após a conclusão do procedimento de coleta de intenção de investimento a ser conduzido pela instituição intermediária líder da distribuição pública das Debêntures no Brasil, nos termos do parágrafo 1º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding").

1.6. Após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a Escritura de Emissão e o **Anexo I** (descrição das Obrigações Garantidas) deste Contrato deverão ser substituídos de modo a refletir as características definitivas das Debêntures, por meio de aditamento ao presente Contrato, o qual deverá ser registrado nos termos da Cláusula Segunda abaixo.

CLÁUSULA SEGUNDA – NOTIFICAÇÕES E REGISTROS

2.1. No prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos da data de assinatura deste Contrato e de qualquer aditivo subsequente, a Cedente deverá registrar este



Handwritten signature or initials.

Contrato, às suas custas e exclusivas expensas, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente das sedes de todas as Partes, devendo fornecer uma via devidamente registrada ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a obtenção desta, aplicando-se esta mesma regra em caso de celebração de futuros aditivos a este Contrato, além de manter arquivada uma cópia do Contrato e de seus respectivos aditamentos em sua sede social.

2.2. A Cedente deverá providenciar o aditamento de cada um dos CCEARs ("Aditamentos CCEARs"), na forma do modelo estabelecido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, de forma a indicar expressamente, nos termos previstos no anexo III dos referidos CCEARs, de que todos e quaisquer pagamentos relativos aos CCEARs deverão ser realizados pelas Distribuidoras na Conta Centralizadora.

2.3. A Cedente terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da assinatura deste Contrato, para apresentar ao Agente Fiduciário todos os Aditamentos aos CCEARs, indicados no **Anexo III** deste Contrato.

2.4. Caso a Cedente não apresente no prazo acima indicado todos os Aditamentos CCEARs, tal situação ensejará a inadimplência deste Contrato e o consequente vencimento antecipado não automático das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão.

2.5. A Cedente declara que a Conta Centralizadora é a conta para a qual todos os recebíveis vinculados aos CCEARs serão diretamente transferidos, até a liquidação integral de todas as suas obrigações previstas na Escritura de Emissão, sendo elemento essencial da garantia ora constituída. A cedente se compromete a não alterar a Conta Centralizadora, como conta corrente que receberá todos os recebíveis decorrentes dos CCEARs, sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário, sob pena de vencimento antecipado automático de todas as obrigações previstas da Escritura de Emissão, nos termos da cláusula 6.25.1 da Escritura de Emissão.

2.6. As Partes desde já acordam que, por meio da assinatura dos Aditamentos CCEARs, as Distribuidoras anuirão, expressamente, com a cessão fiduciária objeto deste Contrato.

2.7. A Cedente terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data de assinatura deste Contrato para providenciar a notificação às Distribuidoras para que estas depositem os valores relativos à Cláusula 1.1(b) acima na Conta Centralizadora, na forma do **Anexo V**.

2.8. A Cedente terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data de assinatura deste Contrato para providenciar a notificação ao Poder Concedente para que este



2/1

deposite os valores relativos à Cláusula 1.1(a) acima na Conta Centralizadora, na forma do **Anexo IV**.

2.9. A Cedente deverá, no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data de assinatura deste Contrato, encaminhar notificação às seguradoras contratadas para cobertura securitária no âmbito do Projeto ("Seguradoras"), informando sobre a cessão fiduciária dos Seguros, bem como solicitando a inclusão do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, como beneficiário das apólices de Seguros, na forma do **Anexo VI**.

2.10. A Cedente dará cumprimento imediato a qualquer outra exigência de qualquer lei aplicável que venha a vigorar no futuro, necessária à preservação, constituição, aperfeiçoamento e prioridade absoluta da cessão fiduciária ora constituída, fornecendo a respectiva comprovação ao Agente Fiduciário.


CLÁUSULA TERCEIRA - DECLARAÇÕES DA CEDENTE

3.1. A Cedente declara que:

- a) é uma sociedade por ações, devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, devidamente autorizada a conduzir suas atividades;
- b) está em fase de obtenção do registro como companhia aberta, categoria "B", perante a CVM;
- c) seu Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), está atualizado e todas as informações nele contidas atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial aos artigos 14 a 19, e o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Cedente e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos, em todos os aspectos relevantes, sendo certo que todas as informações do Formulário de Referência são verdadeiras, consistentes, corretas;
- d) tem plenos poderes, capacidade, e estão devidamente autorizadas a celebrar este Contrato, a Escritura de Emissão e os demais Contratos de Garantias e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para a celebração e cumprimento das obrigações assumidas;



Handwritten signature or initials.

- 
- e) a Escritura de Emissão, este Contrato e os demais Contratos de Garantias constituem uma obrigação legal, válida, lícita, vinculante e eficaz da Cedente, exequível de acordo com seus respectivos termos e condições;
 - f) os Direitos Cedidos estão livres e desembaraçados de qualquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, e não pende sobre os mesmos qualquer litígio, ação, processo judicial ou não, excetuando-se a cessão fiduciária decorrente deste Contrato;
 - g) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Cedente, de suas obrigações nos termos deste Contrato;
 - h) os representantes da Cedente que assinam este Contrato estão devidamente autorizados para tanto;
 - i) a celebração deste Contrato é compatível com a capacidade econômica, financeira e operacional da Cedente de forma que a cessão fiduciária dos direitos creditórios prevista neste Contrato não acarretará qualquer impacto negativo relevante na capacidade econômica, financeira e operacional, ou na sua capacidade de honrar quaisquer compromissos e obrigações;
 - j) não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o autor, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar adversamente as obrigações assumidas neste Contrato;
 - k) a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações nele previstas não infringem ou contrariam, (i) qualquer contrato ou documento no qual a Companhia seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer ônus sobre os Direitos Cedidos (exceto pela cessão fiduciária prevista neste Contrato) ou sobre qualquer ativo da Companhia; ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) sob qualquer aspecto material, qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Companhia ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia ou quaisquer de seus bens e propriedades;



Handwritten signature or initials.

- l) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- m) exceto com relação ao que esteja sendo questionado de boa fé, está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais disposições legais e regulamentares ambientais que sejam igualmente relevantes para a execução de suas atividades, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- n) as demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Companhia nas referidas datas e os resultados operacionais da Companhia referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, a Companhia não tem conhecimento de nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão ou de qualquer operação envolvendo a Companhia, fora do curso normal de seus negócios, bem como não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Companhia;
- o) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Companhia, além daqueles mencionados no seu Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Companhia, à CVM e ao mercado;
- p) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial;



Handwritten signature or initials.



- q) não omitiu ou omitirá qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- r) não há outros fatos relevantes em relação à Companhia não divulgados no Formulário de Referência da Companhia, cuja omissão faça com que qualquer declaração do Formulário de Referência da Companhia seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente;
- s) todas as informações fornecidas pela Companhia no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para os investidores, permitem aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- t) a Conta Centralizadora, até a liquidação integral de todas as obrigações da Emissora previstas na Escritura de Emissão, será a conta para qual todos os recebíveis vinculados aos CCEARs serão diretamente transferidos, sob pena de vencimento antecipado automático das Debêntures.

3.2. Até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, a Cedente compromete-se a:

- a) não constituir sobre os Direitos Cedidos qualquer outro ônus ou gravame além da cessão fiduciária prevista neste Contrato e não vender, ceder em garantia, arrendar, alugar ou de qualquer outra forma alienar qualquer parte dos Direitos Cedidos a terceiros;
- b) manter os Debenturistas indenizados e a salvo de todos e quaisquer custos e despesas (incluindo, mas sem limitação, honorários e despesas advocatícios) razoáveis comprovadamente incorridos como resultado: (i) de qualquer comprovada violação pela Cedente de qualquer das declarações emitidas ou das obrigações assumidas neste Contrato; e (ii) em relação à formalização e aperfeiçoamento da Cessão Fiduciária de acordo com este Contrato;
- c) no prazo de 3 (três) dias úteis contados a partir do momento em que tomar ciência, informar ao Agente Fiduciário qualquer constrição que recair sobre os Direitos Cedidos;
- d) defender às suas expensas, de forma tempestiva e eficaz, os direitos dos Debenturistas sobre os Direitos Cedidos, contra evento, fato ou circunstância, incluindo, sem limitação, ação judicial, procedimento



ew

administrativo, procedimento arbitral, reivindicação, investigação ou alteração de legislação (ou na sua interpretação) ou, ainda, qualquer evento, fato ou circunstância potencial que vier a ser de seu conhecimento que possam, de qualquer forma, afetar adversamente a presente garantia, mantendo o Agente Fiduciário e os Debenturistas informados por meio de relatórios, descrevendo o ato, ação, procedimento e processo em questão e as medidas tomadas pela respectiva parte, bem como defender a titularidade dos Direitos Cedidos e a preferência do referido direito de garantia ora criado contra qualquer pessoa e contra a criação de quaisquer ônus ou gravames;

- e) mencionar nas demonstrações financeiras, em estrita observância às normas contábeis em vigência e aplicáveis à Cedente, a cessão fiduciária em garantia prevista neste Contrato;
- f) não terminar ou alterar quaisquer contratos ou instrumentos relacionados aos Direitos Cedidos, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas;
- g) comunicar ao Agente Fiduciário, caso tenha ciência de qualquer acontecimento que possa depreciar ou ameaçar a garantia ora prestada neste Contrato, dentro de 10 (dez) dias úteis contados do conhecimento de tal fato;
- h) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, ou em prazo menor que venha a ser determinado por autoridade competente, fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações, cópias de documentos, declarações e comprovações que venham a ser solicitadas com relação aos Direitos Cedidos, de forma a permitir que o Agente Fiduciário verifique o cumprimento das obrigações ora assumidas e executem, caso aplicável, as disposições deste Contrato;
- i) quando solicitado pelo Agente Fiduciário, fornecer, em até 10 (dez) dias úteis, todas as informações e/ou cópias autenticadas dos documentos comprobatórios relacionados aos Direitos Cedidos e as Contas Reserva para verificar o atendimento às disposições deste Contrato, bem como dar cumprimento a todas as instruções escritas recebidas do Agente Fiduciário para o cumprimento deste Contrato, especialmente quando da ocorrência de um evento de inadimplência, nos termos da Escritura de Emissão;
- j) praticar todos os atos necessários ao depósito da totalidade das receitas relacionadas aos Direitos Cedidos nas Contas Reserva, mantendo o seu



Handwritten signature or initials.

domicílio bancário no Banco Administrador exclusivamente para os fins estipulado na Cláusula 1.1. acima;

- k) não utilizar as Contas Reserva para outra finalidade e/ou de outra forma que não as descritas nas Cláusulas 1.1 (a) e 1.1. (b) deste Contrato; e
- l) não celebrar qualquer contrato ou praticar qualquer ato que restrinja os direitos ou a capacidade dos Debenturistas de venderem ou de outra forma dispor dos Direitos Cedidos, no todo ou em parte, após a ocorrência e continuidade de um evento de inadimplemento, conforme definido na Escritura de Emissão e desde que não sanado no respectivo prazo de cura.

3.3. O Agente Fiduciário declara que todos e quaisquer valores que venham a deter, a qualquer tempo, deverão ser por ele recebidos e mantidos em caráter exclusivamente fiduciário e na condição de depositário para o benefício dos Debenturistas e deverão permanecer segregados de quaisquer outros bens ou recursos de sua propriedade.

CLÁUSULA QUARTA - EXECUÇÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA

4.1. Caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures e a Cedente não promova ao resgate da totalidade das Debêntures da respectiva Série, no prazo e nos termos previstos na Cláusula 6.25.4 da Escritura de Emissão, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, poderão promover a execução dos Direitos Cedidos, tendo o direito de imediatamente exercer sobre os direitos cedidos todos os poderes que lhes são assegurados pela legislação vigente, podendo ainda a seu critério, adotar os seguintes procedimentos:

- a) o Agente Fiduciário, nos termos deste Contrato, estará autorizado, de forma irrevogável e irretroatável, a exigir, mediante notificação enviada ao Banco Administrador, que seja mantido o depósito dos recursos relativos aos Direitos Cedidos diretamente nas Contas Reserva (ou em qualquer outra, a critério do Agente Fiduciário), bloqueadas em favor dos Debenturistas, nos termos do inciso IV do artigo 19 da Lei 9.514/97, para que sejam utilizados no pagamento das Obrigações Garantidas, devendo ser deduzidos todos os tributos e despesas razoáveis e eventualmente incidentes que o Agente Fiduciário venha comprovadamente a incorrer, devendo ser entregue às Cedentes o que eventualmente sobejar;
- b) havendo, após a execução desta garantia conforme previsto no item "a" acima, saldo em aberto das Obrigações Garantidas, a Cedente permanecerá responsável por tal saldo até sua efetiva e total liquidação;



Handwritten signature or initials.

- c) o exercício da prerrogativa prevista no item "a" acima não impedirá o Agente Fiduciário de executar as demais Garantias de forma simultânea ou não; e
- d) caso, após a total liquidação do saldo devedor das Obrigações Garantidas, seja verificada a existência de saldo excedente, referido saldo deverá ser imediatamente disponibilizado pelo Agente Fiduciário à Cedente.

4.2. A Cedente concorda e reconhece expressamente que o Agente Fiduciário poderá praticar todos os atos necessários para a transferência dos Direitos Cedidos, receber valores, dar quitação e transigir, podendo solicitar todas as averbações, registros e autorizações, desde que devidamente observadas as condições de execução da cessão fiduciária previstas nesta Cláusula e na legislação aplicável.

4.3. A Cedente desde já se obriga a praticar todos os atos e cooperar com o Agente Fiduciário em tudo que se fizer necessário ao cumprimento dos procedimentos aqui previstos, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias ao recebimento dos Direitos Cedidos.

4.4. A Cedente, por este ato, de forma irrevogável e irretratável, obriga-se a renovar a procuração outorgada ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula Quinta abaixo sempre que necessário, durante a vigência deste Contrato, outorgando-lhes novas procurações pelo prazo máximo permitido de acordo com os documentos societários da Cedente e com a lei aplicável.

4.5. A Cedente renuncia neste ato a qualquer direito ou privilégio legal ou contratual que possa afetar a livre e integral exequibilidade e transferência dos Direitos Cedidos no caso de sua excussão.

CLÁUSULA QUINTA – DO MANDATO

5.1. Fica o Agente Fiduciário, para os fins e efeitos deste Contrato e desta Cláusula Quinta, irrevogável e expressamente autorizado a, no caso de um evento de inadimplemento, conforme definido na Escritura de Emissão, e de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura de Emissão, receber, resgatar, alienar, ceder ou transferir, nas melhores condições e preço comercialmente disponíveis, parte ou a totalidade dos Direitos Cedidos, desde que não seja realizada por preço vil, nomeando-o, a Cedente, nos termos dos artigos 683 e seguintes do Código Civil, em caráter irrevogável e irretratável, seu procurador para que o Agente Fiduciário pratique todos os atos e assine todos os documentos que necessários forem, cujos emolumentos e despesas razoavelmente despendidos que o Agente Fiduciário venha comprovadamente incorrer serão suportados exclusivamente pela Cedente e, em especial, para a execução plena da



[Handwritten signature]

presente garantia. Para tanto, a Cedente, nesta data, entrega ao Agente Fiduciário procuração na forma do **Anexo VII** a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DA GARANTIA

6.1. Uma vez adimplidas as Obrigações Garantidas, a garantia constituída através deste Contrato considerar-se-á automaticamente liberada, independentemente de qualquer notificação. Sendo certo que, para formalizar referida liberação, a Cedente solicitará ao Agente Fiduciário o respectivo termo de liberação, que deverá ser fornecido em até 5 (cinco) dias contados do recebimento da solicitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Vigência. Não obstante a ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Escritura de Emissão, todos os acordos, declarações e as garantias da presente cessão fiduciária permanecerão gerando plenos efeitos e em vigor, válidos e exequíveis até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas (mesmo que haja uma execução parcial deste Contrato).

7.2. Se qualquer termo ou disposição deste Contrato for considerado por qualquer tribunal competente como sendo nulo, inválido ou inexecutável, o restante deste Contrato não será afetado por esta decisão, sendo que cada termo, avença e condição remanescente deste Contrato continuará válido e será cumprido na forma permitida na legislação aplicável.

7.3. Fica expressamente estabelecido que a abstenção ou atraso no exercício, por qualquer das Partes, de quaisquer direitos ou faculdades assegurados em lei, na Escritura de Emissão ou no presente Contrato, ou a sua tolerância com atrasos no cumprimento das Obrigações Garantidas, neste Contrato ou na Escritura de Emissão, constituir-se-á em mera liberalidade e não implicará novação, tácita ou expressa, ou alteração contratual, nem impedirá que a qualquer momento a Parte, a seu exclusivo critério, venha a exercer os aludidos direitos e faculdades.

7.4. Cessão ou Transferência. É expressamente vedada a transferência, a quaisquer terceiros, de quaisquer das obrigações aqui previstas, total ou parcialmente, salvo mediante prévia e expressa anuência da outra Parte e desde que o novo cessionário concorde integralmente com os termos e condições deste Contrato, ficando ressalvado ao Agente Fiduciário e ao Banco Administrador a cessão ou transferência à outra instituição de seu grupo econômico.

7.5. Termos Iniciados em Maiúscula. Os termos iniciados em letra maiúscula e não expressamente definidos neste Contrato terão o significado que lhes foi



atribuído na Escritura de Emissão. Em caso de inconsistência, deve prevalecer a definição da Escritura de Emissão.

7.6. Irrevogabilidade e Sucessão. Este Contrato obriga irrevogavelmente e irretratavelmente as Partes contratantes, bem como seus sucessores ou cessionários a qualquer título, sendo cada parte responsável pelos atos e omissões de seus respectivos funcionários, administradores ou gerentes, prestadores de serviço, contratados ou prepostos, sob qualquer denominação. As obrigações contidas neste Contrato não serão afetadas nas hipóteses de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, reorganização societária, insolvência, morte ou incapacidade de qualquer pessoa relacionada à Cedente.

7.7. O presente Contrato não poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas, condições ou disposições, a não ser mediante prévio e comum acordo, por escrito, entre todas as Partes.

7.8. A renúncia, por qualquer das Partes, em relação a qualquer direito, obrigação ou exigência decorrente deste Contrato, terá efeito somente se apresentada por escrito. Nenhuma tolerância ou atraso de qualquer das Partes em fazer cumprir ou exigir o cumprimento dos direitos e obrigações convencionados neste Contrato constituirá novação ou precedente de qualquer natureza, nem prejudicará ou restringirá o exercício dos mesmos direitos e obrigações em igual situação no futuro, bem como não isentará, em nenhum caso, qualquer das Partes do integral cumprimento de suas obrigações de acordo com o aqui convencionado e previsto. Qualquer alteração ao presente Contrato deverá ser formalizada por escrito pelas Partes signatárias e registrada nos mesmos Cartórios de Títulos e Documentos em que este Contrato estiver registrado, às custas da Companhia.

7.9. Se qualquer termo ou outra disposição deste Contrato for ilegal ou impossível de ser aplicado por qualquer lei ou política pública, mesmo assim, todos os demais termos e disposições deste Contrato continuarão em pleno vigor e efeito, desde que o conteúdo econômico ou jurídico das operações aqui contempladas não seja afetado negativamente de forma significativa em relação a qualquer das Partes. Mediante a determinação de que qualquer termo ou outra disposição seja inválida, ilegal ou impossível de ser aplicada, as Partes negociarão em boa fé para modificar o presente Contrato de modo a atingir tanto quanto possível o objetivo original.

7.10. As comunicações a serem enviadas por quaisquer das Partes nos termos deste Contrato, se feitas por fax ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas



Handwritten signature or initials.

entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

CEDENTE:

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Av. Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, Pau Ferro - Zona Rural.

CEP: 53670-000, Igarassu, PE

At.: Paulo Cesar Rutzen

Tel.: (51) 3025-8080

Email: ri@utepeiii.com.br

AGENTE FIDUCIÁRIO:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04

CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro e Marcelle Motta Santoro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

BANCO ADMINISTRADOR

Itaú Unibanco S.A.

CA Tatuapé

Rua Santa Virginia, 299 - Prédio II - Térreo - São Paulo - SP

São Paulo, SP, Bairro: Tatuapé

CEP. 03084-010

At.: Gerência de Trustee

Email: trustee.operacional@itau-unibanco.com.br

7.10.1. As notificações enviadas por uma Parte a outra, nos termos deste Contrato, o serão por escrito, devendo ser remetidas por carta protocolada ou registrada nos endereços constantes da Cláusula 7.10, sendo consideradas como recebidas respeitando-se o disposto na referida Cláusula 7.10. Caso haja recusa em receber as notificações, estas poderão ser feitas por meio de notificação judicial ou extrajudicial. Caso qualquer das Partes mude de endereço, deverá prontamente notificar a outra Parte, em tempo hábil para que eventual notificação seja entregue



22



no endereço correto, responsabilizando-se por qualquer dano que decorra dessa mudança de endereço eventualmente não informada.

7.10.2. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as Partes, tão logo tomem conhecimento.

7.11. Execução Específica. O presente Contrato (incluindo seus anexos) foi devidamente celebrado pelos representantes legais das Partes, os quais têm e deverão ter poderes para assumir, em seu nome, as respectivas obrigações aqui estabelecidas, constituindo este Contrato uma obrigação lícita e válida, exequível, em conformidade com seus termos, com força de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 585, inciso II do Código de Processo Civil. Cada uma das Partes poderá requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas pela outra Parte, conforme estabelecem os artigos 461, 461-A, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

7.12. Despesas. Toda e qualquer despesa necessária à boa formalização do presente Contrato, seus anexos, bem como aquelas decorrentes de seu registro junto aos cartórios e entidades competentes, assim como qualquer outra despesa necessária à segurança, comprovação da existência e regularidade do crédito e da garantia dos Debenturistas, desde que devidamente comprovadas, serão suportadas pela Cedente.

7.13. Foro. As Partes elegem o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como competente para dirimir toda e qualquer disputa decorrente do Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

7.14. Regência e Interpretação. O presente Contrato deverá ser regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

E, por estarem justas e acordadas, assinam as Partes este Contrato, em caráter irrevogável e irretratável, em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo perante as duas testemunhas adiante assinadas.

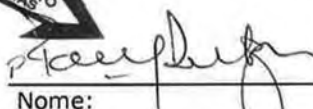
São Paulo, 15 de novembro de 2013.



W
C

Página 1/3 do Contrato de Cessão de Fiduciária de Contas e Outras Avenças firmado entre a Termelétrica Pernambuco III S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Itaú Unibanco S.A.




Nome: Paulo C. Rutzen
Diretor

TERMELETRICA PERNAMBUCO III S.A.




Nome: Giancarlo P. Bratkowski
Diretor

3º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE
Rua Gen. Câmara, 388 - Centro - CEP 91010-230 - Fone/fax: (51) 3221.5226
JACY FRANCO MOREIRA IBIAS - Tabelião

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de PAULO CESAR RUTZEN e GIANCARLO PORTO BRATKOWSKI por TERMELETRICA PERNAMBUCO III S.A. Dou fe 0455.01.1300006.56607 a 56608
Porto Alegre, 25 de novembro de 2013
Em Testemunho da Verdade
Sandro Frantz Nunes - Escrevente Autorizado
Emolumentos: R\$ 6,20 + Seio digital R\$ 0,00 - 11.50.21.1204169-35326 145

B903.518

Página 2/3 do Contrato de Cessão de Fiduciária de Contas e Outras Avenças
firmado entre a Termelétrica Pernambuco III S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários e Itaú Unibanco S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

Marcelle Santoro
Marcelle Santoro
Diretora

2 Serviço Notarial RJ- Tabelião ADILSON WAGNER FIRMINO
ESTRADA DOS BANDEIRANTES 209-TAQUARA- TEL 3342-8163 Nº:131122050036
Reconheço por semelhança a firma de: MARCELLE MOTTA SANTORO, a qual
confero com o padrão arquivado em Cartório.
Valores Rio de Janeiro, 22 de Novembro de 2010
Firma.....R\$ 4.09 Em testemunho de Alberto Marques dos Santos
Proc.dados.....R\$ 1.45
Total.....R\$ 5.54

ESCREVENTE- ALBERTO MARQUES DOS SANTOS 8631 Série 105 RJ



27 NOV. 2013

Nome: Edson França de Avellar Filho
Cargo: Gerente

Nome: Amanda Xavier
RG: 27389206-9
CPF: 302183128-14

Nome: _____
RG: _____
CPF: _____



1845281

Rio de Janeiro, 03/12/2013
BERNARDINO DE CARVALHO
03754553704



1097 AA982986

4 2 TABELIÃO DE NOTAS - Estado de São Paulo - Comarca da Capital
RUA ESTADOS UNIDOS, 455 - CEP: 01427-000 - FONE: (0XX11) 388.1167
Tabelião: Bel. OSVALDO CANHEO - Tabelião Substituto: Bel. ANTONIO CANHEO Filho

Reconheço por semelhança as firmas de:
AMANDA RIBEIRO XAVIER e
ANDREA RADI BELICUAS
 São Paulo, 27/11/2013

Em test^o ☒ da verdade

Andre Ricardo Parolini - Escrevente Autorizado
VÁLIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU
Documentos com valor econômico R\$ 12,00

1038AA664615



ANEXO I

DESCRIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

1.1. Para fins do artigo 1.424 do Código Civil, as Obrigações Garantidas possuem as seguintes características:

(i) **Valor Total da Emissão:** R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), em 15 de novembro de 2013 ("Data de Emissão");

(ii) **Data de Vencimento:** As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"). As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 3 (três) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de fevereiro de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série"). As Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série"). As Debêntures da Quarta Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 9 (nove) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de agosto de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, com a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série e com a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, "Datas de Vencimento das Debêntures").

(iii) **Taxa De Juros:** as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a uma sobretaxa, na forma percentual ao ano, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 355 (trezentos e cinquenta e cinco) pontos base ao ano, acrescida exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas anuais aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 08/2020 ("NTN-B/20"), divulgadas pela ANBIMA, a ser apurada entre o 3º (terceiro) e o 4º (quarto) Dia Útil imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias), base 252 Dias Úteis ("Juros Remuneratórios das Debêntures"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração das Debêntures de cada Série, conforme aplicável, calculado em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, e pagos anualmente, conforme definido na fórmula na Escritura de Emissão e transcrita no Prospecto Preliminar ("Remuneração").



CW



(iv) **Atualização Monetária:** as Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado anualmente ("Atualização Monetária"), a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("IPCA"), calculada *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado das Debêntures"), conforme fórmula descrita na Escritura de Emissão.

(v) **Encargos Moratórios:** ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

1.2. Os demais termos e condições estão previstos na Escritura de Emissão.



Handwritten signature



ANEXO II
Seguros contratados no âmbito do Projeto

Nome da Seguradora	Número da Apólice	Objeto	Valor Assegurado
J. Malucelli Seguradora S.A	06-0775-0153910	Assegura os prejuízos decorrente do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da Autorização	R\$16.469.180,00
Argo Seguros	027982012010167000043	Pernambuco III Usina termelétrica com 23 motogeradores Wartsila W20V32, com 8,9 MW cada.	R\$ 325.000.000,00



Handwritten signature/initials.



ANEXO III

Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

Contrato	Distribuidora
CCEAR Nº 9626/08 - 94387NE	Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. - AES SUL
CCEAR Nº 9628/08 - 94389NE	Ampla Energia e Serviços S.A.
CCEAR Nº 9629/08 - 94390NE	Bandeirante Energia S.A.
CCEAR Nº 9630/08 - 94391NE	CAIUÁ - Distribuição de Energia S.A.
CCEAR Nº 9631/08 - 94392NE	Companhia Energética de Alagoas - CEAL
CCEAR Nº 9632/08 - 94393NE	CEB Distribuição S.A.
CCEAR Nº 9633/08 - 94394NE	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE
CCEAR Nº 9634/08 - 94395NE	CELG Distribuição S.A.
CCEAR Nº 9635/08 - 94396NE	Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
CCEAR Nº 9636/08 - 94397NE	Companhia Energética de Pernambuco - CELPE
CCEAR Nº 9637/08 - 94398NE	Companhia de Energia Elétrica do Estado Do Tocantins - CELTINS
CCEAR Nº 9638/08 - 94399NE	Companhia Energética do Maranhão - CEMAR
CCEAR Nº 9639/08 - 94400NE	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT
CCEAR Nº 9640/08 - 94401NE	Companhia Energética do Piauí - CEPISA
CCEAR Nº 9641/08 - 94402NE	Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON
CCEAR Nº 9642/08 - 94403NE	Companhia Força e Luz Do Oeste - CFLO
CCEAR Nº 9643/08 - 94404NE	Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE
CCEAR Nº 9644/08 - 94405NE	Companhia de Eletricidade do Estado Da Bahia - COELBA
CCEAR Nº 9645/08 - 94406NE	Companhia Energética do Ceará - COELCE
CCEAR Nº 9646/08 - 94407NE	COPEL Distribuição S.A.
CCEAR Nº 9647/08 - 94408NE	Companhia Energética do Rio Grande Do Norte - COSERN
CCEAR Nº 9648/08 - 94409NE	Companhia Jaguarí de Energia - CPFL JAGUARI
CCEAR Nº 9649/08 - 94410NE	Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL PAULISTA
CCEAR Nº 9650/08 - 94411NE	Companhia Piratininga de Força e Luz S.A. - CPFL PIRATININGA
CCEAR Nº 9651/08 - 94412NE	Companhia Luz e Força Santa Cruz - CPFL STA CRUZ
CCEAR Nº 9652/08 - 94413NE	Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB
CCEAR Nº 9653/08 - 94414NE	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.



Handwritten signature



CCEAR Nº 9654/08 - 94415NE	Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE
CCEAR Nº 9655/08 - 94416NE	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
CCEAR Nº 9656/08 - 94417NE	Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.
CCEAR Nº 9657/08 - 94418NE	Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.
CCEAR Nº 9658/08 - 94419NE	Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
CCEAR Nº 9659/08 - 94420NE	Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.
CCEAR Nº 9660/08 - 94421NE	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL
CCEAR Nº 9661/08 - 94422NE	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA
CCEAR Nº 9662/08 - 94423NE	Light Serviços de Eletricidade S.A. - LIGHT SESA
CCEAR Nº 9627/08 - 94388NE	Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - Amazonas ENERGIA
CCEAR Nº 9663/08 - 94424NE	Empresa De Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.
CCEAR Nº 9664/08 - 94425NE	Rio Grande Energia S.A. - RGE



CNV



ANEXO IV
Modelo de Notificação ao Poder Concedente

Para: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
[Endereço]

Data: [____]

A **Termelétrica Pernambuco III S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, na Av. Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 10.502.676/0001-37, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Companhia"), por meio deste instrumento, de forma irrevogável e irretratável, comunica à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL que, em garantia do integral cumprimento de todas as obrigações que serão assumidas pela Companhia, junto aos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão da Companhia ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), conforme a Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional da Termelétrica Pernambuco III S.A", pretende ceder fiduciariamente aos Debenturistas, em caráter irrevogável, irretratável e sem exceção, os direitos que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham ser devidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") à Companhia, inclusive os relativos a eventuais indenizações em decorrência da extinção ou revogação da autorização que a Companhia possui para explorar as atividades da UTE Pernambuco III, concedida por meio da Portaria nº 260, de 2 de julho de 2009, do Ministério de Minas e Energia e das Resoluções Autorizativas nºs 3.078/2011 e 3.375/2012 da ANEEL ("Direitos Devidos").

Assim sendo, a Companhia comunica que, a partir desta data, todo e qualquer pagamento que seja devido pela ANEEL à Companhia relacionado aos Direitos Devidos, deverá ser efetuado exclusivamente na conta corrente nº 15302-2, mantida na agência 8541 do Itaú Unibanco S.A., de titularidade da Companhia.

A cessão fiduciária dos direitos já mencionados foi firmada em caráter irrevogável e irretratável e, em assim sendo, qualquer pedido de alteração nos termos e condições aqui mencionados só terá validade se for firmado pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, agente fiduciário da emissão das Debêntures.



CNP



A Companhia solicita que seja dado seu consentimento aos termos descritos nesta carta, assinando a presente carta devolvendo-o à Companhia, em até 2 (dois) dias contados desta data.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Ciente e De Acordo:

Data:

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



ent



ANEXO V
Modelo de Notificação de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de
Garantia às partes do(s) CCEARs

Para: [•]
[Endereço]

Data: [_____]

A **Termelétrica Pernambuco III S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, na Av. Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 10.502.676/0001-37, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Companhia"), por meio deste instrumento, de forma irrevogável e irretratável, comunica ao ["DISTRIBUIDORA"] que, em garantia do integral cumprimento de todas as obrigações que serão assumidas pela Companhia, junto aos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão da Companhia ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), conforme a Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional da Termelétrica Pernambuco III S.A", celebrado em 25 de outubro de 2013, pretende ceder fiduciariamente aos Debenturistas, em caráter irrevogável, irretratável e sem exceção, os direitos de crédito, já existentes e que venham a existir, considerando exclusivamente as receitas fixas oriundas do "Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado", celebrado em [•] ("Contrato").

Assim sendo, a Companhia comunica que, a partir desta data, todo e qualquer pagamento que seja devido por ["DISTRIBUIDORA"] à Companhia relacionado ao referido Contrato, deverá ser efetuado exclusivamente na conta corrente nº 15297-4, mantida na agência 8541, do Itaú Unibanco S.A., de titularidade da Companhia.

A cessão fiduciária dos direitos já mencionados será firmada em caráter irrevogável e irretratável e, em assim sendo, qualquer pedido de alteração nos termos e condições aqui mencionados só terá validade se for firmado pela **Pentágono S.A.** Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, agente fiduciário da emissão das Debêntures.



C. M. S.



A Companhia solicita que seja dado seu consentimento aos termos descritos nesta carta, assinando a presente carta devolvendo-o à Companhia, em até 2 (dois) dias contados desta data.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Ciente e De Acordo:

Data:

[--]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



[Handwritten signature]

ANEXO VI
Modelo de Notificação às Seguradoras

[data]

À

[SEGURADORA]

[endereço]

Com cópia

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 4, sala 514

22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sr. Marco Aurélio Ferreira

Ref.: Notificação de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios

Prezados Senhores,

Vimos, pela presente, notificá-los da cessão fiduciária de recebíveis constituída pela **Termelétrica Pernambuco III S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, na Av. Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro – Zona Rural, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 10.502.676/0001-37, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Outorgante") em favor da **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos interesses da comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão da Outorgante ("Debêntures"), por meio do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos Sobre Contas e Outras Avenças", celebrado em 15 de novembro de 2013 ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"). No âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, foi cedida fiduciariamente em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a titularidade e a posse indireta do direito de receber indenizações e pagamentos dos seguros identificados no Anexo I a este instrumento contratados com V.Sas. ("Seguros").

Isto posto, requeremos, de forma irretratável e irrevogável:



Handwritten signature or initials.



- (i) a inclusão do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, como beneficiário de todas as apólices dos Seguros; e
- (ii) todos os montantes decorrentes do pagamento, a qualquer título, dos Seguros acima relacionados, acima de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sejam depositados exclusivamente na conta corrente nº 15302-2, mantida na agência 8541 do Itaú Unibanco S.A.

Solicitamos a aposição da assinatura de Vossos representantes legais ao final desta notificação, o que indicará recebimento, bem como integral ciência e concordância aos termos da presente notificação.

Declaramos, por fim, que esta notificação é feita em caráter irrevogável e irretratável, razão pela qual eventual alteração quanto aos termos e condições aqui dispostos dependerá obrigatoriamente da anuência do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas. Neste sentido, ressaltamos que qualquer instrução diversa da contida nesta notificação deverá ser acatada por V.Sas. apenas quando assinada em conjunto pelo Agente Fiduciário.

Sendo o que nos resta para o momento, colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Termelétrica Pernambuco III S.A.,

Ciente e de acordo em ____/____/____

[Seguradora]



Cnr

Anexo VII
Modelo de Procuração

Pelo presente instrumento, **Termelétrica Pernambuco III S.A.**, sociedade por ações, em fase de registro de companhia aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, na Av. Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 10.502.676/0001-37, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Outorgante**"), nomeia e constitui, de forma irrevogável e irretratável, a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 ("**Agente Fiduciário**"), como seu bastante procurador, nos termos do artigo 653 e seguintes do Código Civil, com poderes para, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei, especialmente aqueles previstos no Código Civil, em seu nome, na mais ampla medida permitida pelas leis aplicáveis, tudo em relação ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos, datado de 15 de novembro de 2013, celebrado entre a Outorgante, os Agente Fiduciário e o Banco Itaú Unibanco S.A. (doravante denominado "**Contrato de Cessão Fiduciária**"):

(a) independentemente da ocorrência de qualquer fato, declaração de vencimento antecipado das Debêntures:

(i) exercer todos os atos necessários à conservação e defesa dos Direitos Cedidos; e

(ii) celebrar qualquer documento e praticar qualquer ato, em nome da Cedente, caso esta não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento de solicitação do Agente Fiduciário nesse sentido ou em prazo inferior que venha a ser estabelecido pela regulamentação ou legislação aplicável, relativo à garantia constituída nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, na medida em que seja o referido ato ou documento necessário para constituir, conservar, formalizar ou validar a referida garantia, sempre visando o melhor interesse dos Debenturistas.

(b) na hipótese de ser declarado o vencimento antecipado das Debêntures e a Cedente não promova ao resgate da totalidade das Debêntures da respectiva Série, no prazo e nos termos previstos na Cláusula 6.25.4 da Escritura de Emissão:



CW

(i) movimentar as Contas Reserva para utilizar os recursos relativos aos Direitos Cedidos, aplicando-o na quitação das Obrigações Garantidas, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 661 do Código Civil Brasileiro e artigo 19 da Lei 9.514; e

(ii) representar a Cedente (a) perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") na prática de todo e qualquer ato referente aos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado celebrados entre a Cedente e as distribuidoras que participaram do leilão de venda de energia elencados no **Anexo A ("CCEAR's")**, incluindo, mas não se limitando ao envio de notificações à CCEE para indicação de conta corrente de titularidade de terceiros para depósito dos direitos creditórios originados dos CCEAR's; e (b) no âmbito dos CCEAR's na prática de todo e qualquer ato referente a esses contratos, incluindo, mas não se limitando à notificação às distribuidoras e celebração de aditamentos aos CCEAR's para qualquer alteração da conta corrente de titularidade da Cedente para depósito dos direitos creditórios deles originados; e

(iii) para garantir o cumprimento do previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, representar a Cedente na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros e agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais incluindo, entre outras, Registros de Títulos e Documentos, Cartórios de Protesto, instituições bancárias, Banco Central do Brasil e Secretaria da Receita Federal, em relação aos Direitos Creditórios e a este Contrato, sempre visando o melhor interesse dos Debenturistas.

Termos em maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste instrumento terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato de Cessão Fiduciária e na Escritura de Emissão.

Os poderes aqui outorgados são adicionais aos poderes outorgados pela Outorgante ao Agente Fiduciário nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e não cancelam ou revogam qualquer um de tais poderes, e o Agente Fiduciário poderá substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reserva, os poderes ora conferidos.

Esta procuração é irrevogável, irretratável, válida e efetiva, conforme previsto no artigo 684 e seguintes do Código Civil, até que as Obrigações Garantidas definidas no Contrato de Cessão Fiduciária tenham sido integralmente pagas.



en



A presente procuração será regida e interpretada em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.

São Paulo, 15 de novembro de 2013.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



Handwritten signature or initials.



ANEXO A

Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

Contrato	Distribuidora
CCEAR Nº 9626/08 - 94387NE	Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. - AES SUL
CCEAR Nº 9628/08 - 94389NE	Ampla Energia e Serviços S.A.
CCEAR Nº 9629/08 - 94390NE	Bandeirante Energia S.A.
CCEAR Nº 9630/08 - 94391NE	CAIUÁ - Distribuição de Energia S.A.
CCEAR Nº 9631/08 - 94392NE	Companhia Energética de Alagoas - CEAL
CCEAR Nº 9632/08 - 94393NE	CEB Distribuição S.A.
CCEAR Nº 9633/08 - 94394NE	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE
CCEAR Nº 9634/08 - 94395NE	CELG Distribuição S.A.
CCEAR Nº 9635/08 - 94396NE	Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
CCEAR Nº 9636/08 - 94397NE	Companhia Energética de Pernambuco - CELPE
CCEAR Nº 9637/08 - 94398NE	Companhia de Energia Elétrica do Estado Do Tocantins - CELTINS
CCEAR Nº 9638/08 - 94399NE	Companhia Energética do Maranhão - CEMAR
CCEAR Nº 9639/08 - 94400NE	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT
CCEAR Nº 9640/08 - 94401NE	Companhia Energética do Piauí - CEPISA
CCEAR Nº 9641/08 - 94402NE	Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON
CCEAR Nº 9642/08 - 94403NE	Companhia Força e Luz Do Oeste - CFLO
CCEAR Nº 9643/08 - 94404NE	Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE
CCEAR Nº 9644/08 - 94405NE	Companhia de Eletricidade do Estado Da Bahia - COELBA
CCEAR Nº 9645/08 - 94406NE	Companhia Energética do Ceará - COELCE
CCEAR Nº 9646/08 - 94407NE	COPEL Distribuição S.A.
CCEAR Nº 9647/08 - 94408NE	Companhia Energética do Rio Grande Do Norte - COSERN
CCEAR Nº 9648/08 - 94409NE	Companhia Jaguari de Energia - CPFL JAGUARI
CCEAR Nº 9649/08 - 94410NE	Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL PAULISTA
CCEAR Nº 9650/08 - 94411NE	Companhia Piratininga de Força e Luz S.A. - CPFL PIRATININGA
CCEAR Nº 9651/08 - 94412NE	Companhia Luz e Força Santa Cruz - CPFL STA CRUZ
CCEAR Nº 9652/08 - 94413NE	Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB
CCEAR Nº 9653/08 - 94414NE	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.



ent



CCEAR Nº 9654/08 - 94415NE	Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE
CCEAR Nº 9655/08 - 94416NE	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
CCEAR Nº 9656/08 - 94417NE	Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.
CCEAR Nº 9657/08 - 94418NE	Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.
CCEAR Nº 9658/08 - 94419NE	Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
CCEAR Nº 9659/08 - 94420NE	Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.
CCEAR Nº 9660/08 - 94421NE	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL
CCEAR Nº 9661/08 - 94422NE	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA
CCEAR Nº 9662/08 - 94423NE	Light Serviços de Eletricidade S.A. - LIGHT SESA
CCEAR Nº 9627/08 - 94388NE	Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - Amazonas ENERGIA
CCEAR Nº 9663/08 - 94424NE	Empresa De Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.
CCEAR Nº 9664/08 - 94425NE	Rio Grande Energia S.A. - RGE



Handwritten signature or mark.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS

O presente contrato de administração de contas ("**Contrato**") é celebrado por e entre as seguintes partes (conjuntamente, as "**Partes**"):

1. **Termelétrica Pernambuco III S.A.**, sociedade por ações, em fase de registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, na Av. Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 10.502.676/0001-37, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**" ou "**Cedente**");
2. **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, neste ato representada na forma prevista em seu estatuto social ("**Banco Administrador**"); e
3. **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Agente Fiduciário**"), representando os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures de Emissão da Companhia (conforme termos abaixo definidos) ("**Debenturistas**").

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Cedente implementa e desenvolve o projeto de investimento de uma central geradora termelétrica denominada UTE Pernambuco III, localizada no município de Igarassu, Estado de Pernambuco ("**UTE Pernambuco III**"), que é um projeto de geração de energia de fonte térmica, com 200.790 Kw de potência instalada, cujo tipo de combustível é o óleo combustível OCB1, cujo ato de autorização para a Companhia explorar as atividades da UTE Pernambuco III,



12/

ocorreu por meio da Portaria nº 260, de 2 de julho de 2009, do Ministério de Minas e Energia e das Resoluções Autorizativas nºs 3.078/2011 e 3.375/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("**Projeto**", "**Autorização**" e "**Poder Concedente**", respectivamente);

- (B) a Companhia deliberou, em 25 de outubro de 2013, a emissão de 30.000 (trinta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia fidejussória adicional, em 4 (quatro) séries, para distribuição pública nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, ("**Emissão**", "**Debêntures**" e "**Oferta**", respectivamente), cujas condições e características estão descritas no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional da Termelétrica Pernambuco III S.A", celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário, a Hidrotérmica S.A. e a Bolognesi Participações S.A. ("**Escritura de Emissão**");
- (C) os recursos líquidos a serem obtidos pela Companhia com a Emissão serão destinados ao (1) pagamento de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da Caixa Econômica Federal – CEF e duas Cédulas de Crédito Bancário emitidas em favor do Banco Itaú BBA S.A. em 18 de janeiro de 2013, 22 de março de 2013 e 28 de agosto de 2013, respectivamente, no montante total de R\$ 313.000.000,00 (trezentos e treze milhões de reais), ("**CCBs**"), sendo que os recursos captados mediante a emissão das CCBs foram destinados, exclusivamente, à implementação e desenvolvimento do projeto de investimento da UTE Pernambuco III; e (2) para o pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas a serem incorridos a partir da data de liquidação da Oferta e relacionados ao Projeto ("**Investimentos Futuros**"), nos termos do prospecto preliminar e do prospecto definitivo da Oferta e do Formulário de Referência da Cedente, anexo a tais prospectos ("**Prospecto Preliminar**" e "**Prospecto Definitivo**", respectivamente, e, em conjunto, "**Prospectos**"), conforme descrito na Escritura de Emissão;
- (D) a Emissão será realizada nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, do Decreto Presidencial nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de



Handwritten signature or initials.

2011, da Portaria MME nº 260, de 2 de junho de 2009, para implementação do Projeto, considerado como prioritário nos termos da Portaria nº 187, emitida pelo Ministério de Minas e Energia em 06 de junho de 2013, e publicada no Diário Oficial da União em 7 de junho de 2013 e da Portaria nº 47, emitida pelo Ministério de Minas e Energia em 6 de fevereiro de 2012, e publicada no Diário Oficial da União em 9 de fevereiro de 2012;

- (E) para assegurar o integral pagamento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Companhia (seja na data de vencimento das Debêntures, seja em razão de vencimento antecipado das Debêntures) decorrentes da Escritura de Emissão, a Companhia cedeu fiduciariamente os direitos creditórios de sua titularidade sobre (a) todos os direitos emergentes da Autorização; (b) todos os valores a serem depositados e mantidos nas Contas Reserva (conforme abaixo definido); e (c) os CCEARs, bem como os direitos emergentes decorrentes dos CCEARs, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado nesta data entre a Companhia, o Banco Administrador e o Agente Fiduciário ("**Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**");
- (F) ainda, em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, foram constituídas as seguintes garantias reais em favor dos Debenturistas: (a) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia, de titularidade da Hidrotérmica S.A. e da Bolognesi Participações S.A., nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações, celebrado nesta data ("**Alienação Fiduciária de Ações**" e "**Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações**", respectivamente); e (b) alienação fiduciária de bens móveis nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia, celebrado nesta data ("**Alienação Fiduciária de Equipamentos**" e "**Instrumento de Alienação Fiduciária de Bens Móveis**", e quando em conjunto com o Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações e este Contrato, as "**Garantias Reais**" e "**Contratos de Garantias**", respectivamente);
- (G) adicionalmente às Garantias Reais, a Emissão contará com garantia fidejussória, representada por fiança bancária emitida pelo Banco Itaú BBA



1/

S.A., nos termos do Contrato de Fiança Bancária ("**Fiança Bancária Completion**") e, quando em conjunto com as Garantias Reais, denominados "**Garantias**"), conforme as disposições da Escritura de Emissão; e

- (H) a Cedente, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e o Banco Administrador pretendem estabelecer os termos, condições e procedimentos relativos à administração das Contas Reserva, conforme definidas abaixo;

ISTO POSTO, as Partes resolvem celebrar o presente Contrato, que passa a fazer parte integrante e inseparável do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

I. DEFINIÇÕES

1.1. Os termos e expressões abaixo, quando iniciados em maiúscula no presente Contrato, terão os respectivos significados a eles atribuídos na presente cláusula:

"**Agente Fiduciário**" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"**Alienação Fiduciária de Ações**" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"**Alienação Fiduciária de Equipamentos**" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"**Banco Administrador**" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"**Banco de Primeira Linha**" significa, um banco com classificação de *rating* mínimo de AA+ em escala local de acordo com as agências Standard & Poor's ou Fitch Ratings ou o equivalente pela Moody's, dentre instituições financeiras dos seguintes grupos econômicos: (i) Banco do Brasil S.A.; (ii) Caixa Econômica Federal; (iii) Itaú Unibanco S.A.; (iv) Banco Bradesco S.A.; (v) Banco Santander (Brasil) S.A.; ou (vi) HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo.

"**Banco Fiador**" tem o significado atribuído na Cláusula 4.3.

"**Brasil**" tem o significado atribuído na Cláusula 8.1(j).



"**Carta Fiança Overhaul**" tem o significado atribuído na Cláusula 4.3.

"**CNPJ/MF**" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"**Código Civil**" significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

"**Código de Processo Civil**" significa a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.

"**Companhia**" ou "**Cedente**" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"**Conta Centralizadora**" tem o significado atribuído na Cláusula 3.1.1.

"**Conta Livre Movimentação**" tem o significado atribuído na Cláusula 4.2(v).

"**Conta Pagamento Fixo O&M**" tem o significado atribuído na Cláusula 3.1.2.

"**Conta Provisionamento do Serviço da Dívida**" tem o significado atribuído na Cláusula 3.1.3.

"**Contas Reserva**" tem o significado atribuído na Cláusula 3.1.

"**Conta Reserva do Serviço da Dívida**" tem o significado atribuído na Cláusula 3.1.4.

"**Conta Reserva Overhaul**" tem o significado atribuído na Cláusula 3.1.5.

"**Contas Reserva Seguros**" tem o significado atribuído na Cláusula 3.1.6

"**Contrato**" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"**Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**" tem o significado atribuído no Preâmbulo.



12

"Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado" ou **"CCEARs"** significa os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado celebrados pela a Cedente.

"Contrato de O&M" significa o Contrato de Operação e Manutenção, celebrado, inicialmente, entre a Cedente a *Wärtsilä* Brasil Ltda., em 18 de setembro de 2013.

"Contratos de Garantias" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"CVM" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"Datas de Apuração da Reserva Serviço da Dívida" tem o significado atribuído na Cláusula 3.1.4.1.

"Datas de Apuração do Provisionamento Serviço da Dívida" tem o significado atribuído na Cláusula 3.1.3.1.

"Datas de Apuração Reserva Overhaul" tem o significado atribuído na Cláusula 3.1.5.1.

"Datas de Apuração Valor Mínimo nas Contas Reserva" tem o significado atribuído na Cláusula 4.8.

"Debêntures" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"Debenturistas" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"Direitos Creditórios" significam os direitos creditórios cedidos fiduciariamente pela Companhia ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

"Emissão" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"Escritura de Emissão" tem o significado atribuído no Preâmbulo.



Handwritten signature or initials.

"**Fiança Bancária Completion**" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"**Garantias**" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"**Garantias Reais**" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"**Instrução CVM 480**" tem o significado atribuído na Cláusula 6.1(c).

"**Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações**" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"**Instrumento de Alienação Fiduciária de Bens Móveis**" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"**Investimentos Permitidos**" tem o significado atribuído na Cláusula 3.4.

"**IPCA**" significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

"**Obrigações Garantidas**" tem o significado que lhe é atribuído nos Contratos de Garantias.

"**Oferta**" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"**Ordem de Prioridade de Pagamentos**" tem o significado atribuído na Cláusula 4.2.

"**Overhauls**" ou "**Revisão das Unidades Geradoras**" significa as manutenções programadas de grande porte, as quais deverão ser feitas em cada um dos motores, após terem atingido determinados tempo de operação.

"**Partes**" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"**Pessoas Beneficiárias de Indenização**" tem o significado atribuído na Cláusula 7.4.



[Handwritten signature]

"**Projeto**" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"**Prospecto Definitivo**", "**Prospecto Preliminar**" e "**Prospectos**" têm o significado atribuído no Preâmbulo.

"**Receita Fixa**" significa o valor de remuneração anual da Companhia, paga mensalmente, correspondente à soma das receitas fixas indicadas nos CCEARs celebrados entre a Companhia e o *pool* de compradores, ou seja, as distribuidoras que participaram do leilão de venda de energia, com atualização monetária a ser realizada anualmente pelo IPCA, todo mês de Novembro, obedecendo a seguinte fórmula:

$$RF_i = RF_0 \times (IPCA_i / IPCA_0)$$

onde:

RF_i = Receita Fixa corrigida;

RF_0 = Receita Fixa a corrigir, correspondente ao valor de R\$ 74.607.401,10 (setenta e quatro milhões, seiscentos e sete mil, quatrocentos e dez reais e dez centavos) ao ano ;

$IPCA_i$ = é o número índice do IPCA do mês de outubro e, para os cálculos a serem efetuados, deverão ser adotadas seis casas decimais; e

$IPCA_0$ = é o número índice do IPCA referente ao mês de janeiro de 2008;

"**Receita Variável**" significa o valor de ressarcimento do custo do valor variável (CVU) referente à soma do custo de combustível e do custo de O&M variável, para cada MWh gerado pela usina, necessário para cobrir todos os custos de operação da usina, exceto os já coberto pela Receita Fixa, conforme definida no Anexo II do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado.

"**Recursos do Provisionamento do Serviço da Dívida**" tem o significado atribuído na Cláusula 3.1.3.

"**Reserva Overhaul**" tem o significado atribuído na Cláusula 3.1.5.

"**Reserva Serviço da Dívida**" tem o significado atribuído na Cláusula 3.1.4.



14/11

"Serviço da Dívida" significa a amortização das Debêntures e o pagamento da remuneração das Debêntures nos termos da Escritura de Emissão.

"UTE Pernambuco III" tem o significado atribuído no Preâmbulo.

"Valor Fixo O&M" significa o valor a ser pago pelo serviço fixo de operação e manutenção dentro de Contrato de O&M, equivalente inicialmente ao montante mensal de R\$ 365.431,00 (trezentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e um reais) durante a fase pré-operacional, e de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) durante a fase operacional, pagos pela Cedente independente de geração de energia elétrica líquida. O Valor Fixo O&M será calculado *pro rata die*, corrigido (frequência e índice) nos termos do Contrato de O&M.

1.2. Todos os termos e expressões no singular definidos neste Contrato deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa. Termos e expressões iniciados ou grafados com letra maiúscula, cuja definição não conste deste Contrato, terão os respectivos significados a eles atribuídos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

II. OBJETO

2.1. Este Contrato tem por objeto regular os termos e condições segundo os quais atuará o Banco Administrador, responsável pela administração dos Direitos Creditórios e das Contas Reserva, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

III. FUNÇÕES E CARACTERÍSTICAS DAS CONTAS RESERVA

3.1. A Companhia compromete-se a manter seus recursos depositados em contas bancárias, cujos respectivos Direitos Creditórios foram cedidos fiduciariamente ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a saber: (i) Conta Centralizadora; (ii) Conta Pagamento Fixo O&M; (iii) Conta Provisionamento do Serviço de Dívida; (iv) Conta Reserva Serviço da Dívida; (v) Conta Reserva *Overhaul* e (vi) Conta



Handwritten signature or initials.

Reserva Seguros, conforme a seguir identificadas e descritas (conjuntamente, "**Contas Reserva**").

3.1.1. *Conta Centralizadora.* A conta centralizadora consistirá na conta bancária na qual serão centralizados os depósitos referentes à totalidade da receita da Companhia decorrente da venda de energia elétrica, incluindo recursos provenientes dos Direitos Creditórios, com as seguintes características ("**Conta Centralizadora**"):

(a) conta de titularidade da Companhia, mantida junto ao Banco Administrador na agência 8541, sob o nº 15297-4, administrada unicamente pelo Banco Administrador, mediante notificação do Agente Fiduciário nos termos da Cláusula IV abaixo, não movimentável pela Companhia e centralizadora da totalidade das receitas decorrentes dos Direitos Creditórios; e

(b) a Conta Centralizadora será movimentada unicamente pelo Banco Administrador nos termos da Ordem de Prioridade de Pagamentos, mediante transferências notificadas pelo Agente Fiduciário até às 13h00, vedada a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação contra ela, assim permanecendo até a liquidação final de todas as obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

3.1.2. *Conta Pagamento Fixo O&M.* A Conta Pagamento Fixo O&M consistirá na conta bancária destinada inicialmente para receber todos os recursos referentes à Receita Fixa transferidos da Conta Centralizadora e movimentar os recursos necessários para o pagamento da parcela mensal vincenda pela Companhia do Valor Fixo O&M previsto no Contrato de O&M, a serem transferidos conforme a Ordem de Prioridade de Pagamentos, e que possui as seguintes características ("**Conta Pagamento Fixo O&M**"):

(a) conta de titularidade da Companhia, mantida junto ao Banco Administrador na agência 8541, sob o nº 15298-2, administrada unicamente pelo Banco Administrador, mediante notificação do Agente Fiduciário nos termos da Cláusula IV abaixo, não movimentável pela Companhia e destinada a receber os recursos necessários para o pagamento mensal do Valor Fixo O&M



Handwritten signature or initials.

no âmbito do Contrato de O&M, identificados de acordo com extrato a ser encaminhado pela Cedente, todo dia 10 de cada mês, a serem transferidos da Conta Centralizadora conforme a Ordem de Prioridade de Pagamentos; e

(b) a Conta Pagamento Fixo O&M será movimentada unicamente pelo Banco Administrador nos termos da Ordem de Prioridade de Pagamentos, mediante transferências notificadas pelo Agente Fiduciário até às 13h00, vedada a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação contra ela, assim permanecendo até a liquidação final de todas as obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

3.1.2.1 – No caso da Companhia, a qualquer momento, passar a desenvolver as atividades previstas no Contrato de O&M, não serão retidos quaisquer valores na Conta Pagamento Fixo O&M para o pagamento do Valor Fixo O&M, observado que o Banco Administrador continuará a transferir os valores depositados na Conta Pagamento Fixo O&M de acordo com a Ordem de Prioridade de Pagamentos. Neste caso a Companhia deverá encaminhar notificação ao Agente Fiduciário e ao Banco Administrador informando que desenvolverá tais atividades.

3.1.3. *Conta Provisionamento do Serviço de Dívida.* A Conta Provisionamento do Serviço de Dívida consistirá na conta bancária destinada exclusivamente para receber todos os recursos relativos ao provisionamento do Serviço de Dívida da Companhia, que será apurado pelo Agente Fiduciário de acordo com o disposto na cláusula 3.1.3.1 abaixo ("**Recursos do Provisionamento do Serviço da Dívida**"), a serem transferidos conforme a Ordem de Prioridade de Pagamentos, e que possui as seguintes características ("**Conta Provisionamento do Serviço da Dívida**"):

(a) conta de titularidade da Companhia, mantida junto ao Banco Administrador na agência 8541, sob o nº 15299-0, administrada unicamente pelo Banco Administrador, mediante notificação do Agente Fiduciário nos termos da Cláusula IV abaixo, não movimentável pela Companhia e destinada a receber os Recursos do Provisionamento do Serviço de Dívida, a serem transferidos da Conta Pagamento Fixo O&M, conforme a Ordem de Prioridade de Pagamentos; e



15

(b) a Conta Provisionamento do Serviço da Dívida será movimentada unicamente pelo Banco Administrador nos termos da Ordem de Prioridade de Pagamentos, mediante transferências notificadas pelo Agente Fiduciário até às 13h00, vedada a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação contra ela, assim permanecendo até a liquidação final de todas as obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

3.1.3.1. Para fins do disposto na cláusula 3.1.3 acima, o Agente Fiduciário deverá, mensalmente, a partir de 15 de dezembro de 2013 inclusive ("**Datas de Apuração do Provisionamento do Serviço da Dívida**"), apurar o montante de Recursos do Provisionamento do Serviço da Dívida que deverão ser depositados na Conta Provisionamento do Serviço da Dívida, conforme abaixo:

- (i) para o provisionamento da primeira parcela das Debêntures da Primeira Série, ou seja, durante os 11 (onze) primeiros meses a contar de 15 de dezembro de 2013, o Agente Fiduciário deverá considerar para o cálculo dos Recursos do Provisionamento do Serviço da Dívida, o equivalente a 1/11 (um onze avos) da primeira parcela vincenda do Serviço da Dívida, que deverá ser calculada considerando a amortização das Debêntures e o pagamento da remuneração das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, e no IPCA acumulado dos últimos 12 (doze) meses que antecedente a respectiva Data de Apuração do Provisionamento do Serviço da Dívida;
- (ii) para o provisionamento da primeira parcela das Debêntures da Segunda Série, Debêntures da Terceira Série, e Debêntures da Quarta Série, ou seja, durante o período entre o 13º (décimo terceiro) e o 21º (vigésimo primeiro) meses, inclusive, a contar da Data de Emissão das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá considerar para o cálculo dos Recursos do Provisionamento do Serviço da Dívida, o equivalente a 1/3 (um terço) da parcela vincenda do Serviço da Dívida, considerando-se para esse fim somente as Debêntures da Série com amortização mais próxima das Datas de Apuração do Provisionamento do Serviço da Dívida, que deverá ser calculada considerando a amortização das Debêntures e o



[Handwritten signature]

pagamento da remuneração das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, e no IPCA acumulado dos últimos 15 (quinze), 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) meses para as Debêntures da Segunda Série, Debêntures da Terceira Série, e Debêntures da Quarta Série, respectivamente, que antecedem a respectiva Data de Apuração do Provisionamento do Serviço da Dívida;

- (iii) para o provisionamento das demais parcelas das Debêntures, ou seja, após decorridos 21 (vinte e um) meses da Data de Emissão das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá considerar para o cálculo dos Recursos do Provisionamento do Serviço da Dívida, o equivalente a 1/3 (um terço) da parcela vincenda do Serviço da Dívida, considerando-se para esse fim somente as Debêntures da Série com amortização mais próxima das Datas de Apuração do Provisionamento do Serviço da Dívida, que deverá ser calculada considerando a amortização das Debêntures e o pagamento da remuneração das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, e no IPCA acumulado dos últimos 12 (doze) meses que antecedem a respectiva Data de Apuração do Provisionamento do Serviço da Dívida;
- (iv) previamente a cada Data de Pagamento de Serviço da Dívida, de acordo com o definido na Escritura de Emissão, a Companhia deverá certificar-se que os recursos depositados na Conta Provisionamento Serviço da Dívida serão suficientes para o pagamento integral do Valor do Serviço da Dívida devido, devendo, caso necessário, a Companhia complementar os recursos necessários para tal pagamento, mediante depósito na Conta Provisionamento Serviço da Dívida; e
- (v) na Data de Pagamento de Serviço da Dívida, o Agente Fiduciário deverá notificar o Banco Administrador para liberar os recursos da Conta Provisionamento Serviço da Dívida, no dia útil subsequente ao recebimento de tal notificação pelo Banco Administrador, para a quitação dos respectivos pagamentos devidos pela Companhia.

3.1.4. *Conta Reserva do Serviço de Dívida.* A Conta Reserva do Serviço da Dívida consistirá na conta bancária destinada exclusivamente para receber os recursos



14

necessários para compor o saldo mínimo equivalente a 100% (cem por cento) da parcela vincenda do Valor Nominal e Remuneração das Debêntures ("**Reserva Serviço da Dívida**"), considerando-se para esse fim somente as Debêntures da Série com amortização mais próxima das Datas de Apuração da Reserva Serviço da Dívida. Os recursos serão transferidos conforme a Ordem de Prioridade de Pagamentos, e que possui as seguintes características ("**Conta Reserva do Serviço da Dívida**"):

- (a) conta de titularidade da Companhia, mantida junto ao Banco Administrador na agência 8541, sob o nº 15300-6, administrada unicamente pelo Banco Administrador, mediante notificação do Agente Fiduciário nos termos da Cláusula IV abaixo, não movimentável pela Companhia e destinada exclusivamente para receber os recursos da Reserva Serviço de Dívida, a serem transferidos da Conta Pagamento Fixo O&M, conforme a Ordem de Prioridade de Pagamentos; e
- (b) a Conta Reserva do Serviço da Dívida será movimentada unicamente pelo Banco Administrador nos termos da Ordem de Prioridade de Pagamentos, mediante transferências notificadas pelo Agente Fiduciário até às 15h00, vedada a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação contra ela, assim permanecendo até a liquidação final de todas as obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

3.1.4.1. Para fins do disposto na cláusula 3.1.4 acima, o Agente Fiduciário deverá, mensalmente, a partir de 15 de dezembro de 2013, inclusive ("**Datas de Apuração da Reserva Serviço da Dívida**"), apurar o montante de Reserva Serviço da Dívida que deverá ser depositado na Conta Reserva do Serviço da Dívida, conforme abaixo:

- (i) para os 11 (onze) primeiros meses a contar de 15 de dezembro de 2013, o Agente Fiduciário deverá considerar para o cálculo da Reserva Serviço da Dívida, o equivalente a 1/11 (um onze avos) da primeira parcela vincenda do Serviço da Dívida, que deverá ser calculada considerando a amortização das Debêntures e o pagamento da remuneração das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, e no IPCA



12/12

acumulado dos últimos 12 (doze) meses que antecedem a respectiva Data de Apuração da Reserva Serviço da Dívida;

- (ii) após decorridos 12 (doze) meses da Data de Emissão das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá considerar para o cálculo do montante a reter para compor a Reserva Serviço de Dívida todos os recursos remanescentes na Conta Pagamento Fixo O&M, obedecida a Ordem de Prioridade de Pagamentos, até o preenchimento de saldo suficiente para compor a Reserva Serviço de Dívida; e
- (iii) se o Agente Fiduciário averiguar que o saldo em Conta Reserva Serviço de Dívida estiver acima da Reserva Serviço de Dívida, o Agente Fiduciário está autorizado a liberar, mediante notificação ao Banco Administrador, para a Conta de Livre Movimento esse excedente, de maneira que o saldo final, após liberação, corresponda a 100% (cem por cento) do Reserva Serviço de Dívida.

3.1.5. *Conta Reserva Overhaul*. A Conta Reserva *Overhaul* consistirá na conta bancária destinada exclusivamente para receber o depósito de recursos suficientes para compor o saldo mínimo necessário para pagar os custos atualizados do próximo *Overhaul* ("**Reserva Overhaul**"), a serem transferidos da Conta Pagamento O&M, conforme a Ordem de Prioridade de Pagamentos, e que possui as seguintes características ("**Conta Reserva Overhaul**"):

- (a) conta de titularidade da Companhia, mantida junto ao Banco Administrador na agência 8541, sob o nº 15301-4, administrada unicamente pelo Banco Administrador, mediante notificação do Agente Fiduciário nos termos da Cláusula IV abaixo, não movimentável pela Companhia e destinada exclusivamente para receber os recursos destinados à Reserva *Overhaul*, a serem transferidos da Conta Pagamento Fixo O&M, conforme a Ordem de Prioridade de Pagamentos; e
- (b) a Conta Reserva *Overhaul* será movimentada unicamente pelo Banco Administrador nos termos da Ordem de Prioridade de Pagamentos, mediante transferências notificadas pelo Agente Fiduciário até às 15h00, vedada a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação contra ela, assim



12

permanecendo até a liquidação final de todas as obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

3.1.5.1. Para fins do disposto na cláusula 3.1.5 acima, o Agente Fiduciário deverá, mensalmente, a partir de data de início da operação comercial da UTE Pernambuco III, inclusive ("**Datas de Apuração da Reserva Overhaul**"), apurar o montante de recursos destinados a Reserva *Overhaul* que deverão ser depositados na Conta Reserva *Overhaul*, conforme abaixo:

$$SM_{overhaul} = [QH_{despachadas} / QH_{overhaul}] \times C_{overhaul}$$

onde:

$SM_{overhaul}$ = saldo mínimo da Reserva Overhaul;
 $QH_{despachadas}$ = quantidade de horas de despacho acumuladas a partir da data de início da operação comercial da UTE Pernambuco III ou desde o último *Overhaul* realizado, o que for mais recente, apurado pela fórmula:

$$QH_{despachadas} = G_{estimada} / E_{Disponível}$$

onde:

$G_{estimada}$ = geração estimada da usina destinada ao ACR (em MWh), verificado por meio de cópia do relatório de Receita de Venda Preliminar (Receita de Venda de CCEAR por Disponibilidade), coluna H, emitido pela ANEEL, a ser enviado pela Companhia para o Agente Fiduciário todo dia 18 de cada mês; e

$E_{Disponível}$ = 185,19 MW médios;

$QH_{overhaul}$ = quantidade de horas representando a diferença entre a quantidade de horas de despacho acumuladas previsto para o próximo *Overhaul* (conforme tabela abaixo) e a quantidade de horas de despacho acumuladas quando do último *Overhaul* realizado, conforme previsto nas tabelas abaixo;



Handwritten initials: P, V, W

$CE_{overhaul}$ = custo estimado do próximo *Overhaul* a ser realizado, a ser calculado da seguinte forma:

$$CE_{overhaul} = O_{mao-de-obra} \times FI_{IPCA} + O_{peças importadas} \times FI_{EUR CPI} \times FX_{BRL/EUR}$$

onde:

$O_{mao-de-obra}$ = remuneração máxima relativa à mão de obra empregada na execução ao próximo *Overhaul*, a ser acrescida da alíquota de 14,25% referente à tributação aplicável, em R\$ (reais), conforme indicado na tabela abaixo, sendo que após 32.000 horas o $O_{mao-de-obra}$ será igual a zero:

Preço máximo de mão de obra por Overhaul até 32.000 horas conforme Contrato O&M	
Horas de operação	Preço em Real / Unidade Geradora
500	0,00
1.000	0,00
1.500	0,00
2.000	0,00
4.000	44.556,00
8.000	46.880,00
12.000	338.062,00
16.000	81.310,00
24.000	420.037,00
32.000	107.934,00

FI_{IPCA} = fator acumulado das variações mensais do IPCA, correspondente a atualização monetária de $O_{mão-de-obra}$, respeitado o prazo mínimo legal de 12 meses para atualização, contados a partir do primeiro mês de despacho, onde $FI_{IPCA} = (FI_t / FI_0)$, onde FI_t é o valor do número índice do IPCA do mês de reajuste e FI_0 é o valor do número índice do IPCA referente ao mês de data-base do custo de *Overhaul*, indicado no Contrato de O&M;



[Handwritten signature]

O_{peças importadas}

= preço máximo das peças a serem compradas pela Emissora para execução do *Overhaul* programado, a ser acrescida da alíquota de 26,25% referente à tributação aplicável, em € (euros), conforme indicado nas tabelas abaixo:

Preço máximo de peças por Overhaul até 32.000 horas conforme o Contrato O&M	
Horas de operação	Preço em Euro / Unidade Geradora
500	248,64
1.000	248,64
1.500	248,64
2.000	2.028,60
4.000	8.812,61
8.000	12.063,97
12.000	146.640,13
16.000	12.456,22
24.000	389.281,30
32.000	47.230,37

Preço máximo estimado de peças por Overhaul após 32.000 horas	
Horas de operação	Preço em Euro / Unidade Geradora
48.000	955.623,00
60.000	1.542.355,00
72.000	1.488.795,00

FI_{EUR PPI}

= fator acumulado das variações mensais da Producer Price Index (PPI – EUR), correspondente a atualização monetária de O_{peças importadas}, respeitado o prazo mínimo de 12 meses para atualização, contados a partir do primeiro mês de despacho, onde $FI_{EUR\ PPI} = (FI_t / FI_o)$, onde FI_t é o valor do número índice do EUR-CPI do mês de reajuste e FI_o é o valor do número índice do EUR-PPI referente ao mês de Outubro 2012, data-base do custo de overhaul,



11

indicado no contrato de O&M, a ser informado pela Companhia, verificado através do site do Banco Central Europeu, através de seu Escritório de Estatística da Comissão Europeia – Eurostat (Series Key: STS.M.I6.N.PRIN.NS0050.4.000):

http://sdw.ecb.europa.eu/quickview.do?node=bbn181&SERIES_KEY=132.STS.M.I6.N.PRIN.NS0050.4.000

FX_{BRL/EUR}

= taxa de câmbio R\$/€ de fechamento da Data de Apuração Reserva *overhaul*, verificado através do site do Banco Central do Brasil (código de moeda 978, tipo da moeda B, taxa para venda):

<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpsq.asp?id=txcotacao>

3.1.5.2. Mediante solicitação da Companhia e de acordo com as tabelas do item anterior, o Agente Fiduciário deverá informar ao Banco Administrador sempre que a Companhia atingir o número de horas acumuladas previstas para cada *Overhaul*. Nesse caso, o Banco Administrador deverá liberar os recursos depositados na Conta Reserva *Overhaul* de acordo com a ordem de “pague-se” a ser emitida pela Companhia, obrigando-se a Companhia a comprovar a contratação e realização do *Overhaul* ao Agente Fiduciário por meio de cópia da fatura.

3.1.6. *Conta Reserva Seguros*. A Conta Reserva Seguros consistirá na conta bancária destinada exclusivamente para receber o pagamento de indenizações e dos seguros contratados pela Emissora no âmbito do Projeto, em montante igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e que possui as seguintes características (“**Conta Reserva Seguros**”):

(a) conta de titularidade da Companhia, mantida junto ao Banco Administrador na agência 8541, sob o nº 15302-2, administrada unicamente pelo Banco Administrador, não movimentável pela Companhia e destinada exclusivamente para receber recursos relativos aos pagamentos de indenizações e pagamentos dos seguros contratados pela Emissora no âmbito do Projeto;



1/

(b) os valores recebidos a título de indenização e seguro deverão ser utilizados para substituir ou reparar os bens afetados pelo que ensejou a indenização ou seguro. Caso, após a substituição ou reparação dos bens afetados pelo evento que ensejou a indenização ou seguro, ainda reste saldo na Conta Reserva Seguros, tal saldo deverá ser transferido para a Conta de Livre Movimentação;

(c) na ocorrência de qualquer pagamento de indenizações ou seguros, a Companhia encaminhará comunicação ao Agente Fiduciário solicitando a liberação dos recursos depositados na Conta Reserva Seguros, observado que na referida notificação a Companhia deverá indicar a destinação que será dada aos recursos solicitados a fim de substituir ou reparar os bens afetados pelo que ensejou a indenização ou seguro, bem como especificar os valores que deverão ser transferidos para a Conta Livre Movimentação;

(d) após recebimento da comunicação mencionada no Item (c) acima, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 2 (dois) dias úteis, encaminhar solicitação de transferência dos valores depositados na Conta Reserva Seguros, com indicação do montante que deverá ser transferido para Conta Livre Movimentação. A movimentação da Conta Reserva Seguros será realizada unicamente pelo Banco Administrador, mediante solicitações encaminhadas pelo Agente Fiduciário até às 13h00 (para que sejam realizadas no mesmo dia útil), sendo vedada a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação contra ela, assim permanecendo até a liquidação final de todas as obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. As solicitações encaminhadas pelo Agente Fiduciário ao Banco Administrador após as 13h00 serão realizadas no dia útil subsequente.

3.2. Caso haja um inadimplemento das Obrigações Garantidas ou esteja em curso quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Escritura de Emissão, o Banco Administrador, desde já devidamente autorizado pela Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, mediante notificação do Agente Fiduciário, procederá ao bloqueio, obedecida a seguinte ordem de prioridade, de valores já depositados e aqueles depositados a partir de então na (i) Conta Provisionamento do Serviço de Dívida, (ii) Conta Reserva Serviço da Dívida, e (iii) Conta Reserva *Overhaul*, que deverão ser imediatamente retirados, obedecida a ordem de prioridade estabelecida acima, até



16/

o limite necessário e suficiente à liquidação das Obrigações Garantidas, conforme informados pelo Agente Fiduciário, assim permanecendo até a liquidação de tais obrigações em atraso assumidas no âmbito da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, ou até que haja uma contra-ordem do Agente Fiduciário.

3.3. Todos e quaisquer valores que sejam creditados nas Contas Reserva, incluindo fontes acessórias e/ou alternativas de receitas, com exceção da Receita Variável, serão automaticamente considerados como integrantes dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios das Contas, sujeitando-se a todas as disposições deste Contrato.

3.4. Os recursos depositados nas Contas Reserva poderão ser investidos nas modalidades previstas na Cláusula 3.4.3 abaixo ("**Investimentos Permitidos**"), mediante solicitação da Cedente com cópia para o Agente Fiduciário, no dia útil subsequente ao recebimento da respectiva solicitação e desde que os recursos estejam disponíveis nas Contas Reserva no mesmo dia do recebimento da notificação conforme abaixo:

3.4.1 As solicitações de investimento dos saldos disponíveis nas Contas Reserva serão realizadas mediante envio de notificação à Gerência Trustee (trustee.operacional@itau-unibanco.com.br).

3.4.2 As partes isentam o Banco Administrador de qualquer responsabilidade caso o saldo disponível na Conta Reserva não seja aplicado por ausência de envio da notificação mencionada acima.

3.4.3 As aplicações poderão ser feitas no mercado local em: (i) títulos de renda fixa do Banco Administrador e/ou empresas do conglomerado; ou (ii) fundos locais de investimento de renda fixa geridos e custodiados pelo Itaú *Asset Management*, ambos de baixo risco e liquidez diária. Para períodos inferiores a 30 (trinta) dias, será permitida somente aplicação no *Aplic Aut Mais Itaú*.

3.4.4 O Agente Fiduciário e/ou seus respectivos diretores, empregados ou agentes, não terão qualquer responsabilidade com relação a quaisquer prejuízos, perdas financeiras, reivindicações, demandas, danos, tributos ou despesas, resultantes do



investimento, reinvestimento ou liquidação dos investimentos mencionados na Cláusula 3.4, inclusive, entre outros, e qualquer responsabilidade por quaisquer demoras no investimento, reinvestimento ou liquidação dos investimentos, ou quaisquer lucros cessantes inerentes a essas demoras, além de não possuírem qualquer ingerência sobre a modalidade, forma, prazo e quaisquer condições que sejam arbitradas e aprovadas pela Emissora.

3.5. As Contas Reserva não poderão ser encerradas até a integral liquidação de todas as obrigações garantidas assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

3.6. O fluxo de caixa do Projeto deverá ser centralizado no Banco Administrador, que ficará encarregado da administração e movimentação das Contas Reserva, nos termos aqui estabelecidos.

3.6.1. O Banco Administrador não está obrigado a verificar a veracidade das notificações enviadas nos termos da Cláusula IV, nem a exatidão dos valores indicados pelo Agente Fiduciário, e não será, de nenhuma forma, responsabilizado por eventuais fatos danosos dela decorrentes.

3.6.2. O Banco Administrador não prestará declaração quanto ao conteúdo, à validade, ao valor, à autenticidade de qualquer documento ou instrumento por ele detido ou a ele entregue, em relação a este contrato.

3.7. O Banco Administrador poderá movimentar as Contas Reserva de maneira diversa da prevista neste Contrato, na hipótese de recebimento de ordem judicial, mandamento legal ou regulamentar provenientes de órgãos governamentais.

3.7.1. O Banco Administrador enviará comunicação às demais Partes, tão logo seja possível, caso recepcione qualquer ordem judicial, mandamento legal ou regulamentar.

IV. ORDEM DE PRIORIDADE DE PAGAMENTOS (WATERFALL)

4.1. Os recursos recebidos na Conta Centralizadora deverão ser transferidos pelo Banco Administrador para a Conta Pagamento Fixo O&M e para a Conta Vinculada Receita Variável no dia útil subsequente ao recebimento pelo Banco Administrador da



Handwritten signature or initials.

notificação do Agente Fiduciário, segundo a ordem de prioridade de pagamentos a seguir:

(i) do valor depositado na Conta Centralizadora, o Banco Administrador, mediante notificação do Agente Fiduciário, primeiramente transferirá para a Conta Pagamento Fixo O&M o montante corrigido referente à Receita Fixa; e

(ii) a totalidade do saldo remanescente na Conta Centralizadora após a alocação mencionada no item (i) acima será transferido pelo Banco Administrador para a conta de titularidade da Companhia, mantida junto ao Banco Administrador, na agência 8541, sobre o nº 15496-2, observado que os recursos depositados nesta conta deverão ser movimentados conforme notificação enviada por escrito pelo Banco Itaú BBA S.A. ao Banco Administrador, sempre com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos.

4.2. Os recursos recebidos na Conta Pagamento Fixo O&M deverão ser alocados pelo Banco Administrador, mediante notificação do Agente Fiduciário, obedecida a seguinte ordem de prioridade de pagamentos ("**Ordem de Prioridade de Pagamentos**"):

(i) do saldo da Conta Pagamento Fixo O&M, o Banco Administrador realizará primeiramente o pagamento correspondente ao Valor Fixo O&M, de acordo com a ordem de "pague-se" a ser emitida pela Companhia;

(ii) do saldo remanescente na Conta Pagamento Fixo O&M após a alocação mencionada no item (i) acima e após a retenção dos valores relativos aos seus honorários em decorrência dos serviços contratados nos termos deste Contrato, serão transferidos pelo Banco Administrador para a Conta de Provisionamento do Serviço de Dívida, os Recursos do Provisionamento do Serviço da Dívida;

(iii) do saldo remanescente na Conta Pagamento Fixo O&M após a alocação mencionada no item (ii) acima, serão transferidos pelo Banco Administrador para a Conta Reserva do Serviço da Dívida recursos suficientes para compor a Reserva do Serviço da Dívida;



Handwritten signature and initials.

(iv) do saldo remanescente na Conta Pagamento Fixo O&M após a alocação mencionada no item (iii) acima, serão transferidos pelo Banco Administrador para a Conta Reserva *Overhaul* recursos suficientes para cobrir a Reserva *Overhaul*; e

(v) a totalidade do saldo remanescente na Conta Pagamento Fixo O&M após a alocação mencionada no item (iv) acima será transferido pelo Banco Administrador para a conta de titularidade da Companhia mantida junto ao Banco Administrador, na agência 8548, sob o nº 26502-7, de livre movimentação da e exclusiva gestão da Companhia ("**Conta Livre Movimentação**").

4.3. Observado o disposto nas cláusulas 3.1.5 e 4.2 acima, a Companhia poderá, a qualquer momento, solicitar a liberação dos valores depositados na Conta Reserva *Overhaul* ao Agente Fiduciário, mediante apresentação de carta de fiança, emitida por um Banco de Primeira Linha ("**Banco Fiador**"), com prazo mínimo de 1 (um) ano, em valor equivalente a, no mínimo, o custo estimado do próximo *Overhaul* incluindo a atualização monetária até a data em que a Carta Fiança *Overhaul* vier porventura a ser honrada, a ser apurado pelo Agente Fiduciário ("**Carta Fiança Overhaul**"), contratada por um terceiro e sem direito de regresso por parte do Banco Fiador contra a Companhia, de acordo com modelo constante no **Anexo I** deste Contrato.

4.4. Caso, em qualquer momento, o prazo de validade da Carta Fiança *Overhaul* seja inferior a 60 (sessenta) dias, a Companhia deverá apresentar ao Agente Fiduciário, nova Carta Fiança *Overhaul*, observando os critérios previstos na cláusula 4.3 acima.

4.5. O Agente Fiduciário, após verificar a observância dos critérios estabelecidos na cláusula 4.3 acima, encaminhará notificação escrita ao Banco Administrador solicitando a liberação dos valores depositados na Conta Reserva *Overhaul*, que deverão ser depositados pelo Banco Administrador na Conta Livre Movimentação, bem como que o Banco Administrador não retenha quaisquer valores adicionais na Conta Reserva *Overhaul* até a realização do próximo *Overhaul* e depositará os recursos provenientes da Conta Centralizadora na Conta Reserva *Overhaul*.



Handwritten signature/initials.

4.5.1. Os valores referidos na cláusula 4.4 acima, a partir do recebimento da notificação, pelo Banco Administrador, até a realização do depósito na Conta Livre Movimentação, não serão, de nenhuma forma, por ele remunerados ou investidos.

4.6. Após a liberação dos recursos depositados na Conta Reserva *Overhaul*, a Companhia deverá depositar na referida Conta Reserva *Overhaul*, no mínimo 5 (cinco) dias úteis antes do pagamento do próximo *Overhaul*, recursos em montante suficiente para cobrir custo estimado do próximo *Overhaul*. Caso a Companhia não deposite os recursos em montante suficientes para cobrir custo estimado do próximo *Overhaul*, o Agente Fiduciário executará a Carta Fiança *Overhaul*.

4.7. Após a ocorrência do *Overhaul*, de acordo com comprovantes que serão entregues pela Companhia, o Agente Fiduciário instruirá ao Banco Administrador a liberação de eventual Carta Fiança *Overhaul* apresentada pela Companhia, bem como voltar a reter na Conta Reserva *Overhaul* os recursos suficientes para cobrir a Reserva *Overhaul*, nos termos das cláusulas 3.1.5.1, 4.1 e 4.2 acima.

4.8. Mensalmente, a partir de 15 de novembro de 2013, inclusive, e sempre que solicitado pela Cedente ("**Datas de Apuração Valor Mínimo nas Contas Reserva**"), o Agente Fiduciário deverá verificar se o saldo depositado nas Contas Reserva é suficiente, de acordo com os termos previsto na Cláusula III acima.

4.9. Caso após a verificação prevista na cláusula 4.8 acima seja verificado que o montante depositado nas Contas Reserva está inferior ao mínimo individualmente exigido, nos termos da Cláusula III acima, o Agente Fiduciário encaminhará notificação à Companhia para que providencie, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação, o depósito de recursos suficientes para observância dos valores mínimos individualmente exigidos nos termos deste Contrato, conforme cláusula III acima, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures.

4.10. O Agente Fiduciário deverá indicar na notificação a(s) Conta(s) Reserva que não tiveram seu valor mínimo observado, bem como o montante que deverá ser depositado pela Companhia. As Partes desde já concordam que os recursos poderão ser depositados diretamente na Conta Reserva que não teve seu valor mínimo exigido observado.



V. OBRIGAÇÕES DO BANCO ADMINISTRADOR

5.1. O Banco Administrador aceita os deveres, autorizações e obrigações previstos neste Contrato e concorda em atuar de acordo com os termos aqui previstos, obrigando-se a:

- (i) informar imediatamente ao Agente Fiduciário o descumprimento, por parte da Companhia, de qualquer obrigação prevista neste Contrato;
- (ii) não acatar ordem da Companhia em desacordo com o Contrato, sem a anuência por escrito do Agente Fiduciário;
- (iii) acatar os depósitos efetuados nas Contas Reserva realizando os registros contábeis pertinentes e respectivos pagamentos aplicáveis nos termos do presente Contrato, atuando por conta e ordem da Companhia nos limites definidos neste Contrato;
- (iv) realizar as transferências nos termos da Ordem de Prioridade de Pagamentos, de acordo com os valores indicados pelo Agente Fiduciário nos termos das cláusulas 4.1 e 4.2 acima;
- (v) bloquear os recursos existentes nas (i) Conta Pagamento Fixo de O&M; (ii) Conta Provisionamento do Serviço de Dívida, (iii) Conta Reserva Serviço da Dívida, e (iv) Conta Reserva *Overhaul*, mediante notificação do Agente Fiduciário, até que haja uma contra-ordem por escrito do mesmo, caso haja um inadimplemento das Obrigações Garantidas ou esteja em curso uma hipótese de vencimento antecipado nos termos da Escritura de Emissão, conforme notificado por escrito pelo Agente Fiduciário. O Banco Administrador obriga-se, ainda, a transferir ao Agente Fiduciário os recursos existentes nas contas aqui mencionadas para o pagamento das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão;
- (vi) disponibilizar ao Agente Fiduciário, mensalmente, até o dia 5 (cinco) de cada mês, extratos das Contas Reserva e, trimestralmente, ou, sempre que solicitado, relatório informando o Agente Fiduciário acerca do cumprimento das obrigações da Companhia nos termos do presente Contrato com relação às Contas Reserva;



Handwritten signature or initials in black ink, appearing to be "10" followed by a checkmark-like flourish.

(vii) disponibilizar para a Companhia senha exclusivamente para consulta via *Internet* das movimentações (crédito/débito) referentes às Contas Reserva, exclusivamente para fins de acompanhamento *on-line* das movimentações realizadas.

5.2. O bloqueio de recursos das Contas Reserva mencionado no item (v) da cláusula 5.1 acima vigorará até que seja sanada, se aplicável, o inadimplemento das Obrigações Garantidas ou a hipótese de vencimento antecipado nos termos da Escritura de Emissão e as Contas Reserva somente serão desbloqueadas pelo Banco Administrador após o recebimento de uma contra-ordem por escrito do Agente Fiduciário.

5.3. O Banco Administrador, desde já autorizado pela Companhia, disponibilizará o acesso ao Agente Fiduciário a todos os registros e movimentações (crédito/débito) referentes às Contas Reserva. Essa condição permanecerá até a integral liquidação das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão.

5.3.1. A Companhia autoriza o Banco Administrador a liberar o acesso ao sistema online ao Agente Fiduciário para consulta de todas as informações referentes a qualquer movimentação e o saldo das Contas Reserva, renunciando ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, de acordo com o Inciso V, parágrafo 3º, artigo 1º, da Lei Complementar nº 105/2001.

5.3.2. O Banco Administrador compromete-se a manter local para seus funcionários, bem como procedimentos, sistemas e meios de telecomunicação adequados para impedir interrupções na prestação dos serviços em decorrência de falhas em seus próprios sistemas.

5.3.3. A despeito de adotar procedimentos de contingenciamento para problemas em seus sistemas, o Banco Administrador não se responsabiliza por eventuais interrupções na prestação dos serviços decorrentes de suspensões ou falhas nos sistemas, recursos ou infraestrutura das concessionárias de serviços públicos, sobretudo de telecomunicações.



5.4. Caso o Banco Administrador tenha que praticar algum ato não previsto neste Contrato, deverá agir de acordo com instruções previamente emitidas, por escrito, pelo Agente Fiduciário, conforme deliberação dos Debenturistas em assembleia geral de Debenturistas, em conformidade com o disposto neste Contrato. Quaisquer comunicações a serem feitas ao Banco Administrador serão feitas exclusivamente pelo Agente Fiduciário, não estando o Banco Administrador obrigado ao cumprimento de quaisquer instruções emitidas isoladamente pela Companhia, exceto quando expressamente previstas neste Contrato.

5.5. Em caso de conflito entre as informações prestadas ao Banco Administrador pela Companhia e as informações obtidas pelo Banco Administrador junto ao Agente Fiduciário, estas últimas prevalecerão, obrigando-se o Banco Administrador a informar a Companhia imediatamente acerca das informações conflitantes prestadas pelo Agente Fiduciário. O Banco Administrador não será responsável por quaisquer prejuízos advindos de tal conflito.

5.6. O Banco Administrador poderá ser substituído por determinação: (a) do Agente Fiduciário, ou (b) da Companhia, após a anuência prévia e expressa do Agente Fiduciário, mediante orientação dos Debenturistas. Havendo a necessidade de substituição do Banco Administrador no curso deste Contrato, o Banco Administrador continuará obrigado a exercer suas funções decorrentes do presente Contrato até a data de sua efetiva substituição, ocasião em que deverá entregar ao seu substituto a administração de todos os valores depositados nas Contas Reserva, devendo prestar contas de sua gestão à Companhia e ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias da data de sua substituição, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, permanecendo o Banco Administrador responsável pelos atos efetivamente praticados sob sua gerência durante o período de exercício da função. O banco administrador substituto deverá aderir integralmente aos termos e condições deste Contrato e sucederá o Banco Administrador em todos os direitos e obrigações aqui previstos mediante celebração de aditivo a este Contrato.

5.6.1. O Banco Administrador poderá, a qualquer momento, renunciar às suas funções, por meio de uma notificação judicial ou extrajudicial enviada à Companhia e ao Agente Fiduciário. O Banco Administrador permanecerá responsável por todas as atribuições e obrigações previstas no presente Contrato, pelo prazo de 60 (sessenta)



Handwritten signature or initials in the bottom right corner.

dias após o recebimento pela Companhia e pelo Agente Fiduciário da notificação de renúncia enviada pelo Banco Administrador nesse sentido, ou até a designação pelas Partes de um novo Banco Administrador, o que ocorrer primeiro.

5.7. O Banco Administrador não será responsável:

(i) pela Escritura de Emissão ou pela execução de qualquer contrato celebrado entre as demais Partes e de que não seja signatário, bem como não será, sob nenhum pretexto ou fundamento, chamado a atuar como árbitro com relação a qualquer controvérsia surgida entre as partes ou intérprete das condições nele estabelecidas; ou

(ii) se os valores depositados nas Contas Reserva forem bloqueados por ordem administrativa ou judicial, emitida por autoridade à qual o Banco Administrador esteja sujeito; ou

(iii) caso, por força de decisão judicial, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível.

5.8. O Banco Administrador terá o direito de confiar em qualquer laudo arbitral, ordem, sentença, atestado, demanda, notificação, termo ou outro tipo de instrumento escrito que lhe for entregue pelo Agente Fiduciário ou por autoridade judicial ou administrativa, sem que fique obrigado a verificar a autenticidade ou a exatidão dos fatos neles declarados ou sua adequação.

VI. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

6.1. A Companhia declara que:

a) é uma sociedade por ações, devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, devidamente autorizada a conduzir suas atividades;

b) está em fase de obtenção do registro como companhia aberta, categoria "B", perante a CVM;



[Handwritten signature]

- c) seu Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 480**"), está atualizado e todas as informações nele contidas atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial aos artigos 14 a 19, e o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Cedente e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos, em todos os aspectos relevantes, sendo certo que todas as informações do Formulário de Referência são verdadeiras, consistentes e corretas;
- d) tem plenos poderes, capacidade, e está devidamente autorizada a celebrar este Contrato, a Escritura de Emissão e os demais Contratos de Garantias e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para a celebração e cumprimento das obrigações assumidas;
- e) a Escritura de Emissão, este Contrato e os demais Contratos de Garantias constituem uma obrigação legal, válida, lícita, vinculante e eficaz da Cedente, exequível de acordo com seus respectivos termos e condições;
- f) os Direitos Creditórios estão livres e desembaraçados de qualquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, e não pende sobre os mesmos qualquer litígio, ação, processo judicial ou não, excetuando-se a cessão fiduciária decorrente deste Contrato;
- g) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Cedente, de suas obrigações nos termos deste Contrato;
- h) os representantes da Companhia que assinam este Contrato estão devidamente autorizados para tanto;
- i) a celebração deste Contrato é compatível com a capacidade econômica, financeira e operacional da Companhia de forma que a cessão fiduciária dos direitos creditórios prevista neste Contrato não acarretará qualquer impacto negativo relevante



na capacidade econômica, financeira e operacional, ou na sua capacidade de honrar quaisquer compromissos e obrigações;

j) não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o autor, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar adversamente as obrigações assumidas neste Contrato;

k) a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações nele previstas não infringem ou contrariam, (i) qualquer contrato ou documento no qual a Companhia seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer ônus sobre os Direitos Cedidos (exceto pela cessão fiduciária prevista neste Contrato) ou sobre qualquer ativo da Companhia; ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) sob qualquer aspecto material, qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Companhia ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia ou quaisquer de seus bens e propriedades;

l) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;

m) exceto com relação ao que esteja sendo questionado de boa fé, está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais disposições legais e regulamentares ambientais que sejam igualmente relevantes para a execução de suas atividades, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;



A handwritten signature in the bottom right corner of the page.

- n) as demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Companhia nas referidas datas e os resultados operacionais da Companhia referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, a Companhia não tem conhecimento de nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão ou de qualquer operação envolvendo a Companhia, fora do curso normal de seus negócios, bem como não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Companhia;
- o) não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Companhia, além daqueles mencionados no seu Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Companhia, à CVM e ao mercado;
- p) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial;
- q) não omitiu ou omitirá qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- r) não há outros fatos relevantes em relação à Companhia não divulgados no Formulário de Referência da Companhia, cuja omissão faça com que qualquer declaração do Formulário de Referência da Companhia seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente; e
- s) todas as informações fornecidas pela Companhia no âmbito da Emissão de Debêntures são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para os investidores,



P. J.
W.

permitem aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão de Debêntures.

6.2. As declarações e garantias presentes nesta Cláusula VI devem permanecer válidas, verdadeiras e completas desde a assinatura deste Contrato até a plena satisfação das Obrigações Garantidas e serão consideradas automaticamente reafirmadas com relação a cada Direito Creditório adicional sempre que tal Direito Creditório passar a existir.

VII. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato, a Companhia se obriga a:

(i) manter em dia o cumprimento de suas obrigações previstas na Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e não praticar, sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário, qualquer ato que resulte na renúncia ou modificação de direitos da Companhia;

(ii) manter o Agente Fiduciário e os Debenturistas indenizados de todas e quaisquer responsabilidades, custos e despesas razoáveis e comprovadamente incorridas decorrentes do Contrato que sejam: (i) referentes ou provenientes de qualquer atraso no pagamento de quaisquer tributos eventualmente incidentes ou devidos relativamente a qualquer parte dos Direitos Creditórios; ou (ii) referentes ou resultantes de qualquer violação, incompletude ou incorreção de quaisquer declarações ou compromissos da Companhia contidos no Contrato; e

(iii) não alterar, novar, ceder ou de qualquer forma modificar os termos e condições do presente Contrato.

7.2. Sem prejuízo das autorizações concedidas nos termos deste Contrato, a Companhia neste ato nomeia e constitui o Banco Administrador como seu bastante procurador, em caráter irrevogável e irretratável, com poderes específicos para os fins do disposto no presente Contrato, nos termos dos artigos 683, 684, 685, 686, parágrafo único do Código Civil, podendo o Banco Administrador, na hipótese de



[Handwritten signature]

ocorrência de inadimplemento das Obrigações Garantidas ou de uma hipótese de vencimento antecipado nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures, até a regularização das obrigações por ela assumidas, bloquear e reter os valores depositados nas Contas Reserva, inclusive os recursos que entrarem na data do bloqueio e aqueles depositados a partir de então, resgatar e liquidar investimentos feitos com os recursos depositados em tais contas, sendo que todos esses valores serão utilizados para liquidação total ou parcial das obrigações assumidas na Escritura de Emissão de Debêntures.

7.3. Todas as despesas razoavelmente incorridas decorrentes deste Contrato e devidamente comprovadas, incluindo, mas não se limitando, a manutenção das Contas Reserva, bem como aquelas relativas ao registro deste Contrato, ficarão por conta da Companhia, incluindo a remuneração a que o Banco Administrador fará jus pela prestação dos serviços objeto deste Contrato.

7.4. A Companhia desde já concorda, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar o Banco Administrador e o Agente Fiduciário, bem como seus diretores, empregados, assessores, sociedades afiliadas, coligadas, controladoras e controladas ("**Pessoas Beneficiárias de Indenização**") por todos e quaisquer prejuízos, perdas, responsabilidades, obrigações, custos e desembolsos, de qualquer tipo ou natureza, que comprovadamente e razoavelmente incorridos ou julgados contra os mesmos e que sejam de alguma forma relacionados ou originados deste Contrato (incluindo, a título exemplificativo, quantias relacionadas a eventuais ações ou demandas para o cumprimento deste Contrato), obrigando-se a tudo praticar e/ou ratificar de modo a possibilitar o bom exercício dos direitos e prerrogativas estabelecidos neste Contrato, ficando estabelecido que a Companhia não terá nenhuma obrigação nos termos do presente Contrato perante qualquer Pessoa Beneficiária de Indenização no que concerne a responsabilidades comprovadamente decorrentes de má-fé, dolo, fraude ou culpa dessa própria Pessoa Beneficiária de Indenização, conforme trânsito em julgado de qualquer sentença judicial condenatória ou sentença arbitral definitiva ou emissão de laudo arbitral definitivo.



18

VIII. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO E DO BANCO ADMINISTRADOR

8.1. O Banco Administrador e o Agente Fiduciário, por seus respectivos representantes legais, declaram e garantem individualmente à Companhia que:

- (i) são instituições devidamente organizadas e validamente existentes de acordo com as leis da República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), possuem autoridade e todas as aprovações societárias, licenças e permissões necessárias com relação a seus ativos e para condução dos negócios em que atualmente estão envolvidos, sem que haja conflitos relevantes com direitos de quaisquer terceiros, inclusive no que se refere à celebração e ao cumprimento do disposto no presente Contrato;
- (ii) obtiveram todas as aprovações internas necessárias, têm autoridade e estão legalmente aptos para cumprirem suas respectivas obrigações assumidas neste Contrato;
- (iii) encontram-se devidamente representados em conformidade com seus respectivos estatutos sociais; e
- (iv) este Contrato constitui uma obrigação válida, em conformidade com todas as leis aplicáveis e é exequível de acordo com seus respectivos termos.

IX. AUTORIZAÇÃO PARA O AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. A Companhia autoriza o Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, caso haja um inadimplemento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão ou esteja em curso uma hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, a comunicar por escrito o Banco Administrador a respeito, a fim de determinar o bloqueio, solicitar a retenção e a transferência dos recursos existentes nas Contas Reserva, indicando na notificação o valor devido, em moeda corrente nacional, para utilização desses créditos que se destinam ao pagamento das obrigações da Escritura de Emissão.



X. COMUNICAÇÕES

10.1. As comunicações a serem enviadas por quaisquer das Partes nos termos deste Contrato, se feitas por fax ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

CEDENTE:

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Av. Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, Pau Ferro - Zona Rural.

Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco.

CEP: 53670-000

At.: Sr. Paulo Cesar Rutzen

Telefone: (51) 3025-8080

Fax: (51) 3025-8046

E-mail: ri@utepelii.com.br

BANCO ADMINISTRADOR

Itaú Unibanco S.A.

Gerência de Trustee

CA Tatuapé

Endereço: Rua Santa Virginia, 299 – Prédio II – Térreo - São Paulo – SP

Bairro: Tatuapé

CEP: 03084-010

Email: trustee.operacional@itau-unibanco.com.br

AGENTE FIDUCIÁRIO:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04

CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ



P
v
w

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro e Marcelle Motta Santoro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)
Tel: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

10.2. As notificações enviadas por uma Parte a outra, nos termos deste Contrato, o serão por escrito, devendo ser remetidas por carta protocolada ou registrada nos endereços acima, sendo consideradas como recebidas respeitando-se o disposto na cláusula acima. Caso haja recusa em receber as notificações, estas poderão ser feitas por meio de notificação judicial ou extrajudicial. Caso qualquer das Partes mude de endereço, deverá prontamente notificar a outra Parte, em tempo hábil para que eventual notificação seja entregue no endereço correto, responsabilizando-se por qualquer dano que decorra dessa mudança de endereço eventualmente não informada.

10.3. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as Partes, tão logo tomem conhecimento.

10.4. Todas as comunicações encaminhadas pelo Agente Fiduciário ao Banco Administrador, nos termos deste Contrato, deverão seguir com cópia para a Cedente.

XI. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Vigência. Não obstante a ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Escritura de Emissão, todos os acordos, declarações e as garantias previstas neste Contrato permanecerão gerando plenos efeitos e em vigor, válidos e exequíveis até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas (mesmo que haja uma execução parcial deste Contrato).

11.2. Após o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, os recursos das Contas Reservas serão automaticamente transferidos para a Conta de Livre Movimento e as Contas Reserva entrarão em regime de encerramento nos termos da regulamentação em vigor, e uma vez concluído o regime de encerramento, as Contas Reserva serão automaticamente encerradas, ficando o Banco Administrador desde já autorizado a tomar todas as providências necessárias para tanto.



1

11.3. Se qualquer termo ou disposição deste Contrato for considerado por qualquer tribunal competente como sendo nulo, inválido ou inexecutável, o restante deste Contrato não será afetado por esta decisão, sendo que cada termo, avença e condição remanescente deste Contrato continuará válido e será cumprido na forma permitida na legislação aplicável.

11.4. Fica expressamente estabelecido que a abstenção ou atraso no exercício, por qualquer das Partes, de quaisquer direitos ou faculdades assegurados em lei, na Escritura de Emissão ou no presente Contrato, ou a sua tolerância com atrasos no cumprimento das Obrigações Garantidas, neste Contrato ou na Escritura de Emissão, constituir-se-á em mera liberalidade e não implicará novação, tácita ou expressa, ou alteração contratual, nem impedirá que a qualquer momento a Parte, a seu exclusivo critério, venha a exercer os aludidos direitos e faculdades.

11.5. Cessão ou Transferência. É expressamente vedada a transferência, a quaisquer terceiros, de quaisquer das obrigações aqui previstas, total ou parcialmente, salvo mediante prévia e expressa anuência da outra Parte e desde que o novo cessionário concorde integralmente com os termos e condições deste Contrato, ficando ressalvado ao Agente Fiduciário e ao Banco Administrador a cessão ou transferência à outra instituição de seu grupo econômico.

11.6. Termos Iniciados em Maiúscula. Os termos iniciados em letra maiúscula e não expressamente definidos neste Contrato terão o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Em caso de inconsistência, deve prevalecer a definição da Escritura de Emissão.

11.7. Irrevogabilidade e Sucessão. Este Contrato obriga irrevogavelmente e irretratavelmente as Partes contratantes, bem como seus sucessores ou cessionários a qualquer título, sendo cada parte responsável pelos atos e omissões de seus respectivos funcionários, administradores ou gerentes, prestadores de serviço, contratados ou prepostos, sob qualquer denominação. As obrigações contidas neste Contrato não serão afetadas nas hipóteses de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, reorganização societária, insolvência, morte ou incapacidade de qualquer pessoa relacionada à Cedente.



P V
W

11.8. O presente Contrato não poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas, condições ou disposições, a não ser mediante prévio e comum acordo, por escrito, entre todas as Partes.

11.9. A renúncia, por qualquer das Partes, em relação a qualquer direito, obrigação ou exigência decorrente deste Contrato, terá efeito somente se apresentada por escrito. Nenhuma tolerância ou atraso de qualquer das Partes em fazer cumprir ou exigir o cumprimento dos direitos e obrigações convencionados neste Contrato constituirá novação ou precedente de qualquer natureza, nem prejudicará ou restringirá o exercício dos mesmos direitos e obrigações em igual situação no futuro, bem como não isentará, em nenhum caso, qualquer das Partes do integral cumprimento de suas obrigações de acordo com o aqui convencionado e previsto. Qualquer alteração ao presente Contrato deverá ser formalizada por escrito pelas Partes signatárias e registrada nos mesmos Cartórios de Títulos e Documentos em que este Contrato estiver registrado, às custas da Companhia.

11.10. Se qualquer termo ou outra disposição deste Contrato for ilegal ou impossível de ser aplicado por qualquer lei ou política pública, mesmo assim, todos os demais termos e disposições deste Contrato continuarão em pleno vigor e efeito, desde que o conteúdo econômico ou jurídico das operações aqui contempladas não seja afetado negativamente de forma significativa em relação a qualquer das Partes. Mediante a determinação de que qualquer termo ou outra disposição seja inválida, ilegal ou impossível de ser aplicada, as Partes negociarão em boa fé para modificar o presente Contrato de modo a atingir tanto quanto possível o objetivo original.

11.11. Execução Específica. O presente Contrato foi devidamente celebrado pelos representantes legais das Partes, os quais têm e deverão ter poderes para assumir, em seu nome, as respectivas obrigações aqui estabelecidas, constituindo o presente Contrato uma obrigação lícita e válida, exequível, em conformidade com seus termos, com força de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 585, inciso II do Código de Processo Civil. Cada uma das Partes poderá requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas pela outra Parte, conforme estabelecem os artigos 461, 461-A, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

11.12. Despesas. Toda e qualquer despesa necessária à boa formalização do presente Contrato, seus anexos, bem como aquelas decorrentes de seu registro junto aos



10
w

cartórios e entidades competentes, assim como qualquer outra despesa necessária à segurança, comprovação da existência e regularidade do crédito e da garantia dos Debenturistas, desde que devidamente comprovadas, serão suportadas pela Cedente.

11.13. Este Contrato é celebrado sem obrigação de exclusividade e as Partes não poderão usar ou associar serviços e produtos aos nomes e marcas uma da outra, inclusive em editais e materiais publicitários, salvo mediante autorização prévia, por escrito, da parte detentora do nome ou marca que será utilizada.

11.14. O recolhimento dos tributos incidentes sobre esta contratação será realizado pela Parte definida como contribuinte pela legislação tributária, na forma nela estabelecida.

11.15. As Partes obrigam-se a enviar ao Banco Administrador, as vias assinadas deste Contrato, com firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas da documentação societária e pessoal de cada uma das Partes para fins de validação de poderes.

XII. LEI APLICÁVEL E FORO

12.1. O presente Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis do Brasil.

12.2. Para dirimir todas e quaisquer dúvidas e/ou controvérsias oriundas deste Contrato, ficam desde já eleitos o foro da comarca de São Paulo, com exclusão de quaisquer outros, por mais privilegiado que sejam.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes firmam este Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas ao final assinadas e qualificadas.

São Paulo, 15 de novembro de 2013.

[PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEGUIR]



14

Página 1/3 do Contrato de Administração de Contas firmado entre a Termelétrica Pernambuco III S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Itaú Unibanco S.A.

11º NSP

3º TABELIONATO DE NOTAS

Paulo C. Rutzen

Nome: Paulo C. Rutzen
Diretor

3º TABELIONATO DE NOTAS

Giancarlo P. Bratkowski

Nome: Giancarlo P. Bratkowski
Diretor

3º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE
Rua Gen. Câmara, 388 - Centro - CEP 90010-230 - Fone/Fax (51) 3221.5226
JACY FRANCO MORMEIRA LIMA Tabelião

Reconheço por AUTENTICIDADE a s firmas de PAULO CESAR RUTZEN e
GIANCARLO PORTO BRATKOWSKI por TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III
S.A. Dou fe. 0455.01.1300006.56583 a 56584
Porto Alegre, 25 de novembro de 2013
Em Testemunho *Sandra Frantz Nunes* Toda Verdade
Sandra Frantz Nunes - Escrevente Autorizado
Emolumentos: R\$ 6,20 + Selo digital. R\$ 0,60 - 11/50/21 1204169 35326 145

B903.510

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

Marcelle Santoro

Diretora

2 Serviço Notarial RJ- Tabeliao ADILSON WAGNER FIRMINO
ESTRADA DOS BANDEIRANTES 209-TAQUARA- TEL 3342-8163 Nº:131122050036
Reconheço por semelhança a firma de MARCELLE MOTTA SANTORO, a qual c
onfere com o padrão arquivado em Cartório.
Valores Rio de Janeiro, 22 de Novembro de 2013.
Firma.....R\$ 4.09 Em testemunho ----- da verdade
Proc.dados.....R\$ 1.45
Total.....R\$ 5.54

ESCREVENTE- ALBERTO MARQUES DOS SANTOS



1 ✓
w



ITAÚ UNIBANCO S.A.

27 NOV. 2013

Nome: _____
Cargo: Marcelo Oliveira Barros
Gerente

Nome: _____
Cargo: Edson França de Avellar Filho
Gerente

Testemunhas:

Nome: Amanda Xavier
RG: 27369200-9
CPF: 302183128-14

Nome: _____
RG: _____
CPF: _____



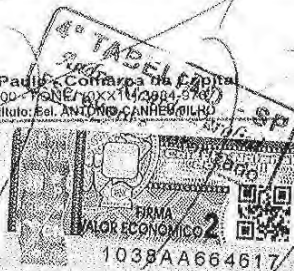
4º TABELIÃO DE NOTAS - Estado de São Paulo - Comarca da Capital
RUA ESTADOS UNIDOS, 455 - CEP: 01427-000 - FONE: (11) 3984-5400
Tabelião: Bel. OSVALDO CANHEO - Tabelião Substituto: Eel. ANTONIO CANHEO FILHO

Reconheço por semelhança as firmas de:
AMANDA RIBEIRO XAVIER e
ANDREA RADI BELICUAS
São Paulo, 27/11/2013

Em test. _____ da verdade

Andre Ricardo Porciani - Escrevente Autorizado

VALIDO SOMENTE COM O Selo de Autenticidade SEM EMENDAS E/OU MASURAS



Handwritten signature/initials

Anexo I
Carta Fiança Overhaul

CARTA DE FIANÇA Nº [xxxxx]

FAVORECIDO: **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures de emissão da Afiançada.

CNPJ: 17.343.682/0001-38

ENDEREÇO: Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

AFIANÇADA: **TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.**

CNPJ: 10.502.676/0001-37

ENDEREÇO: Avenida Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco.

ABERTURA: [00/00/0000]

PRAZO: [*mínimo 365*] dias

VALOR LIMITE: R\$ [*valor programado do próximo overhaul*] (valor por extenso).

Pela presente, o [*um banco de 1ª linha, com rating mínimo xxx*], com sede [*endereço*], inscrito no C.N.P.J./M.F. sob o nº [*xxxxxx-xx*], por seus representantes abaixo assinados, declara-se **FIADOR** e principal pagador do **AFIANÇADO**, até o valor limite máximo acima indicado, apurado de acordo com os termos das cláusulas 3.1.5 e 4.3. do Contrato de Administração de Contas, celebrado em [*xxxxxx-xx*] entre o **FAVORECIDO**, a **AFIANÇADA** e o Itaú Unibanco S.A. ("Contrato de Administração de Contas"), de forma a garantir os valores relativos à reserva Overhaul, nos termos do Contrato de Administração de Contas.

Esta **FIANÇA** vigorará pelo prazo de [*mínimo 365*] dias, a contar de sua formalização em [*data de emissão da Fiança*] vencendo-se, portanto, em [*00/00/0001*].

Esta **FIANÇA** abrange, até o limite acima indicado, obrigações que tenham vencimento final dentro do prazo de validade acima especificado.

O **FIADOR** obriga-se a liquidar as importâncias devidas, obedecido o valor limite acima especificado, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento sob protocolo ou com aviso de recebimento da respectiva requisição formalizada através da CARTA dirigida ao **FIADOR**, [*endereço do FIADOR*], exceto se houver expressa ordem judicial, determinando a suspensão do pagamento da dívida.

Respeitado o valor e prazo de vencimento da presente carta de fiança, o **VALOR LIMITE** acima será reduzido toda vez que o **FIADOR** vier a honrar a presente fiança, no valor de cada pagamento efetuado. Neste caso, o **AFIANÇADO** se obriga a entregar ao **FIADOR** o termo de desoneração parcial relativo ao valor já efetivamente honrado.



Handwritten signature/initials.

Caso o **FIADOR** venha a efetuar o pagamento de qualquer das obrigações aqui afiançadas, o **FIADOR** renuncia ao seu direito de sub-rogar-se nos direitos, privilégios e ações que o **FAVORECIDO** tenha em face do **AFIANÇADO**. Essa renúncia não deve ser entendida sob nenhuma hipótese como renúncia pelo **FIADOR** ao seu direito de ressarcimento.

Fica desde já certo, ajustado e convencionado que o **FAVORECIDO** deverá comunicar por escrito ao **FIADOR** sua intenção de receber os pagamentos inadimplidos pelo **AFIANÇADO** no prazo máximo de **[3 dias]** contados da data de vencimento desta **FIANÇA**, sob pena de decadência dos direitos do **FAVORECIDO** relativos a esta **FIANÇA**, independentemente de notificação ou da devolução da via original desta carta ou de exoneração expressa do **FIADOR** pelo **FAVORECIDO**, ficando o **FIADOR** total, plena, suficiente e automaticamente desonerado e desobrigado de toda e qualquer responsabilidade decorrente desta **FIANÇA**, nada mais podendo lhe ser pleiteado em razão da presente. A desoneração ocorrerá também pela devolução ao **FIADOR** da via original deste instrumento.

O **FIADOR** renuncia expressamente aos benefícios previstos nos artigos [366, 827, 835, 838 e 839] do Código Civil, assim como o artigo 593 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada, responsabilizando o **FIADOR** solidariamente ao **FAVORECIDO**, não devendo ser considerada uma fiança limitada para fins do artigo 822 do Código Civil.

O foro Central da Comarca de São Paulo, Capital será o competente para processar e julgar as questões oriundas desta **FIANÇA**.

TODAS AS CORRESPONDÊNCIAS PARA O FIADOR DEVERÃO SER ENCAMINHADAS PARA A **[endereço do FIADOR]**.

A ACEITAÇÃO DA PRESENTE CARTA DE FIANÇA PELO FAVORECIDO IMPLICARÁ NA AUTOMÁTICA ACEITAÇÃO DE SEUS TERMOS E CONDIÇÕES.

A presente fiança nº **[xxxxxx]** é firmada em 1 (uma) via original e 1 (uma) cópia.

São Paulo, .

[Banco Fiador]



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE EQUIPAMENTOS**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALIENAÇÃO
FIDUCIÁRIA DE BENS MÓVEIS EM GARANTIA**

1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos
Cidade do Rio de Janeiro
3744076 - 1845282

Custas: R\$
Total 849,45



Enf 602,19-FETJ 123,33-PPD 14,51-MM 10,65-AC 0,21-FUNDPERJ
30,10-FUNPERJ 30,10-FUNARPEN 24,08
Registrado e digitalizado em 03/12/2013

Por este instrumento e na melhor forma de direito,

I. na qualidade de fiduciante:

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, na Av. Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 10.502.676/0001-37, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada "Fiduciante" ou "Companhia" ou "Fiel Depositária"; e

II. na qualidade de representante dos credores fiduciários, a saber, a comunhão dos titulares das Debêntures de Emissão da Companhia (conforme termos abaixo definidos) ("Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário").

A Companhia, conjuntamente com o Agente Fiduciário, "Partes" e, quando individualmente, "Parte".

Para fins deste Contrato (conforme abaixo definido), as expressões iniciadas com letras maiúsculas utilizadas e não definidas neste Contrato deverão ter os significados que lhes são atribuídos na Escritura de Emissão.

CONSIDERANDO QUE:

(i) a Companhia implementa e desenvolve o projeto de investimento de uma central geradora termelétrica denominada UTE Pernambuco III, localizada no município de Igarassu, Estado de Pernambuco ("UTE Pernambuco III"), que é um projeto de geração de energia de fonte térmica, com 200.790 Kw de potência instalada, cujo tipo de combustível é o óleo combustível OCB1, cujo ato de autorização para a Companhia explorar as atividades da UTE Pernambuco III, ocorreu por meio da Portaria nº 260, de 2 de julho de 2009, do Ministério de Minas e Energia e das Resoluções Autorizativas nºs 3.078/2011 e 3.375/2012 da Agência

Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("Projeto", "Autorização", "Poder Concedente", respectivamente);

(ii) a Companhia deliberou, em 25 de outubro de 2013, a emissão de 300.000 (trezentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia fidejussória adicional, em 4 (quatro) séries, para distribuição pública nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, ("Emissão", "Debêntures" e "Oferta", respectivamente), cujas condições e características estão descritas no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional da Termelétrica Pernambuco III S.A", celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário, a Hidrotérmica S.A. e a Bolognesi Participações S.A. ("Escritura de Emissão");

(iii) os recursos líquidos a serem obtidos pela Companhia com a Emissão serão destinados ao (1) pagamento de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da Caixa Econômica Federal - CEF e duas Cédulas de Crédito Bancário emitidas em favor do Banco Itaú BBA S.A. em 18 de janeiro de 2013, 22 de março de 2013 e 28 de agosto de 2013, respectivamente, no montante total de R\$ 313.000.000,00 (trezentos e treze milhões de reais), ("CCBs"), sendo que os recursos captados mediante a emissão das CCBs foram destinados, exclusivamente, à implementação e desenvolvimento do projeto de investimento da UTE Pernambuco III; e (2) para o pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas a serem incorridos a partir da data de liquidação da Oferta e relacionados ao Projeto ("Investimentos Futuros"), nos termos do prospecto preliminar e do prospecto definitivo da Oferta e do Formulário de Referência da Cedente, anexo a tais prospectos ("Prospecto Preliminar" e "Prospecto Definitivo", respectivamente, e, em conjunto, "Prospectos"), conforme descrito na Escritura de Emissão;

(iv) a Emissão será realizada nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, do Decreto Presidencial nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, da Portaria MME nº 260, de 2 de junho de 2009, para implementação do Projeto considerado como prioritário nos termos da Portaria nº 187, emitida pelo Ministério de Minas e Energia em 6 de junho de 2013, e publicada no Diário Oficial da União em 7 de junho de 2013 e da Portaria nº 47, emitida pelo Ministério de Minas e Energia em 6 de fevereiro de 2012, e publicada no Diário Oficial da União em 9 de fevereiro de 2012;

(v) a Companhia é legítima titular dos ativos listados e descritos no **Anexo I** a este Contrato, que se encontram completamente livres e desembaraçados de

quaisquer ônus, dívidas ou dúvidas, tributos, impostos e/ou taxas em atraso, ou encargos ("Equipamentos");

(vi) para assegurar o integral pagamento de todas as obrigações principais e assessorias assumidas pela Companhia (seja na data de vencimento das Debêntures, seja em razão de vencimento antecipado das Debêntures) decorrentes da Escritura de Emissão, a Companhia comprometeu-se a alienar fiduciariamente os Equipamentos;

(vii) ainda, em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, foram constituídas as seguintes garantias em favor dos Debenturistas: (a) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Companhia sobre (i) todos os direitos emergentes da Autorização; (ii) todos os valores a serem depositados e mantidos nas Contas Reserva; e (iii) os Contratos de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEARs"), bem como os direitos emergentes decorrentes dos CCEARs, conforme os termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças celebrado nesta data ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" e "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios", respectivamente); (b) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia, de titularidade da Hidrotérmica S.A. e da Bolognesi Participações S.A., nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações celebrado nesta data ("Alienação Fiduciária de Ações" e "Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações" e, quando em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, e este Contrato, as "Garantias Reais" e "Contratos de Garantias", respectivamente);

(viii) adicionalmente às Garantias Reais a Emissão contará com garantia fidejussória, representada por fiança bancária emitida pelo Banco Itaú BBA S.A, nos termos do Contrato de Fiança Bancária ("Fiança Bancária Completion" e, quando em conjunto com Garantias Reais, denominados "Garantias"), conforme as disposições da Escritura de Emissão; e

(ix) os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, concordaram com a constituição da alienação fiduciária dos Equipamentos em seu favor.

ISTO POSTO, RESOLVEM as Partes celebrar este Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia ("Contrato") que se regerá de acordo com os seguintes termos e condições mutuamente pactuadas:

Handwritten signature

I. OBJETO

1.1. Por este Contrato e nos termos dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e artigo 66-B da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("Lei 4.728"), com a redação dada pela Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada ("Lei 10.931"), em garantia ao fiel e integral cumprimento (seja na data de vencimento, seja por conta de vencimento antecipado) de todas as obrigações principais e acessórias, presentes ou futuras da Fiduciante nos termos da Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, dentre outras, ao valor total da Emissão, remuneração, comissões, custos e despesas, incluindo gastos com honorários advocatícios, remuneração do Agente Fiduciário, multas, perdas, verbas indenizatórias, custas e taxas judiciais ou extrajudiciais decorrentes da Emissão e das Debêntures ("Obrigações Garantidas"), a Fiduciante, neste ato, dá em alienação fiduciária ao Agente Fiduciário, representando os interesses da comunhão dos Debenturistas, os Equipamentos.

1.2. Em decorrência da transferência da propriedade fiduciária dos Equipamentos para os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, operada nos termos da legislação aplicável vigente, os Debenturistas passam, a partir desta data, representados pelo Agente Fiduciário, a ser os únicos e exclusivos titulares do domínio resolúvel e da posse indireta dos Equipamentos, até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas assumidas pelo Fiduciante na Escritura de Emissão.

1.3. Caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures e a Fiduciante não promova o resgate da totalidade das Debêntures da respectiva Série, no prazo e nos termos previstos na Cláusula 6.25.4 da Escritura de Emissão, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, poderão excutir a garantia sobre os Equipamentos ora constituída.

1.4. O valor dos Equipamentos, na data deste Contrato, corresponde a R\$171.000.000,00 (cento e setenta e um milhões de reais) ("Valor de Avaliação dos Equipamentos"). As Partes desde já estabelecem que o valor dos Equipamentos deverá sempre corresponder, no mínimo ao Valor de Avaliação dos Equipamentos.

1.5. Aditamento Decorrente do Procedimento de Bookbuilding. Nos termos da Escritura de Emissão a taxa final de remuneração das Debêntures será definida após a conclusão do procedimento de coleta de intenção de investimento a ser conduzido pela instituição intermediária líder da distribuição pública das Debêntures no Brasil, nos termos do parágrafo 1º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding").

1.6. Após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* a Escritura de Emissão e o **Anexo II** (descrição das Obrigações Garantidas) deste Contrato deverão ser substituídos de modo a refletir as características definitivas das Debêntures, por meio de aditamento a este Contrato, o qual deverá ser registrado nos termos da Cláusula VIII.

II. OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

2.1. As principais características das Obrigações Garantidas seguem descritas no **Anexo II** deste Contrato.

III. DEPOSITÁRIO

3.1. A Fiduciante deverá conservar a posse direta dos Equipamentos, possuindo-os em nome do Agente Fiduciário, para todos os fins legais, assumindo todas as obrigações estabelecidas nos artigos 627 a 646 do Código Civil, até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, quando a propriedade plena dos Equipamentos deverão automaticamente retornar à Fiduciante, obrigando-se a Fiduciante a manter os Equipamentos em perfeitas condições de uso, conservação e funcionamento, bem como a defendê-los de turbacão de terceiros, obrigando-se, ainda, a substituí-los e/ou repará-los sempre que necessário, em caso de depreciação e/ou degradação, de modo a recompor integralmente a garantia ora outorgada.

3.2. A Fiduciante deverá manter-se como depositária dos Equipamentos até a efetiva satisfacão de todas as Obrigações Garantidas.

3.3. A Fiduciante, por este Contrato, expressamente aceita sua nomeação como Fiel Depositária dos Equipamentos e assume total responsabilidade pela boa manutenção, conservação e preservacão dos Equipamentos.

3.4. Para os fins dos artigos 640 e 1.363 do Código Civil, o Agente Fiduciário, neste ato, autoriza a Fiduciante a usar e tirar proveito dos Equipamentos, observado, contudo, o disposto na Cláusula 4.1. (a) abaixo, exceto por transferências temporárias quando necessário para fins de manutenção ou reparo dos Equipamentos no curso normal dos negócios.

IV. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA FIDUCIANTE

4.1. Além das demais obrigações previstas neste Contrato, na Escritura de Emissão e nos demais Contratos de Garantias, ou em lei, a Fiduciante obriga-se a, até o fiel cumprimento de todas as obrigações indicadas na Escritura de Emissão:

(a) exceto com a finalidade de substituir quaisquer dos Equipamentos, incluindo, mas não se limitando para renovação destes, não vender, transferir, ceder, dispor ou concordar em vender, transferir, ceder ou dispor dos Equipamentos ou de quaisquer direitos relativos a estes, e/ou ceder ou transferir quaisquer de seus direitos e obrigações decorrentes deste Contrato;

(b) não criar ou permitir que seja criado qualquer ônus, gravame ou encargo sobre os Equipamentos, salvo a alienação fiduciária em garantia prevista neste Contrato;

(c) tomar todas e quaisquer medidas necessárias, incluindo aquelas razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário e pelos Debenturistas, com vistas à preservação dos Equipamentos ou dos direitos dos Debenturistas nos termos deste Contrato;

(d) manter os Equipamentos em perfeito estado de conservação (exceto nos casos de deterioração natural dos bens) e identificação, defendendo-os de turbação de terceiros;

(e) reembolsar o Agente Fiduciário e os Debenturistas, conforme o caso, no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento de comunicação escrita nesse sentido, por todos os custos e despesas incorridos ou relacionados ao registro, caso a Emissora não faça, deste Contrato e de seus eventuais aditamentos no cartório de Registro de Títulos e Documentos;

(f) comunicar, por escrito, ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, caso tenha ciência de qualquer ato ou fato fora do curso regular dos negócios que possa depreciar de forma relevante ou ameaçar a garantia prestada nos termos deste Contrato, dentro de 10 (dez) dias úteis contados do conhecimento de tal fato;

(g) manter os Equipamentos segurados, a suas custas, até o cumprimento das Obrigações Garantidas, nos termos da Cláusula VI abaixo;

(h) manter, em seus controles internos, os Equipamentos como equipamentos gravados em favor da comunhão dos Debenturistas, podendo o Agente Fiduciário ou terceiros por ele contratados, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 10 (dez) dias úteis à Fiduciante, fiscalizar o cumprimento desta obrigação;

(i) em caso de qualquer inadimplemento, entregar os Equipamentos ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação para entrega dos Equipamentos, no local indicado na notificação;

(j) manter esta garantia existente, válida, eficaz, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição;

(k) não praticar qualquer ato, ou abster-se de praticar qualquer ato, que possa, de qualquer forma, afetar o cumprimento, pela Fiduciante, das suas obrigações, ou o exercício, pelo Agente Fiduciário, de seus direitos, previstos neste Contrato, tomando todas e quaisquer medidas necessárias, incluindo aquelas razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário e pelos Debenturistas, com vistas à preservação dos Equipamentos ou dos direitos dos Debenturistas nos termos deste Contrato;

(l) a seu exclusivo custo e despesas, assinar, anotar e prontamente entregar, ou fazer com que sejam assinados, anotados e entregues ao Agente Fiduciário, todos os contratos ou documentos necessários e tomar todas as demais medidas que o Agente Fiduciário possa solicitar, de forma razoável com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, para garantir (i) o cumprimento das obrigações assumidas neste Contrato, ou (ii) a legalidade, validade e exequibilidade deste Contrato;

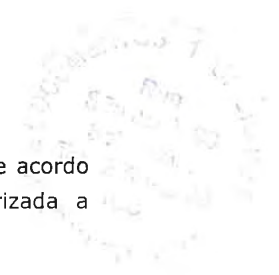
(m) assegurar e defender os direitos reais de garantia constituídos nos termos deste Contrato e eventuais aditamentos contra quaisquer ações e reivindicações de quaisquer terceiros;

(n) efetuar o pagamento de todas as despesas necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão e deste Contrato ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, desde que sejam razoáveis e devidamente comprovadas, e sem prejuízo do disposto nos artigos 20 e seguintes do Código de Processo Civil caso o Agente Fiduciário, agindo no interesse dos Debenturistas, recorra a medidas judiciais em face da Fiduciante; e

(o) não celebrar qualquer contrato ou acordo que possa impactar negativamente, restringir ou limitar os direitos dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, decorrentes deste Contrato.

V. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA FIDUCIANTE

5.1. A Fiduciante declara que:

- 
- a) é uma sociedade por ações, devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, devidamente autorizada a conduzir suas atividades;
- b) os representantes legais que assim este Contrato estão devidamente autorizados para tanto;
- c) está em fase de obtenção do registro como companhia aberta, categoria "B", perante a CVM;
- d) o Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), está atualizado e todas as informações nele contidas atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial aos artigos 14 a 19, e o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Fiduciante e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos em todos os aspectos relevantes, sendo certo que todas as informações do Formulário de Referência são verdadeiras, consistentes, corretas;
- e) tem plenos poderes, capacidade, e está devidamente autorizada a celebrar este Contrato, a Escritura de Emissão e os demais Contratos de Garantias e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para a celebração e cumprimento das obrigações assumidas;
- f) é legítima proprietária dos Equipamentos, os quais se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, e não pende sobre os mesmos qualquer litígio, ação, processo judicial ou não, excetuando-se a alienação fiduciária decorrente deste Contrato;
- g) este Contrato, a Escritura de Emissão e os demais Contratos de Garantias constituem uma obrigação legal, válida, lícita, vinculante e eficaz da Fiduciante, exequível de acordo com seus respectivos termos e condições;
- h) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Fiduciante, de suas obrigações nos termos deste Contrato;

C *D* *W*

i) a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações nele previstas não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Companhia seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer ônus sobre os Equipamentos (exceto pela alienação fiduciária prevista neste Contrato) ou sobre qualquer ativo da Companhia; ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) sob qualquer aspecto material, qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Companhia ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia ou quaisquer de seus bens e propriedades;

j) a celebração deste Contrato é compatível com a capacidade econômica, financeira e operacional da Fiduciante de forma que a alienação fiduciária dos Equipamentos prevista neste Contrato não acarretará qualquer impacto negativo relevante na capacidade econômica, financeira e operacional, ou na sua capacidade de honrar quaisquer compromissos e obrigações;

k) não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o autor, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar adversamente as obrigações assumidas neste Contrato;

l) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;

m) exceto com relação ao que esteja sendo questionado de boa fé, está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais disposições legais e regulamentares ambientais que sejam igualmente relevantes para a execução de suas atividades, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

n) as demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Companhia nas referidas datas e os

resultados operacionais da Companhia referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, a Companhia não tem conhecimento de nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão ou de qualquer operação envolvendo a Companhia, fora do curso normal de seus negócios, bem como não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Companhia;

o) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Companhia, além daqueles mencionados no seu Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Companhia, à CVM e ao mercado;

p) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial;

q) não omitiu, ou omitirá, qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;

r) não há outros fatos relevantes em relação à Companhia não divulgados em seu Formulário de Referência, cuja omissão faça com que qualquer declaração do Formulário de Referência da Companhia seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente;

s) todas as informações fornecidas pela Companhia no âmbito da Emissão são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para os investidores, permitem aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão;

t) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e

u) os Equipamentos são (i) suscetíveis de serem deslocados por ação de terceiros, sem qualquer alteração na sua substância ou na sua finalidade econômico-social, e, portanto, são caracterizados como bens móveis para todos

os efeitos legais, inclusive, para os fins do artigo 82 do Código Civil; e (ii) únicos e individualmente identificáveis, conforme descritos e identificados no **Anexo I**, e, por isso, são considerados bens infungíveis para todos os efeitos legais, inclusive para os fins dos artigos 85 e 1.361 do Código Civil.

5.2. As declarações e garantias aqui prestadas pela Fiduciante subsistirão à celebração deste Contrato, devendo ser mantidas até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas.

5.2.1. A Fiduciante compromete-se ainda a indenizar e manter indene os Debenturistas, agentes e consultores contra todas e quaisquer reivindicações, danos, perdas, responsabilidades e despesas (incluindo, sem limitação, despesas e honorários advocatícios) em que qualquer uma das pessoas acima venha a incorrer ou que contra ela venha a ser cobrado, em cada caso em decorrência de não veracidade, omissão ou inexatidão de quaisquer das declarações e garantias aqui contidas.

VI. SEGURO

6.1. A Fiduciante obriga-se, sob sua única e exclusiva responsabilidade, a contratar e pagar o prêmio referente a seguro dos Equipamentos contra todos os riscos cabíveis, de acordo com as leis e regulamentações aplicáveis a seguros em vigor, com uma seguradora de renome e idônea. Deve constar da apólice de seguro e dos documentos que formalizarem suas renovações e endossos, que: (i) a Fiduciante é a beneficiária da cobertura securitária e do pagamento de eventuais indenizações, exceto em caso de sinistro que resulte em perda total de qualquer dos Equipamentos, hipótese na qual os Debenturistas serão os exclusivos beneficiários do pagamento da indenização correspondente, até o Valor de Avaliação dos Equipamentos; e (ii) as coberturas não poderão ser canceladas, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas. Fica desde já estabelecido que a Fiduciante obriga-se a enviar em até 10 (dez) dias úteis da data da contratação do seguro cópia da(s) apólice(s), endosso(s) e respectivo(s) comprovante(s) de pagamento ao Agente Fiduciário, estabelecendo-se o mesmo procedimento para as renovações anuais.

6.2. Na eventual ocorrência de qualquer sinistro, a Fiduciante será sempre a responsável pelo ressarcimento de quaisquer importâncias não pagas pela sociedade seguradora contratada.

VII. INSPEÇÃO

7.1. O Agente Fiduciário, conforme solicitado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, poderá, a qualquer tempo, mediante prévio aviso de 10 (dez) dias úteis à Fiduciante, examinar os Equipamentos, verificando seu estado de conservação, sujeitando-se a Fiduciante às penas da lei, caso não proceda à exibição dos Equipamentos sempre que lhe for solicitado pelo Agente Fiduciário.

7.1.1. O Agente Fiduciário poderá contratar, desde que previamente autorizado pela Emissora, às expensas da Emissora, terceiros para examinar os Equipamentos. Nessa hipótese, todos os direitos do Agente Fiduciário relacionados à coleta de informações e à tomada de providências em relação aos Equipamentos poderão ser exercidos diretamente por tais agentes, em benefício do Agente Fiduciário, cuja designação deverá ser previamente informada à Emissora, mas independerá da anuência dessa.

VIII. REGISTRO EM CARTÓRIO

8.1. Para fins da eficácia desta garantia, a Fiduciante deverá (i) registrar, em até 20 (vinte) dias úteis contados a partir da data de assinatura 2 (duas) vias deste Contrato e dos seus respectivos anexos perante os competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos na Cidade de Iguarassu, Estado de Pernambuco, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (ii) enviar ao Agente Fiduciário comprovação da apresentação de tais documentos para registro perante os competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos indicados acima; e (iii) após o registro, e no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, fornecer ao Agente Fiduciário, uma via deste Contrato devidamente registrado.

8.2. Os gastos relativos aos registros e atualizações da garantia concedida pela Fiduciante neste Contrato, desde que devidamente comprovados, deverão ser arcados exclusivamente pela Fiduciante.

IX. EXCUSSÃO DA GARANTIA

9.1. As Partes declaram e reconhecem que os Debenturistas são credores solidários, de forma que cada um dos Debenturistas tem direito a exigir da Fiduciante o cumprimento das Obrigações Garantidas, por inteiro, bem como promover a excussão da alienação fiduciária objeto deste Contrato, observado o disposto no Artigo 267 e seguintes do Código Civil.

9.2. Caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures e a Fiduciante não promova ao resgate da totalidade das Debêntures da respectiva Série, no prazo e nos termos previstos na Cláusula 6.25.4 da Escritura de Emissão, poderão os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, executar a garantia sobre os Equipamentos ora constituída.

9.3. Na hipótese de ocorrência de um evento de vencimento antecipado, observado o disposto na Cláusula 9.2 acima, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, nos termos da Escritura de Emissão, ficam por este ato, em caráter irrevogável, autorizados a exercer sobre os Equipamentos todos os poderes que lhes são assegurados pela legislação vigente, inclusive os poderes "*ad negotia*", podendo vender, ceder ou transferir os Equipamentos, em conjunto ou isoladamente, judicial ou extrajudicialmente, por qualquer forma, independentemente de leilão, hasta pública, dar quitação e assinar quaisquer documentos ou termos necessários à prática dos atos aqui referidos, na forma da legislação aplicável.

9.4. Em conformidade com o disposto nos artigos 684 do Código Civil e como uma forma de cumprir com as obrigações estabelecidas neste Contrato, a Fiduciante, por este ato, em caráter irrevogável, nomeia e constitui o Agente Fiduciário seu bastante procurador, até que as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente cumpridas, conferindo-lhe poderes expressos, especiais e irrevogáveis para na ocorrência de um evento de vencimento antecipado, vender, alienar, ceder, transferir, no todo ou em parte, os Equipamentos, na forma e nas condições que os Debenturistas vierem a determinar, observado o quanto disposto na Cláusula 9.2 acima e usar o produto da venda para a amortização total ou parcial das Obrigações Garantidas, deduzir todas as despesas incorridas na venda e devolver o excedente, se houver, à Fiduciante. Para tanto, o Agente Fiduciário fica, desde já, mediante ocorrência de qualquer hipótese de vencimento antecipado, nos termos da Escritura de Emissão, expressamente autorizado pela Fiduciante a tomar todas as medidas necessárias à venda dos Equipamentos, com poderes para assinar contratos, instrumentos de transferência, receber pagamentos, dar e receber recibos e quitação, bem como substabelecer qualquer dos poderes ora conferidos.

9.5. Os Debenturistas farão jus à totalidade do produto da excussão da garantia ora constituída para pagamento e liquidação das Obrigações Garantidas, e o eventual excesso será entregue a Fiduciante em até 5 (cinco) dias úteis após o pagamento e liquidação das Obrigações Garantidas.

9.6. Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula IX, em complemento aos poderes outorgados na Cláusula 9.3 acima, a Fiduciante emite nesta data, o Instrumento Particular de Procuração, nos termos do **Anexo III** deste Contrato.

9.7. Todas as despesas razoáveis e comprovadas que venham a ser incorridas pelo Agente Fiduciário para fins de excussão deste Contrato, além de eventuais tributos, encargos, taxas e comissões, desde que devidamente comprovados, integrarão o valor das Obrigações Garantidas, para os fins de direito.

9.8. Se o produto da venda dos Equipamentos, nos termos desta Cláusula IX, não bastar para saldar a totalidade das Obrigações Garantidas, acrescidas de todos os juros, taxas, comissões, multas, perdas, danos e despesas ou encargos ali previstos, subsistirá integralmente a responsabilidade da Fiduciante pelo pagamento do saldo devedor que for apurado, sem prejuízo da execução das demais Garantias concedida pela Fiduciante ou qualquer terceiro, nos termos deste Contrato, da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, ou de qualquer outro instrumento.

9.9. A excussão dos Equipamentos na forma aqui prevista será procedida de forma independente e em adição a qualquer outra execução das Garantias, concedida pela Fiduciante, ou qualquer terceiro, nos termos deste Contrato, da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, podendo os Equipamentos serem executados anteriormente, em conjunto ou individualmente entre si, ou com ou outra garantia, posteriormente, ou ainda, simultaneamente à execução de qualquer outra garantia.

X. AVISOS E NOTIFICAÇÕES

10.1. Todas as comunicações e instruções aqui previstas serão enviadas, por escrito, aos endereços abaixo:

(a) Se para a Companhia:

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Av. Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, Pau Ferro - Zona Rural.

CEP: 53670-000, Igarassu, PE

At.: Paulo Cesar Rutzen

Tel.: (51) 3025-8080

Email: ri@utepeiii.com.br

(b) Se para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04

CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro e Marcelle Motta Santoro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

10.2. As notificações enviadas por uma Parte a outra, nos termos deste Contrato, serão por escrito, devendo ser remetidas por carta protocolada ou registrada nos endereços constantes da Cláusula 10.1, bem como por fac-símile ou e-mail, sendo consideradas como recebidas respeitando-se o disposto na referida Cláusula 10.1. As notificações encaminhadas como por fac-símile e/ou e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. Caso haja recusa em receber as notificações, estas poderão ser feitas por meio de notificação judicial ou extrajudicial. Caso qualquer das Partes mude de endereço, deverá prontamente notificar a outra Parte, em tempo hábil para que eventual notificação seja entregue no endereço correto, responsabilizando-se por qualquer dano que decorra dessa mudança de endereço eventualmente não informada.

XI. DISPOSIÇÕES DIVERSAS

11.1. Vigência. Não obstante a ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Escritura de Emissão, todos os acordos, declarações e as garantias deste Contrato permanecerão gerando plenos efeitos e em vigor, válidos e exequíveis até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas (mesmo que haja uma execução parcial deste Contrato).

11.2. Se qualquer termo ou disposição deste Contrato for considerado por qualquer tribunal competente como sendo nulo, inválido ou inexecutável, o restante deste Contrato não será afetado por esta decisão, sendo que cada termo, avença e condição remanescente deste Contrato continuará válido e será cumprido na forma permitida na legislação aplicável.

11.3. Fica expressamente estabelecido que a abstenção ou atraso no exercício, por qualquer das Partes, de quaisquer direitos ou faculdades assegurados em lei, na Escritura de Emissão ou neste Contrato, ou a sua tolerância com atrasos no cumprimento das Obrigações Garantidas, neste Contrato ou na Escritura de Emissão, constituir-se-á em mera liberalidade e não implicará novação, tácita ou

expressa, ou alteração contratual, nem impedirá que a qualquer momento a Parte, a seu exclusivo critério, venha a exercer os aludidos direitos e faculdades.

11.4. Cessão ou Transferência. É expressamente vedada a transferência, a quaisquer terceiros, de quaisquer das obrigações aqui previstas, total ou parcialmente, salvo mediante prévia e expressa anuência da outra Parte e desde que o novo cessionário concorde integralmente com os termos e condições deste Contrato, ficando ressalvado ao Agente Fiduciário a cessão ou transferência a uma outra instituição de seu grupo econômico.

11.5. Termos Iniciados em Maiúscula. Os termos iniciados em letra maiúscula e não expressamente definidos neste Contrato terão o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Em caso de inconsistência, deve prevalecer a definição da Escritura de Emissão.

11.6. Irrevogabilidade e Sucessão. Este Contrato obriga irrevogavelmente e irretratavelmente as Partes contratantes, bem como seus sucessores ou cessionários a qualquer título, sendo cada parte responsável pelos atos e omissões de seus respectivos funcionários, administradores ou gerentes, prestadores de serviço, contratados ou prepostos, sob qualquer denominação. As obrigações contidas neste Contrato não serão afetadas nas hipóteses de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, reorganização societária, insolvência, morte ou incapacidade de qualquer pessoa relacionada à Companhia.

11.7. Este Contrato não poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas, condições ou disposições, a não ser mediante prévio e comum acordo, por escrito, entre todas as Partes.

11.8. A renúncia, por qualquer das Partes, em relação a qualquer direito, obrigação ou exigência decorrente deste Contrato, terá efeito somente se apresentada por escrito. Nenhuma tolerância ou atraso de qualquer das Partes em fazer cumprir ou exigir o cumprimento dos direitos e obrigações convencionados neste Contrato constituirá novação ou precedente de qualquer natureza, nem prejudicará ou restringirá o exercício dos mesmos direitos e obrigações em igual situação no futuro, bem como não isentará, em nenhum caso, qualquer das Partes do integral cumprimento de suas obrigações de acordo com o aqui convencionado e previsto. Qualquer alteração a este Contrato deverá ser formalizada por escrito pelas Partes signatárias e registrada nos mesmos Cartórios de Títulos e Documentos em que este Contrato estiver registrado, às custas da Companhia.

11.9. Se qualquer termo ou outra disposição deste Contrato for ilegal ou impossível de ser aplicado por qualquer lei ou política pública, mesmo assim, todos os demais

termos e disposições deste Contrato continuarão em pleno vigor e efeito, desde que o conteúdo econômico ou jurídico das operações aqui contempladas não seja afetado negativamente de forma significativa em relação a qualquer das Partes. Mediante a determinação de que qualquer termo ou outra disposição seja inválida, ilegal ou impossível de ser aplicada, as Partes negociarão em boa fé para modificar este Contrato de modo a atingir tanto quanto possível o objetivo original.

11.10. Uma vez adimplidas as Obrigações Garantidas, a garantia constituída por meio deste Contrato considerar-se-á automaticamente liberada, independentemente de qualquer notificação. Sendo certo que, para formalizar referida liberação, a Fiduciante solicitará ao Agente Fiduciário o respectivo termo de liberação, que deverá ser fornecido em até 5 (cinco) dias contados do recebimento da solicitação.

11.11. Execução Específica. Este Contrato (incluindo seus anexos) foi devidamente celebrado pelos representantes legais das Partes, os quais têm e deverão ter poderes para assumir, em seu nome, as respectivas obrigações aqui estabelecidas, constituindo este Contrato uma obrigação lícita e válida, exequível, em conformidade com seus termos, com força de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 585, inciso II do Código de Processo Civil. Cada uma das Partes poderá requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas pela outra Parte, conforme estabelecem os artigos 461, 461-A, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

11.12. Despesas. Toda e qualquer despesa necessária à boa formalização deste Contrato, seus anexos, bem como aquelas decorrentes de seu registro junto aos cartórios e entidades competentes, assim como qualquer outra despesa necessária à segurança, comprovação da existência e regularidade do crédito e da garantia dos Debenturistas, desde que devidamente comprovadas, serão suportadas pela Companhia.

11.13. Foro. As Partes elegem o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como competente para dirimir toda e qualquer disputa decorrente do Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

11.14. Regência e Interpretação. Este Contrato deverá ser regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

XII. MULTIPLICIDADE DE GARANTIAS

12.1. No exercício de seus direitos e recursos contra a Fiduciante, nos termos deste Contrato, da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia ou de qualquer

outro instrumento, os Debenturistas poderão executar quaisquer Garantias, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral das Obrigações Garantidas.

12.2. A Fiduciante reconhece o direito e legitimidade dos Debenturistas de exigirem o cumprimento das Obrigações Garantidas e executar quaisquer garantias, independentemente da ordem e em observância ao disposto acima, como forma de receber os créditos devidos, com os devidos encargos.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes este Contrato em 2 (duas) vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo subscritas.

São Paulo, 15 de novembro de 2013.

[página de assinaturas a seguir]

e *l* *w*

(página de assinaturas do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia celebrado entre Termelétrica Pernambuco III S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

TERMELETRICA PERNAMBUCO III S.A.

 Nome: Paulo C. Rutzen Cargo: Diretor	 Nome: Giancarlo P. Bratkowski Cargo: Diretor
--	---

TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE
Rua Gen. Câmara, 366 - Centro - CEP 90010-230 - Fone/Fax 51-3221 6320
JACY FRANCO MOREIRA ILLIAS, Tabelião

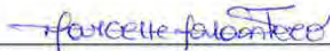
Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de PAULO CESAR RUTZEN e GIANCARLO PORTO BRATKOWSKI por TERMELETRICA PERNAMBUCO III S.A. Dou fe 0455 01.1300006.56595 a 56596
Porto Alegre, 25 de novembro de 2013
Em Testemunho da Verdade
Sandro Frantz Nunes - Escrevente Autorizado
Emolumentos: R\$ 6,20 + Seló digital: R\$ 0,60 - 11 50 21 1204169-35326 145

B903.514

C l W

(página de assinaturas do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia celebrado entre Termelétrica Pernambuco III S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome:

Cargo:

Marcelle Santoro
Diretora

2 Serviço Notarial RJ- Tabelião ADILSON WAGNER FIRMINO
ESTRADA DOS BANDEIRANTES 209-TAQUARA- TEL 3342-8163 Nº:131122050036
Reconheço por semelhança a firma de: MARCELLE MOTTA SANTORO, a qual c
onfere com o padrão arquivado em Cartório.
Valores Rio de Janeiro, 22 de Novembro de 2013.
Firma.....:R\$ 4.09 Em testemunho ----- da verdade
Proc.dados.....:R\$ 1.45
Total.....:R\$ 5.54


ESCREVENTE- ALBERTO MARQUES DOS SANTOS



(página de assinaturas do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia celebrado entre Termelétrica Pernambuco III S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

Testemunhas:

1.


Nome: Amanda Ribeiro Xavier
CPF: 302183128-14

2.


Nome: ANDREA RADI BELICUAS
CPF:



1o. Ofício do Registro de Títulos e Documentos
Cidade do Rio de Janeiro
Rua São José, 90 / 1808 - Centro - Rio de Janeiro - (21) 2221-2209
Apresentado hoje, protocolado e
registrado em mídia ótica sob o No.
1845282
Rio de Janeiro, 03/12/2013
BERNARDINO DE CARVALHO
03754553704

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ALIENADOS FIDUCIARIAMENTE EM GARANTIA EM PORTUGUÊS

A lista abaixo constitui uma tradução livre da íntegra do Anexo A do Contrato de Fornecimento de Equipamentos, celebrado em 9 de maio de 2012, pela Cedente com a Wärtsilä Finland Oy, que contém a descrição, em inglês, de todos os Equipamentos. Para todos os fins, o referido Anexo A, é considerado como parte integrante deste Contrato.




ANEXO A – ESCOPO GERAL DE SUPRIMENTOS

Seção	Descrição	Quan- tidade	Responsa- bilidade da Wärtsilä Finland	Responsa- bilidade do Consumidor
Total	TOTAL			
A	EQUIPAMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA			
A1	GRUPO GERADOR			
A1.1	MOTOR			
	Motor Wärtsilä 20V32	23	x	
A1.2	GERADOR			
	Gerador: 13.800 Volt; 60 Hz	23	x	
	Acoplamento flexível	23	x	
A1.3	ARMAÇÃO BÁSICA PARA O MOTOR E GERADOR			
	Armação básica comum para o motor e gerador	23	x	
	Molas de aço (conjunto)	23	x	
	Equipamento de fixação (conjunto)	23	x	
A1.4	CONEXÕES			
	Conexões flexíveis entre o motor e a tubulação externa	23	x	
	- Mangueiras e gaxetas flexíveis (conjunto)	1	x	
	- Fole de água de resfriamento (conjunto)	1	x	
	- Fole de gás de escape	2	x	
	- Compensador de fole de ar de carga	2	x	
A1.5	PLATAFORMAS DO MOTOR			
	Plataforma de manutenção do motor pré-fabricada	23	x	
A2	SISTEMAS MECÂNICOS AUXILIARES			
A2.1	MÓDULOS AUXILIARES			
	Módulo auxiliar do motor com impulsor compacto integrado	23	x	
	- Filtro de óleo combustível	1	x	
	- Bomba impulsora de combustível	1	x	
	- Bomba de combustível de retorno	1	x	
	- Resfriador de óleo combustível	1	x	
	- Tanque de combustível de retorno	1	x	

- Unidade de pré-aquecimento	1	x
- Sistema de água em alta temperatura de válvula termostática	1	x
- Sistema de água em baixa temperatura de válvula termostática	1	x
- Bomba de aumento de pressão	1	x
- Aquecedor a vapor	1	x
- Tubulação e isolamento	1	x
- Válvulas e contadores	1	x
- Painel de controle de módulo	1	x
Módulo de gás de escape	23	x
- Tanque de expansão em baixa temperatura	1	x
- Silencioso de ar de carga	2	x

C X W

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wärtsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
	- Tubo de ramificação de gás de escape	1	x	
	- Tubulação e isolamento	1	x	
	- Separador de névoa de óleo	1	x	
	- Plataforma de módulo auxiliar	23	x	
	- Medidor de fluxo de massa do motor	23		x
A2.2 SISTEMA DE COMBUSTÍVEL				
A2.2.1 SISTEMA DE ÓLEO COMBUSTÍVEL LEVE				
	Bombas de descarregamento de óleo combustível leve	2		x
	Tanque de óleo combustível leve com um volume de 1.000 m3	1		x
	Equipamento do tanque de óleo combustível leve	1		x
	Sistema de óleo combustível leve de tubulação e válvulas dentro da sala de máquinas	1		x
	Sistema de óleo combustível leve de tubulação e válvulas fora da sala de máquinas	1		x
A2.2.3 SISTEMA DE ÓLEO COMBUSTÍVEL PESADO (projetado para uma viscosidade de combustível máxima de 1200 cSt a 50°C)				
	Bombas de descarregamento de óleo combustível pesado	3		x
	Tanque de armazenamento de óleo combustível pesado com um volume de 5.000 m3 durante dias sucessivos	1		x
	Equipamento do tanque de armazenamento de óleo combustível pesado	1		x
	Unidade de bomba de transferência de óleo combustível pesado	1		x
	Aquecedor de sucção do tanque de armazenamento de óleo combustível pesado	1		x
	Tanque de compensação de óleo combustível pesado com um volume de 200 m3	1		x
	Isolante de tanque de compensação de óleo combustível pesado	1		x
	Equipamento do tanque de compensação de óleo combustível pesado	1		x
	Separador de óleo combustível pesado – estação para 50 m³/h	1	x	
	Tanque diário de óleo combustível pesado 500 m3	1		x
	Isolante de tanque diário de óleo combustível pesado	1		x
	Equipamento do tanque diário de óleo combustível pesado	1		x
	Unidade alimentadora de óleo combustível pesado/leve	2	x	
	- Bomba alimentadora de óleo combustível pesado	2	x	
	- Bomba alimentadora de óleo combustível leve	1	x	
	- Filtro automático	1	x	
	- Filtro de derivação manual	1	x	
	- Sistema de controle de viscosidade	1	x	



Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wärtsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
	Sistema de óleo combustível pesado de tubulação e válvulas dentro da sala de máquinas	1		x
	Material de aquecimento residual de óleo combustível pesado dentro da sala de máquinas	1		x
	Isolamento de tubulação de óleo combustível pesado dentro da sala de máquinas	1		x
	Sistema de óleo combustível pesado de tubulação e válvulas fora da sala de máquinas	1		x
	Material de aquecimento residual de óleo combustível pesado fora da sala de máquinas	1		x
	Isolamento de tubulação de óleo combustível pesado fora da sala de máquinas	1		x
A2.3	SISTEMA DE ÓLEO LUBRIFICANTE			
	Unidade separadora de óleo lubrificante	23	x	
	Unidade de bomba de descarregamento de óleo lubrificante: óleo fresco	1		x
	Tanque de armazenamento de óleo lubrificante para óleo fresco com um volume de 80 m3	1		x
	Equipamento para tanque de armazenamento de óleo lubrificante: óleo fresco	1		x
	Tanque de serviço de óleo lubrificante com um volume de 20 m3	1		x
	Equipamento para tanque de serviço de óleo lubrificante	1		x
	Unidade de bomba de transferência de óleo lubrificante (móvel)	1		x
	Unidade de bomba de transferência de óleo lubrificante (estacionária)	1		x
	Tanque de armazenamento de óleo lubrificante para óleo usado com um volume de 55 m3	1		x
	Unidade de bomba de descarregamento de óleo lubrificante: óleo usado	1		x
	Equipamento para tanque de armazenamento de óleo lubrificante: óleo usado	1		x
	Sistema de óleo lubrificante de tubulação e válvulas dentro da sala de máquinas	1		x
	Sistema de óleo lubrificante de tubulação e válvulas fora da sala de máquinas	1		x
A2.4	SISTEMA DE AR COMPRIMIDO			
	Garrafa de ar de partida	4	x	
	Unidade de compressor de ar de partida – duplicada	2	x	
	Unidade de compressor de ar de instrumento	3	x	
	Garrafa de ar de instrumento	1	x	
	Sistema de ar comprimido de tubulação e válvulas (conjunto)	1		x

@ 1 W

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wärtsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
A2.5	SISTEMA DE RESFRIAMENTO			
	Radiador de resfriamento	23	x	
	Escada e corrimão do radiador de resfriamento	23	x	
	Unidade e tanque de água de manutenção (água potável)	4	x	
	Sistema de água de manutenção de tubulação e válvulas (conjunto)	1		x
	Sistema de resfriamento de tubulação e válvulas dentro da sala de máquinas	1		x
	Sistema de resfriamento de tubulação e válvulas fora da sala de máquinas	1		x
A2.6	SISTEMA DE AR DE CARGA			
	Filtro de ar de carga	23	x	
	Cobertura climática	23	x	
	Sistema de dutos de ar de carga (conjunto)	46		x
A2	SISTEMA DE ESCAPE			
	Silencioso de gás de escape	23	x	
	Fole para silencioso de gás de escape	46	x	
	Sistema de dutos de gás de escape (conjunto)	23		x
	Fole para dutos de gás de escape	23	x	
	Dutos de isolamento de gás de escape (conjunto)	23		x
	Tubo de pilha de gás de escape	23		x
A2.8	SISTEMA DE ÁGUA OLEOSA			
	Unidade de bomba de transferência de água oleosa	4		x
	Tanque de compensação de água oleosa com um volume de 55 m3	1		x
	Equipamento de tanque de compensação de água oleosa	1		x
	Unidade de bomba alimentadora de água oleosa	1		x
	Unidade de tratamento de água oleosa	1		x
	Tanque de lodo com um volume de 80 m3	1		x
	Equipamento do tanque de lodo	1		x
	Unidade de bomba de transferência de lodo	1		x
	Sistema de tratamento de água oleosa de tubulação e válvulas (conjunto)	1		x
A2.9	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUA			
	Unidade de tratamento de água	1		x
	Tanque de armazenamento de água tratada com um volume de 35 m3	1		x
	Equipamento do tanque de armazenamento de água tratada	1		x
	Unidade impulsora de água	2		x
	Sistema de água tratada de tubulação e válvulas (conjunto)	1		x
A2.10	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO			

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wäertsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
A2.10.1	PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO, COMUM			
	Contêiner do sistema de água contra incêndio	1		x
	- Unidade de bomba acionada por motor a diesel	1		x
	- Unidade de bomba acionada por motor elétrico	1		x
	- Bomba jockey	1		x
	- Sistema de controle	1		x
	- Sprinklers (conjunto)	1		x
	- Extintor de incêndio portátil	1		x
	- Tubulação (conjunto)	1		x
	Tanque de água contra incêndio	1		x
	Equipamento do tanque de água contra incêndio	1		x
	Monitor de água	4		x
	Hidrante externo	22		x
	Gabinete de mangueira externo	22		x
	Extintor de incêndio portátil (tipo pó seco)	22		x
	Sistema de água contra incêndio de tubulação e válvulas dentro da sala de máquinas	1		x
	Sistema subterrâneo de água contra incêndio de tubulação e válvulas fora da sala de máquinas	1		x
A2.10.1	PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO, SALA DE MÁQUINAS			
	Pares de válvulas hidrantes	22		x
	Gabinete de mangueira de tubo ereto	22		x
	Extintor de incêndio portátil (tipo pó seco)	68		x
	Unidade de espuma móvel	6		x
A2.10.3	PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO, EDIFÍCIO DE CONTROLE			
	Carretel de mangueira	3		x
	Extintor de incêndio portátil (tipo pó seco)	8		x
	Extintor de incêndio portátil (tipo CO2)	8		x
A2.10.5	PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO, CASA DE TRATAMENTO DE COMBUSTÍVEL			
	Extintor de incêndio portátil (tipo pó seco)	3		x
	Extintor de incêndio portátil (tipo pó seco)	1		x
A2.10.8	PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO, SALA/CONTÊINER DE BOMBA DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIO			
	Sistema de sprinkler em tubo úmido	1		x
	Extintor de incêndio portátil (tipo pó seco)	1		x
A2.10.13	PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO, GUARITA			
	Extintor de incêndio portátil (tipo pó seco)	1		x
A2.10.16	PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO, OFICINA E DEPÓSITO			
	Extintor de incêndio portátil (tipo CO2)	2		x
	Extintor de incêndio portátil (tipo pó seco)	3		x

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wartsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
	Extintor de incêndio portátil (tipo pó seco)	6		x
	Carretel de mangueira	2		x
A2.10.7	PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO, EDIFÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO			
	Extintor de incêndio portátil (tipo pó seco)	5		x
	Carretel de mangueira	2		x
	Cobertor contra incêndio	1		x
A2.10.18	PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO, ESTAÇÃO DE DESCARREGAMENTO DE COMBUSTÍVEL			
	Extintor de incêndio portátil (tipo pó seco)	2		x
	Extintor de incêndio portátil (tipo pó seco)	1		x
A2.11	SUPORTES DE TUBO E CRUZAMENTOS			
	Suportes secundários de tubo	23		x
	Cruzamento de sapata na área do tanque de armazenamento	2		x
	Cruzamento de parede de concreto na área de contenção do tanque diário	2		x
	Cruzamento de tubos na área local	9		x
A3	SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DE CALOR			
A3.1	SISTEMA DE GERAÇÃO DE VAPOR			
A3.1.1	SISTEMA DE GERAÇÃO DE VAPOR PARA AQUECIMENTO DE COMBUSTÍVEL			
	Caldeira de gás de escape	5	x	
	- Coberturas de entrada e saída com portas de inspeção	1	x	
	- Amortecedor de derivação de gás de escape de modulação com atuador	1	x	
	- Equipamento soprador de fuligem manual	1	x	
	- Válvulas de desligamento	1	x	
	- Drenagem de descarga	1	x	
	- Válvula de segurança	1	x	
	- Válvula de alívio	1	x	
	- Comutadores de pressão	1	x	
	- Comutadores de nível	1	x	
	- Dispositivo de controle de nível	1	x	
	- Isolamento e revestimento	1	x	
	- Contra-flanges, parafusos, porcas e gaxetas	1	x	
	- Suportes de montagem	1	x	
	- Plataforma de serviço da caldeira	1	x	
	Fole para a caldeira de gás de escape	10	x	
	Contêiner de recuperação de calor	1	x	
	- Tanque de água de alimentação	1	x	
	- Bomba de água de alimentação	2	x	

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wärtsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
	- Unidade de dosagem química	1	x	
	- Tanque de descarga	1	x	
	- Painel de controle local	1	x	
	- Caldeira acionada por óleo combustível leve para geração de vapor	1	x	
	- Detector de óleo	1	x	
	- Tanque diário LFO 2 m³	1	x	
	Contêiner de recuperação de calor	1	x	
	- Caldeira acionada por óleo combustível leve para geração de vapor	1	x	
	- Detector de óleo	1	x	
	- Tanque diário LFO 2 m³	1	x	
	Coletor de vapor	1	x	
	Tanque de água de lavagem da caldeira com um volume de 5 m³	2		x
	Bomba de água de lavagem da caldeira	2		x
	Tubulação, suportes de tubo, válvulas e isolamento para o sistema de geração de vapor para aquecimento de combustível (conjunto)	1		x
A7	SISTEMA DE AUTOMAÇÃO			
A7.1	ESTAÇÃO DO OPERADOR			
	Estação de trabalho WOIS	8	x	
	Estação de trabalho WISE	1	x	
	Fonte de alimentação ininterrupta (UPS)	2	x	
	Comunicação de dados a terceiros	1		x
A7.2	PAINÉIS DE CONTROLE			
	Painel de controle comum central (CFA)	1	x	
	Painel de controle de grupo gerador central (CFC)	23	x	
	Relé de proteção diferencial	23	x	
	Painel de controle de grupo gerador local	23	x	
A7.5	CABOS E ACESSÓRIOS			
	Cabos de controle e instrumentação	1		x
A8	SISTEMAS ELÉTRICOS			
A8.1	DISTRIBUIDOR PRINCIPAL (SISTEMA MV)			
	Barra de distribuição principal	4		x
	Cubículo do gerador	23		x
	Cubículo de ponto neutro	23		x
	Cubículo do alimentador de saída	4		x
	Cubículo de medição	4		x
	Cabo do cubículo do gerador (conjunto)	23		x
	Cabo do ponto neutro do gerador (conjunto)	23		x

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wartsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
	Cabo do cubículo do alimentador de saída (conjunto)	4		x
	Terminações de cabo e encaixes de cabo	1		x
A8.2	SISTEMA DE SERVIÇO DE ESTAÇÃO (SISTEMA LV)			
	Transformador auxiliar de estação	4		x
	Unidade de partida preta	1		x
	- Grupo gerador a diesel	1		x
	- Tanque de óleo combustível leve	1		x
	- Radiador	1		x
	- Dutos e silencioso de gás de escape	1		x
	- Tubos de interconexão, válvulas e flanges (conjunto)	1		x
	- Painel elétrico	1		x
	- Armação de aço	1		x
	Contêiner	1		x
	Quadro de distribuição de baixa tensão	1		x
	Painéis do radiador	23		x
	Conversor de frequência (para bomba alimentadora de óleo combustível pesado)	4		x
	Conversor de frequência (para bomba alimentadora de óleo combustível leve)	2		x
	Conversor de frequência (para radiador de resfriamento)	23		x
	Conversor de frequência (para ventilação de entrada da sala de máquinas, lado do gerador)	1		x
	Cabos de tensão média do transformador auxiliar de estação (conjunto)	4		x
	Cabos de baixa tensão do transformador auxiliar de estação (conjunto)	4		x
	Cabos de baixa tensão (conjunto)	1		x
	Escadas de cabo	23		x
	Terminações de cabo e encaixes de cabo	1		x
A8.3	SISTEMA DC			
	Sistema DC para motor e controle auxiliar	8	x	
	Sistema DC para controle de sistema MV	3		x
	Controle de subestação de manobra do sistema DC	1		x
A8.4	SISTEMA DE ALTA TENSÃO (SISTEMA HV)			
A8.4.1	SUBESTAÇÃO DE MANOBRA EXTERNA			
	Transformador de força	2		x
	Equipamento comum	1		x
	Alimentador único	1		x
	Unidade de terminal remoto (RTU)	1		x
	Comunicações através de linha de força (PLC)	1		x
A8.4.2	CONEXÃO COM A COMPANHIA DE SERVIÇOS			

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wäertsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
	Linha de distribuição suspensa	1		x
	Conexão física com a rede	1		x
	Sistema de medição de tarifa	1		x
A8.5	ELETRIFICAÇÃO E ATERRAMENTO DA USINA			
	Sistema de aterramento de segurança (sob o solo)	1		x
	Iluminação e eletrificação do edifício	1		x
	- Sala de máquinas de eletrificação, material	1		x
	- Edifício de controle de eletrificação, material	1		x
	- Casa de tratamento de combustível de eletrificação, material	1		x
	- Casa de bombas de extinção de incêndio de eletrificação, material	1		x
	- Material de eletrificação para guarita	1		x
	- Oficina e depósito de eletrificação, material	1		x
	- Edifício de administração de eletrificação, material	1		x
	- Material de eletrificação para estação de descarregamento de combustível	1		x
	- Estação de descarregamento de óleo lubrificante de eletrificação, material	1		x
	- Eletrificação para instalações de tratamento de resíduos de óleo, material	1		x
	- Casa de MV de eletrificação, material	1		x
	Rede IT e sistema telefônico	1		x
	- Edifício de controle, material	1		x
	- Material para guarita	1		x
	- Oficina e depósito, material	1		x
	- Edifício de administração, material	1		x
	- Casa de MV, material	1		x
	Sistema de proteção contra relâmpagos	1		x
	Sistema de detecção de incêndio	1		x
	- Sala de máquinas de detecção de incêndio, material	1		x
	- Edifício de controle de detecção de incêndio, material	1		x
	- Casa de tratamento de combustível de detecção de incêndio, material	1		x
	- Casa de bombas de extinção de incêndio de detecção de incêndio, material	1		x
	- Guarita de detecção de incêndio, material	1		x
	- Oficina e depósito de detecção de incêndio, material	1		x
	- Edifício de administração de detecção de incêndio, material	1		x
	- Casa de MV de detecção de incêndio, material	1		x
A9	FERRAMENTAS			
	Ferramentas de manutenção do motor (conjunto)	1	x	
	Ferramentas manuais do motor (conjunto)	1	x	
	Ferramentas para o turbocompressor (conjunto)	1	x	

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wärtsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
	Ferramentas separadoras de óleo combustível pesado (conjunto)	1	x	
	Ferramentas separadoras de óleo lubrificante (conjunto)	1	x	
	Oficina de ferramentas em geral	1		x
B CIVIL E ESTRUTURAL				
B1 SALA DE MÁQUINAS				
	Sala de máquinas de subestruturas	1		x
	- Motor de fundações	1		x
	- Sala de máquinas de fundações	1		x
	- Lajes e rampas de concreto	1		x
	- Encanamento e instalações sanitárias abaixo do nível 0	1		x
	Sala de máquinas de superestruturas, material	1	x	
	- Armação de aço	1	x	
	- Suporte de módulo de tubo de ar de carga / gás de escape de armação de aço	1	x	
	- Parafusos de fundação	1	x	
	- Paredes externas	1	x	
	- Paredes internas	1	x	
	- Piso intermediário	1	x	
	- Telhado	1	x	
	- Portas	1	x	
	- Janelas	1	x	
	- Acabamento	1	x	
	- Encanamento e instalações sanitárias acima do nível 0	1	x	
	Sala de máquinas de superestruturas, orientação de instalação (3 meses)	1	x	
	Sala de máquinas de superestruturas, instalação	1		x
	Sala de máquinas e auxiliar de ventilação de processo, material	1	x	
	Sala de máquinas e auxiliar de ventilação de processo, orientação de instalação (3 meses)	1	x	
	Sala de máquinas de guindaste, instalação	1		x
	Sala de máquinas de guindaste, material	2	x	
	Sala de máquinas de guindaste, orientação de instalação (3 meses)	1	x	
	Sala de máquinas e auxiliar de ventilação de processo, instalação	1		x
B2 EDIFÍCIO DE CONTROLE				
	Edifício de controle de superestruturas, material	1		x
	- Armação de aço	1		x
	- Parafusos de fundação	1		x
	- Paredes externas	1		x
	- Paredes internas	1		x

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wärtsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
	- Telhado	1		x
	- Portas	1		x
	- Janelas	1		x
	- Acabamento	1		x
	- Encanamento e instalações sanitárias acima do nível 0	1		x
	- Ventilação de conforto e ar condicionado	1		x
	Edifício de controle de superestruturas, instalação	1		x
B4	CASA DE TRATAMENTO DE COMBUSTÍVEL			
	Casa de tratamento de combustível de subestruturas	1		x
	- Fundações	1		x
	- Lajes e rampas de concreto	1		x
	- Encanamento e instalações sanitárias abaixo do nível 0	1		x
	Casa de tratamento de combustível de superestruturas, material	1		x
	- Armação de aço	1		x
	- Parafusos de fundação	1		x
	- Paredes externas	1		x
	- Paredes internas	1		x
	- Telhado	1		x
	- Diversos	1		x
	- Portas	1		x
	- Janelas	1		x
	- Acabamento	1		x
	- Encanamento e instalações sanitárias acima do nível 0	1		x
	Casa de tratamento de combustível de superestruturas, instalação	1		x
	Casa de tratamento de combustível de ventilação, material	1		x
	Casa de tratamento de combustível de ventilação, instalação	1		x
	Casa de tratamento de combustível de guindaste, material	1		x
	Casa de tratamento de combustível de guindaste, instalação	1		x
B5	OUTROS EDIFÍCIOS DE ESTAÇÃO DE FORÇA			
	CASA/CONTÊINER DE BOMBAS DE EXTINÇÃO DE			
B5.3	INCÊNDIO			
	Casa de bombas de extinção de incêndio de subestruturas	1		x
	Casa de bombas de extinção de incêndio de superestruturas, material	1		x
	Casa de bombas de extinção de incêndio de superestruturas, instalação	1		x
B6	OUTROS EDIFÍCIOS DE SERVIÇO AUXILIARES			
B6.2	GUARITA			
	Guarita de subestruturas	1		x

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wärtsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
	Guarita de superestruturas, material	1		x
	Guarita de superestruturas, instalação	1		x
B9	OFICINA E DEPÓSITO			
	Oficina e depósito de subestruturas	1		x
	- Fundações	1		x
	- Lajes e rampas de concreto	1		x
	- Encanamento e instalações sanitárias abaixo do nível 0	1		x
	Oficina e depósito de superestruturas, material	1		x
	- Armação de aço	1		x
	- Parafusos de fundação	1		x
	- Paredes externas	1		x
	- Paredes internas	1		x
	- Telhado	1		x
	- Portas	1		x
	- Janelas	1		x
	- Acabamento	1		x
	- Encanamento e instalações sanitárias acima do nível 0	1		x
	- Ventilação de conforto e ar condicionado	1		x
	Oficina e depósito de superestruturas, instalação	1		x
	Oficina e depósito de guindaste, material	1		x
	Oficina e depósito de guindaste, instalação	1		x
B10	EDIFÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO			
	Edifício de administração de subestruturas	1		x
	- Fundações	1		x
	- Lajes e rampas de concreto	1		x
	- Encanamento e instalações sanitárias abaixo do nível 0	1		x
	Edifício de administração de superestruturas, material	1		x
	- Armação de aço	1		x
	- Parafusos de fundação	1		x
	- Paredes externas	1		x
	- Paredes internas	1		x
	- Telhado	1		x
	- Portas	1		x
	- Janelas	1		x
	- Acabamento	1		x
	- Encanamento e instalações sanitárias acima do nível 0	1		x
	- Ventilação de conforto e ar condicionado	1		x
	Edifício de administração de superestruturas, instalação	1		x
B11	ÁREAS DE ARMAZENAMENTO E CONTENÇÃO DE ÓLEO			
B11.1	ÁREA DE CONTENÇÃO DE TANQUE DIÁRIO			
	Área de contenção de tanque diário de subestruturas	1		x

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wärtsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
	- Subestruturas para tanque de contenção de óleo combustível pesado com um volume de 200 m3	1		x
	- Subestruturas para tanque de contenção de água oleosa com um volume de 55 m3	1		x
	- Subestruturas para tanque de lodo com um volume de 80 m3	1		x
	- Subestruturas para tanque de armazenamento de óleo lubrificante fresco com um volume de 80 m3	1		x
	- Subestruturas para tanque de armazenamento de óleo lubrificante usado com um volume de 55 m3	1		x
	- Subestruturas para tanque de serviço de óleo lubrificante com um volume de 20 m3	1		x
	- Subestruturas para tanque diário de óleo combustível pesado com um volume de 500 m3	1		x
	Laje e parede da área de contenção de tanque diário	1		x
	ÁREA DE CONTENÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE			
B11.2	COMBUSTÍVEL			
	Área de contenção de armazenamento de combustível de subestruturas	1		x
	- Subestruturas para tanque de armazenamento de óleo combustível leve com um volume de 1000 m3	1		x
	- Subestruturas para tanque de armazenamento de óleo combustível pesado com um volume de 7,500 m3	1		x
	Laje e parede da área de contenção de armazenamento de combustível	1		x
B11.3	ESTAÇÃO DE DESCARREGAMENTO DE COMBUSTÍVEL			
	Estação de descarregamento de combustível de subestruturas	1		x
	Estação de descarregamento de combustível de superestruturas, material	1		x
	Estação de descarregamento de combustível de superestruturas, instalação	1		x
B12	ESTRUTURAS AUXILIARES			
B12.2	ESTRUTURAS DE SUPORTE			
	Pilha de gás de escape de subestruturas	1		x
	Pilha de gás de escape de superestruturas, material	1		x
	Pilha de gás de escape de superestruturas, instalação	1		x
	Tubos de gás de escape de subestruturas	1		x
	Tubos de gás de escape de superestruturas, material	1		x
	Tubos de gás de escape de superestruturas, instalação	1		x
	Caldeiras de gás de escape de subestruturas	1		x
	Caldeiras de gás de escape de superestruturas, material	1		x
	Caldeiras de gás de escape de superestruturas, instalação	1		x

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wäertsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
	Edifício/contêiner de recuperação de calor de subestruturas	1		x
	Edifício/contêiner de recuperação de calor de superestruturas, material	1		x
	Edifício/contêiner de recuperação de calor de superestruturas, instalação	1		x
	Ponte para tubulação de subestruturas	1		x
	Degrau para tubulação de subestruturas	1		x
	Suportes de tubo de subestruturas	1		x
	Filtro de ar de carga e plataforma de unidade de ventilação de superestruturas, material	1		x
	Filtro de ar de carga e plataforma de unidade de ventilação de superestruturas de superestruturas, instalação	1		x
B12.4	ESTRUTURAS DE COLETA E SEPARAÇÃO DE ÓLEO/ÁGUA			
	Estruturas de coleta e separação de água oleosa de subestruturas	1		x
	Estruturas de coleta e separação de água oleosa de superestruturas, material	1		x
	Estruturas de coleta e separação de água oleosa de superestruturas, instalação	1		x
B13	ÁREAS DE TRANSMISSÃO DE FORÇA			
B13.1	ÁREAS DE TRANSFORMADOR AUXILIAR			
	Unidade de partida preta de subestruturas (contêiner)	1		x
	Unidade de partida preta de superestruturas (contêiner), material	1		x
	Unidade de partida preta de superestruturas (contêiner), instalação	1		x
	Transformador auxiliar de subestruturas	1		x
	Condutos na área do transformador auxiliar, material e trabalho	1		x
	Cerca para área do transformador auxiliar, material e trabalho	1		x
B13.2	ÁREAS DE TRANSFORMADOR DE FORÇA			
	Área de transformador de força de acabamento superficial, material e trabalho	1		x
	Cerca para área do transformador de força, material e trabalho	1		x
	Transformador de força de subestruturas	1		x
	Transformador de bloco de subestruturas	1		x
	Fossos a partir da casa de MV até a área do transformador de força, material e trabalho	1		x
	Fossos na área do transformador de força, material e trabalho	1		x
	Condutos na área de transformador de força, material e trabalho	1		x

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wäertsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
B13.3	ÁREA DA SUBESTAÇÃO DE MANOBRA			
	Acabamento superficial da área de subestação de manobra, material e trabalho	1		x
	Cerca para área de subestação de manobra, material e trabalho	1		x
	Subestruturas para equipamento elétrico na área de subestação de manobra	1		x
	Outras subestruturas na área de subestação de manobra, material e trabalho	1		x
	Fossos na área de subestação de manobra, material e trabalho	1		x
	Condutos na área de subestação de manobra, material e trabalho	1		x
B13.5	CASA DE MV			
	Casa de MV de subestruturas	2		x
	- Casa de MV de fundações	1		x
	- Lajes e rampas de concreto ao redor da casa de MV	1		x
	- Encanamento e instalações sanitárias abaixo do nível 0	1		x
	Casa de MV de superestruturas, material	2		x
	- Armação de aço	1		x
	- Parafusos de fundação	1		x
	- Paredes externas	1		x
	- Paredes internas	1		x
	- Telhado	1		x
	- Portas	1		x
	- Janelas	1		x
	- Acabamento	1		x
	- Encanamento e instalações sanitárias acima do nível 0	1		x
	- Ventilação de conforto e ar condicionado	1		x
	Casa de MV de superestruturas, instalação	2		x
B15	TRABALHOS NO LOCAL			
B14.1	ESTRUTURAS EXISTENTES E DEMOLIÇÃO			
	Demolição de estruturas existentes	1		x
	Remoção/remanejamento de cabos e tubos existentes	1		x
B14.2	PREPARAÇÃO DO LOCAL			
	Limpeza do local	1		x
	Remoção de contaminação	1		x
	Remoção da camada superior do solo	1		x
	Nivelamento do local (corte e preenchimento)	1		x
	Escavação no local	1		x
	Explosões no local	1		x
	Preenchimento do local, material e trabalho	1		x
	Aprimoramento do solo, material e trabalho	1		x

C P W

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wäertsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
B14.3	REDE SUBTERRÂNEA			
	Tubos de combustível à usina	1		x
	Tubos de água à usina	1		x
	Tubos de esgoto à usina	1		x
	Sistema de drenagem, material e trabalho	1		x
	Tubulação subterrânea, material e trabalho	1		x
	- Esgoto	1		x
	- Esgoto de água oleosa	1		x
	-Água	1		x
	Tratamento de esgoto e estações de bombeamento, material	1		x
	Tratamento de esgoto e estações de bombeamento, instalação	1		x
	Condutos subterrâneos, cabos e fundações para postes de iluminação, material e trabalho	1		x
	Rede de aterramento, material	1		x
	Rede de aterramento, instalação	1		x
B14.4	PAISAGISMO			
	Paisagismo, material e trabalho	1		x
	- Gramados	1		x
	Outros	1		x
B14.5	PAVIMENTAÇÃO E FACEAMENTO			
	Estrada de acesso, material e trabalho	1		x
	Estradas e áreas de estacionamento, material e trabalho	1		x
	Áreas de cascalho, material e trabalho	1		x
	Meio-fios, material e trabalho	1		x
B14.6	ACESSÓRIOS DO LOCAL			
	Cerca, material	1		x
	Cerca, instalação	1		x
B14.7	ABRIGOS E OUTRAS ESTRUTURAS			
	Abrigos de superestruturas e outras estruturas, material	1		x
C	LEVANTAMENTOS, ENGENHARIA E DOCUMENTAÇÃO			
C1	LEVANTAMENTOS E INVESTIGAÇÕES			
	Investigação do solo (feita de acordo com as diretrizes da Wäertsilä)	1		x
	Levantamento local topográfico	1		x
	Levantamento sísmico	1		x
	Estudo/modelagem ambiental	1		x
C2	ENGENHARIA			
C2.1	GERENCIAMENTO DE ENGENHARIA			

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wärtsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
	Gerenciamento de engenharia de atividades de engenharia fornecidas pela Wärtsilä Finland	1	x	
	- Revisão de capacidade de construção / revisão de design para itens e trabalho sob a responsabilidade da Wärtsilä	1	x	
	- Preparar e manter o planejamento de engenharia	1	x	
	Gerenciamento de engenharia management de atividades de engenharia fornecidas pelo Consumidor	1		x
C2.2	ENGENHARIA DE PROCESSO			
	Engenharia de processo de itens fornecidos pela Wärtsilä Finland	1	x	
	Engenharia de processo de itens fornecidos pelo Consumidor	1		x
C2.3	ENGENHARIA MECÂNICA			
	Engenharia mecânica de itens fornecidos pela Wärtsilä Finland	1	x	
	Engenharia mecânica itens fornecidos pelo Consumidor	1		x
C2.4	ENGENHARIA ELÉTRICA			
	Engenharia elétrica de itens fornecidos pela Wärtsilä Finland	1	x	
	Engenharia elétrica itens fornecidos pelo Consumidor	1		x
C2.5	ENGENHARIA CIVIL E ESTRUTURAL			
	Engenharia civil de itens fornecidos pelo Consumidor	1		x
C3	DOCUMENTAÇÃO			
C3.1	DOCUMENTOS DE PROJETO CONCEITUAL			
	Desenho do esboço do local	1	x	
	Desenhos em planta e em corte da casa de força	1	x	
	Programa de cores	1	x	
	Diagramas de fluxo principal de processo	1	x	
	Diagrama linear único principal	1	x	
C3.2	DOCUMENTOS DE PROJETO BÁSICO			
	Desenho do esboço do local	1	x	
	Desenhos em planta e em corte da casa de força	1	x	
	Diagramas de fluxo principal de processo e listas de dispositivos (detalhadas)	1	x	
	Diagrama linear único principal (detalhado)	1	x	
	Esboço frontal dos gabinetes elétricos principais	1	x	
	Desenhos dimensionais dos equipamentos principais	1	x	
	Desenho do grupo gerador	1	x	
	Desenho dimensional da fundação do grupo gerador	1	x	
	Inspeção e planejamento de teste fora do local (planejamento de qualidade)	1	x	
C3.3	DOCUMENTOS DE PROJETO DETALHADO			

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wärtsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
	Em conformidade com o escopo de engenharia detalhado da lista de suprimentos	1	x	
C3.4	DOCUMENTOS DE CONSTRUÇÃO E COMISSIONAMENTO			
	Planejamento de qualidade do local	1	x	
C3.6	DOCUMENTOS DE OPERAÇÃO COMERCIAL			
	Manuais de estação em inglês (conjunto)	1	x	
	- Como separata	1	x	
	- Em mídia digital	3	x	
	- Instalados no Sistema de Informações da Wärtsilä (WISE)	1	x	
D	TRANSPORTE (DAP, (Local no Estado de Pernambuco))			
D1	ITENS DE TRANSPORTE FORNECIDOS Pela Wärtsilä Finlândia			
D1.1	MATERIAL E SERVIÇOS PARA LOGÍSTICA			
	Embalagem e marcação do equipamento	1	x	
	Providenciar licença para exportação ou outra autorização de exportação (caso seja necessário)	1	x	
	Notificação ao comprador sobre o tempo e o local de entrega			
	distribuição do equipamento	1	x	
D1.2	TRANSPORTE DE COLETA			
	Carregamento do equipamento no local de fabricação	1	x	
	Transporte de equipamento a partir do local de fabricação até o local de despacho	1	x	
	Seguro de transporte a partir do local de fabricação até o local de despacho	1	x	
	Descarregar o equipamento no local de despacho	1	x	
	Armazenagem no país de despacho (até 10 meses da notificação para prosseguir)	1	x	
	Disponibilizar em contêineres as cargas soltas no local de despacho	1	x	
	Inspeção pré-despacho	1		x
	Assistência de inspeção pré-despacho	1	x	
	Carregamento do equipamento no navio no porto / local de despacho	1	x	
	Fixar a carga no Navio	1	x	
D1.3	TRANSPORTE PRINCIPAL			
	Contratar e instruir um despachante de remessa	1	x	
	Providenciar o conhecimento de embarque	1	x	
	Preparação dos documentos do país de origem necessários para liberação da alfândega de destino	1	x	
	Transporte do equipamento a partir do porto / local de despacho / local de destino	1	x	

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wäertsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
	Seguro de transporte principal / frete	1	x	
	Descarregamento do equipamento no porto / local de destino	1	x	
	Transporte do equipamento a partir do porto de entrada até um depósito	1	x	
	Descarregamento do equipamento no depósito	1	x	
	Armazenagem no país de destino	1	x	
	Providenciar licença de importação ou a permissão de importação (caso seja necessário)	1		x
	Impostos e encargos de importação (caso seja necessário)	1		x
D1.4	TRANSPORTE AO LOCAL			
	Preparação de rota de transporte (caso seja necessário)	1		x
	- Reforços de ponte	1		x
	- Pavimentos para estradas existentes	1		x
	- Remoção de obstáculos	1		x
	Carregamento do equipamento no caminhão no depósito	1	x	
	Transporte do equipamento a partir do depósito ao local do projeto	1	x	
	Seguro de transporte a partir do depósito até o local do projeto	1	x	
	Descarregamento do equipamento no destino final	1	x	
	Inspeção no destino (caso seja necessário)	1		x
	Assistência de inspeção no destino	1	x	
E	IMPOSTOS / ENCARGOS / LICENÇAS / SEGURO			
E1	IMPOSTOS / ENCARGOS			
	Vendas / imposto VAT e impostos locais	1		x
	Imposto trabalhista de construção	1		x
	Outros impostos / encargos (caso seja necessário)	1		x
E2	LICENÇAS			
	Licença comercial local	1		x
	Permissões, aprovações, carimbos, etc. de construção	1		x
	Licença de construção	1		x
	Licença para uso de água	1		x
	Licença ambiental	1		x
	Procedimentos de permissão	1		x
	Taxas locais para realizar a construção	1		x
	Outras licenças (caso seja necessário)	1		x
E3	SEGURO			
	Seguro de responsabilidade civil comercial geral	1		x
	Cobertura de propriedade e responsabilidade civil	1		x
	Outros seguros (caso seja necessário)	1		x
F	GERENCIAMENTO DE PROJETO			

Seção	Descrição	Quan- tidade	Respon- sabilidade da Wärtsilä Finland	Respon- sabilidade do Consumidor
F1	GERENCIAMENTO DE PROJETO EM WÄRTSILÄ FINLAND			
	Gerenciamento de projeto [itens e trabalho sob a responsabilidade da Wärtsilä]	1	x	
	Manter o planejamento de projeto [itens e trabalho sob a responsabilidade da Wärtsilä]	1	x	
G	GERENCIAMENTO DE CONSTRUÇÃO			
G2	ASSISTÊNCIA TÉCNICA DURANTE A INSTALAÇÃO			
	Consultor mecânico (Meses)	11	x	
	Consultor mecânico (Meses)	9	x	
	Consultor elétrico (Meses)	9	x	
	Consultor elétrico (Meses)	8	x	
	Consultor civil (Meses)	4	x	
H	INSTALAÇÕES E DISPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS			
H1	ESTRADAS E ÁREAS DE TRABALHO			
	Estrada de acesso ao local	1		x
	Estradas temporárias no local	1		x
	Preparação para entrada do motor	1		x
	Preparação de áreas de trabalho	1		x
	Área de depósito [providenciar]	1		x
	Área de depósito [preparação]	1		x
H2	ESCRITÓRIO NO LOCAL E ACOMODAÇÕES DA EQUIPE			
	Escritório no local para os funcionários da Wärtsilä incluindo ar condicionado, calefação e instalações sociais	1		x
	Escritório no local para o Consumidor	1		x
	Móveis para o escritório no local da Wärtsilä	1		x
	Computadores, telefones e outras mobílias de escritório para o escritório no local da Wärtsilä	1		x
H3	UTILIDADES			
	Telefone, telefax e conexão à Internet ao local	1		x
	Fonte de eletricidade e interligação, painel elétrico principal	1		x
	Consumo de eletricidade durante a construção	1		x
	Fonte de água e interligação	1		x
	Consumo de água durante a construção	1		x
	GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DURANTE A			
H4	CONSTRUÇÃO			
	Controle de poeira	1		x
	Coleta e tratamento de esgoto	1		x
	Eliminação de resíduos gerados pela Wärtsilä	1		x
	Eliminação de resíduos perigosos gerados pela Wärtsilä	1		x
H5	PROTEÇÃO			

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wärtsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
	Cercamento temporário	1		x
	Proteção geral e controle de acesso ao local	1		x
	Proteção do equipamento fornecido pela Wärtsilä	1		x
H6	SEGURANÇA			
	Segurança geral e proteção contra incêndio	1		x
	Segurança para os funcionários da Wärtsilä e os empreiteiros da Wärtsilä	1		x
H7	DESMOBILIZAÇÃO			
	Restauração das áreas usadas pela Wärtsilä	1		x
I	INSTALAÇÃO			
I1	INSTALAÇÃO MECÂNICA			
I1.1	ITENS PARA INSTALAÇÃO MECÂNICA FORNECIDOS Pela Wärtsilä FINLAND			
	Tanques de processo	1		x
	Tanques de armazenamento de combustível e água	1		x
	Tubulação e dutos	1		x
	Grupos geradores, unidades e sistemas mecânicos de motor	1		x
I1.3	ITENS DE INSTALAÇÃO MECÂNICA FORNECIDOS PELO CONSUMIDOR			
	Tanques de processo	1		x
	Tanques de armazenamento de combustível e água	1		x
	Tubulação e dutos	1		x
	Grupos geradores, unidades e sistemas mecânicos de motor	1		x
I2	INSTALAÇÃO ELÉTRICA			
	Instalação de cabos de controle de baixa tensão	1		x
	Instalação de painéis de controle, DC e auxiliares	1		x
	Instalação de distribuidores de baixa tensão	1		x
	Instalação de cubículos de tensão média	1		x
	Instalação de cabos de tensão média	1		x
	Instalação de transformadores auxiliares de estação	1		x
	Instalação de transformadores de força	1		x
	Instalação de subestação de manobra de alta tensão	1		x
	Instalação de linha de transmissão	1		x
	Instalação de dutos para cabos	1		x
	Instalação de sistema de aterramento de segurança	1		x
	Instalação de iluminação e eletrificação do edifício	1		x
	Instalação do sistema de proteção contra relâmpagos	1		x
	Instalação do sistema de detecção de incêndio	1		x
J	COMISSONAMENTO E INÍCIOS DAS ATIVIDADES			

Seção	Descrição	Quantidade	Responsabilidade da Wartsilä Finland	Responsabilidade do Consumidor
J1	SUPLEMENTOS INICIAIS			
	Suplementos iniciais de óleo combustível	1		x
	Suplementos iniciais de óleo lubrificante	1		x
	Produtos químicos iniciais para água do motor	1		x
	Produtos químicos iniciais para caldeiras	1		x
	Produtos químicos iniciais para tratamento de água	1		x
	Suplementos iniciais para água potável do motor	1		x
J2	ASSISTÊNCIA TÉCNICA DURANTE TESTE E COMISSIONAMENTO			
	Consultor mecânico (homem-dias)	120	x	
	Consultor operacional (homem-dias)	5	x	
	Consultor elétrico (homem-dias)	120	x	
	Programador de PLC (homem-dias)	200	x	
J3	PROCEDIMENTOS DE TESTE			
J3.1	TESTES EM OFICINA			
	Teste de motor de acordo com o programa padrão	23	x	
	Inspetores terceirizados (caso seja necessário)	1		x
J3.2	TESTE EM OFICINA PRESENCIADO PELO CONSUMIDOR			
	Concessão (número de pessoas)	1		x
	Viagem (número de pessoas)	1		x
	Casa e comida (número de dias)	7		x
	Transporte ao local (número de dias)	7		x
J3.3	TESTES E CONCLUSÃO NO LOCAL			
	Inspetores terceirizados (caso seja necessário)	1		x
	Combustível durante o início das atividades e o comissionamento	1		x
	Óleo lubrificante durante o início das atividades e o comissionamento	1		x
	Produtos químicos para tratamento de água durante o início das atividades e o comissionamento	1		x
	Água potável do motor durante o início das atividades e o comissionamento	1		x
J4.1	TREINAMENTO NAS INSTALAÇÕES DA WÄRTSILÄ			
	Curso de treinamento de motor avançado	1		x
	Curso de introdução de usina elétrica	1		x
	Curso de eletrificação de usina elétrica	1		x
J4.2	TREINAMENTO NO LOCAL			
	Treinamento de operação e manutenção (número de dias)	10		x
	Treinamento elétrico (número de dias)	5		x
	Material de treinamento (por pessoa)	5		x

ANEXO II

DESCRIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

Para fins do artigo 1.424 do Código Civil, as Obrigações Garantidas possuem as seguintes características:

- (i) **Valor Total da Emissão:** R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), em 15 de novembro de 2013 ("Data de Emissão");
- (ii) **Data de Vencimento:** As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"). As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 3 (três) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de fevereiro de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série"). As Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série"). As Debêntures da Quarta Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 9 (nove) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de agosto de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, com a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série e com a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, "Datas de Vencimento das Debêntures").
- (iii) **Taxa De Juros:** as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a uma sobretaxa, na forma percentual ao ano, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 355 (trezentos e cinquenta e cinco) pontos base ao ano, acrescida exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas anuais aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 08/2020 ("NTN-B/20"), divulgadas pela ANBIMA, a ser apurada entre o 3º (terceiro) e o 4º (quarto) Dia Útil imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias), base 252 Dias Úteis ("Juros Remuneratórios das Debêntures"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração das Debêntures de cada Série, conforme aplicável, calculado em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, e

pagos anualmente, conforme definido na fórmula na Escritura de Emissão e transcrita no Prospecto Preliminar ("Remuneração").

(iv) **Atualização Monetária:** as Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado anualmente ("Atualização Monetária"), a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado das Debêntures"), conforme fórmula descrita na Escritura de Emissão.

(v) **Encargos Moratórios:** ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

(vi) Os demais termos e condições estão previstos na Escritura de Emissão.

(vii) **Descrição dos Equipamentos:** a descrição e identificação pormenorizada dos Equipamentos encontra-se no **Anexo I** a este Contrato.

ANEXO III

PROCURAÇÃO

Por este Instrumento, a **TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Iguarassu, Estado de Pernambuco, na Av. Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 10.502.676/0001-37, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, ("Outorgante"), nomeia e constitui, de forma irrevogável e irretratável, a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"), como seu bastante procurador, nos termos do artigo 653 e seguintes do Código Civil, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei, especialmente aqueles previstos no Código Civil, na mais ampla medida permitida pelas leis aplicáveis, conferindo-lhes poderes expressos, especiais e irrevogáveis para, agindo conjunta ou individualmente, caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures e a Fiduciante não promova ao resgate da totalidade das Debêntures da respectiva Série, no prazo e nos termos previstos na Cláusula 6.25.4 da Escritura de Emissão, conforme previsto no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia celebrado entre a Outorgante e Agente Fiduciário nesta data ("Instrumento"), vender, no todo ou em parte, os Equipamentos, na forma e nas condições que os Debenturistas vierem a determinar, usar o produto da venda para a amortização total ou parcial das obrigações da Outorgante perante os Debenturistas nos termos do Instrumento, incluindo a dedução de todas as despesas incorridas na venda, devolvendo o excedente, se houver, à Outorgante, em até 5 (cinco) dias úteis após o pagamento e liquidação das Obrigações Garantidas. Para tanto, fica o Agente Fiduciário, desde já, expressamente autorizado pela Outorgante, mediante ocorrência de qualquer evento de Vencimento Antecipado, a tomar todas as medidas necessárias à venda dos Equipamentos, com poderes para assinar contratos, instrumentos de transferência, receber pagamentos, dar e receber recibos e quitação, assinar contratos de câmbio, representar a Outorgante perante o Banco Central do Brasil ou qualquer outra autoridade Federal, Estadual ou Municipal, assim como praticar todo e qualquer ato necessário para a implementação dos atos acima, podendo, ainda, substabelecer os poderes ora conferidos.

Termos em maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste documento terão os mesmos significados a eles atribuídos no Instrumento e na Escritura de Emissão.

Os poderes aqui outorgados são adicionais aos poderes outorgados pela Outorgante ao Agente Fiduciário nos termos do Instrumento e não cancelam ou revogam qualquer um de tais poderes, e o Agente Fiduciário poderá substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reserva, os poderes ora conferidos.

Esta procuração é irrevogável, irretratável, válida e efetiva, conforme previsto no artigo 684 e seguintes do Código Civil, até que as Obrigações Garantidas definidas no Instrumento tenham sido integralmente pagas.

Esta procuração será regida e interpretada em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.

São Paulo, de 15 de novembro de 2013.

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

Nome:

Cargo:

-
- **CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES

Pelo presente instrumento particular, as Partes:

I. HIDROTÉRMICA S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Plínio Brasil Milano, 607 - Bairro Higienópolis, CEP 90520-002, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 02.281.472/0001-95, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Hidrotérmica");

II. BOLOGNESI PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Plínio Brasil Milano, 607 - Bairro Higienópolis, CEP 90520-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.664.185/0001-85, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Bolognesi") e, em conjunto com Hidrotérmica, "Acionistas")

II. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das Debêntures de Emissão da Companhia (conforme termos abaixo definidos) ("Debenturistas");

e ainda como interveniente-anuente,

III. TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, na Av. Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.502.676/0001-37, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Companhia").

As Acionistas, conjuntamente com o Agente Fiduciário, "Partes" e, quando individualmente, "Parte".

Para fins deste Contrato, as expressões iniciadas com letras maiúsculas utilizadas e não definidas no presente instrumento deverão ter os significados que lhes são atribuídos na Escritura de Emissão.

CONSIDERANDO QUE:

- (i) a Companhia implementa e desenvolve o projeto de investimento de uma central geradora termelétrica denominada UTE Pernambuco III, localizada no município de Igarassu, Estado de Pernambuco ("UTE Pernambuco III"), que é um projeto de geração de energia de fonte térmica, com 200.790 Kw de potência instalada, cujo tipo de combustível é o óleo combustível OCB1, cujo ato de autorização para a Companhia explorar as atividades da UTE Pernambuco III ocorreu por meio da Portaria nº 260, de 2 de julho de 2009, do Ministério de Minas e Energia e das Resoluções Autorizativas nºs 3.078/2011 e 3.375/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("Projeto", "Autorização", "Poder Concedente", respectivamente);
- (ii) a Companhia deliberou, em 25 de outubro de 2013, a emissão de 300.000 (trezentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia fidejussória adicional, em 4 (quatro) séries, para distribuição pública nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, ("Emissão", "Debêntures", respectivamente), cujas condições e características estão descritas no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional da Termelétrica Pernambuco III S.A", celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário, a Hidrotérmica S.A. e a Bolognesi Participações S.A. ("Escritura de Emissão");
- (iii) os recursos líquidos a serem obtidos pela Companhia com a Emissão serão destinados ao (1) pagamento de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da Caixa Econômica Federal – CEF e duas Cédulas de Crédito Bancário emitidas em favor do Banco Itaú BBA S.A. em 18 de janeiro de 2013, 22 de março de 2013 e 28 de agosto de 2013, respectivamente, no montante total de R\$ 313.000.000,00 (trezentos e treze milhões de reais), ("CCBs"), sendo que os recursos captados mediante a emissão das CCBs foram destinados, exclusivamente, à implementação e desenvolvimento do projeto de investimento da UTE Pernambuco III; e (2) para o pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas a serem incorridos a partir da data de liquidação da Oferta e relacionados ao Projeto ("Investimentos Futuros"), nos termos do prospecto preliminar e do prospecto definitivo da Oferta e do Formulário de Referência da Cedente, anexo a tais prospectos ("Prospecto Preliminar" e "Prospecto Definitivo", respectivamente, e, em conjunto, "Prospectos"), conforme descrito na Escritura de Emissão;

(iv) a Emissão será realizada nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, do Decreto Presidencial nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, da Portaria MME nº 260, de 2 de junho de 2009, para implementação do Projeto considerado como prioritário nos termos da Portaria nº 187, emitida pelo Ministério de Minas e Energia em 6 de junho de 2013 e publicada no Diário Oficial da União em 7 de junho de 2013 e da Portaria nº 47, emitida pelo Ministério de Minas e Energia em 6 de fevereiro de 2012, e publicada no Diário Oficial da União em 9 de fevereiro de 2012;

(v) a Hidrotérmica é legítima titular, nesta data, de 5.939.000 (cinco milhões, novecentas e trinta e nove mil) ações ordinárias de emissão da Companhia e a Bolognesi é legítima titular nesta data, de 20.223.996 (vinte milhões, duzentas e vinte e três mil, novecentas e noventa e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia, representando, em conjunto, a totalidade de seu capital social, que se encontram plenamente livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, dívidas ou dúvidas, tributos, impostos e/ou taxas em atraso, ou encargos ("Ações");

(vi) para assegurar o integral pagamento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Companhia (seja na data de vencimento das Debêntures, seja em razão de vencimento antecipado das Debêntures) decorrentes da Escritura de Emissão, as Acionistas comprometeram-se a alienar fiduciariamente a totalidade das Ações, em favor dos Debenturistas nos termos deste Contrato (conforme abaixo definido); e

(vii) ainda, em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, foram constituídas as seguintes garantias, em favor dos Debenturistas: (a) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Companhia sobre (i) todos os direitos emergentes da Autorização; (ii) todos os valores a serem depositados e mantidos nas Contas Reserva; e (iii) os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEARs"), bem como os direitos emergentes decorrentes dos CCEARs, conforme os termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças celebrado nesta data ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" e "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios", respectivamente); (b) alienação fiduciária de bens móveis nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia celebrado nesta data ("Alienação Fiduciária de Equipamentos" e "Instrumento de Alienação Fiduciária de Bens Móveis" e, quando em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e este Contrato, as "Garantias Reais" e "Contratos de Garantias", respectivamente);

~ 2 R e A I W

(viii) adicionalmente às Garantias Reais a Emissão contará com garantia fidejussória, representada por fiança bancária emitida pelo Banco Itaú BBA S.A, nos termos do Contrato de Fiança Bancária ("Fiança Bancária Completion") e, quando em conjunto com Garantias Reais, denominados "Garantias", conforme as disposições da Escritura de Emissão; e

(ix) Os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, concordaram com a constituição da alienação fiduciária das Ações Alienadas Fiduciariamente, conforme abaixo definido, em seu favor.

ISTO POSTO, as Partes resolvem, de comum acordo, celebrar este Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ("Contrato"),

CLÁUSULA I - OBJETO

1.1. Por este instrumento e na melhor forma de direito e nos termos dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, no que for aplicável, e do artigo 66-B da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("Lei 4.728"), com a redação dada pela Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada ("Lei 10.931") e das disposições dos artigos 40, 100 e 113 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em garantia do fiel, cabal e pronto cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora, principais, acessórias, presentes e futuras nos termos da Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao valor total da emissão, remuneração, comissões, custos e despesas, incluindo gastos com honorários advocatícios, remuneração do Agente Fiduciário, multas, perdas, verbas indenizatórias, custas e taxas judiciais ou extrajudiciais decorrentes da Emissão e das Debêntures ("Obrigações Garantidas"), conforme descritas no **Anexo I** ao presente Contrato, as Acionistas alienam aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a partir desta data e até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, a propriedade fiduciária, domínio resolúvel e a posse indireta da totalidade das ações do capital social da Companhia (atualmente 26.162.996 (vinte e seis milhões, cento e sessenta e dois mil, novecentas e noventa e seis) ações detidas em sua totalidade pelas Acionistas), quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Companhia, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura,

N 2 R e W

a partir desta data, sejam atribuídas às acionistas da Companhia, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações oneradas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Companhia e de titularidade das acionistas da Companhia, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ("Ações Alienadas Fiduciariamente").

1.2. Quaisquer novas ações subscritas pelas Acionistas e/ou por quaisquer terceiros no capital social da Companhia, e/ou quaisquer desdobramentos, ações resultantes de grupamentos, ou de qualquer reestruturação societária (inclusive incorporação de ações) aprovada pelos Debenturistas, dividendos, bonificações, ou frutos deles decorrentes, incorporar-se-ão automaticamente a presente garantia, passando, para todos os fins de direito, a integrar a definição de Ações Alienadas Fiduciariamente.

1.3. Para os fins do disposto na Cláusula 1.2 acima, sempre que forem emitidas novas ações pela Companhia, ficarão as Acionistas e/ou quaisquer terceiros obrigados a exercer a subscrição e integralização dos seus direitos correspondentes de forma a fazer com que seja mantida alienada fiduciariamente em favor dos Debenturistas sempre a totalidade das ações representativas do capital social total da Companhia.

1.4. Por esta alienação fiduciária em garantia, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nesta data, adquirirem a propriedade resolúvel das Ações Alienadas Fiduciariamente, na qualidade de proprietários fiduciários, que se resolverá de pleno direito em favor das Acionistas com o integral cumprimento das Obrigações Garantidas. Na qualidade de representante dos Debenturistas, deverá o Agente Fiduciário praticar todos os atos necessários para salvaguardar os direitos dos Debenturistas, incluindo, sem limitação, executar a presente garantia, após deliberado pelos Debenturistas, caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série e a Companhia não promova ao resgate da totalidade das Debêntures da respectiva Série, no prazo e nos termos previstos na Cláusula 6.25.4 da Escritura de Emissão.

1.5. As Acionistas obrigam-se a defender, em nome próprio, os direitos dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário sobre as Ações Alienadas Fiduciariamente contra quaisquer ações que venham a ser propostas por terceiros.

W 2 R C H W

1.6. As Acionistas poderão exercer seu direito de voto livremente durante a vigência deste Contrato, observado os termos da Cláusula III abaixo.

1.7. *Aditamento Decorrente do Procedimento de Bookbuilding.* Nos termos da Escritura de Emissão, a taxa final de remuneração das Debêntures será definida após a conclusão do procedimento de coleta de intenção de investimento a ser conduzido pela instituição intermediária líder da distribuição pública das Debêntures no Brasil, nos termos do parágrafo 1º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding").

1.8. Após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* a Escritura de Emissão e o **Anexo I** (descrição das Obrigações Garantidas) deste Contrato deverão ser substituídos de modo a refletir as características definitivas das Debêntures, por meio de aditamento ao presente Contrato, o qual deverá ser registrado nos termos da Cláusula 7.2 deste Contrato.

1.9. *Aditamento Decorrente da conclusão da reorganização societária da Emissora.* A Companhia está em fase de reestruturação societária, por meio da qual a totalidade do capital social da Companhia será transferida pelas Acionistas para nova sociedade ("Nova Controladora da Companhia"), passando as Acionistas a serem controladoras indiretas da Companhia, e controladoras diretas da Nova Controladora da Companhia. ("Reorganização Societária").

1.10. Após a conclusão da Reorganização Societária, este Contrato deverá ser aditado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da realização do ato societário que aprovará a Reorganização Societária, de forma a refletir a nova titularidade da totalidade das Ações Alienadas Fiduciariamente, representante da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do **Anexo III** deste Contrato, observado que as Garantidoras e a Companhia deverão apresentar ao Agente Fiduciário, no prazo de 2 (dois) dias úteis de sua assinatura, o ato societário que aprovar a referida reorganização societária.

1.11. As Garantidoras e a Companhia deverão apresentar ao Agente Fiduciário o aditamento a este Contrato devidamente registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos indicados na Cláusula 7.2, no prazo de até 15 (quinze) dias após a obtenção dos referidos registros.

~ 2 R c f i N

CLÁUSULA II - EXCUSSÃO DA GARANTIA

2.1. O Agente Fiduciário fica autorizado, de forma irrevogável e irretratável, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial a qualquer das Partes, sujeito à deliberação pelos Debenturistas ao Agente Fiduciário, a dispor judicial ou extrajudicialmente das Ações Alienadas Fiduciariamente e a aplicar os respectivos recursos no pagamento das Obrigações Garantidas, caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série /ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série e a Companhia não promova ao resgate da totalidade das Debêntures da respectiva Série, no prazo e nos termos previstos na Cláusula 6.25.4 da Escritura de Emissão.

2.2. Excussão da Garantia. Em caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série e a Companhia não promova ao resgate da totalidade das Debêntures da respectiva Série, no prazo e nos termos previstos na Cláusula 6.25.4 da Escritura de Emissão, consolidar-se-á em favor dos Debenturistas, neste ato representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade plena das Ações Alienadas Fiduciariamente, podendo o Agente Fiduciário, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei, especialmente aqueles previstos no Código Civil, excutir a presente garantia, podendo promover a venda, cessão ou transferência judicial ou extrajudicial das Ações Alienadas Fiduciariamente, em uma ou mais vezes, em operação pública ou privada, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro procedimento, à exceção do mencionado no item 2.2.2 abaixo, e conforme deliberado pelos Debenturistas, aplicando o produto obtido na amortização ou liquidação das Obrigações Garantidas.

2.2.1 No caso de excutir esta garantia, em razão de qualquer dos casos previstos neste Contrato, o Agente Fiduciário comunicará as Acionistas e a Companhia sobre a referida excussão, na forma do artigo 1.364 e seguintes do Código Civil. O produto assim obtido (incluindo os recursos recebidos em decorrência de pagamento de eventuais dividendos declarados e ainda não pagos ou de juros sobre capital próprio atinentes às referidas Ações Alienadas Fiduciariamente, bem como qualquer outro valor pago em razão da propriedade das Ações Alienadas Fiduciariamente) deverão ser utilizados para a amortização extraordinária, parcial ou total, das Obrigações Garantidas e quaisquer tributos e despesas incidentes sobre a venda, cessão ou

transferência das Ações Alienadas Fiduciariamente, sem prejuízo do exercício, pelo Agente Fiduciário, de quaisquer outros direitos, garantias e prerrogativas cabíveis.

2.2.2. A venda, cessão ou transferência das Ações Alienadas Fiduciariamente dependerá de anuência prévia da ANEEL.

2.3. Fica expressamente estabelecido que o Agente Fiduciário deterá a propriedade resolúvel das Ações Alienadas Fiduciariamente. Na qualidade de proprietário fiduciário das Ações Alienadas Fiduciariamente, poderá o Agente Fiduciário praticar todos os atos necessários para salvaguardar tais direitos, incluindo, sem limitação, executar a garantia a que esses direitos se prestam, em caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série e a Companhia não promova ao resgate da totalidade das Debêntures da respectiva Série, no prazo e nos termos previstos na Cláusula 6.25.4 da Escritura de Emissão, observado o disposto nesta Cláusula II.

2.4. Poderes. Para os fins de excussão desta garantia, conforme previsto nesta Cláusula II, o Agente Fiduciário, na qualidade de proprietário fiduciário das Ações Alienadas Fiduciariamente, exercerá sobre estas todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente, inclusive poderes *ad judicium* e *ad negotia*, em especial aqueles para (a) vender, ceder ou transferir extrajudicialmente as Ações Alienadas Fiduciariamente; (b) dar quitação e assinar quaisquer documentos ou termos, por mais especiais que sejam, necessários à prática dos atos aqui referidos, sendo (a) ou (b) praticados mediante prévio aviso ou notificação às Acionistas e à Companhia; ou (c) requerer os recursos, até o valor das Ações Alienadas Fiduciariamente, na liquidação das Obrigações Garantidas.

2.5. Para fins do disposto na Cláusula 2.4 acima, as Acionistas, por meio deste instrumento, nomeiam e constituem o Agente Fiduciário seu bastante procurador, outorgando-lhe poderes especiais para, em caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série e a Companhia não promova ao resgate da totalidade das Debêntures da respectiva Série, no prazo e nos termos previstos na Cláusula 6.25.4 da Escritura de Emissão, praticar todo e qualquer ato necessário com relação às Ações Alienadas Fiduciariamente, para o pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, inclusive firmar recibos, termos ou quaisquer outros documentos em nome das Acionistas, representar as Acionistas perante qualquer repartição pública federal, estadual e municipal, e perante terceiros, até que seja concluída

excussão da garantia e liquidadas as Obrigações Garantidas, com poderes especiais para (i) representar as Acionistas perante juntas comerciais e cartórios de registro de pessoas jurídicas em qualquer Estado do País, assinando formulários, pedidos e requerimentos; (ii) representar as Acionistas perante instituições financeiras custodiantes ou prestadores de serviços de escrituração, bem como perante a Companhia e seus administradores para demandar qualquer eventual anotação que venha a ser necessária; e (iii) praticar todos e quaisquer outros atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato. O presente mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, sendo sua outorga condição do negócio, nos termos do artigo 684 do Código Civil, durante todo o prazo de vigência deste Contrato e até que todas as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente cumpridas.

2.5.1. Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula II, em complemento aos poderes outorgados na Cláusula 2.5 acima, as Acionistas outorgam nesta data, o instrumento particular de procuração em favor do Agente Fiduciário, nos termos do **Anexo II** ao presente Contrato. As Acionistas comprometem-se a, após solicitação nesse sentido pelo Agente Fiduciário, entregar um instrumento de procuração equivalente a cada sucessor do Agente Fiduciário e, conforme venha a ser exigido, sempre que necessário para assegurar que o Agente Fiduciário (ou qualquer sucessor) disponha dos poderes exigidos para praticar os atos e exercer os direitos aqui previstos.

2.6. Fica certo e ajustado que, nas hipóteses previstas neste Cláusula II, o Agente Fiduciário deverá executar ou excutir a garantia objeto deste Contrato quantas vezes forem necessárias para os fins de amortizar ou liquidar as Obrigações Garantidas.

2.7. As Acionistas obrigam-se a praticar todos os atos e cooperar com o Agente Fiduciário em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto nesta Cláusula II.

2.8. Alienação Fiduciária das Ações. Na hipótese prevista na Cláusula 2.1 acima, o Agente Fiduciário aplicará o produto das Ações Alienadas Fiduciariamente na liquidação das Obrigações Garantidas e das despesas decorrentes da execução da Garantia (inclusive honorários advocatícios, custas e despesas judiciais para fins de excussão do presente instrumento, além de eventuais tributos, encargos, taxas e comissões).

2.9. Uma vez adimplidas as Obrigações Garantidas, a garantia constituída através deste Contrato considerar-se-á automaticamente liberada, independentemente de qualquer notificação. Sendo certo que, para formalizar referida liberação, as Acionistas solicitarão ao

Agente Fiduciário o respectivo termo de liberação, que deverá ser fornecido em até 5 (cinco) dias contatos do recebimento da solicitação.

2.10. As Acionistas obrigam-se a exercer os seus direitos de voto de forma a não prejudicar o cumprimento das Obrigações Garantidas, comprometendo-se a não aprovar e/ou realizar qualquer ato em desacordo com o disposto neste Contrato, observado o disposto na Cláusula III abaixo.

2.11. Caso o produto da execução da garantia seja suficiente para a integral liquidação das Obrigações Garantidas e das despesas com a excussão da garantia, e ainda seja apurado saldo positivo, o Agente Fiduciário entregará o saldo às Acionistas, acompanhado do respectivo demonstrativo da sua apuração, de acordo com o artigo 1.364 do Código Civil, 5 (cinco) dias úteis após o pagamento e liquidação das Obrigações Garantidas. Caso o produto da execução da garantia não seja suficiente para a integral liquidação das Obrigações Garantidas e das despesas com a excussão da garantia, as Acionistas continuarão responsáveis por garantir a integral liquidação do saldo devido.

CLÁUSULA III – DOS DIREITOS DE VOTO

3.1. Enquanto não ocorrer eventuais inadimplementos da Companhia nos termos da Escritura de Emissão, bem como qualquer declaração de vencimento antecipado nos termos previstos na Escritura de Emissão, as Acionistas exercerão o direito de voto vinculado às Ações Alienadas Fiduciariamente de sua titularidade, comprometendo-se a não aprovar e/ou realizar qualquer ato em desacordo com o disposto neste Contrato ou que prejudique o pagamento e cumprimento integral das Obrigações Garantidas.

3.2. As Partes desde já reconhecem e concordam que será nula e ineficaz perante a Companhia, as Acionistas e o Agente Fiduciário ou qualquer terceiro, qualquer ato ou negócio jurídico relacionado às Ações Alienadas Fiduciariamente praticado em desacordo com as disposições deste Contrato, em especial as relativas ao exercício do direito de voto definidas neste Contrato.

CLÁUSULA IV - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

4.1. Declarações. As Acionistas, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, e como condição e causa essenciais para a celebração deste Contrato, declaram e asseguram em relação à Companhia e a si mesmas, ao Agente Fiduciário, nesta data que:

W 2 R ✓ / 1 W

- a) a Companhia é uma sociedade por ações, devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, devidamente autorizada a conduzir suas atividades;
- b) os representantes da Companhia e das Acionistas que assinam este Contrato estão devidamente autorizados para tanto;
- c) a Companhia está em fase de obtenção do registro como companhia aberta, categoria "B", perante a CVM;
- d) o Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), está atualizado e todas as informações nele contidas atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial aos artigos 14 a 19, e o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos em todos os aspectos relevantes, sendo certo que todas as informações do Formulário de Referência são verdadeiras, consistentes, corretas;
- e) têm plenos poderes, capacidade, e estão devidamente autorizadas a celebrar este Contrato, a Escritura de Emissão e os demais Contratos de Garantias e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para a celebração e cumprimento das obrigações assumidas;
- f) são legítimas proprietárias das Ações Alienadas Fiduciariamente, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, e não pende sobre as mesmas qualquer litígio, ação, processo judicial ou não, excetuando-se a alienação fiduciária decorrente deste Contrato;
- g) este Contrato, a Escritura de Emissão e os demais Contratos de Garantias constituem uma obrigação legal, válida, lícita, vinculante e eficaz das Acionistas, exequível de acordo com seus respectivos termos e condições;

W Z R C P W

h) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pelas Acionistas, de suas obrigações nos termos deste Contrato;

i) a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações nele previstas não infringem ou contrariam, (i) qualquer contrato ou documento no qual as Acionistas ou a Companhia sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer ônus sobre as Ações Alienadas Fiduciariamente (exceto pela alienação fiduciária prevista neste Contrato) ou sobre qualquer ativo da Companhia ou das Acionistas; ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) sob qualquer aspecto material, qualquer lei, decreto ou regulamento a que as Acionistas, a Companhia ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete as Acionistas ou a Companhia ou quaisquer de seus bens e propriedades;

j) a celebração deste Contrato é compatível com a capacidade econômica, financeira e operacional das Acionistas de forma que a alienação fiduciária das Ações Alienadas Fiduciariamente prevista neste Contrato não acarretará qualquer impacto negativo relevante na capacidade econômica, financeira e operacional, ou na sua capacidade de honrar quaisquer compromissos e obrigações;

k) não têm conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o autor, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar adversamente as obrigações assumidas neste Contrato;

l) as Acionistas e a Companhia detêm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;

m) exceto com relação ao que esteja sendo questionado de boa fé, estão cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio

W 2 R e p W

Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais disposições legais e regulamentares ambientais que sejam igualmente relevantes para a execução de suas atividades, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

n) as demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Companhia nas referidas datas e os resultados operacionais da Companhia referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, a Companhia não tem conhecimento de nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão ou de qualquer operação envolvendo a Companhia, fora do curso normal de seus negócios, bem como não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Companhia;

o) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Companhia, além daqueles mencionados no seu Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Companhia, à CVM e ao mercado;

p) as Acionistas e a Companhia estão em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial;

q) não omitiram, ou omitirão, qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos investidores das Debêntures;

r) não há outros fatos relevantes em relação à Companhia não divulgados no Formulário de Referência da Companhia, cuja omissão faça com que qualquer

W Z R e p r W

declaração do Formulário de Referência da Companhia seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente;

s) todas as informações fornecidas pelas Acionistas e/ou pela Companhia no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para os investidores, permitem aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

t) não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

4.2. O Agente Fiduciário, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, e como condição e causa essenciais para a celebração deste Contrato, declara e assegura às Acionistas que:

a) este Contrato constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculante do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

b) tem plenos poderes, capacidade, e seu representante legal está devidamente autorizado a celebrar este Contrato e a cumprir com todas as obrigações nele previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para a celebração e cumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Contrato;

c) detêm todas as autorizações e licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto por aquelas cujo descumprimento não tenha impacto adverso relevante para suas atividades.

4.3. As declarações e garantias aqui prestadas subsistirão ao término deste Contrato, comprometendo-se as Partes a indenizar e a manter indenidas uma à outra, e suas respectivas controladoras, coligadas, controladas e afiliadas e seus respectivos administradores, empregados, consultores e agentes, contra todas e quaisquer reivindicações, danos, perdas, obrigações, responsabilidades e despesas (incluindo, sem limitação, despesas e honorários advocatícios) em que qualquer uma das pessoas acima

N Z R ef W

venha a incorrer ou que contra elas venha a ser cobrado, em decorrência da inveracidade ou inexistência de qualquer de suas declarações aqui contidas.

CLÁUSULA V - LEGITIMIDADE DO AGENTE FIDUCIÁRIO

5.1. As Acionistas reconhecem o direito dos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, de executar a garantia em observância ao disposto na Cláusula 2.6, como forma de receber os créditos devidos decorrentes das Obrigações Garantidas, com os devidos encargos.

5.2. As Acionistas desde logo reconhecem a legitimidade extraordinária do Agente Fiduciário para executar a garantia contratada neste Contrato, conforme deliberado pelos Debenturistas, exclusivamente em caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série e a Companhia não promova ao resgate da totalidade das Debêntures da respectiva Série, no prazo e nos termos previstos na Cláusula 6.25.4 da Escritura de Emissão, e promover a cobrança de quaisquer valores decorrentes do presente Contrato, podendo, para tanto, contratar, às expensas dos Debenturistas, quaisquer prestadores de serviços de controle e excussão das garantias ou para auditoria de procedimentos, e podendo ainda contratar, às expensas dos Debenturistas, e destituir advogados, com poderes *ad judicium*, intimar, notificar, interpor, transigir, desistir, dar e receber quitação, representando os Debenturistas extrajudicial ou judicialmente e em qualquer fase ou grau de jurisdição, com poderes, ainda, para praticar qualquer ato e assinar qualquer documento ou instrumento necessário no cumprimento de suas funções de agente da presente garantia, sempre no interesse e de acordo com as expressas instruções dos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão e da Cláusula 5.3 abaixo, e de seu eventual cessionário e sucessor a qualquer título.

5.2.1 Na hipótese de vir a ser contratado qualquer prestador de serviço, na forma mencionada na Cláusula 5.2 acima, todos os direitos do Agente Fiduciário relacionados à coleta de informações e à tomada de providências em relação à presente garantia e sua excussão, previstos neste Contrato, poderão ser exercidos diretamente por tais agentes, em benefício do Agente Fiduciário.

5.3. O Agente Fiduciário atua no presente Contrato em nome e em benefício dos Debenturistas e de acordo com as expressas instruções dos Debenturistas, em total conformidade com os termos e condições previstos neste Contrato e na Escritura de Emissão. Neste sentido, sempre que neste instrumento estiverem previstos quaisquer atos

~ 2 R e f l N

ou decisões a serem tomados pelos Debenturistas, eles serão tomados pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, observados os quoruns de convocação e deliberação previstos na Escritura de Emissão, e serão executados pelo Agente Fiduciário em estrita observância às disposições deste Contrato, da Escritura de Emissão e da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

5.4. O exercício da prerrogativa prevista na Cláusula 2.6 não impedirá o Agente de Garantia de executar a garantia decorrente do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ou Instrumento de Alienação Fiduciária de Bens Móveis.

CLÁUSULA VI - OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

6.1. Em adição e sem prejuízo das demais obrigações previstas na Escritura de Emissão, neste Contrato ou nos demais documentos relacionados à Oferta ou em lei, as Acionistas obrigam-se a:

- a) manter a presente garantia existente, válida, eficaz, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, até o total adimplemento das Obrigações Garantidas;
- b) não praticar qualquer ato, ou abster-se de praticar qualquer ato, que possa, de qualquer forma, afetar o cumprimento, pelas Acionistas, das suas obrigações, ou o exercício, pelo Agente Fiduciário, de seus direitos, previstos neste Contrato, tomando todas e quaisquer medidas necessárias, incluindo aquelas razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário e pelos Debenturistas, com vistas à preservação das Ações Alienadas Fiduciariamente ou dos direitos dos Debenturistas nos termos deste Contrato;
- c) não criar ou permitir que seja criado qualquer ônus, gravame ou encargo sobre as Ações Alienadas Fiduciariamente, salvo a alienação fiduciária em garantia prevista neste Contrato;
- d) a seu exclusivo custo e despesas, assinar, anotar e prontamente entregar, ou fazer com que sejam assinados, anotados e entregues ao Agente Fiduciário, todos os contratos ou documentos necessários e tomar todas as demais medidas que o Agente Fiduciário possa solicitar, de forma razoável com antecedência mínima de 10

~ 3 R o N W

(dez) dias úteis, para garantir (i) o cumprimento das obrigações assumidas neste Contrato, ou (ii) a legalidade, validade e exequibilidade deste Contrato;

e) assegurar e defender os direitos reais de garantia constituídos nos termos deste Contrato e eventuais aditamentos contra quaisquer ações e reivindicações de quaisquer terceiros;

f) comunicar por escrito ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas qualquer ato ou fato fora do curso regular dos negócios que possa depreciar de forma relevante ou ameaçar a garantia prestada nos termos deste Contrato, dentro de 10 (dez) dias úteis contados do conhecimento de tal fato;

g) efetuar o pagamento de todas as despesas necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão e deste Contrato ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, desde que sejam razoáveis e devidamente comprovadas, e sem prejuízo do disposto nos artigos 20 e seguintes do Código de Processo Civil caso o Agente Fiduciário, agindo no interesse dos Debenturistas, recorra a medidas judiciais em face das Acionistas;

h) registrar a alienação fiduciária objeto deste Contrato em notas explicativas às suas demonstrações financeiras;

i) sempre que necessário e solicitado pelo Agente Fiduciário, celebrar aditamentos a este Contrato para incluir qualquer outra pessoa como um credor ou garantidor ou para refletir modificações aos demais documentos da Emissão;

j) não celebrar qualquer contrato ou acordo que possa impactar negativamente, restringir ou limitar os direitos dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, decorrentes deste Contrato;

k) praticar todos os atos necessários à efetiva formalização da alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente no prazo e na forma estabelecidos nas Cláusulas 7.1 e 7.2 abaixo.

~ 3 R o p W

6.2. Em adição e sem prejuízo de quaisquer obrigações estabelecidas neste Contrato, durante todo o prazo de vigência deste Contrato, o Agente Fiduciário deverá observar as os seus deveres e atribuições nos termos da Escritura de Emissão.

6.2.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos extrajudiciais contra as Acionistas ou a Companhia para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, comprometendo-se, desde já a auxiliar os Debenturistas na adoção de quaisquer medidas ou procedimentos judiciais, devendo:

- a) declarar antecipadamente vencidas as Obrigações Garantidas, caso a Assembleia Geral dos Debenturistas declare vencidas antecipadamente as Debêntures, observadas as condições deste Contrato e da Escritura de Emissão, bem como conforme instruções dos Debenturistas;
- b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, quando necessário for; e
- c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas, incluindo, sem contudo se limitar a (i) executar extrajudicialmente a garantia constante deste Contrato e vender a garantia, aplicando o produto de tal venda ou da liquidação da garantia exclusivamente na liquidação das Obrigações Garantidas; (ii) assessorar os Debenturistas caso estes venham a requerer a falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da Companhia ou iniciar outro procedimento judicial da mesma natureza, ou, ainda, qualquer procedimento aplicável para cobrança ou execução judicial ajuizadas no âmbito desta Emissão, conforme aplicável; e (iii) assessorar os Debenturistas em processo de intervenção ou liquidação da Companhia.

6.2.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, observados os quoruns de deliberação definidos na Escritura de Emissão.

6.2.3 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar qualquer verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia,

~ z R o p W

ou, ainda, em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões.

6.2.4 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o vencimento final das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

CLÁUSULA VII - DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Averbação da Alienação Fiduciária. Na data de assinatura deste Contrato, a Companhia deverá fazer com que a alienação fiduciária objeto deste Contrato seja averbada no seu Livro de Registro de Ações Nominativas e/ou inclusão do referido ônus no extrato emitido pelas instituições prestadoras de serviços de escrituração das Ações Alienadas Fiduciariamente e/ou custodiantes das Ações Alienadas Fiduciariamente, que deverá ser encaminhada ao Agente Fiduciário no prazo de 7 (sete) dias corridos a contar da data de assinatura deste Contrato, conforme aplicável, por meio da inclusão da anotação a seguir:

"A totalidade das 26.162.996 (vinte e seis milhões, cento e sessenta e dois mil, novecentas e noventa e seis) ações, representativas de 100% (cem por cento) do total do capital social da Companhia, bem como os direitos a ela relacionados, detidas na presente data pela Hidrotérmica S.A. e Bolognesi Participações S.A., são objeto de alienação fiduciária em favor dos debenturistas da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, da Companhia ("Debenturistas"), conforme estabelecido no "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações", celebrado em 15 de novembro de 2013 ("Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações"), sendo certo que referidas ações e direitos a ela relacionados não poderão ser, de qualquer modo, transferidos, cedidos ou alienados sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas, na forma estabelecida no referido Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações, sendo certo ainda que deverão ser observadas as demais disposições do Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações."

7.2. Registro em Cartório. No prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis da data de assinatura deste Contrato e de qualquer aditivo subsequente, a Companhia deverá registrar este instrumento, às suas custas e exclusivas expensas, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente da Cidade de Porto Alegre, Estado de Estado do Rio Grande do Sul, e no cartório das sedes de todas as Partes, incluindo mas não se limitando a Cidade do

~ 2 R e p W

Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, devendo fornecer comprovação desses registros ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar dos referidos registros nos Cartório de Registro de Títulos e Documentos, aplicando-se esta mesma regra em caso de celebração de futuros aditivos ao presente Contrato, além de manter arquivada uma cópia deste Contrato e de seus respectivos aditamentos em sua sede social.

7.2.1 Os gastos relativos aos registros e atualizações da garantia concedida pelas Acionistas neste Contrato, desde que devidamente comprovados, deverão ser arcados exclusivamente pela Companhia.

7.3. As Acionistas responsabilizam-se por qualquer prejuízo direto que comprovadamente venha a causar ao Agente Fiduciário ou a terceiros em decorrência de a garantia ora prestada ser suspensa, cancelada, anulada ou tida como nula de pleno direito, sendo que as Acionistas responsabilizam-se, de maneira irretroatável e irrevogável, a substituir a garantia ora oferecida, no caso desta vir a ser suspensa, cancelada, anulada ou tida como nula, sem prejuízo das demais hipóteses de substituição e reforço previstas em lei.

7.4. Vigência. Não obstante a ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Escritura de Emissão, todos os acordos, declarações e as garantias da presente alienação fiduciária permanecerão gerando plenos efeitos e em vigor, válidos e exequíveis até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas (mesmo que haja uma execução parcial deste Contrato).

7.5. Se qualquer termo ou disposição deste Contrato for considerado por qualquer tribunal competente como sendo nulo, inválido ou inexecutível, o restante deste Contrato não será afetado por esta decisão, sendo que cada termo, avença e condição remanescente deste instrumento continuará válido e será cumprido na forma permitida na legislação aplicável.

7.6. Fica expressamente estabelecido que a abstenção ou atraso no exercício, por qualquer das Partes, de quaisquer direitos ou faculdades assegurados em lei, na Escritura de Emissão ou no presente Contrato, ou a sua tolerância com atrasos no cumprimento das Obrigações Garantidas, neste Contrato ou na Escritura de Emissão, constituir-se-á em mera liberalidade e não implicará novação, tácita ou expressa, ou alteração contratual, nem impedirá que a qualquer momento a Parte, a seu exclusivo critério, venha a exercer os aludidos direitos e faculdades.

N 3 R 01 P W

7.7. Cessão ou Transferência. É expressamente vedada a transferência, a quaisquer terceiros, de quaisquer das obrigações aqui previstas, total ou parcialmente, salvo mediante prévia e expressa anuência da outra Parte e desde que o novo cessionário concorde integralmente com os termos e condições deste Contrato, ficando ressalvado a qualquer das Partes a cessão ou transferência a uma outra instituição de seu respectivo grupo econômico.

7.8. Termos Iniciados em Maiúscula. Os termos iniciados em letra maiúscula e não expressamente definidos neste Contrato terão o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Em caso de inconsistência, deve prevalecer a definição da Escritura de Emissão.

7.9. Irrevogabilidade e Sucessão. Este Contrato obriga irrevogavelmente e irretratavelmente as Partes contratantes, bem como seus sucessores ou cessionários a qualquer título, sendo cada parte responsável pelos atos e omissões de seus respectivos funcionários, administradores ou gerentes, prestadores de serviço, contratados ou prepostos, sob qualquer denominação. As obrigações contidas neste Contrato não serão afetadas nas hipóteses de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, reorganização societária, insolvência, morte ou incapacidade de qualquer pessoa relacionada à Companhia ou às Acionistas.

7.10. O presente Contrato não poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas, condições ou disposições, a não ser mediante prévio e comum acordo, por escrito, entre todas as Partes.

7.11. A renúncia, por qualquer das Partes, em relação a qualquer direito, obrigação ou exigência decorrente deste Contrato, terá efeito somente se apresentada por escrito. Nenhuma tolerância ou atraso de qualquer das Partes em fazer cumprir ou exigir o cumprimento dos direitos e obrigações convencionados neste Contrato constituirá novação ou precedente de qualquer natureza, nem prejudicará ou restringirá o exercício dos mesmos direitos e obrigações em igual situação no futuro, bem como não isentará, em nenhum caso, qualquer das Partes do integral cumprimento de suas obrigações de acordo com o aqui convencionado e previsto. Qualquer alteração ao presente instrumento deverá ser formalizada por escrito pelas Partes signatárias e registrada nos mesmos Cartórios de Títulos e Documentos em que este Contrato estiver registrado, às custas da Companhia.

N 2 REP W

7.12. Se qualquer termo ou outra disposição deste Contrato for ilegal ou impossível de ser aplicado por qualquer lei ou política pública, mesmo assim, todos os demais termos e disposições deste Contrato continuarão em pleno vigor e efeito, desde que o conteúdo econômico ou jurídico das operações aqui contempladas não seja afetado negativamente de forma significativa em relação a qualquer das Partes. Mediante a determinação de que qualquer termo ou outra disposição seja inválida, ilegal ou impossível de ser aplicada, as Partes negociarão em boa fé para modificar o presente Instrumento de modo a atingir tanto quanto possível o objetivo original.

7.13. As comunicações a serem enviadas por quaisquer das Partes nos termos deste Contrato, se feitas por fax ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

Se para a Hidrotérmica:

HIDROTÉRMICA S.A.

Av. Plínio Brasil Milano, 607 - Bairro Higienópolis,

CEP 90520-002 Porto Alegre/RS

At.: Paulo Cesar Rutzen

Tel.: (51) 3025-8080

Email: ri@utepeiii.com.br

Se para a Bolognesi:

BOLOGNESI PARTICIPAÇÕES S.A.

Av. Plínio Brasil Milano, 607 - Bairro Higienópolis,

CEP 90520-002 Porto Alegre/RS

At.: Paulo Cesar Rutzen

Tel.: (51) 3025-8080

Email: ri@utepeiii.com.br

Se para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04

N Z R e p i W

CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro e Marcelle Motta Santoro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

Se para a Companhia:

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

Av. Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, Pau Ferro - Zona Rural

CEP 53670-000 Igarassu/ PE

At.: Paulo Cesar Rutzen

Tel.: (51) 3025-8080

Email: ri@utepeiii.com.br

7.13.1. As notificações enviadas por uma Parte a outra, nos termos deste Contrato, o serão por escrito, devendo ser remetidas por carta protocolada ou registrada nos endereços constantes da Cláusula 7.10, sendo consideradas como recebidas respeitando-se o disposto na referida Cláusula 7.10. Caso haja recusa em receber as notificações, estas poderão ser feitas por meio de notificação judicial ou extrajudicial. Caso qualquer das Partes mude de endereço, deverá prontamente notificar a outra Parte, em tempo hábil para que eventual notificação seja entregue no endereço correto, responsabilizando-se por qualquer dano que decorra dessa mudança de endereço eventualmente não informada.

7.13.2. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as Partes, tão logo tomem conhecimento.

7.14. Interveniência e Anuência. A Companhia subscreve este Contrato na qualidade de parte interveniente-anuente, reconhecendo, consentindo e concordando com todos os seus termos e condições, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir ditos termos e condições, bem como as obrigações que lhes atribuem diretamente, na sua integralidade, e a assegurar o bom e fiel cumprimento do Contrato.

7.15. Execução Específica. O presente Contrato (incluindo seus anexos) foi devidamente celebrado pelos representantes legais das Partes, os quais têm e deverão ter poderes para assumir, em seu nome, as respectivas obrigações aqui estabelecidas, constituindo o

~ 3 e h W

presente Contrato uma obrigação lícita e válida, exequível, em conformidade com seus termos, com força de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 585, inciso II do Código de Processo Civil. Cada uma das Partes poderá requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas pela outra Parte, conforme estabelecem os artigos 461, 461-A, 621 e 632 do Código de Processo Civil

7.16. Despesas. Toda e qualquer despesa necessária à boa formalização do presente Contrato, seus anexos, bem como aquelas decorrentes de seu registro junto aos cartórios e entidades competentes, assim como qualquer outra despesa necessária à segurança, comprovação da existência e regularidade do crédito e da garantia dos Debenturistas, desde que devidamente comprovadas, serão suportadas pela Companhia e/ou pelas Acionistas.

7.17. Foro. As Partes elegem o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como competente para dirimir toda e qualquer disputa decorrente deste Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

7.18. Regência e Interpretação. O presente Contrato deverá ser regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas identificadas abaixo.

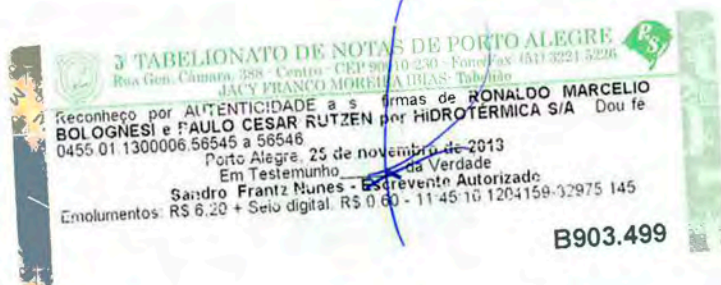
Porto Alegre, 15 de novembro de 2013.

(Restante da página intencionalmente deixada em branco.)

~ z R e J p W

Página de Assinatura do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações, firmado entre a Hidrotérmica S.A., Bolognesi Participações S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Termelétrica Pernambuco III S.A.

	
Nome: Ronaldo Bolognesi	Nome: Paulo C. Rutzen
Cargo: Presidente	Cargo: Diretor



~ 2 R ✓ 1 11 W

3º TABELIMINATO DE NOZAS

ARTICIPAÇÕES S.A.

3 TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE
Rua Gen. Câmara, 888 - Centro - CEP: 91010-230 - Fone/Fax (51) 3221.5226
JACY FRANCO MOREIRA (T) Tabelião

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de RONALDO MARCELIO BOLOGNESI e PAULO CESAR RUTZEN por BOLOGNESI PARTICIPAÇÕES SA Dou fe. 0455 01.1300008.56529 a 56530

Porto Alegre, 25 de novembro de 2013

Em Testemunho _____ da Verdade

Sandro Frantz Nunes - Escrevente Autorizado


Emolumentos: R\$ 6,20 + Selo digital R\$ 0,80 - 11'43,30 1204153-36575 145

B903.493

$$\sim 2R \exp \left(\frac{1}{2} \right)$$

Página de Assinatura do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações, firmado entre a Hidrotérmica S.A., Bolognesi Participações S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Termelétrica Pernambuco III S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: _____
Cargo: **Marcelle Santoro**
Diretora

2 Serviço Notarial RJ- Tabelião ADILSON WAGNER FIRMINO
ESTRADA DOS BANDEIRANTES 209-TAQUARA- TEL 3342-8163 Nº:131122050036 -
Reconheço por semelhança a firma de: MARCELLE MOTTA SANTORO, a qual c
onfere com o padrão arquivado em Cartório.
Rio de Janeiro, 22 de Novembro de 2013, DE NOTAS
Em testemunho da verdade
Valores
Firma.....:R\$ 4.09
Proc.dados.....:R\$ 1.45
Total.....:R\$ 5.54

ESCREVENTE- ALBERTO MARQUES DOS SANTOS



~ 2 2 c / w

Página de Assinatura do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações, firmado entre a Hidrotérmica S.A., Bolognesi Participações S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Termelétrica Pernambuco III S.A.

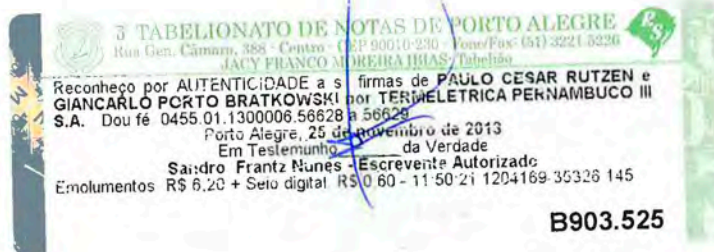
TERMELETRICA PERNAMBUCO III S.A.



Nome: Paulo C. Rutzen
Cargo: Diretor



Nome: Giancarlo P. Bratkowski
Cargo: Diretor




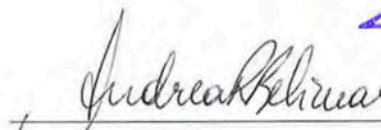
B903.525

~ 3 R e p W

Página de Assinatura do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações, firmado entre a Hidrotérmica S.A., Bolognesi Participações S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Termelétrica Pernambuco III S.A.


TESTEMUNHAS


Nome: Amanda Ribeiro Xavier
RG: 27369206-9
CPF/MF: 302183128-14


Nome: ANDREA RADI BELICUAS
RG: 10.931.100-51
CPF/MF: 10.931.100-51

4^o TABELIÃO DE NOTAS - Estado de São Paulo - Comércio de Capital
RUA ESTADOS UNIDOS, 455 - CEP: 01427-000 - P.O. BOX 1000 - 14200-000 - JARDIM
Tabelião: Bel. OSVALDO CANHEO - Tabelião Substituto: Bel. ANDRÉO CANHEO FILHO

Reconheço por semelhança as firmas de:
AMANDA RIBEIRO XAVIER e
ANDREA RADI BELICUAS
São Paulo, 27/11/2013
Em test^o da verdade
Andre Ricardo Parolini - Escrevente Autorizado
"VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICAÇÃO SEM EMENDAS E/OU RASURAS"





1^o Oficial do Registro de Títulos e Documentos
Cidade do Rio de Janeiro
Rua São José, 90 - Centro - Rio de Janeiro - (21) 2221-2208

Apresentado hoje, protocolado e
registrado em mídia ótica sob o No.

1845283

Rio de Janeiro, 03/12/2013
BERNARDINO DE CARVALHO
03754553704

ANEXO I
DESCRIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

1.1. Para fins do artigo 1.424 do Código Civil, as Obrigações Garantidas possuem as seguintes características:

(i) **Valor Total da Emissão:** R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), em 15 de novembro de 2013 ("Data de Emissão");

(ii) **Data de Vencimento:** As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"). As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 3 (três) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de fevereiro de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série"). As Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série"). As Debêntures da Quarta Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 9 (nove) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de agosto de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, com a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série e com a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, "Datas de Vencimento das Debêntures").

(iii) **Taxa De Juros:** as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a uma sobretaxa, na forma percentual ao ano, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 355 (trezentos e cinquenta e cinco) pontos base ao ano, acrescida exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas anuais aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 08/2020 ("NTN-B/20"), divulgadas pela ANBIMA, a ser apurada entre o 3º (terceiro) e o 4º (quarto) Dia Útil imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias), base 252 Dias Úteis ("Juros Remuneratórios das Debêntures"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração das Debêntures de cada Série, conforme aplicável, calculado em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, e pagos anualmente,

conforme definido na fórmula na Escritura de Emissão e transcrita no Prospecto Preliminar ("Remuneração").

(iv) **Atualização Monetária:** as Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado anualmente ("Atualização Monetária"), a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado das Debêntures"), conforme fórmula descrita na Escritura de Emissão.

(v) **Encargos Moratórios:** ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

1.2. Os demais termos e condições estão previstos na Escritura de Emissão.

~ 2 R e N P W

ANEXO II
MODELO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, a **HIDROTÉRMICA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Plínio Brasil Milano, 607 - Bairro Higienópolis, CEP 90520-002, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 02.281.472/0001-95, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Hidrotérmica") e a **BOLOGNESI PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Plínio Brasil Milano, 607 - Bairro Higienópolis, CEP 90520-002, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.664.185/0001-55, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Bolognesi") e, em conjunto com a Hidrotérmica, ("Outorgantes") nomeiam e constituem, de forma irrevogável e irretroatável, a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"), como seu bastante procurador, nos termos do artigo 653 e seguintes do Código Civil, para, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei, especialmente aqueles previstos no Código Civil, executar as Ações Alienadas Fiduciariamente, na mais ampla medida permitida pelas leis aplicáveis, tudo em relação ao "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações", celebrado em 18 de novembro de 2013 ("Contrato"), caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série e Termelétrica Pernambuco III S.A. sociedade por ações, em fase de registro de companhia aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, na Av. Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.502.676/0001-37 não promova ao resgate da totalidade das Debêntures da respectiva Série no prazo e nos termos previstos na Cláusula 6.25.4 da Escritura de Emissão, utilizando o produto assim obtido para a amortização, parcial ou total, das Obrigações Garantidas e quaisquer tributos e despesas incidentes sobre a venda, cessão ou transferência das Ações Alienadas Fiduciariamente, sem prejuízo do exercício, pelo Agente Fiduciário, de quaisquer outros direitos, garantias e prerrogativas cabíveis.

Pode, ainda, o Agente Fiduciário, para os fins de excussão das Ações Alienadas Fiduciariamente, observados os termos e condições do Contrato, representar as Outorgantes perante qualquer repartição pública federal, estadual e municipal, e perante

N Z R e W 1 W

terceiros, até que seja concluída e liquidada a excussão da garantia, com poderes especiais para (i) representar as Outorgantes perante juntas comerciais e cartórios de registro de pessoas jurídicas em qualquer Estado do País, assinando formulários, pedidos e requerimentos; (ii) representar as Outorgantes perante instituição financeiras custodiantes ou prestadores de serviços de escrituração, bem como perante as subsidiárias e seus administradores, para demandar anotação nos respectivos livros de registro e de transferência de ações das eventuais cessões e transferências das Ações Alienadas Fiduciariamente ocorridas em razão da consolidação da propriedade fiduciária no Agente Fiduciário, em benefício dos Debenturistas e eventual posterior alienação a terceiros; e (iii) praticar todos e quaisquer outros atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Termos em maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste instrumento terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato e na Escritura de Emissão.

Os poderes aqui outorgados são adicionais aos poderes outorgados pelas Outorgantes ao Agente Fiduciário nos termos do Contrato e não cancelam ou revogam qualquer um de tais poderes, e o Agente Fiduciário poderá substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reserva, os poderes ora conferidos.

Esta procuração é irrevogável, irretroatável, válida e efetiva, conforme previsto no artigo 684 e seguintes do Código Civil, até que as Obrigações Garantidas definidas no Contrato tenham sido integralmente pagas.

A presente procuração será regida e interpretada em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.

[Local], [●] de [●] de 2013.

HIDROTÉRMICA S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

~ z R e N P J

BOLOGNESI PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

ANEXO III
MINUTA ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALIENAÇÃO
FIDUCIÁRIA DE AÇÕES

1º (PRIMEIRO) ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE
AÇÕES

Pelo presente instrumento particular, as Partes:

I - HIDROTÉRMICA S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Plínio Brasil Milano, 607 - Bairro Higienópolis, CEP 90520-002, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 02.281.472/0001-95, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Hidrotérmica");

II - BOLOGNESI PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Plínio Brasil Milano, 607 - Bairro Higienópolis, CEP 90520-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.664.185/0001-85, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Bolognesi");

II - [•], [qualificação da nova sociedade a ser constituída], com sede na Cidade de [•], Estado do [•], na [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("[•]") e,

III - PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das Debêntures de Emissão da Companhia (conforme termos abaixo definidos) ("Debenturistas");

e ainda como interveniente-anuente,

IV. TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, na Av. Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.502.676/0001-37, neste ato

representada na forma do seu Estatuto Social ("Companhia").

CONSIDERAÇÕES

CONSIDERANDO QUE em 15 de novembro de 2013, a Companhia realizou a emissão de 300.000 (trezentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia fidejussória adicional, em 4 (quatro) séries, com a distribuição pública nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, ("Emissão", "Debêntures", respectivamente), cujas condições e características estão descritas no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional da Termelétrica Pernambuco III S.A", celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário, a Hidrotérmica S.A. S.A. e a Bolognesi Participações S.A. ("Escritura de Emissão");

CONSIDERANDO QUE para assegurar o integral pagamento de todas as obrigações principais e assessorias assumidas pela Companhia (seja na data de vencimento, seja em razão de vencimento antecipado) decorrentes da Escritura de Emissão, a Hidrotérmica e a Bolognesi alienaram fiduciariamente a totalidade das ações de sua titularidade de emissão da Companhia, ou seja, 5.939.000 (cinco milhões, novecentas e tinta e nove mil) ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da Hidrotermica e de 20.223.996 (vinte milhões, duzentas e vinte e três mil, novecentas e noventa e seis) ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da Bolognesi ("Ações Alienadas Fiduciariamente"), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações, celebrado em 15 de novembro de 2013, entre a Bolognesi, a Hidrotérmica, o Agente Fiduciário e a Companhia. ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações")

CONSIDERANDO QUE em [•] de [•] de 2013, a [•] foi constituída e passou a ser detentora direta da totalidade das ações de emissão da Companhia, observado que a Bolognesi e a Hidrotérmica são controladoras direta da [•] ("Reorganização Societária"), formalizada por meio da assembleia geral realizada em [•];

CONSIDERANDO QUE nos termos da Cláusula 1.9 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, a Emissora se comprometeu a formalizar a referida alteração do controle direto das Ações Alienadas Fiduciariamente, por meio de instrumento de aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

~ z R e p

Resolvem as Partes acima qualificadas celebrar este 1º (primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações ("1º Aditamento"), que se regerá (i) pela Lei nº 4.728 de 14 de julho de 1965 e pela Lei nº 10.931 de 02 de agosto de 2004, e observado o disposto na Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e (ii) pela Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e, em especial, pelas seguintes cláusulas e condições:

Termos em maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste instrumento terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato de Alienação Fiduciária.

CLÁUSULA I
REGISTRO DO ADITAMENTO

- 1.1. Registro em Cartório e na Junta Comercial. No prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis da data de assinatura deste 1º Aditamento e de qualquer aditivo subsequente, a Emissora deverá registrar o respectivo instrumento, às suas custas e exclusivas expensas, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente da Cidade de Porto Alegre, Estado de Estado do Rio Grande do Sul, e no cartório das sedes de todas as Partes, incluindo mas não se limitando a Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, devendo fornecer comprovação desses registros ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da obtenção dos referidos registros nos Cartório de Registro de Títulos e Documentos, aplicando-se esta mesma regra em caso de celebração de futuros aditivos ao presente instrumento.

CLÁUSULA II
ALTERAÇÕES

- 2.1. As Partes, por meio deste 1º Aditamento, acordam em:
- 2.1.1. Alterar a interalidade do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações de forma a substituir as referências às "Garantidoras" para "[•]", tendo em vista que após a Reorganização Societária a [•] passou a deter a titularidade direta da integralidade das ações de emissão da Companhia e, conseqüentemente, a titularidade das Ações Alienadas Fiduciariamente em favor dos Debenturistas.

~ 2 R e h v v

- 2.2. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as demais cláusulas, itens, características e condições constantes do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, que não tenham sido expressamente alteradas por este 1º Aditamento.

CLÁUSULA III
DISPOSIÇÕES GERAIS

- 3.1. Este 1º Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.
- 3.2. Este 1º Aditamento será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, e as partes, neste ato, elegem o foro central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, como competente para solucionar qualquer controvérsia oriunda deste Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes firmam este Instrumento em 5 (cinco) vias, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.

[Local], [•] de [•] de 2013.

~ 2 R e / 1 W

*Página de Assinatura do 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação
Fiduciária de Ações, firmado entre a Hidrotérmica S.A., Bolognesi Participações S.A., [•],
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Termelétrica Pernambuco III
S.A.*

HIDROTÉRMICA S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

~ 2 R C P P W

Página de Assinatura do 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de 'Alienação Fiduciária de Ações, firmado entre a Hidrotérmica S.A., Bolognesi Participações S.A., [•], Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Termelétrica Pernambuco III S.A.

BOLOGNESI PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

~ 2 R e p i d

Página de Assinatura do 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações, firmado entre a Hidrotérmica S.A., Bolognesi Participações S.A., [•], Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Termelétrica Pernambuco III S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

~ 2 R e N p W

Página de Assinatura do 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações, firmado entre a Hidrotérmica S.A., Bolognesi Participações S.A., [•], Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Termelétrica Pernambuco III S.A.

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

~ z R e A p W



Página de Assinatura do 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações, firmado entre a Hidrotérmica S.A., Bolognesi Participações S.A., [•], Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Termelétrica Pernambuco III S.A.

[•]

Nome:
RG:
CPF/MF:

Nome:
RG:
CPF/MF:

~ R20A y v



Página de Assinatura do 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações, firmado entre a Hidrotérmica S.A., Bolognesi Participações S.A., [•], Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Termelétrica Pernambuco III S.A.

TESTEMUNHAS

Nome:

RG:

CPF/MF:

Nome:

RG:

CPF/MF:

W 2 R e A p W

-
- FIANÇA BANCÁRIA *COMPLETION*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARTA DE FIANÇA Nº [xxxxx]

FAVORECIDO: PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures de emissão da Afiançada.

CNPJ: 17.343.682/0001-38

ENDEREÇO: Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

AFIANÇADA: TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

CNPJ: 10.502.676/0001-37

ENDEREÇO: Avenida Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco.

VALOR LIMITE: R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), observado o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de Atualização Monetária e da Remuneração das Debêntures, bem como de eventuais Encargos Moratórios, nos termos da Escritura de Emissão, conforme fórmulas previstas no Anexo III.

Pela presente, o **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar, parte, CEP 04538-132, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30, por seus representantes abaixo assinados, declara-se **FIADOR** e principal pagador da **AFIANÇADA**, até o valor limite máximo acima indicado, de forma a garantir todas as obrigações principais e assessorias assumidas pela **AFIANÇADA**, no âmbito da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia fidejussória adicional, em 4 (quatro) séries, para distribuição pública nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, ("**DEBÊNTURES**"), cujas condições e características estão descritas no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional da Termelétrica Pernambuco III S.A", celebrado entre a **AFIANÇADA**, o **FAVORECIDO**, a Hidrotérmica S.A. e a Bolognesi Participações S.A. ("**ESCRITURA DE EMISSÃO**").

Esta **FIANÇA** vigorará a partir de [a primeira Data de Integralização /20 de dezembro de 2013] das **DEBÊNTURES**, nos termos previstos na **ESCRITURA DE EMISSÃO** e até [•] de [•] de 2014 [a data correspondente pelo menor prazo entre (i) 12 (doze) meses, a contar da primeira Data de Integralização das **DEBÊNTURES**, nos termos da **ESCRITURA DE EMISSÃO**; ou (ii) 12 (doze) meses após a **AFIANÇADA** entrar em operação comercial, conforme autorização a ser concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("**PODER CONCEDENTE**") por meio da publicação, no Diário Oficial da União de despacho específico da superintendência de fiscalização dos serviços de geração do Poder Concedente, conforme verificado pelo **FAVORECIDO**, sendo que neste último caso deverão ainda ser observadas as seguintes condições (a) obtenção de licença de operação da linha de transmissão pela **AFIANÇADA**, a ser emitida pela Agência Estadual do Meio Ambiente - CPRH, conforme confirmado pelo **FAVORECIDO**, por meio do recebimento de cópia de referida licença a ser encaminhada pela **AFIANÇADA**, (b) todas as obrigações decorrentes da **ESCRITURA DE EMISSÃO** estejam adimplidas pela **AFIANÇADA**, conforme confirmado pelo **FAVORECIDO** por meio de declaração a ser entregue pela **AFIANÇADA**, nos termos do Anexo VI da **ESCRITURA DE EMISSÃO**. Os itens (i) e (ii) acima constituem condições resolutivas nos termos dos artigos. 127 e 128 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**CÓDIGO CIVIL**" e "**CONDIÇÕES RESOLUTIVAS**", respectivamente)] ("**DATA DE VENCIMENTO**").

Esta **FIANÇA** abrange, até o limite acima indicado, obrigações que tenham vencimento final até a **DATA DE VENCIMENTO**.

Fica desde já certo, ajustado e convencionado que o **FAVORECIDO** deverá comunicar por escrito ao **FIADOR** sua intenção de receber os pagamentos inadimplidos pelo **AFIANÇADO** no prazo máximo de 2 dias contados da DATA DE VENCIMENTO desta FIANÇA, sob pena de decadência dos direitos do FAVORECIDO relativos a esta FIANÇA, independentemente de notificação ou da devolução da via original desta carta ou de exoneração expressa do **FIADOR** pelo **FAVORECIDO**, ficando o **FIADOR** total, plena, suficiente e automaticamente desonerado e desobrigado de toda e qualquer responsabilidade decorrente desta **FIANÇA**, nada mais podendo lhe ser pleiteado em razão da presente.

A desoneração ocorrerá automaticamente após 2 dias da[o] [a **DATA DE VENCIMENTO**/o advento de qualquer uma das **CONDIÇÕES RESOLUTIVAS**].

O **FIADOR** obriga-se a liquidar as importâncias devidas, obedecido o valor limite acima especificado, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento sob protocolo ou aviso de recebimento da respectiva requisição formalizada por meio da CARTA dirigida ao **FIADOR**, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar, parte, CEP 04538-132, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo/SP, exceto se houver expressa ordem judicial, determinando a suspensão do pagamento da dívida.

Respeitado o valor e prazo de vencimento da **FIANÇA**, o **VALOR LIMITE** acima será reduzido toda vez que o **FIADOR** vier a honrar a **FIANÇA**, no valor de cada pagamento efetuado. Neste caso, o **FAVORECIDO** entregará ao **FIADOR** o termo de desoneração parcial relativo ao valor já efetivamente honrado em até 2 dias úteis contados da data do referido pagamento, conforme modelo indicado no anexo II.

Caso o **FIADOR** venha a efetuar o pagamento de qualquer das obrigações aqui afiançadas, o **FIADOR** restará automaticamente sub-rogado nos direitos, privilégios e ações que o **FAVORECIDO** tenha em face do **AFIANÇADO**, inclusive com relação a eventuais garantias, obrigando-se o **FAVORECIDO** a fornecer todo e qualquer documento que formalize tais direitos, privilégios e ações.

O **FIADOR** renuncia expressamente aos benefícios previstos nos artigos 827 do Código Civil, responsabilizando o **FIADOR** solidariamente ao **FAVORECIDO**.

Exceto quando especificamente definidos nesta **FIANÇA**, os termos aqui utilizados iniciados em letra maiúscula terão o significado a eles atribuído na **ESCRITURA DE EMISSÃO**.

O foro Central da Comarca de São Paulo, Capital será o competente para processar e julgar as questões oriundas desta **FIANÇA**.

TODAS AS CORRESPONDÊNCIAS PARA O FIADOR DEVERÃO SER ENCAMINHADAS PARA A AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, N.º 3.400, 4º ANDAR, PARTE, CEP 04538-132, ITAIM BIBI, CIDADE DE SÃO PAULO/SP.

A ACEITAÇÃO DA PRESENTE CARTA DE FIANÇA PELO FAVORECIDO IMPLICARÁ NA AUTOMÁTICA ACEITAÇÃO DE SEUS TERMOS E CONDIÇÕES.

A presente fiança nº [xxxxx] é firmada em 1 (uma) via original e 1 (uma) cópia.

São Paulo,[•] de [•] de 2013

BANCO ITAÚ BBA S.A.

ANEXO I

TERMO DE EXONERAÇÃO DE FIANÇA

São Paulo,

Ao

Banco Itaú BBA S.A.

Ref.: Termo de Exoneração de Carta de Fiança

Tem a presente a finalidade de informar-lhes que em virtude de V.Sas. terem prestado fiança à **TERMELETRICA PERNAMBUCO III S.A. ("AFIANÇADA")**, por meio de Carta de Fiança emitida em [-], no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), observado o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de [●] [Atualização Monetária e da Remuneração das Debêntures], bem como de eventuais Encargos Moratórios, nos termos da Escritura de Emissão., cujo objeto foi garantir todas as obrigações principais e assessorias assumidas pela **AFIANÇADA**, no âmbito da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia fidejussória adicional, em 4 (quatro) séries, para distribuição pública nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, ("**DEBÊNTURES**"), cujas condições e características estão descritas no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional da Termelétrica Pernambuco III S.A", celebrado entre a **AFIANÇADA**, o **FAVORECIDO**, a Hidrotérmica S.A. e a Bolognesi Participações S.A. ("**ESCRITURA DE EMISSÃO**"), declaramos [haverem sido liquidadas todas as obrigações contraídas, ficando o Banco Itaú BBA S.A., bem como a **AFIANÇADA**, totalmente desobrigados] [ou] [ter expirado o prazo da **FIANÇA**/o advento de uma das **CONDIÇÕES RESOLUTIVAS**].

Portanto, declaramos em caráter irrevogável para todos os efeitos legais, que nada mais temos a reclamar com relação à aludida Carta de Fiança, razão pela qual reconhecemos a extinção de sua validade jurídica.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, na
qualidade de representante dos titulares das Debêntures de emissão da Afiانçada.

ANEXO II

TERMO DE EXONERAÇÃO PARCIAL DE FIANÇA

São Paulo,

Ao

Banco Itaú BBA S.A.

Ref.: Termo de Exoneração Parcial de Carta de Fiança

Tem a presente a finalidade de informar-lhes que em virtude de V.Sas. terem prestado fiança à **TERMELETRICA PERNAMBUCO III S.A. ("AFIANÇADA")**, por meio de Carta de Fiança emitida em [-], no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), observado o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de [[Atualização Monetária e da Remuneração das Debêntures], bem como de eventuais Encargos Moratórios, nos termos da Escritura de Emissão, cujo objeto foi garantir todas as obrigações principais e assessorias assumidas pela **AFIANÇADA**, no âmbito da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia fidejussória adicional, em 4 (quatro) séries, para distribuição pública nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, ("**DEBÊNTURES**"), cujas condições e características estão descritas no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional da Termelétrica Pernambuco III S.A", celebrado entre a **AFIANÇADA**, o **FAVORECIDO**, a Hidrotérmica S.A. e a Bolognesi Participações S.A. ("**ESCRITURA DE EMISSÃO**"), declaramos terem sido liquidada as obrigações contraídas pela **AFIANÇADA** no montante de R\$[•] ([•]), ficando o Banco Itaú BBA S.A., bem como a **AFIANÇADA**, desobrigados exclusivamente em relação a referido montante.

Portanto, declaramos em caráter irrevogável para todos os efeitos legais, que ainda resta a reclamar o montante equivalente a [•] relação à aludida Carta de Fiança.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, na
qualidade de representante dos titulares das Debêntures de emissão da Afiانçada.

ANEXO III

CÁLCULO DO VALOR LIMITE DE ACORDO COM OS TERMOS PREVISTOS NAS CLÁUSULAS 6.13, 6.15 E [6.20] DA ESCRITURA DE EMISSÃO

O cálculo do **VALOR LIMITE** previsto no Preâmbulo desta Fiança, deverá ser realizado de acordo com os termos e condições previstas na **ESCRITURA DE EMISSÃO**, conforme cláusulas **ESCRITURA DE EMISSÃO** da transcritas abaixo.

“6.13. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário: As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado anualmente (*“Atualização Monetária”*), a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (*“IPCA”*), calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (*“Valor Nominal Atualizado das Debêntures”*), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

- n = número total de índices considerados na atualização monetária, sendo “n” um número inteiro;
- NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de

atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

- NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;
- Dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou última data de aniversário das Debêntures, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice de preço, sendo “dup” um número inteiro; e
- Dut = número de Dias Úteis contidos entre a Data de Emissão ou data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo “dut” um número inteiro.

Sendo que:

- (i) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.
- (ii) O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- (iii) Considera-se data de aniversário o dia 15 (quinze) de cada mês ou o primeiro Dia Útil seguinte caso o dia 15 (quinze) não seja Dia Útil;
- (iv) Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas do ativo em questão;

- (v) Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (vi) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento; e
- (vii) Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o *pro rata* do último Dia Útil anterior.

6.13.1. Caso, se até a data de aniversário das Debêntures, o NI_k não tenha sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NI_k na apuração do Fator “C” um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA (“Número-Índice Projetado” e “Projeção”) da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

onde:

NI_{kp} : Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento; e

Projeção: variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

(i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

(ii) o número-índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração."

"6.15.1. Remuneração das Debêntures. As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a uma sobretaxa, na forma percentual ao ano, conforme definida pelo Procedimento de Bookbuilding, com taxa de 9,11 (nove inteiros e onze centésimos por cento) pontos base ao ano, ("Juros Remuneratórios das Debêntures"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração das Debêntures de cada Série, conforme aplicável, calculado em regime de capitalização composta, de forma pro rata temporis por Dias Úteis, e pagos anualmente, conforme definido na fórmula abaixo ("Remuneração")."

"6.15.1.2. O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definido) devido no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento. "Período de Capitalização" significa, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures de cada Série, exclusive; para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração das Debêntures de cada Série, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures. Cada Período de

Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até as respectivas Datas de Vencimento das Debêntures;

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

taxa = 9,11000;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro."

"6.20 Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios")."

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Avaliação Econômico-Financeira referente à implantação da Usina Termelétrica Pernambuco III

Versão final

Setembro de 2013

Índice

<i>Disclaimer</i>	3
Definições.....	4
Glossário	6
Objetivo	8
1. O projeto.....	9
2. O Grupo Bolognesi	10
3. Fontes de informações	14
3.1 Contrato de compra e venda de óleo combustível	14
3.2 Contrato de serviços de armazenamento e movimentação de produto.....	14
3.3 Contrato de serviços de transporte	16
3.4 Contrato de fornecimento de equipamentos	16
3.5 Contrato de bens e serviços para implantação da usina	17
3.6 Contrato de operação e manutenção.....	17
3.6.1 Proposta adicional: operação e manutenção	19
3.7 Contratos de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR por disponibilidade	19
4. Metodologia para Análise do Fluxo de Caixa	22
4.1 Método de Renda	22
4.2 Modelo de Fluxo de Caixa Descontado	22
4.3 Metodologia para cálculo de Fluxo de Caixa Descontado.....	23
4.4 A Taxa Interna de Retorno.....	25
5. Taxa de Desconto.....	26
5.1.1 Taxa livre de risco	26
5.1.2 Prêmio de mercado	27
5.1.3 Beta e alavancagem.....	27
5.1.4 Risco-país	28
5.1.5 Inflação.....	28
5.2 CAPM.....	28
5.3 WACC	28
6. Modelo Econômico Financeiro.....	30
6.1 Premissas operacionais.....	30
6.2 Receita	31
6.2.1 Despacho	32
6.2.2 Receita Fixa.....	34
6.2.3 Receita Variável	34
6.3 Custos e Despesas.....	36

6.3.1	Custo do Combustível	37
6.3.1	Terminal	37
6.3.2	Logística	37
6.3.3	Seguros	38
6.3.4	Operação e Manutenção	38
6.3.5	Overhaul	39
6.4	Impostos	40
6.4.1	Impostos Indiretos	41
6.4.2	Impostos Diretos	41
6.4.3	Encargos Setoriais	41
6.5	Investimentos	43
6.6	Depreciação	43
6.7	Capital de Giro	44
6.8	Financiamento	46
6.8.1	Empréstimos ponte	46
6.8.2	Debêntures	47
6.8.3	Financiamento de curto prazo	50
7.	Resultado do modelo	51
7.1	Análise de Solvência	52
7.2	Simulações	54
8.	Considerações Finais	57
	Anexo I – Premissas macroeconômicas	58
	Anexo II – Demonstrações Financeiras	61
	Anexo III – Desembolsos de investimentos	65
	Ficha técnica	66

Disclaimer

A Usina Termelétrica Pernambuco III é um projeto ainda em fase pré-operacional, não possuindo balanços ou demonstrativos passados, passíveis de análise. Desta forma, as informações contidas neste documento, detalhadas na seção FONTES DE INFORMAÇÕES, foram encaminhadas à LCA, pela CRP Atria, assessora financeira da Hidrotérmica S.A., e pelo Itaú BBA, assessor financeiro da emissora e coordenador exclusivo da emissão das debêntures, e também se basearam em informações de caráter público. Essas informações não foram objeto de auditoria independente contratada pela avaliada até o momento e não houve qualquer diligência por parte da LCA no sentido de auditar sua veracidade e consistência.

Os resultados do estudo de viabilidade estão baseados em dados e informações disponíveis no momento da análise. Assim, este termo de responsabilidade estabelece que:

Este documento foi produzido pela LCA a pedido da CRP Atria com único objetivo de atendimento ao disposto no artigo 32, inciso II, da Instrução da CVM nº 400.

As análises e recomendações refletem única e exclusivamente o parecer da LCA, realizado de forma independente e autônoma, seja com relação ao empreendedor, seja com relação aos contratantes dos serviços.

As manifestações da LCA em relação aos resultados apurados nesse estudo quanto a condições de investimento na UTE Pernambuco III devem ser compreendidas como opinião que reflete o momento da análise e são consubstanciadas em informações disponibilizadas pela CRP Atria e pelo Itaú BBA, que julgamos confiáveis, mas cujas premissas não foram submetidas a uma diligência (*due diligence*).

A LCA não se responsabiliza pela utilização destas informações em suas tomadas de decisão e consequentes perdas e ganhos advindos desta decisão.

As informações contidas nas páginas deste relatório têm propósito unicamente informativo.

Os resultados do relatório não poderão ser utilizados como argumento, dados ou avaliação técnica em litígios.

Definições

Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos para fins do presente estudo.

Bookbuilding	Procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação, junto aos investidores, da demanda por debêntures em diferentes níveis de taxas de juros, de forma a definir a taxa final dos juros remuneratórios das debêntures
Brent	Designação para todo o petróleo extraído no Mar do Norte e comercializado na Bolsa de Londres.
Bullet	Modalidade de empréstimo de acordo com a qual a amortização é realizada integralmente ao final do período.
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Companhia	Usina Termelétrica Pernambuco III S.A.
Coviplan	Concessionária Rodoviária do Planalto S.A.
Escritura	Instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A.
Grupo	Grupo Bolognesi
Inflexibilidade	A inflexibilidade da usina é o montante de potência mínima que deve ser obrigatoriamente despendido e que não está sujeito, portanto, à regra de despacho do ONS. A inflexibilidade da usina pode ser oriunda de razões tecnológicas como, por exemplo, um reator nuclear pode não ter uma flexibilidade operacional elevada de tal forma que seja exigida uma carga mínima de potência para seu funcionamento adequado, ou proveniente de motivos econômicos como, por exemplo, uma usina de gás natural que possui um contrato de fornecimento do tipo “take or pay” de tal maneira que seja economicamente inviável mantê-la desligada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.

Leilão de Energia Nova A-5/2008	Leilão realizado dia 30 de setembro pelo Governo Federal cujo objetivo foi a contratação de energia para o sistema elétrico brasileiro a ser entregues a partir de 2013.
Overhaul	Manutenções programadas de grande porte, as quais necessitam serem feitas em cada uma das unidades geradoras da usina após estas terem atingidas determinados tempos de operação.
Sociedade	SPE Termelétrica Pernambuco III S.A.
Usina	Usina Termelétrica Pernambuco III

Glossário

Termo	Descrição
ACR	Ambiente de Contratação Regulada
ANEEL	Agencia Nacional de Energia Elétrica
CAPM	Capital Asset Pricing Model - Custo de Capital Próprio
CCEAR	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CDI	Certificados de Depósitos Interbancários
COFINS	Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social
CPI	Consumer Price Index - Índice de inflação norte americano
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EMBI	Emerging Markets Bond Index - Risco Brasil
Enterprise Value	Valor total da empresa que remunera todos os provedores de capital (acionistas e credores)
EPC	Engineering, Procurement & Construction (Engenharia, Suprimento e Construção)
Equity Value	Valor da empresa para os acionistas, que remunera apenas os acionistas como provedores de capital, ou seja, desconsiderando os efeitos de pagamento de dívidas
FCD	Fluxo de Caixa Descontado
FCFE	Free Cash Flow to Equity - Fluxo de Caixa do Acionista
FCFF	Free Cash Flow for the Firm - Fluxo de Caixa Livre da Empresa
FCLA	Fluxo de Caixa Livre do Acionista
FCLE	Fluxo de Caixa Livre da Empresa
GCOI	Grupo de Controle das Operações Integradas
ha	Hectare
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
MME	Ministério de Minas e Energia
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
PCH	Pequena Central Hidrelétrica - Capacidade Instalada entre 1MW e 30MW
PIS	Programa de Integração Social
PPA	Power Purchase Agreement - Acordo de Compra de Energia
RGR	Reserva Global de Reversão
SCL	Sistema de Contabilização e Liquidação
SIN	Sistema Interligado Nacional
SPE	Sociedade de Propósito Específico

TFSEE	Taxa de Fiscalização do Sistema de Energia Elétrica
TIR	Taxa Interna de Retorno
TUST	Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão
UHE	Usina Hidrelétrica
UTE	Usina Termelétrica
UTN	Usina Termonuclear
VPL	Valor Presente Líquido
WACC	Weighted Average Cost of Capital: Custo médio de capital estimado por meio do cálculo de uma média ponderada entre o custo de capital de terceiros e o custo de capital próprio

Objetivo

O Leilão de Energia Nova A-5/2008, realizado dia 30 de setembro pelo Governo Federal, contratou 5.566 MW para o sistema elétrico brasileiro a serem entregues a partir de 2013. Um dos projetos vencedores do leilão, na modalidade de CCEAR por disponibilidade, foi a Usina Termelétrica Pernambuco III, cuja concessão é de 15 anos, ou seja, se estende até o final de 2027.

Com o objetivo de financiar o projeto, o grupo Bolognesi prevê a emissão de debêntures com prazo de pagamento ligeiramente mais curto do que o prazo da concessão e cujo fluxo de amortização foi determinado em função do fluxo do caixa do projeto.

Isto posto, este trabalho tem como objetivo a realização de estudo de viabilidade e emissão de parecer referente à viabilidade econômico-financeira do projeto de implantação da Usina Termelétrica Pernambuco III que comporão registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários de acordo com o previsto no artigo 32, inciso II da instrução da CVM Nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

1. O projeto



Localizada no município de Igarassu, no Estado de Pernambuco, a Usina Termelétrica Pernambuco III será composta por 23 motogeradores Wartsila W20V32 movidos a óleo combustível OCB1, totalizando uma capacidade instalada de 200,79 MW.

A usina, cujas obras se iniciaram em junho de 2012 com previsão de conclusão em setembro de 2013 e início da operação comercial em outubro de 2013, estará localizada em terreno plano ao lado da Subestação Pau Ferro, da CHESF, distando cerca de 500 metros do ponto de conexão.

A usina fornecerá parte da energia necessária para o crescimento da região Nordeste do Brasil. O período previsto para fornecimento de energia é de 15 anos, ou seja, se estende até o final de 2027.

Com o objetivo específico de implantar e explorar comercialmente a Usina Termelétrica Pernambuco III foi constituída a SPE Termelétrica Pernambuco III S.A., uma empresa em fase pré-operacional. A sociedade foi constituída em 23 de outubro de 2008, não possui empresas controladas nem coligadas e sua composição acionária é 77,30% Bolognesi Participações S.A. e 22,70% Hidrotérmica S.A., ambas as empresas do Grupo Bolognesi. A Hidrotérmica S.A., por sua vez, é controlada pela Bolognesi Participações S.A. em conjunto com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI FGTS.

2. O Grupo Bolognesi

O Grupo Bolognesi iniciou suas atividades em 1975 no setor imobiliário e no de construção civil no município de Porto Alegre. Atualmente, no setor imobiliário, possui um *landbank* de 1.000 *ha* na Grande Porto Alegre e um potencial VGV (Valor Geral de Vendas) de R\$ 4 bilhões, para serem executados em pelo menos 10 anos.

Em 1983 o grupo passou a atuar em obras públicas, construção pesada e saneamento, e, a partir das privatizações, em concessões rodoviárias por meio da Coviplan – concessão do pólo rodoviário de Carazinho.

A partir de 2001, o grupo começou a investir no segmento de geração de energia, em pequenas centrais hidrelétricas – por meio da Hidrotérmica S.A., *holding* cujas atividades estão direcionadas para a implantação dos projetos do Grupo Bolognesi no setor de energia elétrica, com foco na geração de energia limpa e renovável.

Em 2008, após mudanças com o objetivo de melhorar o controle gerencial das atividades, os sócios realizaram uma reestruturação do Grupo Bolognesi, que ficou assim dividido:

Hidrotérmica – É a *holding* do grupo responsável pelos empreendimentos no setor de geração de energia, cujo objetivo é o desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica, seja ela de fonte hídrica, térmica ou outra. Tem como sócio, além da Bolognesi Participações, o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI FGTS), com o qual foi firmando um acordo de acionista em dezembro de 2009.

Bolognesi Infraestrutura – Voltada para atividade de construção pesada, o que inclui os acessos às pequenas centrais hidrelétricas, obras de rodovias e serviços para a Coviplan. É também responsável pela execução de contratos de operação relativos à construção pesada e estradas;

Bolognesi Empreendimentos Imobiliários – Sucessora da Gianco Engenharia, é a empresa que agrega todas as operações imobiliárias do Grupo, no segmento de baixa e média renda. Concentra todos os ativos de terras e potencial valor geral de vendas (VGV);

Properson Empreendimentos Ltda. – Dedicar-se à construção e incorporação de empreendimentos imobiliários de classe alta;

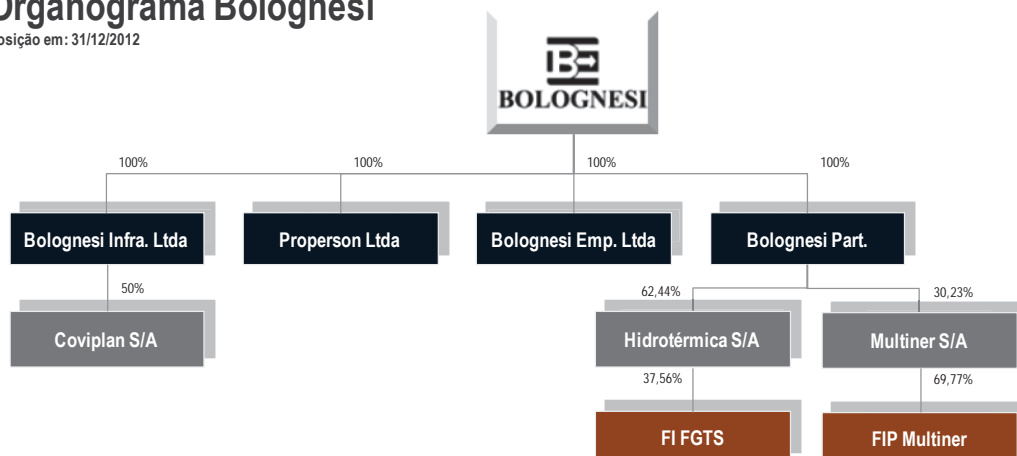
Coviplan – Concessionária Rodoviária do Planalto S.A. - Sociedade com a empresa paulista PEM para administrar o Pólo Rodoviário de Carazinho, a 300 km de Porto Alegre. O complexo de quatro praças de pedágio envolve um sistema rodoviário de

250 km em seis trechos de rodovias, na chamada região da produção gaúcha; o contrato de concessão tem duração de 15 anos e é válido até 2013.

Abaixo é apresentado o organograma do Grupo Bolognesi:

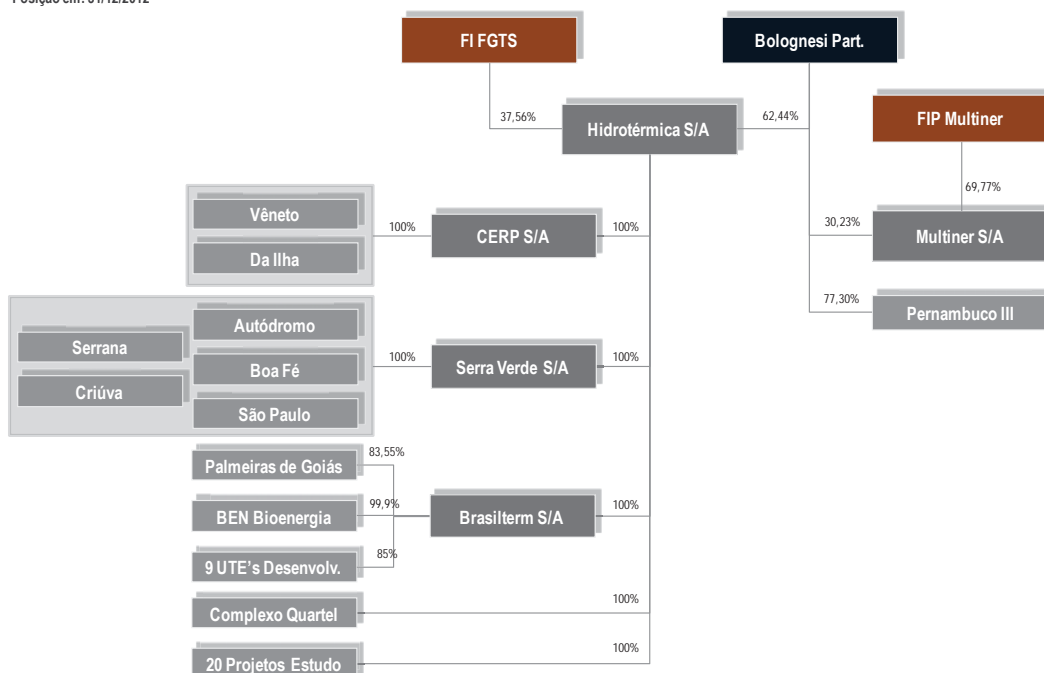
Organograma Bolognesi

Posição em: 31/12/2012



Organograma Hidrotérmica

Posição em: 31/12/2012



A Hidrotermica S.A., sociedade anônima de capital fechado, será responsável pela operação e gerenciamento da UTE Pernambuco III.

Pioneira no desenvolvimento de projetos de pequenas centrais hidrelétricas, sendo um importante participante do setor desde o início da montagem do marco regulatório que instituiu o Programa de Incentivo de Fontes Alternativas ("PROINFA"), a Hidrotermica, atualmente, desenvolve projetos de geração de energia termelétrica na região

Nordeste, onde existe déficit de energia hidrelétrica e relativa abundância de combustível, contando com respaldo técnico de EPCistas de experiência comprovada e contratos de compra de energia (PPAs) resultantes de leilões já promovidos pela agência reguladora.

Recentemente o Grupo Bolognesi efetuou a aquisição da Multiner S.A., localizada na cidade do Rio de Janeiro, contando com um portfólio de empreendimentos de energia eólica e térmicos. Com a aquisição da Multiner S.A. o Grupo se utiliza das sinergias existentes nos portfólios das duas companhias.

Portfólio de usinas com PPAs, já incluídos os empreendimentos da Multiner S.A.:

	Capacidade Instalada	Comercialização	Entrada em Operação	Licenças Ambientais	Status
UEE Alegria I	51,15 MW	Proinfa	30/12/2010	LO	Em operação
UEE Alegria II	100,65 MW	Proinfa	30/12/2011	LO	Em operação
UTE Cristiano da Rocha	85,4 MW	ACL	16/11/2006	LO	Em operação
UTE Pernambuco III	200,79 MW	A-3 2008	01/09/2013	LI	Licenciamento Ambiental
UTE Ben Bioenergia	53 MW	A-3 2008	05/04/2013	LO	Em operação
UTE Palmeiras de Goiás	174,3 MW	A-5 2006	01/04/2012	LO	Em operação
PCH Da Ilha	26 MW	Proinfa	15/04/2008	LO	Em operação
PCH Jararaca	28 MW	Proinfa	15/04/2008	LO	Em operação
PCH Palanquinho	24 MW	ACL	13/07/2010	LO	Em operação
PCH Criúva	26 MW	ACL	12/05/2010	LO	Em operação
PCH Boa Fé	24 MW	ACL	20/10/2011	LO	Em operação
PCH Autódromo	24 MW	ACL	18/11/2011	LO	Em operação
PCH São Paulo	16 MW	ACL	28/04/2012	LI	Em operação

3. Fontes de informações

Foram consideradas na elaboração do estudo de viabilidade, além de informações de caráter público, as informações constantes nos seguintes contratos já celebrados pela Termelétrica Pernambuco III S.A.:

3.1 Contrato de compra e venda de óleo combustível

Contrato celebrado em 27 de novembro de 2012 entre BP Products North America Inc, sociedade de Maryland, a Termelétrica Pernambuco III S.A..

O contrato dispõe sobre a venda de óleo combustível, principal insumo para a produção de energia e tem validade de 15 anos. De acordo com a cláusula 6 do contrato, o preço do combustível se dará pela soma de dois componentes principais:

1. preço do combustível, definido pela cotação do óleo combustível Nº 6 1% enxofre de acordo com USG Waterborne Platts; e
2. custo do transporte. O custo do transporte é referente a um valor adicional por barril que varia de US\$ 6 (cargas de 345 mil barris com prazo de entrega de 30 dias) a US\$ 6,55 (cargas de 250 mil barris e prazo de entrega de 20 dias).

Há também um terceiro componente referente a uma possível renegociação do contrato em caso de mudança substancial no mercado de frete. Essa alteração, prevista a cada 3 anos, não foi considerada no modelo.

3.2 Contrato de serviços de armazenamento e movimentação de produto

Contrato celebrado em 29 de abril de 2013 entre Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar e Bolognesi Participações S.A., com a Termelétrica Pernambuco III S.A. na qualidade de principal empresa autorizada.

Constitui objeto do contrato os serviços de recebimento, armazenamento, movimentação e expedição do produto Óleo Combustível OCB1 a ser adquirido pela

Usina. O combustível adquirido para posterior utilização na usina será recebido e armazenado em um tanque de capacidade de 40.000 toneladas situado no terminal portuário de Suape.

O quadro simplificado abaixo, constante no contrato, ilustra os serviços a serem prestados pelo Tequimar à contratante:



Os serviços abrangem também toda a mão de obra direta e/ou indireta necessária, bem como todos os recursos, incluindo equipamentos que se façam necessários para a execução dos mesmos.

Os custos referentes aos serviços de armazenagem e movimentação disponibilizados pelo Tequimar, apresentam as seguintes condições:

1. Serviços de armazenagem: valor referente ao espaço de armazenagem dedicada ao produto. O valor é de R\$ 776.000,00 mensais, pagos tão logo as obras do tanque de armazenagem estejam concluídas; e
2. Serviços de movimentação: valor referente aos serviços de movimentação de carga. O valor será de R\$ 6,00 por tonelada recebida no terminal de Suape.

Os valores são reajustados todo mês de setembro pelo IGP-M acumulado dos 12 meses anteriores.

O contrato também estabelece que serão necessários serviços de obras de adaptação da tancagem e da linha de píer, de forma a permitir que os serviços de armazenagem e movimentação do produto sejam executados. Estes serviços foram contratados pela Bolognesi Participações S.A. com previsão de conclusão em fevereiro de 2014.

Desta forma, para atender a necessidade de recebimento, estocagem e movimentação de óleo combustível a partir de outubro de 2013, o Tequimar disponibilizou instalações provisórias, contendo todas as facilidades requeridas, as quais poderão ser utilizadas até a conclusão das instalações definitivas.

3.3 Contrato de serviços de transporte

Contrato celebrado em 27 de março de 2013 entre Transporte Rodoviário Nordeste Ltda. e a Termelétrica Pernambuco III S.A. foi firmado pelo prazo de 60 meses, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período mediante ajuste e aditivo entre as partes.

O contrato prevê a prestação de serviços de disponibilidade de frota e transporte do óleo combustível.

O transporte do combustível do tanque situado no terminal portuário de Suape até a usina será realizado por 20 carretas de capacidade de 37 toneladas cada. A distância entre o terminal portuário e a usina é de cerca de 80 km e, de acordo com o contrato, está prevista a realização de no mínimo 1,5 viagem por carreta por dia, de modo a totalizar a entrega de 1.010 toneladas por dia, o suficiente para garantir o funcionamento contínuo da usina.

Os valores referentes aos serviços de transporte são formados por um componente fixo e um variável:

1. R\$ 6.800,00 por carreta à disposição; e
2. R\$ 34,00 por tonelada de produto transportada.

Os valores são reajustados todo mês de março pelo IGP-M acumulado dos 12 meses anteriores.

3.4 Contrato de fornecimento de equipamentos

Contrato celebrado em 9 de maio de 2012 entre Wärtsilä Finland OY e a Termelétrica Pernambuco III S.A. dispõe sobre o fornecimento de 23 motores Wärtsilä 20V32 bem como todo o equipamento e atividades técnicas relacionadas

O valor total referente a todos os equipamentos e atividades relacionadas é de € 71.600.000,00 e já inclui todos os custos referentes a transporte, seguros e fretes.

O cronograma de desembolsos, já expressos em reais, encontra-se na seção Anexos deste documento.

3.5 Contrato de bens e serviços para implantação da usina

Contrato celebrado em 18 de julho de 2012 entre Tecmon Montagens Técnicas Industriais LTDA. e a Termelétrica Pernambuco III S.A. dispõe sobre o fornecimento global de bens, serviços e equipamentos relativos à implantação do empreendimento na modalidade EPC – *Engineering, Procurement & Construction* (Engenharia, Suprimento e Construção) na modalidade “chave na mão”. De acordo com esta modalidade, também conhecida como *turn key*, a contratada assume total e completa responsabilidade por todos os bens, serviços e equipamentos necessários para colocá-los em plena disponibilidade para operação comercial.

Desta forma, o escopo do contrato compreende todos e quaisquer recursos, conhecimentos, tecnologias, metodologias, serviços de engenharia, obras civis, construções, fabricações, fornecimento de materiais, peças e equipamentos, ferramentas e infraestrutura, transportes, descarga e estocagem seguras, seguros, garantias, montagem completa dos equipamentos e materiais eletromecânicos, acessórios e auxiliares, comissionamento e teste de desempenho das instalações, treinamento próprio e de terceiros subcontratados a qualquer título para proceder à implantação da usina.

O contrato prevê a conclusão da construção da usina até o dia 31 de agosto de 2013.

O valor total do contrato é de R\$ 165.000.000,00 e já inclui todos os tributos.

O cronograma de desembolsos, já expressos em reais, encontra-se na seção Anexos deste documento.

3.6 Contrato de operação e manutenção

O contrato final referente aos serviços de operação e manutenção ainda não havia sido assinado até a conclusão deste estudo. Desta forma, foi considerado um memorando de entendimentos celebrado entre a Termelétrica Pernambuco III S.A. e a Wartsila Brasil Ltda. no dia 23 de julho de 2013 que menciona as condições já acordadas entre as partes e que estarão refletidas e detalhadas no contrato.

O memorando dispõe sobre todos os serviços de mobilização, operação e manutenção da usina, incluindo mas não se limitando a: contratação e treinamento de pessoal, recebimento, descarregamento e armazenamento de combustíveis, lubrificantes, e produtos químicos, fornecimento de consumíveis, suporte técnico de engenharia, fornecimento de infraestrutura de TI (hardware e software), fornecimento de transporte e refeições para o pessoal etc.

Os serviços estão divididos em duas fases: a fase 1 compreende as etapas de comissionamento e pré-operação da usina enquanto a fase 2 corresponde à fase de operação comercial da usina.

Os valores dos serviços descritos acima estão expressos da seguinte forma:

1. Durante a fase 1: remuneração pelos serviços de operação e manutenção será de R\$ 356.431,00 mensais;
2. Durante a fase 2, ou seja, após a entrada da usina em operação, a remuneração pelos serviços de operação e manutenção se dará de 3 formas distintas:
 - a. Remuneração fixa de R\$ 420.000,00 mensais;
 - b. Remuneração variável quando houver despacho de R\$ 3,56 por megawatt-hora de energia gerada no mês em questão; e
 - c. Remuneração de revisão das unidades geradoras. Os valores referentes à mão de obra e às peças necessárias quando da realização de cada parada para revisão estão detalhados tabela abaixo:

Parada (horas)	Valor por motor	
	Mão de obra	Peças
500	-	€ 249
1.000	-	€ 249
1.500	-	€ 249
2.000	-	€ 2.029
4.000	R\$ 44.556	€ 8.813
8.000	R\$ 46.880	€ 12.064
12.000	R\$ 338.062	€ 146.640
16.000	R\$ 81.310	€ 12.456
24.000	R\$ 420.037	€ 389.281
32.000	R\$ 107.934	€ 47.230

Os valores acima não incluem a incidência de impostos PIS/Cofins e ISS.

O contrato terá vigência de 3 anos e será automaticamente renovado por períodos sucessivos de 1 ano, salvo caso qualquer uma das partes envie uma notificação desejando o encerramento do mesmo.

3.6.1 Proposta adicional: operação e manutenção

A depender dos cenários de funcionamento da usina, o tempo de operação dos motores pode superar 32.000 horas. No entanto, o memorando de entendimentos mencionado está limitado aos valores de revisões até 32.000 horas. Desta forma, adicionalmente ao memorando de entendimentos, foi considerada uma proposta de serviços de operação e manutenção enviada pela Wartsilä Operations & Management datada de 8 de outubro de 2009 que previa os valores das revisões até 72.000 horas, suficientes para atender os cenários de maior tempo de despacho da usina.

Os valores estão detalhados na seção 6.3.5 deste documento.

3.7 Contratos de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR por disponibilidade

Os contratos de comercialização de energia em ambiente regulado – CCEAR são os contratos que regem a remuneração recebida pela usina proveniente da venda de energia.

Estes são contratos futuros de longo prazo (15 anos para energia termelétrica) estabelecidos entre os distribuidores que compõem o *pool* - agrupamento de empresas - comprador de energia e cada um dos empreendimentos vencedores do leilão, tendo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE como interveniente.

Foram firmados no total 39 contratos, cada um com uma distribuidora.

A tabela abaixo apresenta os contratos considerados bem como a distribuidora com que cada contrato foi firmado.

Contrato	Distribuidora
CCEAR Nº 9626/08 - 94387NE	Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. - AES SUL
CCEAR Nº 9628/08 - 94389NE	Ampla Energia e Serviços S.A.

CCEAR Nº 9629/08 - 94390NE	Bandeirante Energia S.A.
CCEAR Nº 9630/08 - 94391NE	CAIUÁ - Distribuição de Energia S.A.
CCEAR Nº 9631/08 - 94392NE	Companhia Energética de Alagoas - CEAL
CCEAR Nº 9632/08 - 94393NE	CEB Distribuição S.A.
CCEAR Nº 9633/08 - 94394NE	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE
CCEAR Nº 9634/08 - 94395NE	CELG Distribuição S.A.
CCEAR Nº 9635/08 - 94396NE	Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
CCEAR Nº 9636/08 - 94397NE	Companhia Energética de Pernambuco - CELPE
CCEAR Nº 9637/08 - 94398NE	Companhia de Energia Elétrica do Estado Do Tocantins – CELTINS
CCEAR Nº 9638/08 - 94399NE	Companhia Energética do Maranhão - CEMAR
CCEAR Nº 9639/08 - 94400NE	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT
CCEAR Nº 9640/08 - 94401NE	Companhia Energética do Piauí - CEPISA
CCEAR Nº 9641/08 - 94402NE	Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON
CCEAR Nº 9642/08 - 94403NE	Companhia Força e Luz Do Oeste - CFLO
CCEAR Nº 9643/08 - 94404NE	Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE
CCEAR Nº 9644/08 - 94405NE	Companhia de Eletricidade do Estado Da Bahia - COELBA
CCEAR Nº 9645/08 - 94406NE	Companhia Energética do Ceará - COELCE
CCEAR Nº 9646/08 - 94407NE	COPEL Distribuição S.A.
CCEAR Nº 9647/08 - 94408NE	Companhia Energética do Rio Grande Do Norte - COSERN
CCEAR Nº 9648/08 - 94409NE	Companhia Jaguari de Energia - CPFL JAGUARI
CCEAR Nº 9649/08 - 94410NE	Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL PAULISTA
CCEAR Nº 9650/08 - 94411NE	Companhia Piratininga de Força e Luz S.A. - CPFL PIRATININGA
CCEAR Nº 9651/08 - 94412NE	Companhia Luz e Força Santa Cruz - CPFL STA CRUZ
CCEAR Nº 9652/08 - 94413NE	Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB
CCEAR Nº 9653/08 - 94414NE	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
CCEAR Nº 9654/08 - 94415NE	Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE
CCEAR Nº 9655/08 - 94416NE	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
CCEAR Nº 9656/08 - 94417NE	Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.
CCEAR Nº 9657/08 - 94418NE	Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.
CCEAR Nº 9658/08 - 94419NE	Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
CCEAR Nº 9659/08 - 94420NE	Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.
CCEAR Nº 9660/08 - 94421NE	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL
CCEAR Nº 9661/08 - 94422NE	Espírito Santo Centrais Eletricas S.A. - ESCELSA
CCEAR Nº 9662/08 - 94423NE	Light Serviços de Eletricidade S.A. - LIGHT SESA
CCEAR Nº 9627/08 - 94388NE	Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - Amazonas ENERGIA
CCEAR Nº 9663/08 - 94424NE	Empresa De Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.
CCEAR Nº 9664/08 - 94425NE	Rio Grande Energia S.A. - RGE

À exceção da receita fixa paga por cada distribuidora, proporcional à energia contratada, os parâmetros que regem cada contrato são idênticos e estão detalhados na seção 6.2 Receita deste documento.

4. Metodologia para Análise do Fluxo de Caixa

Esta seção exibe a metodologia adotada para análise de fluxo de caixa, apresentando os conceitos de fluxo de caixa do projeto ou fluxo de caixa para a empresa e fluxo de caixa para o acionista.

A seção também trata das métricas de retorno adotadas para avaliação de resultado dos diferentes fluxos analisados no Estudo de Viabilidade, a Taxa Interna de Retorno (TIR) e o Valor Presente Líquido (VPL).

4.1 Método de Renda

O método de renda é baseado na ideia de que o valor de um ativo ou empresa é igual ao valor presente dos benefícios econômicos que este ativo ou empresa deverá oferecer ao longo do tempo.

Apesar da existência de vários outros métodos de avaliação, os mais difundidos, tanto empiricamente como na literatura, são os baseados nos valores projetados de fluxos de caixa descontados a valor presente, utilizando-se como taxa de desconto aquela que reflita adequadamente os riscos inerentes ao ativo ou empresa.

4.2 Modelo de Fluxo de Caixa Descontado

O Fluxo de Caixa Descontado é um método usado para estimar o valor econômico de uma empresa pela geração futura de caixa a ser agregada e descontada por uma taxa de desconto que reflita o custo de oportunidade dos provedores de capital.

O Fluxo de Caixa Livre para a Empresa é o fluxo de caixa disponível para o pagamento de todos os provedores de capital da empresa, ou seja, o fluxo de caixa disponível aos acionistas e credores após todos os gastos operacionais (incluindo os impostos) serem pagos e após a realização dos investimentos necessários em capital de giro e em capital fixo.

Como o FCLE é o fluxo de caixa de toda a empresa e deve remunerar tanto acionistas como credores, adota-se como taxa de desconto o custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital*, WACC). Com isso, considera-se o custo de oportunidade do capital (parcela referente ao capital próprio) e o custo de empréstimos e financiamentos (sejam eles por meio de empréstimos bancários ou debêntures, por exemplo), referente ao capital de terceiros. Após a aplicação da taxa de desconto sobre o FCLE, obtém-se o Fluxo de Caixa Descontado para a Empresa (FCDE) e sua soma corresponde ao VPL da empresa ou valor da companhia (*firm value*).

Já o Fluxo de Caixa Livre para o Acionista (FCLA) expressa o fluxo de caixa disponível para os acionistas após o pagamento de todas as despesas operacionais, despesas financeiras, além dos investimentos em capital de giro e em capital fixo. Neste caso, a taxa de desconto deve considerar o custo de oportunidade do acionista – conhecida como custo de capital próprio, usualmente estimada pelo modelo *Capital Asset Pricing Model*, CAPM na sigla em inglês. Esse fluxo descontado é conhecido como Fluxo de Caixa Descontado para o Acionista (FCDA) e sua soma corresponde ao valor de 100% das participações societárias na companhia (*equity value*)

4.3 Metodologia para cálculo de Fluxo de Caixa Descontado (FCD)

O método do FCD é reconhecido como o que mais apropriadamente traduz o valor econômico de um empreendimento com possibilidade de operação, seja ele uma empresa ou um negócio integrante de uma estrutura maior, esteja ele em fase operacional ou de projeto, e é tido como o modelo que melhor determina o valor relativo entre companhias.

Segundo Damodaran (2006), “essa abordagem é mais utilizada pelos acadêmicos e possui as melhores credenciais teóricas”¹.

Geralmente podemos classificar o fluxo de caixa de um projeto em: investimento inicial; fluxo de caixa durante a vida econômica do projeto; e fluxo de caixa terminal.

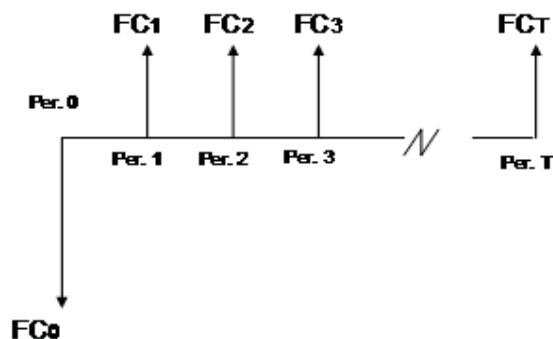
¹ Original, em inglês: “*This approach gets the most plait in academia and comes with the best theoretical credentials*” (tradução livre). DAMODARAN, A. *Valuation Approaches and Metrics: A Survey of the Theory and Evidence*.

Investimentos Iniciais (FC0): referem-se aos dispêndios associados à implantação do projeto, tais como compra de terrenos, construção de fábricas e depósitos, aquisição e instalação de máquinas e equipamentos, despesas pré-operacionais, bem como investimentos em capital de giro.

Fluxos de caixa durante a vida econômica do projeto (FC t): referem-se às entradas líquidas de caixa durante a vida econômica do projeto. O fluxo de caixa é o resultado do recebimento de caixa referente às vendas da empresa menos o pagamento de seus custos e despesas operacionais, impostos, investimentos e, no caso do fluxo de caixa ao acionista, custo com capital de terceiros (juros e amortização do principal).

Fluxo de caixa terminal (FC T): refere-se às entradas líquidas de caixa ao final da vida econômica do projeto, ou seja, o recebimento pela eventual venda dos ativos operacionais da companhia, e recuperação do capital de giro investido.

Figura 3. Exemplo de fluxo de caixa



O Valor Presente Líquido representa o valor adicionado pelo projeto à companhia. Se o projeto apresenta VPL positivo, o projeto adiciona valor à mesma. Se o projeto apresentar VPL negativo, o mesmo irá reduzir valor na companhia caso executado, portanto a decisão racional é rejeitar o projeto. O VPL de um projeto pode ser calculado como:

Figura 4. Fórmula de cálculo do VPL

$$VPL = \sum_{t=1}^n \frac{FC_t}{(1+i)^t}$$

Ou seja, se os fluxos futuros trazidos à taxa de retorno requerida resultam em um valor superior aos investimentos iniciais, então o VPL será positivo e o projeto é viável.

Caso contrário, se os fluxos futuros trazidos à taxa de retorno requerida resultam em um valor inferior aos investimentos iniciais, o projeto não gera o retorno mínimo requerido e, portanto, não é viável.

4.4 A Taxa Interna de Retorno

A TIR consiste na taxa de desconto que, utilizada para descontar os fluxos de caixa projetados e trazê-los a valor presente, gera um VPL do projeto igual à zero. Ou seja, é uma taxa de desconto hipotética que, quando aplicada a um fluxo de caixa, faz com que os valores das despesas, trazidos ao valor presente, seja igual aos valores dos retornos dos investimentos, também trazidos ao valor presente.

A TIR é utilizada para analisar projetos de investimento ou diferentes cenários para o mesmo investimento. Compara-se, assim, a taxa de retorno de cada fluxo. Na análise de projeto a projeto, aqueles cujo fluxo de caixa apresentar uma TIR maior do que a o custo de oportunidade do capital, também chamado de taxa mínima de atratividade, deveriam ser escolhidos.

5. Taxa de Desconto

O fluxo de caixa do acionista descontado pelo custo do capital próprio, que é o custo de oportunidade do capital do acionista. Ele é utilizado para trazer o fluxo de caixa do acionista a valor presente.

Para o cálculo do custo do capital próprio, ou do acionista, a metodologia mais amplamente aceita é a derivada do modelo CAPM adaptado ao mercado nacional por meio da inclusão do componente risco-país. O CAPM tem por objetivo mensurar a remuneração exigida sobre um ativo que não seja livre de risco (ativo que possui risco sistemático, não diversificável)², expresso na equação abaixo:

$$(1) r_E = r_f + \beta [r_m - r_f] + r_P$$

Sendo:

r_E é o retorno esperado do ativo;

r_f é a taxa livre de risco (*risk-free*);

r_m é o retorno esperado do portfólio de mercado (portfólio composto por todos os ativos do mercado). A diferença $[r_m - r_f]$ é o prêmio de mercado;

β representa o risco não diversificável do ativo, medido por meio da sensibilidade de determinado setor/empresa em relação aos movimentos de mercado.

r_P é o risco país.

A seguir serão apresentadas as premissas para elaboração de cada um dos componentes do custo de capital do acionista neste trabalho.

5.1.1 Taxa livre de risco

O conceito da Taxa Livre de Risco (*risk-free rate*) deve ser entendido como a rentabilidade de um ativo que não apresenta qualquer tipo de incerteza quanto ao seu retorno futuro, isto é, um ativo cujo risco associado à sua remuneração é igual a zero.

² Bodie, Z.; Kane, A.; Marcus, A. (2009). *Investments*. McGraw-Hill/Irwin, 8 ed., 2008.

Não existe, no entanto, um ativo que satisfaça essa condição (variância do retorno igual a zero). Mesmo os títulos do governo americano, considerados sem risco de inadimplência (*default-free bonds*), não garantem uma rentabilidade fixa, pois, dado que esse papel pode ser comercializado num mercado secundário, seu preço pode variar ao longo de sua maturação, e por consequência, também pode variar o seu retorno.

Apesar da inexistência do ativo livre de risco “puro”, é comum empregar o título de dívida americano como uma *proxy*, ou seja, a melhor aproximação.

A taxa livre de risco foi formada pelos *yields to maturity* do título de dívida americano de 10 anos (T-Note 10 anos), uma vez que este título é, por definição, o investimento que apresenta o menor risco possível.

5.1.2 Prêmio de mercado

O prêmio de mercado é a compensação necessária para que haja investimento em um determinado setor, ou seja, que compense seu risco inerente. Neste trabalho, este prêmio foi baseado na média, acumulada desde 1928 até o ano da estimativa (2010), da diferença entre o retorno esperado de mercado (rentabilidades da S&P 500) e a taxa livre de risco.

5.1.3 Beta e alavancagem

O beta é uma medida da volatilidade de uma ação em comparação com a volatilidade do mercado como um todo. Usualmente se obtém o beta desalavancado da ação, isto é, a medida de risco de uma ação em comparação com o mercado, considerando que a empresa não possui dívidas. Ou seja, elimina-se qualquer vantagem que a empresa teria por ter dívida (capital de terceiros) em sua estrutura de capital, visto que, via de regra, o custo de capital de terceiros é menor que o custo de capital próprio. A estimação do beta desalavancado foi obtida a partir da comparação do desempenho de outras empresas do setor elétrico listadas na bolsa de São Paulo BM&F Bovespa com as variações semanais do índice Ibovespa nos últimos 2 anos.

5.1.4 Risco-país

O risco país é a soma dos riscos associados ao investimento em determinado país. Ou seja, os fatores que podem frustrar um determinado rendimento esperado em um país específico. Esses riscos incluem aspectos como risco político e institucional, risco de variações cambiais significativas e risco econômico.

Dentre outras formas de se mensurar o Prêmio de Risco País, o índice *Embi³+Brazil* é o mais empregado como *proxy* desse prêmio. O Embi foi idealizado pelo JPMorgan como um *benchmark* para medir o desempenho dos títulos da dívida dos países emergentes que são denominados em dólar. Esse desempenho é medido pela diferença do retorno desses papéis em relação aos títulos da dívida americana e quanto menor for essa diferença menor é o risco de *default* percebido pelo mercado⁴.

No presente trabalho, para a mensuração do risco-país, foram utilizados a média dos valores do EMBI+Br.

5.1.5 Inflação

Além destes ajustes (CAPM acrescido do risco país, do risco regulatório e do prêmio de porte), ajustamos o custo do capital para termos nominais, em moeda nacional, subtraindo a inflação americana (CPI) e adicionando a inflação brasileira (IPCA).

5.2 CAPM

Os custos do capital próprio obtidos a partir da metodologia apresentada estão descritos na seção ANEXOS deste documento.

5.3 WACC

³ *Emerging Markets Bond Index Plus*

⁴ Ainda que o Embi+Brazil seja uma medida parcimoniosa e amplamente adotada, é preciso destacar que não reflete por completo a qualidade das instituições, tornando visível sua insuficiência para medir o risco-país. Ademais, a classificação do Embi+ leva em conta a capacidade do país de honrar seus compromissos em dólar. Ou seja, países com elevada entrada de dólares, mas com instituições piores que as brasileiras, podem possuir um Embi+ menor por conta de uma melhor capacidade de pagamento decorrente, por exemplo, da exportação de petróleo e outras *commodities*.

O *Weighted Average Cost of Capital* é um modelo que considera tanto o custo do capital próprio quanto o custo de capital de terceiros para calcular o custo de capital da empresa. Utiliza-se o WACC para calcular a taxa de desconto do fluxo de caixa da firma, fluxo disponível para o pagamento de todos os provedores de capital da empresa, ou seja, o fluxo de caixa disponível aos acionistas e aos credores após todos os gastos operacionais (incluindo os impostos) serem pagos e após a realização dos investimentos necessários em capital de giro e em capital fixo.

Para a estimação do custo de capital da empresa, adicionalmente ao custo de capital do acionista (ou próprio), aplica-se a seguinte fórmula:

$$WACC (post tax) = \frac{E}{E + D} \cdot r_e + \frac{D}{E + D} \cdot r_d \cdot (1 - t)$$

Sendo:

E é o capital próprio;

D é a dívida;

t é a alíquota de impostos diretos nacional;

r_e é o custo do capital próprio; e

r_d é o custo da dívida.

Os custos médios ponderados de capital obtidos a partir da metodologia apresentada estão descritos na seção ANEXOS deste documento.

6. Modelo Econômico Financeiro

Com base nas informações apresentadas e no método de definição do valor apresentado anteriormente, o modelo financeiro que sustentou a avaliação da UTE Pernambuco III foi desenvolvido tendo como principais insumos as informações apresentadas nos próximos itens dessa seção.

Esse modelo foi construído utilizando valores nominais, cujos índices de reajustes se basearam nas projeções da LCA.

A fim de permitir a incorporação de fatores que ocorrem de forma discricionária em determinados meses do ano (por exemplo, reajustes de valores recebidos ou de valores devidos a fornecedores), o modelo foi construído a partir de fluxos mensais.

A data base utilizada no modelo é 31 de dezembro de 2011, que caracteriza o período imediatamente anterior ao início dos desembolsos referentes ao projeto, ou seja, permite incorporar na análise os principais investimentos já incorridos de forma que a remuneração dos mesmos também seja levada em consideração nesta análise. O fim do período considerado para cálculo dos fluxos foi o fim do período de concessão, ou seja, dezembro de 2027. Após este período, foi considerada a venda dos ativos imobilizados pelo valor contábil. Por se tratar de um projeto com prazo definido de encerramento não há o conceito de perpetuidade.

6.1 Premissas operacionais

Seguem abaixo as principais premissas operacionais consideradas:

Potência Instalada		200,79 MW
(-) TEIF - Taxa de Indisponibilidade Forçada	1,00%	2,0 MW
(-) IP - Indisponibilidade Programada	2,00%	4,0 MW
Disponibilidade de Geração	97,00%	194,7 MW
(-) Consumo Interno	3,00%	5,8 MW
(-) Perdas na LT	0,20%	0,4 MW
(-) Perdas ao CG	1,80%	3,4 MW
Disponibilidade de Geração no CG		185,2 MW

Potência Líquida Injetada		188,5 MWm
Garantia Física / Lastro	56,07%	109,2 MWm
(-) Consumo Interno	3,00%	3,3 MW
(-) Perdas na LT	0,20%	0,2 MW
(-) Perdas ao CG	1,80%	1,9 MW
Garantia Física no CG		103,8 MWm
Lote Máximo		104,0 MWm
Combustível:	Óleo Combustível B1	
Consumo de combustível:	209 kg/MWh	
Litros / barril	158,99	

6.2 Receita

Os parâmetros da remuneração proveniente da venda de energia são estabelecidos pelos contratos de comercialização de energia em ambiente regulado – CCEAR, estabelecidos entre os distribuidores (compradores de energia) e os empreendimentos vencedores do leilão (vendedores de energia).

Existem duas modalidades de CCEAR: por quantidade ou por disponibilidade.

Os CCEAR para as termelétricas são realizados na modalidade CCEAR por disponibilidade. Nesta modalidade de contratação os custos decorrentes dos riscos hidrológicos são assumidos pelos agentes compradores (distribuidoras). Sendo assim, os agentes geradores de energia são pagos de acordo com sua quantidade de energia assegurada e não apenas com base na energia efetivamente gerada.

Desta forma, a receita da usina é composta pela receita fixa, destinada a cobrir os custos fixos da usina, incluídos custos de amortização dos investimentos realizados, e pela parcela variável, vinculada ao seu custo de operação e manutenção que, por sua vez, varia em função da quantidade de energia gerada (do qual se destaca o custo do combustível).

Ambas as parcelas são pagas mensalmente sendo que a parcela variável será recebida somente em caso de despacho por parte do ONS.

Para o cálculo da receita foi considerada a energia disponível para venda de 185,15 MWm, que desconta perdas e a energia utilizada para consumo interno.

6.2.1 Despacho

O ONS, entidade autônoma que substituiu o GCOI, é responsável pela coordenação da operação das usinas e redes de transmissão do Sistema Interligado Nacional (SIN). Para tanto, realiza estudos e projeções com base em dados históricos, presentes e futuros da oferta de energia elétrica e do mercado consumidor. Para decidir quais usinas devem ser despachadas, opera o Newave, programa computacional que, com base em projeções, elabora cenários para a oferta de energia elétrica.

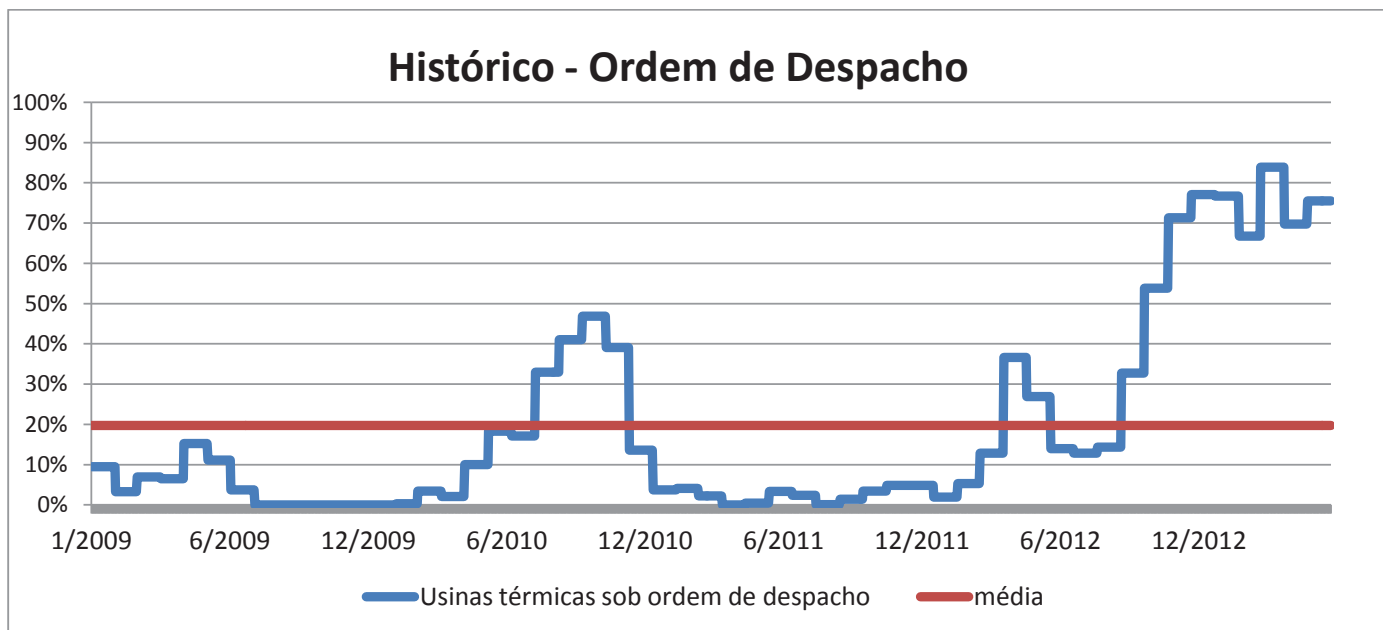
Desta forma, usinas hidrelétricas e termelétricas integradas ao SIN operam em regime de complementaridade. Cabe ao ONS a determinação do despacho: definição de quais usinas devem operar e quais devem ficar de reserva de modo a manter, permanentemente, o volume de produção igual ao de consumo. A energia hidrelétrica, mais barata e mais abundante no Brasil, é prioritária no abastecimento do mercado. As termelétricas, de uma maneira geral, são acionadas para dar reforço em momentos chamados como picos de demanda (em que o consumo sobe abruptamente) ou em períodos em que é necessário preservar o nível dos reservatórios – ou o “estoque de energia”.

Como não faz parte da proposição deste documento uma análise detalhada sobre as possibilidades e probabilidades de despacho da usina ao longo dos 15 anos de contrato, foram considerados, para a construção do modelo de avaliação da viabilidade da UTE Pernambuco III, três cenários de despacho: um cenário base e dois cenários extremos.

O cenário base foi construído a partir da análise histórica do período durante o qual as usinas termelétricas permaneceram despachadas.

O gráfico abaixo mostra a média mensal da relação ao longo do tempo entre usinas térmicas sob despacho do ONS e usinas térmicas em funcionamento. Foram desconsideradas as usinas termonucleares Angra I e Angra II. Os dados foram obtidos a partir dos boletins diários de operação do ONS⁵.

⁵ Os boletins estão disponíveis no endereço http://www.ons.org.br/resultados_operacao/boletim_diario/



Fonte: ONS
Elaboração: LCA

Apesar de não haver um padrão, uma vez que as ordens de despacho dependem fundamentalmente dos regimes hidrológicos, a média histórica de usinas que se encontravam despachadas no período de janeiro de 2009 a maio de 2013 é de 19,7% ou 72 dias no ano.

Um outro fator a se considerar é o panorama de despacho no curto prazo. Embora, como colocado anteriormente, haja dificuldade em prever cenários de despacho da usina ao longo dos 15 anos do projeto, é possível ter uma ideia mais precisa do cenário de despacho quando considerado um horizonte mais curto.

De acordo com apresentação realizada pelo ONS em reunião do Conselho Nacional de Política Energética ocorrida no dia 25 de junho, devido ao atraso das chuvas e à atual situação dos reservatórios das hidrelétricas, o despacho térmico pleno, como vem sendo praticado quando da confecção deste documento, deverá continuar ao longo do ano para que o nível meta de 47% de armazenamento em novembro seja atingido no Sudeste/Centro-Oeste. É razoável, desta forma, supor que a usina produza eletricidade ao longo do primeiro ano seguinte à sua entrada em operação comercial, prevista para outubro. Para os anos seguintes, foi considerada a média histórica de 72 dias de despacho por ano.

Já os cenários alternativos consideram situações de acordo com a qual a usina operaria 1) sem ser despachada; 2) despachada o dobro do tempo da média histórica;

e 3) despachada o triplo do tempo da média histórica. A distribuição dos dias de despacho ao longo dos meses obedeceu também à média histórica de despacho em cada mês. Os resultados referentes às simulações considerando os cenários alternativos estão detalhados na seção SIMULAÇÕES deste Estudo de Viabilidade.

	Despacho
Cenário base	100% no 1º ano e 72 dias/ano nos anos seguintes
Cenário Alternativo I	0 dias/ano
Cenário Alternativo II	144 dias/ano
Cenário Alternativo III	216 dias/ ano

6.2.2 Receita Fixa

Estabelecida no leilão A-5 de 2008 a receita fixa da UTE Pernambuco III, cuja data-base é janeiro de 2008, de R\$ 74.607.104,00). O primeiro pagamento é determinado pelo início das operações em outubro de 2013.

A inflexibilidade da usina é de 0MW, desta forma não há receita associada à inflexibilidade.

A atualização monetária da parcela da receita fixa será realizada anualmente pelo IPCA, tendo como mês de reajuste o mês de novembro.

6.2.3 Receita Variável

A composição da receita variável é igual ao produto da quantidade de energia entregue pela usina pelo chamado custo variável unitário.

O custo variável unitário compõe-se de duas parcelas, conforme a equação:

$$Cvar = CComb + CO\&M$$

Onde:

- (i) CComb: é a parcela do custo variável unitário vinculada ao custo de combustível; e
- (ii) CO&M: é a parcela do custo variável unitário vinculada demais custos

variáveis.

6.2.3.1 Parcela Combustível

A parcela do custo variável unitário vinculada ao custo de combustível, CComb, será obtida segundo a seguinte fórmula:

$$CComb_M = i \cdot P_v \cdot ev$$

Onde:

M: é o mês em que ocorrer o despacho de geração;

P_v: é o Preço Médio de Referência do Combustível, definidos pela média mensal da cotação do preço do óleo combustível equivalente no mercado internacional - USGulf (No. 6 1.0% USG Waterborne Platts Mid).

ev: é a taxa de câmbio média da venda do dólar dos Estados Unidos da América; e

i: é o fator de conversão, no caso, 1,8678, constante ao longo do tempo.

Vale ressaltar que os componentes variáveis P_v e ev utilizados para a apuração da receita também são utilizados para apuração do custo, de acordo com o contrato de fornecimento de combustível firmado com a BP. Desta forma, o risco de variação cambial ou do preço do combustível é consideravelmente diluído. Uma vez que há enorme dificuldade na projeção do comportamento do preço de derivados do petróleo devido a 1) forte relação com fatores imprevisíveis tais como nível de produção/ociosidade determinado pela OPEP, câmbio (ainda que o preço seja cotado em dólar, por ser produzido em regiões diferentes dos Estados Unidos, a força da moeda americana frente às outras moedas tem influência na cotação da commodity), guerras, descoberta de novas reservas, desenvolvimento de fontes de energia alternativas, entre outros; e 2) longo horizonte considerado no projeto, o cenário base considerado para a construção do modelo presume que os preços do combustível permanecerão estáveis ao longo do tempo em 96,47 dólares por barril (data base: março/2013).

Ainda assim, para fins de simulação, foram considerados 3 cenários alternativos para o comportamento do preço do óleo, todos em função das projeções do preço do barril de petróleo BRENT⁶:

	Preço do óleo
Cenário base	Estável
Cenário Alternativo I	segue variação do preço do barril de petróleo BRENT
Cenário Alternativo II	segue variação do preço do barril de petróleo BRENT + 5% ao ano
Cenário Alternativo III	segue variação do preço do barril de petróleo BRENT - 5% ao ano

Os resultados referentes às simulações considerando os cenários alternativos estão detalhados na seção SIMULAÇÕES deste Estudo de Viabilidade.

6.2.3.2 Parcela O&M

A parcela do custo variável unitário inicial vinculada aos demais custos variáveis (CO&M) foi fixada em R\$ 10,00 por megawatt-hora, referente a janeiro de 2008 e reajustado anualmente pelo IPCA.

6.3 Custos e Despesas

Para apuração dos custos e despesas foi considerada a capacidade de geração da usina, de 194,7 MWm (superior à quantidade disponível para venda, que desconta perdas e consumo próprio).

⁶ Projeções realizadas pela LCA Consultores

6.3.1 Custo do Combustível

Conforme apresentado na seção 3.1 deste estudo, o preço do combustível se dará pela soma de dois componentes principais:

1. preço do barril de combustível; e
2. custo do transporte. referente a um valor adicional por barril que varia de US\$ 6 a US\$ 6,55. Na construção do modelo, para fins de conservadorismo, foi considerado o maior valor adicional, ou seja, de US\$ 6,55 por barril.

Não foi considerado nenhum tipo de renegociação decorrente de mudanças substancial no mercado de frete.

Foi considerada a necessidade de 209 litros (ou 1,32 barril) de óleo por megawatt-hora produzido.

6.3.1 Terminal

De acordo com o contrato descrito na seção 3.2 deste documento, os custos referentes ao serviço de armazenagem disponibilizado pelo Tequimar, do grupo Ultracargo, apresentam as seguintes condições:

1. Serviços de armazenagem, no valor de R\$ 776.000,00 mensais, pagos a partir de outubro de 2013; e
2. Serviços de movimentação, no valor de R\$ 6,00 por tonelada recebida no terminal de Suape.

Os valores são reajustados todo mês de setembro pelo IGP-M acumulado dos 12 meses anteriores.

6.3.2 Logística

Conforme apresentado na seção 3.3 deste documento, o transporte do combustível do tanque situado no terminal portuário de Suape até a usina será realizado por 20 carretas. Os valores referentes aos serviços de transporte são formados por um componente fixo e um variável:

1. R\$ 6.800,00 por carreta à disposição; e
2. R\$ 34,00 por tonelada de produto transportada.

Os valores são reajustados todo mês de março pelo IGP-M acumulado dos 12 meses anteriores.

6.3.3 Seguros

O valor referente ao seguro é de 0,4% do total dos investimentos segurados por ano, pagos mensalmente. De acordo com a diretoria de implantação do da usina, a estimativa de 0,40% reflete adequadamente as condições de mercado e está alinhado com os demais seguros realizados pelo Grupo Bolognesi nos seus respectivos ativos/projetos.

6.3.4 Operação e Manutenção

Conforme apresentado na seção 3.6 deste documento os serviços de operação e manutenção apresentam um componente fixo e um variável, de acordo com as seguintes condições:

1. Remuneração fixa:
 - R\$ 356.431,00 mensais no período pré-operacional, e
 - R\$ 420.000,00 mensais após a entrada da usina em operação.
2. Remuneração variável:
 - \$ 3,56 por megawatt-hora de energia gerada no mês em questão

Os valores dos serviços descritos acima estão expressos da seguinte forma:

1. Durante a fase 1: remuneração pelos serviços de operação e manutenção será de R\$ 356.431,00 mensais
2. Durante a fase 2, ou seja, após a entrada da usina em operação, a remuneração pelos serviços de operação e manutenção se dará de 3 formas distintas:
 - a. Remuneração fixa de R\$ 420.000,00 mensais;
 - b. Remuneração variável quando houver despacho de R\$ 3,56 por megawatt-hora de energia gerada no mês em questão; e

Os valores são reajustados todo mês de julho pelo IGP-M acumulado dos 12 meses anteriores.

6.3.5 Overhaul

Com o objetivo de garantir a segurança e o funcionamento da usina, além dos serviços contínuos de operação e manutenção, estão previstas também paradas para revisão geral (Overhaul) dos motores da usina após estes terem atingidas determinados tempos de operação.

Número de Motores	23
Impostos Mão de obra	14,25%
Impostos Peças	26,25%

Os valores das revisões referentes a cada parada estão apresentados na seguinte tabela de custos:

	Valor por motor				Valor total	
	Sem impostos		Com impostos			
Parada (horas)	Mão de obra	Peças	Mão de obra	Peças	Mão de obra	Peças
500	-	€ 249	-	€ 337	-	€ 7.754
1.000	-	€ 249	-	€ 337	-	€ 7.754
1.500	-	€ 249	-	€ 337	-	€ 7.754
2.000	-	€ 2.029	-	€ 2.751	-	€ 63.265
4.000	R\$ 44.556	€ 8.813	R\$ 51.960	€ 11.949	R\$ 1.195.088	€ 274.834
8.000	R\$ 46.880	€ 12.064	R\$ 54.671	€ 16.358	R\$ 1.257.423	€ 376.232
12.000	R\$ 338.062	€ 146.640	R\$ 394.241	€ 198.834	R\$ 9.067.552	€ 4.573.184
16.000	R\$ 81.310	€ 12.456	R\$ 94.822	€ 16.890	R\$ 2.180.910	€ 388.465
24.000	R\$ 420.037	€ 389.281	R\$ 489.839	€ 527.839	R\$ 11.266.299	€ 12.140.298
32.000	R\$ 107.934	€ 47.230	R\$ 125.871	€ 64.041	R\$ 2.895.023	€ 1.472.947

Para paradas a partir de 48.000 horas, foram considerados valores, conforme proposta enviada pela Wärtsilä Operations & Management mencionada na seção 3.6.1. Uma vez que a proposta é datada de 8 de outubro de 2009, os valores foram reajustados pelo IGP-M acumulado de outubro de 2009 a de julho de 2013, data da assinatura do memorando de entendimento que baliza os demais valores.

Os valores das revisões referentes às paradas a partir de 48.000 horas estão apresentados na seguinte tabela de custos:

	Valor por motor				Valor total	
	Sem impostos		Com impostos			
Parada (horas)	Mão de obra	Peças	Mão de obra	Peças	Mão de obra	Peças
48.000	R\$ 991.149	€ 1.224.527	R\$ 1.155.859	€ 1.295.760	R\$ 26.584.755	€ 29.802.480
60.000	R\$ 474.789	€ 1.976.361	R\$ 553.690	€ 2.091.329	R\$ 12.734.865	€ 48.100.563
72.000	R\$ 982.944	€ 1.907.730	R\$ 1.146.290	€ 2.018.705	R\$ 26.364.679	€ 46.430.217

Todos os valores são reajustados todo mês de julho pelo IGP-M acumulado dos 12 meses anteriores.

6.3.5.1 Conta reserva Overhaul

Os valores referentes aos serviços de revisão são consideravelmente elevados e podem, a depender da cotação do euro, superar os R\$ 100 milhões, o que poderia gerar um impacto considerável sobre os resultados do projeto.

De forma a atenuar o impacto que estes custos viriam a ter sobre o fluxo de caixa do projeto, será criada uma conta reserva. Uma vez que os valores de cada parada já estão definidos, é possível saber o valor a ser desembolsado quando da próxima revisão. Desta forma, o tempo de funcionamento dos motores será apurado mensalmente e um valor proporcional ao respectivo custo dos serviços de revisão será provisionado e depositado na conta reserva.

Em caso de haver paradas para revisão, os valores referentes aos serviços de mão de obra e peças já estarão provisionados e serão subtraídos da conta reserva, sem ônus para o fluxo de caixa do período.

Para os valores depositados na conta reserva, foi considerado rendimento igual ao CDI.

6.4 Impostos

Segundo a Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013, a empresa cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido de até R\$ 78 milhões poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido. Uma vez que a receita bruta da usina supera

este limite (mesmo sem haver despacho por parte do ONS), o regime de tributação considerado para apuração dos lucros foi o regime de lucro real.

6.4.1 Impostos Indiretos

Foram consideradas as seguintes alíquotas de impostos indiretos, incidentes sobre o total da receita apurada no período:

PIS	1,65%
Cofins	7,60%

Também foi considerado que os custos de combustível, operação e manutenção (parcela variável) e revisão (overhaul), sobre os quais também há incidência de PIS e Cofins, geram créditos a serem compensados nos períodos posteriores.

6.4.2 Impostos Diretos

A Usina contará com incentivo fiscal concedido pela Sudene que prevê a redução de 75% da alíquota do imposto de renda para novos empreendimentos. Este benefício tem duração de 10 anos e foi considerado entre janeiro de 2014 e dezembro de 2023.

Desta forma, as alíquotas efetivas consideradas Foram as seguintes:

Contribuição Social:	9,00%	
Imposto de Renda:	até 2023	após 2023
15% sobre Lucro Tributável	3,75%	15,00%
10% sobre Lucro Tributável acima de R\$ 240.000	2,50%	10,00%

6.4.3 Encargos Setoriais

6.4.3.1 TUST

A Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão foi definida pela resolução homologatória da ANEEL nº 690, de 12 de agosto de 2008, que estabeleceu a TUST de energia elétrica para as centrais geradoras que participaram do leilão A-5 de 2008. Os valores definidos para a UTE Pernambuco III são apresentados na tabela a seguir:

	01/07/2012 a 30/06/2013	01/07/2013 a 30/06/2014	01/07/2014 a 30/06/2015	01/07/2015 a 30/06/2016	01/07/2016 a 30/06/2017	01/07/2017 a 30/06/2018	01/07/2018 a 30/06/2019	01/07/2019 a 30/06/2020	01/07/2020 a 30/06/2021	01/07/2021 a 30/06/2022
R\$/kW mês	3,429	3,365	3,301	3,237	3,173	3,173	3,173	3,173	3,173	3,173

Os valores são pagos mensalmente e reajustados no mês de julho pelo IPCA acumulado dos 12 meses anteriores.

6.4.3.2 TFSEE

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. Os valores são pagos mensalmente e reajustados no mês de julho pelo IPCA acumulado dos 12 meses anteriores.

TFSEE - Benefício Econômico	R\$ 385,73 / kW
Data base:	jul/11
Mês de reajuste	Julho
Alíquota	0,40%

6.4.3.3 ONS+CCEE

Além dos encargos relativos ao uso das instalações da rede básica, as distribuidoras pagam mensalmente valores relativos ao custeio das atividades do ONS e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

ONS + CCEE (% sobre a Receita Bruta)	0,20%
--------------------------------------	-------

6.4.3.4 P&D

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de energia elétrica são obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% (setenta e cinco

centésimos por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) em programas de eficiência energética no uso final.

P&D (% sobre a Receita Operacional Líquida)	1,00%
---	-------

6.5 Investimentos

A construção da Usina Termelétrica Pernambuco III necessita de altos investimentos de recursos, da ordem de R\$ 400 milhões.

Detalhamos o cronograma de desembolsos para o investimento no Anexo II – Desembolsos de investimentos.

Abaixo destacamos as principais aplicações de recursos.

Investimentos (R\$)	
EPC Nacional	179.135.870
EPC com impostos	165.000.000
Transformadores, sobressalentes	14.135.870
EPC Importado	190.433.443
EPC Wäertsilä - Parte Importada	190.433.443
Linha de Transmissão	136.667
Logística e impostos	15.511.573
Pré-operacionais	4.949.384
Seguro e taxas	700.000
Compensação Ambiental	3.000.000
Outros	6.333.333
Contingências	6.333.333
Total	400.200.271

6.6 Depreciação

O cálculo da depreciação foi baseado na vida útil de cada bem do investimento em conformidade com a tabela apresentada pela ANEEL abaixo:

Taxa de depreciação anual	
Itens	ANEEL
Fornecimento - Estrangeiro	3,3%
Fornecimento - R\$	3,3%
Compras - R\$	5,0%
Despesas SPE - R\$	5,0%

2013 é o único período em que essa despesa totaliza R\$ 5.483.321, a partir de 2014, a depreciação anual se estabiliza até o fim do período de concessão no valor total de R\$ 13.461.315, conforme tabela abaixo:

Depreciação anual (R\$)	2013	2014 - 2027
Fornecimento - Estrangeiro	2.612.960	6.284.304
Fornecimento - R\$	2.575.285	6.427.876
Compras - R\$	88.712	247.469
Despesas SPE - R\$	206.364	501.667
Total	5.483.321	13.461.315

Para fins fiscais, ou seja, para a apuração e recolhimento de IR e CSLL, em uma concessão é possível utilizar uma despesa de depreciação acelerada como forma de incentivo ao projeto, desta forma, as taxas de depreciação foram calculada levando em consideração os 15 anos de concessão, ou o equivalente a 6,67% ao ano Os valores utilizados estão descritos abaixo.

Depreciação Fiscal (R\$)	2013	2014 - 2027
Fornecimento - Estrangeiro	5.278.707	12.695.563
Fornecimento - R\$	5.202.597	12.985.607
Compras - R\$	118.283	329.959
Despesas SPE - R\$	275.152	668.889
Total	10.874.738	26.680.018

6.7 Capital de Giro

A necessidade de capital de giro foi calculada a partir do descasamento temporal existente entre o pagamento pela compra do combustível e o recebimento pela energia gerada.

O pagamento pela energia gerada pela usina ocorrerá de acordo com as seguintes condições:

1. Primeira parcela: vencimento no dia 20 do mês seguinte ao mês do suprimento considerado;
2. Segunda parcela: vencimento no dia 30 do mês seguinte ao mês do suprimento considerado; e
3. Terceira parcela: vencimento no dia 15 do segundo mês seguinte ao mês do suprimento considerado.

Desta forma, o prazo médio para recebimento é de aproximadamente 62 dias após o início da geração de energia.

O contrato de fornecimento de combustível firmado com a BP prevê que o prazo para entrega do combustível no terminal portuário de Suape pode ser de 20 ou 30 dias (sendo o prazo mais curto o que apresenta o maior custo de frete). Como durante a construção do modelo foi considerado o maior valor de frete será considerado para o cálculo da necessidade de capital de giro o mesmo prazo de entrega considerado na seção 6.3.1, ou seja, 20 dias. O pagamento à BP, em um cenário também conservador, deve ocorrer 3 dias antes do início do carregamento da carga. Após chegar ao terminal portuário, foi considerado também 1 dia adicional referente ao descarregamento e transporte do combustível até a usina. Desta forma, o prazo médio para pagamento do combustível é de aproximadamente 24 dias antes do o início da geração de energia.

Uma vez que a notificação definitiva por parte da ONS ocorre 12 dias antes do início do despacho, parte da necessidade de capital de giro - 12 dias (24 dias para recebimento do combustível – 12 dias referentes à notificação definitiva de despacho) - será constituída por estoque de combustível. Este estoque inicial pode ser maior a depender do cenário de despacho, uma vez que a entrega mínima de combustível é de 250.000 barris (aproximadamente 40 dias de estoque).

Para os demais itens de custo foi considerado um prazo para pagamento médio de 30 dias.

Recebimentos

	Varia com:	Prazo méd.
Clientes	Venda de energia	62
Estoques	Custo do Combustível (Máximo - 100% despacho)	12 (mínimo)
Adiantamento a Fornecedor	Custo do Combustível efetivo	12

Pagamentos		
	Varia com:	Prazo méd.
Fornecedores	Custos e despesas (ex Combustível)	30

6.8 Financiamento

Duas formas de aporte de capital foram consideradas nesse projeto, a primeira por meio de integralização de capital por parte dos sócios do projeto, a segunda por dívida captada em bancos (empréstimos ponte) e pelo lançamento de uma debênture.

O aporte de capital pelos sócios totaliza R\$ 100.500.271,00, e foi realizado durante o ano de 2012.

6.8.1 Empréstimos ponte

Até a emissão da debênture, prevista para novembro de 2013, o projeto necessita de capital para financiar os investimentos: os empréstimos-ponte. Estes empréstimos foram captados a uma taxa indexada ao CDI com um spread de 2,75% ao ano e com pagamento Bullet quando da emissão da debênture. Estes empréstimos foram captados junto às instituições financeiras Caixa e Itaú BBA conforme o cronograma abaixo:

Empréstimos ponte (R\$)	
ago-12	1.730.345
set-12	26.458.081
out-12	90.000.000
jan-13	180.000.000
Total	298.188.426

6.8.2 Debêntures

A principal fonte de financiamento do projeto se dará via emissão de debêntures no valor total previsto de R\$ 300 milhões.

As principais características da emissão, detalhadas no documento “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A.”, estão descritas a seguir.

Serão emitidas quatro séries de debêntures, cada uma no valor de R\$ 75 milhões, perfazendo o valor total de R\$ 300 milhões. A emissão da debênture está prevista para ocorrer em novembro de 2013 e terá um prazo de amortização de 12 anos.

Conforme a Escritura, a atualização monetária das quatro séries de debêntures ocorre anualmente, a partir da data de emissão, pela variação do IPCA, calculado de forma *pro rata temporis* por dias úteis, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

n = número total de índices considerados na atualização monetária, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;
 Dup = número de dias úteis entre a data de emissão ou última data de aniversário das debêntures, e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preço, sendo “dup” um número inteiro; e
 Dut = número de dias úteis contidos entre a data de emissão ou data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário das debêntures, sendo “dut” um número inteiro.

Sendo que:

- (i) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.
- (ii) O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- (iii) Considera-se data de aniversário o dia 15 (quinze) de cada mês ou o primeiro dia útil seguinte caso o dia 15 (quinze) não seja dia útil;
- (iv) Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas do ativo em questão;

- (v) Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (vi) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento; e
- (vii) Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o *pro rata* do último Dia Útil anterior.

Para os valores do IPCA, detalhadas no Anexo I, foram utilizadas projeções macroeconômicas calculadas pelo departamento de macroeconomia da LCA Consultores.

A amortização das debêntures ocorre anualmente a partir da data de emissão seguindo o cronograma apresentado abaixo para cada uma das séries.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Série 1	0,0%	26,5%	3,5%	6,0%	5,0%	6,0%	7,5%	8,5%	8,0%	8,0%	8,0%	8,0%	4,8%
Série 2	0,0%	0,0%	3,00%	7,00%	8,00%	8,50%	9,00%	9,00%	10,00%	11,00%	12,0%	10,5%	12,0%
Série 3	0,0%	0,0%	3,00%	7,00%	8,00%	8,50%	9,00%	9,00%	10,00%	11,00%	12,0%	10,5%	12,0%
Série 4	0,0%	0,0%	3,00%	7,00%	8,00%	8,50%	9,00%	9,00%	10,00%	11,00%	12,00%	10,50%	12,0%

As debêntures terão uma remuneração correspondente a uma sobretaxa, na forma percentual ao ano, a ser definida em procedimento de *bookbuilding*, calculado em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por dias úteis, e pagos anualmente, conforme definido na fórmula abaixo:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde,

J = valor unitário da remuneração das debêntures (conforme abaixo definido) devido no final de cada período de capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento. “período de capitalização” significa, para o primeiro período de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na data de emissão, inclusive, e termina na primeira data de pagamento da remuneração das debêntures de cada série, exclusive; para os demais períodos de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na data de pagamento imediatamente anterior da remuneração das debêntures de cada série, inclusive, e termina na data de pagamento da remuneração das debêntures. cada período de capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até as respectivas datas de vencimento das debêntures;

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

taxa = taxa de juros fixa a ser apurada no procedimento de Bookbuilding, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais. Foi considerada na elaboração do estudo a taxa de 9% ao ano.

DP = número de dias úteis entre a data de emissão ou a data de pagamento de remuneração das debêntures imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Abaixo é apresentado um quadro resumo das condições de cada uma das séries da debênture utilizadas neste estudo de viabilidade:

	Série 1	Série 2	Série 3	Série 4
Montante	R\$ 75.000.000	R\$ 75.000.000	R\$ 75.000.000	R\$ 75.000.000
Indexador	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Sobretaxa (a.a.)	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%
Frequência	Anual	Anual	Anual	Anual
Desembolso	Nov/13	Nov/13	Nov/13	Nov/13
Início dos pagamentos	Nov/14	Fev/15	Mai/15	Ago/15

6.8.3 Financiamento de curto prazo

Uma vez que a necessidade anual de capital de giro para o projeto pode superar os R\$ 100 milhões, a depender do cenário de despacho, a usina deverá manter uma conta de capital de giro rotativa com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de recursos necessários à compra de combustível. Essa conta será inicialmente fornecida pelo Itaú BBA, podendo ser substituída por uma estrutura equivalente com outros bancos de primeira linha até o vencimento das Debêntures.

As operações de financiamento do capital de giro terão como garantias as receitas variáveis provenientes do despacho.

Abaixo é apresentado um quadro resumo das condições dos empréstimos de curto prazo consideradas no estudo:

	Empréstimos de capital de giro
Indexador	CDI
Spread (a.a.)	3,50%
Prazo	18 meses

7. Resultado do modelo

O modelo de avaliação da usina Termelétrica Pernambuco III foi desenvolvido com base na metodologia de fluxos de caixa descontados dos acionistas e da empresa considerando o método de renda futura.

Ao final do período, ano 2027, foi considerado como valor terminal o valor de venda dos ativos em imobilizado, encerrando o período de concessão da usina. Por se tratar de um projeto com prazo definido de encerramento não há o conceito de perpetuidade. Baseado em todas as premissas destacadas ao longo desse laudo, o valor da empresa para os acionistas é de R\$ 145.232.648.

O valor total da empresa é de R\$ 191.256.692 e a TIR do projeto é de 16,2 %, ou seja, no cenário em que são consideradas todas e apenas as premissas apresentadas anteriormente, o projeto é viável do ponto de vista econômico-financeiro.

7.1 Análise de Solvência

Conforme apresentado na seção 4 deste documento, a análise de viabilidade a partir da metodologia de fluxo de caixa descontado avalia a capacidade que os fluxos de caixa futuros possuem de remunerar todos os credores de determinado projeto. Ao adotar como taxa de desconto o custo médio ponderado de capital, WACC, são considerados o custo de oportunidade do capital (parcela referente ao capital próprio) e o custo de empréstimos e financiamentos referente ao capital de terceiros.

Há, no entanto, aspectos específicos que devem ser observados, quando da análise de viabilidade do projeto, tais como cláusulas contratuais de títulos de dívida que protegem o interesse do credor, os chamados *covenants*.

No projeto em análise, o *covenant* considerado é o ICSD, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida. A apuração do ICSD é uma proteção ao investidor na medida em que ele é um indicador da capacidade de repagamento da dívida, estabelecendo como critériouma relação mínima entre geração de caixa operacional líquido de impostos em relação ao serviço da dívida.

Conforme destacado na Escritura, a emissora deverá observar, em cada ano de apuração, o ICSD sem caixa acumulado, igual ou superior 1,30 (um inteiro e trinta centésimos). O índice será verificado pelo Agente Fiduciário e calculado com base nos informações publicadas nas demonstrações financeiras anuais auditadas da emissora, a partir da publicação das demonstrações financeiras anuais da emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

A fórmula de cálculo do ICSD, segundo apresentado na Escritura é:

$ICSD = A/B$, onde

A – geração de caixa da Atividade

(+) LAJIDA(EBITDA)

(-) Imposto de Renda

(-) Contribuição Social

(-) Variação da Necessidade de Capital de Giro

B – Serviço da Dívida

(+) Amortização de Principal de todos os financiamentos da Emissora com exceção daqueles destinados exclusivamente à capital de giro para compra de combustível

(+) Pagamento de Juros de todos os financiamentos da Emissora com exceção daqueles destinados exclusivamente à capital de giro para compra de combustível

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo indicados:

(+) Lucro Líquido;

(+) Despesa (receita) Financeira Líquida;

(+) Provisão para Imposto de Renda e Contribuições Sociais;

(+) Depreciação e Amortizações;

(+) Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais;

(+) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas.

(+) Gastos com mão-de-obra e peças junto a Wartsila Brasil Ltda. referentes a Overhaul conforme previsto no contrato de operação e manutenção.

O quadro abaixo apresenta a apuração do ICSD para cada ano de vigência da debênture:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Mínimo
ICSD	2,74	3,30	1,57	1,64	1,59	1,55	1,60	1,64	1,78	1,58	1,78	1,81	1,55 (2019)

Nota-se que o índice se mantém sempre acima de 1,30, atingindo o menor valor no ano de 2019, quando é igual a 1,55. Desta forma, entende-se que o caixa gerado pelo projeto ao longo de sua fase operacional é capaz de honrar o serviço da dívida contraída junto aos credores.

7.2 Simulações

Um projeto com as características da usina termelétrica Pernambuco III, cuja receita está embasada em contratos de comercialização de energia em ambiente regulado – CCEAR celebrados na modalidade intitulada “contratos por disponibilidade de energia” apresenta dois principais fatores de risco: cenários de despacho e custo do combustível. Muito embora os contratos prevejam uma remuneração variável em função da ordem de despacho e esta remuneração esteja atrelada ao repasse das variações do preço do combustível, este *hedge* operacional não é perfeito e cabe a realização de análises de sensibilidade que levem em conta cenários de *stress* para estes dois fatores.

Em relação a ordens de despacho, o cenário base foi construído a partir da análise histórica do período durante o qual as usinas termelétricas permaneceram despachadas por determinação do ONS com um ajuste para o curto prazo, ou seja, considerando despacho pleno para o primeiro ano de operação, conforme detalhado na seção 6.2.1.

Já os cenários alternativos consideram situações de acordo com a qual a usina operaria 1) sem ser despachada; 2) despachada o dobro do tempo da média histórica; e 3) despachada o triplo do tempo da média histórica. A distribuição dos dias de despacho ao longo dos meses obedeceu também à média histórica de despacho em cada mês.

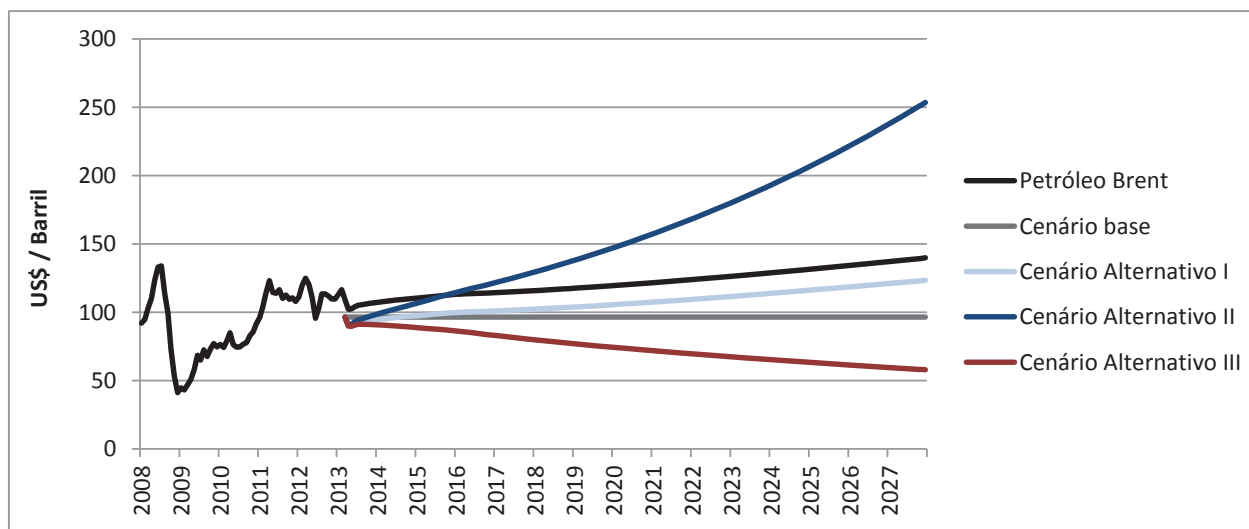
	Despacho
Cenário base	100% no 1º ano e 72 dias/ano nos anos seguintes
Cenário Alternativo I	0 dias/ano
Cenário Alternativo II	144 dias/ano
Cenário Alternativo III	216 dias/ ano

Em relação ao custo do óleo combustível, utilizado como insumo para funcionamento da usina, o cenário base considerado para a construção do modelo presume que os preços do combustível permanecerão estáveis ao longo do tempo em 96,47 dólares por barril (data base: março/2013).

Os cenários alternativos para o comportamento do preço do óleo foram construídos em função das projeções do preço do barril de petróleo BRENT⁷ e são apresentados no quadro abaixo:

	Preço do óleo
Cenário base	estável
Cenário Alternativo I	segue variação do preço do barril de petróleo BRENT
Cenário Alternativo II	segue variação do preço do barril de petróleo BRENT + 5% ao ano
Cenário Alternativo III	segue variação do preço do barril de petróleo BRENT - 5% ao ano

A evolução do preço do óleo nos diferentes cenários, bem como a evolução do preço do barril do petróleo Brent são apresentadas no gráfico abaixo:



⁷ Projeções realizadas pela LCA Consultores

Os resultados referentes ao valor da empresa (*Enterprise Value*) em cada um dos diferentes cenários são apresentados na tabela abaixo:

			Preço do óleo			
			Alternativo III	Base	Alternativo I	Alternativo II
			Brent - 5% a.a.	estável	variação Brent	Brent + 5% a.a.
Despacho	Cenário Alternativo I	0 dias/ano	R\$ 109.779.096	R\$ 108.018.203	R\$ 109.160.112	R\$ 108.555.448
	Cenário base	1º ano 100% - 72 dias/ano	R\$ 171.310.430	R\$ 191.256.692	R\$ 197.573.675	R\$ 235.027.485
	Cenário Alternativo II	144 dias/ano	R\$ 146.544.813	R\$ 181.893.427	R\$ 197.106.355	R\$ 270.631.880
	Cenário Alternativo III	216 dias/ano	R\$ 122.751.358	R\$ 178.869.976	R\$ 203.000.853	R\$ 318.008.627

O projeto é sensível positivamente a aumentos no preço do combustível: apesar de ser o principal insumo, ele também está atrelado à parcela variável do projeto por meio de um multiplicador (fator i) que potencializa sua importância.

Já em relação aos cenários de despacho, o que se nota é uma situação ambígua: embora o cenário em que não há despacho não é, em comparação aos demais cenários, vantajoso ao projeto devido à grande necessidade de capital de giro no início do projeto, referente à compra de combustível (que não será utilizado), o cenário de acordo com o qual a usina permanece mais da metade do ano despachada pode ter efeito negativo ou positivo frente aos demais cenários, a depender do preço do óleo considerado.

Vale ressaltar que em todos os cenários apresentados acima o projeto apresenta VPL positivo, ou seja, em quaisquer combinações dos cenários alternativos apresentados, seja em relação ao despacho, seja em relação ao preço do óleo, o projeto é viável do ponto de vista econômico-financeiro.

8. Considerações Finais

A UTE Pernambuco III é um projeto que, a despeito de 1) elevados investimentos necessários para sua construção; 2) elevados custos de insumo, operação e manutenção, com atenção especial aos custos de Overhaul; e 3) elevada necessidade de capital de giro, em função do longo descasamento entre pagamento do insumo e recebimento pela energia gerada; é um projeto considerado viável economicamente.

Por se tratar de um projeto cuja produção será comercializada integralmente dentro do chamado ambiente regulado, os parâmetros que regem a demanda já se encontram previamente definidos. Os termos referentes à remuneração da usina (receitas fixa e variável) são satisfatórios, ou seja, permitem que o projeto remunere todos seus provedores de capital tanto nos cenários de não haver qualquer despacho por parte do ONS quanto nos casos de a usina dever permanecer em plena operação pela maior parte do tempo, embora este seja um cenário improvável.

A volatilidade do preço do óleo combustível, principal insumo utilizado pela usina, também é em parte mitigada pelo fato de as variações do preço do combustível também estarem incorporadas à fórmula de cálculo da parcela variável do projeto.

Vale ressaltar que não foram considerados riscos de *completion* e de engenharia, ou seja, se pressupôs que a toda a construção da usina e seu comissionamento ocorrerão de acordo com os cronogramas apresentados. Também foi considerado que a operação da usina ocorrerá de forma a garantir plena e satisfatoriamente os níveis de produção e entrega de energia exigidos pelas autoridades reguladoras, em caso de haver ordem de despacho.

Ressalta-se, finalmente, que a avaliação foi realizada exclusivamente com base nas informações fornecidas pela CRP Atria, assessora financeira da Hidrotérmica S.A., e pelo Itaú BBA, assessor financeiro da emissora e coordenador exclusivo da emissão das debêntures não tendo sido realizada qualquer diligência por parte da LCA no sentido de auditar sua veracidade e consistência.

Anexo I – Premissas macroeconômicas

Projeções macroeconômicas

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021-28
PIB	5,2%	-0,3%	7,5%	2,7%	0,9%	3,5%	4,0%	4,0%	3,7%	4,1%	3,5%	3,4%	3,9%	3,6%
Mundo - PIB (crescimento real, % - conceito FMI)	2,8%	-0,6%	5,3%	3,9%	3,2%	3,3%	4,2%	4,5%	4,2%	4,1%	4,0%	4,0%	4,1%	4,0%
Risco-país (média anual, % a.a.)	3,0%	3,1%	2,0%	1,9%	1,8%	1,6%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,2%
Treasury (T-Note, 10 anos, %)	3,7%	3,3%	3,2%	2,8%	1,8%	2,0%	2,0%	3,5%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Juros nominais (Selic, média anual, % a.a.)	12,5%	9,9%	10,0%	11,7%	8,5%	8,4%	10,0%	10,0%	9,3%	8,4%	7,6%	7,5%	7,5%	6,9%
Juros nominais (Selic, fim de período, % a.a.)	13,8%	8,8%	10,8%	11,0%	7,3%	10,0%	10,0%	10,0%	9,0%	8,0%	7,5%	7,5%	7,5%	6,9%
R\$/US\$ (final de período)	2,34	1,74	1,67	1,88	2,04	2,25	2,30	2,38	2,34	2,22	2,26	2,39	2,46	2,61
R\$/US\$ (média anual)	1,84	1,99	1,76	1,67	1,95	2,16	2,28	2,38	2,36	2,28	2,22	2,32	2,44	2,59
Taxa de câmbio média - US\$/€	1,47	1,39	1,33	1,39	1,29	1,29	1,28	1,31	1,29	1,28	1,28	1,28	1,28	1,28
R\$/€ (média anual)	2,70	2,78	2,34	2,33	2,51	2,80	2,91	3,12	3,04	2,92	2,84	2,97	3,13	3,31
TJLP Nominal (%a.a.)	6,3%	6,1%	6,0%	6,0%	5,8%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Fed Funds rate (% a.a.)	2,1%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	2,4%	4,2%	4,3%	4,3%	4,3%	4,3%	4,3%
Libor - 6 meses (% a.a.)	3,0%	1,1%	0,5%	0,5%	0,7%	0,5%	0,6%	2,6%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
CPI - EUA (% a.m.)	0,1%	2,7%	1,5%	3,0%	1,7%	1,8%	2,4%	2,3%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%
Juros nominais (Selic, média anual, % a.a.)	12,5%	9,9%	10,0%	11,7%	8,5%	8,4%	10,0%	10,0%	9,3%	8,4%	7,6%	7,5%	7,5%	6,9%
IPCA (IBGE - % a.a., dez./dez.)	5,9%	4,3%	5,9%	6,5%	5,8%	6,0%	5,6%	5,4%	5,2%	5,1%	5,0%	5,0%	5,0%	4,4%
INPC (IBGE - % a.a., dez./dez.)	6,5%	4,1%	6,5%	6,1%	6,2%	5,8%	5,6%	5,4%	5,2%	5,1%	5,0%	5,0%	5,0%	4,4%
IGP-M (FGV - % a.a., dez./dez.)	9,8%	-1,7%	11,3%	5,1%	7,8%	5,3%	6,4%	4,7%	4,6%	4,6%	4,6%	4,6%	4,6%	4,0%
IPC (Fipe - % a.a., dez./dez.)	6,2%	3,7%	6,4%	5,8%	6,1%	6,0%	5,6%	5,4%	5,2%	5,1%	5,0%	5,0%	5,0%	4,4%
IGP-DI (FGV - % a.a., dez./dez.)	9,1%	-1,4%	11,3%	5,0%	8,1%	4,2%	6,1%	4,7%	4,6%	4,6%	4,6%	4,6%	4,6%	4,0%
INCC-DI (FGV - % a.a., dez./dez.)	11,9%	3,2%	6,9%	7,5%	7,1%	6,5%	6,0%	5,8%	5,6%	5,4%	5,3%	5,4%	5,2%	4,6%

Custo de capital próprio

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021-28
T-Note 10 anos	1,80%	1,97%	2,04%	3,51%	4,96%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Risco-país (média anual)	1,84%	1,64%	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%	1,19%
Prêmio de risco de mercado	5,78%	5,78%	5,78%	5,78%	5,78%	5,78%	5,78%	5,78%	5,78%	5,78%
Beta desalavancado	0,161	0,161	0,161	0,161	0,161	0,161	0,161	0,161	0,161	0,161
D/E	0,000	5,130	3,897	2,781	2,677	2,538	2,352	1,573	1,384	0,401
Impostos diretos Brasil	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Beta realavancado	0,161	0,706	0,575	0,456	0,445	0,430	0,411	0,328	0,308	0,203
Inflação EUA (CPI)	1,74%	1,76%	2,43%	2,30%	2,20%	2,20%	2,20%	2,20%	2,20%	2,20%
Inflação Brasil (IPCA)	5,84%	5,96%	5,61%	5,42%	5,24%	5,11%	4,98%	4,98%	4,98%	4,36%
Custo de capital próprio nominal	8,78%	12,13%	10,18%	10,93%	12,27%	12,09%	11,84%	11,35%	11,23%	9,64%
Custo de capital próprio real	2,78%	5,82%	4,33%	5,22%	6,69%	6,64%	6,53%	6,06%	5,95%	5,05%

Custo de médio ponderado de capital

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021-28
Custo de capital próprio nominal	8,78%	12,13%	10,18%	10,93%	12,27%	12,09%	11,84%	11,35%	11,23%	9,64%
Capital de terceiros (Nominal)	13,39%	13,44%	15,11%	14,91%	14,71%	14,57%	14,43%	14,43%	14,43%	8,76%
D/(D+E)	0,0%	83,7%	79,6%	73,6%	72,8%	71,7%	70,2%	61,1%	58,0%	23,24%
Impostos diretos Brasil	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
WACC nominal (post-tax)	8,78%	9,40%	10,01%	10,13%	10,40%	10,32%	10,22%	10,24%	10,24%	8,92%

Anexo II – Demonstrações Financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício

DRE (R\$, valores nominais)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Receita Operacional Bruta	-	200.101.664	790.884.044	251.161.014	257.441.169	259.410.078	261.715.701	273.460.696
(+) Receita fixa	-	25.256.970	104.007.968	109.926.957	115.890.767	121.966.920	128.197.838	134.609.422
(+) Venda de energia (Despacho)	-	174.844.695	686.876.076	141.234.057	141.550.402	137.443.158	133.517.862	138.851.274
(+) Parcela O&M	-	5.534.683	22.611.411	4.721.835	4.990.286	5.238.383	5.505.747	5.781.063
(+) Parcela Combustível	-	169.310.011	664.264.665	136.512.221	136.560.116	132.204.775	128.012.116	133.070.211
Cresc. YoY (%)	n.d.	n.d.	295,2%	-68,2%	2,5%	0,8%	0,9%	4,5%
(-) Impostos	-	(4.886.851)	(18.764.905)	(10.125.005)	(13.045.504)	(13.273.876)	(14.131.921)	(14.783.391)
(-) PIS/Cofins	-	(4.800.153)	(18.407.743)	(9.747.311)	(12.647.310)	(12.854.781)	(13.691.418)	(14.320.798)
(-) TFSEE	-	(86.699)	(357.162)	(377.694)	(398.194)	(419.095)	(440.503)	(462.593)
(-) RGR	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Operacional Líquida	-	195.214.813	772.119.139	241.036.009	244.395.665	246.136.201	247.583.780	258.677.305
Cresc. YoY (%)	n.d.	n.d.	295,5%	-68,8%	1,4%	0,7%	0,6%	4,5%
(-) Custos	-	(154.879.399)	(619.321.617)	(160.802.196)	(136.435.860)	(136.849.969)	(130.827.295)	(136.528.370)
(-) Custo do Combustível	-	(146.443.275)	(581.733.628)	(119.781.837)	(119.188.342)	(115.074.171)	(112.017.189)	(116.873.623)
(-) Logística	-	(3.066.128)	(12.738.105)	(2.665.968)	(2.804.219)	(2.925.930)	(3.059.975)	(3.200.162)
(-) Terminal	-	(561.951)	(2.280.157)	(477.929)	(501.644)	(523.434)	(547.414)	(572.493)
(-) TUST	-	(2.242.795)	(9.239.369)	(9.770.502)	(10.300.819)	(10.841.511)	(11.395.302)	(11.966.740)
(-) ONS & CCEE	-	(400.203)	(1.581.768)	(502.322)	(514.882)	(518.820)	(523.431)	(546.921)
(-) Seguros	-	(400.200)	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)
(-) O&M Variável	-	(1.697.237)	(6.936.557)	(1.442.909)	(1.525.154)	(1.601.302)	(1.683.181)	(1.767.631)
(-) Overhaul	-	(67.611)	(3.211.232)	(24.559.929)	-	(3.763.999)	-	-
Lucro Bruto	-	40.335.414	152.797.522	80.233.813	107.959.805	109.286.232	116.756.485	122.148.935
Cresc. YoY (%)	n.d.	n.d.	278,8%	-47,5%	34,6%	1,2%	6,8%	4,6%
Mg. Bruta (%)	n.d.	20,7%	19,8%	33,3%	44,2%	44,4%	47,2%	47,2%
(-) Despesas	-	(8.477.802)	(25.373.339)	(21.117.299)	(22.081.291)	(23.046.719)	(24.041.685)	(25.172.969)
(-) P&D	-	(1.952.148)	(7.721.191)	(2.410.360)	(2.443.957)	(2.461.362)	(2.475.838)	(2.586.773)
(-) O&M Fixo	-	(2.747.864)	(6.053.259)	(6.401.235)	(6.748.677)	(7.102.917)	(7.465.739)	(7.840.121)
(-) Logística	-	(1.360.000)	(1.708.490)	(1.813.431)	(1.902.867)	(1.990.361)	(2.081.545)	(2.176.907)
(-) Terminal	-	(2.417.790)	(9.890.398)	(10.492.272)	(10.985.790)	(11.492.079)	(12.018.563)	(12.569.168)
(=) EBITDA	-	31.857.612	127.424.184	59.116.514	85.878.514	86.239.513	92.714.800	96.975.966
Cresc. YoY (%)	n.d.	n.d.	300,0%	-53,6%	45,3%	0,4%	7,5%	4,6%
Mg. EBITDA (%)	n.d.	16,3%	16,5%	24,5%	35,1%	35,0%	37,4%	37,5%
(-) Depreciação e Amortização	-	(5.483.321)	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)
(=) EBIT	-	26.374.291	113.962.869	45.655.199	72.417.199	72.778.198	79.253.484	83.514.651
Cresc. YoY (%)	n.d.	n.d.	332,1%	-59,9%	58,6%	0,5%	8,9%	5,4%
Mg. EBIT (%)	n.d.	13,5%	14,8%	18,9%	29,6%	29,6%	32,0%	32,3%
(+/-) Resultado não operacional	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Receita não Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Despesas não Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) Resultado Financeiro	-	(32.916.126)	(62.376.885)	(51.311.806)	(42.286.456)	(40.357.691)	(37.898.703)	(34.504.307)
(+) Receitas Financeiras	-	214	232.167	1.149.738	107.140	225.539	415.385	1.218.275
(-) Despesas Financeiras	-	(32.916.340)	(62.609.052)	(52.461.545)	(42.393.596)	(40.583.230)	(38.314.088)	(35.722.583)
LAIR	-	(6.541.835)	51.585.984	(5.656.607)	30.130.742	32.420.507	41.354.782	49.010.343
(-) CSLL	-	(1.150.059)	(4.760.734)	(1.716.453)	(2.460.506)	(2.625.657)	(2.761.711)	(2.974.485)
(-) IR	-	(3.194.560)	(3.305.999)	(1.191.939)	(1.708.637)	(1.823.325)	(1.917.807)	(2.065.567)
Lucro Líquido	-	(10.886.454)	43.519.250	(8.564.999)	25.961.600	27.971.524	36.675.263	43.970.292
Alíquota dos impostos (%)	n.d.	-66,4%	15,6%	-51,4%	13,8%	13,7%	11,3%	10,3%
Mg. Líquida	n.d.	-5,6%	5,6%	-3,6%	10,6%	11,4%	14,8%	17,0%

DRE (R\$, valores nominais)	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Receita Operacional Bruta	288.117.879	295.693.571	304.657.388	314.500.541	326.730.814	338.294.115	344.498.998	358.142.117
(+) Receita fixa	141.318.423	148.336.170	155.542.040	162.903.152	170.408.830	178.047.371	185.806.047	193.671.127
(+) Venda de energia (Despacho)	146.799.456	147.357.402	149.115.348	151.597.389	156.321.984	160.246.744	158.692.951	164.470.990
(+) Parcela O&M	6.084.595	6.370.344	6.679.500	6.995.295	7.335.855	7.644.918	7.977.697	8.315.013
(+) Parcela Combustível	140.714.860	140.987.057	142.435.848	144.602.094	148.986.129	152.601.826	150.715.254	156.155.977
Cresc. YoY (%)	5,4%	2,6%	3,0%	3,2%	3,9%	3,5%	1,8%	4,0%
(-) Impostos	(15.557.161)	(16.281.302)	(11.924.412)	(17.736.919)	(18.525.974)	(19.340.449)	(20.076.848)	(19.974.326)
(-) PIS/Cofins	(15.071.512)	(15.771.604)	(11.389.957)	(17.177.174)	(17.940.443)	(18.728.674)	(19.438.418)	(19.308.875)
(-) TFSEE	(485.649)	(509.698)	(534.455)	(559.745)	(585.532)	(611.775)	(638.431)	(665.452)
(-) RGR								
Receita Operacional Líquida	272.560.718	279.412.270	292.732.977	296.763.622	308.204.840	318.953.666	324.422.149	338.167.791
Cresc. YoY (%)	5,4%	2,5%	4,8%	1,4%	3,9%	3,5%	1,7%	4,2%
(-) Custos	(143.878.078)	(144.692.687)	(201.867.785)	(150.006.911)	(154.877.848)	(158.801.255)	(158.228.084)	(174.192.189)
(-) Custo do Combustível	(123.322.231)	(123.242.072)	(124.637.650)	(126.662.232)	(130.536.679)	(133.483.766)	(131.913.742)	(136.560.812)
(-) Logística	(3.355.032)	(3.499.508)	(3.655.417)	(3.813.710)	(3.983.946)	(4.136.293)	(4.299.958)	(4.464.754)
(-) Terminal	(600.229)	(625.956)	(653.808)	(682.084)	(712.526)	(739.699)	(768.926)	(798.353)
(-) TUST	(12.563.168)	(13.185.290)	(13.825.725)	(14.479.955)	(15.147.030)	(15.825.909)	(16.515.463)	(17.214.469)
(-) ONS & CCEE	(576.236)	(591.387)	(609.315)	(629.001)	(653.462)	(676.588)	(698.998)	(716.284)
(-) Seguros	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)	(1.600.801)
(-) O&M Variável	(1.860.381)	(1.947.674)	(2.042.377)	(2.139.128)	(2.243.405)	(2.338.198)	(2.440.197)	(2.543.604)
(-) Overhaul	-	-	(54.842.691)	-	-	-	-	(10.293.111)
Lucro Bruto	128.682.640	134.719.583	90.865.192	146.756.711	153.326.991	160.152.411	166.194.065	163.975.602
Cresc. YoY (%)	5,3%	4,7%	-32,6%	61,5%	4,5%	4,5%	3,8%	-1,3%
Mg. Bruta (%)	47,2%	48,2%	31,0%	49,5%	49,7%	50,2%	51,2%	48,5%
(-) Despesas	(26.378.118)	(27.556.567)	(28.827.699)	(30.025.952)	(31.316.403)	(32.615.945)	(33.876.469)	(35.231.178)
(-) P&D	(2.725.607)	(2.794.123)	(2.927.330)	(2.967.636)	(3.082.048)	(3.189.537)	(3.244.221)	(3.381.678)
(-) O&M Fixo	(8.230.877)	(8.638.466)	(9.058.053)	(9.486.678)	(9.923.718)	(10.368.492)	(10.820.259)	(11.278.220)
(-) Logística	(2.276.637)	(2.380.538)	(2.486.605)	(2.594.294)	(2.703.413)	(2.813.755)	(2.925.100)	(3.037.217)
(-) Terminal	(13.144.997)	(13.743.441)	(14.355.711)	(14.977.343)	(15.607.224)	(16.244.161)	(16.886.888)	(17.534.064)
(=) EBITDA	102.304.522	107.163.016	62.037.493	116.730.759	122.010.588	127.536.466	132.317.596	128.744.423
Cresc. YoY (%)	5,5%	4,7%	-42,1%	88,2%	4,5%	4,5%	3,7%	-2,7%
Mg. EBITDA (%)	37,5%	38,4%	21,2%	39,3%	39,6%	40,0%	40,8%	38,1%
(-) Depreciação e Amortização	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)	(13.461.315)
(=) EBIT	88.843.207	93.701.700	48.576.178	103.269.444	108.549.273	114.075.151	118.856.281	115.283.108
Cresc. YoY (%)	6,4%	5,5%	-48,2%	112,6%	5,1%	5,1%	4,2%	-3,0%
Mg. EBIT (%)	32,6%	33,5%	16,6%	34,8%	35,2%	35,8%	36,6%	34,1%
(+/-) Resultado não operacional	-	-	-	-	-	-	-	206.258.538
(+) Receita não Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	206.258.538
(-) Despesas não Operacionais								
(+/-) Resultado Financeiro	(30.353.967)	(25.165.357)	(21.187.724)	(16.774.202)	(10.235.765)	(3.155.464)	552.773	592.256
(+) Receitas Financeiras	2.109.378	2.979.353	1.809.742	128.319	268.255	419.927	552.773	592.256
(-) Despesas Financeiras	(32.463.345)	(28.144.710)	(22.997.466)	(16.902.521)	(10.504.019)	(3.575.392)	(0)	(0)
LAIR	58.489.240	68.536.344	27.388.453	86.495.242	98.313.508	110.919.686	119.409.054	322.133.902
(-) CSLL	(3.252.431)	(3.541.821)	(3.902.023)	(3.896.865)	(4.217.104)	(5.519.355)	(9.557.132)	(27.802.368)
(-) IR	(2.258.578)	(2.459.544)	(2.709.684)	(2.706.102)	(11.713.913)	(15.331.279)	(26.547.300)	(77.228.536)
Lucro Líquido	52.978.231	62.534.979	20.776.746	79.892.275	82.382.491	90.069.052	83.304.623	217.102.998
Aliquota dos impostos (%)	9,4%	8,8%	24,1%	7,6%	16,2%	18,8%	30,2%	32,6%
Mg. Líquida	19,4%	22,4%	7,1%	26,9%	26,7%	28,2%	25,7%	64,2%

Fluxo de Caixa Livre para o Acionista

FCFE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Fluxo operacional								
Lucro Líquido	-	(10.886.454)	43.519.250	(8.564.999)	25.961.600	27.971.524	36.675.263	43.970.292
(+) Depreciação e Amortização	-	5.483.321	13.461.315	13.461.315	13.461.315	13.461.315	13.461.315	13.461.315
(+/-) Variação do k giro	-	(154.181.648)	2.913.211	107.700.730	(2.032.486)	1.156.602	474.030	(1.040.218)
(+/-) Provisão para conta reserva	-	(277.295)	(20.264.497)	(6.558.174)	(1.538.392)	(2.190.197)	(10.365.818)	(10.734.699)
(+) Overhaul	-	67.611	3.211.232	24.559.929	-	3.763.999	-	-
Caixa líquido operacional	-	(159.794.465)	42.840.510	130.598.800	35.852.036	44.163.243	40.244.790	45.656.690
Fluxo investimentos								
(-) CAPEX	(176.851.408)	(223.348.863)	-	-	-	-	-	-
Caixa líquido de investimentos	(176.851.408)	(223.348.863)	-	-	-	-	-	-
Fluxo financiamento								
(+) Captação de Dívidas	118.188.426	635.604.763	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização de Dívidas	-	(298.188.426)	(19.875.000)	(165.009.763)	(20.280.000)	(21.780.000)	(23.625.000)	(25.905.000)
(+) Juros Acruidos	3.106.052	983.649	36.637.798	4.734.808	11.946.315	9.353.316	6.306.245	2.916.282
Caixa líquido de financiamentos	121.294.478	338.399.987	16.762.798	(160.274.955)	(8.333.685)	(12.426.684)	(17.318.755)	(22.988.718)
Variação de caixa	-55.556.930	-44.743.341	59.603.308	-29.676.155	27.518.352	31.736.559	22.926.035	22.667.972
CAPM								
	4,30%	10,45%	11,15%	10,55%	11,60%	12,18%	11,97%	11,60%
	1,04	1,15	1,28	1,42	1,58	1,77	1,98	2,21
Fluxos de caixa descontados	-53.266.992	-38.841.915	46.550.695	-20.964.658	17.419.625	17.908.068	11.553.769	10.236.619

FCFE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Fluxo operacional									
Lucro Líquido	52.978.231	62.534.979	20.776.746	79.892.275	82.382.491	90.069.052	83.304.623	217.102.998	-
(+) Depreciação e Amortização	13.461.315	13.461.315	13.461.315	13.461.315	13.461.315	13.461.315	13.461.315	13.461.315	-
(+/-) Variação do k giro	(1.532.220)	(70.466)	4.187.619	(4.970.234)	(900.533)	(737.432)	338.368	(258.507)	48.953.185
(+/-) Provisão para conta reserva	(10.538.331)	(9.268.135)	(5.378.209)	(1.954.207)	(1.962.794)	(1.883.248)	(1.898.368)	(17.423.614)	17.727.413
(+) Overhaul	-	-	54.842.691	-	-	-	-	10.293.111	-
Caixa líquido operacional	54.368.994	66.657.694	87.890.163	86.429.150	92.980.480	100.909.688	95.205.937	223.175.303	66.680.598
Fluxo investimentos									
(-) CAPEX	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa líquido de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo financiamento									
(+) Captação de Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização de Dívidas	(26.655.000)	(28.530.000)	(30.750.000)	(32.977.500)	(29.625.000)	(30.592.500)	-	-	-
(+) Juros Acruidos	(399.376)	(5.075.217)	(10.524.854)	(16.629.267)	(18.872.983)	(24.482.769)	0	0	-
Caixa líquido de financiamentos	(27.054.376)	(33.605.217)	(41.274.854)	(49.606.767)	(48.497.983)	(55.075.269)	0	0	-
Variação de caixa	27.314.619	33.052.476	46.615.308	36.822.383	44.482.497	45.834.419	95.205.937	223.175.303	66.680.598
CAPM									
	11,29%	10,90%	10,44%	10,18%	9,91%	9,64%	9,28%	9,00%	8,92%
	2,46	2,73	3,02	3,33	3,65	4,01	4,38	4,77	5,20
Fluxos de caixa descontados	11.083.514	12.094.038	15.444.802	11.073.336	12.171.118	11.438.795	21.742.860	46.761.733	12.827.242

Equity value
145.232.648

TIR
25,2%

Fluxo de Caixa Livre para a Empresa

FCFF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Fluxo operacional								
(+) NOPAT	0	19.240.327	98.796.217	39.828.572	65.334.832	63.886.591	69.535.291	73.827.079
(+) Depreciação e Amortização	0	5.483.321	13.461.315	13.461.315	13.461.315	13.461.315	13.461.315	13.461.315
(+/-) Variação do k giro	0	-154.181.648	2.913.211	107.700.730	-2.032.486	1.156.602	474.030	-1.040.218
(+/-) Provisão para conta reserva	0	-277.295	-20.264.497	-6.558.174	-1.538.392	-2.190.197	-10.365.818	-10.734.699
(+) Overhaul	0	67.611	3.211.232	24.559.929	0	3.763.999	0	0
(-) Capex	-176.851.408	-223.348.863	0	0	0	0	0	0
Variação de caixa	-176.851.408	-353.016.547	98.117.477	178.992.372	75.225.268	80.078.310	73.104.818	75.513.477
WACC	4,30%	9,09%	9,71%	10,07%	10,27%	10,36%	10,27%	10,23%
	1,04	1,14	1,25	1,37	1,52	1,67	1,84	2,03
Fluxos de caixa descontados	-169.561.970	-310.255.039	78.601.185	130.268.448	49.650.398	47.891.858	39.650.587	37.157.335

FCFF	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Fluxo operacional									
(+) NOPAT	79.098.240	83.953.117	40.193.269	92.713.852	77.203.843	80.061.399	83.304.623	217.102.998	0
(+) Depreciação e Amortização	13.461.315	13.461.315	13.461.315	13.461.315	13.461.315	13.461.315	13.461.315	13.461.315	0
(+/-) Variação do k giro	-1.532.220	-70.466	4.187.619	-4.970.234	-900.533	-737.432	338.368	-258.507	48.953.185
(+/-) Provisão para conta reserva	-10.538.331	-9.268.135	-5.378.209	-1.954.207	-1.962.794	-1.883.248	-1.898.368	-17.423.614	17.727.413
(+) Overhaul	0	0	54.842.691	0	0	0	0	10.293.111	0
(-) Capex	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação de caixa	80.489.004	88.075.831	107.306.685	99.250.726	87.801.831	90.902.034	95.205.937	223.175.303	66.680.598
WACC	10,24%	10,14%	9,98%	9,86%	9,73%	9,58%	9,28%	9,00%	6,67%
	2,24	2,47	2,71	2,98	3,27	3,58	3,92	4,27	4,55
Fluxos de caixa descontados	35.927.298	35.693.838	39.540.039	33.288.971	26.838.018	25.356.858	24.302.446	52.266.558	14.639.865

Enterprise value
191.256.692

TIR
16,2%

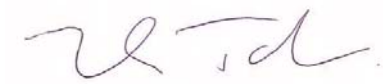
Anexo III – Desembolsos de investimentos

EPC Nacional											
EPC com impostos	-	16.500.000	3.300.000	6.600.000	8.250.000	11.550.000	13.200.000	14.850.000	16.500.000		
Transformadores, sobressalentes e utensílios	-	-	3.122.860	808.670	2.314.190	1.505.520	2.314.190	-	808.670		
EPC Importado											
EPC Wärtisilä - Parte Importada	26.105.145	-	39.554.203	3.615.800	15.022.969	-	-	2.481.841	54.596.085		
Linha de Transmissão	-	-	136.667	-	-	-	-	-	-		
Logística e impostos	-	-	-	-	-	-	50.966	22.429	4.140.345		
Pré-operacionais	-	106.667	106.667	106.667	106.667	106.667	106.667	106.667	106.667		
Seguro e taxas	-	-	40.000	165.000	125.000	125.000	125.000	-	-		
Compensação Ambiental	-	55.556	67.460	272.589	217.033	217.033	217.033	217.033	217.033		
Outros											
Contingências	-	422.222	422.222	422.222	422.222	422.222	422.222	422.222	422.222		
TOTAL	26.105.145	17.084.444	46.750.079	11.990.947	26.458.081	13.926.442	16.436.078	18.100.192	76.791.022		
EPC Nacional											
EPC com impostos	14.850.000	13.200.000	9.900.000	6.600.000	4.950.000	4.950.000	3.300.000	16.500.000	-	165.000.000	
Transformadores, sobressalentes e utensílios	-	272.222	272.222	712.056	589.833	589.833	589.833	150.000	85.770	14.135.870	
EPC Importado											
EPC Wärtisilä - Parte Importada	15.557.400	32.500.000	-	-	-	-	-	1.000.000	-	190.433.443	
Linha de Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	136.667	
Logística e impostos	2.654.680	2.367.355	2.173.266	2.143.266	1.913.267	40.000	6.000	-	-	15.511.573	
Pré-operacionais	106.667	106.667	106.667	106.667	106.667	106.667	3.456.051	-	-	4.949.384	
Seguro e taxas	-	-	-	40.000	40.000	40.000	-	-	-	700.000	
Compensação Ambiental	217.033	217.033	217.033	217.033	217.033	217.033	217.033	-	-	3.000.000	
Outros										-	
Contingências	422.222	422.222	422.222	422.222	422.222	422.222	422.222	-	-	6.333.333	
TOTAL	33.808.001	49.085.499	13.091.410	10.241.243	8.239.022	6.365.755	7.991.140	17.650.000	85.770	400.200.271	

Ficha técnica

Este estudo foi elaborado pela LCA Consultores.

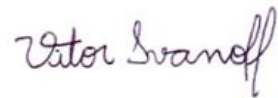
Equipe técnica



Nelson Tartuce
Economista e diretor



Maria Gabriela Mazoni do Nascimento
Economista e gerente de projetos



Vitor Ivanoff
Economista

LCA Consultores

Rua Desembargador Paulo Passaláqua, 308, São Paulo, SP

Fone: 11 3879-3700 Fax: 3879-3737

Site: www.lcaconsultores.com.br

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA DO EXERCÍCIO SOCIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2010 e 2009



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Termelétrica Pernambuco III S/A
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Pernambuco III S/A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termelétrica Pernambuco III S/A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

A Companhia apresentava, em 31 de dezembro de 2010, capital circulante líquido negativo de R\$ 79 mil e passivo a descoberto de R\$ 79 mil. Conforme divulgado na Nota Explicativa no.1, a Companhia está em fase pré-operacional e a continuidade operacional de seus projetos depende do suporte financeiro de seus acionistas. As demonstrações financeiras não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos e passivos, que poderia ser necessário em função da resolução da incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Outros assuntos***Auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior***

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 apresentadas para fins de comparabilidade, não foram examinadas por nós nem por outros auditores independentes. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luiz Carlos de Carvalho
Contador CRC 1SP197193/O-6

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

(Em milhares de Reais)

Ativo	2010	2009	Passivo	Nota	2010	2009
Ativo circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	Não circulante			
			Débitos com partes relacionadas	4	<u>79</u>	<u>28</u>
					<u>79</u>	<u>28</u>
Ativo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	Passivo a descoberto			
			Capital social		1	1
			Prejuízos acumulados		(29)	-
			Resultado do período		<u>(51)</u>	<u>(29)</u>
			Total do passivo e passivo a descoberto	7	<u>(79)</u>	<u>(28)</u>
Total do ativo	<u>-</u>	<u>-</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	Nota	2010	2009
Despesas Administrativas	5	<u>(51)</u>	<u>(29)</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(51)</u></u>	<u><u>(29)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	Nota	2010	2009
Prejuízo do exercício		<u>(51)</u>	<u>(29)</u>
Resultado abrangente		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total		<u><u>(51)</u></u> -	<u><u>(29)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações Das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	Capital	Capital Social a Integralizar	Prejuízos	Total
Saldo em 1º janeiro de 2009	1	-	-	1
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(29)</u>	<u>(29)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1	-	(29)	(28)
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(51)</u>	<u>(51)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u><u>1</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(80)</u></u>	<u><u>(79)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(51)	(29)
Redução(aumento) nos passivos		
Aumento/(diminuição) do contas a pagar e outros	<u>51</u>	<u>29</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Caixa proveniente (usado em) de atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Termelétrica Pernambuco III S/A foi constituída em 23 de outubro de 2008, com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem como objeto específico a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica, com potência instalada de 200 MW, localizada na área rural de Engenho D'Água, Três Ladeiras, município de Igarassú, estado de Pernambuco. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional.

O início da operação da Companhia está previsto para o mês de outubro de 2013.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras que estão sendo apresentadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras, considerando a legislação societária e observância das mudanças de práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e pela edição de pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram aprovadas para emissão pela Administração em 18 de setembro de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não tinha ativos ou passivos em moeda estrangeira.

3 Políticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

4 Partes relacionadas

	2010	2009
	Passivo não circulante	Passivo não circulante
Multiner S.A	<u>79</u>	<u>28</u>
	<u>79</u>	<u>28</u>

A Companhia possui contratos de mútuos com sua controladora Multiner sobre o qual não há incidência de encargos.

5 Despesas por natureza

	2010	2009
Serviços prestados por terceiros	46	27
Despesas legais e judiciais	<u>5</u>	<u>2</u>
	<u>51</u>	<u>29</u>

6 Patrimônio líquido

Capital social

A Companhia foi constituída em 23 de outubro de 2008 com capital de R\$ 1.000,00 (mil reais), composto de 1.000 (mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia encontra-se integralizado no montante de R\$ 990,00 restando assim R\$ 10,00 a ser integralizado pela A&G Energia Empreendimentos Ltda.

Os acionistas da Companhia são a Multiner S.A, com 99% de participação no capital social e A&G Energia Empreendimentos LTDA, com 1% de participação, ambas com sede na cidade do Rio de Janeiro.

7 Instrumentos financeiros

Objetivos, políticas e processos gerais

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de determinar os objetivos e políticas de gestão de risco da Companhia e, ao manter a responsabilidade final por eles, delegou autoridade para os processos de desenvolvimento e operação que garantem a implementação eficaz dos objetivos e políticas à função de finanças da Companhia.

O objetivo geral é estabelecer políticas que visam reduzir o risco ao máximo, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade da Companhia. Detalhes adicionais relacionados a essas políticas seguem abaixo:

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia de enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez através de constantes atualizações do fluxo de caixa, mantendo os investimentos e caixa prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Gestão de capital

Os objetivos da Administração referente ao capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Mútuos;

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não haviam operações em aberto envolvendo instrumentos derivativos.

8 Evento subsequente

Em 31 de maio de 2011, ocorreu o aumento de capital no montante de R\$ 8.054, correspondente a emissão de 8.054.000 (oito milhões e cinquenta e quatro mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Em julho de 2011 o controle acionário da Companhia foi adquirido integralmente pela Brasilterm Energia S/A, holding controlada pela Hidrotérmica S/A.

Em 23 de setembro de 2011, ocorreu aumento de capital no montante de R\$ 65.000 correspondente a emissão de 65.000.000 ações, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Em junho de 2012 ocorreu redução de capital social, no valor de R\$ 60.000, com o conseqüente cancelamento de 60.000.000 (sessenta milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, tornando sem efeito a subscrição e integralização realizada em setembro de 2011 pela Brasilterm Energia S/A.

Em janeiro de 2013 ocorreu a liberação de um empréstimo na Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 90.000, com juros fixados de CDI + 4,2% ao ano pelo prazo de 12 meses.

Em 28 de fevereiro de 2013 houve mudança de controle acionário da Companhia, que anteriormente era da Brasilterm Energia S/A, passando para a Bolognesi Participações S/A em função do aporte de R\$ 120.000, equivalentes a 120.000.000 (cento e vinte milhões) de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Em março de 2013 ocorreu a liberação de um financiamento do BNDES através do Banrisul, a título de FINAME, no valor de R\$ 5.419, com juros prefixados efetivos de 2,5% ao ano, com vencimento final em junho de 2020 e prazo de carência até julho de 2014.

Em 17 de julho de 2013 houve mudança no percentual de participação do acionista, através de um ato de rerratificação, ratificando o capital social total em R\$ 125.939, aumentado em fevereiro, mas retificando o número de ações da Bolognesi, de 120.000.000 (cento e vinte milhões) de ações para 20.223.996 (vinte milhões, duzentas e vinte e três mil, novecentas e noventa e seis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 5,93 (cinco reais e noventa e três centavos) cada uma.

Diretoria

Ronaldo Marcelo Bolognesi – Presidente

Paulo Cesar Rutzen – Diretor Financeiro

Sandileuza Borges – Contadora – CRC RS – 090331/P

-
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA DO EXERCÍCIO SOCIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da
Termelétrica Pernambuco III S.A.
Porto Alegre – RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Pernambuco III S/A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termelétrica Pernambuco III S/A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Outros Assuntos**Reapresentação das demonstrações financeiras**

Em 15 de março de 2012 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, que ora estão sendo reapresentadas em decorrência do cumprimento das exigências do pedido de registro de companhia aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários e outras alterações, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Consequentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 25 de outubro de 2013.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7



Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Contador CRC RS-042460/O-3

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2011	2010	Passivo	Nota	2011	2010
Circulante				Circulante			
Disponibilidades		-	-	Obrigações tributárias	7	603	-
Tributos a recuperar	5	41	-	Total do passivo circulante		603	-
Total do ativo circulante		41	-				
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Contratos de mútuo - partes relacionadas	8	62.603	-	Obrigações tributárias		1.003	-
Imobilizado	6	7.522	-	Contratos de mútuo - partes relacionadas	8	1.769	79
Total do ativo não circulante		70.125	-	Total do passivo não circulante		2.772	79
				Patrimônio líquido	12		
				Capital social		65.939	1
				Reserva de lucros		852	-
				Prejuízos acumulados		-	(80)
				Total do patrimônio líquido		66.791	(79)
Total do ativo		70.166	-	Total do passivo e patrimônio líquido		70.166	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(25)	(51)
Tributárias		<u>(574)</u>	<u>-</u>
Total das despesas operacionais líquidas	9	<u>(599)</u>	<u>(51)</u>
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		<u>(599)</u>	<u>(51)</u>
Despesas financeiras	10	(3.140)	-
Receitas financeiras	10	<u>5.073</u>	<u>-</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>1.334</u>	<u>(51)</u>
Imposto de renda e contribuição social	13	(402)	-
Prejuízo do exercício		<u>932</u>	<u>(51)</u>
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação		<u>0,05</u>	<u>(51)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	<u>932</u>	<u>(51)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>932</u></u>	<u><u>(51)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Legal	Investimento e capital de giro	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1	-	-	(29)	(28)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(51)	(51)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1	-	-	(80)	(79)
Aumento de capital	65.938	-	-	-	65.938
Lucro líquido do exercício	-	-	-	932	932
Reserva legal	-	43	-	(43)	-
Reserva para investimento e capital de giro	-	-	809	(809)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	65.939	43	809	-	66.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010
	Reapresentado	
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Prejuízo do exercício	932	(51)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
	<u>932</u>	<u>(51)</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Impostos a recuperar	(41)	-
	<u>(41)</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Variação de fornecedores	-	51
Obrigações tributárias	1.606	-
	<u>1.606</u>	<u>51</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	<u>2.497</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		
No imobilizado	(7.522)	-
	<u>(7.522)</u>	<u>-</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimento	<u>(7.522)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Aumento de capital	65.938	
Contratos de mútuos	(60.913)	-
	<u>5.025</u>	<u>-</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento	<u>5.025</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	-	-
Disponibilidades no início do exercício	-	-
Disponibilidades no final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valor adicionado recebido em tranferência		
Receitas financeiras	5.073	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros e outros	<u>(25)</u>	<u>(51)</u>
Valor adicionado a distribuir	<u>5.048</u>	<u>(51)</u>
Tributos		
Federais	976	-
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias	3.140	-
Aluguéis		
Remuneração de capitais próprios		
(Prejuízo) ou Lucro do exercício	932	(51)
Valor adicionado distribuído	<u>5.048</u>	<u>(51)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, estão sendo reapresentadas em decorrência do cumprimento das exigências do pedido de registro de companhia aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários e para refletir alterações das movimentações do fluxo de caixa e complementar informações nas notas explicativas referentes à:

- Nota Explicativa 2 - Contexto Operacional: Inclusão dos contratos firmados,
- Nota Explicativa 3 – Base de Preparação – Vida útil dos ativos: Inclusão das taxas de depreciação;
- Notas Explicativas 4.e – Principais Práticas contábeis - Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Nota explicativa 13: políticas contábeis e cálculos sobre os tributos correntes,
- Nota explicativa 8- Partes Relacionadas: Inclusão de condições dos contratos de mútuos e
- Nota Explicativa 12 – Patrimônio Líquido: Inclusão do lucro e prejuízo por média ponderada de ações.
- Nota Explicativa 14 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco: Adequação das informações sobre valor justo dos empréstimos.
- Inclusão da demonstração do resultado abrangente.
- Na demonstração dos fluxos de caixa, do exercício de 2011, houve a reclassificação das movimentações dos contratos de mútuos classificados anteriormente como de atividade de caixa operacional para atividades de financiamento (ver detalhes das reclassificações nos quadros abaixo).

Demonstração do Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

	<u>Apresentada</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentada</u>
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	<u>932</u>	<u>-</u>	<u>932</u>
	<u>932</u>	<u>-</u>	<u>932</u>
Redução (aumento) nos ativos			
Impostos a recuperar	(41)		(41)
Outros ativos	<u>(62.603)</u>	<u>62.603</u>	<u>-</u>
	<u>(62.644)</u>		<u>(41)</u>
Aumento (redução) nos passivos			
Obrigações tributárias	1.606		1.606
Contratos de mútuos	<u>1.690</u>	<u>(1.690)</u>	<u>-</u>
	<u>3.296</u>		<u>1.606</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	<u>(58.416)</u>		<u>2.497</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
No imobilizado	(7.522)		(7.522)
No intangível	<u>-</u>		<u>-</u>
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	<u>(7.522)</u>		<u>(7.522)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento			
Aumento de capital	65.938		65.938
Contratos de mútuos	<u>-</u>	<u>(60.913)</u>	<u>(60.913)</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento	<u>65.938</u>		<u>5.025</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	-		-
Disponibilidades no início do exercício	<u>-</u>		<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>-</u>		<u>-</u>

2 Contexto operacional

A Termelétrica Pernambuco III S/A (“Companhia”) é uma entidade domiciliada no Brasil, foi constituída em 23 de outubro de 2008, com escritório na Avenida Plínio Brasil Milano, 607, bairro Higienópolis em Porto Alegre/RS.

A Companhia tem por objeto específico a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica, com potência instalada de 200 MW, localizada na área rural de Engenho D’Água, Três Ladeiras, Município de Igarassú, Estado de Pernambuco. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional.

A Companhia tem o propósito de produzir energia elétrica, em regime de disponibilidade, incluindo produção integrada, a partir da combustão de óleo combustível, a fim de honrar os contratos de venda de energia. A Companhia participou e logrou êxito no 7º Leilão para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração – Leilão 03/2008, ocorrido em 30 de outubro de 2008, tendo comercializado 104MW médios com 39 Concessionárias de Distribuição de Energia, por um período de 15 anos, a iniciar-se no dia 1 de janeiro de 2013, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, dentro do ambiente regulado (ACR) pela ANEEL.

Como vencedora do leilão, a UTE receberá uma receita fixa anual igual a R\$ 74.607, pela disponibilidade de energia, e, supondo ordem de despacho de energia pela ONS, terá os custos com operação ressarcidos no valor de R\$ 214,00/MWh. Os valores são referentes ao mês de janeiro de 2008 e sofrem atualização monetária todo mês de novembro com base no índice IPCA: em termos correntes, os valores correspondem, respectivamente, a R\$ 97.096 e R\$ 278,51/MWh.

O início da operação da Companhia estava previsto para o mês de janeiro de 2013, entretanto, em função da demora do Poder Concedente na concessão da Outorga, não foi possível iniciar as operações na data prevista. Estima-se que o início da operação ocorrerá até o final do exercício de 2013. Conforme decisão judicial, o referido atraso não implicará penalidades nas esferas regulatórias e comerciais, pois foi determinado que as autoridades competentes se absteriam da exigência do registro e aporte do lastro de energia da termelétrica, bem como de garantias financeiras. Entretanto, em relação aos contratos de CUST (Contratos de Uso do Sistema de Transmissão), que se referem aos serviços de transmissão de energia elétrica e as respectivas condições de acesso, houve a necessidade de cumprimento das obrigações financeiras a partir da data que estava prevista para o início da operação.

A Companhia é parte do Grupo Econômico cuja controladora final é a Bolognesi S.A.. A Companhia foi constituída no ano de 2010 e desde então encontra-se em fase pré-operacional, com previsão de entrar em operação até o encerramento de 2013. Durante toda a fase pré-operacional, a Companhia contou com o suporte financeiro de sua controladora e outras empresas do grupo como fonte principal de financiamento à construção dos ativos que serão utilizados em suas operações. A Administração entende que a partir de sua entrada em operação, a Companhia terá plenas condições de manter suas operações em continuidade em razão dos seguintes aspectos:

- Geração de caixa operacional pela venda de energia, com a geração altamente provável de receitas em função do resultado do leilão acima mencionado;
- Existência de linhas de crédito disponíveis e plena capacidade de uso do seu ativo imobilizado como garantia de tais linhas de crédito;
- Processos já em andamento de alongamento dos financiamentos obtidos junto a terceiros em 2013, com expectativa de conclusão até o final de 2013.

A Administração entende ainda que eventuais situações não previstas na conclusão das ações acima, tais como eventuais atrasos, serão prontamente suportadas pelo grupo econômico do qual a Companhia faz parte, o qual já demonstrou disposição e capacidade para manter a continuidade normal das operações da Termelétrica Pernambuco III.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras que estão sendo apresentadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras, considerando a legislação societária e observância das mudanças de práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e pela edição de pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de outubro de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não tinha ativos ou passivos em moeda estrangeira.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo.

Vida útil dos ativos

O imobilizado é depreciado durante sua vida útil econômica, levando em consideração a taxa de depreciação limitada ao prazo das concessões.

Taxas de depreciação:

Edificações	3,5% a.a
Equipamentos	10% a.a
Equipamentos de informática	20% a.a
Veículos	20% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a

A Companhia estimou as taxas de edificações com base no prazo do contrato da concessão (35 anos) uma vez que este é menor que a vida útil estimada destes bens.

4 Políticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não derivativos são classificados como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive ativos intangíveis, serão revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d. Fornecedores

Os valores a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores a pagar são apresentados como passivo não circulante. Eles são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

e. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

5 Tributos a recuperar

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
PIS	7	-
COFINS	34	-
Total	<u>41</u>	<u>-</u>

Os valores constantes em tributos a recuperar, são oriundos de créditos de PIS e COFINS sobre aquisições para Imobilizado.

6 Imobilizado

Custo	Edificações	Total
	<u> </u>	<u> </u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>-</u>	<u>-</u>
Adições	<u>7.522</u>	<u>7.522</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>7.522</u>	<u>7.522</u>

7 Obrigações Tributárias

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
IOF	200	-
IRRF	290	-
CSLL	<u>113</u>	<u>-</u>
Total	<u>603</u>	<u>-</u>

8 Contratos de mútuo - partes relacionadas

	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Hidrotérmica S.A	62.603	-	-	-
Brasilterm S.A	-	1.689	-	-
Multiner S.A	-	80	-	79
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>62.603</u>	<u>1.769</u>	<u>-</u>	<u>79</u>

A Companhia tem contratos de mútuos cujos prazos são de 10 anos a contar da assinatura do contrato em 1º de janeiro de 2011, representados por conta corrente.

9 Despesas por natureza

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Serviços prestados por terceiros	14	46
Tributárias	574	-
Despesas legais e judiciais	3	5
Outras despesas administrativas	8	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de despesas por natureza	<u>599</u>	<u>51</u>

10 Resultado financeiro

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Juros ativos	2.947	-
Variação monetária ativa	<u>2.126</u>	<u>-</u>
Total de receitas financeiras	<u>5.073</u>	<u>-</u>
Juros passivos	1.792	-
Despesas comissões bancárias	156	-
Variação monetária passiva	<u>1.192</u>	<u>-</u>
Total de despesas financeiras	<u>3.140</u>	<u>-</u>

Em 2011, as receitas e despesas financeiras de juros e variação monetária referem-se as operações de mútuos com partes relacionadas

11 Seguros

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros contra riscos de engenharia era de R\$ 337.505,39 para a Companhia.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 2011, ocorreu aumento de capital no montante de R\$ 65.938, através de aportes de capital no montante de R\$ 65.938 (sessenta e cinco milhões, novecentos e trinta e oito mil reais) em moeda corrente, com subscrição de novas ações no montante de 65.938.000.

Em 31 de dezembro de 2011 o capital social é de R\$ 65.939 (sessenta e cinco milhões, novecentos e trinta e nove mil), dividido em 65.939.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas deliberaram pela não distribuição em 31 de dezembro de 2011.

Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação

	2011	2010
Lucro (Prejuízo) do exercício	932	(51)
Quantidade média ponderada de ações	18.947	1
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação	0,05	(51)

13 Imposto de renda e contribuição social

	2011	2010
Despesa de imposto corrente		
Exercício corrente	402	-
Total de despesa de Imposto de renda e contribuição social	402	-

Reconciliação da taxa efetiva do imposto

	2011		2010	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	1.334		(51)
Total da despesa / receita de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	402		-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	1.736		(51)
Imposto de renda e contribuição social utilizando alíquota da controladora	34%	590	34%	-
Multas não dedutíveis		(188)		-
Tributos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa CSSL	-	-	-	(51)
	23%	402	23%	-

14 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Ativos Financeiros	Mensuração	Contábil	Valor justo
Empréstimos e Recebíveis			
Contratos de mútuo	Custo Amortizado	62.603	62.603
Passivos Financeiros			
Contratos de mútuo	Custo Amortizado	1.769	1.769

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, a administração da Companhia considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Contratos de mútuo: Estão mensuradas pelo custo amortizado, sendo classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Administração financeira de risco:

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia está exposta, em virtude de suas operações, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de taxas de juros
- Riscos de mercado

Não houve alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Objetivos, políticas e processos gerais

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de determinar os objetivos e políticas de gestão de risco da Companhia e, ao manter a responsabilidade final por eles, delegou autoridade para os processos de desenvolvimento e operação que garantem a implementação eficaz dos objetivos e políticas à função de finanças da Companhia.

O objetivo geral é estabelecer políticas que visam reduzir o risco ao máximo, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade da Companhia. Detalhes adicionais relacionados a essas políticas seguem abaixo:

Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possui riscos de taxas de juros passivos, exceto pelas operações de mútuos.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

15 Evento subsequente

Em junho de 2012 ocorreu redução de capital social, no valor de R\$ 60.000, com o conseqüente cancelamento de 60.000.000 (sessenta milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, tornando sem efeito a subscrição e integralização realizada em setembro de 2011 pela Brasilterm Energia S/A.

Em 28 de fevereiro de 2013 houve mudança de controle acionário da Companhia, que anteriormente era da Brasilterm Energia S/A, passando para a Bolognesi Participações S/A em função do aporte de R\$ 120.000, equivalentes a 120.000.000 (cento e vinte milhões) de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Em março de 2013 ocorreu a liberação de um financiamento do BNDES através do Banrisul, a título de FINAME, no valor de R\$ 5.419, com juros prefixados efetivos de 2,5% ao ano, com vencimento final em junho de 2020 e prazo de carência até julho de 2014.

Em 17 de julho de 2013 houve mudança no percentual de participação do acionista, através de um ato de rratificação, ratificando o capital social total em R\$ 125.939, aumentado em fevereiro, mas retificando o número de ações da Bolognesi, de 120.000.000 (cento e vinte milhões) de ações para 20.223.996 (vinte milhões, duzentas e vinte e três mil, novecentas e noventa e seis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 5,93 (cinco reais e noventa e três centavos) cada uma.

Em setembro de 2013 a Companhia ingressou com o pedido de registro junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com o objetivo de realização de emissão de debêntures. A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 400, sob regime de garantia firme de colocação para todas as Séries, no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. (“Coordenador Líder”), nos termos do “Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA DO EXERCÍCIO SOCIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Termelétrica Pernambuco III S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011**

KPMG Auditores Independentes
Setembro de 2013
KPDS 41608

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Termelétrica Pernambuco III S.A.
Porto Alegre – RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termelétrica Pernambuco III S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Outros assuntos**Reapresentação das demonstrações financeiras**

Em 30 de julho de 2013 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que ora estão sendo reapresentadas em decorrência do cumprimento das exigências do pedido de registro de companhia aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários e outras alterações, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Consequentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 25 de outubro de 2013.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7



Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Contador CRC RS-042460/O-3

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	735	-	Fornecedores	9	7.052	-
Tributos a recuperar	6	21	41	Obrigações tributárias	10	644	603
Despesas antecipadas	7	455	-	Obrigações sociais e trabalhistas	11	102	-
				Empréstimos e financiamentos	12	7	-
Total do ativo circulante		1.211	41	Total do passivo circulante		7.805	603
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Contratos de mútuo - partes relacionadas	13	18.925	62.603	Contratos de mútuo - partes relacionadas	13	121.673	1.769
Imobilizado	8	115.122	7.522	Empréstimos e financiamentos	12	76	-
Intangível		4	-	Obrigações tributárias		-	1.003
Total do ativo não circulante		134.051	70.125	Total do passivo não circulante		121.749	2.772
				Patrimônio líquido			
				Capital social	17	5.939	65.939
				Reservas de Lucros		-	852
				Prejuízos acumulados		(231)	-
				Total do patrimônio líquido		5.708	66.791
Total do ativo		135.262	70.166	Total do passivo e patrimônio líquido		135.262	70.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(121)	(25)
Tributárias		<u>(1.034)</u>	<u>(574)</u>
Total das despesas operacionais líquidas	14	<u>(1.155)</u>	<u>(599)</u>
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros e dos impostos sobre os resultados		<u>(1.155)</u>	<u>(599)</u>
Despesas financeiras	15	(26)	(3.140)
Receitas financeiras	15	<u>98</u>	<u>5.073</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(1.083)</u>	<u>1.334</u>
Imposto de renda e contribuição social		-	(402)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u><u>(1.083)</u></u>	<u><u>932</u></u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	17	(0,03)	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	<u>(1.083)</u>	<u>932</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(1.083)</u></u>	<u><u>932</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Prejuízos Acumulados	Total
	Capital social	Legal	Investimento e Capital de Giro		
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1	-	-	(80)	(79)
Aumento de capital	65.938	-	-	-	65.938
Lucro líquido do exercício	-	-	-	932	932
Reserva Legal	-	43	-	(43)	-
Reserva para investimento e capital de giro	-	-	809	(809)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	65.939	43	809	-	66.791
Redução de capital	(60.000)	-	-	-	(60.000)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.083)	(1.083)
Compensação de prejuízos	-	(43)	(809)	852	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.939	-	-	(231)	5.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
	Reapresentado	Reapresentado
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	(1.083)	932
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Atualização de empréstimos	2	-
Depreciação e amortização	7	-
	<u>(1.074)</u>	<u>932</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Impostos a recuperar	20	(41)
Despesas antecipadas	(455)	-
	<u>(435)</u>	<u>(41)</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Obrigações tributárias	(962)	1.606
Obrigações sociais e trabalhistas	102	-
	<u>(860)</u>	<u>1.606</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	<u>(2.369)</u>	<u>2.497</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		
No imobilizado	(100.555)	(7.522)
No intangível	(4)	-
	<u>(100.559)</u>	<u>(7.522)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Aumento (Redução) de capital	(60.000)	65.938
Contratos de mútuos	169.506	(60.913)
Pagamentos de mútuos	(5.924)	-
Captação de empréstimos	81	-
	<u>103.663</u>	<u>5.025</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento	<u>103.663</u>	<u>5.025</u>
Aumento no caixa e equivalentes	735	-
Disponibilidades no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>735</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	98	5.073
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros e outros	<u>(121)</u>	<u>(25)</u>
Valor adicionado a distribuir	<u><u>(23)</u></u>	<u><u>5.048</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Tributos		
Federais	1.034	976
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias	26	3.140
Remuneração de capitais próprios		
(Prejuízo) ou Lucro do exercício	<u>(1.083)</u>	<u>932</u>
Valor adicionado distribuído	<u><u>(23)</u></u>	<u><u>5.048</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 estão sendo reapresentadas em decorrência do cumprimento das exigências do pedido de registro de companhia aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários e para refletir alterações nas demonstrações do fluxo de caixa e complementar informações nas notas explicativas referentes à:

- Nota Explicativa 2 - Contexto Operacional: Inclusão de informações adicionais sobre os planos da Administração
- Notas Explicativas 4.e – Principais Práticas contábeis - Inclusão de detalhes sobre o não reconhecimento do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e na nota explicativa 18: reconciliação da taxa efetiva de impostos com a taxa nominal.
- Nota Explicativa 3 – Base de Preparação – Vida útil dos ativos: Inclusão das taxas de depreciação;
- Nota explicativa 13 – Partes Relacionadas: Inclusão de condições dos contratos de mútuos
- Nota Explicativa 17.b – Patrimônio Líquido: Inclusão do lucro e prejuízo por média ponderada de ações.
- Nota Explicativa 19 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco: Adequação das informações sobre valor justo dos empréstimos e outras divulgações
- Nas demonstrações dos fluxos de caixa houve a reclassificação das movimentações dos contratos de mútuos classificados anteriormente como de atividade de caixa operacional para atividades de financiamento e redução nas saídas de caixa referentes a aquisições de imobilizado para as quais ainda não houve liquidação (ver detalhes das reclassificações nos quadros abaixo).

Demonstração do Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	<u>Apresentada</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentada</u>
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Prejuízo do exercício	(1.083)	-	(1.083)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Atualização de empréstimos	2	-	2
Depreciação e amortização do imobilizado	7	-	7
	<u>(1.074)</u>	<u>-</u>	<u>(1.074)</u>
Redução (aumento) nos ativos			
Impostos a recuperar	20	-	20
Despesas antecipadas	(455)	-	(455)
Outros ativos	43.678	(43.678)	-
	<u>43.243</u>	<u>(43.678)</u>	<u>(435)</u>
Aumento (redução) nos passivos			
Variação de fornecedores	7.052	(7.052)	-
Obrigações tributárias	(962)	-	(962)
Obrigações sociais e trabalhistas	102	-	102
Contratos de mútuos	119.904	(119.904)	-
	<u>126.096</u>	<u>(126.956)</u>	<u>(860)</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	<u>168.265</u>	<u>(170.634)</u>	<u>(2.369)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
No imobilizado	(107.607)	7.052	(100.555)
No intangível	(4)	-	(4)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	<u>(107.611)</u>	<u>7.052</u>	<u>(100.559)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento			
Redução de capital	(60.000)		(60.000)
Contratos de mútuos	-	169.506	169.506
Pagamentos de mútuos		(5.924)	(5.924)
Captação de empréstimos	81	-	81
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento	<u>(59.919)</u>	<u>163.582</u>	<u>103.663</u>
Aumento no caixa e equivalentes	735	-	735
Disponibilidades no início do exercício	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>735</u>	<u>-</u>	<u>735</u>

Demonstração do Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

	<u>Apresentada</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentada</u>
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	<u>932</u>	<u>-</u>	<u>932</u>
	<u>932</u>	<u>-</u>	<u>932</u>
Redução (aumento) nos ativos			
Impostos a recuperar	(41)		(41)
Outros ativos	<u>(62.603)</u>	<u>62.603</u>	<u>-</u>
	<u>(62.644)</u>		<u>(41)</u>
Aumento (redução) nos passivos			
Obrigações tributárias	1.606		1.606
Contratos de mútuos	<u>1.690</u>	<u>(1.690)</u>	<u>-</u>
	<u>3.296</u>		<u>1.606</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	<u>(58.416)</u>		<u>2.497</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
No imobilizado	(7.522)		(7.522)
No intangível	<u>-</u>		<u>-</u>
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	<u>(7.522)</u>		<u>(7.522)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento			
Aumento de capital	65.938		65.938
Contratos de mútuos	<u>-</u>	<u>(60.913)</u>	<u>(60.913)</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento	<u>65.938</u>		<u>5.025</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	-		-
Disponibilidades no início do exercício	<u>-</u>		<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>-</u>		<u>-</u>

2 Contexto operacional

A Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia”), é uma entidade domiciliada no Brasil, com escritório na Avenida Plínio Brasil Milano, nº 607, bairro Higienópolis em Porto Alegre/RS.

A Companhia tem por objeto específico a geração de energia elétrica de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica, com potência instalada de 200 MW, localizada na área rural de Engenho D’Água, Três Ladeiras, Município de Igarassú, Estado de Pernambuco. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional.

A Companhia tem o propósito de produzir energia elétrica, em regime de disponibilidade, incluindo produção integrada, a partir da combustão de óleo combustível, a fim de honrar os contratos de venda de energia. A Companhia participou e logrou êxito no 7º Leilão para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração – Leilão 03/2008, ocorrido em 30 de outubro de 2008, tendo comercializado 104MW médios com 39 Concessionárias de Distribuição de Energia, por um período de 15 anos, a iniciar-se no dia 1 de janeiro de 2013, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, dentro do ambiente regulado (ACR) pela ANEEL.

Como vencedora do leilão, a Pernambuco III receberá uma receita fixa anual igual a R\$ 74.607, pela disponibilidade de energia, e, supondo ordem de despacho de energia pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, terá os custos com operação ressarcidos no valor de R\$ 214,00/MWh. Os valores são referentes ao mês de janeiro de 2008 e sofrem atualização monetária todo mês de novembro com base no índice IPCA: em termos correntes, os valores correspondem, respectivamente, a R\$ 97.096 e R\$ 278,51/MWh.

O início da operação da Companhia estava previsto para o mês de janeiro de 2013, entretanto, em função da demora do Poder Concedente na concessão da Outorga, não foi possível iniciar as operações na data prevista. Estima-se que o início da operação ocorrerá até o final do exercício de 2013. Conforme decisão judicial, o referido atraso não implicará penalidades nas esferas regulatórias e comerciais, pois foi determinado que as autoridades competentes se abstivessem da exigência do registro e aporte do lastro de energia da termelétrica, bem como de garantias financeiras. Entretanto, em relação aos contratos de CUST (Contratos de Uso do Sistema de Transmissão), que se referem aos serviços de transmissão de energia elétrica e as respectivas condições de acesso, houve a necessidade de cumprimento das obrigações financeiras a partir da data que estava prevista para o início da operação.

A Companhia é parte do Grupo Econômico cuja controladora final é a Bolognesi S.A.. A Companhia foi constituída no ano de 2010 e desde então encontra-se em fase pré-operacional, com previsão de entrar em operação até o encerramento de 2013. Durante toda a fase pré-operacional, a Companhia contou com o suporte financeiro de sua controladora e outras empresas do grupo como fonte principal de financiamento à construção dos ativos que serão utilizados em suas operações. A Administração entende que a partir de sua entrada em operação, a Companhia terá plenas condições de manter suas operações em continuidade em razão dos seguintes aspectos:

- Geração de caixa operacional pela venda de energia, com a geração altamente provável de receitas em função do resultado do leilão acima mencionado;

- Existência de linhas de crédito disponíveis e plena capacidade de uso do seu ativo imobilizado como garantia de tais linhas de crédito;
- Processos já em andamento de alongamento dos financiamentos obtidos junto a terceiros em 2013, com expectativa de conclusão até o final de 2013.

A Administração entende ainda que eventuais situações não previstas na conclusão das ações acima, tais como eventuais atrasos, serão prontamente suportadas pelo grupo econômico do qual a Companhia faz parte, o qual já demonstrou disposição e capacidade para manter a continuidade normal das operações da Termelétrica Pernambuco III.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras que estão sendo apresentadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras, considerando a legislação societária e observância das mudanças de práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e pela edição de pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de outubro de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía ativos ou passivos em moeda estrangeira.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo.

Vida útil dos ativos

O imobilizado é depreciado durante sua vida útil econômica, levando em consideração a taxa de depreciação limitada ao prazo das concessões.

Taxas de depreciação:

Edificações	3,5% a.a
Equipamentos	10% a.a
Equipamentos de informática	20% a.a
Veículos	20% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a

A Companhia estimou as taxas de edificações com base no prazo do contrato da concessão (35 anos) uma vez que este é menor que a vida útil estimada destes bens.

4 Principais políticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não derivativos são classificados como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e contratos de mútuos.

b. *Impairment de ativos não financeiros*

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas de valor recuperável, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

c. *Imobilizado*

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d. *Fornecedores*

Os valores a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores a pagar são apresentados como passivo não circulante. Eles são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

e. *Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 368 (2011: R\$zero) não foi reconhecido pois a Companhia se encontra em fase pré operacional, sem histórico de lucro.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Aplicação Financeira	<u>735</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>735</u></u>	<u><u>-</u></u>

O caixa e os equivalentes de caixa são constituídos por saldos de depósitos à vista em instituições financeiras.

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário - CDB e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro e são imediatamente resgatáveis, sem risco significativo de mudança de valor.

6 Tributos a recuperar

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
PIS	-	7
COFINS	-	34
IR	<u>21</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>21</u></u>	<u><u>41</u></u>

Os valores constantes em tributos a recuperar, são oriundos da retenção de IRRF dos resgates de aplicação financeira e de créditos de PIS e COFINS sobre aquisições para Imobilizado.

7 Despesas antecipadas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Argo Seguros	267	-
J. Malucelli	186	-
Tokio Marine	<u>2</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>455</u></u>	<u><u>-</u></u>

Os pagamentos antecipados referem-se a apólices de seguro para cobertura de riscos de engenharia.

8 Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Edificações	Total
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-
Adições	-	-	7.522	7.522
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	7.522	7.522
Adições	11	87	107.509	107.607
Saldo em 31 de dezembro de 2012	11	87	115.031	115.129
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-
Adições	-	7	-	7
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	7	-	7
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2011	-	-	7.522	7.522
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2012	11	81	115.031	115.122

Neste exercício não ocorreram fatores que indiquem a evidência na necessidade de ajuste de perdas por *impairment*.

9 Fornecedores

	2012	2011
Fornecedores	7.052	-
Total	7.052	-

O saldo de fornecedores é composto pelas obras de construção da usina termelétrica da Companhia, prevista para conclusão no mês de outubro de 2013.

10 Obrigações Tributárias

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
ICMS	605	-
PIS/COFINS/CSLL	20	-
IOF	-	200
IRRF	5	290
CSLL	-	113
ISS	14	-
Total	<u>644</u>	<u>603</u>

O saldo de imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) é composto pelas aquisições de materiais para a construção da usina termelétrica da Companhia. Refere-se ao ICMS diferencial de alíquotas nas transações entre Estados.

Os saldos de PIS, COFINS, CSLL e Imposto de renda retido na fonte – IRRF e Imposto sobre Serviços – ISS são compostos por retenções de tributos na aquisição de serviços para as obras da usina termelétrica da Companhia.

11 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
INSS	102	-
Total	<u>102</u>	<u>-</u>

12 Financiamentos

	Encargos	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1,20% a.m.	83	-
Total		<u>83</u>	<u>-</u>
Circulante		<u>7</u>	<u>-</u>
Não Circulante		<u>76</u>	<u>-</u>

Os financiamentos (R\$ 7 no circulante e R\$ 76 no não circulante, em 2012) possuem uma taxa média de atualização mensal de 1,2%, com parcelas mensais e vencimento final em 2015. Foram dados como garantias os bens objetos destas operações, que representam o montante de R\$ 80 em 31.12.2012.

13 Contratos de mútuo - partes relacionadas

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Hidrotérmica S.A	-	-	62.603	-
Brasilterm S.A	-	2.620	-	1.689
Bolognesi Participações S.A	18.925	119.053	-	-
Multiner S.A	-	-	-	80
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>80</u>
Total	<u>18.925</u>	<u>121.673</u>	<u>62.603</u>	<u>1.769</u>

A Companhia tem contratos de mútuos cujos prazos são de 10 anos a contar da assinatura do contrato em 1º de janeiro de 2011, representados por conta corrente. Os efeitos no resultado destas operações estão divulgados na nota 15.

14 Despesas por natureza

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depreciações e Amortizações	7	-
Viagens	14	-
Serviços prestados por terceiros	46	14
Tributárias	1.034	574
Despesas legais e judiciais	4	3
Outras despesas administrativas	50	8
	<u>50</u>	<u>8</u>
Total de despesas por natureza	<u>1.155</u>	<u>599</u>

As despesas tributárias referem-se principalmente à imposto sobre operações financeiras (IOF).

15 Resultado financeiro

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros ativos	-	2.947
Variação monetária ativa	-	2.126
Receita sobre aplicação financeira	<u>98</u>	<u>-</u>
Total de receitas financeiras	<u>98</u>	<u>5.073</u>
Juros passivos	6	1.792
Despesas comissões bancárias	18	156
Variação monetária passiva	<u>2</u>	<u>1.192</u>
Total de despesas financeiras	<u>26</u>	<u>3.140</u>

Em 2011, as receitas e despesas financeiras de juros e variação monetária referem-se as operações de mútuos com partes relacionadas. Em 2012 a Companhia não registrou juros ativos e passivos sobre os mútuos.

16 Seguros

Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros contra riscos de engenharia era de R\$ 196.000 para a Companhia.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 2011, ocorreu aumento de capital no montante de R\$ 65.938, através de aportes de capital no montante de R\$ 65.938 (sessenta e cinco milhões, novecentos e trinta e oito mil reais) em moeda corrente, com subscrição de novas ações correspondentes a 65.938.000 ações.

Em junho de 2012 ocorreu uma redução de capital da companhia no valor de R\$ 60.000, com redução de caixa, com o consequente cancelamento de 60.000.000 (sessenta milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, tornando sem efeito a subscrição e integralização realizada em setembro de 2011 pela Brasilterm S.A.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social é de R\$ 5.939 (cinco milhões, novecentos e trinta e nove mil reais), dividido em 5.939.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Conforme deliberação dos acionistas, não foram distribuídos dividendos em 2011.

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	Quantidade de ações	Participação (%)	Quantidade de ações	Participação (%)
Brasilterm Energia S.A.	-	-	63.776	96,72
Bolognesi Participações S.A.	-	-	2.163	3,28
Hidrotérmica S.A.	5.939	100,00	-	-
Total	5.939	100,00	65.939	100,00

Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Prejuízo do exercício	(1.083)	932
Quantidade média ponderada de ações	35.692	18.947
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação	<u>(0,03)</u>	<u>0,05</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesa de imposto corrente		
Exercício corrente	-	(402)
Total de despesa de Imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>(402)</u>

Reconciliação da taxa efetiva do imposto

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.083)	1.334
Total da despesa / receita de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	402
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(1.083)</u>	<u>1.736</u>
Imposto de renda e contribuição social utilizando alíquota da controladora	-34% 368	-34% (590)
Multas não dedutíveis	-	188
Tributos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa CSSL	- (368)	-
	<u>-</u>	<u>-23% (402)</u>

19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		2012		2011	
Ativos Financeiros	Mensuração	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Empréstimos e Recebíveis					
Contratos de mútuo	Custo Amortizado	18.925	18.925	62.603	62.603
Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	7.052	7.052	-	-
Contratos de mútuo	Custo Amortizado	121.673	121.673	1.769	1.769
Financiamentos	Custo Amortizado	83	83	-	-

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, a administração da Companhia considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

		Contábil		Justo	
	Nível	2012	2011	2012	2011
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Nível 2	735	-	735	-

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao seu valor de custo amortizado.

Fornecedores: mensurados ao custo amortizado e classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.

Financiamentos: Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.

Contratos de mútuo: Estão mensuradas pelo custo amortizado, sendo classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Administração financeira de risco:

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A companhia apresenta os seguintes riscos:

Risco de liquidez;
 Risco de crédito;
 Riscos de mercado:

c. Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras.

	Valor contábil 31/12/2012	Fluxo contratado	6 meses ou menos	6 -12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	7.052	7.052	7.052	-	-	-	-
Contas a Pagar Partes Relacionadas	121.673	121.673	-	-	-	-	121.673
Financiamentos	83	83	3,5	3,5	21	55	-

d. Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

e. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativos		
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	735	-
Ativo Não Circulante		
Contratos de mútuo	18.925	62.603
Passivos		
Passivo Circulante		
Fornecedores	7.052	-
Financiamentos	7	-
Passivo não Circulante		
Financiamentos	76	-
Contratos de mútuo	121.673	1.769

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

20 Evento subsequente

Em 28 de fevereiro de 2013 houve mudança de controle acionário da Companhia, que anteriormente era da Brasilterm Energia S.A., passando para a Bolognesi Participações S.A. em função do aporte de R\$ 120.000, equivalentes a 120.000 (cento e vinte milhões) de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Em março de 2013 ocorreu a liberação de um financiamento do BNDES através do Banrisul, a título de FINAME, no valor de R\$ 5.419, com juros prefixados efetivos de 2,5% ao ano, com vencimento final em junho de 2020 e prazo de carência até julho de 2014.

Em 17 de julho de 2013 houve mudança no percentual de participação do acionista, através de um ato de rerratificação, ratificando o capital social total em R\$ 125.939, aumentado em fevereiro, mas retificando o número de ações da Bolognesi, de 120.000 (cento e vinte milhões) de ações para 20.223.996 (vinte milhões, duzentas e vinte e três mil, novecentas e noventa e seis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 5,93 (cinco reais e noventa e três centavos) cada uma.

Em setembro de 2013 a Companhia ingressou com o pedido de registro junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com o objetivo de realização de emissão de debêntures. A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 400, sob regime de garantia firme de colocação para todas as Séries, no valor de R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais), com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. (“Coordenador Líder”), nos termos do “Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional.

-
- **INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO PERÍODO DE 9 MESES ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2013**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	614
-----------------------	-----

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	615
---------------------------	-----

Balanço Patrimonial Passivo	616
-----------------------------	-----

Demonstração do Resultado	617
---------------------------	-----

Demonstração do Resultado Abrangente	618
--------------------------------------	-----

Demonstração do Fluxo de Caixa	619
--------------------------------	-----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	620
--------------------------------	-----

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	621
--------------------------------	-----

Demonstração do Valor Adicionado	622
----------------------------------	-----

Comentário do Desempenho	623
--------------------------	-----

Notas Explicativas	626
--------------------	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	642
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	26.162.996
Preferenciais	0
Total	26.162.996
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	459.202	135.262
1.01	Ativo Circulante	37.919	1.211
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.597	735
1.01.04	Estoques	35.154	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	75	21
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	75	21
1.01.07	Despesas Antecipadas	93	455
1.02	Ativo Não Circulante	421.283	134.051
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.034	18.925
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	17.034	18.925
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	13.033	0
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.001	18.925
1.02.03	Imobilizado	404.246	115.122
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	404.246	115.122
1.02.04	Intangível	3	4
1.02.04.01	Intangíveis	3	4

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	459.202	135.262
2.01	Passivo Circulante	341.167	7.805
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	91	102
2.01.01.01	Obrigações Sociais	77	102
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	14	0
2.01.02	Fornecedores	16.752	7.052
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.752	7.052
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.278	644
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	530	25
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	687	605
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	61	14
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	322.991	7
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	322.991	7
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	322.991	7
2.01.05	Outras Obrigações	55	0
2.01.05.02	Outros	55	0
2.02	Passivo Não Circulante	5.378	121.749
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.246	76
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.246	76
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	5.246	76
2.02.02	Outras Obrigações	132	121.673
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	132	121.673
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	132	2.620
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	119.053
2.03	Patrimônio Líquido	112.657	5.708
2.03.01	Capital Social Realizado	125.939	5.939
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-13.282	-231

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.450	-14.008	-20	-1.021
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.450	-14.008	-20	-1.021
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-4.875	-9.690	-9	-12
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-575	-4.318	-11	-1.009
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-5.450	-14.008	-20	-1.021
3.06	Resultado Financeiro	837	957	0	-2
3.06.01	Receitas Financeiras	1.185	1.508	1	1
3.06.02	Despesas Financeiras	-348	-551	-1	-3
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.613	-13.051	-20	-1.023
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-4.613	-13.051	-20	-1.023
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-4.613	-13.051	-20	-1.023
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação	-0,10508	-0,17918	-0,00337	-0,02230
3.99.01.01	ON				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-4.613	-13.051	-20	-1.023
4.03	Resultado Abrangente do Período	-4.613	-13.051	-20	-1.023

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-47.201	-2.703
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-13.033	-1.020
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-13.051	-1.023
6.01.01.02	Depreciação/Amortização do Imobilizado	18	3
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-34.168	-1.683
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	-54	41
6.01.02.02	Estoque de Insumos	-35.154	0
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	362	-432
6.01.02.04	Obrigações Tributárias	634	-1.602
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-11	0
6.01.02.06	Contas a Pagar	55	310
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-279.441	-88.446
6.02.01	No imobilizado	-279.441	-88.446
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	328.504	96.966
6.03.01	Aumento (Redução) de capital	120.000	-60.000
6.03.02	Captação de financiamento	337.116	87
6.03.03	Contratos de mútuo	136.749	160.123
6.03.04	Pagamento de mútuo	-256.399	-3.244
6.03.05	Pagamentos de financiamentos	-8.962	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.862	5.817
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	735	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.597	5.817

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	5.939	0	0	-231	0	5.708
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	5.939	0	0	-231	0	5.708
5.04	Transações de Capital com os Sócios	120.000	0	0	0	0	120.000
5.04.01	Aumentos de Capital	120.000	0	0	0	0	120.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.051	0	-13.051
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.051	0	-13.051
5.07	Saldo Finais	125.939	0	0	-13.282	0	112.657

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	65.939	809	43	0	0	66.791
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	65.939	809	43	0	0	66.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-60.000	0	0	0	0	-60.000
5.04.08	Redução de Capital	-60.000	0	0	0	0	-60.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.023	0	-1.023
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.023	0	-1.023
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-809	-43	852	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-809	-43	852	0	0
5.07	Saldo Finais	5.939	0	0	-171	0	5.768

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2013 à 30/09/2013	01/01/2012 à 30/09/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.672	-9
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.672	-9
7.03	Valor Adicionado Bruto	-9.672	-9
7.04	Retenções	-18	-3
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18	-3
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-9.690	-12
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.508	1
7.06.02	Receitas Financeiras	1.508	1
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-8.182	-11
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-8.182	-11
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.318	1.009
7.08.02.01	Federais	4.318	1.009
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	551	3
7.08.03.01	Juros	551	3
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-13.051	-1.023
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-13.051	-1.023

Comentário do Desempenho



Termelétrica Pernambuco III S/A.

Relatório de Desempenho Trimestral

30 de setembro de 2013

Diretoria:

Paulo Cesar Rutzen
Diretor Presidente e de RI

Giancarlo Porto Bratkowski
Diretor

Gianna Sonogo Bolognesi
Diretora

Sandileuza Borges
Contadora CRC RS-90.331

Comentário do Desempenho



1. Desempenho Econômico-Financeiro

A Termelétrica Pernambuco III S.A. é uma empresa de geração de energia termelétrica. Em 30/09/2013 a Companhia ainda estava em fase pré-operacional.

Em outubro iniciarão os testes de comissionamento pela ANEEL. Se tudo correr dentro da normalidade, no início de novembro de 2013 a usina estará apta a entrar em operação.

Nesta fase pré-operacional, a demonstração dos resultados dos exercícios registra despesas gerais e administrativas e resultado financeiro, todos decorrentes das operações de construção da usina e de atividades pré-operacionais.

1.1 Despesas Operacionais

As despesas operacionais totalizaram R\$ 14.008 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, em comparação com R\$ 1.021 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, representando uma variação de 1.272%. Esta variação é decorrente, principalmente, do aumento das atividades de implantação do nosso projeto ocorrido durante o período de nove meses de 2013, em comparação com o período de nove meses do ano anterior.

1.2 Lucro líquido (prejuízo) do exercício

Em razão principalmente do efeito analisado acima, o prejuízo do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 totalizou R\$ 13.051 mil, representando uma variação de 1.176% em comparação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

2. Investimentos (Imobilizado)

Até setembro de 2013, haviam sido investidos R\$ 404 milhões na usina, que se encontrava com 95% das atividades concluídas.

Instalada nas proximidades da BR 101 e com área total de 12 hectares, a usina, após concluída, terá as seguintes características principais:

- Central geradora termelétrica composta de 23 motores de 8.730 kW cada um;
- Sistemas auxiliares mecânicos compostos por i) sistema de óleo combustível, podendo utilizar óleo pesado ou óleo diesel, ii) sistema de óleo lubrificante, iii) sistema de refrigeração, iv) sistema de ar comprimido, v) sistema de ar de admissão e gases de descarga, vi) sistema de caldeira de recuperação, e vii) sistema de combate a incêndio;
- Sistema elétrico composto por painel elétrico principal e subestação auxiliar com 3 transformadores de 2.500 kVA/13,8kV;
- Subestação elevadora composta por 3 transformadores elevadores de 13,8 kV para 230 kV;
- Sistema de automação com painel central de comando;
- Casa de força;

Comentário do Desempenho



- Áreas auxiliares compostas de escritórios, oficina de manutenção e almoxarifado, estação de bombeamento de combustível e tratamento de combustível; e
- Área de tancagem, composta por 12 tanques para armazenamento de óleo combustível, óleo diesel, óleo lubrificante, borra, água de incêndio, água bruta e água tratada, num total de 8.230 m3 de capacidade de armazenagem, montado dentro de uma área de contenção para prevenir vazamentos, em acordo com as normas ambientais brasileiras.

3. Responsabilidade social e ambiental

Acreditamos que o principal indicador de sustentabilidade de uma empresa é a geração de lucros e a solidez financeira. Entretanto, reconhecemos que os demonstrativos financeiros nem sempre traduzem todas as interfaces de uma empresa com o seu entorno social e ambiental.

Nossas operações atendem aos compromissos assumidos durante todo o processo de licenciamento ambiental, que se encontram em conformidade com a legislação ambiental municipal, estadual e federal, em suas diversas etapas. Cientes da nossa responsabilidade social e do nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável, buscamos aplicar as melhores práticas ambientais e de desenvolvimento sustentável na usina em construção.

Os programas sócio-ambientais abaixo fazem parte do escopo do projeto de implantação da usina:

- Programa de educação ambiental aos colaboradores;
- Programa de monitoramento da qualidade do ar;
- Programa de monitoramento da qualidade da água, do lençol freático e dos solos;
- Programa de mobilização e desmobilização de mão de obra;
- Programa de compensação ambiental;
- Programa de gerenciamento de resíduos sólidos;
- Plano de riscos de acidentes ambientais;
- Plano de emergências.

Notas Explicativas

*Termelétrica Pernambuco III S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2013*

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia”) é uma entidade domiciliada no Brasil, com escritório na Avenida Plínio Brasil Milano, nº 607, bairro Higienópolis em Porto Alegre/RS.

A Companhia tem por objeto específico a geração de energia elétrica de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica, com potência instalada de 200 MW, localizada na área rural de Engenho D’Água, Três Ladeiras, Município de Igarassú, Estado de Pernambuco. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional.

A Companhia tem o propósito de produzir energia elétrica, em regime de disponibilidade, incluindo produção integrada, a partir da combustão de óleo combustível, a fim de honrar os contratos de venda de energia. A Companhia participou e logrou êxito no 7º Leilão para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração – Leilão 03/2008, ocorrido em 30 de outubro de 2008, tendo comercializado 104MW médios com 39 Concessionárias de Distribuição de Energia, por um período de 15 anos, a iniciar-se no dia 1 de janeiro de 2013, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, dentro do ambiente regulado (ACR) pela ANEEL.

Como vencedora do leilão, a UTE receberá uma receita fixa anual igual a R\$ 74.607, pela disponibilidade de energia, e, supondo ordem de despacho de energia pela ONS, terá os custos com operação ressarcidos no valor de R\$ 214,00/MWh. Os valores são referentes ao mês de janeiro de 2008 e sofrem atualização monetária todo mês de novembro com base no índice IPCA: em termos correntes, os valores correspondem, respectivamente, a R\$ 97.096 e R\$ 278,51/MWh.

O início da operação da companhia estava previsto para o mês de janeiro de 2013, entretanto, em função da demora do Poder Concedente na concessão da Outorga, não foi possível iniciar as operações na data prevista. Estima-se que o início da operação ocorrerá até o final do exercício de 2013. Conforme decisão judicial, o referido atraso não implicará penalidades nas esferas regulatórias e comerciais, pois foi determinado que as autoridades competentes se abstivessem da exigência do registro e aporte do lastro de energia da termelétrica, bem como de garantias financeiras.

Entretanto, em relação aos contratos de CUST (Contratos de Uso do Sistema de Transmissão), que se referem aos serviços de transmissão de energia elétrica e as respectivas condições de acesso, houve a necessidade de cumprimento das obrigações financeiras a partir da data que estava prevista para o início da operação.

A Companhia é parte do Grupo Econômico cuja controladora final é a Bolognesi S.A.. A Companhia foi constituída no ano de 2010 e desde então encontra-se em fase pré-operacional, com previsão de entrar em operação até o encerramento de 2013. Durante toda a fase pré-operacional, a Companhia contou com o suporte financeiro de sua controladora e outras empresas do grupo como fonte principal de financiamento à construção dos ativos que serão utilizados em suas operações. A Administração entende que a partir de sua entrada em operação,

Termelétrica Pernambuco III S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2013 e 2012

a Companhia terá plenas condições de manter suas operações em continuidade em razão dos seguintes aspectos:

Termelétrica Pernambuco III S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2013 e 2012

- Geração de caixa operacional pela venda de energia, com a geração altamente provável de receitas em função do resultado do leilão acima mencionado;
- Existência de linhas de crédito disponíveis e plena capacidade de uso do seu ativo imobilizado como garantia de tais linhas de crédito;
- Processos já em andamento de alongamento dos financiamentos obtidos junto a terceiros em 2013, com expectativa de conclusão até o final de 2013.

A Administração entende ainda que eventuais situações não previstas na conclusão das ações acima, tais como eventuais atrasos, serão prontamente suportadas pelo grupo econômico do qual a Companhia faz parte, o qual já demonstrou disposição e capacidade para manter a continuidade normal das operações da Termelétrica Pernambuco III.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com o CPC 21 (R1).

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 25 de outubro de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Em 30 de setembro de 2013, a Companhia não tinha ativos ou passivos em moeda estrangeira.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com CPC 21 (R1) exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo período estão divulgadas abaixo.

Termelétrica Pernambuco III S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2013 e 2012

Vida útil dos ativos

O imobilizado e o intangível são depreciados e amortizados durante sua vida útil econômica, levando em consideração a taxa de depreciação e amortização limitadas ao prazo das concessões.

Taxas de depreciação:

Edificações	3,5% a.a
Equipamentos	10% a.a
Equipamentos de informática	20% a.a
Veículos	20% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a

A Companhia estimou as taxas de edificações com base no prazo do contrato da concessão (35 anos) uma vez que este é menor que a vida útil estimada destes bens.

3 Principais políticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não derivativos são classificados como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e contratos de mútuos.

Termelétrica Pernambuco III S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2013 e 2012

b. *Impairment de ativos não financeiros*

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas de valor recuperável, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

c. *Imobilizado*

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d. *Fornecedores*

Os valores a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores a pagar são apresentados como passivo não circulante. Eles são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

4 *Caixa e equivalentes de caixa*

	30/09/2013	31/12/2012
Bancos – Conta-corrente	293	-
Aplicação Financeira	<u>2.304</u>	<u>735</u>
Total	<u><u>2.597</u></u>	<u><u>735</u></u>

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário - CDB e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro e são imediatamente resgatáveis, sem risco significativo de mudança de valor.

Termelétrica Pernambuco III S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2013 e 2012

5 Tributos a recuperar

	30/09/2013	31/12/2012
IRRF	<u>75</u>	<u>21</u>

Os valores constantes em tributos a recuperar são oriundos da retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte dos resgates de aplicações financeiras.

6 Estoque de insumos

	30/09/2013	31/12/2012
Lubrificantes	819	-
Combustível	<u>34.335</u>	<u>-</u>
Total	<u>35.154</u>	<u>-</u>

7 Despesas antecipadas

	30/09/2013	31/12/2012
Despesas antecipadas	<u>93</u>	<u>455</u>

Os pagamentos antecipados referem-se a apólices de seguro para cobertura de riscos de engenharia.

Termelétrica Pernambuco III S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2013 e 2012

8 Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos e edificações	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	7.522	7.522
Adições	11	-	87	107.509	107.607
Saldo em 31 de dezembro de 2012	11	-	87	115.031	115.129
Adições	5	16	-	289.120	289.141
Saldo em 30 de setembro de 2013	16	16	87	404.151	404.270
Depreciação acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-	-
Adições	-	-	7	-	7
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-	7	-	7
Adições	2	2	13	-	17
Saldo em 30 de setembro de 2013	2	2	20	-	24
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	7.522	7.522
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2012	11	-	80	115.031	115.122
Saldo líquido em 30 de setembro de 2013	14	14	67	404.151	404.246

Neste período não ocorreram fatores que indiquem a evidência na necessidade de ajuste de perdas por *impairment*. No período foram capitalizados custos de empréstimos relacionados à aquisição do imobilizado no montante de R\$ 18.759, sendo respectivamente, R\$ 2.385, R\$ 6.616 e R\$ 9.758 no primeiro, no segundo e no terceiro trimestres.

9 Fornecedores

	30/09/2013	31/12/2012
Fornecedores	16.752	7.052

O saldo de fornecedores é composto pelas obras de construção da usina termelétrica da Companhia, prevista para conclusão no mês de outubro de 2013.

Termelétrica Pernambuco III S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2013 e 2012

10 Obrigações tributárias

	30/09/2013	31/12/2012
ICMS	687	605
PIS/COFINS/CSLL	52	20
IOF	446	-
IRRF	32	5
ISS	61	14
Total	<u>1.278</u>	<u>644</u>

O saldo de imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) é composto pelas aquisições de materiais para a construção da usina termelétrica da Companhia. Refere-se ao ICMS diferencial de alíquotas nas transações entre Estados.

O montante de IOF refere-se a transações entre mútuos.

Os saldos de PIS, COFINS, CSLL e Imposto de renda retido na fonte – IRRF e Imposto sobre Serviços – ISS são compostos por retenções de tributos na aquisição de serviços para as obras da usina termelétrica da Companhia.

11 Obrigações sociais e trabalhistas

	30/09/2013	31/12/2012
Salários	6	-
FGTS	1	-
INSS	76	102
Provisões trabalhistas	8	-
Total	<u>91</u>	<u>102</u>

12 Financiamentos

	Encargos	30/09/2013	31/12/2012
Caixa Econômica Federal	CDI + 4,2% a.a.	<u>97.619</u>	<u>-</u>
Itaú BBA S/A	CDI + 2,75% a.a.	<u>225.129</u>	<u>-</u>
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	2,5% a.a.	<u>5.489</u>	<u>83</u>
Total		<u>328.237</u>	<u>83</u>
Circulante		<u>322.991</u>	<u>7</u>
Não Circulante		<u>5.246</u>	<u>76</u>

Termelétrica Pernambuco III S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2013 e 2012

Vencimentos de longo prazo

	30/09/13	31/12/12
2014	229	21
2015	921	21
2016	921	21
2017	921	13
2018 a 2020	2.254	-
	<u>5.246</u>	<u>76</u>

Os financiamentos representam os valores captados junto a bancos para financiar as obras da termelétrica.

Como garantia da operação com o Banrisul, é dado em alienação fiduciária à referida instituição financeira, bens com valor contábil de R\$ 6.022, referente a dois transformadores de força de 10 até 350 KVA.

Para os empréstimos e financiamentos da Caixa Econômica Federal e Itaú BBA S/A, o compromisso da garantia ficou por conta de avais concedidos pela controladora e seus acionistas.

13 Contratos de mútuo - partes relacionadas

	<u>30/09/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	Ativo não circulante	Passivo não Circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Hidrotérmica S.A.	1.680	-	-	-
Brasilterm S.A.	-	-	-	2.620
Bolognesi Participações S.A.	2.321	-	18.925	119.053
Quartel I Energética S.A.	10	-	-	-
Quartel II Energética S.A.	5	-	-	-
Quartel III Energética S.A.	5	-	-	-
Central Energética Palmeiras S.A.	15	-	-	-
Multiner S.A.	-	132	-	-
Cia. Energética Rio da Prata	12.998	-	-	-
Total	<u>17.034</u>	<u>132</u>	<u>18.925</u>	<u>121.673</u>

Os saldos representam operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico. A Companhia tem contratos de mútuos cujos prazos são de 10 anos a contar da assinatura do contrato em 1º de janeiro de 2011, representados por conta corrente.

Termelétrica Pernambuco III S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2013 e 2012

14 Despesas por natureza

	01/01/2013 a 30/09/2013	01/01/2012 a 30/09/2012
Tributárias	4.318	1.009
CUST	6.911	-
Outras despesas administrativas	<u>2.779</u>	<u>12</u>
Total de despesas por natureza	<u><u>14.008</u></u>	<u><u>1.021</u></u>

As despesas tributárias referem-se a IOF, originado de operações de captação de recursos financeiros no período, conforme divulgado na nota explicativa nº12.

Os gastos com CUST (Contratos de Uso do Sistema de Transmissão) ocorrem em função dos serviços de transmissão de energia elétrica e as respectivas condições de acesso, regulamentados pela Organização Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Embora a companhia não tenha entrado em operação na data prevista, conforme mencionado na nota explicativa nº1, a Companhia tem o dever de cumprir com a obrigação de pagamento desde a data contratada, que neste caso foi a entrada da operação da termelétrica prevista em 1º de janeiro de 2013.

15 Resultado financeiro

	01/01/2013 a 30/09/2013	01/01/2012 a 30/09/2012
Receita sobre aplicação financeira	329	1
Variações monetárias ativas	1.173	-
Outras receitas financeiras	<u>6</u>	<u>-</u>
Total de receitas financeiras	<u><u>1.508</u></u>	<u><u>1</u></u>
	01/01/2013 a 30/09/2013	01/01/2012 a 30/09/2012
Juros passivos	333	2
Despesas comissões bancárias	6	1
Variações monetárias passivas	206	-
Outras despesas financeiras	<u>6</u>	<u>-</u>
Total de despesas financeiras	<u><u>551</u></u>	<u><u>3</u></u>

As despesas financeiras de juros passivos e variação monetária referem-se as operações de mútuos com partes relacionadas. As partes relacionadas e as condições constam na nota explicativa nº. 13.

Termelétrica Pernambuco III S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2013 e 2012

16 Seguros

Em 30 de setembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos de engenharia era de R\$ 196.000 para a Companhia.

17 Patrimônio líquido

Capital social

Em 2011, ocorreu aumento de capital no montante de R\$ 65.938, através de aportes de capital no montante de R\$ 65.938 (sessenta e cinco milhões, novecentos e trinta e oito mil reais) em moeda corrente, com subscrição de novas ações correspondentes a 65.938.000 ações.

Em junho de 2012 ocorreu uma redução de capital da companhia no valor de R\$ 60.000, com redução de caixa, com o consequente cancelamento de 60.000.000 (sessenta milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, tornando sem efeito a subscrição e integralização realizada em setembro de 2011 pela Brasilterm S/A.

Em 28 de fevereiro de 2013 houve mudança no controle acionário da companhia, que anteriormente era da Hidrotérmica, passando para a Bolognesi Participações S/A em função do aporte de R\$ 120.000 (cento e vinte milhões de reais), equivalentes a 120.000 (cento e vinte milhões de reais) ações.

Em 17 de julho de 2013 foi rerratificado o número de ações emitidas pela Companhia em 28 de fevereiro de 2013 que, em vez de 120.000 (cento e vinte milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao valor unitário de R\$ 1 (um real), na realidade correspondem a 20.224 (vinte milhões, duzentos e vinte e quatro mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao valor unitário de R\$ 5,93 (cinco reais e noventa e três centavos) sem, no entanto, alterar-se o capital social, que permanece em R\$ 125.939 (cento e vinte e cinco milhões e novecentos e trinta e nove mil), composto por 26.163 (vinte e seis milhões, cento e sessenta e três mil) ações.

O capital subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2013 é de R\$ 125.939 (cento e vinte e cinco milhões, novecentos e trinta e nove mil reais), (R\$ 5.939 em 31/12/2012), sendo composto por R\$ 125.939 (cento e vinte e cinco milhões, novecentos e trinta e nove mil) ações ordinárias nominativas.

	30/09/2013		31/12/2012	
	Quantidade de ações	Participação (%)	Quantidade de ações	Participação (%)
Bolognesi Participações S.A.	20.224	77,30	-	-
Hidrotérmica S.A.	5.939	22,70	5.939	100,00
Total	26.163	100,00	5.939	100,00

Termelétrica Pernambuco III S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2013 e 2012

Prejuízo básico e diluído por ação

	01/01/2013	01/01/2012
	a	a
	30/09/2013	30/09/2012
Prejuízo do período	(13.051)	(1.023)
Quantidade média ponderada de ações	72.839	45.865
Prejuízo básico e diluído por ação	(0,18)	(0,02)

18 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		30/09/2013		31/12/2012	
Ativo	Mensuração	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Financiamentos e Recebíveis					
Contratos de mútuo	Custo Amortizado	17.034	17.034	18.925	18.925
Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	16.752	16.346	7.052	7.052
Contratos de mútuo	Custo Amortizado	132	132	121.673	121.673
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado	328.237	328.237	83	83

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto financiamentos, a administração da Companhia considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Termelétrica Pernambuco III S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2013 e 2012

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

		Contábil		Justo	
	Nível	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Nível 2	2.597	735	2.597	735

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

- **Caixa e equivalente de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao seu valor de custo amortizado.
- **Fornecedores:** mensurados ao custo amortizado e classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.
- **Empréstimos e Financiamentos:** Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.
- **Contratos de mútuo:** Estão mensuradas pelo custo amortizado, sendo classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Termelétrica Pernambuco III S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2013 e 2012

Administração financeira de risco

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A companhia apresenta os seguintes riscos:

Risco de liquidez;
 Risco de crédito;
 Riscos de mercado.

a. *Risco de liquidez*

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras.

30 de setembro de 2013	Valor contábil	Fluxo contratado	6 meses ou menos	6 -12 meses	1-2anos	2-5anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	16.752	16.752	-	-	-	-	-
Contratos de mútuo	132	132	-	-	-	-	132
Financiamentos	328.237	328.237	322.964	28	1.144	2.745	1.357

b. *Risco de crédito*

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

c. *Risco de mercado*

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Termelétrica Pernambuco III S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2013 e 2012

	30/09/2013	31/12/2012
Ativos		
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.597	735
Ativo Não Circulante		
Contratos de mútuo	17.034	18.925
Passivos		
Passivo Circulante		
Fornecedores	16.752	7.052
Financiamentos	322.991	7
Passivo não Circulante		
Financiamentos	5.246	76
Contratos de mútuo	132	121.673

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 30 de setembro de 2013

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI em 30 de setembro de 2013. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

Instrumentos financeiros passivos

	-50%	-25%	Provável	25%	50%
Caixa e equivalente de caixa	96	144	192	240	288
Contratos de mútuo (ativo)	629	943	1.257	1.571	1.886
Contratos de mútuo (passivo)	5	7	10	12	15
Empréstimos e financiamentos	11.909	17.864	23.819	29.774	35.728

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

*Termelétrica Pernambuco III S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2013 e 2012*

19 Evento subsequente

Em setembro de 2013 a Companhia ingressou com o pedido de registro junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com o objetivo de realização de emissão de debêntures. A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 400, sob regime de garantia firme de colocação para todas as Séries, no valor de R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais), com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. (“Coordenador Líder”), nos termos do “Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações intermediárias

Aos
Administradores e Acionistas da
Termelétrica Pernambuco III S.A.
Porto Alegre - RS

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Termelétrica Pernambuco III ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o(s) período(s) de três e nove meses findo(s) naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas informações contábeis intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 25 de outubro de 2013.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Contador CRC RS-042460/O-3

-
- **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	651
---	-----

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	652
2.3 - Outras informações relevantes	653

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	654
3.2 - Medições não contábeis	655
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	656
3.4 - Política de destinação dos resultados	657
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	660
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	661
3.7 - Nível de endividamento	662
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	663
3.9 - Outras informações relevantes	664

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	665
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	677
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	678
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	682
4.5 - Processos sigilosos relevantes	683
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	684
4.7 - Outras contingências relevantes	685
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	686

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	687
--	-----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	690
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	691
5.4 - Outras informações relevantes	692
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	693
6.3 - Breve histórico	694
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	696
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	700
6.7 - Outras informações relevantes	701
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	702
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	703
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	704
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	705
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	706
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	707
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	708
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	709
7.9 - Outras informações relevantes	710
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	712
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	713
8.3 - Operações de reestruturação	714
8.4 - Outras informações relevantes	715
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	716
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	717

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	718
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	719
9.2 - Outras informações relevantes	720

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	721
10.2 - Resultado operacional e financeiro	738
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	739
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	740
10.5 - Políticas contábeis críticas	741
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	742
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	743
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	744
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	745
10.10 - Plano de negócios	746
10.11 - Outros fatores com influência relevante	749

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	750
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	751

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	752
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	756
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	757
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	758
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	759
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	760
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	762
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	763

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	764
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	765
12.12 - Outras informações relevantes	766

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	767
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	768
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	769
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	770
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	771
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	772
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	773
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	774
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	775
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	776
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	777
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	778
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	779
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	780
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	781
13.16 - Outras informações relevantes	782

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	783
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	784
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	785

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	786
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	787
15.3 - Distribuição de capital	794
15.4 - Organograma dos acionistas	795
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	796
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	797
15.7 - Outras informações relevantes	798
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	799
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	800
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	801
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	802
17.2 - Aumentos do capital social	803
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	804
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	805
17.5 - Outras informações relevantes	806
18. Valores mobiliários	
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	807
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	808
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	809
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	810
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	811
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	812

Índice

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	813
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	814
18.10 - Outras informações relevantes	815
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	816
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	817
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	818
19.4 - Outras informações relevantes	819
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	820
20.2 - Outras informações relevantes	821
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	822
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	823
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	827
21.4 - Outras informações relevantes	828
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	829
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	830
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	831
22.4 - Outras informações relevantes	832

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Ronaldo Marcelo Bolognesi

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Paulo Cesar Rutzen

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	57.755.217/0003-90		
Período de prestação de serviço	01/01/2010		
Descrição do serviço contratado	<p>Serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria; serviços relacionados à revisão das informações contábeis intermediárias da Companhia contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para os períodos de três, seis e nove meses findos em 31 de março, 30 de junho e 30 setembro de 2013, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente); e serviços relacionados a execução de procedimentos pré-acordados previstos na NPA 12 – Emissão de Carta de Conforto (“Comfort Letter”) emitida pelo IBRACON em conexão com oferta pública de debêntures. Não foram prestados serviços que não tivessem relação com os serviços de auditoria independente e de revisão das informações contábeis intermediárias.</p> <p>Os auditores independentes, em contrapartida aos serviços de auditoria, receberam honorários no valor de R\$\$ 40.000,00 referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Com relação à revisão das informações contábeis intermediárias da Companhia contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR para os períodos de três, seis e nove meses findos em 31 de março, 30 de junho e 30 setembro de 2013, os honorários foram de R\$ 35.000,00. Os auditores independentes, em contrapartida aos serviços previstos na NPA 12, receberam honorários no valor de R\$ 190.000,00.</p> <p>Não houve alteração nos últimos três exercícios sociais.</p>		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não há.		
Justificativa da substituição	Não há.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não há.		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luiz Carlos de Carvalho	01/01/2010 a 31/12/2010	089.488.808-02	Av. Almirante Barroso, 52, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-918
Paulo Ricardo Pinto Alaniz	01/01/2011	369.375.330-04	Av. Borges de Medeiros, 2.233, 8º andar, Centro Histórico, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90001-970, Telefone (51) 33036000

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 2 foram descritas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)
---------	---------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

3.2 - Medições não contábeis

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Período	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido que tiver sido apurado nas demonstrações financeiras, serão observadas as seguintes disposições:</p> <p>(i) haverá destinação para a constituição da reserva legal prevista na legislação aplicável e a destinação para a constituição de outras reservas que tiverem sido estabelecidas no Estatuto Social da Companhia;</p> <p>(ii) do lucro remanescente após as deduções e destinações do (i) acima, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimento nos negócios da Companhia; e</p> <p>(iii) Ao saldo ainda remanescente, será dada a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido que tiver sido apurado nas demonstrações financeiras, serão observadas as seguintes disposições:</p> <p>(i) haverá destinação para a constituição da reserva legal prevista na legislação aplicável e a destinação para a constituição de outras reservas que tiverem sido estabelecidas no Estatuto Social da Companhia;</p> <p>(ii) do lucro remanescente após as deduções e destinações do (i) acima, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimento nos negócios da Companhia; e</p> <p>(iii) Ao saldo ainda remanescente, será dada a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido que tiver sido apurado nas demonstrações financeiras, serão observadas as seguintes disposições:</p> <p>(i) haverá destinação para a constituição da reserva legal prevista na legislação aplicável e a destinação para a constituição de outras reservas que tiverem sido estabelecidas no Estatuto Social da Companhia;</p> <p>(ii) do lucro remanescente após as deduções e destinações do (i) acima, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimento nos negócios da Companhia; e</p> <p>(iii) Ao saldo ainda remanescente, será dada a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.</p>
Valores das Retenções de Lucros	Não houve retenção de lucros no exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012, já que,	No exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011, houve retenção de lucros no valor	Não houve retenção de lucros no exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010, já que,

3.4 - Política de destinação dos resultados

	tendo em vista seu caráter pré-operacional, a Companhia não auferiu receita e tampouco lucro.	de R\$ 809.000,00 (oitocentos e nove mil reais). Tal lucro foi decorrente de lucro em investimento financeiro realizado pela Companhia.	tendo em vista seu caráter pré-operacional, a Companhia não auferiu receita e tampouco lucro.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que por deliberação da Assembleia Geral poderá ser determinada a emissão de novas ações e a criação de novas classes de ações com ou sem direito a voto, e/ou vantagens e/ou preferências no recebimento de dividendos, e/ou distribuições de valores mobiliário que vierem a ser propostas pela Companhia. É de competência da Assembleia Geral deliberar sobre: (i) utilização de reserva de lucros para outro fim que não a distribuição de 'dividendos'; (ii) pagamento de juros sobre capital próprio e distribuição de dividendos, sujeito, no entanto, à política de distribuição de dividendos da Companhia aprovada pelos acionistas.</p> <p>Não houve distribuição de dividendos no exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012, já que, tendo em vista seu caráter pré-operacional, a Companhia não auferiu receita e tampouco lucro.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que por deliberação da Assembleia Geral poderá ser determinada a emissão de novas ações e a criação de novas classes de ações com ou sem direito a voto, e/ou vantagens e/ou preferências no recebimento de dividendos, e/ou distribuições de valores mobiliário que vierem a ser propostas pela Companhia. É de competência da Assembleia Geral deliberar sobre: (i) utilização de reserva de lucros para outro fim que não a distribuição de 'dividendos'; (ii) pagamento de juros sobre capital próprio e distribuição de dividendos, sujeito, no entanto, à política de distribuição de dividendos da Companhia aprovada pelos acionistas.</p> <p>Não houve distribuição de dividendos no exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Os acionistas da Companhia optaram por reter a totalidade do lucro, menos a reserva legal, em função dos investimentos na construção da usina.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que por deliberação da Assembleia Geral poderá ser determinada a emissão de novas ações e a criação de novas classes de ações com ou sem direito a voto, e/ou vantagens e/ou preferências no recebimento de dividendos, e/ou distribuições de valores mobiliário que vierem a ser propostas pela Companhia. É de competência da Assembleia Geral deliberar sobre: (i) utilização de reserva de lucros para outro fim que não a distribuição de 'dividendos'; (ii) pagamento de juros sobre capital próprio e distribuição de dividendos, sujeito, no entanto, à política de distribuição de dividendos da Companhia aprovada pelos acionistas.</p> <p>Não houve distribuição de dividendos no exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010, já que, tendo em vista seu caráter pré-operacional, a Companhia não auferiu receita e tampouco lucro.</p>
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
(e) Eventuais	A Lei das Sociedades por	A Lei das Sociedades por	A Lei das Sociedades por

3.4 - Política de destinação dos resultados

restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer de recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro dos cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.</p>	<p>Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer de recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro dos cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.</p>	<p>Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer de recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro dos cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.</p>
--	---	---	---

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não aplicável, visto que até a data deste Formulário de Referência a Companhia não apresentou resultado positivo para distribuição de dividendos.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2013	346.545.000,00	Índice de Endividamento	3,07610712	
31/12/2012	129.554.000,00	Índice de Endividamento	22,69691661	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Últ. Inf. Contábil (30/09/2013)						
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total	
Quirografárias	341.167.000,00	2.071.000,00	3.175.000,00	132.000,00	346.545.000,00	
Total	341.167.000,00	2.071.000,00	3.175.000,00	132.000,00	346.545.000,00	
Observação						
Estas informações referem-se às informações contábeis intermediárias individuais da Companhia.						

Exercício social (31/12/2012)						
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total	
Quirografárias	7.805.000,00	63.000,00	13.000,00	121.673.000,00	129.554.000,00	
Total	7.805.000,00	63.000,00	13.000,00	121.673.000,00	129.554.000,00	
Observação						
Estas informações referem-se às demonstrações financeiras individuais da Companhia.						

3.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 3 foram descritas nos itens acima.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de Emissão da Termelétrica Pernambuco III ("Companhia") envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário da emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras e informações trimestrais e respectivas notas explicativas. Os negócios da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por quaisquer dos fatores de risco descritos a seguir.

O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar adversamente e de forma relevante a Companhia. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes também poderão afetar adversamente a Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui 1 (um) empreendimento em construção. Quaisquer dos fatores enumerados abaixo, dentre outros compreendidos nos riscos detalhados nesta seção 4 e na seção 5 do presente Formulário de Referência, poderão prejudicar de modo relevante a capacidade da Companhia de implantar as estratégias propostas e, conseqüentemente, poderão afetar de forma adversa os resultados da Companhia.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco" e da seção "5. Riscos de Mercado", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros e de subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários da emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" e na seção "5. Riscos de Mercado" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco" e da seção "5. Riscos de Mercado", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção "4. Fatores de Risco" e da seção "5. Riscos de Mercado".

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) ao Emissor

A construção, operação da UTE Pernambuco III envolve riscos significativos, incluindo aqueles atrelados à infraestrutura logística, que podem levar à perda de receita, aumento de despesas, ou ter qualquer outro efeito negativo sobre a situação financeira da Companhia.

A manutenção e operação de instalações e equipamentos para a geração de energia envolvem vários riscos, incluindo:

- Incapacidade de obter ou renovar permissões e licenças governamentais;
- Indisponibilidade e/ou mau funcionamento de equipamentos;
- Indisponibilidade dos sistemas de distribuição e/ou transmissão;
- Interrupção do fornecimento de combustível;
- Interrupções no trabalho, greves e outras disputas trabalhistas;
- Agitações sociais;
- Geração insuficiente de energia elétrica;
- Problemas inesperados de engenharia e de natureza ambiental;
- Atrasos na construção e na operação, ou custos excedentes não previstos;
- Interrupção no trabalho, inclusive nos portos através dos quais serão importados óleo combustível;
- Necessidade de altos investimentos de capital; e
- Indisponibilidade de financiamentos adequados.

Além disto, as operações da usina dependem de infraestrutura e logística para a condução dos negócios durante a operação de seu projeto, as quais estão sujeitas a falhas, atrasos e interrupções que podem prejudicar tais operações. Para alguns desses riscos não foram contratados seguros e, mesmo os riscos para os quais a Companhia possui seguros, estes poderão ser insuficientes para cobrir custos, penalidades e indenizações que venham a ser devidas.

A ocorrência de quaisquer das hipóteses mencionadas acima ou de outros problemas poderá afetar adversamente a capacidade da Companhia de gerar energia em quantidade compatível com suas obrigações perante clientes, o que pode ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

As atividades da Companhia demandarão investimentos de capital e despesas de manutenção substanciais, que a Companhia poderá não ser capaz de suportar.

Para alcançar as estimativas de produção, geração, e consequente venda de energia elétrica, poderá ser necessário substancial investimento de capital. A Companhia poderá necessitar de capital, entre outros, para fins de gerenciar ativos adquiridos, adquirir novos equipamentos se necessário, manter as condições operacionais dos equipamentos existentes, financiar custos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

operacionais, financiar capital de giro, obter direitos de titularidade, licenças e autorizações, bem como para assegurar o continuado cumprimento da legislação e regulamentação ambientais. Na medida em que os recursos financeiros gerados internamente e aqueles decorrentes de empréstimos e financiamentos contratados sejam insuficientes para financiar a necessidade de capital da Companhia, será preciso obter recursos adicionais através de endividamento e/ou emissão de valores mobiliários. No entanto, esse tipo de financiamento poderá não estar disponível ou, se estiver, poderá apresentar-se em termos não satisfatórios. Os futuros financiamentos da dívida da Companhia, se disponíveis, poderão resultar em maiores despesas com o serviço da dívida, aumento do nível de alavancagem e diminuição da receita disponível para o financiamento de novas aquisições e a expansão dos negócios. Ademais, futuros financiamentos da dívida poderão limitar a capacidade de suportar pressões competitivas e sujeitar a Companhia a maior vulnerabilidade em períodos de crise econômica. Se a Companhia não for bem sucedida ao gerar ou obter suficiente capital adicional no futuro, poderá ser forçada a reduzir ou adiar gastos de capital, vender ativos ou reestruturar ou refinancear seu endividamento.

A Companhia pode não ser capaz de gerar toda a energia que obrigou-se contratualmente a entregar, podendo resultar em efeito adverso à Companhia.

Nos contratos de compra e venda de energia elétrica, a Companhia obrigou-se a gerar e entregar montantes determinados de energia elétrica. Caso a Companhia não seja capaz, ou seja, impedida de gerar energia elétrica em montante suficiente para cumprir as obrigações assumidas, a Companhia pode ter uma redução da receita estimada, o que poderá afetar adversamente o fluxo de caixa e resultados operacionais. Adicionalmente, a Companhia pode ser obrigada a adquirir energia por meio da celebração de contratos de energia de curto prazo, normalmente mais custosos, para atender as obrigações, o que pode comprometer a situação financeira e a qualidade dos serviços da Companhia frente aos consumidores.

A Companhia não detém autorização para o início da operação comercial das atividades de seu projeto e pode ser incapaz de manter todas as demais licenças e autorizações necessárias às operações do seu projeto.

Na data deste Formulário de Referência à autorização para o início da operação comercial das atividades de seu projeto (UTE Pernambuco III) não havia sido concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, tendo em vista que o projeto encontrava-se em fase teste e apenas após a conclusão satisfatória dessa fase que a ANEEL poderá conceder a autorização para o início da operação comercial das atividades.

A Companhia possui as demais licenças e autorizações para a consecução de suas atividades, de acordo com a legislação e órgãos reguladores do Brasil, como por exemplo, a Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH) e Ministério de Minas e Energia, entretanto, é impossível assegurar que a Companhia será capaz de obter, manter ou renovar todas as licenças e autorizações necessárias às operações do seu projeto, inclusive, após sua concessão, a autorização para o início da operação comercial das suas atividades, conforme mencionado no parágrafo anterior. A perda de licenças e autorizações necessárias para a operação da Companhia poderão resultar no impedimento da Companhia de operar sua usina

4.1 - Descrição dos fatores de risco

térmica e, conseqüentemente, afetar substancial e adversamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da mesma.

A Companhia pode vir a ser substancialmente afetada pelo atraso do início da operação comercial e do fornecimento de energia sob os CCEARs.

O início do fornecimento de energia pela Companhia no âmbito dos contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado estava previsto para 1º de janeiro de 2013 e, até o momento, a usina UTE Pernambuco III não entrou em operação comercial. Conforme as normas e regulamentos do setor, o descumprimento do prazo de início de fornecimento pode acarretar, dentre outras penalidades e sanções, em multa, por infração, de até 2% sobre o valor da energia produzida, correspondente aos doze meses anteriores à infração e na obrigação de adquirir energia e potência de terceiros para reposição de lastro. Em casos de atraso, a ANEEL ainda estabelece limites para repasse dos valores de compra de energia aos CCEARs originais e aos consumidores finais, que podem chegar a 50% do valor de venda do contrato original, a depender do atraso.

Conforme descrito no quadro constante do item 4.3(ii) deste Formulário de Referência, a usina UTE Pernambuco III, ainda não entrou em operação comercial e, em decorrência de tal fato a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE exigiu que a Companhia aporte o lastro, bem como garantias financeiras de forma a recompor o valor da energia que deixou de ser entregue ao mercado e a garantia financeira para cobrir a exposição financeira negativa no âmbito do Mercado de Curto Prazo – MCP. O atraso no início da operação comercial da usina UTE Pernambuco III se deu em decorrência do atraso na emissão da outorga da Autorização da UTE Pernambuco III para a construção da usina, o que afetou o cronograma para início de sua operação comercial.

A Companhia solicitou administrativamente à ANEEL a prorrogação do prazo para início da operação comercial da usina UTE Pernambuco III objetivando assim a declaração de inexigibilidade das garantias financeiras, lastro e eventuais penalidades aplicáveis (“Processo Administrativo”). A ANEEL ainda não se manifestou sobre a referida solicitação e, portanto, a Companhia impetrou mandado de segurança visando exclusivamente suspender a aplicação de toda e qualquer penalidade, bem como da exigência de lastro e garantias financeiras, decorrentes do atraso no início da operação comercial da usina UTE Pernambuco III, até que a ANEEL aprecie o pedido formulado em sede administrativa para que haja a prorrogação do cronograma de início das operações. Atualmente, as obrigações da Companhia de aportar o lastro e apresentar garantias financeiras, conforme solicitado pela CCEE encontram-se suspensas por liminar obtida em juízo de segundo grau até julgamento definitivo da ação (“Liminar”).

Caso o Processo Administrativo seja julgado total ou parcialmente improcedente pela ANEEL ou ocorra em qualquer momento a revogação da Liminar, a Companhia poderá, dependendo da interpretação do judiciário e da ANEEL, ser obrigada a cumprir retroativamente as obrigações acima descritas, isto é, a recomposição de lastro de energia e potência, apresentação de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

garantias financeiras, sujeição a penalidades e demais encargos a partir da data em que deveria ter iniciado a sua operação comercial sob pena de aplicação das penalidades aqui descritas, o que terá um efeito negativo relevante na situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode não alcançar os resultados ou executar integralmente a estratégia de negócios contidos neste Formulário de Referência.

Certas informações e conclusões incluídas neste Formulário de Referência foram baseadas em estimativas preparadas pelos administradores da Companhia, como premissas relativas aos recursos que a Companhia poderá dispor no futuro, assim como a respeito de investimentos e custos operacionais. Adicionalmente, a Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócios devido à impossibilidade de concluir seus futuros projetos sem custos adicionais; crescer com disciplina financeira; levantar recursos financeiros adicionais em termos aceitáveis; e manter níveis desejados de eficiência operacional. A efetiva produtividade, investimentos, custos operacionais e estratégia de negócios da Companhia poderão se revelar substancialmente menos favoráveis do que aqueles estimados.

Mudanças nos subsídios atualmente ou futuramente existentes poderão ter efeito negativo relevante sobre os resultados da Companhia.

Certos benefícios fiscais (diferimento, isenção ou outro), que poderão ser concedidos pela União e pelos Estados em favor do projeto da Companhia, poderão ser revogados ou não renovados pela Administração Pública. Nesse caso, as estimativas econômico-financeiras da Companhia podem não se concretizar, bem como pode haver a necessidade de desembolsos não previstos, o que pode causar um efeito adverso sobre os negócios e resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Decisões judiciais desfavoráveis podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia é e pode vir a ser parte em diversos processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais de natureza cível, trabalhista, previdenciária ou tributária, iniciados ocasionalmente como resultado do curso normal de seus negócios, os quais poderão envolver questões comerciais ou civis, regulatórias, imobiliárias, ambientais, trabalhistas, previdenciárias ou tributárias, entre outras. Não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis aos interesses da Companhia. Na hipótese dos resultados de tais processos serem decisões judiciais desfavoráveis à Companhia em montantes substanciais, ou que possam afetar adversamente o cronograma de implantação dos empreendimentos da Companhia, os resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais podem afetar adversamente os resultados da Companhia. Para informações adicionais sobre os processos judiciais, administrativos e arbitrais, ver as seções 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Pode haver mudanças na alta administração da Companhia ou dificuldades em atrair e manter pessoal qualificado.

Investidores de valores mobiliários de emissão da Companhia deverão confiar na capacidade, conhecimento, julgamento, arbítrio, integridade e boa fé de seus administradores. O sucesso da Companhia depende em parte da habilidade e esforços do pessoal e consultores estratégicos. A perda ou saída inesperada de qualquer dos mais importantes diretores, especialmente do Diretor Presidente, ou de empregados estratégicos, assim como a dificuldade de atrair mão de obra qualificada, pode prejudicar os negócios da Companhia.

Os contratos financeiros possuem obrigações específicas, sendo que qualquer inadimplemento em decorrência da inobservância dessas obrigações pode afetar a Companhia adversamente e de forma relevante.

A Companhia é parte de diversos contratos financeiros, com nível significativo de endividamento para o financiamento do empreendimento da Companhia. Tais contratos financeiros nos sujeitam a certas condições e obrigações específicas, fazendo com que a Companhia possa ser impactada por variações adversas acentuadas nas taxas de juros vigentes na economia brasileira. Tais variações causariam um aumento das despesas futuras com encargos de dívida, o que poderá reduzir o lucro líquido e a capacidade da Companhia para honrar obrigações contratuais.

Além disso, podemos incorrer em endividamento adicional no futuro para permitir o financiamento de aquisições e investimentos, bem como para a condução das operações da Companhia, considerando que tais dívidas estejam sujeitas às restrições aplicáveis à dívida existente. Caso incorramos em endividamento adicional, os riscos associados à alavancagem financeira da Companhia poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguirmos manter índices financeiros, gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida.

O inadimplemento em decorrência da inobservância dessas obrigações e condições que não seja sanado ou renunciado pelos respectivos credores poderá resultar na decisão desses credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como pode resultar no vencimento antecipado de dívidas de outros contratos financeiros, fazendo com que os valores vincendos (principal, juros e multa) objetos dos respectivos contratos tornem-se imediatamente exigíveis. Na hipótese de vencimento normal ou antecipado decorrente de inadimplemento de algumas das dívidas da Companhia, os ativos e fluxo de caixa poderão não ser suficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento, o que poderá causar um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não pode garantir que terá os recursos financeiros para executar em sua plenitude os planos de investimentos, e a falta de acesso a tais recursos em condições e montantes satisfatórios poderá restringir o crescimento e desenvolvimento futuros das atividades da Companhia, afetando adversamente a Companhia. Para informações adicionais sobre o nível de endividamento da Companhia, ver as seções 3.7, 3.8, 10.1 (f) e (g) deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia é responsável por quaisquer danos resultantes de suas atividades de geração de energia elétrica, e as apólices de seguro contratadas pela Companhia podem ser insuficientes para cobrir tais danos.

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é responsável por danos resultantes de suas atividades de geração de energia elétrica. Além disso, a Companhia pode ser prejudicada por danos causados a terceiros em decorrência de interrupções ou distúrbios nas suas atividades que não sejam atribuídos a um membro específico do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”). A Companhia não pode garantir que as apólices de seguro contratadas terão cobertura sempre disponível e integral ou até mesmo parcial sobre os danos eventualmente resultantes de suas atividades, o que poderá ter um efeito adverso sobre os resultados da Companhia.

b) a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

As Acionistas Controladoras da Companhia poderão tomar determinadas decisões com relação aos negócios sem a participação de todos os acionistas que poderão conflitar com os interesses dos investidores da Companhia.

A Bolognesi Participações S.A. e a Hidrotérmica S.A. (em conjunto, “Acionistas Controladoras”) têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam a aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos e parcerias. As Acionistas Controladoras da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes e causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

c) a seus acionistas

A Companhia poderá não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares das ações de emissão da Companhia.

De acordo com o estatuto social da Companhia, esta deverá pagar aos seus acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo, destinado para a constituição de determinadas reservas, ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser suficiente para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Adicionalmente, a Companhia está sujeita a obrigações contratuais estabelecidas em alguns de seus contratos financeiros que limitam sua capacidade de distribuir dividendos.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia não distribua dividendos obrigatórios em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com sua situação financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Caso qualquer destes eventos ocorra, ou caso inexistam lucro líquido no exercício ou reserva de lucros acumulados, os acionistas da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

d) às suas controladas e coligadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui controlada.

e) a seus fornecedores

A Companhia assinou contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction) para a construção do seu empreendimento com contratos de venda de energia (PPAs – Power Purchase Agreements) assegurados. Caso os serviços do contratado não obedeçam a um padrão mínimo de qualidade, ou não atendam às especificações do projeto a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

O contrato de EPC entre a Companhia e seu fornecedor/prestador de serviço deve seguir as especificações técnicas do projeto. O não cumprimento de tais especificações técnicas e o não atendimento a níveis de qualidade de prestação do serviço poderão impactar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia conta com fornecedores de equipamentos nacionais e importados e contrata serviços terceirizados para a operação e manutenção da UTE Pernambuco III. Caso os equipamentos adquiridos ou utilizados pelos fornecedores, ou mesmo os serviços prestados não sejam executados de forma a atender as especificações e níveis mínimos de qualidade relativos à usina, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A compra de equipamentos chave para a operação e manutenção da UTE Pernambuco III é feita através da contratação de empresas não relacionadas à Companhia. O fornecimento e a prestação de serviços com qualidade abaixo da prevista poderá gerar o não cumprimento de condições declaradas ao Poder Concedente e provocar, por exemplo, desgaste acelerado de ativos de geração elétrica, acarretando custos adicionais e interferindo no fluxo de caixa da Companhia, podendo causar um impacto adverso em sua situação financeira e seus resultados operacionais. O mesmo poderá acontecer nos casos de suspensões ou violações imprevistas dos contratos de fornecimento de equipamentos ou de prestação de serviços.

No caso dos fornecedores de produtos e serviços da Companhia sofrerem impacto conjuntural, administrativo ou financeiro que afetem a entrega dos produtos ou serviços contratados, nossa situação financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

A Companhia contrata e depende de serviços e produtos de determinadas empresas. Impactos conjunturais, administrativos ou financeiros negativos ocorridos nas empresas contratadas, que afetem de forma definitiva ou parcial a entrega dos produtos ou serviços contratados, podem afetar negativamente o resultado do empreendimento da Companhia, tanto pela possibilidade de suspensão ou interrupção dos fornecimentos, como pela dificuldade em contratar novos fornecedores.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não ser capaz de assegurar a totalidade do combustível necessário para a geração de energia elétrica da UTE Pernambuco III, ou não assegurá-lo em condições viáveis para o seu funcionamento. Nesse caso, a situação financeira e os resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

O suprimento dos combustíveis pode não ocorrer de maneira satisfatória, ou pode ser inviável tecnicamente por falta de produção, bem como economicamente até que se encontre outra fonte de combustível. Diversas variáveis podem contribuir para essa possibilidade, mas, principalmente fatores relativos aos riscos de operação e logística do óleo combustível, além de riscos logísticos do transporte do combustível da área de produção até a UTE Pernambuco III. Nesses casos, a situação financeira e os resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

f) a seus clientes

A Companhia pode ser responsável por perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas na geração de eletricidade pela UTE Pernambuco III e por interrupções ou distúrbios que não possam ser atribuídos a qualquer outro agente do setor elétrico, sendo que os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir tais perdas e danos.

A Companhia pode ser responsabilizada por (i) perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas na operação da UTE Pernambuco III que acarretem em interrupções ou distúrbios aos sistemas de distribuição e/ou transmissão ou (ii) interrupções ou distúrbios que não possam ser atribuídas a nenhum agente identificado do setor elétrico, exceto em casos de força maior.

A capacidade da Companhia de receber pagamentos devidos por seus clientes poderá ser prejudicada, caso a capacidade de pagamento de tais clientes se deteriore.

As contas a receber da Companhia de geração e comercialização de energia elétrica dependem da contínua capacidade creditícia de seus clientes, do controle de risco e da capacidade de cobrar as quantias em aberto. Se a capacidade de pagamento de tais clientes diminuir, a Companhia poderá sofrer um efeito negativo relevante sobre sua situação financeira e resultados operacionais.

g) aos setores da economia nos quais o emissor atue

A estratégia de gerenciamento de risco de mercado pela Companhia adotada poderá ser ineficiente.

A Companhia está exposta aos riscos usuais de mercado, como flutuações nas taxas de juros. Para se proteger parcialmente contra a volatilidade do mercado, a Companhia pode buscar proteção através de operações de *hedge*. Nesse sentido, a estratégia da Companhia a respeito do uso de operações de *hedge* poderá não ser bem sucedida e a Companhia pode deixar de identificar as correlações existentes entre os vários riscos de mercado a que está sujeita. Além disso, a Companhia pode decidir não procurar proteção contra os riscos de mercado através de *hedge*, ou poderá adotar outras práticas de gerenciamento de risco, ou poderá ocorrer de esses tipos de operações não estarem disponíveis.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

h) à regulação dos setores em que o Emissor atue

A extensa legislação e regulamentação governamental e eventuais alterações na regulamentação do setor elétrico podem afetar os negócios e resultados da Companhia.

A atividade da Companhia, assim como dos seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), que implementa as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (“MME”), órgão do Governo Federal responsável pela condução das políticas energéticas do país. As instituições do setor elétrico brasileiro têm, historicamente, exercido um grau substancial de influência sobre os seus negócios, incluindo sobre a produção de energia, que segue o despacho centralizado realizado pelo ONS.

O Governo Federal estabeleceu novas políticas para o setor de energia, por meio da publicação da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que introduziu o Novo Modelo do Setor Elétrico. Qualquer medida regulatória poderá exercer significativo impacto sobre as atividades da Companhia e causar um efeito adverso sobre seus resultados.

Dentre as modificações regulatórias promovidas no setor destacam-se (i) a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e de novos órgãos setoriais; e (ii) a alteração das competências do MME e da ANEEL. De acordo com a legislação brasileira, a ANEEL está autorizada, para o setor elétrico em geral, a regular diversos aspectos dos negócios das concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e autorizadas, inclusive com relação à necessidade de investimentos, à realização de despesas adicionais e à determinação das tarifas ou preços cobrados (com exceção do preço da energia elétrica no ambiente de contratação livre), bem como ao limite do repasse do preço da energia comprada às tarifas cobradas pelas concessionárias.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi contestada perante o Supremo Tribunal Federal por meio de ações diretas de inconstitucionalidade. Em 11 de outubro de 2006, o Supremo Tribunal Federal indeferiu as medidas cautelares das ações diretas de inconstitucionalidade, declarando que, em princípio, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não viola a Constituição Federal. O mérito das ações diretas de inconstitucionalidade ainda não foi julgado, sendo que, em 6 de janeiro de 2009, a Procuradoria Geral da República deu parecer favorável pela improcedência do pedido. Caso a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico venha a ser declarada inconstitucional, os agentes do setor elétrico poderão ser adversamente afetados. O efeito integral das reformas introduzidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e sua continuidade, bem como o resultado final da ação perante o Supremo Tribunal Federal e reformas futuras na regulamentação do setor elétrico são difíceis de prever, sendo que os mesmos poderão ter um impacto negativo sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A Resolução CNPE nº 3, de 06 de março de 2013, determina que as geradoras também arquem com parcela do pagamento do custo de despacho de usinas térmicas por meio de encargos de serviços do sistema. O impacto que a determinação pode vir a causar ainda está em análise, tendo em vista que os diversos questionamentos judiciais apresentados após edição desta medida. No entanto, caso a ANEEL venha de fato a determinar a cobrança do referido custo, tal fato poderá impactar negativamente o faturamento das geradoras.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As principais atividades comerciais, a implementação da estratégia de crescimento e a condução das atividades da Companhia podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais: (a) alteração na legislação aplicável aos negócios da Companhia; (b) descontinuidade e/ou mudanças nos programas federais; e (c) imposição de critérios mais rigorosos para a qualificação em licitações futuras.

A ANEEL poderá impor penalidades à Companhia ou intervir nas autorizações que venham a ser outorgadas por descumprimento de obrigações previstas nas autorizações e nas leis e regulamentos setoriais.

A ANEEL poderá impor penalidades à Companhia por descumprimento de qualquer disposição das Autorizações da Companhia. Dependendo da gravidade do inadimplemento, de acordo com a legislação atual, tais penalidades podem incluir:

- Advertências;
- Multas, por infração, de até 2% da receita da Companhia com a venda de energia no exercício imediatamente anterior àquele em curso na data da violação;
- Embargos à construção de novas instalações ou equipamentos;
- Restrições à operação das instalações e equipamentos existentes;
- Revogação da autorização.

Qualquer das penalidades relacionadas acima, poderá ter um efeito relevante e negativo na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na situação financeira da Companhia.

Não podemos garantir se as autorizações da Companhia serão renovadas.

A Companhia conduz suas atividades de geração de energia elétrica com base em autorizações outorgadas da ANEEL, com prazo de vigência de 35 anos.

A autorização pode ser revogada caso haja prejuízo considerável no desenvolvimento da atividade autorizada e/ou caso se configure sistemática inadimplência do seu titular, em especial, nas hipóteses de: I – descumprimento de cronogramas, obrigações e encargos decorrentes da autorização; II - não recolhimento de multa decorrente de penalidade imposta à autorizatária; III – descumprimento de notificação da fiscalização para regularizar a exploração do empreendimento objeto da autorização; IV – comercialização da energia elétrica em desacordo com as prescrições da legislação, das normas específicas e do ato autorizativo; e V - desligamento do agente da CCEE, por inadimplemento, entre outras.

Adicionalmente, não podemos garantir que a autorização da Companhia será renovada ou que nova autorização será concedida ao término do prazo da atual. Se essa autorização não for renovada ou concedida ou for com condições que são desfavoráveis para a Companhia, os negócios e resultados operacionais e financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem afetar de maneira adversa os negócios de empresas do setor de energia elétrica, inclusive os da Companhia.

As empresas atuantes no setor elétrico, em particular as geradoras, estão sujeitas a uma rigorosa legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal no tocante, dentre outros, às emissões atmosféricas e às intervenções em áreas especialmente protegidas. Tais empresas necessitam de licenças e autorizações de agências governamentais para a condução de suas atividades. Na hipótese de violação ou descumprimento de tais leis, regulamentos, licenças e autorizações, as empresas podem sofrer sanções administrativas, tais como multas, interdição de atividades, cancelamento de licenças e revogação de autorizações ou, em certos casos, podem ficar sujeitas a sanções criminais (inclusive seus administradores). O Ministério Público poderá instaurar inquérito civil e/ou instaurar ação civil pública visando à reparação e/ou ao ressarcimento de eventuais danos causados ao meio ambiente e a terceiros. As agências governamentais ou outras autoridades podem também editar novas regras mais rigorosas ou adotar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, que podem obrigar as empresas do setor de energia elétrica a empregar recursos adicionais na adequação ambiental, inclusive na obtenção ou renovação de licenças ambientais para instalações e equipamentos anteriormente não sujeitos a licenciamento ambiental. As agências governamentais ou outras autoridades podem, ainda, atrasar de maneira significativa a emissão das licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento dos negócios de empresas do setor elétrico, causando atrasos em cronogramas de implantação de projetos. Qualquer ação nesse sentido por parte das agências governamentais poderá afetar de maneira negativa os negócios do setor de energia elétrica e gerar um efeito adverso sobre os negócios e resultados da Companhia.

A ocorrência de danos ambientais envolvendo as atividades da Companhia podem sujeitá-la ao pagamento de substanciais custos de recuperação ambiental, inclusive indenizações e sanções, que podem afetar adversamente os negócios da Companhia.

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente de dolo ou culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, atribuindo responsabilidade pessoal aos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, a Companhia, seu acionista controlador e administradores poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá impedir a Companhia de levar adiante ou retardar seus planos de investimento, o que poderá afetar adversamente os negócios e operações da Companhia.

i) aos países estrangeiros onde o Emissor atue

Não aplicável, uma vez que a Companhia não desenvolve atividades no exterior.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

É prática da Companhia manter constante monitoramento e permanente análise dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações. A Companhia acompanha constantemente alterações nos cenários macroeconômico e setorial que tenham risco de influenciar suas atividades de alguma forma. Este acompanhamento inclui análises da atividade econômica, da oferta e da demanda de seus serviços.

Atualmente, a Companhia não tem expectativa de aumento ou redução de sua exposição aos riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Abaixo segue relação e descrição dos processos e procedimentos administrativos em que a Companhia figura nos polos passivo ou ativo e que são mais relevantes para os negócios da Companhia.

Foram considerados relevantes, nos termos da regulamentação em vigor, os processos que podem impactar de forma significativa o patrimônio da Companhia, a capacidade financeira ou os negócios, sendo que também foram considerados outros fatores que podem influenciar a decisão do público investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem inerentes a certa prática ou riscos jurídicos relacionados à atividade da Companhia.

i. Administrativos

Abaixo os processos administrativos mais relevantes dos quais a Companhia é parte:

Processo nº	Ofício 004/2013
a. juízo	Administrativo
b. instância	Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
c. data de instauração	17.01.2013
d. partes no processo	Requerente: Termelétrica Pernambuco III S.A. Requerido: Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Suspensão da exigência de aporte de garantias e/ou lastro até que a ANEEL aprecie o pedido de prorrogação de prazo para início da operação comercial da usina da Companhia.
f. principais fatos	<p>O setor energético brasileiro tem enfrentado um período de abrupta mudança no cenário de produção, como decorrência de um prolongado período de estiagem. Tal fato acarretou no aumento dos preços da energia que, por sua vez, atingem diretamente o custo do aporte de lastro e de garantias financeiras das usinas cuja construção esta em atraso, por conta na demora do Poder Concedente na emissão da outorga.</p> <p>Por lastro, ou lastro para venda de energia, entende-se o montante de energia necessário para garantir, que a Companhia cumpra com todos os contratos de venda de energia ativos, ou seja, o lastro correspondente a quantidade de energia que a Companhia é contratualmente obrigada a disponibilizar ou, quando aplicável, entregar as suas contrapartes dentro do período de contratado, quando a sua operação comercial estiver indisponível. A Resolução Normativa 165 da ANEEL, de 19 de setembro de 2005, estabelece as condições para contratação de energia elétrica (compra de energia elétrica), em caso de atraso do início da operação comercial de unidade geradora ou empreendimento de importação de energia.</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>No caso da UTE Pernambuco III, o Poder Concedente atrasou em 6 (seis) meses a outorga da Autorização para a construção da usina. Esse atraso afetou, no mesmo período, ou seja, 6 (seis) meses, o calendário para que a usina entrasse em operação comercial.</p> <p>A despeito do atraso do Poder Concedente, que constitui, por si só, causa excludente de responsabilidade da Companhia, a CCEE passou a exigir o aporte de lastro e de garantias financeiras, contra a UTE Pernambuco III, a partir de 1º de janeiro de 2013. O referido lastro foi exigido para recompor o valor da energia que deixou de ser entregue ao mercado e a garantia financeira para cobrir a exposição financeira negativa no âmbito do Mercado de Curto Prazo.</p> <p>Tendo em vista que houve atraso do Poder Concedente, e considerando que há precedentes da própria ANEEL no sentido de que o atraso na outorga da Autorização constitui causa excludente de responsabilidade da Companhia, esta solicitou, por meio de Requerimento Administrativo à ANEEL, que seja deferida a devolução do prazo suprimido do calendário da usina, de forma a prorrogar, pelo mesmo prazo do atraso na outorga da Autorização, a data de início da operação comercial da UTE Pernambuco III. Foi postulado, ainda, cautelarmente, a suspensão da cobrança de lastro, garantias financeiras e eventuais penalidades até que a ANEEL aprecie o pedido de devolução do prazo da usina.</p>
g. chance de perda	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Composição de lastro a partir da data da perda da liminar que foi deferida, face a não apreciação pela ANEEL do presente pleito. Para efeito de mensuração do impacto financeiro utilizamos a média do PLD do mês de agosto/2013 – R\$ 189,38 para a região NE conforme divulgado pelo site da CCEE. Considerando-se este valor da Companhia, o impacto negativo mensal no fluxo de caixa da Companhia seria de aproximadamente R\$ 7,8 milhões.
(i) valor provisionado (se houver previsão)	Não há.

ii. Contingências cíveis

Destacamos abaixo os processos cíveis que consideramos relevantes dos quais somos parte:

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº	Mandado de Segurança - 4261-71.2013.4.01.3400
a. juízo	5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
b. instância	1ª
c. data de instauração	23.01.2013
d. partes no processo	Autor: Termelétrica Pernambuco III S.A. (" <u>Impetrante</u> ") Réu: Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Réu: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Assegurar o direito de petição perante a esfera administrativa (devido processo administrativo), substituindo o juízo cautelar administrativo pelo juízo cautelar judicial.
f. principais fatos	<p>Como decorrência do atraso do Poder Concedente na Outorga da Autorização da UTE Pernambuco III, a Companhia requereu administrativamente, junto à ANEEL, a prorrogação do prazo para o início da operação comercial da usina UTE Pernambuco III na mesma medida do atraso do Poder Concedente.</p> <p>Contudo, a ANEEL decidiu que não caberá ao Diretor-Geral exercer, neste caso, monocraticamente, o Poder Geral de Cautela para atribuir efeito suspensivo ao processo administrativo, e porque aplicado este entendimento ao caso concreto, da UTE Pernambuco III, a Companhia impetrou um Mandado de Segurança com a finalidade de que o Judiciário, substituindo o juízo cautelar administrativo, concedesse a liminar para suspender a exigência, pela CCEE, do aporte de lastro e de garantias financeiras, bem como de eventuais penalidades, tudo até que a ANEEL decida de forma definitiva o pedido de prorrogação do cronograma.</p> <p>Impetrado o Mandado de Segurança, o Juízo determinou, em uma primeira decisão, a exclusão da ANEEL do polo passivo da demanda, sem deferir a liminar, ordenando, como consequência da exclusão da Autarquia, que o feito fosse distribuído para a Justiça Estadual.</p> <p>Essa decisão do Juízo de primeira instância foi atacada e reformada em grau de recurso, junto ao TRF/1ª Região (Agravado de Instrumento nº 0004476-62.2013.4.01.0000), que antecipou a tutela para determinar que a ANEEL e a CCEE abstenham-se de exigir garantias financeiras, lastro e eventuais penalidades contra a Impetrante até que haja a decisão final nos autos do Requerimento Administrativo.</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Após o cumprimento da ordem e apresentada defesa pela CCEE e pela ANEEL, o Ministério Público apresentou parecer no último dia 16 de setembro de 2013 opinando pela concessão da segurança para ordenar que a ANEEL decida o requerimento administrativo e que, até que haja esta decisão, fique suspensa a cobrança de lastro, garantias financeiras e penalidades.
g. chance de perda	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	O mandado de segurança tem como único escopo suspender a aplicação de toda e qualquer penalidade, bem como da exigência de lastro e garantias financeiras até que a ANEEL aprecie, de forma definitiva, o pedido formulado em sede administrativa para que haja a prorrogação do cronograma. A sua eficácia ocorre até que haja a decisão final em sede administrativa. Caso a liminar seja revogada ou o processo administrativo decidido, negando-se a devolução do prazo para a construção da usina, o efeito decorrente é a cobrança de lastro e garantias financeiras cuja exigibilidade havia ficado suspensa até a decisão final da ANEEL.
(i) valor provisionado (se houver previsão)	Não há.

iii. Contingências trabalhistas

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em nenhum processo judicial ou administrativo de natureza trabalhista.

iv. Contingências tributárias

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em nenhum processo judicial ou administrativo de natureza tributária.

v. Contingências ambientais

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em nenhum processo judicial ou administrativo de natureza ambiental.

vi. Outros

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em nenhum processo judicial ou administrativo ou arbitral além daqueles descritos nesta seção 4.3.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que estejam sob sigilo, em que a Companhia seja parte e/ou cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia além daqueles já descritos nos itens anteriores.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário de Referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes nos quais a Companhia seja ré.

4.7 - Outras contingências relevantes

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos outras contingências relevantes.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pois a Companhia é emissor nacional, tem sede no Brasil e seus valores mobiliários são custodiados neste país.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência e, se for o caso, no prospecto da oferta dos respectivos valores mobiliários, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os riscos descritos abaixo são aqueles os quais a Companhia conhece e acredita que atualmente podem afetar a Companhia de maneira adversa, de modo que riscos adicionais não conhecidos atualmente ou que a Companhia considera irrelevantes também podem afetar a Companhia de forma adversa.

Para os fins deste item "5. Riscos de Mercado" e do item "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas neste item "5. Riscos de Mercado" e no item "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidos nesse contexto.

O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia do País. Essa influência e as condições políticas e econômicas do Brasil podem afetar negativamente a Companhia em seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia do Brasil e, ocasionalmente, realiza mudanças significativas nas políticas e regulamentações. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e implementar outras políticas e regulamentações frequentemente envolvem, dentre outras medidas, aumentos nas taxas de juros, controles de preços e salários, desvalorizações cambiais, restrições a remessas para o exterior, limites a importações e congelamento de contas correntes. A Companhia não exerce qualquer influência sobre as políticas ou regulamentações que o Governo Federal poderá adotar no futuro, nem dispõe da capacidade para prevê-las. O negócio, a situação financeira, os resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem certos fatores, como:

- inflação;
- políticas cambiais;
- crescimento da economia interna;
- redução na liquidez dos mercados internos de capital e de crédito;
- políticas monetárias;
- taxas de juros;

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

- instabilidades sociais ou políticas;
- políticas fiscais e legislação tributária; e
- outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Medidas adotadas pelo Governo Federal ou especulação sobre ações do governo podem levar a incertezas em relação à economia brasileira e aumentar a volatilidade dos mercados de capitais domésticos, o que pode afetar negativamente a Companhia em seu negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países pode afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Companhia.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, e especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. A reação dos investidores ao desenvolvimento em outros países pode ter um impacto desfavorável no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises ou políticas econômicas de outros países podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras e pelos valores mobiliários emitidos pela Companhia, o que pode afetar adversamente a capacidade de financiamento da Companhia. No passado, o desenvolvimento adverso das condições econômicas nos mercados emergentes resultou em significativa retirada de recursos do país e uma queda no montante de capital estrangeiro investido no Brasil. Mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumentos nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente a Companhia.

Esforços governamentais para combater a inflação poderão prejudicar o crescimento da economia brasileira e das atividades da Companhia.

Historicamente, a economia brasileira apresentou taxas de inflação extremamente elevadas. Isso levou o Banco Central a adotar políticas monetárias restritivas para combater a inflação, o que teve um efeito negativo significativo sobre a economia do País. Entre 2004 e 2010, a taxa básica de juros (SELIC) no Brasil apresentou variação entre 19,8% e 8,7% ao ano. Em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, a taxa básica de juros ficou em 10,8%, 11,0% e 7,3%, respectivamente. Em 30 de setembro de 2013, a taxa SELIC correspondia a 8,9%. A inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e poderão ter efeitos significativos sobre a economia do País e sobre as atividades da Companhia. O aperto das políticas monetárias, aliado a altas taxas de juros, poderá restringir o crescimento econômico do Brasil e, por sua vez, limitar a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais tolerantes do governo e do Banco Central do Brasil e a redução das taxas de juros poderão desencadear aumentos na inflação, e, conseqüentemente, volatilidade de crescimento e a

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

necessidade de aumentos das taxas de juros repentinos e significativos, que podem aumentar o custo de dívida da Companhia e afetar negativamente seus negócios.

Conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a inflação apurada pelo IGPM foi, 11,3% em 2010, 5,1% em 2011, 7,8% em 2012 e 3,7% em 30 de setembro de 2013. Os preços, por sua vez, quando apurados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"), conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), aumentaram em, 5,9% em 2010, 6,5% em 2011, 5,8% em 2012 e 3,79% em 30 de setembro de 2013.

Flutuações da taxa de juros poderão aumentar o custo das dívidas da Companhia, ocasionando efeitos adversos sobre seus negócios e resultados.

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira e o nível de inflação. Devido à natureza de suas operações, a Companhia está particularmente sujeita a efeitos decorrentes da variação das taxas de juros, especialmente em razão da indexação do serviço de dívida da Companhia a essas taxas. Na hipótese de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao seu endividamento crescerão, o que poderá impactar negativamente sua capacidade de financiar suas operações e resultados. Os possíveis efeitos da elevação de taxa de juros sobre seus resultados estão indicados na análise de sensibilidade abaixo.

Em 30 de setembro de 2013, 100% da nossa dívida, correspondente a R\$ 328.237 mil, dos quais: (i) R\$ 97.619 mil estavam atrelados ao CDI acrescidos de 4,2% ao ano junto à Caixa Econômica Federal, (ii) R\$ 225.129 mil estavam atrelados à taxa ao CDI acrescidos de 2,75% ao ano junto ao banco Itaú BBA e (iii) R\$ 5.489 mil atrelados à taxa pré-fixada de 2,5% ao ano. Qualquer aumento do CDI e ou de outras taxas de juros flutuantes que venhamos a adotar pode gerar impacto negativo sobre suas despesas financeiras e resultados operacionais.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

5.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 5 foram descritas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	23/10/2008
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por Ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve histórico

Fomos constituídos em outubro de 2008 por Multiner S.A. ("Multiner") e A&G Energia Empreendimentos Ltda. ("A&G"), sendo cada parte, respectivamente, detentora de 990 e 10 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, cujo valor unitário de emissão era de R\$ 1,00, compondo os R\$ 1.000,00 totais do capital social. Fomos constituídos sob a forma de uma sociedade anônima, com sede em foro na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo específico é a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, derivada do Leilão de nº 003/2008, promovido pela ANEEL, na forma de produtor independente.

Posteriormente, participamos e logramos êxito no 7º Leilão para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração – Leilão 03/2008, ocorrido em 30 de outubro de 2008, tendo comercializado 104MW médios com 39 Concessionárias de Distribuição de Energia, por um período de 15 anos, a iniciar-se no dia 1 de janeiro de 2013, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, dentro do ambiente regulado (ACR) pela ANEEL.

Em 1º de fevereiro de 2011, a sede social da Companhia foi alterada para Avenida das Américas, nº 7899, sala 208, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Em 31 de julho de 2011, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 3.776 mil, passando este de R\$ 2.163 mil para R\$ 5.939 mil, mediante a emissão de 3.776 mil novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, decorrentes de aumento de capital social, realizados por meio de capitalização de mútuo, feitos por Brasilterm Energia S.A. ("Brasilterm"). Neste ato, a Bolognesi Participações S.A. ("Bolognesi Participações") não exerce o direito de preferência de integralização das ações ora emitidas.

Em 23 de setembro de 2011, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 60.000 mil, passando de R\$ 5.939 mil para R\$ 65.939 mil, mediante a emissão de 60.000mil novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, decorrente de novo adiantamento de capital social, realizado por meio de capitalização de mútuo, por Brasilterm. Novamente, a Bolognesi Participações não exerceu o direito de preferência de integralização das ações ora emitidas.

Em 30 de junho de 2012, os acionistas decidiram reduzir o capital social da Companhia, em R\$ 60.000 mil, com o consequente cancelamento da emissão de 60.000 mil ações. Esta redução de capital torna sem efeito a subscrição e integralização feita pela Brasilterm em 23 de setembro de 2011, ficando os recursos aportados a disposição da mesma.

Em 1 de julho de 2012, os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade de votos e sem restrições, vender para a Hidrotérmica S.A. ("Hidrotérmica") 100% do controle acionário da Companhia: a Hidrotérmica adquiriu 2.163 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em poder da Bolognesi Participações, em troca do pagamento de R\$ 2.163 mil, mais 3.776 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em poder da Brasilterm, em troca do pagamento de R\$ 3.776 mil. A Bolognesi Participações e a Brasilterm deixam de ser acionistas da Companhia, passando a Hidrotérmica ser detentora integral das 5.939 mil ações ordinárias nominativas sem valor nominal que compõem o capital social da Companhia.

6.3 - Breve histórico

Em 28 de fevereiro de 2013, o capital social foi aumentado em R\$ 120.000 mil, passando de R\$ 5.939 mil para R\$ 125.939 mil, mediante a emissão de 120.000 mil novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao valor unitário de R\$ 1,00 decorrentes de aumento de capital, realizado por meio de capitalização de mútuo, pela Bolognesi Participações. A Hidrotérmica abriu mão do direito de preferência de integralização das ações emitidas nesse aumento de capital.

Em 17 de julho de 2013 foi rerratificado o ato de 28 de fevereiro de 2013, retificando o número de ações emitidas pela Companhia em 28 de fevereiro de 2013 que, em vez de 120.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao valor unitário de R\$ 1,00, na realidade correspondem a 20.223.996 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao valor unitário de R\$ 5,93 sem, no entanto, alterar-se o capital social, que permanece em R\$ 125.939 mil, composto por 26.162.996 ações.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas**No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010**

Em 2010, não houve qualquer operação societária na Companhia que esta entenda como relevante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011

Evento	Reestruturação Societária	
Principais Condições do Negócio	Aquisição de 100% das ações da Companhia pela A&G Energia Empreendimentos Ltda.	
Sociedades Envolvidas	A Companhia, Multiner S.A.; e A&G Energia Empreendimentos Ltda.	
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Em consequência da operação acima, a A&G Energia Empreendimentos Ltda., passou a ser a única acionista da Companhia, sendo que seu quadro acionário passou a figurar conforme abaixo:	
Quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da Operação	
	Acionistas	Participação
	Multiner S.A.	99,0%
	A&G Energia Empreendimentos Ltda.	1,0%
	Quadro societário depois da Operação	
	Acionistas	Participação
	A&G Energia Empreendimentos Ltda.	100%

Evento	Reestruturação Societária
Principais Condições do Negócio	Aquisição de 100% das ações da Companhia pela Bolognesi Participações.
Sociedades Envolvidas	A Companhia, A&G Energia Empreendimentos Ltda.; e Bolognesi Participações

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Em consequência da operação acima, a Bolognesi Participações passou a ser a única acionista da Companhia, sendo que seu quadro acionário passou a figurar conforme abaixo:												
Quadro societário antes e depois da operação	<table> <tr> <th colspan="2">Quadro societário antes da Operação</th></tr> <tr> <th>Acionistas</th><th>Participação</th></tr> <tr> <td>A&G Energia Empreendimentos Ltda.</td><td>100%</td></tr> </table> <table> <tr> <th colspan="2">Quadro societário depois da Operação</th></tr> <tr> <th>Acionistas</th><th>Participação</th></tr> <tr> <td>Bolognesi Participações</td><td>100%</td></tr> </table>	Quadro societário antes da Operação		Acionistas	Participação	A&G Energia Empreendimentos Ltda.	100%	Quadro societário depois da Operação		Acionistas	Participação	Bolognesi Participações	100%
Quadro societário antes da Operação													
Acionistas	Participação												
A&G Energia Empreendimentos Ltda.	100%												
Quadro societário depois da Operação													
Acionistas	Participação												
Bolognesi Participações	100%												

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

Evento	Reestruturação Societária
Principais Condições do Negócio	Em 30 de junho de 2012, os acionistas decidiram reduzir o capital social da Companhia, em R\$ 60.000.000,00, com o conseqüente cancelamento da emissão de 60.000.000 ações anteriormente subscritas pela Brasilterm S.A. (" <u>Brasilterm</u> "). Posteriormente, a Hidrotérmica adquiriu 100% das ações da Companhia.
Sociedades Envolvidas	A Companhia, Bolognesi Participações ; Brasilterm; e Hidrotérmica
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Em consequência dessa operação, a Brasilterm deixou de figurar no quadro acionário da Companhia, passando a Hidrotérmica a ser a única acionista da Companhia.
Quadro societário antes e depois da operação	

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

	Quadro societário antes da Operação	
	Acionistas	Participação
	Bolognesi Participações	3,28%
	Brasilterm	96,72%
	Quadro societário depois da Operação	
	Acionistas	Participação
	Hidrotérmica	100%

Em 2013

Evento	Reestruturação Societária	
Principais Condições do Negócio	Em 28 de fevereiro de 2013, o capital social foi aumentado em R\$ 120.000.000,00, passando de R\$ 5.939.000,00 para R\$ 125.939.000,00, mediante a emissão de 20.223.996 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao valor unitário de R\$ 1,00, decorrentes de aumento de capital social, realizado em moeda nacional, por Bolognesi Participações.	
Sociedades Envolvidas	A Companhia, Hidrotérmica; e Bolognesi Participações .	
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Em consequência da operação acima o quadro acionário passou a figurar conforme abaixo:	
Quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da Operação	
	Acionistas	Participação
	Hidrotérmica	100%

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

	Quadro societário depois da Operação	
	Acionistas	Participação
	Hidrotérmica	22,7%
	Bolognesi	77,3%

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de publicação deste Formulário de Referência não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 6 foram descritas nos itens acima.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A Companhia é uma empresa pré-operacional, constituída com o objetivo específico de implantar e explorar comercialmente a Usina Termelétrica Pernambuco III, denominada UTE Pernambuco III. A Companhia foi fundada no dia 23 de outubro de 2008 na cidade e estado do Rio de Janeiro, não possui empresas controladas nem coligadas sendo controlada pela Bolognesi Participações S.A. que detém 77,3% da participação acionária da Companhia, sendo o restante equivalente a 22,7% das ações da Companhia de titularidade da Hidrotérmica S.A.

A Companhia tem o propósito de produzir energia elétrica, em regime de disponibilidade, incluindo produção integrada, a partir da combustão de óleo combustível, a fim de honrar os contratos de venda de energia. A Companhia participou e logrou êxito no 7º Leilão para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração – Leilão 03/2008, ocorrido em 30 de outubro de 2008, tendo obtido outorga para exportação das atividades pelo prazo de 35 anos e comercializado 104MW médios com 39 Concessionárias de Distribuição de Energia, por um período de 15 anos, a iniciar-se no dia 1 de janeiro de 2013, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, dentro do ambiente regulado (ACR) pela ANEEL.

Como vencedora do leilão, a UTE receberá uma receita fixa anual igual a R\$ 74.607.401,10, pela disponibilidade de energia, e, supondo ordem de despacho de energia pela ONS, terá os custos com operação ressarcidos no valor de R\$ 214,00 por megawatt-hora. Os valores são referentes ao mês de janeiro de 2008 e sofrem atualização monetária todo mês de novembro com base no índice IPCA valores, USGulf (No. 6 1.0% USG waterborne Platts Mid) e variação cambial. Os valores atualizados correspondem, respectivamente, a R\$ 97.096.502,60 como receita anual fixa e R\$ 445,00 por megawatt-hora em cenário de despacho.

A usina é composta por grupos geradores Wärtsilä 20V32, totalizando 200,7MW de capacidade instalada e 109,2MW médios de garantia física. Os equipamentos possuem característica operacional flexível, podendo operar com óleo combustível leve, óleo combustível pesado, biocombustível ou gás natural, feitas as modificações técnicas necessárias. A Tecmon Montagens Técnicas Industriais Ltda. encarregou-se do EPC – *Engineering, Procurement & Construction* (Engenharia, Suprimento e Construção) da usina, em modalidade *turnkey*, tendo entregado a usina após a integração dos motores Wärtsilä e dos transformadores Weg Equipamentos Elétricos S.A., acumulando R\$ 400 milhões em investimento total.

O combustível utilizado na usina será fornecido pela BP Products North American – British Petroleum – entregue no terminal Porto de Suape. Tequimar foi contratada para os serviços de descarregamento e estocagem do óleo combustível, que será transportado até a usina por caminhões tanques contratados junto a Transporte Rodoviário Nordeste, cabendo à UTE Pernambuco III executar processo de importação e liberação da carga.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. Produtos e Serviços Comercializados.

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

b. Receita Proveniente do Segmento e sua Participação na Receita Líquida da Companhia.

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

c. Lucro ou Prejuízo Resultante do Segmento e sua Participação no Lucro Líquido da Companhia.

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

7.9 - Outras informações relevantes

Nossos Pontos Fortes

Os nossos principais pontos fortes são:

- **Previsibilidade de receitas e baixo risco de inadimplemento de clientes.**
Possuímos contratos de venda de energia de longo prazo no Ambiente de Contratação Regulada, possuindo Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”) na modalidade de contrato por disponibilidade, em que nossos consumidores pagam um montante fixo mensal (R\$/kW) acrescido de um montante variável em caso de despacho (R\$/MWh), destinado a cobrir os custos operacionais variáveis da energia elétrica despachada. Adicionalmente, nossa Receita Fixa é indexada pela variação do IPCA, o que nos protege de pressões inflacionárias. Por fim, nossos CCEAR foram celebrados com 39 distribuidoras de energia, resultando em diversificação de clientes e, conseqüentemente, em menor risco de dependência ou de impacto por problemas com nossas contrapartes.
- **Fornecedores de grande porte.** Nossos principais fornecedores (BP Products North America - BP, Wärtsilä e Grupo Ultra) são empresas de reconhecida excelência nos setores em que atuam (combustível, equipamentos e logística, respectivamente). A BP é uma das empresas líderes do setor de exploração, logística e fornecimento de petróleo e gás no mundo. A Wärtsilä, por sua vez, é uma das líderes globais no fornecimento de motores e prestação de serviços para navios e usinas termelétricas. O Grupo Ultra é um dos maiores grupos empresariais privados do Brasil, com posição de liderança nos em setores de distribuição de combustíveis.

O contrato para fornecimento de combustível foi celebrado pela Companhia com o Grupo BP, líder mundial no transporte de petróleo e derivados, conforme classificação do ranking Platts Top 250 de 2012. Segundo informações da própria BP transportam anualmente 85 milhões de toneladas que correspondem a aproximadamente 42% do movimento mundial das cargas no segmento. A Companhia acredita que esse contrato lhe proporciona uma qualificação diferenciada de seu projeto, com mitigação relevante dos riscos de abastecimento de óleo, dentre os quais destacamos:

- (i) porte, qualidade, experiência e robustez financeira do Grupo BP;
- (ii) qualidade do óleo combustível fornecido, de acordo com as especificações dos motores utilizados;
- (iii) prazo do contrato cobrindo fornecimento integral da demanda de combustível do projeto;
- (iv) mecanismo de reajuste do preço de combustível utilizando as mesmas referências dos nossos contratos de venda de energia, na parcela da receita variável;
- (v) malha de cobertura logística de abastecimento operada pelo Grupo BP viabilizando alocação de cargas em prazos adequados a necessidades de suprimento de óleo combustível do projeto; e
- (vi) mecanismo de repasse dos custos associados ao eventual atraso ou não fornecimento de combustível.

7.9 - Outras informações relevantes

Wärtsilä é reconhecida uma das líderes mundiais no fornecimento de motores para plantas térmicas. É responsável por mais de 54 Gw de projetos térmicos implantados em 169 países, o que equivale a 270 plantas do nosso porte. Os motores utilizados em nosso projeto possuem como característica sua conversibilidade para a utilização de gás, caso esse combustível torne-se uma alternativa de suprimento e ganho escala no mercado brasileiro. Além da aquisição dos motores, também celebramos contrato de O&M com Wärtsilä para os primeiros 3 primeiros anos de nossa operação, com a opção de renovações anuais após esse período. Em relação à atividade de Operação e Manutenção ("O&M"), a Wärtsilä é atualmente responsável pela manutenção e operação de 17Gw, o que equivale a 85 plantas do nosso porte. Nossos controladores têm experiência com os equipamentos fornecidos pela Wärtsilä utilizados no projeto Rio Amazonas Energia S.A.- Raesa - UTE Cristiano da Rocha, localizado em Manaus, com capacidade instalada de 85 Mw. A UTE Cristiano da Rocha recebeu, em 2007, o prêmio de melhor planta mundial nos quesitos de operação e manutenção concedido pela própria Wärtsilä.

A relação com o Grupo Ultra está intimamente ligada a logística de abastecimento do nosso projeto a partir da entrega e combustível pela BP. O contrato com prazo equivalente a existência do nosso projeto, prevê uma capacidade de estocagem de 40.000 toneladas em tanques localizados no porto de Suape e operados pelo Grupo Ultra. Essa capacidade de estocagem no porto de Suape, combinada com a capacidade de armazenamento de 10.000 toneladas localizada na própria planta do nosso projeto, bem como aliada à robustez do contrato de fornecimento de BP, torna-se um diferencial qualitativo do nosso projeto.

- **Importância da diversificação da matriz energética para o Brasil:** A Companhia acredita que adiciona uma importante capacidade de energia ao sistema energético, em especial ao sistema na região nordeste brasileira.
- **Posição logística estratégica.** Nossa localização estratégica, distante apenas 70 quilômetros do porto de Suape, possibilita o rápido transporte de combustível para nossas atividades, o que acreditamos ser um importante diferencial, especialmente porque garante agilidade no atendimento à demanda de despacho do ONS.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. Controladores diretos e indiretos:

O controle da Companhia é exercido pela Bolognesi Participações S.A., detentora de 77,30% do capital social, conjuntamente a Hidrotérmica S.A., responsável pelos 22,70% restantes, sendo ambas controladoras diretas. O Sr. Ronaldo Marcelo Bolognesi é o controlador indireto da Companhia.

b. Controladas e coligadas:

A Companhia não possui relação de controle ou coligação com outras empresas.

c. Participações da Companhia em sociedades do grupo:

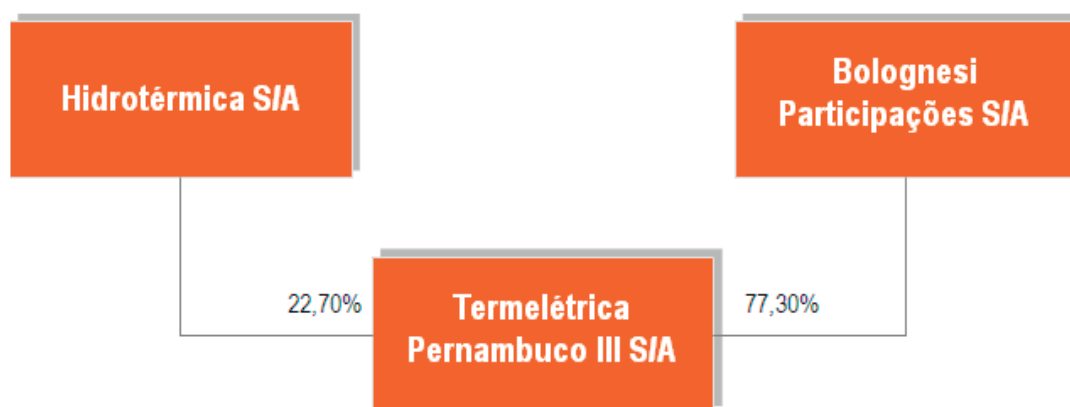
A Companhia não possui participação acionária em outras sociedades do grupo econômico ao qual pertence nem em sociedades pertencentes a outros grupos.

d. Participações de sociedades do grupo na Companhia:

Não aplicável, na medida em que a Companhia não possui relação de controle ou coligação com outras empresas.

e. Sociedades sob controle comum:

A Companhia não mantém relação de controle integral ou compartilhado com nenhuma outra sociedade.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Todas as operações de reestruturação estão descritas no item 6.5 deste Formulário de Referência.

8.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 8 foram descritas nos itens acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

9.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 9 foram descritas nos itens acima.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os itens a seguir apresentados foram avaliados e comentados pelos Diretores da Companhia:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais.

A Companhia encontra-se em estágio pré-operacional com previsão para o início de suas operações comerciais para novembro de 2013, após a autorização da ANEEL.

Como uma companhia em fase de implantação, seus resultados não foram ainda impactados pela receita proveniente do faturamento junto às distribuidoras de energia que adquiriram a energia no leilão de 2008.

Os quadros abaixo evidenciam as despesas operacionais e financeira, bem como as receitas financeiras para os períodos indicados:

	30/09/2013		30/09/2012		
	R\$ mil	% Resultado	R\$ mil	% Resultado	Var. Set2013/Set2012
Receitas operacionais	-	0,00%	-	0,00%	-
Despesas operacionais					
Tributárias	(4.318)	33,09%	(1.009)	98,63%	327,95%
Gerais e administrativas	(9.690)	74,25%	(12)	1,17%	80650,00%
Total das despesas operacionais líquidas	(14.008)	107,33%	(1.021)	99,80%	1271,99%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	(14.008)	107,33%	(1.021)	99,80%	1271,99%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(551)	4,22%	(3)	0,29%	18266,67%
Receitas financeiras	1.508	-11,55%	1	-0,10%	150700,00%
Resultado financeiro líquido	957	-7,33%	(2)	0,20%	-47950,00%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.051)	100,00%	(1.023)	100,00%	1175,76%
Imposto de renda e contribuição social	-	0,00%	-	0,00%	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(13.051)	100,00%	(1.023)	100,00%	1175,76%

Em 30 de setembro de 2013 a Companhia apresentou um prejuízo líquido de R\$ 13,1 milhões, com um crescimento de 1.175,76% comparado ao mesmo período findo em setembro de 2012, em função do crescimento das despesas gerais e administrativas decorrentes da proximidade da entrada em operação do projeto.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	2012		2011		Var. 2012/2011
	R\$ mil	% Resultado	R\$ mil	% Resultado	
Receitas operacionais	-	0,00%	-	0,00%	-
Despesas operacionais					
Tributárias	(1.034)	95,48%	(574)	-61,59%	80,14%
Gerais e administrativas	(121)	11,17%	(25)	-2,68%	384,00%
Total das despesas operacionais líquidas	(1.155)	106,65%	(599)	-64,27%	92,82%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	(1.155)	106,65%	(599)	-64,27%	92,82%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(26)	2,40%	(3.140)	-336,91%	-99,17%
Receitas financeiras	98	-9,05%	5.073	544,31%	-98,07%
Resultado financeiro líquido	72	-6,65%	1.933	207,40%	-96,28%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.083)	100,00%	1.334	143,13%	-181,18%
Imposto de renda e contribuição social	-	0,00%	(402)	-43,13%	-100,00%
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(1.083)	100,00%	932	100,00%	-216,20%

No exercício social encerrado em 2012, o resultado líquido sofreu reversão, registrando prejuízo líquido de R\$ 1,1 milhão, contra lucro líquido de R\$ 0,9 milhão no exercício anterior. O resultado negativo se deve às despesas gerais e administrativas, incorridas em função do início das obras para implantação do projeto.

	2011		2010		Var. 2011/2010
	R\$ mil	% Resultado	R\$ mil	% Resultado	
Receitas operacionais	-	0,00%	-	0,00%	-
Despesas operacionais					
Tributárias	(574)	-61,59%	-	0,00%	-
Gerais e administrativas	(25)	-2,68%	(51)	100,00%	-50,98%
Total das despesas operacionais líquidas	(599)	-64,27%	(51)	100,00%	1074,51%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	(599)	-64,27%	(51)	100,00%	1074,51%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(3.140)	-336,91%	-	0,00%	-
Receitas financeiras	5.073	544,31%	-	0,00%	-
Resultado financeiro líquido	1.933	207,40%	-	0,00%	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.334	143,13%	(51)	100,00%	-2715,69%
Imposto de renda e contribuição social	(402)	-43,13%	-	0,00%	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	932	100,00%	(51)	100,00%	-1927,45%

No exercício encerrado em 2011 a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 0,9 milhão, em função das receitas financeiras obtidas pelas aplicações financeiras dos recursos líquidos aplicados no mercado financeiro.

Em razão dos investimentos para implantação do projeto, a Companhia encerrou o terceiro trimestre de 2013 com recursos captados de terceiros no montante de R\$328,2 milhões em relação a R\$0,1 milhão em 31 de dezembro de 2012. No

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 não houve captação de recursos de terceiros.

No período de nove meses findo em 30 de setembro 2013, a liquidez corrente foi de 0,11. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a liquidez corrente foi de 0,16.

No período de nove meses findo em 30 de setembro 2013, a liquidez geral foi de 1,3. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a liquidez geral foi de 1,0 representando uma diminuição de 95,2% em relação a 2011, quando atingiu índice de 20,8, em 2010 era “zero”.

Os índices de liquidez da Companhia também são afetados pelo estágio pré-operacional e pelos investimentos realizados através de operações transitórias de curto prazo (empréstimos pontes) captados e que serão substituídos pelos recursos definitivos em prazos mais longos e adequados à capacidade de geração de caixa do projeto.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas.

Em 30 de setembro de 2013 a estrutura de capital da Companhia era composta de 24,53% de capital próprio e 75,47% de recursos de terceiros. A estrutura de capital no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 era de 4,22% de recursos próprios e 95,78% de capital de terceiros, enquanto que no exercício de 2011, a estrutura de capital foi de 95,19% de recursos próprios e 4,81% de capital de terceiros e, no exercício de 2010, a estrutura de capital foi de 0% de capital próprio e 100,00% de capital de terceiros.

Nos mesmos períodos citados acima, quais sejam setembro de 2013 e dezembro de 2012, 2011 e 2010, a Companhia possuía uma relação dívida líquida sobre patrimônio líquido respectivamente de 289,05%, -11,42%, 0% e 0%.

Entendemos que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada principalmente pela relação da dívida líquida (empréstimos e financiamentos menos caixa) sobre patrimônio líquido, apresenta, especialmente no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, níveis de alavancagem adequados à implementação do projeto.

i. hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia, além das previstas na Lei das Sociedades por Ações.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, tendo em vista que não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A dívida bruta da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 totalizavam, respectivamente, R\$ 328,2 milhões (correspondendo ao somatório de saldo de Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo no montante de R\$ 323,0 milhões ao saldo de Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo no montante de R\$ 5,2 milhões) e R\$ 0,1 milhão. Nos períodos anteriores a esse, a Companhia não tinha dívida contratada e o saldo nas contas de endividamento era zero.

A dívida líquida (empréstimos e financiamentos menos caixa) da Companhia atingiu R\$ 325,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 2011 e 2010, não existia valor de dívida líquida.

O perfil de endividamento da Companhia é preponderantemente de curto prazo sendo composto, no período de 30 de setembro de 2013, pelos empréstimos celebrados com a Caixa Econômica Federal e Banco Itaú BBA, cujo valor de captação foi igual a R\$ 313 milhões, conforme descritos no item 10.1 (f) abaixo.

Os diretores da Companhia entendem que o pagamento das obrigações de curto prazo, destacando-se os empréstimos celebrados com Caixa Econômica Federal e Banco Itaú BBA, serão viabilizados pelos recursos a serem obtidos pela 1ª emissão de debêntures da Companhia ou outras alternativas de captação de recursos junto ao mercado financeiro.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados.

Para o financiamento do capital de giro, em especial da conta de Estoque de Insumos, foi utilizado financiamento tomado junto ao banco Itaú BBA no montante de R\$ 43 milhões, conforme descrito no item 10.1 (f) abaixo. Para investimentos em ativos não-circulantes, a Companhia utilizou os empréstimos ponte celebrados com a Caixa Econômica Federal e Banco Itaú BBA, conforme descritos no item 10.1 (f) abaixo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital é adequada ao atendimento das necessidades da Companhia, sendo a geração própria de caixa após a entrada em operação será a principal fonte de financiamento que, associada aos recursos de terceiros, permitem a condução plena das operações e cumprimento integral das obrigações da Companhia. A Companhia também pode vir a recorrer aos seus acionistas, caso necessário. Caso sejam necessárias captações de novos financiamentos, a Diretoria da Companhia entende que há condições de obter linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais do mercado a taxas competitivas.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela a seguir mostra o endividamento consolidado da Companhia junto a instituições financeiras em 30 de setembro de 2013, com suas respectivas taxas e os prazos de vencimento.

Modalidade	Moeda	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Valor	Informações financeiras consolidadas	
					Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013
Cédula de Crédito Bancário n.º 18.1851.7 67.0000002-70	R\$	100% CDI CETIP + Taxa de Juros de Sobre preço de 0,35% ao mês	18/01/2014	R\$ 90.000.000,00 -	-	R\$ 97.618.608,00
Cédula de Crédito Bancário n.º 10111303 0007700	R\$	100% CDI composto com a taxa fixa de 2,75000% a.a. (dois inteiros e setecentos e cinquenta mil milionésimos por cento ao ano), que equivale a 0,226328% a.m. (zero inteiro e duzentos e vinte e seis mil trezentos e vinte e oito milionésimos por cento ao mês)	28/11/2013 (conforme 1º aditivo a CCB)	R\$ 180.000.000,00 -	-	R\$ 181.682.448,00
Cédula de Crédito Bancário	R\$	2,5% ao mês	15/06/2020	R\$ 5.419.872,00	R\$ 83.000,00	R\$ 5.419.872,00

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

n.º 12/03148

Cédula de R\$	100% (cem por cento) do CDI	26/11/2013	R\$ 43.000.000,00 -	R\$ 43.446.155,00
Crédito	composto com a taxa fixa			
Bancário	3,000000% (três inteiros por			
n.º 10111303	cento ao ano), que equivale a			
0007700	0,246627 % ao mês (zero inteiro			
	e duzentos e quarenta e seis mil			
	seiscentos e vinte e sete			
	millionésimos por cento ao mês)			

Segue abaixo uma descrição resumida dos principais contratos de endividamento relevantes da Companhia:

- ***Cédula de Crédito Bancário n.º 18.1851.767.0000002-70 (“CCB”), celebrada entre Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Devedora”) e Caixa Econômica Federal (“Credora”), tendo como avalista a Hidrotérmica S.A. (“Hidrotérmica”), em 18 de janeiro de 2013.***

A Credora disponibilizou uma linha de crédito no valor de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais).

O pagamento da dívida será feito em parcela única na data de vencimento da CCB, qual seja 18 de janeiro de 2014, sendo os encargos calculados por dias úteis e cobrados em parcela única, juntamente com o valor principal, na data de vencimento da operação.

A Devedora poderá, a qualquer tempo, fazer a liquidação antecipada do saldo devedor, bem como pagamentos extraordinários para amortizar a dívida. Nesta hipótese, a Devedora obriga-se ao pagamento de valor equivalente a 2% (dois por cento) do saldo devedor apurado na data da liquidação/amortização.

Como garantia do fiel e pontual pagamento do valor principal a Devedora prestou a seguinte garantia: aval prestado pela Hidrotérmica, na condição de coobrigados com a Devedora em todas as obrigações

- ***CCB n.º 101113030007700 celebrada entre a Devedora e Banco Itaú BBA S.A., (“Credor”), tendo como avalistas: (i) Ronaldo Marcelio Bolognesi; (ii) Bolognesi Empreendimentos Ltda.; (iii) Bolognesi Engenharia Ltda.; (iv) Bolognesi Infra Estrutura Ltda.; (v) Bolognesi Participações S.A.; e (vi) Hidrotérmica S.A. (“Avalistas”), celebrada em 22 de março de 2013.***

O Credor disponibilizou uma linha de crédito no valor de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Sobre o valor principal, o Devedor pagará taxa de juros correspondente a 100% (cem por cento) do CDI composto com a taxa fixa 3,75% ao ano, que equivale a 0,226328% ao mês.

Como garantia do fiel e pontual pagamento do valor principal a Devedora prestou as seguinte garantia: avais prestados pelos Avalistas, na condição de coobrigados com a Devedora em todas as obrigações

- **CCB n.º 12/03148, celebrada entre Devedora e Banrisul – Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Credor”), tendo como avalista a Hidrotérmica em 18 de janeiro de 2013.**

O Credor disponibilizou uma linha de crédito no valor de R\$ 5.419.872,00 (cinco milhões, quatrocentos e dezenove mil, oitocentos e setenta e dois reais) que foi creditado diretamente à empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A., para atender exclusivamente ao financiamento da compra e venda de 2 (dois) transformadores de força de 10,001 até 350,000 KVA, modelo WEG, Cód. Finame: 1987103.

O pagamento da dívida deverá ser feito em 72 (setenta e duas) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas no valor principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao término do período de carência, em 15 de julho de 2014, comprometendo-se a Devedora a liquidar a última parcela em 15 de julho de 2020.

Como garantia do fiel e pontual cumprimento das obrigações assumidas no âmbito da CCB, a Devedora deu ao Credor, em alienação fiduciária, os bens descritos acima, avaliados em R\$ 6.022.080,00 (seis milhões, vinte e dois mil e oitenta reais).

- **Cédula de Crédito Bancário n.º 101113080009800 (“CCB”), celebrada entre Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Devedora”) e Banco Itaú BBA S.A. (“Credor”) tendo como avalistas: (i) Ronaldo Marcelio Bolognesi; (ii) Bolognesi Empreendimentos Ltda.; (iii) Bolognesi Engenharia Ltda.; (iv) Bolognesi Infra Estrutura Ltda.; (v) Bolognesi Participações S.A.; e (vi) Hidrotérmica S.A (referidos em conjunto como “Avalistas”), celebrada em 28 de agosto de 2013.**

O Credor disponibilizou uma linha de crédito no valor de R\$ 43.000.000,00 (quarenta e três milhões de reais).

Sobre o valor principal, o Devedor pagará taxa de juros correspondente a 100% (cem por cento) do CDI composto com a taxa fixa 3,00% (três inteiros por cento ao ano), que equivale a 0,226328% ao mês (zero inteiro e duzentos e quarenta e seis mil seiscentos e vinte e sete milionésimos por cento ao mês).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Como garantia do fiel e pontual pagamento do valor principal a Devedora prestou a seguinte garantia: avais prestados pelos Avalistas, na condição de coobrigados com a Devedora em todas as obrigações.

A Devedora e os Avalistas constituíram o penhor/caução das garantias e/ou importâncias outorgadas e/ou ligadas a CCB.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Não existe.

iii. grau de subordinação entre as dívidas.

Não existe.

iv. eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e à alienação de controle societário.

Os diretores informam que não existem restrições a limitação de endividamento, contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos e alienação de controle societário.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, bem como ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria; serviços relacionados à revisão das informações contábeis intermediárias da Companhia contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para os períodos de nove meses findos em 30 setembro de 2013, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor*

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

of the Entity, respectivamente). Adicionalmente, as demonstrações financeiras da Companhia foram auditadas por auditores independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Essas demonstrações financeiras foram auditadas pela KPMG – Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e foram emitidas sem ressalvas.

Comparação dos resultados semestrais de 30 de setembro de 2013 e 30 de setembro de 2012.

	30/09/2013		30/09/2012		
	R\$ mil	% Resultado	R\$ mil	% Resultado	Var. Set2013/Set2012
Receitas operacionais	-	0,00%	-	0,00%	-
Despesas operacionais					
Tributárias	(4.318)	33,09%	(1.009)	98,63%	327,95%
Gerais e administrativas	(9.690)	74,25%	(12)	1,17%	80650,00%
Total das despesas operacionais líquidas	(14.008)	107,33%	(1.021)	99,80%	1271,99%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	(14.008)	107,33%	(1.021)	99,80%	1271,99%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(551)	4,22%	(3)	0,29%	18266,67%
Receitas financeiras	1.508	-11,55%	1	-0,10%	150700,00%
Resultado financeiro líquido	957	-7,33%	(2)	0,20%	-47950,00%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.051)	100,00%	(1.023)	100,00%	1175,76%
Imposto de renda e contribuição social	-	0,00%	-	0,00%	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(13.051)	100,00%	(1.023)	100,00%	1175,76%

Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais atingiram R\$ 14,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, ante R\$ 1,0 milhão no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, representando um crescimento de 1.271,99%. Este crescimento ocorreu em função do aumento das atividades de implantação do nosso projeto ocorrida durante o primeiro semestre de 2013.

Prejuízo Líquido

Em razão do efeito analisado acima, a Companhia passou de um prejuízo líquido de R\$ 1,0 milhão no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 para R\$ 13,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, representando um crescimento de 1.175,76%.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

	2012		2011		Var. 2012/2011
	R\$ mil	% Resultado	R\$ mil	% Resultado	
Receitas operacionais	-	0,00%	-	0,00%	-
Despesas operacionais					
Tributárias	(1.034)	95,48%	(574)	-61,59%	80,14%
Gerais e administrativas	(121)	11,17%	(25)	-2,68%	384,00%
Total das despesas operacionais líquidas	(1.155)	106,65%	(599)	-64,27%	92,82%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	(1.155)	106,65%	(599)	-64,27%	92,82%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(26)	2,40%	(3.140)	-336,91%	-99,17%
Receitas financeiras	98	-9,05%	5.073	544,31%	-98,07%
Resultado financeiro líquido	72	-6,65%	1.933	207,40%	-96,28%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.083)	100,00%	1.334	143,13%	-181,18%
Imposto de renda e contribuição social	-	0,00%	(402)	-43,13%	-100,00%
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(1.083)	100,00%	932	100,00%	-216,20%

Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais atingiram R\$ 1,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, ante R\$ 0,6 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando um crescimento de 92,82%. Este crescimento ocorreu em função do avanço da implantação do projeto ocorrida durante o exercício de 2012.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido passou de uma receita financeira líquida de R\$ 1,9 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para uma receita financeira líquida de R\$ 0,1 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de 96,28 %. Essa variação ocorreu em função do maior volume de investimentos realizados durante o exercício de 2012 para implantação do projeto, com a respectiva redução dos ativos de contratos de mútuos remunerados nas condições de mercado.

Lucro (Prejuízo) Líquido

Em razão do efeito analisado acima, a Companhia passou de um lucro líquido de R\$ 0,9 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para um prejuízo líquido de R\$ 1,1 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de 216,20%.

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	2011		2010		Var. 2011/2010
	R\$ mil	% Resultado	R\$ mil	% Resultado	
Receitas operacionais	-	0,00%	-	0,00%	-
Despesas operacionais					
Tributárias	(574)	-61,59%	-	0,00%	-
Gerais e administrativas	(25)	-2,68%	(51)	100,00%	-50,98%
Total das despesas operacionais líquidas	(599)	-64,27%	(51)	100,00%	1074,51%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	(599)	-64,27%	(51)	100,00%	1074,51%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(3.140)	-336,91%	-	0,00%	-
Receitas financeiras	5.073	544,31%	-	0,00%	-
Resultado financeiro líquido	1.933	207,40%	-	0,00%	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.334	143,13%	(51)	100,00%	-2715,69%
Imposto de renda e contribuição social	(402)	-43,13%	-	0,00%	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	932	100,00%	(51)	100,00%	-1927,45%

Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais atingiram R\$ 0,6 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, ante R\$ 0,1 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um crescimento de 1.074,51%. Este crescimento ocorreu em função do avanço da implantação do projeto ocorrido durante o exercício de 2011.

Resultado Financeiro Líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 a Companhia verificou resultado financeiro líquido igual a “zero”, ao passo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o resultado financeiro líquido foi de R\$ 1,9 milhão. Esse crescimento ocorreu em função da capitalização promovida na Companhia no exercício de 2011 cujos recursos foram utilizados para constituição de mútuos ativos remunerados em condições de mercado.

Lucro (Prejuízo) Líquido

Em razão do efeito analisado acima, a Companhia passou de um prejuízo líquido de R\$ 0,1 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para um lucro líquido de R\$ 0,9 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando um crescimento de 1.927,45%.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e exercício social encerrado em 30 de dezembro de 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	30/09/2013		2012		
	R\$ mil	% Ativo Total	R\$ mil	% Ativo Total	Var. Set2013/Dez2012
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	2.597	0,57%	735	0,54%	253,33%
Tributos a recuperar	75	0,02%	21	0,02%	257,14%
Estoques de insumos	35.154	7,66%	-	0,00%	-
Despesas antecipadas	93	0,02%	455	0,34%	-79,56%
Total do ativo circulante	37.919	8,26%	1.211	0,90%	822,33%
Ativo não circulante					
Contratos de mútuo	17.034	3,71%	18.925	13,99%	-9,99%
Imobilizado	404.246	88,03%	115.122	85,11%	251,15%
Intangível	3	0,00%	4	0,00%	-25,00%
Total do ativo não circulante	421.283	91,74%	134.051	99,10%	-7,43%
Total do ativo	459.202	100,00%	135.262	100,00%	0,00%
	R\$ mil	% Passivo Total	R\$ mil	% Passivo Total	Var. Set2013/Dez2012
Passivo Circulante					
Fornecedores	16.752	3,65%	7.052	5,21%	137,55%
Obrigações tributárias	1.278	0,28%	644	0,48%	98,45%
Obrigações sociais e trabalhistas	91	0,02%	102	0,08%	-10,78%
Contas a Pagar	55	0,01%	-	0,00%	-
Empréstimos e financiamentos	322.991	70,34%	7	0,01%	4614057,14%
Total do passivo circulante	341.167	74,30%	7.805	5,77%	4271,13%
Passivo não circulante					
Contratos de mútuo	132	0,03%	121.673	89,95%	-99,89%
Empréstimos e financiamentos	5.246	1,14%	76	0,06%	6802,63%
Obrigações tributárias	-	0,00%	-	0,00%	-
Total do passivo não circulante	5.378	1,17%	121.749	90,01%	-95,58%
Patrimônio líquido					
Capital social	125.939	27,43%	5.939	4,39%	2020,54%
Reservas de Lucros	-	0,00%	-	0,00%	-
Prejuízos acumulados	(13.282)	-2,89%	(231)	-0,17%	5649,78%
Total do patrimônio líquido	112.657	24,53%	5.708	4,22%	1873,67%
Total do passivo e patrimônio líquido	459.202	100,00%	135.262	100,00%	239,49%

Ativo não circulante

Contratos de mútuo

O saldo dessa conta passou de R\$ 18,9 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 17,0 milhões em 30 de setembro de 2013, representando uma redução de 9,99%. Essa variação ocorreu, pelo retorno parcial de recursos a uma das controladoras do projeto, a saber Bolognesi Participações S.A.

Imobilizado

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo dessa conta passou de R\$ 115,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 404,2 milhões em 30 de setembro de 2013. A variação positiva de 251,15% é explicada basicamente pelo aumento dos investimentos realizados pela Companhia na implantação da usina térmica no decorrer dos três primeiros trimestres de 2013.

Passivo circulante e não circulante

Fornecedores - circulante

O saldo dessa conta passou de R\$ 7,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 16,8 milhões em 30 de setembro de 2013, representando um aumento de 137,55%. Esse crescimento é explicado pela aceleração das obras de implantação da usina térmica, cujo saldo representa eventos físicos sujeitos a medição conforme determinações dos contratos de *EPC – Engineering, Procurement & Construction* (Engenharia, Suprimento e Construção) contratados junto a Tecmon.

Contratos de Mútuo – não circulante

O saldo dessa conta passou de R\$ 121,7 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 0,1 milhão em 30 de setembro de 2013, representando uma redução de 99,89%. Essa redução é explicada essencialmente pela capitalização da companhia de R\$ 120,0 milhões através da conversão dos contratos de mútuo tomados junto às holdings controladoras do projeto.

Empréstimos, financiamentos e debêntures – circulante e não circulante

O saldo dessa conta passou de R\$ 0,1 milhão em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 328,2 milhões em 30 de setembro de 2013. O crescimento do saldo é explicado essencialmente pelo ingresso de novos empréstimos e financiamentos tomados para financiamento da implantação da usina térmica.

Patrimônio líquido e participação de acionistas não controladores

O saldo dessa conta passou de R\$ 5,7 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 112,7 milhões em 30 de setembro de 2013, representando um crescimento de 1.873,67%. Essa variação ocorreu especialmente pela capitalização de companhia no montante de R\$ 120 milhões.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais ocorrida em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	2012		2011		Var. 2012/2011
	R\$ mil	% Ativo Total	R\$ mil	% Ativo Total	
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	735	0,54%	-	0,00%	-
Tributos a recuperar	21	0,02%	41	0,06%	-48,78%
Estoque de insumos	-	0,00%	-	0,00%	-
Despesas antecipadas	455	0,34%	-	0,00%	-
Total do ativo circulante	1.211	0,90%	41	0,06%	2853,66%
Ativo não circulante					-
Contratos de mútuo	18.925	13,99%	62.603	89,22%	-69,77%
Imobilizado	115.122	85,11%	7.522	10,72%	1430,47%
Intangível	4	0,00%	-	0,00%	-
Total do ativo não circulante	134.051	99,10%	70.125	99,94%	91,16%
Total do ativo	135.262	100,00%	70.166	100,00%	92,77%
	R\$ mil	% Passivo Total	R\$ mil	% Passivo Total	Var. 2012/2011
Passivo Circulante					
Fornecedores	7.052	5,21%	-	0,00%	-
Obrigações tributárias	644	0,48%	603	0,86%	6,80%
Obrigações sociais e trabalhistas	102	0,08%	-	0,00%	-
Contas a Pagar	-	0,00%	-	0,00%	-
Empréstimos e financiamentos	7	0,01%	-	0,00%	-
Total do passivo circulante	7.805	5,77%	603	0,86%	1194,36%
Passivo não circulante					-
Contratos de mútuo	121.673	89,95%	1.769	2,52%	6778,07%
Empréstimos e financiamentos	76	0,06%	-	0,00%	-
Obrigações tributárias	-	0,00%	1.003	1,43%	-100,00%
Total do passivo não circulante	121.749	90,01%	2.772	3,95%	4292,10%
Patrimônio líquido					-
Capital social	5.939	4,39%	65.939	93,98%	-90,99%
Reservas de Lucros	-	0,00%	852	1,21%	-100,00%
Prejuízos acumulados	(231)	-0,17%	-	0,00%	-
Total do patrimônio líquido	5.708	4,22%	66.791	95,19%	-91,45%
Total do passivo e patrimônio líquido	135.262	100,00%	70.166	100,00%	92,77%

Ativo não circulante**Contratos de mútuo**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo dessa conta passou de R\$ 62,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 18,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de 69,77%. Essa variação ocorreu fundamentalmente pela quitação dos contratos de mútuos.

Imobilizado

O saldo dessa conta passou de R\$ 7,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 115,1 milhões em 31 de dezembro de 2012. A variação positiva de 1430,47% é explicada basicamente pelo aumento dos investimentos realizados pela Companhia na implantação da usina térmica no decorrer do exercício de 2012.

Passivo circulante e não circulante

Contratos de mútuo – não circulante

O saldo dessa conta passou de R\$ 1,8 milhão em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 121,7 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando um crescimento de 6.778,07%. Esse aumento é explicado essencialmente pelo repasse de recursos efetuados pelos controladores para implantação da nossa usina.

Patrimônio líquido e participação de acionistas não controladores

O saldo dessa conta passou de R\$ 66,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 5,7 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de 91,45%. Essa variação ocorreu essencialmente pela redução de capital da Companhia realizada em 2012.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais ocorrida em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	2011		2010		
	R\$ mil	% Ativo Total	R\$ mil	% Ativo Total	Var. 2011/2010
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	-	0,00%	-	-	-
Tributos a recuperar	41	0,06%	-	-	-
Estoques de insumos	-	0,00%	-	-	-
Despesas antecipadas	-	0,00%	-	-	-
Total do ativo circulante	41	0,06%	-	-	-
Ativo não circulante					-
Contratos de mútuo	62.603	89,22%	-	-	-
Imobilizado	7.522	10,72%	-	-	-
Intangível	-	0,00%	-	-	-
Total do ativo não circulante	70.125	99,94%	-	-	-
Total do ativo	70.166	100,00%	-	-	-
	R\$ mil	% Passivo Total	R\$ mil	% Passivo Total	Var. 2011/2010
Passivo Circulante					
Fornecedores	-	0,00%	-	-	-
Obrigações tributárias	603	0,86%	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	-	0,00%	-	-	-
Contas a Pagar	-	0,00%	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	0,00%	-	-	-
Total do passivo circulante	603	0,86%	-	-	-
Passivo não circulante					-
Contratos de mútuo	1.769	2,52%	79	-	2139,24%
Empréstimos e financiamentos	-	0,00%	-	-	-
Obrigações tributárias	1.003	1,43%	-	-	-
Total do passivo não circulante	2.772	3,95%	79	-	3408,86%
Patrimônio líquido					-
Capital social	65.939	93,98%	1	-	6593800,00%
Reservas de Lucros	852	1,21%	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	0,00%	(80)	-	-100,00%
Total do patrimônio líquido	66.791	95,19%	(79)	-	-84645,57%
Total do passivo e patrimônio líquido	70.166	100,00%	-	-	-

Ativo circulante e não circulante**Contratos de mútuo**

Em 31 de dezembro de 2010 o saldo dessa conta foi “zero” e em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 62,6 milhões. Essa variação ocorreu em função de mútuos concedidos pela Companhia.

Imobilizado

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo dessa conta passou de zero em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 7,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. A variação positiva é explicada basicamente pelos investimentos realizados pela Companhia na implantação da usina térmica no decorrer do exercício de 2011.

Patrimônio líquido e participação de acionistas não controladores

O saldo dessa conta passou de R\$ (0,1) milhão em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 66,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esta alteração ocorreu em função da capitalização da Companhia efetuada em 2011.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os Diretores da Companhia entendem que a base de sustentação de suas receitas e, conseqüentemente, de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012, 2011, 2010 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, resume-se à operação de sua usina. Nesse sentido, por encontrar-se em fase pré-operacional a Companhia não obteve receita relevante.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, portanto seus resultados são afetados exclusivamente pelos efeitos de implantação do projeto, quais sejam as despesas gerais e administrativas que compõem grande parte do prejuízo líquido apresentado em 30 de setembro de 2013.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**a. introdução ou alienação de segmento operacional.**

Não houve qualquer introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais.

Não houve quaisquer eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Os diretores da Companhia entendem que não houve qualquer mudança significativa nas práticas contábeis adotadas no Brasil que tenha alterado substancialmente a forma de mensuração, registro ou apresentação das demonstrações financeiras dos 3 exercícios apresentados.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os diretores da Companhia entendem que não houve qualquer mudança significativa nas práticas contábeis adotadas no Brasil que tenha alterado substancialmente a forma de mensuração, registro ou apresentação das demonstrações financeiras dos 3 exercícios apresentados.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O parecer dos auditores independentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, e 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuem parágrafo de ênfase ou ressalva.

Com relação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o parecer dos auditores continha o seguinte parágrafo de ênfase:

“A Companhia apresentava, em 31 de dezembro de 2010, capital circulante líquido negativo de R\$ 79 mil e passivo a descoberto de R\$ 79 mil. Conforme divulgado na Nota Explicativa no. 1, a Companhia está em fase pré-operacional e a continuidade operacional de seus projetos depende do suporte financeiro de seus acionistas. As demonstrações financeiras não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos e passivos, que poderia ser necessário em função da resolução da incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.”

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os procedimentos de controles internos para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis são processos que envolvem a administração da Companhia visando fornecer garantias sobre as informações contábeis e financeiras, bem como a elaboração delas de acordo com as práticas e princípios contábeis vigentes.

Os principais objetivos dos controles internos são: (i) reconhecimento dos registros contábeis de receitas, custos e despesas pelo regime contábil de competência; (ii) manutenção dos registros com os detalhes necessários de nossos ativos; e (iii) fornecimento de segurança razoável que todas as nossas transações sejam registradas visando permitir a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os Diretores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos são adequados para refletir as informações contábeis da Companhia.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No exame das demonstrações financeiras da Companhia, os auditores independentes conduziram a análise de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com o objetivo de expressar uma opinião sobre nossas demonstrações financeiras.

Nesse contexto, os auditores independentes da Companhia não apontaram deficiências e/ou formularam recomendações relativamente aos controles internos adotados pela Companhia para assegurar a elaboração de suas demonstrações financeiras.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial da Companhia (off-balance sheet items), tais como:

- arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos; e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- contratos de construção não terminada; e
- contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui quaisquer itens que não estejam evidenciados nas suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

10.10 - Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Itens do Capex	R\$	%
EPC Nacional	179.135.870	44,76%
EPC com impostos	165.000.000	
Transformadores, sobressalentes e utensílios	14.135.870	
EPC Importado	190.433.443	47,58%
EPC Wärtsilä - Parte Importada	190.433.443	
Linha de Transmissão	136.667	0,03%
Logística e impostos	15.511.573	3,88%
Pré-operacionais	4.949.384	1,24%
Seguro e taxas	700.000	0,17%
Compensação Ambiental	3.000.000	0,75%
Outros	6.333.333	1,58%
Contingências	6.333.333	
	400.200.271	100,0%

- 91% do valor estimado para conclusão estão associados a contratos a preço global, apresentando baixo risco de variação por escopo ou interfaces;
- 47,58% do valor estimado para conclusão correspondem ao contrato Wärtsilä;
- 5,9% do valor estimado para conclusão correspondem a custos estimados pela Bolognesi Multiner; 2,2% do valor estimado para conclusão correspondem a contingências. Tal valor equivale a cerca de 40% dos custos não incluídos nos contratos de fornecimento a preço fechado.
- Não estão incluídos na estimativa acima: (i) custos de mobilização e treinamento da equipe de operação e manutenção durante a fase de implantação do empreendimento; e (ii) serviços de engenharia independente até a conclusão da obra, caso o Itaú BBA, na condição de fiador, julgue necessário.
- A Wärtsilä finland OY foi contratada para o fornecimento de 23 motores Wärtsilä 20V32, bem como todo o equipamento e atividades técnicas relacionadas. O valor total referente a todos os equipamentos e atividades relacionadas é de € 71.600.000,00, convertidos em R\$ 190.443.443,00, incluindo todos os custos referentes a transporte, seguros e fretes.
- A Tecmon Montagens Técnicas Industriais LTDA. foi contratada pelo valor de R\$ 165.000.000,00, incluindo os tributos, como responsável pelo fornecimento global de bens, serviços e equipamentos relativos à implantação do empreendimento na modalidade *EPC – Engineering, Procurement & Construction* (Engenharia, Suprimento e Construção) na modalidade “chave na mão”. De acordo com esta modalidade, também conhecida como *turn key*, a contratada assume total e completa responsabilidade por todos os bens, serviços e equipamentos necessários para colocá-los em plena disponibilidade para operação comercial, cuja previsão para conclusão da obra da usina é até o dia 31 de agosto de 2013. O escopo do contrato compreende todos e quaisquer recursos, conhecimentos,

10.10 - Plano de negócios

tecnologias, metodologias, serviços de engenharia, obras civis, construções, fabricações, fornecimento de materiais, peças e equipamentos, ferramentas e infraestrutura, transportes, descarga e estocagem seguras, seguros, garantias, montagem completa dos equipamentos e materiais eletromecânicos, acessórios e auxiliares, comissionamento e teste de desempenho das instalações, treinamento próprio e de terceiros subcontratados a qualquer título para proceder à implantação da usina.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

	Valor desembolsado	% Desembolso	Valor Total	Prazo	Carência	Custo
Caixa Econômica Federal	R\$ 90.000.000,00	100%	R\$90.000.000,00	5 meses		100% CDI CETIP + Taxa de Juros de Sobre preço de 0,35% ao mês
Banco Itaú BBA	R\$180.000.000,00	100%	R\$180.000.000,00	8 meses (conforme 1º aditivo da CCB)		100% CDI composto com a taxa fixa de 2,75% a.a. que equivale a 0,226328% a.m.
Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul	R\$ 5.419.872,00	100%	R\$ 5.419.872,00	6 anos	15.06.2014	2,5% a.a.
Banco Itaú BBA	R\$ 43.000.000,00	100%	R\$ 43.000.000,00	3 meses		100% CDI composto com a taxa fixa de 3,0% a.a., que equivale a 0,246627% a.m.
Total	R\$ 318.419.872,00	100%		--	-	-

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não foi realizado nenhum resgate de investimento de capital nos últimos três exercícios sociais, bem como não há resgate de investimento em andamento.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Até 30 de setembro de 2013, a Companhia não realizou aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que pudessem influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

10.10 - Plano de negócios**c. novos produtos e serviços****i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não existem pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não existem projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não está em curso, atualmente, o desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta Seção 10.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a. Atribuições de cada órgão e comitê:

Conselho de Administração:

Além das atribuições que lhe confere a Lei das Sociedades por Ações, as seguintes matérias deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios sociais e o orçamento anual da Companhia, observado o plano de negócios da Companhia;
- (ii) eleger, aceitar renúncia, deliberar sobre pedido de licença temporária, designar substitutos e destituir os Diretores da companhia, bem como fixar-lhes as atribuições específicas, observando o disposto neste Estatuto Social;
- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia e solicitando informações sobre quaisquer atos da administração;
- (iv) convocar as Assembleias Gerais na forma prevista neste Estatuto Social nas hipóteses legalmente previstas e quando julgar conveniente;
- (v) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração, demonstrações financeiras e as contas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral, bem como sobre a proposta de destinação do resultado do exercício;
- (vi) deliberar sobre o pagamento de juros sobre capital próprio;
- (vii) decidir, *ad referendum* da Assembleia Geral, sobre a distribuição de dividendos intermediários ou o pagamento de juros sobre capital próprio, a conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, observadas as previsões legais aplicáveis;
- (viii) deliberar sobre celebração de qualquer ato jurídico pela Companhia, de um lado, com os acionistas ou administradores da Companhia, ou com partes relacionadas aos mesmos, do outro, que envolvam valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sendo certo, no entanto, que qualquer ato jurídico celebrado pela Companhia, de um lado, com os acionistas ou administradores da Companhia, ou com partes relacionadas aos mesmos, do outro, terá que ser em condições de mercado e de comutatividade, nos termos do artigo 245 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ix) deliberar sobre aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- (x) determinar o levantamento de balancetes em períodos inferiores a um exercício social e deliberar sobre o pagamento aos acionistas de dividendos intercalares ou intermediários, nos termos deste Estatuto Social;
- (xi) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis ou, no caso de debêntures conversíveis em ações, quando a emissão ocorrer dentro do limite do

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

capital autorizado, assim como deliberar sobre as respectivas condições referidas no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;

- (xii) deliberar sobre a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação pública de recursos, de uso comum no mercado, incluindo, mas não se limitando, a emissão de notas promissórias;
- (xiii) deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos dos Parágrafos Segundo a Quinto do Artigo 6º deste Estatuto Social, com a emissão de novas ações, bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou de títulos com direito de subscrição, e, no caso de emissão de novas ações, deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;
- (xiv) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas;
- (xv) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- (xvi) deliberar sobre a aquisição e alienação de participação societária em outras sociedades, a participação em concorrências públicas, bem como sobre a constituição de subsidiárias que não estejam contempladas no plano de negócios, sempre tendo em vista os objetos sociais;
- (xvii) deliberar previamente sobre a apresentação, pela Companhia, de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, bem como, em caso de urgência, deliberar sobre a efetiva apresentação, pela Companhia, de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, nos termos do parágrafo único, do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xviii) deliberar sobre o exercício do direito de voto pela Companhia em sociedade controlada, bem como indicar os administradores, diretores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal das sociedades controladas da Companhia e/ou de empresas nas quais a Companhia detenha participação;
- (xix) distribuir a remuneração global dos administradores fixada anualmente pela Assembleia Geral dentre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia;
- (xx) alienação ou aquisição de bens imóveis cujo valor não esteja contemplado no orçamento anual ou no plano de negócios da Companhia;
- (xxi) assunção de qualquer obrigação, assim como a celebração, o aditamento e/o a rescisão de qualquer contrato ou acordo de qualquer natureza que (a) implique em alavancagem da Companhia superior à relação 80% de capital de terceiros e 20% de capital próprio; ou (b) não seja relacionado aos projetos inseridos no plano de negócios da Companhia;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (xxii) outorga de garantias de qualquer natureza sobre bens, direitos, ativos financeiros ou fixos da Companhia que não esteja contemplada no plano de negócios da Companhia;
- (xxiii) implementação ou execução de qualquer oportunidade de negócio, assim como a inclusão, exclusão ou alteração de projetos na carteira de projetos da Companhia;
- (xxiv) transferência, em qualquer exercício social, de qualquer ativo ou conjunto de ativos da Companhia em valor superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e uma única operação, ou R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) considerando qualquer período de 12 (doze) meses; e
- (xxv) deliberar sobre as demais matérias de sua competência previstas em lei ou neste Estatuto Social.

Diretoria:

Além dos poderes que forem necessários à realização dos fins sociais e ao regular funcionamento da Companhia, a Diretoria fica investida de poderes para transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, observados os limites e as condições deste Estatuto Social. Compete, especialmente, à Diretoria:

- (i) apresentar à Assembleia Geral, depois de submetidas ao parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, o relatório da administração e as demonstrações financeiras previstas em lei, bem como a proposta de destinação dos lucros do exercício; e
- (ii) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições do Artigo 18 deste Estatuto Social, incluindo, mas não se limitando, a propositura de qualquer medida judicial ou realização de acordos relacionados a qualquer notificação recebida de autoridades federais, estaduais ou municipais, autarquias governamentais, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, autoridades ambientais e, especialmente, da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Conselho Fiscal:

O Conselho Fiscal, de caráter não permanente, será composto, quando instalado, por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, acionistas ou não, que terão as atribuições previstas em lei. A composição do Conselho Fiscal deverá obedecer ao disposto no artigo 161, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações.

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação de comitês

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais:

Adicionalmente às funções, competências e poderes atribuídos para cada um dos Diretores pelo Conselho de Administração, de acordo com o Estatuto Social da Companhia compete, especificamente:

- a) ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (iii) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; e (iv) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.
- b) ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas, (i) representar a Companhia, privativamente, perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (ii) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e a comunicação entre a Companhia e seus investidores, a CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; (iii) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; (iv) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios, na forma requerida em lei; (v) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (vi) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; (vii) zelar pelo cumprimento e execução das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários; e (viii) seja em conjunto ou isoladamente, praticar os atos normais de gestão da Companhia.

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês e da Diretoria:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente a Companhia não realizou as publicações requeridas neste item, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração		Data da eleição		Prazo do mandato
				Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
CPF	Profissão		Cargo eletivo ocupado			
Outros cargos e funções exercidas no emissor						
Gianna Sonogo Bolognesi	27		Pertence apenas à Diretoria	18/09/2013	2 anos.	
826.384.380-49	Empresária		Diretor	18/09/2013	Sim	
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Não exerce outros cargos e funções na Companhia.						
Giancarlo Porto Bratkowski	36		Pertence apenas à Diretoria	18/09/2013	2 anos.	
891.555.720-49	Engenheiro Civil		Diretor	18/09/2013	Sim	
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Não exerce outros cargos e funções na Companhia.						
Ronaldo Marcelo Bolognesi	71		Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/09/2013	2 anos.	
008.006.600-30	Engenheiro Civil		20 - Presidente do Conselho de Administração	19/09/2013	Sim	
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Não exerce outros cargos e funções na Companhia.						
Chiara Sonogo Bolognesi Gargano	30		Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/09/2013	2 anos.	
826.383.730-87	Administradora de Empresas		22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/09/2013	Sim	
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Não exerce outros cargos e funções na Companhia.						
Paulo Cesar Rutzen	47		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	18/09/2013	2 anos.	
441.649.200-68	Advogado		Vice-Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e de Relações com Investidores	18/09/2013	Sim	
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Membro efetivo do Conselho de Administração.						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Gianna Sonogo Bolognesi - 826.384.380-49
Gianna Sonogo Bolognesi: Graduada pela New York University Stern School of Business, Bachelor of Science, Major in Finance and Marketing. Com 8 anos de atuação nas empresas do Grupo como sócia gerente na Bolognesi Empreendimentos Ltda. e na Bolognesi Infraestrutura Ltda. desde janeiro de 2008. Foi eleita membro do Conselho Fiscal da Multiner S.A. em março de 2012 e detém o cargo de Diretora Presidente da Biocore Biotecnologia S.A. desde abril de 2010. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspensa ou inabilitada para prática de atividade profissional ou comercial.
Giancarlo Porto Bratkowski - 891.555.720-49
Giancarlo Porto Bratkowski: Engenheiro civil graduado pela PUC-RS e com MBA em Gestão Empresarial pela FGV. Atua no setor de energia desde 1999. Trabalha na Hidrotérmica desde a sua constituição, tendo atuado na prospecção, implantação e operação de empreendimentos energéticos. Coordena a equipe responsável pelo pipeline da Hidrotérmica e da Multiner S.A. Atua também na área regulatória institucional. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.
Ronaldo Marcelo Bolognesi - 008.006.600-30

Ronaldo Marcelo Bolognesi: Engenheiro Civil, com larga experiência em infraestrutura, fundou a Hidrotérmica em 1999. Foi o primeiro Presidente da APMPE (Associação de Pequenos e Médios Produtores de Energia), participando ativamente na criação do marco regulatório do setor (energia assegurada para PCHs, Proinfa, etc). Empresário com mais de 40 anos de experiência, com foco em construção pesada, desenvolvimento imobiliário e geração de energia. Exerce também os cargos de diretor-presidente e presidente do conselho de administração da Hidrotérmica S.A. ("Hidrotérmica") e da Multiner S.A. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Chiara Sonogo Bolognesi Gargano - 826.383.730-87

Chiara Sonogo Bolognesi Gargano: Administradora de Empresas, graduada pela Universidade de Buenos Aires. Participa ativamente de questões operacionais e estratégicas da Hidrotérmica desde a sua fundação. Tem experiência de 11 anos no ramo imobiliário, tendo ocupado cargo de sócia gerente na Bolognesi Empreendimentos Ltda., desde 2008, infraestrutura, na qual atua como sócia gerente na Bolognesi Infraestrutura Ltda., desde janeiro de 2008. No setor de energia, Chiara atualmente possui cargo de Diretora na Hidrotérmica S.A., para o qual foi reeleita em junho de 2012, Serra Verde Energética S.A., Autódromo Energética S.A., Boa Fé Energética S.A., eleita em dezembro de 2010, Vêneto Energética S.A. e Serrana Energética S.A., eleita em julho de 2010. É atualmente membro do Conselho de Administração da Multiner S.A., eleita em março de 2012. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Paulo Cesar Rutzen - 441.649.200-68

Paulo Cesar Rutzen: Advogado, graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), iniciou atuação jurídica em 1986 junto à Diretoria Regional do Banco Bradesco S.A., no Departamento Jurídico, permanecendo na instituição até o ano de 1990. Tem MBA em Direito Tributário Empresarial pela FGV-POA. Ingressou no Grupo Bolognesi em 2002 como Diretor Jurídico, migrando para a área financeira e estruturas de negócios. Atualmente é Diretor Presidente da Multiner S.A. e Diretor da Hidrotérmica S.A. e da Bolognesi, interagindo em todos os níveis gerenciais nas atividades das empresas. Integra o Conselho de Administração da COVPLAN e o Conselho de Administração da Multiner S.A. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois a Companhia não possui comitês estatutários ou não estatutários.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

12.12 - Outras informações relevantes

As Assembleias Gerais da Companhia, realizadas no último exercício social, ocorreram nas datas abaixo indicadas, bem como foram instaladas com os seguintes quóruns.

Assembleias Gerais

Evento	Data	Quórum de instalação
Assembleia Geral Extraordinária	16/07/2012	Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia
Assembleia Geral Extraordinária	16/11/2012	Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Tendo em vista sua condição pré-operacional, a Companhia não efetuou pagamento de qualquer remuneração aos seus administradores nos três últimos exercícios sociais, sem previsão de pagamento de qualquer remuneração aos seus administradores no exercício social corrente.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a**13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não efetuou pagamento de qualquer remuneração aos seus administradores nos três últimos exercícios sociais.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

13.16 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 13 foram descritas nos itens acima.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador	Última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Hidrotérmica S.A.						
02.281.472/0001-95	Brasileira	Não	Sim	28/02/2013		
5.939.000	22,7000000%	0	0,0000000%	5.939.000		22,7000000%
Bolognesi Participações S.A.						
11.664.185/0001-55	Brasileira	Não	Sim	28/02/2013		
20.223.996	77,3000000%	0	0,0000000%	20.223.996		77,3000000%
OUTROS						
	0	0,0000000%	0	0,0000000%	0	0,0000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,0000000%	0	0,0000000%	0	0,0000000%
TOTAL						
	26.162.996	100,0000000%	0	0,0000000%	26.162.996	100,0000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Bolognesi Participações S.A.						
CPF/CNPJ acionista						
11.664.185/0001-55						
Chiara Sonogo Bolognesi Gargano						
826.383.730-87	Brasileira	Não	Não	20/01/2010		
4.350	0,030000	0	0,000000	4.350	0,030000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Gianfranco Sonogo Bolognesi						
826.384.030-91	Brasileiro	Não	Não	20/01/2010		
4.350	0,030000	0	0,000000	4.350	0,030000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Gianna Sonogo Bolognesi						
826.384.380-49	Brasileira	Não	Não	20/01/2010		
4.350	0,030000	0	0,000000	4.350	0,030000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Bolognesi Participações S.A.						
CPF/CNPJ acionista						
11.664.185/0001-55						
Ronaldo Marcelo Bolognesi						
008.006.600-30	Brasileiro	Não	Sim	20/01/2010		
14.510.815	99,910000	0	0,000000	14.510.815	99,910000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
14.523.865	100,000000	0	0,000000	14.523.865	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Hidrotérmica S.A.						
02.281.472/0001-95						
Composição capital social						
Bolognesi Participações S.A.						
11.664.185/0001-55	Brasileira	Não	Sim	20/04/2011		
205.277.624	62,440000	0	0,000000	205.277.624	62,440000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FIFGTS						
09.234.078/0001-45	Brasileira	Não	Não	20/04/2011		
55.667.283	37,560000	67.796.610	100,000000	123.463.893	37,560000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	260.944.907	100,000000	67.796.610	100,000000	328.741.517	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Bolognesi Participações S.A.						
CPF/CNPJ acionista						
11.664.185/0001-55						
Composição capital social						
Chiara Sonogo Bolognesi Gargano						
826.383.730-87	Brasileira	Não	Não	20/01/2010		
4.350	0,030000	0	0,000000	4.350	0,030000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Gianfranco Sonogo Bolognesi						
826.384.030-91	Brasileiro	Não	Não	20/01/2010		
4.350	0,030000	0	0,000000	4.350	0,030000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Gianna Sonogo Bolognesi						
826.384.380-49	Brasileira	Não	Não	20/01/2010		
4.350	0,030000	0	0,000000	4.350	0,030000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Ronaldo Marcello Bolognesi						
008.006.600-30	Brasileiro	Não	Sim	20/01/2010		
14.510.815	99,910000	0	0,000000	14.510.815	99,910000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Bolognesi Participações S.A.						
CPF/CNPJ acionista						
11.664.185/0001-55						
Ronaldo Marcelo Bolognesi						
008.006.600-30	Brasileiro	Não	Sim	20/01/2010		
14.510.815	99,910000	0	0,000000	14.510.815	99,910000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
14.523.865	100,000000	0	0,000000	14.523.865	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI FGTS						
CPF/CNPJ acionista						
09.234.078/0001-45						
Composição capital social						
Caixa Econômica Federal						
00.360.305/0001-04	Brasileira	Não	Sim	31/10/2012		
18.681.068.625	100,000000	0	0,000000	18.681.068.625	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	18.681.068.625	100,000000	0	0,000000	18.681.068.625	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/02/2013
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

15.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 15 foram descritas nos itens acima.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Multiner S.A.	28/03/2012	132.000,00	R\$132.000,00	R\$132.000,00	10 anos prorrogáveis.	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Brasilterm Energia S.A., Bolognesi Participações S.A.	01/01/2011	121.673.000,00	R\$0,00	R\$121.673.000,00	10 anos prorrogáveis.	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**a) Medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse.**

Havendo interesses conflitantes com os da Companhia por parte de acionista ou administrador em relação à determinada matéria, deve este manifestar, tempestivamente, tal conflito de interesse ou a existência de interesse particular, declarando-se impedido de participar das discussões e deliberações sobre o assunto, devendo abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

Nesse sentido e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer Assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

Além disso, as operações celebradas com partes relacionadas à Companhia observam condições de mercado, objetivando assegurar seu caráter estritamente comutativo, em linha com a legislação em vigor e com as melhores práticas de Governança Corporativa, assegurando a transparência e o pleno respeito aos interesses dos acionistas, investidores e colaboradores.

b) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições ou do pagamento compensatório adequado.

Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia prevê que a Companhia deve submeter para aprovação de seu Conselho de Administração qualquer ato jurídico pela Companhia, de um lado, com os acionistas ou administradores da Companhia, ou com partes relacionadas aos mesmos, do outro, que envolvam valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sendo certo, no entanto, que qualquer ato jurídico celebrado pela Companhia, de um lado, com os acionistas ou administradores da Companhia, ou com partes relacionadas aos mesmos, do outro, terá que ser em condições de mercado e de comutatividade. Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições ou do pagamento compensatório adequado.

As operações com partes relacionadas seguem os padrões de mercado, sendo realizadas em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas, observando preço e condições usuais de mercado e não geram, portanto, qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou seus acionistas, investidores e colaboradores.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
18/09/2013	0,00		14.000.000	0	14.000.000
Tipo de capital	Capital Emitido				
28/02/2013	125.939.000,00	Integralizado	26.162.996	0	26.162.996
Tipo de capital	Capital Subscrito				
28/02/2013	125.939.000,00	Integralizado	26.162.996	0	26.162.996
Tipo de capital	Capital Integralizado				
28/02/2013	125.939.000,00		26.162.996	0	26.162.996

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 17 foram descritas nos itens acima.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Com exceção das ações ordinárias de emissão da Companhia, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía qualquer outro valor mobiliário emitido.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía qualquer valor mobiliário admitido à negociação.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável, uma vez que não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de distribuição pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários de emissão da Companhia.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

18.10 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 18 foram descritas nos itens acima.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

19.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 19 do Formulário de Referência.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessa divulgação para emissores registrados na Categoria B.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 20 do Formulário de Referência.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui uma política de divulgação e uso de informações para o mercado ("Política de Divulgação" ou "Política"), elaborada nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM nº 358") e aprovada na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 18 de setembro de 2013. Essa política tem como objetivo estabelecer as regras que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia e pelas demais pessoas vinculadas no que tange à divulgação de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público, conforme descritas no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Companhia dispõe da Política de Divulgação que tem como objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos quanto ao uso e divulgação de informações relevante sobre a Companhia, bem como o sigilo acerca de informações privilegiadas, enquanto não divulgadas ao mercado, nos termos da Instrução CVM nº 358 e da Instrução CVM nº 369, de 11 de junho de 2002 ("Instrução CVM 369"). Tais diretrizes e procedimento deverão ser compulsoriamente observados pelas Pessoas Vinculadas. A Política de Divulgação está baseada nos seguintes princípios e objetivos:

- (i) prestar informação completa aos acionistas da Companhia e aos investidores em geral;
- (ii) garantir ampla e imediata divulgação de Ato ou Fato Relevante;
- (iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia aos acionistas da Companhia e aos investidores em geral;
- (iv) zelar pelo sigilo de Ato ou Fato Relevante não divulgado;
- (v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e
- (vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

De acordo com a Política de Divulgação, "Ato ou Fato Relevante" significa qualquer decisão do acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro, ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável (a) na cotação dos valores mobiliários, (b) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter tais valores mobiliários e (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários, considerando-se em especial, mas sem limitação, os atos ou fatos listados do Anexo I da Política de Divulgação.

A Política de Divulgação determina que as Pessoas Vinculadas deverão (a) preservar o sigilo das informações pertinentes a Atos ou Fatos Relevantes às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupem até sua efetiva divulgação ao mercado, sempre respeitando os procedimentos estabelecidos na Seção 6 da Política de Divulgação, e (b) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, responsabilizando-se solidariamente na hipótese de descumprimento.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Ainda, as Pessoas Vinculadas deverão observar e zelar pela observância dos seguintes procedimentos, sem prejuízo da adoção de outras medidas que se mostrem apropriadas diante de cada situação concreta: I. divulgar a informação confidencial estritamente àquelas pessoas que dela imprescindivelmente precisem tomar conhecimento; II. não discutir a informação confidencial na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento, ainda que se possa esperar que referido terceiro não possa intuir o significado da conversa; III. não discutir a informação confidencial em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem são as pessoas que podem dela participar; IV. manter documentos de qualquer espécie referentes à informação confidencial, inclusive anotações pessoais manuscritas, em cofre, armário ou arquivo fechado, ao qual tenha acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação; V. gerar documentos e arquivos eletrônicos referentes à informação confidencial sempre com proteção de sistemas de senha; VI. circular internamente os documentos que contenham informação confidencial em envelopes lacrados, os quais deverão ser sempre entregues diretamente ao respectivo destinatário; VII. não enviar documentos com informação confidencial por fac-símile, a não ser quando haja certeza de que apenas pessoa(s) autorizada(s) a tomar conhecimento da informação terá(ão) acesso ao aparelho receptor; e VIII. sem prejuízo da responsabilidade daquele que estiver transmitindo a informação confidencial, exigir de terceiro externo à Companhia que precise ter acesso à informação confidencial a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual deve ser especificada a natureza da informação e constar a declaração de que o terceiro reconhece o seu caráter confidencial, comprometendo-se a não divulgá-la a qualquer outra pessoa e a não negociar com valores mobiliários antes da divulgação da informação ao mercado.

Segundo a regulamentação em vigor e a Política de Divulgação da Companhia, compete ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante relacionado à Companhia à CVM, à Bovespa e, se for o caso, às Bolsas de Valores e Mercado de Balcão em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor, devendo em regra tal divulgação ser realizada imediatamente após a sua ocorrência e concomitantemente a todo o mercado, por meio (i) de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia; e (ii) da disponibilização da respectiva informação, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e à BM&FBOVESPA, na rede mundial de computadores.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, simultaneamente à CVM e às entidades de mercado onde os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam negociados, antes do início ou após o encerramento dos negócios na BM&FBOVESPA e, se for o caso, nas Bolsas de Valores e Mercado de

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Balcão em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação. Quando os valores mobiliários de emissão da Companhia estiverem sendo negociados simultaneamente em Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação deverá ser feita, como regra, antes do início ou após o encerramento dos negócios em todos os países. Caso haja incompatibilidade de horários, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Caberá ainda ao Diretor de Relações com Investidores avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente às Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, a suspensão da negociação dos valores mobiliários, pelo tempo necessário a adequada disseminação da informação relevante, caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação. O Diretor de Relações com Investidores deverá comprovar perante as Entidades do Mercado brasileiras que a suspensão de negociação solicitada também ocorreu nas Entidades do Mercado estrangeiras.

A Companhia deverá divulgar imediatamente qualquer informação relevante sempre que a informação escapar ao controle da Companhia e de seus órgãos, bem como daqueles que tiverem conhecimento originariamente, e, sempre que for exigido do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou caso ocorra oscilação atípica como descrito anteriormente, deverá o Diretor de Relações com Investidores inquirir as pessoas com acesso a Atos ou Fatos Relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

Na hipótese de veiculação de Ato ou Fato Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o Diretor de Relações com Investidores divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado.

Por fim, ressalta-se que, a violação às regras estabelecidas na Política de Divulgação, na Instrução CVM nº 358/02 e nos demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis poderá sujeitar o infrator a responder processo administrativo sancionador e à aplicação, pela CVM, das penalidades previstas em lei ou no regulamento pertinente.

Exceção à Divulgação

Os Atos ou Fatos Relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se o acionista controlador ou o Conselho de Administração da Companhia entender que sua

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

revelação colocará em risco interesse legítimo da Companhia. Nessas hipóteses, os procedimentos previstos na Política de Divulgação deverão ser adotados com o propósito de garantir o sigilo de tais Atos ou Fatos Relevantes.

Caso o Ato ou Fato Relevante esteja relacionado a operações que envolvam diretamente o acionista controlador, este poderá instruir o Diretor de Relações com Investidores a não divulgar o Ato ou Fato Relevante, expondo os motivos de sua decisão.

O acionista controlador ou o Conselho de Administração da Companhia, por intermédio de seu Presidente, deverá solicitar ao Diretor de Relações com Investidores que divulgue imediatamente Ato ou Fato Relevante mantido em sigilo em qualquer das seguintes hipóteses: (i) a informação tenha se tornado de conhecimento de terceiros estranhos à Companhia e ao eventual negócio que caracteriza o Ato ou Fato Relevante; (ii) existam indícios subsistentes e fundado receio de que tenha havido violação do sigilo do Ato ou Fato Relevante; ou (iii) ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários.

Caso o Diretor de Relações com Investidores não tome as providências necessárias para a imediata divulgação referida, a adoção das devidas providências caberá, conforme o caso, ao próprio acionista controlador ou ao Conselho de Administração da Companhia, por intermédio de seu Presidente.

O Diretor de Relações com Investidores deverá ser sempre informado a respeito de Ato ou Fato Relevante mantido em sigilo, sendo de sua responsabilidade, em conjunto com as demais pessoas que tiverem conhecimento de tal informação, zelar pela adoção dos procedimentos adequados para a manutenção do sigilo.

Sempre que houver dúvida quanto à legitimidade da não divulgação de Ato ou Fato Relevante mantido em sigilo, a questão poderá ser submetida à CVM, na forma prevista nas normas aplicáveis.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante é o Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 21 foram descritas nos itens acima.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Item não aplicável, vez que não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Item não aplicável, vez que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não celebrou com suas controladas contratos não relacionados às suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 22 foram descritas nos itens acima.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

